



**Cultura material e património móvel  
no mundo rural do Baixo Minho em  
finais do Antigo Regime**

Olanda Barbosa Vilaça

**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais





**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Olanda Barbosa Vilaça

**Cultura material e património móvel  
no mundo rural do Baixo Minho em  
finais do Antigo Regime**

**Tese de Doutoramento em História**  
Especialidade de Idade Moderna

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Isabel dos Guimarães Sá**  
e coorientação da  
**Professora Doutora Margarida Pereira Varela dos  
Santos Monte Negro Durães**



## DECLARAÇÃO

**Nome:** OLANDA BARBOSA VILAÇA

**Endereço eletrónico:** [olanda.vilaca@gmail.com](mailto:olanda.vilaca@gmail.com)

**Telefone:** 253 953 049

**Número de cartão de cidadão:** 10219252 9ZZ4

**Título da Tese de Doutoramento:** Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais de Antigo Regime

**Orientadora:** Professora Doutora Isabel Cristina dos Guimarães Sanches Sá

**Coorientadora:** Professora Doutora Margarida Pereira Varela dos Santos Montenegro Durães

**Ano de conclusão:** 2012

**Área de especialidade do Doutoramento:**

História - Idade Moderna

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE

Universidade do Minho, 29 de novembro de 2012

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Talvez devêssemos começar por agradecer a todos aqueles que contribuíram e possibilitaram que este projeto se realizasse. Porém, sentimos necessidade de, primeiramente, pedirmos desculpa a duas pessoas especialmente queridas, os meus filhos, João e Leticia. Devemos confessar que não foi fácil. Ao longo destes quatro anos perdemos muitos momentos. O trabalho esteve muitas, mas muitas vezes, em primeiro lugar. Havia prazos e obrigações a cumprir. Devo-vos este pedido de desculpa, quer pela ausência quer pelo mau humor. Muitas vezes impaciente, sugada pela necessidade de produzir, exigi-vos que na vossa própria casa estivessem como se de uma biblioteca se tratasse. Se me pedissem para descrever numa só palavra estes quatro anos, diria “luta”. Luta contra o medo de falhar, luta contra o tempo, luta contra o desânimo e luta contra todas as vicissitudes que tivemos de ultrapassar. João e Leticia perdoem-me se em momentos que precisaram de mim eu não respondi ao vosso apelo. Não é fácil ser-se mãe, docente, aluna de doutoramento, tudo em simultâneo. No entanto, tudo foi possível porque sou mãe de dois pequenos mas grandes guerreiros, que acreditaram sempre em mim e faziam questão de me dizer quando me viam triste e cansada. Bem-haja meus filhos.

Depois deste desabafo, o nosso primeiro e sentido agradecimento vai para a nossa orientadora, Professora Doutora Isabel Cristina dos Guimarães Sanches Sá e, coorientadora, Professora Doutora Margarida Pereira Varela dos Santos Montenegro Durães, referências incontornáveis da História Moderna e Contemporânea. O nosso agradecimento por terem disponibilizado todo o seu saber e experiência para um maior aperfeiçoamento deste projeto e por terem acreditado nas suas potencialidades para o enriquecimento da História do quotidiano do período moderno. Este agradecimento não se limita à vertente profissional mas também à vertente pessoal, sobretudo, na última etapa do nosso projeto, quando a coragem começava desesperadamente a definhar. Incansavelmente nos encorajaram e incentivaram. A palavra força foi, sem dúvida, a que mais proferiram. Lágrimas, desencantos, vontade de desistir, marcaram alguns momentos do nosso percurso. Mas chegado o fim desta jornada, olhamos para tudo o que vivemos e compreendemos a persistência e a exigência, por vezes difícil de suportar, por parte da nossa orientadora, Professora Doutora Isabel. Por todos os momentos, difíceis e menos difíceis, o mínimo que posso dizer, quer à Doutora Isabel quer à Doutora Margarida, é muito

obrigada. Importa sublinhar que o nosso projeto de investigação começou a ser esboçado ainda no terceiro ano da faculdade. Lembro-me perfeitamente do momento e do local, Cp2 da Universidade do Minho, em que abordei a Professora Doutora Isabel sobre a possibilidade de desenvolver um projeto desta envergadura. Não estávamos só, connosco estava a nossa amiga e companheira Lisbeth Rodrigues, também ela com o mesmo propósito. A Doutora Isabel prontamente nos encorajou e acreditou nas nossas potencialidades. Ali nascia, sem dúvida, uma nova etapa das nossas vidas. Uma etapa cheia de esperança, de sonhos, mas longe de percecionarmos as dificuldades pelas quais iríamos passar. À Doutora Isabel agradeço novamente por ter acreditado em nós ainda num momento muito embrionário da nossa formação.

Gostaríamos de agradecer de seguida aqueles a quem denominámos de núcleo duro. Primeiro, um profundo e sincero agradecimento aos meus pais, por nos ajudarem a superar todas as adversidades ao longo destes quatro anos. Não houve momento algum que não sentíssemos a sua preocupação e o seu apoio incondicional, usando de uma expressão que faz parte do nosso quotidiano, os meus pais são os meus principais “alicerces” e “fonte” de inspiração e coragem; ao meu irmão João Paulo Vilaça e à minha cunhada Xochitl, que apesar de geograficamente distantes, tanta força nos transmitiram nos momentos mais difíceis e acompanharam de forma incansável, quer por telefone quer por correio electrónico, fim-de-semana pós fim-de-semana, este projeto; à Lis, agradecemos com todas as nossas forças, por tudo o que partilhamos, pela constante ajuda e, sobretudo, pela sinceridade com que sempre norteou a nossa amizade. Na verdade, não é possível calcular o número de vezes que lhe batemos à porta a pedir-lhe ajuda, que em momento algum foi recusada. Agradeço a constante disponibilidade para a leitura dos capítulos e pela sua postura crítica e assertiva, que muito contribui para o nosso enriquecimento pessoal e intelectual. Começamos e terminámos juntas este árduo momento das nossas vidas. Ser-te-ei eternamente grata, bem hajas; ao Rui, um grande amigo e companheiro que compreendia muito bem a miscelânea de sentimentos que ora nos alegravam ora nos corrompia. Não estivesse ele no mesmo barco. Agradeço-lhe por ter estado sempre do nosso lado ao longo destes quatro anos, colmatando as nossas dúvidas e por não permitir que nos subestimássemos; agradeço à Andreia Durães, um pouco mais distante, fruto das circunstâncias, mas sempre disponível para nos ouvir e partilhar as dificuldades vividas.

Para finalizar este núcleo duro, agradecer a uma pessoa muito especial, o meu amigo e companheiro Francisco Silva. Agradeço toda a sua dedicação, a sua insistência em tornar as dificuldades, o seu companheirismo sobretudo nos momentos em que se tornava difícil conciliar a vida afetiva com a vida profissional e a investigação. Obrigada por seres capaz de nos contagiar com a tua serenidade. Na verdade, terminar este trabalho atempadamente deveu-se fundamentalmente a ti. Nesta última fase tivemos a felicidade de te ter ao nosso lado, quando tudo se amontoava e o tempo escasseava. De forma determinada colocaste pés ao caminho connosco. Vimos e sentimos um matemático vestir a pele de um historiador. Fizeste questão de nos ajudar no levantamento e tratamento fotográfico. Mais que ninguém, não permitiste que nós desisíssemos. Por isso, este trabalho não é só obra nossa, é tua também.

Agradecemos ao Professor Doutor Francisco Manuel Ferreira Azevedo Mendes e ao CITCEM por nos oferecerem os serviços de cartografia da referida unidade de investigação assim como as suas palavras de incentivo. Agradecemos ao Eurico Loureiro, cartógrafo do CITCEM, pelo trabalho que desenvolveu nesta vertente e que muito enriqueceram o nosso projeto.

Agradecer ao Luís Carlos Feliciano pelo seu contributo ao nível da atualização da base de dados; agradecer ao Álvaro Lima e ao Manuel Rocha pelo apoio técnico que sempre disponibilizaram ao longo destes quatro anos.

Agradeço a todos os anónimos que encontrei aquando do levantamento fotográfico. Tão entusiasmados quanto nós, estes anónimos relataram e lembraram memórias que nos enriqueceram não só a nível profissional mas pessoal.

Não podia deixar de agradecer às minhas queridas e eternas amigas, Connie Lobo e Lurdes Carpinteiro, pela sua incondicional amizade e por constantemente nos lembrarem o quão éramos capazes e um exemplo para os filhos. Ambas partilharam as nossas angústias ao longo destes quatro anos. Foram de suma importância as suas palavras de incentivo e carinho.

Devemos um especial agradecimento aos funcionários do Arquivo Municipal de Guimarães e do Arquivo Distrital de Braga, particularmente ao Sr. Luís Araújo e ao Sr. Júlio Nunes, sempre disponíveis para atender aos nossos pedidos. Agradecer ainda aos funcionários da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva e da Biblioteca da Universidade do Minho pelo profissionalismo com que responderam às nossas solicitações.

Ao longo destes quatro anos recebemos muitas palavras de carinho, incentivo e de persistência por parte de colegas e professores da nossa instituição, aos quais não poderíamos deixar de agradecer. À Professora Doutora Paula Bessa e Professora Doutora Marta Lobo pelas

palavras sinceras de amizade e incentivo, ao Professor Doutor José Marques, ao Professor Doutor Fernando Machado, ao Doutor Eduardo Pires pelo estímulo, ao Professor Doutor Aurélio de Araújo Oliveira pela sua disponibilidade no colmatar das nossas dúvidas, à Professora Doutora Maria Antónia Lopes da Universidade de Coimbra por partilhar as nossas orações em Santiago de Compostela e pela força que nos transmitiu.

Agradecer às nossas colegas e amigas, Lurdes Gama, Manuela Morais, Vera Silva e Nancy Barbosa pelo apoio e companheirismo ao longo destes quatro anos, sobretudo, nos momentos de maior desânimo.

Um agradecimento especial à nossa amiga Dalila Poças, sempre ausente mas sempre presente. A ela, um especial obrigada, por ter sido tão persistente e determinada em convencer-nos a recomeçar o nosso percurso académico. Sem a sua força, talvez, ainda estivéssemos atrás de um balcão.

Finalmente, um sincero agradecimento à Fundação Para a Ciência e Tecnologia por ter financiado durante estes quatro anos o nosso projeto de doutoramento, aceitando-nos como bolseira desta prezada instituição, sem o seu financiamento este projeto não seria possível. Agradecer, de igual modo, ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho por nos ter facultado as condições necessárias para a realização do nosso projeto de doutoramento.

*Aos meus filhos, pais, irmão, cunhada e sobrinhos*

*A gratidão é o único tesouro dos humildes!*

(William Shakespeare)

# **CULTURA MATERIAL E PATRIMÓNIO MÓVEL NO MUNDO RURAL DO BAIXO MINHO EM FINAIS DE ANTIGO REGIME**

## **RESUMO**

O presente estudo visa estudar a cultura material das famílias do Baixo Minho no Antigo Regime, não só como um veículo para a compreensão da história económica e social dos três concelhos (Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso) abordados, mas também com o propósito de reconstruir o seu contexto etnográfico entre 1750-1810, tomando por base os inventários orfanológicos e os testamentos a eles apensos. Para tal utilizámos a inventariação e descrição do património móvel e imóvel dos agregados domésticos constantes de 600 inventários, repartidos igualmente pelos concelhos analisados.

Estruturámos o trabalho de acordo com três segmentos.

No primeiro, procuramos dar a conhecer aos leitores as potencialidades das fontes para o estudo da cultura material e transmissão do património, sem nunca negligenciar as suas deficiências. Neste âmbito, debruçamo-nos sobre a transmissão da herança aos herdeiros que se encontravam ausentes aquando das partilhas. As normas legais usavam de vários mecanismos para salvaguardar as suas legítimas, mas nem sempre foram suficientes para as proteger dos restantes herdeiros, que aproveitavam as ambiguidades da lei em proveito próprio. Damos também a conhecer a riqueza dos inventários orfanológicos para o estudo da emigração, uma vez que fornecem informações sobre destinos, gastos com a viagem e idade dos ausentes.

No segundo segmento, estudámos o património imóvel dos agregados domésticos enquanto elemento capital de herança e principal indicador de diferenciação socioeconómica. No Baixo Minho, predominava o minifúndio e a exploração enfiteutica da propriedade. Não obstante, a terra continuava a ser símbolo de poder e a principal fonte de subsistência das famílias. Daí a necessidade de analisar a estrutura fundiária da propriedade dos agregados domésticos inventariados, assim como os contratos de exploração subjacentes. Paralelamente, analisámos a importância dos semoventes, quer na economia familiar quer como complemento da atividade agrícola. Em seguida, estudámos a casa, enquanto elemento do complexo agrícola, desempenhando um papel crucial graças aos sentimentos de pertença e de identidade que

transmitia de geração em geração. Desse modo, para além da terra, analisámos a casa rural minhota ao nível dos seus elementos arquitetónicos e divisões interiores, estudando as diferentes funcionalidades e usos do espaço enquanto possíveis elementos de diferenciação entre o privado e o público.

No terceiro segmento, tratamos o património móvel das famílias do Baixo Minho por forma a conhecer a importância dos objetos de uso doméstico e do corpo. As coisas carregam funções e significados, definem relações de poder, ao mesmo tempo que constroem hierarquias familiares. A presente dissertação procurou compreender e relacionar funções e significados e, simultaneamente, precisar a evolução das diversas valências do património móvel numa época de transição entre o Antigo Regime e o período contemporâneo.



# **MATERIAL CULTURE AND IN THE RURAL WORLD OF THE BAIXO MINHO - NW PORTUGAL, 1750-1810**

## **ABSTRACT**

This study intends to analyse the material culture within the families of Baixo Minho during the *Ancien Régime*, not only as a vehicle to the understanding of the economic and social history of three municipalities (Barcelos, Guimarães and Póvoa de Lanhoso but also with the purpose of reconstructing its ethnographic context between 1750-1810), using as main sources orphanologic inventories and annexing last wills. We have used the listings and descriptions of land and movables included in 600 inventories, equally divided among the three municipalities.

This work is divided into three segments.

In the first, the potential of the sources for the study of material culture and inheritance system is considered, taking its limitations into account. In this context we approach the transmission of assets to the heirs that were absent at the time of partition. The laws implemented several devices in order to protect their inheritance, but they were not always sufficient to deter appropriation by other inheritors, who profited from ambiguities within the law. Our purpose is also to stress the importance of orphanologic inventories to the study of emigration, as they inform about travel destinations, their costs and age of absentees.

In the second segment, we approach the real estate of the households as capital elements within inheritance and as the main indicator of social differentiation. In the Baixo Minho, small parcels of land leased to farmers predominated; however, land continued to be the main power and status symbol, as well as their main source of subsistence. As such, it is crucial to analyse the structure of land “ownership” as well as the leasing contracts in use. The importance of animal is also studied, because they were important in domestic economy together with agriculture. Next, we concentrate on the house, which played an important role in the production of identity and sense of belonging transmitted between the generations. It is analysed

according to architecture, namely in what concerns its compartments, studying the different functions and uses of space as possible elements of differentiation between private and public.

In the third segment, we study the mobile assets of our families, in order to understand the importance of domestic and bodily objects. Things vehicle uses and meanings, construct power relationships, and define hierarchies within the family. This present dissertation aimed to understand them, and simultaneously, to precise the evolution of the different typologies of mobile assets in an era of transition from the *Ancien Régime* to the Modern Age.

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	I
RESUMO.....	VI
ABSTRACT .....	VIII
ÍNDICE.....	X
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	XV
ÍNDICE DE FIGURAS .....	XVIII
ÍNDICE DE MAPAS .....	XIX
ÍNDICE DE TABELAS .....	XX
ABREVIATURAS.....	XXIII
INTRODUÇÃO .....	1
 <b>I PARTE: FONTES</b> .....	 11
<b>CAPÍTULO I - INVENTÁRIOS ORFANOLÓGICOS/TESTAMENTOS</b> .....	12
1. Inventários orfanológicos .....	13
1.1 A construção da amostra e as lacunas dos arquivos .....	13
1.2 Metodologia .....	18
1.3 Inventários orfanológicos: estrutura externa .....	19
1.4 O papel do tutor.....	23
1.5 Inventários orfanológicos: estrutura interna.....	29
1.6 Limitações e potencialidades da fonte .....	35
2. Testamentos .....	50

<b>CAPÍTULO II - AUSENTE NA TERRA MAS PRESENTE NA LEGÍTIMA .....</b>	<b>12</b>
1. Os direitos dos ausentes em perspetiva histórica .....	64
2. Ausentes e inventários Orfanológicos .....	72
2.1 Arca ou cofre dos órfãos.....	76
2.2 Escrituras de fiança.....	77
3. A importância dos ausentes para o estudo da população .....	78
4. Ausente da Terra mas não excluído de terra na legítima.....	87
5. O custo do “frete” .....	92
 <b>II PARTE: O PATRIMÓNIO IMÓVEL .....</b>	<b>95</b>
<b>CAPÍTULO III - A PROPRIEDADE FUNDIÁRIA .....</b>	<b>97</b>
1. A propriedade fundiária e o seu significado .....	98
1.1 Estrutura fundiária .....	108
1.2 Os casais.....	112
2. A pecuária nos inventários orfanológicos.....	120
3. Exploração da propriedade no Baixo Minho.....	126
 <b>CAPÍTULO IV - A CASA DO BAIXO MINHO .....</b>	<b>142</b>
1. Estudo da casa rural do Baixo Minho .....	143
1.1 Metodologia e entraves ao estudo da casa rural.....	144
1.2 Tipologia da casa rural .....	148
1.3 A especialização dos espaços da casa rural do Baixo Minho .....	167
1.4 As benfeitorias nos inventários orfanológicos .....	170

<b>III PARTE: CULTURA MATERIAL E O PATRIMÓNIO MÓVEL .....</b>	<b>180</b>
<b>CAPÍTULO V - UTENSÍLIOS DE OFÍCIO .....</b>	<b>182</b>
1. Utensílios de ofício nos inventários orfanológicos.....	184
1.1 Alfaia agrícolas .....	188
1.1.1 Alfaia de transporte .....	194
1.1.2 Alfaia de trabalho da terra .....	197
1.1.3 Alfaia de armazenamento .....	204
1.1.4 Alfaia de debulha do cereal .....	206
1.2 Instrumentos de medidas de peso, capacidade e volume .....	207
1.3 Os instrumentos de fiação e tecelagem .....	212
2. Artesãos rurais e utensílios de ofício .....	222
 <b>CAPÍTULO VI - O RECHEIO DA CASA RURAL.....</b>	<b>227</b>
1. Mobiliário da casa rural .....	228
1.1 Funções do mobiliário .....	231
1.1.1 Móveis de guarda .....	234
1.1.2 Móveis de descanso.....	245
1.1.3 Móveis de repouso.....	252
1.1.4 Móveis de utilidade .....	258
1.1.5 Móveis e objetos de devoção.....	263
1.1.6 Bens de luxo.....	267
2. A matéria-prima na definição da hierarquia dos objetos.....	269
3. Utensílios domésticos.....	272

<b>CAPÍTULO VII - ROUPA DE USO DOMÉSTICO .....</b>	<b>286</b>
1. A roupa de casa: o enxoval e a arca/tipologia .....	288
1.1 Roupa de cama.....	298
1.2 Roupa de mesa.....	310
2. Estado de conservação da roupa de casa.....	315
 <b>CAPÍTULO VIII - O CORPO E ADORNO .....</b>	 <b>316</b>
1. O vestuário nos agregados domésticos inventariados .....	319
1.1 O vestuário feminino .....	331
1.1.1 As cores do vestuário feminino.....	335
1.2 O vestuário masculino.....	340
1.2.1 As cores do vestuário masculino .....	342
2. Roupas interiores ou roupa branca .....	346
2.1 Estado de conservação da roupa do corpo.....	350
3. Acessórios e calçado .....	350
 <b>CAPÍTULO IX - A OURIVESARIA.....</b>	 <b>284</b>
1. As joias nos inventários e testamentos.....	355
1.1 O valor das joias no património .....	362
1.2 As joias e a sua relação com o sagrado .....	371
1.3 As joias e a sua relação com o profano.....	373
1.4 As peças de ouro no quotidiano da mulher minhota.....	376
2. Os adornos do homem minhoto.....	383
 <b>CONCLUSÕES .....</b>	 <b>384</b>

FONTES MANUSCRITAS.....	394
FONTES IMPRESSAS.....	395
ESTUDOS .....	398
<i>SITES</i> CONSULTADOS.....	419
GLOSSÁRIO .....	418
APÊNDICE .....	434

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

### I PARTE - FONTES

<b>Gráfico 1</b> - Género do testador (1750-1810).....	18
<b>Gráfico 2</b> - Tempo decorrido entre o falecimento e a abertura do inventário, Guimarães (1750-1810) .....	43
<b>Gráfico 3</b> - Tempo de corrido entre o falecimento e a abertura do inventário, Barcelos (1750-1810).....	43
<b>Gráfico 4</b> - Tempo decorrido entre o falecimento e a abertura do inventário, Póvoa de Lanhoso (1750-1810).....	44
<b>Gráfico 5</b> - Frequência de ausente por agregado doméstico nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	80
<b>Gráfico 6</b> - Relação dos ausentes de menor e maior idade nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	82
<b>Gráfico 7</b> - Relação do destino dos ausentes nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	85
<b>Gráfico 8</b> - Bens inventariados nas legítimas dos ausentes (1750-1810) .....	89

### II PARTE - O PATRIMÓNIO MÓVEL

<b>Gráfico 1</b> - Frequência de inventários orfanológicos com bens de raiz (1750-1810) .....	100
<b>Gráfico 2</b> - Valor (reis) total dos bens de raiz por concelho (1750-1810) .....	101
<b>Gráfico 3</b> - Tipologia das terras nos inventários orfanológicos e testamentos apensos (1750-1810) .....	109
<b>Gráfico 4</b> - Árvores nos casais inventariados (1750-1810) .....	119
<b>Gráfico 5</b> - Tipo de exploração da propriedade rural nos inventários e testamentos (1750-1810) .....	133
<b>Gráfico 6</b> - Meios de transformação nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	135
<b>Gráfico 7</b> - Exploração da terra dos casais inventariados (1750-1810) .....	137



<b>Gráfico 8</b> - Natureza do senhorio da propriedade rural (1750-1810) .....	139
<b>Gráfico 9</b> - Tipologia da casa rural nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	150
<b>Gráfico 10</b> - Tipologia da casa rural nos casais inventariados (1750-1810).....	151
<b>Gráfico 11</b> - Tipologias das casas fotografadas nos concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810) .....	152
<b>Gráfico 12</b> - Valor total em reis das benfeitorias nos inventários orfanológicos (1750-1810). 171	
<b>Gráfico 13</b> - Natureza das benfeitorias nos inventários orfanológicos (1750-1810).....	172
<b>Gráfico 14</b> - Benfeitorias de restauro nas casas inventariadas (1750-1810).....	173
<b>Gráfico 15</b> - Benfeitorias de ampliação nas casas inventariadas (1750-1810).....	176

### **III PARTE - CULTURA MATERIAL E PATRIMÓNIO MÓVEL**

<b>Gráfico 1</b> - Utensílios de ofícios nos inventários orfanológicos (1750-1810).....	185
<b>Gráfico 2</b> - Alfaias agrícolas nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810).....	190
<b>Gráfico 3</b> - Frequência de inventários orfanológicos com sementes e fibras de linho (1750-1810) .....	218
<b>Gráfico 4</b> - Distribuição dos móveis por funcionalidade nos inventários orfanológicos (1750-1810).....	232
<b>Gráfico 5</b> - Móveis de descanso nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	247
<b>Gráfico 6</b> - Móveis de repouso nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	254
<b>Gráfico 7</b> - Móveis de utilidade nos inventários orfanológicos (1750-1810).....	259
<b>Gráfico 8</b> - Móveis de luxo nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	267
<b>Gráfico 9</b> - Avaliação monetária dos utensílios domésticos nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	273
<b>Gráfico 10</b> - Valor percentual dos utensílios domésticos no património (1750-1810).....	276
<b>Gráfico 11</b> - Utensílios domésticos nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	281

<b>Gráfico 12</b> - Relação entre a frequência de inventários com roupa de casa e a quantidade de peças (1750-1810).....	291
<b>Gráfico 13</b> - Valor percentual da roupa de casa nos patrimónios (1750-1810) .....	293
<b>Gráfico 14</b> - Evolução do valor do lençol de estopa usado nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	302
<b>Gráfico 15</b> - Evolução do lençol de linho usado nos inventários orfanológicos (1750-1810) ..	303
<b>Gráfico 16</b> - O valor da manta consoante o estado de conservação, Barcelos .....	305
<b>Gráfico 17</b> - Estado de conservação da roupa de casa nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	316
<b>Gráfico 18</b> - Relação entre a frequência de vestuário nos inventários orfanológicos e a quantidade de peças (1750-1810) .....	321
<b>Gráfico 19</b> - Valor percentual do vestuário nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	323
<b>Gráfico 20</b> - Frequência de vestuários nos inventários orfanológicos .....	328
<b>Gráfico 21</b> - Cor do traje feminino: Barcelos (1750-1810) .....	337
<b>Gráfico 22</b> - Cor do traje feminino: Guimarães (1750-1810) .....	338
<b>Gráfico 23</b> - Cor do traje feminino: Póvoa de Lanhoso (1750-1810) .....	339
<b>Gráfico 24</b> - Cor do traje masculino: Barcelos (1750-1810) .....	343
<b>Gráfico 25</b> - Cor do traje masculino: Guimarães (1750-1810) .....	344
<b>Gráfico 26</b> - Cor do traje masculino: Póvoa de Lanhoso (1750-1810) .....	345
<b>Gráfico 27</b> - Estado de conservação do vestuário nos inventários orfanológicos (1750-1810)	350
<b>Gráfico 28</b> - Valor de ourivesaria e prataria nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	363
<b>Gráfico 29</b> - Valor do cordão de ouro nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	379

## ÍNDICE DE FIGURAS

### II PARTE - O PATRIMÓNIO MÓVEL

<b>Fig. 1</b> - Casa de Sezures (Creixomil, Barcelos).....	154
<b>Fig. 2</b> - Casa dos Roxos (Vila Seca, Barcelos) .....	155
<b>Fig. 3</b> - Casa das Machadas (Silva, Barcelos) .....	157
<b>Fig. 4</b> - Cozinha de sobrado (Longos, Guimarães), 1796 .....	158
<b>Fig. 5</b> - Cozinha da Casa de Sá (Sequeade, Barcelos), 1784.....	158
<b>Fig. 6</b> - Casa de Sá (Sequeade, Barcelos), 1784.....	160
<b>Fig. 7</b> - Casa dos Novais (Feitos, Barcelos), finais do século XVIII.....	159
<b>Fig. 8</b> - Casa do Eirigo (Areias de Vilar, Barcelos), segunda metade do século XVIII .....	160
<b>Fig. 9</b> - Casa do Eirigo (Areias de Vilar, Barcelos).....	162
<b>Fig. 10</b> - Casa dos Novais (Feitos, Barcelos), finais do século XVIII .....	163
<b>Fig. 11</b> - Casa do Forno (Rendufinho, Póvoa de Lanhoso), século XVIII. Traseira da casa voltada para a rua principal.....	164
<b>Fig. 12</b> - Casa do Forno (Rendufinho, Póvoa de Lanhoso). Fachada principal.....	165
<b>Fig. 13</b> - Corte do gado da Casa de Sá (Sequeade, Barcelos) .....	165
<b>Fig. 14</b> - Adega da Casa de Sá.....	166
<b>Fig. 15</b> - Coberto e eira da Casa das Lages (Cunha, Barcelos).....	166
<b>Fig. 16</b> - Portal fronho da Casa de Real (Bastuço São João, Barcelos), finais do século XVIII .	167
<b>Fig. 17</b> - Quarto/sala da casa do Sr. Manuel (Longos, Guimarães), 1796 .....	169

## ÍNDICE DE MAPAS

### INTRODUÇÃO

<b>Mapa 1</b> – Enquadramento geográfico .....	6
--	---

### I PARTE - FONTES

<b>Mapa 1</b> - Concelho de Barcelos .....	15
--	----

<b>Mapa 2</b> - Concelho de Guimarães.....	15
--	----

<b>Mapa 3</b> - Concelho de Póvoa de Lanhoso .....	16
--	----

### II PARTE - O PATRIMÓNIO IMÓVEL

<b>Mapa 1</b> - Enquadramento geográfico do levantamento fotográfico .....	147
--	-----

## ÍNDICE DE TABELAS

### I PARTE - FONTES

<b>Tabela 1</b> - Frequência de inventários orfanológicos e testamentos (1750-1810) .....	17
<b>Tabela 2</b> - Causas da realização de inventário orfanológico (1750-1810) .....	20
<b>Tabela 3</b> - O género do inventariado (1750-1810) .....	25
<b>Tabela 4</b> - Estado civil do inventariado masculino .....	25
<b>Tabela 5</b> - Natureza da tutela às viúvas inventariadas .....	25
<b>Tabela 6</b> - Local da sepultura do testador (1750-1810) .....	56
<b>Tabela 7</b> - Relação testador/testamenteiro - Barcelos (1750-1810) .....	58
<b>Tabela 8</b> - Relação testador/testamenteiro - Póvoa de Lanhoso (1750-1810) .....	58
<b>Tabela 9</b> - Relação testador/testamenteiro - Guimarães (1750-1810) .....	59
<b>Tabela 10</b> - Distribuição dos testamentos através da sua tipologia (1750-1810) .....	61
<b>Tabela 11</b> - Herdeiros ausentes nos inventários orfanológicos (1750 -1810) .....	79
<b>Tabela 12</b> - Natureza dos bens de raiz na legítima dos ausentes .....	90

### II PARTE - O PATRIMÓNIO IMÓVEL

<b>Tabela 1</b> - Avaliação dos bens de raiz (1750-1810) .....	106
<b>Tabela 2</b> - Frequência e tipologia de semoventes nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	121
<b>Tabela 3</b> - Valor pecuniário dos semoventes nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	124
<b>Tabela 4</b> - Proporção de semoventes nos patrimónios dos inventariados (1750-1810) .....	125

### III PARTE - CULTURA MATERIAL E PATRIMÓNIO MÓVEL

<b>Tabela 1</b> - Património de Francisca Maria Salgada (1794) .....	186
--	-----

<b>Tabela 2</b> - Frequência de alfaias em relação à sua dimensão nos inventários dos concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810).....	191
<b>Tabela 3</b> - Frequência de inventários com instrumentos de medidas de peso, volume e capacidade (1750 - 1810) .....	207
<b>Tabela 4</b> - Inventários orfanológicos de Guimarães com lotes de medidas de pão (1750 -1810) .....	208
<b>Tabela 5</b> - Inventários orfanológicos da Póvoa de Lanhoso com lotes de medidas de pão (1750 - 1810).....	209
<b>Tabela 6</b> - Colheitas no património de José Pereira Veloso .....	211
<b>Tabela 7</b> - Frequência de inventários com sementes, colheitas, instrumentos de fição e tecelagem (1750 - 1810) .....	219
<b>Tabela 8</b> - Instrumentos de fição e tecelagem nos inventários orfanológicos (1750 -1810)..	220
<b>Tabela 9</b> - Artesãos rurais implícitos nos inventários orfanológicos (1750 -1810) .....	224
<b>Tabela 10</b> - Móveis de guarda nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750 - 1810).....	235
<b>Tabela 11</b> - Distribuição de caixas por inventários orfanológicos (1750 -1810) .....	238
<b>Tabela 12</b> - Distribuição de cadeiras nos inventários orfanológicos (1750 -1810) .....	248
<b>Tabela 13</b> - Profissão dos inventariados com bufetes (Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso, 1750 -1810) .....	262
<b>Tabela 14</b> - Designações dos oratórios nos inventários orfanológicos (1750 - 1810) .....	265
<b>Tabela 15</b> - Imagens religiosas avulsas nos inventários orfanológicos (1750 - 1810).....	266
<b>Tabela 16</b> - Matérias-primas dos móveis nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810) .....	269
<b>Tabela 17</b> - Maceiras, salgadeiras e tachos de frigar nos inventários orfanológicos (1750-1810) .....	277
<b>Tabela 18</b> - Roupas de casa do inventariado João António .....	294
<b>Tabela 19</b> - Roupas de casa do inventariado Lourenço da Costa .....	295

<b>Tabela 20</b> - Distribuição de enxergões/inventário (1750-1810).....	299
<b>Tabela 21</b> - Cama de roupa por inventário orfanológico nos concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810) .....	309
<b>Tabela 22</b> - Ornamento da toalha de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810) .....	312
<b>Tabela 23</b> - Medidas de toalhas de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810) .	313
<b>Tabela 24</b> - Indumentária no inventário de Custódio Fernandes.....	324
<b>Tabela 25</b> - Tecidos .....	329
<b>Tabela 26</b> - Distribuição de camisas por inventário (1750-1810) .....	347
<b>Tabela 27</b> - Distribuição de joias nos inventários/género do inventariado (1750-1810) .....	355
<b>Tabela 28</b> - Estado do inventariado .....	360
<b>Tabela 29</b> - Joias de ouro e prata da casa do Capitão Manuel Gomes Ferreira e de sua mulher, Antónia da Costa Vilas Boas (1750-1810) .....	365
<b>Tabela 30</b> - Joias de ouro e prata de Lourenço da Costa e sua mulher, Inês Maria (Guimarães) .....	367
<b>Tabela 31</b> - Joias de ouro e prata da casa de Manuel José Lopes de Carvalho (Póvoa de Lanhoso) .....	369

## ABREVIATURAS

**ADB** – Arquivo Distrital de Braga

**AMAP** – Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

**Anot.** – Anotado

**B** – Barcelos

**Cap.** – Capítulo

**Cf.** – Confrontar

**Coord.** – Coordenação

**Cont.** – Continuação

**Ct.** – Cota

**Dir.** – Direção

**Eds.** – Editores

**Fl.** – Fólio

**Freq.** – Frequência

**G** – Guimarães

**Liv.** – Livro

**N.º** – Número

**P.** – Página

**PL** – Póvoa de Lanhoso

**PP.** – Páginas

**Quant.** – Quantidade

**Rs** - reis

**S/d.** – Sem data

**S/ref.** – Sem referência

**[S. l.]** – Sem local

**[s. n.]** – Sem edição

**Tip.** – Tipologia

**Tit.** – Título

**Trad.** – Tradução

**Vol.** – Volume



# INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

*A Cultura é pública porque o significado o é.*

Clifford Geertz, *Interpretação das Culturas*

Com um olhar distante, marcado pelo tempo, onde várias gerações deixaram seus testemunhos, o historiador, munido de sentimentos e convicções, procura reconstruir a realidade social de outrora, da qual fazia parte o grande senhor com suas terras, casas de sobrado e mais pertencas, mas também o pequeno camponês, que nada mais tinha para legar ou deixar aos seus herdeiros, do que um casebre ou cabana, o simples catre, a toalha ou as ferramentas com as quais garantia o sustento da sua família.

A Antropologia, assim como a Sociologia e a História têm-se debruçado sobre o estudo da cultura<sup>2</sup>. Não há sociedades sem cultura. Cada sociedade tem os seus símbolos e significados, tradições e valores específicos que compreendem as regras sobre relações e comportamentos. Partindo desta aceção, podemos dizer com Goodman que cultura é o “conjunto dos costumes praticados pelos membros de uma sociedade”<sup>3</sup>. Porém, o conceito de cultura, que é complexo e polimorfo, deve ser alargado a tudo que o homem criou.

A materialidade produzida pelo homem foi, em certa medida, subestimada pelas diversas ciências humanas até há relativamente pouco tempo, tendo ocupado um lugar secundário, num enfoque que se centrava ao nível da Pré-História e Grandes Civilizações<sup>4</sup>.

Não obstante, o estudo da cultura hoje afirma-se como uma espécie de “polvo”, cujos tentáculos abarcam uma diversidade de comportamentos, práticas e formas que vão desde as tradições, o folclore, as regras de conduta, a forma de vestir e pensar, os objetos da casa, do

---

<sup>1</sup> O presente projeto de doutoramento (SFRH/BD/45472/2008) integra um conjunto de dissertações atualmente em curso no âmbito do projeto de investigação que versou o estudo dos interiores domésticos em Portugal, *Portas Adentro: modos de habitar do século XVI a XVIII em Portugal* (PTDC/HAH/71309/2006).

<sup>2</sup> Clifford Geertz, *Interpretação das Culturas*, Fanny Wrobel (trad.), Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 22.

<sup>3</sup> Sobre as 164 definições da cultura ver Alfred Kroeber, Clyde Kluckhohn, *Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions*, New York, Vintage Books, 1963; ver ainda a este respeito, Boaventura Sousa Santos, “Os processos de Globalização”, in *A Globalização e as Ciências Humanas*, São Paulo, Cortez, 2002; Ana Maria Moreira Marchesan, *A tutela do património cultural sob o enfoque do direito ambiental: uma abordagem transdisciplinar*, Tese de mestrado, Florianópolis, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

<sup>4</sup> Mary Ellen Goodman, *El individuo y la cultura*, Cidade do México, Pax-México, 1971, p. 50; ver Gordon Mathews, o qual tem a mesma visão antropológica, in *Cultura global e identidade individual*, Bauru, Edusc, 2002.

<sup>5</sup> Richard Bucaille, Jean-Marie Pesez, “Cultura material”. *Enciclopédia Eunadi*, vol. XVI, Lisboa, IN-CM, 1989, p.22.

corpo ou de labuta, ou seja, tudo o que foi e é construído não pelo indivíduo isolado mas pelo indivíduo enquanto elemento de uma sociedade.

Discorrer sobre cultura material é remeter para o coletivo e para o repetitivo, uma vez que esta se dedica a estudar aquilo que “na colectividade é estável e constante e que, como tal a possa caracterizar”<sup>6</sup>. Como refere Flandrin, “... testemunhos sobre a vida material dos nossos antepassados não faltam: vestígios de edifícios de outros tempos - sobretudo dos mais belos, é certo, e da sua arquitectura exterior mais do que dos arranjos interiores; móveis e utensílios conservados nos nossos museus; pinturas de cenas de interiores...”<sup>7</sup>. A museologia tem trabalhado os interiores domésticos rurais procurando a sua reconstituição com fins expositivos. No entanto, ao nível interpretativo, produz imagens demasiado estáticas e a análise das relações que os objetos favorecem permanece inexplorada. Mais importante do que expor ou quantificar os vestígios do passado, é interpretar os seus significados na sociedade em que estão inseridos<sup>8</sup>. Esses testemunhos fazem parte da cultura de um povo num determinado espaço e época; urge, desta forma, interpretar a cultura material tendo em conta três dimensões: espaço, tempo e o carácter social dos objetos<sup>9</sup>.

Os estudos arqueológicos, baseados no estudo dos vestígios materiais das civilizações pré-históricas, há muito que vem privilegiando vestígios de edifícios de habitação, de objetos domésticos e de utensílios, ou seja, vestígios de cultura material.

Por seu lado, os estudos antropológicos desenvolveram análises direcionadas para os fenómenos simbólicos e para as representações mentais, atribuindo, de certa forma, uma importância secundária aos fenómenos materiais. A partir da década de 1960, sob a influência dos Annales e dos trabalhos de Marc Bloch, Lucien Febvre e de Fernand Braudel, os historiadores começaram a interessar-se pela abordagem das sociedades a partir dos objetos e artefactos. O estudo das individualidades isoladas, dos factos raros e pontuais foi substituído pelo estudo das massas, do coletivo e do quotidiano. O objeto de estudo da História passou a canalizar-se em torno do que Marc Bloch designou de “os mudos da História”<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>7</sup> Jean-Louis Flandrin, *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, 2ª ed., M. F. Gonçalves de Azevedo (trad.), Lisboa, Estampa, 1995, p. 98.

<sup>8</sup> Foucault enfatiza o conhecimento como sendo na sua “essência interpretação”. Michel Foucault, *As palavras e as coisas*, Isabel Dias (trad.) Lisboa, Edições 70, 1988, p. 11.

<sup>9</sup> Richard Bucaille, Jean-Marie Pesez, *ob. cit.*, 1989, p. 34; ver Marilda Soares, “Semiologia da cultura material: lendo signos e representações sociais a partir dos objectos”. *Domínios da Linguagem*, IV, 2004, p. 2.

<sup>10</sup> Marc Bloch, *Introdução à História*, 3ª ed., Mira-Sintra, Publicações Europa-América, 1976.

No contexto internacional regista-se uma grande diversidade de trabalhos historiográficos sobre cultura material, que enfatizam a dimensão simbólica dos objetos, para além da sua utilidade prática, funcionando a aquisição de alguns deles, por vezes, como uma “porta de entrada” em determinados grupos sociais<sup>11</sup>. Salientem-se em particular os trabalhos de Micheline Baulant nos quais os objetos de uso quotidiano são colocados no centro da análise da sociedade camponesa<sup>12</sup>. Phyllis Bennett Oates faz uma análise diacrónica do mobiliário ocidental desde a antiguidade à contemporaneidade, considerando que à medida que os comportamentos de sociabilidade e a segregação entre público e privado se vão afirmando na sociedade ocidental, o recheio da casa tende, de igual modo, a aumentar<sup>13</sup>; Daniel Roche propôs-se compreender o papel dos objetos “banais” no quotidiano<sup>14</sup>. Martine Segalen abordou a importância do mobiliário, enquanto produto de uma vida partilhada e construída pelo casal, sobretudo dos *móveis maciços*, transmitidos de geração em geração, representando uma das formas de património intergeracional<sup>15</sup>. Raffaella Sarti aborda a importância de que se revestem os elementos do recheio das casas de várias regiões europeias nas vivências quotidianas da família e nas relações desta com a comunidade em que se integra<sup>16</sup>; Bernard Blandin problematiza o objeto enquanto produto de uma sociedade e simultaneamente salienta que a sociedade, através do objeto, está em constante transformação e evolução de modo a satisfazer as necessidades daqueles que o produzem. O autor salienta que o objeto é “un fait social total”, uma vez que só quando os factos sociais encarnam nos objetos é que estes adquirem a sua forma ou natureza, quer seja útil, simbólica ou supérflua<sup>17</sup>.

Nesta dissertação pretendo abordar a cultura material das populações do Baixo-Minho, neste caso as dos concelhos de Guimarães, Barcelos e Póvoa de Lanhoso, e termos respetivos, seguindo uma abordagem comparativa, numa cronologia que abrange os finais do *Antigo Regime* (1750-1810).

---

<sup>11</sup> Na senda das reflexões inspiradoras de Jean Baudillard, *O sistema dos objectos*, São Paulo, Perspectiva, 1973.

<sup>12</sup> Micheline Baulant, “Necessite de vivre et besoin de paraître les inventaires et la quotidienne”, in M. Baulant, A. J. Schuurman, P. Servais (eds.), *Inventaires après-décès et ventes de meubles: apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIV<sup>e</sup> – XIX<sup>e</sup> siècle)*, Louvain-la-Neuve, Academia, 1988a, pp. 9-17.

<sup>13</sup> Phyllis Bennett Oates, *História do mobiliário ocidental*, Lisboa, Presença, 1991.

<sup>14</sup> Daniel Roche, *História das coisas banais*, Telma Costa (trad.), Círculo de Leitores, 1999. Em livro anterior, tinha analisado a indumentária francesa ao nível das suas transformações ao longo dos séculos XVII e XIX, explorando a função simbólica da roupa enquanto indicador de estatuto social.

<sup>15</sup> Martine Segalen, *Sociologia da família*, Ana Santos Silva (trad.) Lisboa, Terramar, 1999.

<sup>16</sup> Raffaella Sarti, *Casa e família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, Isabel Teresa Santos (trad.), Lisboa, Estampa, 2001.

<sup>17</sup> Bernard Blandin, *La construction du social par les objets*, Paris, PUF, 2002, p.11.

O nosso projeto pretende contextualizar o universo das coisas, relacionando usos e significados e, obter uma visão concisa dos objetos do quotidiano destas populações num momento particular da história nacional. O período em análise, 1750-1810, foi escolhido de acordo com um critério político. A primeira data (1750) coincide com o início do reinado de D. José (1750-1777), que vulgarmente se associa ao governo de Pombal. Este trouxe profundas mudanças ao nível político, administrativo, económico, social e cultural: alguns vêm nele o preâmbulo da revolução liberal. Como salienta A. H. De Oliveira Marques, “o regime pombalino teve o grande mérito de preparar o País para a revolução liberal do século XIX”<sup>18</sup>. A segunda data (1810), marca o fim das invasões francesas e o início de um novo período na história de Portugal. Tanto as invasões como a ocupação francesa devastaram boa parte de Portugal, sobretudo a norte do Tejo. A agricultura, a indústria e o comércio foram profundamente afetados para além da devastação em perda de vidas e bens.

No que concerne à organização político-administrativa, os concelhos referidos apresentavam realidades distintas. Guimarães, Comarca de Entre Douro e Minho<sup>19</sup>, já no século XVI e XVII gozava de uma categoria particular, a de “vila notável”, destacando-se dos demais concelhos em importância<sup>20</sup>. Em 1800 era constituída por duas vilas com juizes de fora, Guimarães – cabeça de comarca – e Amarante; dez concelhos de juiz ordinário (Felgueiras, Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Rossas, Vila Boa de Roda, Vieira, Montelongo - Fafe, Ribeira de Soaz, Póvoa de Lanhoso, São João de Rei), treze coutos (Abadim, Aboim, Fontarcada, Lageosa, Pombeiro, Pedraído, Pousadela, Parada de Bouro, Moreira de Rei, Refojos de Basto, Ronfe, São Torcato e Serzedelo), e duas honras (Ovelha e Cepães)<sup>21</sup>.

Póvoa de Lanhoso, concelho da Comarca de Guimarães, gozava de autonomia jurisdicional. Tal como as demais circunscrições administrativas, sofreu algumas alterações ao nível dos seus limites geográficos. Se em 1706 o concelho da Póvoa de Lanhoso era constituído por 12 freguesias, em 1758, com a extinção do Couto de Fontarcada, as sete freguesias que

---

<sup>18</sup> A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II – Do Renascimento às revoluções Liberais, Lisboa, Palas Editores, 1984, p. 352.

<sup>19</sup> *Comarca*, define Bluteau, “hé um conjunto de villas cuja jurisdição tem os ministros na cabeça della, a qual he cidade, a villa grande e notável e nela reside o regedor e provedor de toda a comarca”. Rafael Bluteau, *Vocabulário português e Latino...*, vol. II, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 386.

<sup>20</sup> António Manuel Hespanha, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político: Portugal Séc. XVII*, vol. I, Lisboa, A.M.H., 1986, p. 103.

<sup>21</sup> José Viriato Capela, *As freguesias do distrito de Braga nas memórias paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, [s. n], 2003, p. 41.

dele faziam parte passaram a pertencer ao referido concelho<sup>22</sup>. Com a reforma administrativa os seus domínios territoriais foram alargados devido à extinção dos concelhos de São João de Rei (1853) e de Ribeira de Soaz (1852). Na segunda metade do século XIX, o concelho da Póvoa de Lanhoso ficava assim constituído por 27 freguesias<sup>23</sup>.

A vila de Barcelos, isenta de correição régia, foi até 1790 uma ouvidoria<sup>24</sup>, integrando as terras da Casa de Bragança situadas no Entre Douro e Minho<sup>25</sup>. Com as reformas donatárias, através da Carta de Lei de 19 de Junho de 1790, a Ouvidoria de Barcelos evoluiu para Comarca no regime geral de Correição<sup>26</sup>. No entanto, a Casa de Bragança, dada a sua importância, continuou a nomear corregedores que superentendiam as suas terras<sup>27</sup>. O termo da cabeça de comarca de Barcelos, era o mais extenso da província; como sublinha o padre António Carvalho da Costa, em “numero de gente não há outro que o iguale”<sup>28</sup>. O seu termo era constituído por 197 freguesias distribuídas por cinco julgados: Faria, Penafiel, Aguiar, Neiva e Vermoim, sendo que este último entrava em terras que na época pertenciam ao termo de Guimarães<sup>29</sup>. E ainda mais sete freguesias do Couto de Landim e duas do Couto de Fralães<sup>30</sup>. A Comarca de Barcelos era constituída por concelhos que pertenciam às dioceses de Braga, Aveiro, Lamego e Porto<sup>31</sup>.

---

<sup>22</sup> Paulo Alexandre Ribeiro Freitas, *Terras de Lanhoso. Monografias II. Meia Popula de Lanyoso. Forais de Lanhoso*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 1992, p. 34; Padre António Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal ...*, Tomo I, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, pp. 161-163.

<sup>23</sup> Paulo Alexandre Ribeiro Freitas, *ob. cit.*, 1992, p. 34.

<sup>24</sup> Entende-se por “Ouvidoria” as terras que estavam sujeitas à jurisdição de um ouvidor senhorial. No entanto a competência do ouvidor era bem menor que a do corregedor, uma vez que não podia decidir em primeira nem em última instância, mas somente em apelações em assuntos de cível. Luís Vidigal, *O municipalismo em Portugal no século XVIII. Elementos para a caracterização da sociedade e instituições locais, no fim do «Antigo Regime»*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 41.

<sup>25</sup> Carlos Manuel Valentim, *Uma família de cristãos-novos do Entre Douro e Minho: os Paz*, Tese de mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, p. 60; António Manuel Hespanha, *ob. cit.*, 1986, p. 103.

<sup>26</sup> António Delgado da Silva, *Collecção da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Typografia Maignrense, 1828, pp. 606-609. Disponível em <http://www.iuslusitaniae>. Consultado a 12 de outubro de 2012.

<sup>27</sup> Luís Nuno Espinha da Silveira, *Território e poder. Nas origens do Estado contemporâneo em Portugal*, Cascais, Patrimonia, 1997, p. 32.

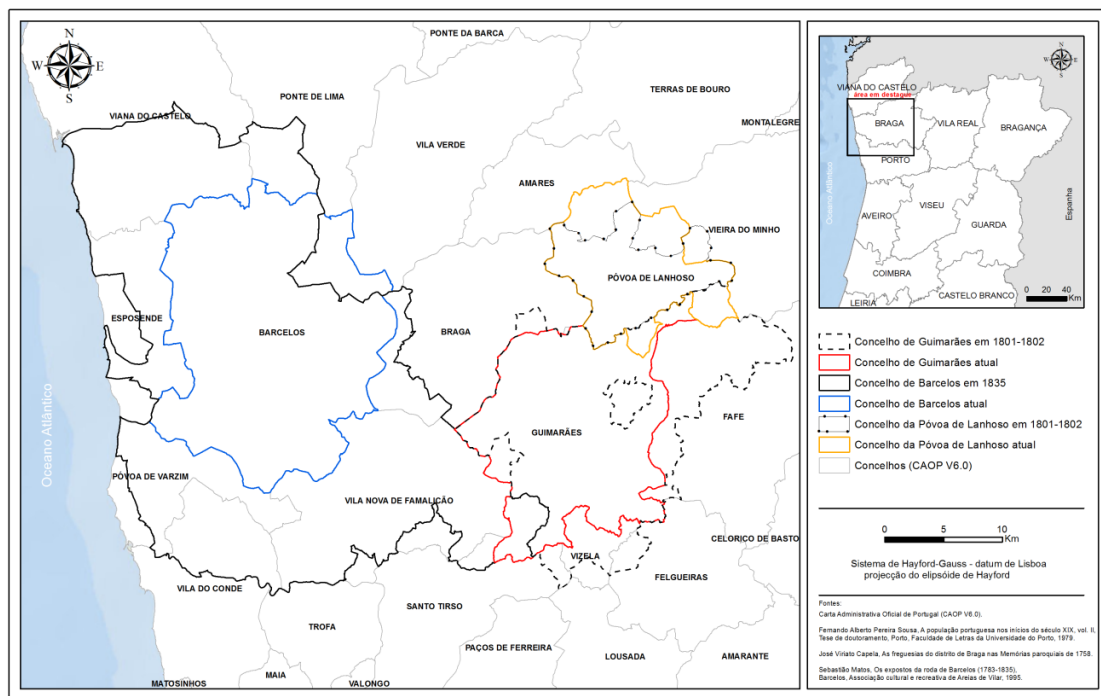
<sup>28</sup> Padre António Carvalho da Costa, *ob. cit.*, 1706, p. 300. Julgado – Povoação sem pelourinho e sem os privilégios de vila mas goza de justiça própria. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IV, 1712-1728, pp. 221-222.

<sup>29</sup> Esta divisão em julgados era apenas relevante, segundo José Viriato Capela, na repartição dos impostos. José Viriato Capela, João A. Nunes, “O concelho de Barcelos do Antigo Regime à Primeira República – fontes para o seu estudo”. *Separata da «Barcellos-Revista»*, Barcelos, 1983, p. 17.

<sup>30</sup> José Viriato Capela, Rogério Borralheiro, *Barcelos nas memórias paroquiais de 1758*, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1998, p.23.

<sup>31</sup> Veja-se Fernando Alberto Pereira de Sousa, *A população portuguesa nos inícios do século XIX. Divisão administrativa e eclesiástica de Portugal em 1801-1802*, vol. II, Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979, pp. 11-19; veja-se ainda Luís Nuno Espinha da Silveira, *ob. cit.*, 1997, pp. 34-35.

**Mapa 1** - Enquadramento geográfico



Do ponto de vista geográfico o Baixo-Minho caracteriza-se pela paisagem verdejante, marcada pelo clima húmido de influência atlântica, pela abundância de canais de água, rios e seus afluentes, que tornam a terra, fortemente irrigada, muito fértil. Em alguns casos, constituem autênticas barreiras naturais; apresentam-se como verdadeiras vias de comunicação, desempenhando um papel importante no desenvolvimento de dinâmicas comerciais de âmbito nacional e internacional, uma vez que a hidrografia orienta para o Oceano Atlântico as três regiões (Guimarães, Barcelos e Póvoa de Lanhoso). As populações desta região praticavam no *Antigo Regime* uma economia de subsistência e produção doméstica, onde o conservadorismo e o quietismo imperavam ao nível dos hábitos de consumo e ao nível da reprodução e transformação social<sup>32</sup>.

A área geográfica considerada tem sido objeto de inúmeros trabalhos por parte de diversas áreas disciplinares.

<sup>32</sup> Ver João Pina-Cabral, *Filhos de Adão, Filhas de Eva: a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Paulo Valverde (trad.), Lisboa, Dom Quixote, 1989.

Embora se conheça a história demográfica<sup>33</sup> do Baixo Minho bem como a sua etnografia<sup>34</sup>, existe uma lacuna historiográfica quanto ao conhecimento da sua cultura material<sup>35</sup>. Não significa que o tema não tenha suscitado o interesse dos historiadores, mas existe a tendência para trabalhar o património das grandes famílias, enquanto o estudo do património das médias e pequenas famílias rurais se tem restringido aos bens de natureza agrícola, ou seja, à exploração agrícola (terras, culturas, produções, preços e consumos) e, quando muito, às alfaías fundamentais para o trabalho da terra. Não existe ainda nenhum trabalho abrangente para o Baixo Minho, que foque a cultura material no seu todo, desde os bens imóveis aos móveis, passando pelos bens de adorno e vestuário, com a exceção de Margarida Durães, que inclui na sua tese um capítulo sobre a cultura material no termo de Braga, no qual salienta a importância do património móvel ao nível económico e simbólico<sup>36</sup>.

Várias questões se impõem: ser-nos-á possível reconstruir a realidade social das gentes do Baixo-Minho partindo dos inventários orfanológicos e testamentos? De que forma é que as normas legais protegiam as legítimas dos herdeiros ausentes? O património imóvel, estará no cerne da construção de padrões diferenciados de riqueza e de hierarquias no tecido familiar e social? De que forma é que o património móvel define relações sociais?

Na I Parte abordaremos as **fontes** de investigação utilizadas nesta dissertação, os inventários orfanológicos e os testamentos. Embora apresentem as limitações inerentes a qualquer tipo de fonte histórica<sup>37</sup>, conseguem no entanto transmitir dados sobre o estrato social a que pertencia o inventariado, a composição do seu património à data da morte, os valores atribuídos às suas diferentes componentes, e as pessoas a quem os objetos se destinavam no

---

<sup>33</sup> Nas décadas de oitenta e noventa do século XX numerosos trabalhos de demografia histórica reconstituíram uma série de paróquias da região, no seguimento dos trabalhos de Norberta Amorim (1985). O património fundiário e as formas de herança foram estudados por Margarida Durães (2001) e Ana Silvia Scott (1999). Há ainda o olhar atual do antropólogo Jean-Yves Durand que tem publicado diversos trabalhos sobre a região (2004).

<sup>34</sup> Nesta área existem numerosos trabalhos etnográficos, sobretudo para os finais do século XIX e inícios do século XX, destacando-se os de José Leite de Vasconcelos, Benjamim Pereira, Jorge Dias e Fernando Galhano.

<sup>35</sup> O estudo da *cultura material* em Portugal para o período moderno continua incipiente quando comparado com a historiografia internacional. A nível nacional destacam-se os trabalhos de Nuno Luís Madureira, *Lisboa. Luxo e distinção. 1750-1830*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, e do mesmo autor *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa, 1740-1830)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992; Jorge Fonseca, "O interior doméstico em Montemor-o-Novo no século XVII", *Almansor: Revista de Cultura*, 1.ª Série, n.º 9, 1991; e, Margarida Durães, *Herança e sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga (séculos XVIII e XIX)*, 2 vols., Tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2000. Na vizinha Espanha, a cultura material e o consumo tem sido objeto de estudo desde a década de 90 do século transato, destacando-se os trabalhos de Bartolomé Yun Casalilla, Ramón Maruri, Máximo García Fernández, Juan Manuel Bartolomé Bartolomé, Maria de Los Ángeles Sobaler Seco, Rosa Maria Dávila entre outros.

<sup>36</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, pp. 210-236.

<sup>37</sup> Veja-se a esse respeito Hortensio Sobrado Correa, "Los Inventarios post-mortem como fuente privilegiada para el estudio de la Historia de la cultura material en la Edad Moderna". *Hispania, Revista Española de Historia*, vol. LXIII/3, n.º 215, Madrid, 2003; Micheline Baulant, *ob. cit.*, 1988a, p. 14.

momento da partilha. Relançando um olhar sobre a transmissão da herança entre herdeiros, no capítulo **Ausente da terra mas presente na legítima**, procurámos descortinar quais os dispositivos legais de proteção dos órfãos, e, neste caso concreto, dos ausentes, também abrangidos por disposições de natureza jurídica semelhante. Eram indivíduos que tinham emigrado, e estavam ausentes aquando da partilha do património familiar. As escrituras testamentárias apenas nos inventários orfanológicos são de peculiar importância também para se perceber quais eram os custos da viagem de ida para o Brasil. Os testadores faziam questão de deixar registado os empréstimos aos filhos para o “frete”, fazendo as contas para que todos pudessem ficar satisfeitos com a legítima que lhes tocassem<sup>38</sup>. Contudo, o estudo dos inventários orfanológicos traduz sobretudo o valor económico (muitas vezes aproximado, ou até subvalorizado) do património móvel e imóvel. Para conhecermos o seu significado e a forma como os objetos estruturavam as relações das pessoas com o passado familiar tornou-se necessário recorrer aos testamentos.

Na II parte estudaremos em primeiro lugar a **posse da terra** tal como ela surge nos inventários e testamentos. A posse da terra estabelecia níveis de riqueza, conferia um estatuto ao seu proprietário e garantia a subsistência da família. Símbolo de poder, pertencia a uma pequena parte da população portuguesa, que possibilitava ao pequeno camponês a exploração de parcelas de terra mediante contratos de exploração<sup>39</sup>. O assento ou o lugar, composto pela casa e propriedades circundantes, cerrado, muitas vezes, pelo portal fronho<sup>40</sup>, congrega tudo o que denominámos de *portas adentro*. O nosso objetivo é sobretudo o de contextualizar a casa rural, que, mais do que uma estrutura habitacional, é vista neste trabalho como elemento capital da herança (juntamente com a terra), na medida em que forma um elemento de continuidade entre as gerações e estabelece níveis de riqueza<sup>41</sup>.

Para o **estudo da casa rural**, são fundamentais os contributos da geografia, etnografia e arquitetura. Entre 1955 e 1961, sob a égide do então Sindicato Nacional dos Arquitectos foi realizado um estudo sobre a arquitetura popular portuguesa, que se tornou referência obrigatória

---

<sup>38</sup> Denominação utilizada nas escrituras de testamento e inventários orfanológicos para designar despesas com a viagem.

<sup>39</sup> Margarida Durães estudou os contratos de arrendamento no âmbito da sua tese de doutoramento, com especial incidência nas práticas sucessórias de heranças. *Ob. cit.*, vol. II, 2001; ver Maria de Fátima Brandão, *Terra, herança e família no noroeste de Portugal. O caso de mosteiro no século XIX*, Porto, Afrontamento, 1994.

<sup>40</sup> *Portal fronho* é a denominação utilizada pela população da região considerada (Barcelos e Guimarães), presente nos inventários orfanológicos, para designar portal principal.

<sup>41</sup> Ver Maria Manuela Rocha, a qual estabelece níveis de riqueza para a região alentejana partindo da análise dos inventários orfanológicos. *Propriedade e níveis de riqueza. Forma de estruturação social em Monsaraz na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1994, pp. 91-103.



(Inquérito 1988). De referir os estudos de Conceição Falcão sobre as casas de Guimarães<sup>42</sup> e um outro estudo sobre as casas de Santarém numa perspetiva comparativa - Santarém, Guimarães e Barcelos<sup>43</sup>; Manuel Sílvio Conde e Marina Afonso Vieira debruçaram-se sobre a habitação e arquitetura do Noroeste transmontano<sup>44</sup>.

No nosso caso, para estudar os elementos arquitetónicos e as divisões internas da casa minhota, analisando as diferentes funcionalidades e usos do espaço enquanto possíveis elementos de diferenciação entre o privado e o público, procedemos a um levantamento fotográfico de habitações rurais em fase de demolição. Nesta região, em particular, torna-se nítida a tendência para não recuperar o património rural proveniente de grupos médios ou baixos da população camponesa, ao contrário dos solares, tendencialmente “livres de perigo”. Este trabalho de campo apresentou-se extremamente útil, ao permitir uma análise da estrutura dos espaços domésticos em ambiente rural, constituindo ele próprio também, para além do que nos é possível fazer para preservar a memória desse património, um elemento crucial do nosso estudo.

Na III Parte ***Cultura material e o património móvel*** tivemos como propósito integrar todos os objetos, integrando-os em diferentes tipologias. Em primeiro lugar, por uma questão de sequência lógica, abordámos os utensílios de ofício – depois da terra e da casa -, uma vez que eram indispensáveis ao trabalho agrícola e artesanal. Prosseguimos para o mobiliário e utensílios domésticos, roupa de uso doméstico, roupa do corpo e adorno e, finalmente, a ourivesaria.

Os objetos têm um valor semiótico, uma vez que são signos, representações, detentores de uma natureza supérflua<sup>45</sup>. Por vezes, a sua produção não responde apenas às necessidades naturais do homem (sentido útil do objeto) visto que são signos de distinção social. O presente estudo visa compreender este universo de “coisas”, relacionando funções e significados, e precisando a sua evolução ao longo do tempo, numa época de transição entre o *Antigo Regime* e o período contemporâneo.

---

<sup>42</sup> Maria da Conceição Falcão Ferreira, “A casa comum em Guimarães, entre o público e o privado (finais do século XV)”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 279-296.

<sup>43</sup> Maria da Conceição Falcão Ferreira, “Construção corrente em Santarém no século XV: alguns exemplos”, in Luís A. de Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro, Amélia Polónia (coord.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 457- 473.

<sup>44</sup> Manuel Sílvio Alves Conde, Marina Afonso Vieira, “A habitação e a arquitectura corrente no Norte Transmontano em finais da Idade Média”, in Iria Gonçalves (coord.), *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade de Nova de Lisboa, 2004, pp. 1-43.

<sup>45</sup> Marilda Soares, *ob. cit.*, 2004, p. 8.

Em suma, o nosso trabalho visa compreender o significado do património móvel e imóvel na construção de relações familiares e sociais. Os objetos, sejam eles parte do recheio da casa ou do vestuário, a casa ou o assento, constroem a realidade social, estruturando as relações de poder entre os indivíduos, estabelecendo diferenciações no interior da família, ao mesmo tempo que organizam relações sociais e relações das pessoas com o sagrado.

## **I PARTE: FONTES**

## **CAPÍTULO I - INVENTÁRIOS ORFANOLÓGICOS/TESTAMENTOS<sup>46</sup>**

---

<sup>46</sup> Parte deste estudo foi abordado no nosso artigo “Podemos conhecer os patrimónios móveis através dos inventários orfanológicos? Os casos de Guimarães e Barcelos (séculos XVIII-XIX)”, in Isabel dos Guimarães Sá, Máximo García Fernández (dirs.), *Portas adentro: comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 237-250.

## **1. INVENTÁRIOS ORFANOLÓGICOS**

Que fonte documental melhor se adequaria ao estudo da cultura material das gentes do Baixo-Minho setecentista?

O leque de fontes documentais passível de ser abordado era bastante alargado: dotes, testamentos, inventários orfanológicos, livros de receitas e despesas, tombos, visitas, entre outras. No entanto, os inventários orfanológicos cedo se revelaram a fonte mais adequada para estudar o património móvel e imóvel das famílias do Baixo Minho, conforme ficou patente logo que fizemos uma primeira visita ao Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães. Esta fonte, de carácter judicial apresentou-se-nos como sendo extremamente rica ao nível da informação sobre a vida quotidiana daqueles a quem se reportava. Descrevia tudo o que compunha a *casa*, e cada *item* da herança era objeto de descrição precisa. Neste sentido, considerámos que a fonte oferecia um quadro, supostamente rigoroso, dos bens que compunham o património familiar no momento da sua feitura. Além disso, grande parte dos inventários continha apensos traslados de uma variedade de documentos (dotes, procurações, testamentos, pagamentos de dívida, escrituras de fiança, empenhamentos, provisões de tutela...), que em muito poderiam enriquecer o nosso estudo.

### **1.1 A construção da amostra e as lacunas dos arquivos**

O nosso universo espacial, Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso, foi escolhido tendo em conta dois critérios: procurar colmatar as lacunas historiográficas existentes ao nível da cultura material nesta região através do manuseamento de um fundo documental ainda por explorar (inventários orfanológicos) e, proceder a um estudo alargado de carácter comparativo, capaz de abordar as dicotomias e/ou analogias da cultura material não apenas de um concelho, mas de uma região, o Baixo Minho.

No que concerne à localização da documentação dos diferentes concelhos, é de referir que os inventários orfanológicos do concelho de Guimarães se encontram no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, em Guimarães. A nossa investigação começou por este arquivo com o objetivo de proceder ao levantamento de todo o fundo orfanológico entre 1750 e 1810. Todavia, também

aqui nos deparámos com um problema: Guimarães, só tem inventários orfanológicos a partir de 1770, contabilizando-se, no seu todo e até 1810, duzentos inventários<sup>47</sup>.

Tendo em conta tal limitação, a nossa amostra, na relação entre concelhos – Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso – apresenta uma deficiência. Sendo Guimarães uma comarca, considerámos que não seria exequível proceder ao levantamento de mais de duzentos inventários orfanológicos para os restantes concelhos (Barcelos e Póvoa de Lanhoso). Assim sendo, a recolha de dados teve por limite quantitativo o levantamento de duzentos inventários orfanológicos para cada um dos concelhos estudados de modo a permitir que os distintos espaços escolhidos fornecessem o mesmo número de processos orfanológicos independentemente da sua área, da sua população e da sua categoria jurídica.

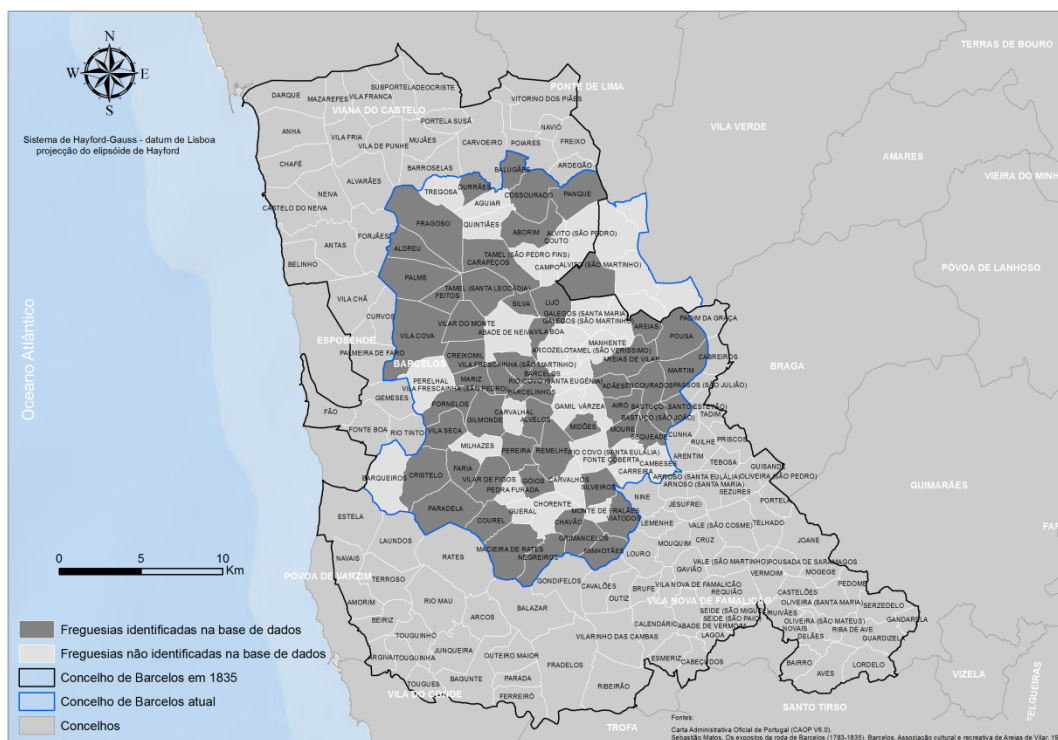
Os inventários orfanológicos dos concelhos de Barcelos e da Póvoa de Lanhoso encontram-se no Arquivo Distrital de Braga. De ressaltar que, aquando da transcrição, a referida documentação não tinha sido ainda objeto de catalogação, estando organizada em maços, agrupados cronologicamente. Este “Fundo Judicial”, depositado no Arquivo Distrital de Braga à relativamente pouco tempo, foi objeto de tratamento no ano seguinte, obrigando-nos posteriormente a proceder a uma atualização que tivesse em conta a catalogação atribuída a cada inventário.

De referir ainda que, se para o concelho de Guimarães dispúnhamos apenas de 200 inventários, para os demais concelhos o número de inventários disponíveis era muito superior. Porém, a distribuição de inventários por ano não era uniforme. Se para uns anos tínhamos possibilidade de analisar 5 inventários, anos havia em que tal não era possível. Desse modo, o levantamento foi relativamente aleatório. Ao longo do primeiro quartel da segunda metade do século XVIII não abundavam inventários orfanológicos, havendo necessidade de proceder a um maior levantamento nos anos seguintes (1775-1810) por forma a completar e a uniformizar as amostras. Observe-se nos seguintes mapas as freguesias de cada concelho que foram objeto de levantamento documental.

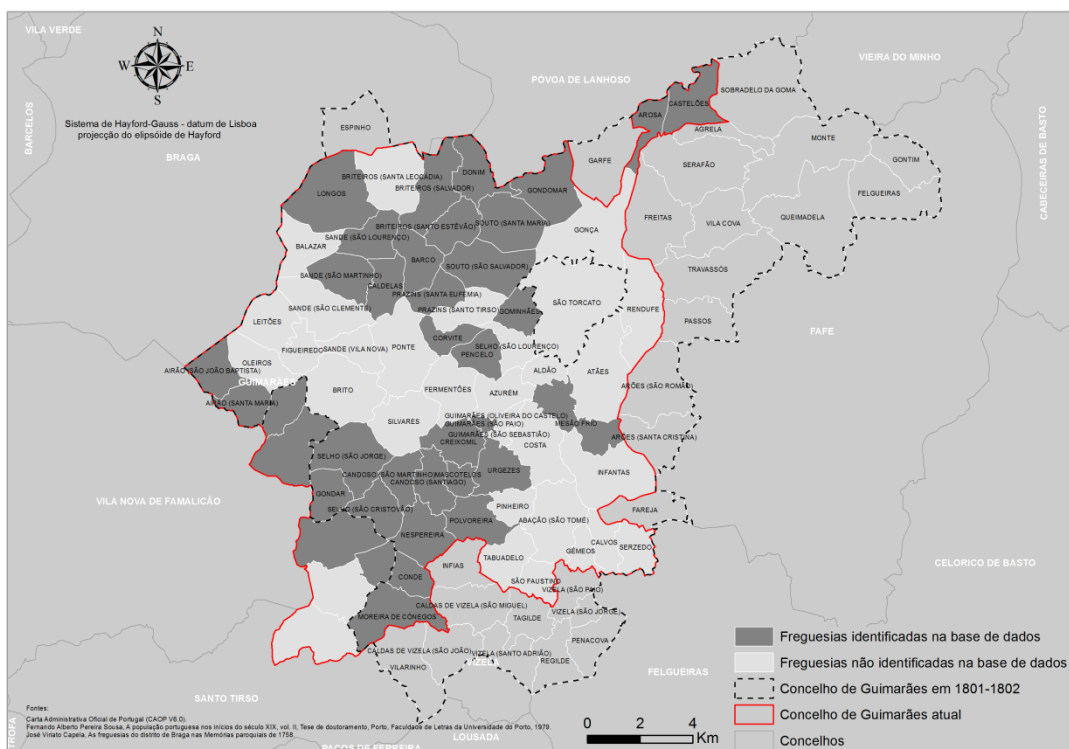
---

<sup>47</sup> Maria de Fátima Brandão (1994) e Margarida Durães (2000) apresentam as mesmas dificuldades em localizar os inventários orfanológicos anteriores ao século XIX. Estas dificuldades não deixam de ser surpreendentes, uma vez que a sua feitura já se encontrava prescrita desde o século XV nas *Ordenações Afonsinas*.

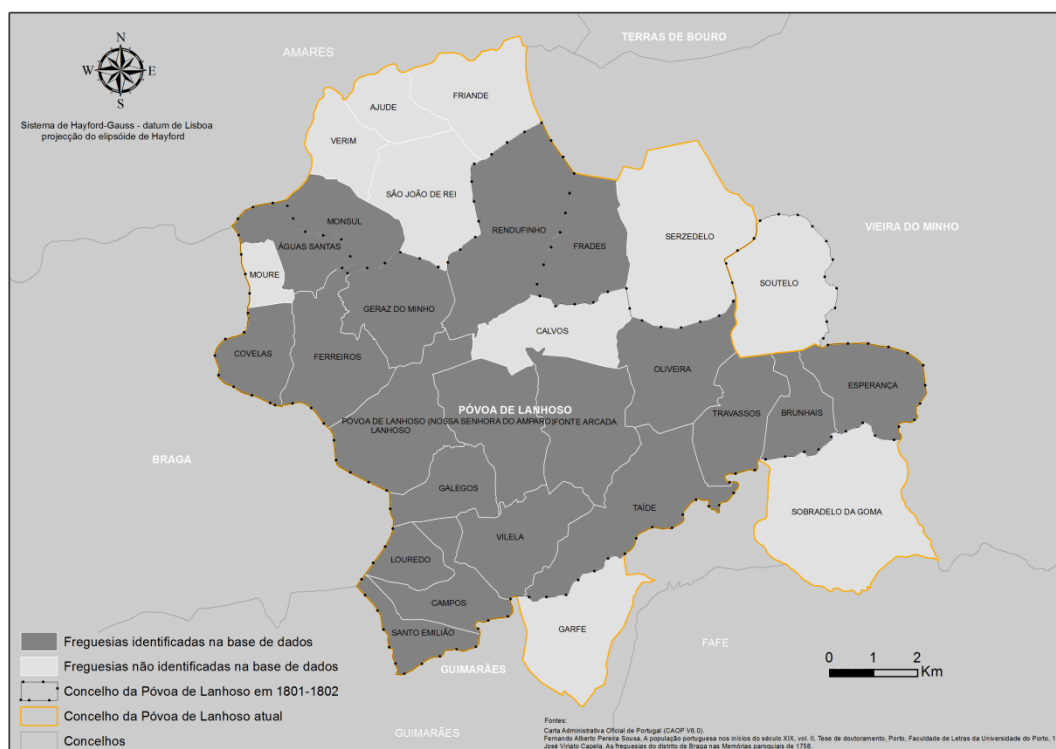
**Mapa 1 - Concelho de Barcelos**



**Mapa 2 - Concelho de Guimarães**



**Mapa 3** - Concelho de Póvoa de Lanhoso



No que diz respeito aos testamentos, o seu levantamento obedeceu apenas a um critério: levantamento dos testamentos apensos aos inventários orfanológicos. Esta decisão permitiu-nos efetuar não só o levantamento dos testamentos dos inventariados bem como toda a restante documentação apensa nestes processos, de modo a completar e reconstruir as vivências socioeconómicas e culturais dos indivíduos inventariados e inventariantes assim como das suas respetivas famílias.

Para nosso desalento, o número de testamentos apensos é bem menor do que gostaríamos. Uma percentagem significativa de inventários orfanológicos faz apenas referência de que o inventariado fez testamento mas, na maioria dos casos, o mesmo não vem apenso ficando totalmente omissas as últimas vontades do inventariado. Contrariamente aos dos concelhos de Guimarães e Póvoa de Lanhoso, os inventários do concelho de Barcelos não referem se o inventariado fez ou não testamento, informação fundamental, na nossa perspetiva, para o estudo dos níveis de religiosidade, e das atitudes do inventariado perante a morte mas, sobretudo, para conhecermos de que modo as suas decisões em matéria de herança e partilhas foram ou não respeitadas no processo de inventário. De qualquer forma, propusemo-nos



conhecer o número de inventariados que deixaram testamento, independentemente desta escritura se encontrar trasladada ou não no inventário (tabela 1, gráfico 1) e, posteriormente classificá-los quanto ao género (gráfico 2).

**Tabela 1** - Frequência de inventários orfanológicos e testamentos (1750-1810)

<b>Concelho</b>	<b>Inventários Orfanológicos</b>	<b>Inventariados com testamento</b>	<b>Traslados de testamentos</b>
<b>Barcelos</b>	200	21 (10,5%)	21 (10,5%)
<b>Guimarães</b>	200	64 (32%)	37 (18,5%)
<b>Póvoa de Lanhoso</b>	200	65 (32,5%)	38 (19,5%)

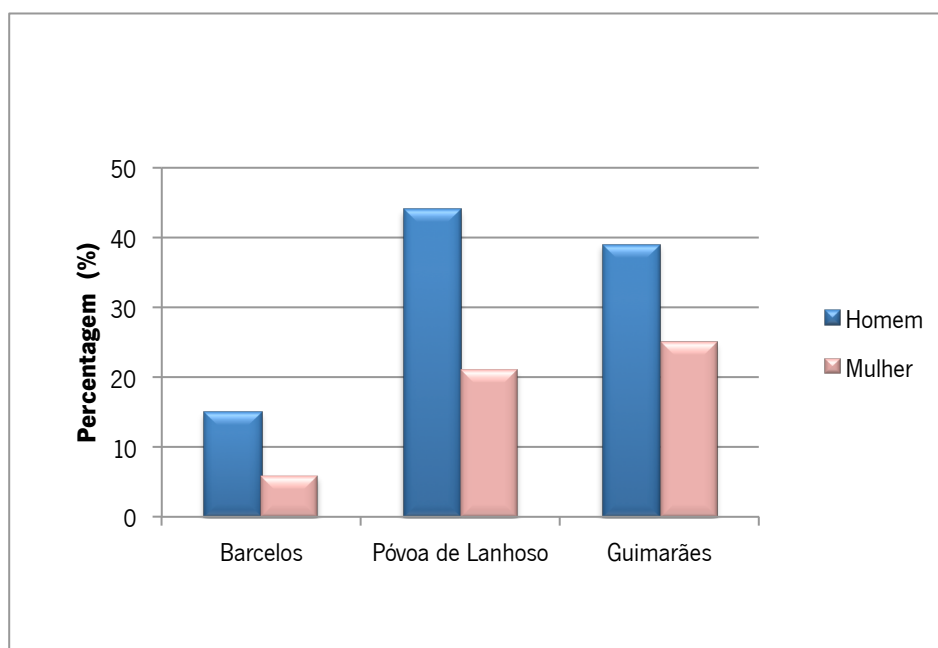
**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”<sup>48</sup>.

Como podemos observar na tabela n.º 1, as ocorrências de testamentos e seus respetivos traslados nos concelhos de Guimarães e da Póvoa de Lanhoso são bastante semelhantes. Mais de 30% dos inventariados (200 inventários para cada concelho) revelaram preocupações de natureza religiosa. O fundo orfanológico do concelho de Barcelos apresenta uma realidade distinta, na medida em que a frequência de testamentos aí registada foi bem menos significativa. Segundo o que pudemos apurar, apenas 11% dos inventariados fizeram testamento. No entanto, aquando da sua transcrição, confrontámo-nos com um número bem mais reduzido de traslados.

Vejamos o género dos inventariados que deixaram testamento:

<sup>48</sup> Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB); Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (doravante AMAP).

**Gráfico 1** - Género do testador (1750-1810)



**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Nos três concelhos temos mais homens do que mulheres a fazer testamento. Esta tendência, como veremos adiante, não difere da que encontrámos nos inventários orfanológicos.

De qualquer forma, partindo dos testamentos que estão ao nosso alcance, procurámos conhecer as preocupações dos nossos inventariados no que respeita a questões de natureza afetiva e espiritual e, sobretudo, compreender de que forma é que o património móvel e imóvel, ligado às contingências da sua transmissão intergeracional, determinava a construção de complexas redes familiares e sociais.

## **1.2 Metodologia**

A natureza da nossa dissertação é simultaneamente qualitativa e comparativa. Não obstante, o uso de métodos quantitativos, sobretudo para a compilação da informação em bases de dados, impõe-se quando é nosso propósito uma análise comparativa entre concelhos. Desta forma, como dissemos, a recolha de dados teve por base o levantamento de duzentos inventários orfanológicos para cada um dos concelhos escolhidos perfazendo, no total,

seiscentos inventários, compilados numa base de dados *Access*. Desta base constam os seguintes elementos: a identificação do inventariado (nome, sexo, estado, data de nascimento e óbito, profissão, número de herdeiros, freguesia, concelho e comarca); data da abertura e término do inventário; identificação dos louvados (nome, profissão, freguesia, concelho e comarca); identificação do tutor (nome, sexo, estado, parentesco); descrição dos objetos (quantidade, tipo de matéria-prima, estado de conservação, cor e o valor pecuniário ao que se acrescenta um campo para possíveis observações); dívidas ativas/passivas (nome do credor ou devedor, profissão, freguesia, concelho e comarca, natureza do crédito ou débito), colheitas (quantidade, descrição da medida, género, valor) e bens de raiz (nome do proprietário/senhorio, tipologia, valor, localização e tipo de contrato).

Apesar de olharmos a região em questão como um todo, torna-se pertinente apurar, através de uma análise comparativa, as especificidades de cada concelho.

Faremos uso também do chamado método nominativo, uma vez que, quer nos inventários orfanológicos quer nos testamentos, o indivíduo é identificado. Como salienta Maria Manuela Rocha “o cruzamento nominativo surge como método preferencial para a abordagem das relações sociais ...”<sup>49</sup>.

### **1.3 Inventários orfanológicos: estrutura externa**

A feitura de inventário orfanológico era obrigatória quando existiam, à data da morte dos pais ou de um parente, herdeiros menores de 25 anos, mentecaptos ou ausentes prolongados sem notícias. De referir ainda que, os filhos ilegítimos, tanto por parte do pai como da mãe, ou ainda indivíduos solteiros, podiam integrar este processo de partilha de bens, desde que existisse um testamento que os citasse<sup>50</sup>. Temos o exemplo de Cipriana Ferreira, solteira, da freguesia de Santa Maria de Souto de Sobradelo, termo de Guimarães, a qual declarou no seu testamento:

---

<sup>49</sup> Maria Manuela Rocha, *Propriedade e níveis de riqueza. Forma de estruturação social em Monsaraz na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1994, p. 18.

<sup>50</sup> *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino do Portugal*, Cândido Mendes de Almeida (ed.), 14.ª ed., Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Filomático, 1870, Liv. IV, Tit. XCVI, p. 954 (doravante *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino do Portugal*).

“... [que] tinha uma filha chamada Joana, a qual concebera por fragilidade a mesma e suposto foi se [sic] sujeito que entre ela testadora e ele havia impedimento de matrimónio por serem parentes e por esta razão será a dita sua filha espúria na forma de direito e que não obstante pediu ela testadora dispensa na lei a sua majestade, a qual conseguiu, ele fez mercê e por isso em virtude da dita provisão disse ela testadora que instituía por sua testamenteira e universal herdeira de todos os seus bens móveis e imóveis como de tudo mais que por direito lhe pertencer”<sup>51</sup>.

A abertura de inventário não resultava apenas da existência de filhos nas condições já especificadas, uma vez que, nos casos em que os filhos já tinham morrido, os bens eram herdados pelos netos ou sobrinhos, ou seja, pelos descendentes até ao décimo grau<sup>52</sup>. Na nossa amostra existe uma presença significativa de inventários cuja abertura foi determinada pela existência de netos órfãos. Contudo, não terá sido essa a causa mais frequente. Vejamos:

**Tabela 2** - Causas da realização de inventário orfanológico (1750 - 1810)

Concelho	Menores	Netos menores	Mentecaptos	Ausentes	Parentes	Sobreposição de causa <sup>53</sup>	Total
<b>Póvoa de Lanhoso</b>	144	15	4	20	4	13	200
	72%	7,5%	2%	10%	2%	6,5%	100%
<b>Barcelos</b>	150	21	1	22	0	6	200
	75%	10,5%	0,5%	11%	0%	3%	100%
<b>Guimarães</b>	126	31	1	29	0	13	200
	63%	15,5%	0,5%	14,5%	0%	6,5%	100%
<b>Total</b>	420	67	6	71	4	32	600
	70%	11,2%	1%	11,8%	0,7%	5,3%	100%

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

<sup>51</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-218, 1789, fl. 11v.

<sup>52</sup> No inventário de Senhorinha Francisca de Fontarcada, os inventariantes nomeados, Manuel Francisco Martins e Manuel da Silva, lavradores e vizinhos da defunta, declararam que a defunta não deixou herdeiros descendentes nem ascendentes. Dessa forma, o reverendo vigário, João Afonso, da freguesia de Fontarcada, “tomara conta dos móveis da defunta e que este os vendera ou tencionava vender para efeito do funeral e dia de óbitos da defunta”. Porém, os bens ficaram na posse do juiz até que possíveis herdeiros pudessem aparecer, assumindo este o papel de “depositário”. ADB, “Judicial Antigo” ct. 2845, 1778, fl. 1v.

<sup>53</sup> Acrescentamos esta coluna uma vez que nem sempre foi possível aferir a verdadeira razão que determinou a realização do inventário, visto que existe mais do que uma possibilidade. A maior parte dos casos refere-se à presença em simultâneo de filhos menores e ausentes.

A principal causa da realização de inventário orfanológico nos três concelhos (Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso) para o período em questão (1750-1810), foi a presença de filhos menores, atingindo 70% dos casos no total da amostra (600 inventários orfanológicos). Estes resultados confirmam que, tal como no resto da Europa, a esperança média de vida da população do Baixo Minho, da segunda metade do século XVIII, era curta. Não será esta, porém, a única razão para o sucedido. À baixa esperança média de vida, acresce-se a possibilidade da mulher conceber os filhos no limite do seu período fértil. Relativamente à primeira possibilidade, o mesmo se poderá antever quando em Guimarães somos confrontados, como segunda causa para a realização de inventário, com a existência de netos menores. Infelizmente, nos inventários orfanológicos, assim como nos testamentos, não dispomos de elementos sobre a idade dos indivíduos à data do falecimento, impedindo-nos de saber em que fase do ciclo de vida eles se encontravam aquando da morte. Esta falta de elementos poderia ser colmatada recorrendo aos registos paroquiais; seria um processo de pesquisa moroso e impossível de efetuar no âmbito desta tese, devido ao elevado número de freguesias a pesquisar. Por outro lado, não podemos ter a certeza de que todos os inventariados tivessem nascido na freguesia em que fizeram testamento.

Nos concelhos da Póvoa de Lanhoso e Barcelos a segunda causa de feitura dos inventários orfanológicos foi a presença de filhos ausentes, emigrantes em busca de melhores condições de vida, que deixaram de contactar os seus familiares por motivos desconhecidos.

O processo de inventário resultava de um imperativo legal. A sua elaboração, contrariamente aos testamentos ou escrituras de dote que eram da competência dos notários, era da responsabilidade dos tribunais, sendo conservados nos arquivos respetivos; daí fazerem parte do fundo arquivístico agora intitulado “Judicial Antigo”<sup>54</sup>.

Torna-se necessário abordar brevemente o processo de produção dos inventários, uma vez que este define o conteúdo e a natureza da fonte. O Reino dispunha de juizes próprios com competência específica na matéria, os juizes dos órfãos, mas não em todos os concelhos. Este ofício foi criado no século XV, em grande parte devido ao peso demográfico dos órfãos; numa sociedade em que a esperança média de vida era curta, impunha-se a tomada de medidas no sentido de garantir a segurança dos menores e dos seus bens<sup>55</sup>. Todavia, não existia o ofício de

---

<sup>54</sup> Em Espanha e em França, a elaboração dos inventários *post-mortem* competia aos notários e não aos tribunais.

<sup>55</sup> Ana Isabel Marques Guedes, *O colégios dos meninos órfãos (sécs. XVII-XIX): Évora, Porto e Braga*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 26-28.

juiz dos órfãos em todas as vilas e lugares, mas apenas naquelas “onde na vila e termo ouver quatrocentos vezinhos e di pera cima”<sup>56</sup>. Nas restantes localidades, a proteção dos órfãos era confiada ao juiz de fora, ou até ao juiz ordinário assessorado pelos tabeliães.

O processo judicial elaborado por uns e outros era idêntico e desenrolava-se nos moldes que passaremos a explicitar. A partir do momento em que o juiz tinha conhecimento da morte de alguém cujos herdeiros, por direito, deviam ser administrados por um tutor (menores, mentecaptos ou ausentes), deveria mandar citar o cabeça de casal. Este recebia ordem para se apresentar no prazo de três dias, prestar juramento de inventariante e proceder às respetivas declarações. Só então se dava início ao inventário<sup>57</sup>. Caso o cabeça de casal não comparecesse no período convencionado, procedia-se de imediato a sequestro, iniciando-se o inventário com o depositário<sup>58</sup>.

O inventariante, à luz das Ordenações, dispunha de trinta dias, a contar do momento do falecimento, para encetar o processo de inventário. Em caso de incumprimento, seria juridicamente responsável por todo e qualquer prejuízo que pudesse advir para os herdeiros do inventariado<sup>59</sup>. As sanções relativas aos prazos da realização dos inventários eram rigorosas. O viúvo ou a viúva teria obrigatoriamente de realizar o inventário num período de dois meses. Caso contrário, se o pai ficasse como inventariante este sujeitava-se a perder, a título definitivo, a sua parte da herança, bem como o usufruto dos bens. Se como inventariante ficasse a mãe ou o avô, para além destas penalizações, acrescia o impedimento de assumir a função de tutor e perdiam a guarda dos próprios filhos ou netos.

O cônjuge sobrevivente era incitado a concluir o inventário no prazo de sessenta dias, o que, com os trinta dias que o juiz dos órfãos contava para dar início à sua elaboração, perfazia um total de noventa dias. Se o inventário não se iniciasse dentro do prazo, mas estivesse concluído ao fim desses noventa dias, o inventariante não sofria qualquer pena. Se a responsabilidade pela não elaboração do inventário coubesse ao juiz ou ao escrivão, o inventariante também não sofria qualquer sanção. A lei insistia com o inventariante no sentido de proceder à descrição de todos os bens, efetuada sob juramento. A pena para a ocultação de

---

<sup>56</sup> *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino do Portugal*, 1870, Liv. I, Tit. LXXXVIII, p. 206.

<sup>57</sup> António Joaquim Ferreira D'Eça e Leiva, *Memorias theoricas e practicas do direito orphanologico*, 3ª ed., Porto, Jacintho Antonio Pinto da Silva, s/d., p. 2.

<sup>58</sup> “Tomada judicial, e deposito em mão de terceiro, de alguns bens, de cujo uso, e disposição se priva o dono, para satisfação de alguma dívida, ou comisso a que está obrigado. § Depósito da coisa litigiosa, até se averiguar cuja ella he”. Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino...*, vol. I, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 393.

<sup>59</sup> *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino do Portugal*, 1870, Liv. I, Tit. LXXXVIII, p. 207.

bens era radical: “1º em perder para os co-herdeiros tudo o que sub-negar, sem nisso haver parte alguma; 2º pagar em dobro a valia das coisas sub-negadas, para os menores; 3º no perjúrio, que é a morte natural, e perdimento de todos os bens para a coroa”<sup>60</sup>.

Através do inventário orfanológico, intentava-se que todos os herdeiros tivessem acesso à parte da herança que era sua por direito (designada na lei e na linguagem vulgar por legítima), evitando-se, desta forma, que os menos capazes de administrar os seus bens fossem objeto de usurpação por parte dos que se encontravam em situação de o fazer. Daí que, à morte dos pais ou de outros parentes aos quais os órfãos sucediam como herdeiros legítimos, o processo de inventário tinha de ser imediatamente aberto de modo a que os bens da herança pudessem ser inventariados, avaliados e divididos. Neste processo, como veremos, era fundamental o papel desempenhado pelo tutor ou curador<sup>61</sup>.

O tutor era considerado um dos órgãos mais importante do regime de tutela, uma vez que desempenhava as funções dos pais (administrar, proteger e amparar os órfãos) embora lhe fossem proibidos determinados atos, nomeadamente, a venda dos bens dos menores. O curador era o responsável judicial por administrar ou fiscalizar os bens de alguém em condições especiais<sup>62</sup>.

#### **1.4 O papel do tutor**

Segundo Rafael Bluteau, tutor e curador diferem em três pontos. vejamos: o tutor tratava primeiramente da pessoa que tinha sob sua tutela, em segundo lugar da sua fazenda e, por último, do seu património<sup>63</sup>. o curador tratava primeiramente da fazenda e só depois da pessoa; ao menor, ao pupilo ou pupila era atribuído um tutor, a um adulto ou mentecapto um curador, que era meramente nomeado para prestar um serviço. o juiz geralmente nomeava o tutor, sendo esta função, no entanto, muitas vezes adjudicada pelo testador no próprio testamento, mesmo contra a vontade do nomeado, ou seja, este podia não aceitar de bom grado tal cargo<sup>64</sup>.

---

<sup>60</sup> António Joaquim Ferreira D'Eça e Leiva, *ob. cit.*, s/d., p. 6.

<sup>61</sup> António de Moraes Silva, *Novo dicionário compacto da língua portuguesa*, vol. II, Lisboa, Editorial Confluência, 1813, p. 195.

<sup>62</sup> Olanda Barbosa Vilaça, *ob. cit.*, 2010, pp. 238-239.

<sup>63</sup> Por fazenda entende-se “Riquezas, dinheiro e cabedades”. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IV, 1712-1728, p. 48; Património, “Em rigor de direito são os bens deyxados dos pays, & os que successivamente se herdaõ na mesma familia”. *Idem*, vol. VI, 1712-1728, p. 322.

<sup>64</sup> *Idem*, vol. II, 1712-1728, p. 640. Em 1832 foi criado o conselho de família para supervisionar os bens do órfão. Maria de Fátima Brandão salienta as suas responsabilidades para com os menores, tais como nomear ou destituir o tutor, superintender as suas funções, tanto ao nível da administração dos bens dos órfãos - sendo coagido a

Competia ao escrivão dos órfãos, sob a direção do juiz dos órfãos, notificar o inventariante para nomear um tutor, isto no caso do inventariado ser o progenitor masculino. Se o inventariante fosse a mãe, para ser constituída tutora teria de requerer provisão de tutela. Perante uma sentença favorável, era obrigatório a apresentação de fiador idóneo e abonado. Vejamos ao que se comprometia a progenitora de acordo com o formulário da sentença de tutela presente nos inventários da amostra:

“... na melhor forma do direito se obrigava primeiramente por seus bens moveis e por haver e terços de sua alma a que sendo lhe entregues as pessoas e bens das legítimas dos ditos seus filhos para administrar como sua tutora, sustenta-los, vesti-los, e doutrina-los de sua própria custa não chegando para isso o rendimento das suas legítimas a entregar-lhe tudo por inteiro quando eles casarem ou se emanciparem, ou passando ela viúva a segundas núpcias; e que para maior segurança do referido dava e apresentava por seu fiador e principal pagador o João Fernandes da Costa pelo qual foi dito que muito de sua livre vontade, e sem constrangimento de pessoa alguma fiava e abonava e ficava por fiador e principal pagador dela Outorgante para pagar por ela aos menores seus filhos toda a importância de suas legítimas, soldadas, rendimentos e alcances e bem assim todo o mais prejuízo que lhe causar durante a sua Tutela”<sup>65</sup>.

Em alguns casos as mães eram nomeadas tutoras dos filhos menores ou mentecaptos nos testamentos dos seus cônjuges. Nestas condições já não seriam obrigadas a apresentar uma provisão de tutela nem fiador. As tabelas que se seguem procuraram, numa primeira fase, apurar o género do inventariado, recorrendo apenas aos inventários orfanológicos. De seguida, partindo dos resultados obtidos, canalizámos a nossa análise numa única direção: os inventariados do género masculino casados. O nosso objetivo foi conhecer o número de viúvas que conseguiram a tutela de seus filhos assim como a proveniência da tutela, se por provisão judicial ou se por nomeação testamentária. Para isso, cruzámos a informação dos inventários orfanológicos com a dos testamento.

---

apresentar as despesas contraídas -, como da integração destes no mundo profissional. Contudo, até a 1832 as responsabilidades referidas pela autora, eram inteiramente do tutor e/ou do curador. Maria de Fátima Brandão, *Terra, herança e família no noroeste de Portugal: o caso de Mosteiro no século XIX*, Porto, Afrontamento, 1994, p. 329.

<sup>65</sup> ADB, “Judicial Antigo”, ct. 509, 1793, fls. 16-16v.



**Tabela 3** - O género do inventariado (1750-1810)

<b>Concelho</b>	Homem	Mulher	Misto	<b>Total</b>
<b>Póvoa de Lanhoso</b>	115 57,5%	70 35%	15 7,5%	200 100%
<b>Barcelos</b>	104 52%	81 40,5%	15 7,5%	200 100%
<b>Guimarães</b>	101 51%	84 42%	14 7%	200 100%

**Tabela 4** - Estado civil do inventariado masculino

<b>Solteiro</b>	<b>Casado</b>	<b>Viúvo</b>
5 4,4%	95 82,6%	15 13%
1 1%	68 65,4%	35 33,6%
6 6%	77 77%	17 17%

**Tabela 5** - Natureza da tutela às viúvas inventariadas

<b>Concelho</b>	<b>Provisão de Tutela</b>	<b>Nomeação em testamento</b>	<b>Total<sup>66</sup></b>
<b>Póvoa de Lanhoso</b>	6 6,3%	4 4,2%	10 10,5%
<b>Barcelos</b>	14 20,6%	3 4,4%	17 25%
<b>Guimarães</b>	22 28,6%	8 10,4%	30 39%

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Na tabela 5 confirmámos que nem sempre a viúva, inventariante e cabeça de casal, assumia a tutela dos filhos. Vejamos: no concelho da Póvoa de Lanhoso apenas 10,5% das viúvas assumiram a tutoria, das quais 6,3% através de provisão de tutela e 4,2% por terem sido

<sup>66</sup> O item “Total” da tabela 5 é em relação ao número de homens casados da tabela 4.

nomeadas tutoras e administradoras de seus filhos em testamento; no concelho de Barcelos, 25% das viúvas assumiram a tutoria, das quais 20,6% por provisão de tutela e 4,4% por nomeação em testamento; no concelho de Guimarães, o número de viúvas que assumiram a tutela foi bem mais expressivo, 39%, dos quais 28,6% por provisão de tutela e 10,4% por nomeação em testamento. Não há dúvida que um número significativo de mulheres viúvas reivindicou o seu direito à tutoria e à administração dos bens dos seus filhos; outras foram reconhecidas como capazes para o fazer pelo seu cônjuge ainda em vida.

Quando era o pai a ficar viúvo, este ficava automaticamente como legítimo administrador dos filhos menores, embora com a ressalva de conservar os bens quanto à propriedade, estando-lhe reservado o direito de despender apenas das rendas e novidades dos respetivos bens enquanto os órfãos estivessem sob sua tutela<sup>67</sup>. Se eventualmente fosse necessário recorrer à venda de bens, o tutor teria que pedir autorização ao juiz dos órfãos. Na nossa amostra, esta situação aconteceu não com um tutor mas com um órfão. No inventário de José Antunes Rocha, falecido a 18 de Outubro de 1784, da freguesia de Fontarcada, termo da Póvoa de Lanhoso, após as contas tomadas ao tutor Domingos Francisco, vizinho mais próximo, o órfão Manuel, de 19 anos, declarou que:

“já tem idade para aprender o ofício de carpinteiro mas que precisa da licença do juiz e do tutor, pois só assim é que conseguia comprar os ferros necessários para o ofício”<sup>68</sup>.

Nem o tutor nem os órfãos podiam usar da legítima sem consentimento do juiz dos órfãos. No entanto, o órfão estava subordinado não só a este último como também ao seu tutor.

Na nossa documentação encontramos três tipos distintos de tutor: o mais comum, o tutor legítimo ou dativo, nomeado pelo inventariante, que assume a tutela até que os órfãos atinjam a idade adulta ou até à sua emancipação. O tutor *infactum* ou *interino*, desempenhava a função apenas para efeito de partilhas enquanto o tutor nomeado não realizava o ritual de juramento. E, geralmente, constituía-se tutor *interino* - termo usado com maior frequência na nossa amostra -, quando a viúva pedia a provisão de tutela ou ainda quando um dos irmãos (maiores de idade) dos órfãos menores era nomeado pela mãe como tutor em testamento. O

---

<sup>67</sup> Novidades - o mesmo que frutos. Designação dada também aos escravos durante o Antigo Regime. *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino do Portugal*, 1870, Liv. I, Tit. LXXXVIII, p. 209.

<sup>68</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2838, 1784, fl. 28v.

tutor *interino* exercia esta função até ao momento da concessão da provisão de tutela pelo Desembargo do Paço ao requerente e respetivo juramento. A título de exemplo, no inventário de Manuel José de Carvalho da freguesia de Santo Estevão de Geraz, termo da Póvoa de Lanhoso, foi nomeado um tutor *interino* porque a viúva Ondina Maria Carvalho, inventariante, tendo requerido tutela apresentando um termo de fiança, findo o inventário não tinha ainda recebido a provisão respetiva, estando desta forma impedida de assumir a tutoria e a administração<sup>69</sup>.

Temos por último o tutor testamentário, nomeado em testamento. No caso de o testador nomear a sua esposa como tutora e administradora de seus filhos, de acordo com a legislação, esta não era obrigada a prestar fiança. No entanto, a nomeação deveria ser confirmada pela administração régia. Embora não fosse necessária a fiança, como referimos, houve casos como, por exemplo, no inventário de João Francisco Xavier, em que a viúva inventariante, Maria Josefa da Cruz, tutora testamentária, fez questão de requerer, para sua salvaguarda, provisão de tutela nomeando, por um período limitado, para tutor dos seus filhos menores um parente próximo, Manuel Antunes, lavrador abonado<sup>70</sup>.

Os parentes mais chegados eram os primeiros a serem chamados, uma vez que o juiz dos órfãos tinha o cuidado de nomear o parente mais próximo, idóneo e abonado. Na sua ausência recorria aos parentes mais afastados e por último aos vizinhos. Se uns não eram tutores porque a lei os impedia, nomeadamente a mãe e em determinadas situações os irmãos maiores de idade, outros não o eram porque recusavam, apresentando um variado número de argumentos. Vejamos vários casos:

- “sou homem doente sem condições para assegurar a tutela; como privilegiado da Santíssima Trindade estou isento de tal ocupação”<sup>71</sup>;

- “[estou] escuso de semelhante ocupação por causa de ter duas obrigas no libro da Câmara, uma de padeiro de trigo e de broa e outra de Estalage”<sup>72</sup>;

- “não tenho sanguinidade, afinidade e nem sequer sou o vizinho mais próximo até porque moro bastante longe da defunta e sou velho, passo de 70 anos”<sup>73</sup>;

---

<sup>69</sup> *Idem*, Póvoa de Lanhoso, ct. 508, 1804, fl. 11.

<sup>70</sup> *Idem*, ct. 2693, 1777, fl. 20v.

<sup>71</sup> *Idem*, ct. 34, 1800, fl. 13.

<sup>72</sup> *Idem*, ct. 572, 1801, fl. 8.

<sup>73</sup> *Idem*, ct. 1222, 1773, fl. 9.

- “como sacador de décima estou ausente de tal encargo”<sup>74</sup>.

Ou seja, todos aqueles que eram privilegiados da Santíssima Trindade e os que ocupavam cargos na câmara estavam isentos de assumir a tutela. Não há dúvida que, muitos, dos tutores nomeados, recusaram a tutela mesmo tratando-se de um cargo remunerado<sup>75</sup>. Os que aceitavam, muitas vezes acabavam por pedir a demissão, como aconteceu com o tutor Bento José de Araújo. Exerceu a tutoria durante oito anos, findos os quais pediu para ser destituído por considerar que existiam “outros parentes mais ricos e abonados”<sup>76</sup>.

Não deviam ser poucos os constrangimentos da tutoria, além de que, como refere Maria de Fátima Brandão, para “evitar o esbanjamento do património dos órfãos menores, a administração do tutor era posteriormente controlada de forma regular pelas autoridades judiciais”<sup>77</sup>. E não só. Os familiares envolvidos, sobretudo a viúva, conscientes de que perante uma má administração as responsabilidades recaíam inteiramente sobre o tutor, que teria de assumir todas as custas recorrendo aos seus próprios bens, lançava um olhar feroz sobre a forma como o tutor estava a administrar os bens dos seus filhos. A este respeito temos o exemplo da inventariante Francisca Teresa da Silva, viúva da Póvoa de Lanhoso, que destituiu o tutor, avô paterno dos menores, António da Silva, acusando-o de estar “a vender o gado e a gastar dinheiro em coisas que não estavam relacionadas com os menores”<sup>78</sup>. Procedeu-se em consequência a uma segunda nomeação que recaiu em Jerónimo da Silva, irmão do inventariado.

Perante este conjunto de constrangimentos compreende-se os esforços para revogar a tutela. Os nomeados, conscientes das responsabilidades, apoiavam-se, sempre que podiam, nos

---

<sup>74</sup> *Idem*, ct. 2708, 1766, fl. 15.

<sup>75</sup> O tutor, independentemente da natureza de tutela (tutor testamentário, legítimo ou *interino*), era remunerado com um salário anual designado de vintena. A vintena equivalia a vinte por milhar, ou seja, 20% do rendimento dos bens que se encontravam sob sua tutela. Porém, este valor anual não podia exceder os 50\$000. António Joaquim Ferreira D'Eça e Leiva, *ob. cit.*, s/d., p. 99; *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino do Portugal*, Livro I, Tit. LXXXVIII, 1870, p. 219. De três em três anos o tutor era obrigado a apresentar as despesas e as receitas efetuadas com os que estavam sob a sua tutela. O curador, contrariamente ao tutor, não tinha direito à vintena mas a um salário que variava de região para região. Nos inventários orfanológicos também temos o registo das “custas do inventário” que descreve todos os emolumentos atribuídos a cada um dos ofícios pelos serviços prestados. Em Guimarães o curador recebia 200 reis; Barcelos, a maior parte dos curadores recebia apenas 40 reis, no entanto, temos alguns casos em que receberam 100 reis; na Póvoa de Lanhoso, a maioria recebia 100 reis; porém encontrámos curadores que receberam 300 reis, outros 400 reis. O salário do curador, provavelmente, estaria relacionado com o valor do património. Esta relação entre valor do património e emolumentos está bem patente nos emolumentos atribuídos ao juiz dos órfãos e sobretudo aos partidores.

<sup>76</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 624, 1791, fl. 22.

<sup>77</sup> Maria de Fátima Brandão, *ob. cit.*, 1994, p. 330.

<sup>78</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 284, 1808, fl. 3v.

seus ofícios, ou asseveravam a existência de parentes mais chegados e abonados ou ainda invocavam a sua idade avançada. Estes motivos nem sempre eram considerados válidos pelas autoridades judiciais. Os tutores, muitas vezes, viram-se obrigados a aceitar o cargo “sob a pena de provisão e sequestro de todos os bens”<sup>79</sup>, ou ainda, para não se sujeitarem à prisão uma vez que o escrivão dos órfãos “pede que se informe quem é o parente mais rico, este tem de aceitar o cargo sobe a pena de prisão e só será solto quando aceitar”<sup>80</sup>.

Após deliberada a tutela por parte do juiz dos órfãos, o tutor ficava incumbido de fornecer todas as informações consideradas pertinentes para a inventariação de todo o património e partilha, desde a descrição dos bens que compunham a herança, independentemente da sua tipologia (bens móveis, de raiz, colheitas, dívidas ativas ou passivas), até à referência a eventuais doações, testamentos ou procurações. Contudo, o seu papel não terminava aqui, este era apenas o seu prólogo. Após a inventariação, avaliação e divisão dos bens, o tutor tinha de, para além da administração dos bens dos órfãos, cuidar das suas pessoas, garantir o seu sustento, proteção e educação até que atingissem a maioridade ou se emancipassem.

### **1.5 Inventários orfanológicos: estrutura interna**

Tratando-se de um imperativo legal, a elaboração e apresentação de inventários obedecia a alguns trâmites concretos, pouco ou nada variando de concelho para concelho. No entanto, no concelho da Póvoa de Lanhoso a descrição do inventário era mais pormenorizada relativamente aos gastos efetuados. A título de exemplo, encontrámos referência sistemática à descrição das despesas com os rituais fúnebres pelo que temos acesso a informações precisas sobre a sua composição: custos da indumentária do defunto e sua tipologia, tipo de alimentação recorrente nestes rituais assim como o seu custo, despesas com a abertura da sepultura, sineiro, cereeiro, padres, acompanhantes, etc.

Nos processos do concelho de Guimarães e Póvoa de Lanhoso a data de óbito do inventariado está sempre explícita (dia, mês e ano), havendo mesmo um título com “Termo da morte”, no qual consta ainda se o defunto tinha lavrado testamento ou efetuado qualquer outra disposição. Em Barcelos, procedia-se de modo diferente, estando estas informações no texto de

---

<sup>79</sup> *Idem*, ct. 2798, 1766, fl. 14v.

<sup>80</sup> *Idem*, ct. 624, 1791 fl. 22. *Codigo Philipino ou Ordenações e Leis do Reino do Portugal*, 1870, Liv. I, Tit. LXXXVIII, p. 210.

abertura do inventário. De referir ainda que, na data de óbito do inventariado, apenas vem referido o ano e o mês. Não encontrámos justificação para esta ausência mas também não nos parece que fizesse alguma diferença no que respeita ao cumprimento do prazo da feitura do inventário; no concelho de Barcelos, temos ainda a presença do porteiro, um oficial do juízo da comarca, que tinha como função entregar ao inventariante a notificação para que este procedesse a inventário no prazo de três dias. Esta ocorrência verificava-se quando o inventariante não se apresentava por livre e espontânea vontade ao escrivão dos órfãos. Nas custas do inventário vem atribuído ao porteiro o valor de 120 reis pelo serviço prestado.

Excetuando as diferenças apresentadas, o processo de inventário orfanológico nos três concelhos era muito semelhante. Na folha de rosto temos o nome do inventariado, a morada, o nome do cônjuge (geralmente cabeça de casal e inventariante) ou do familiar mais próximo e no caso do concelho de Barcelos, a data de óbito do inventariado a terminar.

Segue-se a abertura do inventário por parte do escrivão dos órfãos, o qual salienta que o cabeça de casal ou inventariante deverá, sob juramento, declarar as razões que determinaram a realização do inventário, o número de filhos, todos os bens móveis, imóveis, dívidas passivas e ativas, lembrando que, em caso de perjúrio, seriam aplicadas as sanções previstas.

Na Póvoa de Lanhoso e Guimarães, segue-se o já referido “Termo da Morte”. Seguidamente encontrámos o “Título dos filhos”, no qual o inventariante declara todos os filhos do inventariado, os seus nomes, idades (quando órfãos menores de 25 anos) e os seus estados civis, sendo a identificação dos cônjuges dos filhos e moradas, geralmente, referida.

De seguida, caso o inventariante fosse a mãe, temos o termo de nomeação do tutor e o respetivo juramento de tutela por parte do nomeado. Segue-se a nomeação e juramento sobre os Santos Evangelhos dos avaliadores locais, denominados por “louvados” (testemunhas do processo de inventário), identificados pelo nome completo, morada e em alguns casos pela ocupação. Nomeavam-se dois louvados, um por parte do inventariante e outro por parte do juiz dos órfãos ou do escrivão dos órfãos<sup>81</sup>. O inventariante justificava a sua escolha como sendo “uma pessoa inteligente e de boa conveniência”. A maior parte dos louvados eram lavradores, porém também faziam parte do rol alfaiates, ferreiros, boticários, carpinteiros, marceneiros,

---

<sup>81</sup> Contrariamente ao caso de Vila do Conde apresentado por Maria Armada Ribeiro, nos concelhos de Póvoa de Lanhoso, Guimarães e Barcelos, o juiz dos órfãos nomeava apenas um louvado, quando muito, dois. Os restantes louvados eram sempre nomeados pelo inventariante. Porém, no caso específico do concelho de Barcelos, o juiz dos órfãos só passou a nomear os louvados a partir do terceiro quartel do século XVIII. Maria Armada Ribeiro, *Trabalho e quotidiano numa vila do litoral. Vila do Conde no século XVIII*, vol. I, Tese de mestrado, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2002.

entre outros<sup>82</sup>. O outro louvado era nomeado, por vezes mas nem sempre, em comum acordo entre os co-herdeiros e o juiz ou escrivão dos órfãos. Não podemos afirmar que todos os louvados nomeados pelo juiz ou pelo escrivão dos órfãos aceitassem o ofício mas, dada a frequência de alguns nomes nos processos, supomos que pertenciam ao concelho. Por exemplo, o escrivão Custódio Manuel de Sousa declarou “eu escrivão, por parte dos menores, nomeio em António Braz Carneiro louvado deste juízo”<sup>83</sup> (ver tabela 1 do apêndice).

A função dos louvados não devia ser fácil. Avaliar o património familiar subentendia a existência de relações com a comunidade e entrar na intimidade das famílias, o que muitas vezes não era do agrado de todos. Acreditamos que lhes era exigido coerência e rigor nas avaliações dos diferentes bens. Contudo, não seriam obrigados ou, por vezes, aliciados a responder aos interesses de um ou outro herdeiro? A avaliação, quando mal feita, podia inflacionar ou deflacionar o valor total do património. Alguns processos de inventário estenderam-se por vários anos: os herdeiros sentiram-se lesados nas avaliações, sobretudo nos bens de raiz, e pediram uma segunda, por vezes terceira avaliação. O prorrogar destes processos não teria sido resultado de uma avaliação fraudulenta ou menos rigorosa?

Segundo as *Ordenações Filipinas* os bens deviam-se avaliar tendo em conta três critérios: utilidade, estado e rendimento ou valor pecuniário ao tempo da morte do inventariado<sup>84</sup>. Entende-se a razão pela qual temos uma presença significativa de lavradores uma vez que estamos perante uma região rural. No entanto, os critérios definidos pela legislação na arte de avaliar cingiam-se a aspetos supostamente visíveis – estado do objeto – e à utilidade prática e económica dos bens, informações que o inventariante se encontrava muitas vezes em melhor situação para transmitir aos louvados.

Não era pela remuneração que estes “homens da terra” (eram assim designados por serem amiúde da mesma freguesia ou vila dos inventariantes) aceitavam exercer a função. De acordo com as “custas dos inventários”, nos três concelhos (Barcelos, Póvoa de Lanhoso e Guimarães), a remuneração dos louvados foi sempre, durante mais de meio século (1750-1810), de 200 reis cada. Parece-nos que este emolumento era fixo, não variando consoante o valor do património, contrariamente aos honorários que eram atribuídos aos curadores e aos partidores.

---

<sup>82</sup> Sobre a profissão dos louvados veja-se as tabelas 1, 2 e 3 do apêndice.

<sup>83</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 141, 1773, fl. 3v.

<sup>84</sup> António Joaquim Ferreira D’Eça e Leiva, *ob. cit.*, s/d, p. 19.

Não obstante, como salienta Maria Armanda Ribeiro, ser louvado “podia ser um cargo de prestígio junto das populações”<sup>85</sup>. O inventariante abria-lhe as portas da casa, mostrava-lhe todo o seu património material e convocava o imaterial através das memórias que espaços e objetos transmitiam. A confiança depositada nestes homens era importante, uma vez que se tratava de indivíduos com capital económico e social no espaço social onde se inseriam, merecedores de respeito e admiração por parte da comunidade.

Após as citações dos *louvados*, estes procediam ao levantamento dos bens na casa do inventariado e na presença do inventariante. Não era fácil estabelecer uma ordem de inventariação/avaliação. Os inventários ora seguiam a mesma ordem ora listavam os bens de forma aleatória. Não obstante, existiam algumas regularidades. Nos inventários do concelho de Guimarães e Barcelos a inventariação do património seguia, geralmente, a seguinte ordem: bens móveis (ouro, semoventes, géneros, móveis da casa, caixas da lavoura e alfaias, roupa de corpo e roupa de casa<sup>86</sup>), bens imóveis ou de raiz (casas, terras de cultivo, bouças, oliveiras, castanheiros, benfeitorias, bens de transformação - moinho e lagar - e consórcio de águas), dinheiro em espécie, dívidas ativas e/ou passivas<sup>87</sup>. Póvoa de Lanhoso segue uma ordem diferente de inventariação/avaliação: móveis (mobiliário, alfaias ou instrumentos de ofícios e roupas), colheitas, semoventes, bens de raiz, dívidas ativas e/ou passivas, dinheiro e ouro. A legislação não impunha uma ordem de inventariação, apenas referia a tipologia dos bens a inventariar<sup>88</sup>.

Micheline Baulant chamou a atenção para a heterogeneidade dos inventários segundo o país da sua feitura, estabelecendo quatro modelos básicos, a saber: o modelo alemão e do norte da Europa, incluindo a Finlândia, em que os objetos eram agrupados por categorias (cozinha, sala, etc.); o segundo, inglês e com grande predominância também em França, caracterizava-se

---

<sup>85</sup> Maria Armanda Ribeiro, *ob. cit.*, vol. I, 2002, p. 23.

<sup>86</sup> No concelho da Póvoa de Lanhoso a inventariação dos bens móveis era aleatória.

<sup>87</sup> As dívidas passivas eram deduzidas ao valor real do património. Aquando das partilhas, se o património fosse diminuto, os credores eram os primeiros a receber e só o que restava é que era distribuído pelos herdeiros. Contas feitas, o valor inicialmente previsto não correspondia ao valor posteriormente partilhado. Outras situações podiam despoletar esta discrepância, sobretudo, no que concerne aos filhos segundos. Sair da casa paterna para casar, para seguir a carreira militar ou emigrar, implicava, na maioria das vezes, gastos e responsabilidades aos quais os herdeiros não podiam fazer face de forma autónoma. Deste modo, as expensas podiam ser efetuadas *por conta da legítima*. Ou seja, os pais concediam em vida uma espécie de “empréstimo” a ser descontado na legítima aquando da partilha do património, ficando, muitas vezes, declarado em testamento ou no próprio inventário (nos nossos testamentos e inventários encontrámos com muita frequência o “pagamento do frete”). Cf. Margarida Durães, “Necessidades económicas e práticas jurídicas: problemas de transmissão das explorações agrícolas, séculos XVIII-XIX”. *Revista Ler História*, n.º 29, 1987b, p. 76; Maria Armanda Ribeiro, *ob. cit.*, vol. I, 2002, p. 7.

<sup>88</sup> Veja-se o trabalho de Maria Armanda Ribeiro para o caso de Vila do Conde, em que a ordem apresentada pela autora é completamente diferente da dos inventários aqui estudados. *Ob. cit.*, vol. I, 2002, p. 4.



pela inventariação dos objetos por compartimentos; o terceiro modelo, misto, em que a inventariação dos objetos era feita seguindo os compartimentos da casa e anexos, mas obedecia simultaneamente a uma ordem lógica à semelhança do modelo alemão; o quarto modelo, predominante em várias partes da Europa, inclusive em Espanha, não segue nenhuma ordem<sup>89</sup>. Maria Armada Ribeiro enquadró a sua amostra no modelo misto<sup>90</sup>. O nosso caso enquadra-se no modelo alemão, uma vez que os bens eram inventariados por categorias. Contudo, a ordem de inventariação das categorias segue uma ordem decrescente de valores, com exceção dos bens de raiz, que são sempre elencados em último.

Após avaliado o património do inventariado, caso não fosse apresentado qualquer pedido de reavaliação, os herdeiros aceitavam a herança “a benefício do inventário” e procedia-se à formação dos quinhões, denominados “montes”, por parte dos partidores<sup>91</sup>. Maria de Fátima Brandão refere que em Vieira do Minho, os quinhões eram “sorteados entre os herdeiros”<sup>92</sup>. Segundo a nossa amostra (Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso), o mesmo não acontecia. De facto, os quinhões eram iguais relativamente ao seu valor pecuniário, mas a constituição do quinhão variava, segundo nos parece, tendo em conta o género (herdeiro/herdeira). Nem todos os processos apresentam esta particularidade, mas confirmámos esta característica em vários. Notámos que os bens legados em herança aos herdeiros(as) colocavam em evidência a transmissão de ofícios entre gerações. O ofício dos pais era transmitido de forma implícita aos filhos na sua legítima, tanto no que respeita ao género masculino como feminino. Nos processos onde encontrámos esta diferenciação, as joias, o enxoval (roupa de casa, geralmente transmitida de mãe para filha), e o tear integravam geralmente os quinhões das herdeiras; os semoventes e utensílios de ofício (alfaia e outros) faziam parte dos quinhões dos filhos herdeiros.

Os bens carregavam uma natureza distinta, feminina/masculina, e é neste sentido que a distribuição do património tinha subjacente a diferenciação de género. O mesmo foi possível apurar relativamente aos gastos que o tutor fazia com os órfãos menores<sup>93</sup>. Segundo a legislação, o tutor era obrigado a apresentar contas ao juiz de três em três anos, onde deveria constar a

---

<sup>89</sup> Micheline Baulant, “Typologie des inventaires après décès”, in A. Van der Woud y A. Schuurman (eds.), *Probate Inventories. A New Source of the Historical Study of Wealth, Material Culture and Agriculture Development*, Utrecht, HES Publishers, 1980, p. 39.

<sup>90</sup> Maria Armada Ribeiro, *ob. cit.*, vol. I, 2002, p. 18.

<sup>91</sup> Cf. Maria de Fátima Brandão, *ob. cit.*, 1994, p. 329.

<sup>92</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>93</sup> Estes gastos podem ser encontrados no final do processo de inventário nas denominadas “Contas tomadas ao tutor”.

descrição das despesas e dos rendimentos daqueles que estavam sob sua tutela. As despesas podiam ser de vária ordem: custas do processo de inventário, saúde, educação, sustento, vestuário etc. Os rendimentos estavam essencialmente relacionados com o arrendamento de terras ou gado e ainda de soldadas. Nas despesas do tutor para com os menores nota-se também a diferenciação entre géneros. Verificámos que o tutor gastava com as pupilas bens relacionados com o simbólico, de valor pecuniário significativo, como no caso dos fios de contas de ouro e vestuário. Com os pupilos, além do vestuário, gastava sobretudo na compra de utensílios, mormente quando davam início à sua vida de aprendiz de qualquer ofício<sup>94</sup>. Mais uma vez concluímos que cada objeto tem subjacente uma natureza – masculina ou feminina - tendo em conta o seu valor prático e simbólico.

Não podíamos terminar este ponto, dedicado às características da fonte, sem deixar de fazer uma pequena alusão aos emolumentos auferidos pelos partidores, que eram responsáveis pela distribuição do património. Muito embora estes estivessem claramente definidos nas *Ordenações*, houve casos em que a cobrança pelos serviços prestados foi superior ao estabelecido pela lei<sup>95</sup>. Esta irregularidade determinou a outorga do alvará de 25 de junho de 1759 que teve como principal objetivo pôr termo ao abuso exercido pelos partidores, os quais, sempre que possível, exerciam também as funções de avaliadores dos bens inventariados. Os seus emolumentos variavam tendo em conta o valor do património, pelo que se entende o seu interesse em exercer as funções de avaliadores: quanto mais alta era a avaliação mais auferiam. O referido alvará impôs que nenhum juiz de órfãos consentisse que os partidores fossem também avaliadores, cargo que competia aos Juizes dos Offícios, denominados nos inventários orfanológicos de louvados. Na ausência destes, o juiz deveria nomear outra pessoa para o exercício da função, desde que se tratasse de pessoa entendida no assunto e, mais se acrescenta, inteligente<sup>96</sup>.

Feitas as partilhas, seguiam-se as “custas tomadas ao tutor” e finalizava-se o inventário com a descrição das “custas de inventário”.

No processo de inventário podemos encontrar apenas um conjunto avultado e variado de documentos: testamentos, doações, procurações, provisão de tutela, recibos de dívidas,

---

<sup>94</sup> Sobre esta questão dispomos apenas de dados para o concelho da Póvoa de Lanhoso. Nos concelhos de Barcelos e Guimarães nas *custas tomadas ao tutor* são sobretudo referidas as despesas, geralmente, relacionadas com as custas do processo de inventário e partilhas.

<sup>95</sup> Assim como do juiz dos órfãos, escrivão dos órfãos, louvados, curador e todos os intervenientes no processo de inventário.

<sup>96</sup> António Delgado da Silva, *Collecção da legislação portugueza de 1750 a 1762*, Lisboa, Typografia Maignense, 1830, p. 669.

quitações, escrituras de fiança, etc. Estes eram indissociáveis do processo de inventário, e a ausência do traslado de alguns deles, como é o caso dos testamentos e das escrituras de dote, podia embargar a conclusão do processo e arrastá-lo anos a fio.

## 1.6 Limitações e potencialidades da fonte

Embora os inventários orfanológicos tenham sido o principal instrumento legal na proteção dos menores, a historiografia portuguesa não lhes deu ainda a devida importância. De certa forma, como já referimos inicialmente, esta situação prende-se com as dificuldades de localização. Para além de estarem dispersos, grande parte dos processos foram perdidos aquando da sua transição dos tribunais para os arquivos municipais ou distritais.

A riqueza desta fonte tem sido reconhecida ao nível internacional, destacando-se a historiografia francesa, que na década de 70 e 80 desenvolveu inúmeros trabalhos, apresentados em colóquios, nos quais os inventários *post-mortem* foram reconhecidos como fonte privilegiada para o conhecimento das sociedades do Antigo Regime<sup>97</sup>. Maria Manuela Rocha reforça a sua importância afirmando que os inventários orfanológicos “tem permitido o desenvolvimento de trabalhos em três direcções principais,[...]: os estudo das estruturas e mutações agrárias, o estudo da distribuição e composição da riqueza e o estudo da cultura material”<sup>98</sup>. Também Maria Armada Ribeiro salienta a pertinência da fonte para o estudo do mundo familiar e privado, ou, como bem refere, para o estudo da “economia doméstica”<sup>99</sup>. Hortêncio Sobrado Correia atribui aos inventários *post-mortem* um carácter de universalidade, dada a sua presença em praticamente todos os arquivos da Europa Ocidental e Central<sup>100</sup>.

Não há dúvida de que os inventários orfanológicos fornecem ao historiador uma variedade de informações que lhe permitem a reconstrução da vida material das populações rurais e urbanas do período moderno, sobretudo no que respeita ao mobiliário, ao vestuário, à casa e à alimentação. Os objetos carregam um significado; transmitem o valor simbólico e/ou prático inerente. Por isso, através do acoplamento das características dos objetos - cores, tecidos,

---

<sup>97</sup> *Les Actes Notariés. Source de l'histoire sociale, XVI<sup>e</sup> –XIX<sup>e</sup> siècles*. Actes du Colloque de Strasbourg (1978), Istra, Estrasburgo, 1979; *Elevage et vie pastorale dans les montagnes d'Europe au moyen age et à l'époque moderne*, Clermont-Ferrand, 1982.

<sup>98</sup> Maria Manuela Rocha, *ob. cit.*, 1994, p. 121.

<sup>99</sup> Maria Armada Ribeiro, *ob. cit.*, vol. I, 2002, p. 18.

<sup>100</sup> Hortensio Sobrado Correa, “Los inventarios post-mortem como fuente privilegiada para el estudio de la historia de la cultura material en la edad moderna”. *Hispania, Revista Española de Historia*, vol. LXIII/3, n.º 215, Madrid, Sept-Diciembre, 2003, p. 826.

formas, materiais, preços – o historiador poderá destrinçar a banalidade da ostentação; diferenciar entre os objetos do quotidiano dos de festa; observar as clivagens económicas, nomeadamente níveis diferenciados de riqueza dos indivíduos; e compreender as atitudes de uma população na construção da intimidade familiar. De igual modo, através do estudo serial da fonte, o historiador poderá perceber mudanças de comportamento e de atitude: o despoletar de novas atitudes em relação à sociabilidade, à alfabetização, à higiene, à especialização e à diferenciação dos espaços. Daí ser legítimo que muitos historiadores nacionais e internacionais a tenham reconhecido como fonte inigualável para o estudo da cultura material das populações do período moderno<sup>101</sup>.

Apesar do seu enorme interesse, segundo Joel Cornette “L`inventaire après-décès dans son extraordinaire diversité...est une source piègè et réductrice qu`il fait utiliser avec précaution”<sup>102</sup>. Como qualquer fonte, os inventários orfanológicos apresentam limitações, forçando o historiador a questioná-la, quer no que concerne à informação que proporcionam quer relativamente à que ocultam. Ao historiador, como salienta Peter Burke, cabe-lhe a função de “detetive”, duvidar da informação, refutar para posteriormente confirmar os dados<sup>103</sup>.

Segundo Micheline Baulant, um inventário deveria ter subjacente um conjunto de características básicas: ser exaustivo, preciso, exato, detalhado e conter a avaliação dos bens<sup>104</sup>. Muito embora os inventários do período moderno nem sempre se coadunassem com tais características, na nossa amostra os louvados efetuavam em geral uma descrição cuidadosa de todos os bens que constituíam o património familiar, fossem móveis, géneros ou semoventes.

No que diz respeito aos bens móveis (tema a desenvolver na III parte), a descrição inclui a quantidade, estado, tipologia e valor pecuniário, indicadores de importância para quem se ocupa de cultura material e consumo. A quantidade de bens permite conhecer quais os bens móveis mais comuns nestas sociedades. Além disso, a presença de determinados objetos, como cadeiras, camas, mesas, entre outros, - que não eram muito abundantes na Europa da Idade Moderna -, refletia hierarquias familiares e sociais e, por vezes, como salienta Raffaella Sarti,

---

<sup>101</sup> Apenas algumas referências: para o caso francês, Pierre Goubert, Jean-Louis Flandrin, Daniel Roche; para o espanhol, António Eiras Roel, Ramón Villares Paz, Bartolomé Yun Casalilla, Hortensio Sobrado Correa; para Portugal, Maria Manuela Rocha, Maria de Fátima Brandão, Nuno Madureira, Hélder Fonseca, entre outros.

<sup>102</sup> Joel Cornette, “La révolution des objects. Le Paris dès inventaires après décès (XVII<sup>e</sup>- XVIII<sup>e</sup> Siècles)”. *Revue D` Histoire Moderne et Contemporaine*, vol. XXXVI, 1989, p. 480.

<sup>103</sup> Peter Burke, *History & Social Theory*, Cambridge, Polity Press, 1992.

<sup>104</sup> Micheline Baulant, *ob. cit.*, 1980, p. 39.

relações assimétricas entre homens e mulheres<sup>105</sup>. De facto, objetos atualmente banais, constituíam, no passado, marcas de identidade individual e coletiva<sup>106</sup>.

As indicações relativas ao estado de conservação dos objetos não são menos importantes. O mau estado indicado em muitos inventários confirma os níveis de pobreza das famílias inventariadas, indo mais além do que documentar uma cultura material globalmente rarificada. Por outro lado, há que ter algum cuidado com a qualificação dos objetos como sendo velhos e usados, uma vez que muitos móveis passavam de geração em geração, sendo o seu valor essencialmente simbólico. Ao conservar-se o património conservar-se-ia a memória da família e as suas origens. Num contexto de escassez de bens materiais, os objetos circulavam por várias gerações de possuidores, sendo reparados e reutilizados até ao limite.

Os nossos inventários indicam, na maior parte das vezes, o valor pecuniário atribuído a cada objeto, fornecendo-nos uma ideia, ainda que aproximada, do valor que detinha na sociedade em que se inseria. Por exemplo, no século XVIII, a cama representava, ao lado da lareira, um pólo do espaço doméstico e das relações familiares. O seu custo era bastante elevado, sobretudo para os grupos trabalhadores, quando comparado com a média dos salários<sup>107</sup>.

Na amostra considerada, existem vários inventários com um espólio significativo, revelando tratar-se de famílias relativamente abastadas que procuraram preservar o património intergeracional. Em contrapartida, existem outros cuja lista de bens é nula ou quase nula, sendo os poucos objetos inventariados de natureza agrícola.

A quantidade de bens móveis, no mundo rural da Europa do século XVIII, era bastante escassa. Estes respondiam sobretudo às necessidades do quotidiano, sendo a ostentação e o luxo característica predominante de uma pequena parcela da população, mais presente no mundo das elites urbanas do que nas zonas rurais. Como salienta Fernand Braudel, os inventários por morte da Borgonha, ainda no século XVIII, refletem perfeitamente a pobreza do mobiliário do trabalhador e do pequeno lavrador: “espeto, panela ao lume, frigideiras, «quasses» [caçarolas], a «meix» ou masseira [para o pão] ..., um baú com chave, cama de madeira com quatro colunas, almofadas de penas e «guédon» [edredão], travesseiro, por vezes liteiro

---

<sup>105</sup> Raffaella Sarti, *Casa e família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, Isabel Teresa Santos (trad.), Lisboa, Estampa, 2001, p. 210.

<sup>106</sup> Segundo Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses “os objetos funcionam como veículos de qualificação social” (“Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público”. *Estudos Históricos*, vol. V, n.º 21, 1998, p. 5).

<sup>107</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, pp. 203-204.

[coberta]; calções de fazenda, casaco, polainas, algumas ferramentas [pás, picaretas] ...”<sup>108</sup>. Em suma, os objetos, independentemente da sua categoria, definiam relações de poder, estruturavam crenças e fixavam imaginários privados e coletivos e traduziam níveis diferenciados de riqueza.

Como já referimos, para além dos bens móveis, são também inventariados os bens de raiz, dos quais fazem parte o “prédio e assento” ou o “casal” ou ainda a “propriedade”. Destes bens de raiz ou bens imóveis fazem parte a casa (térrea, sobrado e torre), os anexos (coberto, rexió, eira, quinteiro...), a terra (de cultivo ou de mato - bouça), as árvores (de fruto, castanheiros, *uveiras* e oliveiras), a água, os bens de transformação (moinho e lagar) e ainda as benfeitorias<sup>109</sup>. Relativamente aos bens de raiz, os de natureza de prazo de vidas assim como as benfeitorias respetivas, por vezes não eram inventariados, ou seja, não vinham à colação<sup>110</sup>. Tal acontecia quando o inventariante era ainda uma das vidas do prazo e ainda não tinha nomeado o seu sucessor; por ter vindo por parte do viúvo ou viúva a título de dote; ou existia uma declaração em testamento de que o(a) inventariante era usufrutuário(a) com o poder de nomear um filho para o prazo de vidas; por ter sido averbado num inventário anterior; ou ainda, era feita nomeação em testamento de um filho para suceder no prazo de vidas. Exemplificando:

- “A propriedade sita na freguesia de S. Lourenço de Sande, o qual é de natureza de prazo, foreiro ao casal da Cancela de que são possuidores o capitão Joaquim José Ferreira Lobo e José António Marques e também Domingos Marques da freguesia das Caldas, por vir por parte dele viúvo e se achar por dotar, só vem a entrada que o defunto levou, 70.000 reis<sup>111</sup>;

- “O casal da Cabada e suas pertenças sito na freguesia de Salvador de Briteiros deste termo, o prazo de vidas foreiro ao Excelentíssimo Conde de Oeiras, o qual prazo veio por parte do defunto a que ela inventariante é usufrutuária com o poder

---

<sup>108</sup> Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, Telma Costa (trad.), vol. I - *As estruturas do quotidiano: o possível e o impossível*, Lisboa, Teorema, 1992, p. 245.

<sup>109</sup> Despesas feitas nos imóveis para os conservar ou melhorar. Estas despesas faziam parte integrante dos bens a inventariar, salvo raras exceções.

<sup>110</sup> “Acção de trazer em commum os bens do pay, ou mãy falecida, & ajuntalos no monte, donde se há de tirar a legitima dos bens profecticios, que com o mais pertencem ao herdeiro”. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 372.

<sup>111</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-3-4-15, 1796, fl. 5.

de nomear em filho ou filha na forma de testamento de seu marido por cujo motivo não vem à colação”<sup>112</sup>;

- “Prazo Foreiro ao Mosteiro de Santo Eloi da cidade do Porto que é dos reverendos cônegos seculares da Congregação de São João Evangelista, a quem se paga de renda anualmente 15 alqueires de pão miado, meio leitão ou 100 reis por ele, à escolha do senhorio. O qual prazo não foi avaliado por ser segunda vida e que é ela inventariante”<sup>113</sup>.

Apesar da deficiente descrição dos bens imóveis, quando comparada com a referente aos bens móveis, o pouco que ela nos oferece é primordial para o estudo da casa, das propriedades rurais e dos níveis de riqueza, afigurando-se essencial para o conhecimento da forma como é distribuída a terra entre os herdeiros e para a avaliação do seu significado e valor no cômputo do património familiar. Mais do que um espaço físico, a casa e a terra eram antes de mais, símbolos de poder e estatuto (tema a desenvolver na II parte).

Como referimos, a fonte começa por nos dar referências do agregado doméstico do inventariado. O inventariante identifica todos os elementos que o compunham – nome, idade dos filhos e cônjuges, quando casados –, permitindo-nos abordar vários aspetos da sociedade em questão, entre eles, a frequência de filhos por casal, a idade dos herdeiros, a mortalidade a nível de género e faixa etária, a mobilidade espacial e social dos herdeiros, os fluxos migratórios dentro e fora do Reino.

Dispomos, de igual modo, da presença de práticas creditícias, as quais não serão aqui tratadas, reveladoras de dinâmicas sociais e económicas alargadas, uma vez que muitas vezes não estavam circunscritas à área geográfica do inventariado assim como podemos aceder às estratégias desenvolvidas pelas famílias para fazer face às dificuldades. Como vemos, os inventários orfanológicos oferecem uma visão quase imediata das condições materiais em que viviam homens e mulheres de distintos grupos sociais.

No que concerne às limitações da fonte, uma das primeiras prende-se com a sua escassez. Hortensio Sobrado Correa refere que em Espanha, tal como em Portugal, existe uma grande heterogeneidade geográfica quanto à disponibilidade de inventários *post-mortem*. No seu trabalho sobre as terras de Lugo apresenta uma análise comparativa no que diz respeito à

---

<sup>112</sup> *Idem*, ct. C-5-4-39, 1803, fl. 9v.

<sup>113</sup> *Idem*, ct. C-2-2-25, 1805, fl. 8.

realização de inventários *post-mortem* em diversas áreas geográficas de Espanha e conclui que em algumas regiões a realização de inventários era uma prática corrente, enquanto em outras a quantidade de inventários era muito menos numerosa. Segundo o autor, parece haver uma correlação entre o maior ou menor número de inventários e a dimensão da circunscrição judicial. Na sua perspetiva, quanto maior era a circunscrição judicial menos inventários existiam. A escassez deste tipo de fonte, também se devia, como refere o autor, à diversidade de costumes regionais assim como à especialização dos escrivães<sup>114</sup>.

Inúmeros historiadores apontaram-lhes fortes críticas no que respeita aos níveis de representatividade e de fiabilidade. No que diz respeito ao primeiro ponto, centremo-nos na representatividade ao nível social. No caso português, proceder a inventário orfanológico implicava a presença de condições específicas: existência de herdeiros menores de 25 anos, mentecaptos e ausentes. Os estratos mais desfavorecidos estavam à partida excluídos de o fazer, sendo o primeiro entrave as custas judiciais a que estavam sujeitos<sup>115</sup>. Juan Manuel Bartolomé Bartolomé também é adepto desta ideia. De acordo com os estudos que desenvolveu, a sociedade no seu todo não está representada, visto que só os que tinham algo a herdar estavam sujeitos a um processo de inventário<sup>116</sup>.

Outro obstáculo à sua representatividade deve-se ao facto de a maioria dos inventários dizer respeito a homens; na nossa amostra temos um número muitíssimo reduzido de mulheres enquanto inventariadas, o que, segundo alguns historiadores, poderá ter implicações para o estudo da cultura material, sobretudo ao nível do vestuário feminino<sup>117</sup>.

---

<sup>114</sup> Hortensio Sobrado Correa, *Las tierras de Lugo en la edad moderna. Economía campesina, familia y herencia, 1550-1860*, Corunha, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2001, p. 58. Daniel Roche, *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*, Assef Kfoury (trad.), São Paulo, Senac, 2007, p. 33.

<sup>115</sup> Veja-se Hortensio Sobrado Correa sobre o mundo rural espanhol, o qual salienta que os inventários existentes são apenas referentes aos grupos médios e superiores do campesinato. Sublinha ainda que, o raio da ação dos inventários estava confinado a uma sociedade estável, escapando o mundo dos vagabundos e dos emigrantes. *Ob. cit.*, 2003, pp. 834-835.

<sup>116</sup> Veja-se o caso dos Países Baixos. Thera Wijzenbeeck concluiu que a realização dos inventários *post-mortem* se fazia, sobretudo, nos grupos mais desfavorecidos com o objetivo de preservar os interesses dos herdeiros. Thera Wijzenbeeck, "Delft in the Eighteenth Century", in A. Van der Woud y A. Schuurman (eds), *Probate Inventories. A New Source of the Historical Study of Wealth, Material Culture and Agriculture Development*, Utrecht, HES Publishers, 1980, pp. 157-176. No caso inglês, as mulheres viúvas não faziam inventário, determinando uma enorme disparidade entre o número de mortos e o número de inventários. Significa que, tal como no caso anterior, os inventários serviam apenas uma parte da população. Além do referido, as pessoas que deixassem bens inferiores a 5 libras não eram obrigadas por lei a fazer o levantamento dos bens. Mark Overton, "English Probate Inventories and the Measurement of Agricultural Change", in A. Van der Woude, Anton Shuurman (eds.), *Probate Inventories. A New Source for the Historical Study of Wealth, Material Culture and Agricultural Development*, Utrecht, HES Publishers, 1980, p. 208. Veja-se ainda Maria Manuela Rocha, *ob. cit.*, 1994, pp. 103-104.

<sup>117</sup> Cf. Hortensio Sobrado Correa, *ob. cit.*, 1980, p. 836.



Relativamente ao grau de fiabilidade também se levantam várias questões. A inventariação dos bens realizava-se à morte de um dos cônjuges, momento propício para o despoletar de desavenças e, por isso, a possibilidade de defraudar os bens do defunto aumentava, manifestando-se, sobretudo, através da omissão de objetos, sobretudo os de valor, com destaque para as joias bem como baixelas e pratas, entre outros<sup>118</sup>. Através de um acordo amigável podiam ser considerados objetos de uso pessoal aquando da realização do inventário “escapando”, desta forma, à sua inventariação<sup>119</sup>. Casos desta natureza podem não ter sido uma prática corrente porém, de vez em quando verificámos que tal aconteceu. Esta lacuna, por vezes, poderá ser colmatada através do cruzamento de fontes que o próprio processo de inventário fornece. Ou seja, quando o inventariante declara que o inventariado deixou testamento, o traslado deste documento vem geralmente apenso ao inventário. Através de uma leitura comparativa poderá ser possível ao historiador estudar a relação entre os bens que o testador lega aos herdeiros e os bens inventariados aquando da sua morte. Em todo o caso, os testamentos não se regem pelas mesmas lógicas dos inventários orfanológicos, visto que estes revelam uma preocupação de exaustividade.

Outras limitações podem ser enumeradas, como a negligência por parte do escrivão dos órfãos na inventariação de objetos de pouco valor<sup>120</sup>; imprecisão dos vocábulos, podendo dar

---

<sup>118</sup> Micheline Baulant, “Necessite de vivre et besoin de paraître les inventaires et la quotidienne” in M. Baulant, A. J. Schuurman, P. Servais (eds.), *Inventaires après-décès et ventes de meubles: apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*, Louvain-la-Neuve, Academia, 1988a, p. 14.

<sup>119</sup> Rosa Maria Dávila Corona no seu trabalho sobre a elite universitária de Valladolid do século XIX, apesar de considerar os inventários *post-mortem* uma das fontes fundamentais para o estudo da cultura material, aponta as mesmas limitações. A autora chama atenção para a valorização pecuniária de determinados bens por parte dos peritos assim como para as descrições que efetuavam. Os bens, na sua maioria, são agrupados em categorias, perdendo-se a sua especificidade. Esta prática pode conduzir a que não se tenha uma visão real dos bens que compunham o património. Mais acrescenta que, tal fenómeno impede que se tenha um conhecimento minucioso sobre o interior das vivendas familiares quanto à disposição dos bens e à funcionalidade dos espaços. Rosa Maria Dávila Corona, “Cultura material y consumo entre a élite universitaria vallisoletana en el siglo XIX”, in Isabel dos Guimarães Sá, Máximo García Fernández (dirs.), *Portas Adentro: comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 234. Juan Manuel Bartolomé Bartolomé atenta também para a ocultação de bens por parte do viúvo ou viúva. A redutora informação no que concerne à qualidade dos bens móveis, sobretudo, dos têxteis e a quase ausência de inventariação de roupa do corpo, sobretudo, infantil. O autor apresenta como justificação a venda antecipada desta categoria de bens para custear as despesas do funeral do inventariado. Segundo o autor, os inventários *post-mortem* dão relevância ao “stock” dos produtos, nomeadamente às colheitas e sementes, em detrimento dos fluxos e não facultam informações sobre os níveis de reposição desses bens. Juan Manuel Bartolomé Bartolomé, “Inventarios post-mortem, cultura material y consumo en León durante la edad moderna”, in Isabel dos Guimarães Sá, Máximo García Fernández (dirs.), *Portas Adentro: comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 194-195.

<sup>120</sup> Cf. Paul Servais, “Inventaires et ventes de meubles: apports a l’histoire économique”, in Baulant, A. J. Schuurman, P. Servais (eds.), *Inventaires après-décès et ventes de meubles: apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*, Louvain-la-Neuve, Academia, 1988, pp. 29-35. Veja-se ainda Hortensio Sobrado Correa, *ob. cit.*, 2003, p. 832.

origem a uma certa confusão semântica<sup>121</sup>; o valor monetário atribuído aos objetos é, na maior parte das vezes, distorcido do valor real, muitas vezes por responsabilidade dos herdeiros, facultando ao historiador uma falsa leitura da realidade económica<sup>122</sup>; a quase ausência de informação relativamente ao “quando” e “como” os “atores” do inventário tiveram acesso aos bens que constituíam o seu património; se estes foram legados ou comprados, ou seja, a natureza da sua aquisição. Um outro tipo de omissões refere-se aos dados pessoais do defunto/a como, por exemplo, a ausência de dados sobre a idade com que faleceu e a profissão.

A utilização dos inventários para o estudo da casa não está isenta de limitações. As descrições são muito vagas, aludem apenas à tipologia (térrea, sobrado e em alguns casos torre). Na nossa amostra, temos uma ausência sistemática de detalhes sobre a arquitetura exterior, áreas, materiais de construção, número e distribuição de compartimentos. Deste modo, a viabilidade dos inventários orfanológicos para estudar a evolução do espaço doméstico é questionável.

Por último, temos a questão do cumprimento dos prazos legais de realização, execução e finalização do processo de inventário. Em diversos processos encontrámos uma disparidade temporal entre o tempo da morte do inventariado e o tempo de iniciação e finalização do inventário, contrariamente ao que estava disposto nas *Ordenações Filipinas*. Deste modo, o conjunto de bens inventariados não correspondia forçosamente ao património do defunto aquando da sua morte, podendo fornecer uma imagem distorcida daquilo que seria o património familiar nesse momento<sup>123</sup>. Decidimos analisar esta questão não só ao nível da fiabilidade da fonte para o estudo da cultura material mas também no que respeita às práticas judiciais portuguesas no período considerado. Estas últimas, como seria de esperar, levantam dúvidas acerca da relação entre a teoria jurídica e a prática experienciada pelas populações.

Nos concelhos de Guimarães, Póvoa de Lanhoso e Barcelos, para o período compreendido entre 1750 e 1810, existe um número significativo de processos cujo prazo de elaboração e conclusão não obedeceu à legislação. Voltamos a referir que, dispomos de uma amostra de 200 inventários para cada concelho. Em Guimarães encontramos 34 (17%) inventários em situação de incumprimento; Barcelos 41 (20,5%) e; Póvoa de Lanhoso supera-os

---

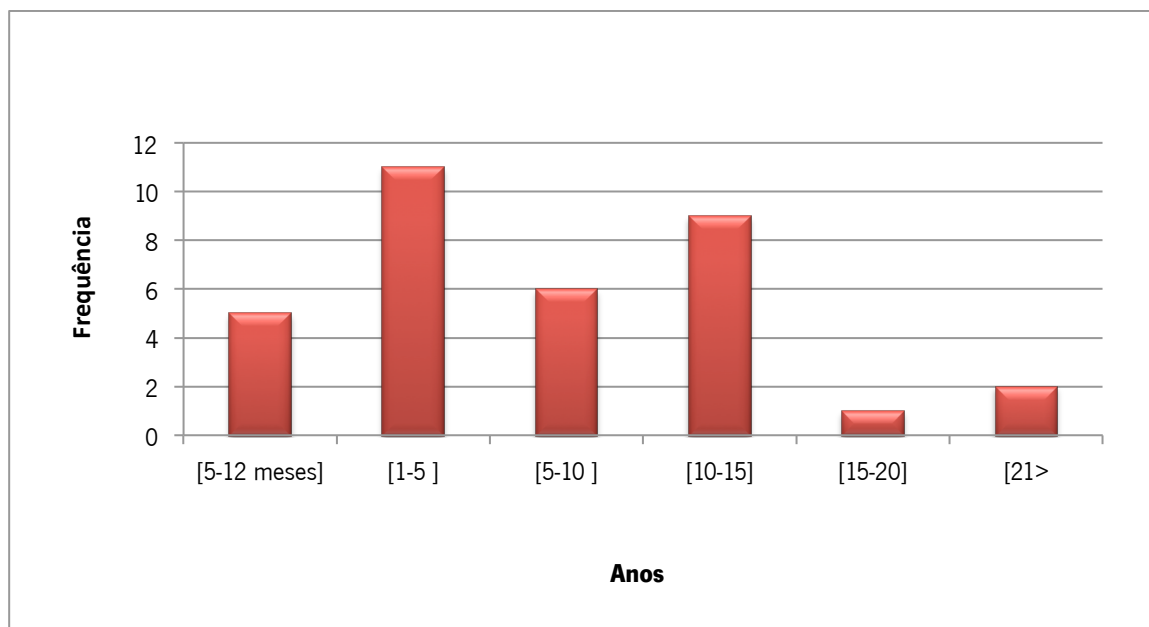
<sup>121</sup> Micheline Baulant, *ob. cit.*, 1988a, p. 14.

<sup>122</sup> Cf. Joel Cornette, *ob. cit.*, 1988, pp. 464-486.

<sup>123</sup> Hortensio Sobrado Correa analisou cerca de meio milhar de inventários *post-mortem* das zonas rurais da Galiza para o período moderno constatando a mesma irregularidade. *Ob. cit.*, 2001, p. 59.

em larga medida, com 103 inventários (51,5%).

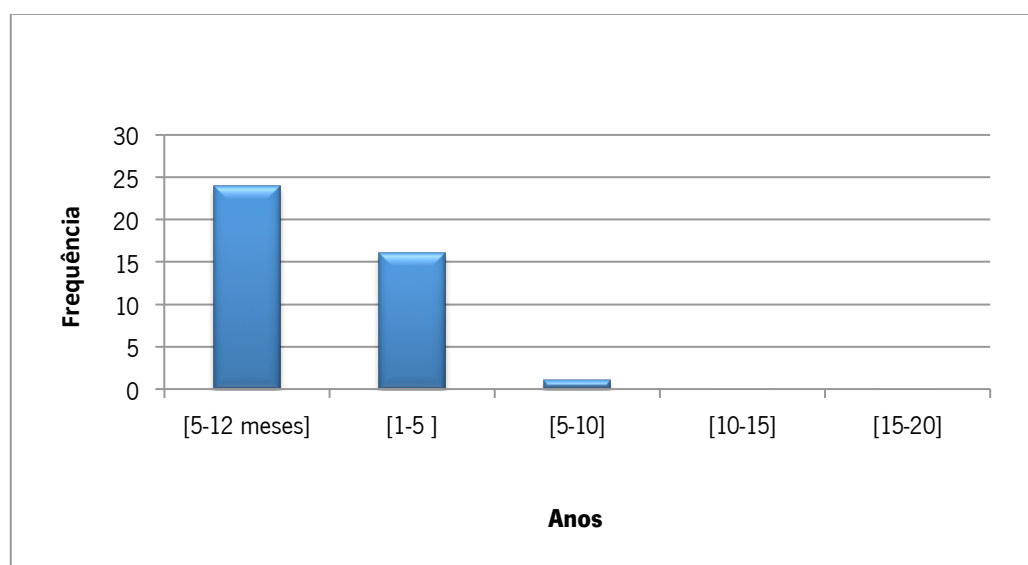
**Gráfico 2** - Tempo decorrido entre o falecimento e a abertura do inventário, Guimarães (1750-1810)



**Amostra:** Total dos casos observados: 34/200 (17%).

**Fonte:** AMAP, “Judicial Antigo”.

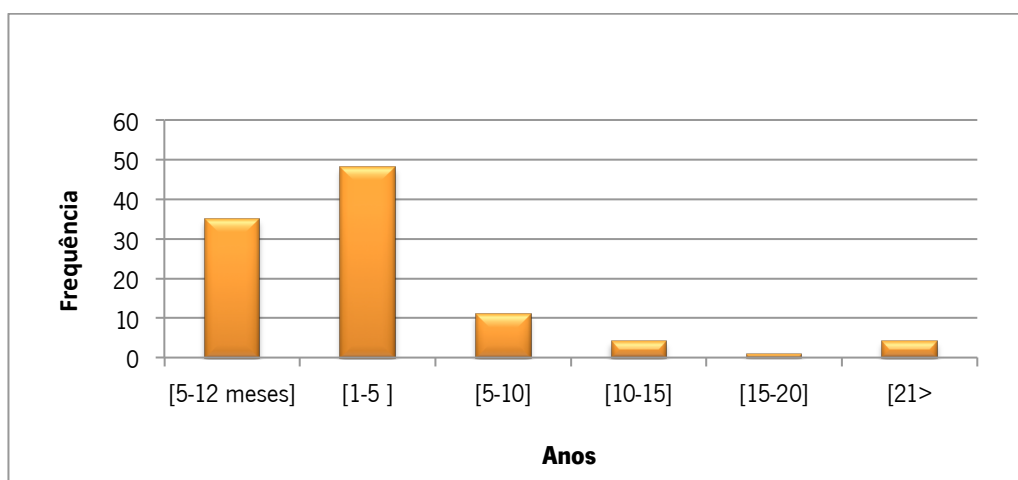
**Gráfico 3** - Tempo de corrido entre o falecimento e a abertura do inventário, Barcelos (1750-1810)



**Amostra:** Total dos casos observados: 41/200 (20,5%).

**Fonte:** ADB, “Judicial Antigo”.

**Gráfico 4** - Tempo decorrido entre o falecimento e a abertura do inventário, Póvoa de Lanhoso (1750-1810)



**Amostra:** Total dos casos observados: 103/200 (51,5%).

**Fonte:** ADB, “Judicial Antigo”.

Daremos conta de alguns casos extremos. Por exemplo, no ano de 1773, na freguesia de São João de Castelões de Guimarães, Jerónimo Fernandes e sua mulher, Domingas Fernandes, tinham falecido, continuando como inventariante seu neto, João Fernandes. Do casal inventariado ficaram oito filhos, já falecidos ao tempo da realização do inventário, elaborado em 1797. Deixavam herdeiros, entre os quais o inventariante, supostamente o neto mais velho. Ou seja, tinham passado 24 anos sobre o prazo estipulado para a concretização do inventário<sup>124</sup>.

No ano de 1785 falecera na freguesia de Santa Maria de Airão, Guimarães, Maria de Oliveira, já viúva, no dia 10 de março, sendo inventariante seu neto, João José da Silva. Da inventariada ficaram quatro filhos e netos. O inventário principiou a doze de outubro de 1809. Ou seja, também cerca de 24 anos depois do falecimento da viúva<sup>125</sup>. Todavia, o caso mais paradigmático é, sem dúvida, o inventário de Cipriano de Novais, o qual falecera a 29 de junho de 1781, residente em São Salvador de Briteiros, deixando como inventariante sua filha Luísa Maria. O inventário foi realizado apenas no ano de 1825, ou seja, quarenta e quatro anos depois<sup>126</sup>.

Também em Barcelos encontramos casos em que a transgressão excede o definido na legislação. No ano de 1740 falecera na freguesia de Encourados António Marques, vindo a sua

<sup>124</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-6-3-19, 1797, fls. 4-5v.

<sup>125</sup> *Idem*, ct. C-1-5-145, 1809, fls. 1, 3.

<sup>126</sup> *Idem*, ct. C-7-1-131, 1825, fls. 1, 3v.

viúva a morrer em 1770, continuando como inventariante seu filho, Miguel Francisco. Do dito casal ficaram outros três filhos: Benta, Ângela e António. O inventário iniciou-se a 26 de outubro de 1770, passados trinta anos após a morte do inventariado<sup>127</sup>. No ano de 1759 falecera na freguesia de Santa Leocádia, Custódia Alves, constituindo-se inventariante o viúvo, João Gonçalves, de que ficara um filho, João Gonçalves, já falecido, mas com filhos menores. O inventário principiou a 1 de julho de 1772<sup>128</sup>.

O mesmo aconteceu na Póvoa de Lanhoso. No ano de 1788 falecera na freguesia de Lanhoso, concelho da Póvoa de Lanhoso, Custódia Maria da Cunha, já viúva, continuando como inventariante seu genro, Sebastião da Silva. O inventário iniciou-se 9 anos após a morte da inventariante, a 22 de dezembro de 1798 e findou a 4 de fevereiro de 1799<sup>129</sup>.

Ao longo da investigação encontrámos nos três concelhos e respetivos termos, situações em que a viúva assumiu o papel de inventariante mesmo depois de acabados os prazos legais para elaborar o inventário. Segundo as Ordenações Filipinas, a viúva deveria perder quer a sua parte na herança, quer a tutoria ou curadoria, e a guarda dos filhos<sup>130</sup>. Comprovámos portanto que as sanções não eram aplicadas, o que levanta outras questões. Quem de facto era o principal responsável pelos atrasos verificados no processo de inventariação: o viúvo ou viúva, ou o juiz dos órfãos?

Recordemos que, na inexistência do juiz de fora na localidade, competia ao juiz ordinário a alçada dos órfãos. No entanto, pelo facto deste ser responsável por um conjunto apreciável de tarefas, muitas vezes tornava-se necessário escolher uma pessoa da população civil que, entre outras qualidades, deveria ser suficientemente idónea para exercer a função. Nesta situação, a pessoa assumia o ofício como um dever cívico e não como fazendo parte da magistratura profissional do Reino, recebendo apenas uma remuneração simbólica. Como refere António Manuel Hespanha, as rendas do juiz dos órfãos tinham carácter de emolumento e situavam-se, em média, cerca dos 13 mil reis, embora, naturalmente, houvesse grandes variações regionais<sup>131</sup>.

O que teria determinado as disfunções da aplicação da legislação? Será que o juiz dos órfãos teria conhecimento de todos aqueles que faleciam e deixavam filhos menores, ausentes

---

<sup>127</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3663, 1770, fls. 1, 4.

<sup>128</sup> *Idem*, ct. 3696, 1772, fls. 1, 4.

<sup>129</sup> *Idem*, ct. 569, 1798, fls. 1, 3.

<sup>130</sup> *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino do Portugal*, 1870, Liv. I, Tit. LXXXVIII, p. 210.

<sup>131</sup> António Manuel Hespanha, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político: Portugal séc. XVII*, vol. I, Lisboa, A.M.H., 1986, pp. 84-85.

ou mentecaptos? Perante a eventual negligência por parte do juiz dos órfãos, as sanções impostas nas *Ordenações Filipinas* seriam aplicadas? O pagamento pelos serviços prestados na realização dos inventários respeitaria os parâmetros convencionados na legislação? Seria a sua elaboração financeiramente prejudicial para as famílias?

Mesmo que não se ponha em causa a eficiência do juiz, não há dúvida de que seria complicado ter acesso a todos os falecimentos ocorridos na respetiva área, caso a sua participação fosse apenas da responsabilidade das famílias do defunto. Ao mesmo tempo, se existissem informadores que participassem os falecimentos ao juiz, estes poderiam ocultá-los quando a situação lhes aprouvesse.

As *Ordenações Filipinas* estipulavam que em caso de negligência do juiz dos órfãos, este era obrigado a pagar todas as perdas e danos que pudesse causar aos menores. O mesmo acontecia se não arranjasse tutores e curadores para os órfãos menores no prazo de um mês a contar do dia do falecimento do inventariado. Ainda, se os órfãos tivessem bens fora da sua jurisdição, o juiz local devia comunicar com o juiz do lugar onde se situavam os bens de modo a que este procedesse de imediato à escolha de um curador para os administrar. Posto isto, como é possível que os juizes não realizassem o inventário no prazo estabelecido pela lei? Na nossa perspetiva, ressaltam duas hipóteses possíveis: a primeira pode decorrer do juiz não ter conhecimento dos falecimentos, evidenciando uma falta de articulação entre órgãos do poder local e os órgãos do poder central. Além disso, não encontramos quaisquer indícios de que a inspeção periódica ao exercício do ofício de juiz dos órfãos fosse uma prática corrente, exceto nos casos em que o juiz era acusado de negligência<sup>132</sup>.

Na vila de Guimarães e seu termo o juiz dos órfãos exercia geralmente o seu ofício por vários anos. Nos casos de incumprimento, verificámos que, por vezes, o mesmo juiz estava no ativo quer aquando da morte do inventariado quer aquando do ano da realização do inventário. Num primeiro momento poderíamos concluir que o infrator não seria o juiz mas sim os familiares do inventariado. Contudo, numa segunda análise verificámos que nestas mesmas situações irregulares a viúva ou viúvo continuavam como inventariantes, contrariamente ao que

---

<sup>132</sup> Por exemplo, no inventário de Custódia Maria da freguesia de Valbom, Fontarcada, alguns herdeiros recusaram que o Juiz dos órfãos, Custódio Manuel Rodrigues, fosse o juiz deste processo acusando-o de “suspeito” por ser parente de 4.º grau e ainda por ter comprado os bens que ficaram aquando do falecimento da inventariada. Por estes motivos, os filhos da defunta pediram que “se devia reconhecer de suspeito e enquanto não o reconhecessem protestava de acordo com a lei”. O Juízo nomeou outro juiz, António José Vaz. ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2707, 1798, fl. 2. Segundo as *Ordenações*, os bens dos órfãos não podiam ser vendidos sem justa causa, da mesma forma que, não podiam ser comprados pelo juiz dos órfãos, escrivão dos órfãos, tutor ou curador dos órfãos. *Ordenações Filipinas*, Liv. IV, Tit. LXXXVIII, § 29-30.

estava disposto nas *Ordenações Filipinas*. A ocorrência destas duas situações, em simultâneo, leva-nos a concluir que, mesmo havendo conhecimento do incumprimento das leis do Reino, as penas não eram aplicadas, o que implica que a própria população não receasse as sanções. A segunda hipótese: a ineficácia da legislação poderia abrir espaço para a prática de conivências e jogos de interesses. A má administração dos dinheiros dos órfãos da cidade de Lisboa e seu termo, fez com que o Alvará de 13 de janeiro de 1757 extinguisse definitivamente os cofres dos juizes dos órfãos, os quais foram substituídos pelo *Depósito Geral da Corte*<sup>133</sup>. Os emolumentos podiam conduzir à ruína das famílias, sobretudo as mais carenciadas. Esta podia ser uma das razões que as levavam a não participar o falecimento de um dos seus membros, de modo a evitar ou protelar a realização do inventário<sup>134</sup>.

Por exemplo, enquanto um inventário não findasse os bens deveriam permanecer inalterados para não haver desvios. Esta disposição colocava muitas dificuldades aos herdeiros, na medida em que se viam privados das ferramentas de trabalho, essenciais para a sua subsistência. Que adiantava ao lavrador, como salienta Margarida Durães, “se não tivesse a charrua e o arado para lavrar? E o carpinteiro sem os seus apetrechos e madeira?”<sup>135</sup>. No que concerne ao que estava colhido, será que podiam consumir? Sabemos que todo o tipo de alimentos eram avaliados - desde a carne de porco, unto, feijão, milho, centeio, trigo e o vinho -, e faziam parte dos bens a inventariar. Enquanto o processo estava em execução o tutor não podia proceder à venda destes produtos. Caso tivesse necessidade de o fazer tinha primeiramente de apresentar um pedido fundamentado e por escrito ao juiz dos órfãos.

A interdição de venda de produtos poderia conduzir à ruína das famílias, uma vez que, na generalidade, estes eram cultivados para serem comercializados e não apenas para consumo próprio. Todavia, caso o inventário tardasse, os herdeiros sujeitavam-se a perder o vinho, visto que se podia estragar nas pipas ou cubas. Além disso, os preços variavam consoante o jogo da oferta e da procura. Relativamente ao gado ovino e bovino, a situação era semelhante. Além de estarem impedidos de os vender não podiam consumir os animais, e acrescia-lhes a obrigação de os alimentar e cuidar, ou seja, mais despesa para suportar.

O único tipo de bens que não acarretava prejuízos a curto prazo era constituído pelo mobiliário, que não era nem abundante nem diversificado. Os móveis mais comuns eram as

---

<sup>133</sup> António Delgado da Silva, *ob. cit.*, 1830, pp. 669-670.

<sup>134</sup> Olinda Barbosa Vilaça, *ob. cit.*, 2010, pp. 239-244.

<sup>135</sup> Margarida Durães, *Herança e sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga (séculos XVIII-XIX)*, vol. I, Tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2000, p. 212.

caixas, onde era guardado o enxoval e as colheitas, e os catres. O vestuário, também bastante limitado, incluía a roupa interior, a roupa de uso corrente, a roupa de domingo ou de festa, a roupa de cama e de casa. Por último, assinalámos a presença de joias, adorno essencial da mulher minhota; como salienta Margarida Durães, “qualquer camponesa devia possuir o seu colar de contas para exhibir nas romarias e nas festas”<sup>136</sup>.

Apesar de todos estes constrangimentos que podiam conduzir tanto as famílias como os juizes a negligenciar o processo, na origem de todas estas disfunções podia estar a mesma cobiça despertada pelos bens dos órfãos que tinha estado na base da criação do juiz dos órfãos e das leis que visavam protegê-los. Como afirma Timothy Coates os bens dos órfãos eram demasiado tentadores e como tal apropriados, sobretudo em períodos difíceis, não só pela Coroa, mas de igual modo pelos viúvos ou viúvas, que muitas vezes voltavam a casar, ficando à mercê da cobiça dos padrastos ou madrastas que podiam tentar pilhar os bens das crianças<sup>137</sup>.

Assim, concluímos que as famílias tinham motivos suficientes para não quererem a execução do inventário. Mas podiam igualmente ocorrer casos em que era a família a solicitá-los por encontrar vantagens na sua feitura. Embora a realização de inventários resultasse da vontade do poder central, a feitura de alguns deles, sobretudo os que se encontravam numa situação irregular, foi determinada pela vontade das famílias, ou de elementos no seu interior, que, talvez por se sentirem lesados, pediam a inventariação e avaliação de todo o património familiar.

Independentemente de quem solicitava a realização dos inventários, alguns indicadores demonstram que os encargos inerentes não eram aceites de bom grado. Em alguns casos, as despesas judiciais eram superiores ao valor da herança, ou seja, por vezes os co-herdeiros, em vez de herdarem, eram obrigados a pagar encargos pecuniários aos quais não podiam fazer face. Maria de Fátima Brandão cita algumas passagens de um personagem de um romance de Aquilino Ribeiro, *Terras do Demo*, Rosa Gaudência, a proferir “são como corvos ... vêm ao cheiro do cadáver. Mais acrescenta: Oficial de diligências sobe e desce, louvados para aqui e para ali, mais juiz, mais papel, mais selos, foi-se o melhor da fazenda da casa. Os patifes da justiça tinham fome, ferraram o dente envenenado”<sup>138</sup>.

---

<sup>136</sup> *Idem*, p. 232.

<sup>137</sup> Timothy J. Coates, *Degredados e órfãos: colonização dirigida pela Coroa no império português. 1550-1755*, Lisboa, CNCDP, 1998, p. 200.

<sup>138</sup> Aquilino Ribeiro, *Terras do Demo*, citado em Maria de Fátima Brandão, *ob. cit.*, 1994, p. 332.



Saliente-se que as custas judiciais de uma partilha levada a cabo de acordo com os trâmites do inventário variavam entre um e cinco por cento do valor total da herança, ao que se acrescentavam as despesas em que muitas vezes os herdeiros incorriam com a contratação dos serviços de um advogado. Desta forma, compreende-se a razão pela qual os herdeiros, sempre que possível, procuravam escapar ao inventário. A própria lei era flexível a este nível, permitindo a emancipação precoce dos filhos, convertendo o inventário num processo desnecessário, dado que os herdeiros passavam a ser considerados maiores, não carecendo da proteção legal<sup>139</sup>.

Além das estratégias para evitar a feitura do inventário também existiriam processos para desviar determinados bens considerados de suma importância para as famílias, de modo a evitar a sua ruína. Ressalta uma relação de causa-efeito: quanto mais declarassem, mais tinham a pagar e menos recebiam da herança. Dentro desta ótica, ousamos especular que as estratégias de sobrevivência das famílias de ontem, podem impossibilitar ao historiador de hoje o conhecimento integral da totalidade dos bens móveis assim como a sua transmissão intergeracional.

Não duvidamos da importância dos inventários orfanológicos para o estudo da cultura material e do quotidiano das sociedades do período moderno. Porém, os inventários efetuados fora dos prazos legais colocam sérias dúvidas quanto à sua validade. Não sabemos que bens foram inventariados, se os que existiam aquando do falecimento do inventariado ou os que subsistiram até à realização do inventário, visto que a composição e o valor do património familiar é extremamente mutável ao longo do tempo. Por outro lado, a preservação dos bens não deixa de ser difícil. É necessário não esquecer que estamos a trabalhar com inventários orfanológicos que contemplam uma minoria da população órfã, ou seja, aqueles que tinham algo a herdar. Se a prática jurídica se pautava por uma proeminente deficiência, podia, de igual modo, camuflar lacunas presentes na administração e conservação dos bens dos menores, devido ao longo intervalo temporal entre o ano da morte do inventariado e o ano do inventário.

São estas, portanto, algumas das limitações que o historiador tem de considerar à partida, quando empreende a utilização dos inventários orfanológicos como fonte histórica. Como podemos verificar, este processo judicial era bastante complexo e, em determinadas situações, terá desencadeado inúmeras dificuldades para as famílias, podendo, mesmo, culminar na sua ruína.

---

<sup>139</sup> *Idem*, p. 334.

É, sem dúvida, no campo das potencialidades da fonte que o historiador tem de colocar o seu foco preferencial; a sua utilização exaustiva aproxima o historiador de inúmeros aspetos do quotidiano das sociedades rurais e urbanas do período moderno, como o mobiliário doméstico, o vestuário, a casa, a alimentação, a higiene, as práticas creditícias e as relações de sociabilidade entre outros. No dizer de Hortensio Sobrado Correa “este tipo de fuente representa una mina excepcional de datos sobre la vida cotidiana y las estructuras económicas y sociales del pasado, pues permite entrar en contacto directo com las precariedades vitales y la miséria de unos, así como com el confort y la opulência de outros”<sup>140</sup>.

Apesar de todas as dificuldades e incertezas que possam advir da análise da fonte, não podemos desvalorizar a sua importância para o estudo da cultura material. Talvez não possamos conhecer na íntegra o património das famílias, mas reconheceremos, certamente, parte dele que será suficiente para efetuarmos uma reconstituição aproximada da cultura material das populações rurais do Baixo Minho na transição de setecentos para oitocentos<sup>141</sup>.

## 2. TESTAMENTOS

O tratamento e análise das escrituras testamentárias na nossa dissertação terá como propósito servir de complemento às informações fornecidas nos inventários orfanológicos e, desta forma, colmatar algumas das limitações anteriormente referidas.

Esta fonte documental tem sido utilizada para vários tipos de pesquisa quer em Portugal como em França ou Espanha. Num primeiro momento, os seus contributos estiveram canalizados para a história da religiosidade<sup>142</sup> e das mentalidades<sup>143</sup> e para a história económica e social<sup>144</sup>. Muito embora se reconheça a sua primazia nestes domínios, os seus contributos vão mais além. No nosso caso concreto, será uma mais valia para o estudo da cultura material das gentes do Baixo Minho.

---

<sup>140</sup> Hortensio Sobrado Correa, *ob. cit.*, 2003, p. 826.

<sup>141</sup> Olinda Barbosa Vilaça, *ob. cit.*, 2010, pp. 244-249.

<sup>142</sup> Pierre Chaunu, *La mort à Paris (XVI<sup>e</sup>, XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles)*, Paris, Fayard, 1978.

<sup>143</sup> Margarida Durães, “A posse da terra na região rural de Braga no século XVIII”. *Ler História. Dossier: Terras e Homens*, n.º 43, 2002, pp. 57-83; “Os Testamentos e a História da Família”. Conferência apresentada no âmbito do mestrado de Demografia, Campinas, Instituto de Filosofia de Ciências Humanas na Universidade Federal de Campinas, 2004, não numerado. (Disponível online <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3364>. Descarregado a 25 de setembro de 2011.

<sup>144</sup> Hortensio Sobrado Correa, *Las tierras de Lugo en la edad moderna. Economía campesina, familia y herencia, 1550-1860*, Corunha, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2001.

A sua natureza jurídica difere da dos inventários orfanológicos, uma vez que enquanto estes são de natureza judicial, os testamentos são de natureza notarial. Muito embora haja várias formas de testar, a presença do tabelião no momento da feitura do testamento, no da aprovação ou, ainda, na sua abertura após a morte do testador, transformam-no num instrumento público. Contudo, os testamentos dos períodos medieval e moderno, foram acima de tudo um “acto de profunda consciência”<sup>145</sup>. O temor da morte, a preocupação com o juízo final e a salvação da alma do testador, constituíam ditames fulcrais de um documento onde se queriam estabelecer as últimas vontades.

Os romanos apuraram o testamento enquanto instrumento de regulamentação na sucessão da herança, embora com a queda do Império Romano este viesse a sofrer os “efeitos da barbarização”<sup>146</sup>. Na Alta Idade Média, adulterou-se o fim para o qual tinha sido concebido, a nomeação do herdeiro. Segundo Maria Ângela Beirante, apesar de predominar a mesma denominação, *testamentum*, este passa a estar confinado ao ato de doação, *mortis causa*<sup>147</sup>, permanecendo desta forma até aos finais do século XII. A partir de então assistimos ao ressurgimento do testamento romano para cumprir a sua primeira função<sup>148</sup>. A sua proliferação far-se-ia sentir em toda a Europa medieval, sobretudo a partir do século XIII, à medida que a influência do direito romano ia adquirindo mais força.

Em Portugal este processo foi mais tardio, uma vez que apenas com a dinastia de Avis se assistiu à introdução das instituições jurídicas romanas. Até então praticava-se uma forma arcaizante de testamento, a *manda*, na qual intervinha um mandatário escolhido pelo doador que, após a sua morte, procedia à distribuição dos bens pelos respetivos beneficiários<sup>149</sup>. Nos testamentos portugueses é muito comum ainda encontrarmos a expressão *manda e codicilo*<sup>150</sup>. Todas as escrituras testamentárias continham um formulário que permaneceu ao longo dos

---

<sup>145</sup> Adelino Carvalhosa, “A importância dos testamentos para o estudo das mentalidades. Estudo de dois testamentos, de um rol de bens e de um codicilo. Fins do séc. XVII, princípios do século XVIII”. *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, vol. III, Porto, 1986, p. 11.

<sup>146</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, 2004, não numerado.

<sup>147</sup> Maria Ângela Beirante, “Para a história da morte em Portugal (séc. XII-XIV)”, in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I, Lisboa, Estampa, 1982, p. 362.

<sup>148</sup> Jacques Chiffolleau citado em Margarida Durães, *ob. cit.*, 2004, não numerado.

<sup>149</sup> “No século XIII e XIV manda era sinónimo de testamento. Depois se tomou por tudo o que o testador manda e determina além do seu testamento ou codicilo. Propriamente a manda é legado”. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos, frases, que em Portugal antigamente se usavam...*, vol. II, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, A. J. Fernandes Lopes, 1965, p. 74. Maria Ângela Beirante, *ob. cit.*, 1982, p. 363.

<sup>150</sup> Disposição da última vontade sem nomeação de herdeiro. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 358.

tempos. Na nossa amostra encontrámos num mesmo documento o seguinte formulário: “fazer a minha manda, codicillo ou meu testamento”<sup>151</sup>.

As *Ordenações Afonsinas* já definiam a forma *ordinária* e *extraordinária* de se fazer testamento (público, cerrado, aberto e nuncupativo) assim como as *solenidades* que deviam ser cumpridas na sua elaboração de modo a evitar ser considerado nulo.

O testador tinha o poder e liberdade de dispor dos seus bens, direitos e obrigações. O testamento não era inalterável; o testador podia ao longo da sua vida revogá-lo, alterá-lo ou acrescentá-lo, valendo-se, para esse efeito, da disposição codicilar. Após o seu falecimento, as últimas vontades teriam de ser rigorosamente cumpridas pelos testamenteiros, aqueles em quem tinha depositado toda a sua confiança, incumbindo-os de fazer cumprir as suas vontades. No entanto, as suas intenções só se tornavam num “acto solene desde que respeitassem as formalidades internas e externas requeridas por direito”<sup>152</sup>. Uma das formalidades internas, era a necessidade de provar que estava no seu perfeito juízo no momento da elaboração do testamento e que o fazia sem qualquer coação. Em todos os testamentos, pelo menos os que analisámos, o testador ou tabelião referia que o testador “estava em seu perfeito juízo e entendimento segundo ao parecer de mim tabelião e das testemunhas”<sup>153</sup>.

As situações de impedimento previstas nas *Ordenações* relativamente à feitura de testamento eram diversas: doença mental, surdez e mudez de nascença (se ouvissem ou falassem alguma coisa, ou ainda se soubessem escrever não ficavam impedidos de fazer testamento), idade inferior a catorze anos para os rapazes e doze para as raparigas, filhos pródigos, filhos-família<sup>154</sup>, hereges ou apóstatas, condenados à morte, escravos e religiosos professos<sup>155</sup>. De entre as referidas situações existem ressalvas para os condenados à morte e para os religiosos professos. Aos primeiros, a legislação permitia que dispusessem da terça para causas pias<sup>156</sup>; aos segundos, a lei declarava que podiam fazer o seu testamento na condição de noviços mas ficavam impedidos de o alterar a partir do momento em que professavam, uma vez que, a partir desse momento assumiam o estado de *mortis civis*<sup>157</sup>.

---

<sup>151</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 283, 1803, fl. 9.

<sup>152</sup> Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)*, Lisboa, Notícias Editorial, 1997, p. 272.

<sup>153</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-215, 1798, fl. 11.

<sup>154</sup> Filhos-família - aquele que está sob dependência de seu pai, independentemente da idade. *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino do Portugal*, 1870, Liv. IV, Tit. LXXXI, p. 909.

<sup>155</sup> *Idem*, pp. 908-911.

<sup>156</sup> *Idem*, p. 909.

<sup>157</sup> *Idem*, *ibidem*.

Outros requisitos eram exigidos para que o testamento fosse dado como válido: a presença de seis ou mais testemunhas idóneas; na existência de herdeiros, os bens de alma não podiam exceder a quota disponível, a terça<sup>158</sup>.

A difusão do testamento está ligada ao papel desempenhado pela Igreja Católica que sempre se preocupou em incutir nos seus fiéis os princípios da escatologia cristã, que determinavam que após a morte haveria um julgamento final onde seria decidido o destino da alma: se o Paraíso, o Inferno ou o Purgatório.

A literatura devocional seiscentista oriunda de várias partes da Europa Católica - Itália, França, Espanha – difundiu-se em Portugal. De entre várias obras nacionais, é de referir a do jesuíta Estêvão de Castro, *Breve aparelho e modo fácil para ensinar a bem morrer um cristão*, através da qual se pretendia ensinar os comportamentos a ter perante a morte<sup>159</sup>. Como refere Adelino Carvalhosa a “salvação da alma era uma autêntica obsessão”<sup>160</sup>.

A Igreja constituía-se como intermediária entre Deus e os homens, controlando todo o processo da testamentaria até à segunda metade do século XVIII, exigindo, como refere Margarida Durães, “o terço do bem da alma, quando antes apenas o recomendava através da patrística e da doutrina”<sup>161</sup>. Apelava à elaboração atempada do testamento: “exortem aos seus fregueses que ordenem e façam seus testamentos depois de confessados e não guardem a hora da morte”, de modo a que as disposições do testador beneficiassem a própria Igreja<sup>162</sup>. A extrema-unção continuava a ser o momento ideal para que o padre ou o clérigo presente nos últimos momentos persuadisse o moribundo a determinar como queria que se fizesse o seu bem de alma ou legado pio em benefício da Igreja. Apesar da legislação não permitir a intervenção de eclesiásticos na feitura do testamento, quer como redatores ou testemunhas, na prática, segundo a nossa amostra, a presença destes homens da Igreja era constante. Por um lado compreende-se, uma vez que o índice de alfabetização era muito reduzido e, como tal, os membros do clero poderiam ser os únicos letrados na freguesia capazes de redigir o testamento e assiná-lo a rogo do testador. Por outro lado, havia a intenção, anteriormente referida, de persuadir o moribundo a beneficiar a Igreja. Os testamentos muito contribuíram para o fortalecimento do poder eclesiástico, enriquecendo igrejas, irmandades, capelas e mosteiros.

---

<sup>158</sup> Sobre esta questão veja-se Ana Cristina Araújo, *ob. cit.*, 1997, cap. V.

<sup>159</sup> A primeira edição data de 1621 e a última de 1724, num total de onze edições.

<sup>160</sup> Adelino Carvalhosa, *ob. cit.*, vol. III, 1986, p. 18.

<sup>161</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 50.

<sup>162</sup> *Constituições Synodales do Arcebispado de Lisboa*, Liv. III, Tit. XIII, pp. 379-380, citado em Ana Cristina Araújo, *ob. cit.*, 1997, p. 288.

A influência da Igreja nos testamentos foi de tal forma relevante que despoletou fricções entre os poderes seculares e eclesiásticos. A Igreja, como salienta Margarida Durães, “reclamava a sua competência em matéria testamentária, considerando um assunto de natureza espiritual, o Estado subordinando-o às regras do direito privado entendia serem do foro civil pelas sérias implicações de natureza económica e política que estes documentos acarretavam”<sup>163</sup>.

A Igreja, até ao reinado de D. José I, foi hegemónica no que respeita aos testamentos. A partir de então, enfrentou as imposições e interdições resultantes das medidas de Pombal. D. José I, como salienta Joaquim Veríssimo Serrão, “frisava ser o protector da religião e dos cânones, o que era o bastante para não aceitar privilégios eclesiásticos que limitassem de qualquer forma a supremacia do poder político”<sup>164</sup>. Eram frequentes os abusos por parte do clero junto aos moribundos para os instigar a instituir como herdeira universal a alma ou uma qualquer instituição eclesiástica. A partir de então, as reformas levadas a cabo na legislação atuaram no sentido de impedir tais abusos<sup>165</sup>. Assim, os herdeiros dos testadores, descendentes ou ascendentes, ou ainda outros parentes, não eram impedidos de usufruir da herança a que tinham direito<sup>166</sup>.

Se no período medieval os testamentos carregavam uma função meramente religiosa, apesar de se regerem pelas leis seculares, no período moderno, adquiriram, em paralelo, uma outra função: “organizar a vida económica e social da família após a morte de um dos seus membros”<sup>167</sup>. Doravante, o testador continuava a gerir, após o seu desaparecimento físico, a casa que lhe pertencera, nomeando, em testamento, um dos seus filhos para lhe suceder, e simultaneamente, responsabilizava-o do cumprimento dos seus bens da alma. Ou seja, além da sucessão e da herança, importava ao testador alcançar a salvação eterna. Fazendo jus às palavras de Philippe Ariès, o testamento foi um meio religioso e quase sacramental de associar

---

<sup>163</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 49.

<sup>164</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VI - O Despotismo Iluminado (1750-1807), Lisboa, Verbo, 1982, p. 117.

<sup>165</sup> Leis de 17 de agosto de 1761, de 4 de fevereiro de 1765, de 25 de junho de 1766, de 9 de setembro de 1769 e os alvarás de 20 de agosto de 1774 e de 31 de janeiro de 1775. *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás que Comprehende o Feliz Reinado d'El Rei Fidelissimo D. José I*, tomos 2 e 3, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1770.

<sup>166</sup> Veja-se Ana Cristina Araújo, *ob. cit.*, 1997; Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000; Luís Cabral de Oliveira Moncada, “O ‘Século XVIII’ na Legislação de Pombal”, in *Estudos de História do Direito*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1948, pp. 83-126.

<sup>167</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, 2004, não numerada.

as riquezas à obra pessoal da salvação da alma<sup>168</sup>. O testador, ainda em vida, definia os critérios que regulariam a vida futura dos seus descendentes; definia estratégias de diferenciação social no seu agregado doméstico, dando poder e prestígio a um dos filhos ao nomeá-lo como seu sucessor. A transmissão do poder não se limitava apenas aos bens materiais mas também à sua imaterialidade. A casa carrega um nome, uma história, uma relação de intergeracionalidade que é transmitida através da sucessão e da partilha da herança. Mesmo após a morte, o testador continuava a exercer a sua função de *pater familias*.

Philippe Ariès considera que, a partir de meados do século XVIII, todo o Ocidente Cristão, católico e protestante, testemunhou uma mudança radical na redação do testamento, ou seja, este reduziu-se ao simples ato de transmissão de herança<sup>169</sup>. Michel Vovelle aponta a descristianização da sociedade como causa desta mudança<sup>170</sup>. Em Portugal, muito embora assistamos a uma certa laicização do testamento, uma vez que a transmissão da herança passa a ser uma das razões principais da sua feitura, as questões inerentes à salvação da alma continuaram presentes, em particular no Baixo Minho.

Na nossa perspetiva, e seguindo o pensamento de Jacques Le Goff, o testamento da segunda metade do século XVIII continuava a ser um “passaporte para o céu”<sup>171</sup>. Não havia testamento em toda a cristandade que não começasse com uma invocação, diz Lucien Febvre<sup>172</sup>. Naqueles que analisámos, a principal fórmula ou invocação era a seguinte: - “Em nome da Santíssima Trindade, padre filho e espírito santo, três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro”<sup>173</sup>. A maioria dos testamentos fazia uma verdadeira profissão de fé.

No prólogo, para além da invocação, o testador referia o nome, a morada, o estado civil, a localização onde era feito o testamento, a razão da sua feitura e o estado de saúde em que se encontrava. Seguia-se-lhe o preâmbulo religioso com a encomendação da alma. O testador encomendava primeiramente a sua alma a Deus ou à Santíssima Trindade e pedia auxílio à Virgem Maria, a todos os santos e santas da corte celestial e ao seu anjo da guarda para que intercedessem por ele no julgamento final.

---

<sup>168</sup> Philippe Ariès, *História da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos dias*, Brizila Diana de Siqueira (trad.), Rio de Janeiro, Ediouro Publicações, 2003, p. 115.

<sup>169</sup> *Idem*, p. 70.

<sup>170</sup> Michel Vovelle cit. em *idem*, *ibidem*.

<sup>171</sup> Jacques Le Goff, *A Civilização do ocidente medieval*, Manuel Ruas (trad.), vol. I, 2ª ed., Lisboa, Estampa, 1995, p. 232.

<sup>172</sup> Lucien Febvre, *El problema de la incredulidad en el siglo XVI. La religión de Rabelais*, Isabel Balsinde (trad.) Madrid, Akal, 1993, p. 302.

<sup>173</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, C-1-4-70, 1800, fl. 47.

Como refere Philippe Ariès, existe uma atitude diferente entre a Idade Média e os séculos XVII e XVIII em relação à sepultura<sup>174</sup>. Na primeira, o corpo era confiado ou até abandonado na Igreja e pouco importava o lugar exato; no século XVII e XVIII há o cuidado de localizar a sepultura. A escolha do local da sepultura surge como um dos momentos decisivos para a determinação dos níveis de religiosidade presentes nas atitudes perante a morte, ao mesmo tempo que salientava o estrato social a que o testador pertencia. Era impensável escolher para repouso eterno qualquer recinto não consagrado. A opção colocava-se geralmente entre o enterro nos conventos ou nas igrejas paroquiais<sup>175</sup>. Vejamos as preferências dos nossos testadores:

**Tabela 6** - Local da sepultura do testador (1750-1810)

<b>Sepultura</b>	Barcelos	Guimarães	Póvoa de Lanhoso	<b>Total</b>	<b>F/T</b>
<b>Igreja paroquial</b>	12	21	5	38	39,6%
<b>Capela</b>	0	0	3	55	3,1%
<b>Convento</b>	0	0	0	0	0%
<b>Não refere</b>	9	16	30	55	57,3%
<b>Total</b>	21	37	38	96	100%

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Muito embora a escolha do local da sepultura se afirmasse como uma das grandes preocupações de todo o cristão, nos testamentos analisados foram muitos os testadores que não declararam a sua última morada, sobretudo no que respeita ao concelho da Póvoa de Lanhoso. Contudo, 39,6% dos nossos testadores escolheram o interior das igrejas, afirmando até que desejavam o “espaço das grades para cima”. A vizinhança do altar-mor aproximava-os das forças celestiais, ao mesmo tempo que tornava patente o estrato social a que pertenciam. Por

<sup>174</sup> Philippe Ariès, *ob. cit.*, 2003, p. 73.

<sup>175</sup> João Rosa Ferreira, Maria da Piedade Taborda, Pedro José Sottomayor, “Contribuição para o estudo das atitudes perante a morte nos testamentos da região de Lisboa no século XVII”. *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital De Lisboa*, III Série, n.º 88, tomo I, Lisboa, 1982, p. 27.



vezes, o testador afirma que o seu bem da alma deveria ser cumprido segundo o que se devia às “pessoas de sua qualidade”.

Para além do local da sepultura, o testador indicava a indumentária fúnebre. Há uma predileção por hábitos de santos medievais ligados às ordens mendicantes, destacando-se em primeiro lugar para os homens o hábito de São Francisco, seguindo-se-lhe o de Santo António e para as mulheres, o hábito de freira, sem referência à ordem. Há um claro predomínio dos nomes dos santos tradicionais, aos quais está ligado um forte culto popular.

Das disposições do testador ainda fazia parte o número de pobres e padres que deveriam acompanhar o seu corpo até à última morada assim como o valor da esmola a atribuir a cada um deles; as disposições referentes aos rituais litúrgicos: quantidade de missas, local da celebração (por exemplo, altar privilegiado), tipologia das missas assim como o valor pecuniário de cada uma (de intenção pela sua alma e pela alma dos familiares falecidos - cônjuge, filhos, pais, etc. - corpo presente, mês e missa do ano ou a celebração das missas de “uma só vez”, independentemente da tipologia, outras vezes, a celebração no tempo determinado pelo próprio)<sup>176</sup>. À medida que o testador enunciava as suas disposições, fixava o prazo em que o testamenteiro as devia cumprir. Na ausência desta determinação as *Ordenações Filipinas* estipulavam o prazo de um ano.

A escolha do testamenteiro pelo testador revela uma relação de afeto e sobretudo de confiança. Muito embora não sejamos capazes de verificar com a certeza pretendida essa relação, uma vez que a maior parte dos nossos testadores não nomeia testamenteiro, considerámos que, mesmo assim, seria interessante ver que tipo de relação de parentesco era mais comum entre uns e outros. Vejamos os seguintes quadros:

---

<sup>176</sup> A este respeito Ana Cristina Araújo faz uma relação entre o número de missas que o testador manda dizer pela sua alma e as mandadas celebrar pelos seus familiares falecidos e conclui que, se as primeiras têm um valor simbólico, as segundas, quando comparadas em número e valor pecuniário com as primeiras, são insignificantes e respondem apenas a uma “operação de contabilidade”, visto que o testador tinha a possibilidade de se redimir dos seus pecados a baixo custo. *Ob. cit.*, 1997, p. 280.

**Tabela 7** - Relação testador/testamenteiro – Barcelos (1750-1810)

Estado	Cônjuge	Filhos	Irmãos	Pais	Amigo/ vizinho	Parentes	N/refere
Casada	1		1				2
Casado	3		2	1			5
Viúva					1		1
Viúvo							3
Solteira					1		
Solteiro							
Casal							

**Amostra:** Total dos casos: 21/200 (10,5%).

**Fonte:** ADB, “Judicial Antigo”.

**Tabela 8** - Relação testador/testamenteiro - Póvoa de Lanhoso (1750-1810)

Estado	Cônjuge	Filhos	Irmãos	Pais	Amigo/ vizinho	Parentes	N/refere
Casada	2		1				3
Casado	3	2	2	1	2		11
Viúva							7
Viúvo					1		
Solteira							
Solteiro						1	1
Casal	1						

**Amostra:** Total dos casos: 38/200 (19%).

**Fonte:** ADB, “Judicial Antigo”.

**Tabela 9** - Relação testador/testamenteiro - Guimarães (1750-1810)

Estado	Cônjuge	Filhos	Irmãos	Pais	Amigo/ vizinho	Parentes	N/refere
Casada	2						
Casado	3	6			1		4
Viúva		4		1			2
Viúvo		4			1		3
Solteira		1					
Solteiro							
Casal	4						1

**Amostra:** Total dos casos: 37/200 (18,5%).

**Fonte:** AMAP, “Judicial Antigo”.

Apesar dos poucos dados disponíveis, nos concelhos de Barcelos e Póvoa de Lanhoso, o cônjuge que sobrevivia era o preferido, enquanto no concelho de Guimarães esse papel era atribuído aos filhos. No entanto, os vizinhos, os amigos, os irmãos, os pais, foram, de igual modo, escolhidos por um ou outro testador. Convém salientar que a maioria dos testamenteiros, pelo menos os familiares diretos, cônjuges e filhos, foram também nomeados pelo testador como sucessores, sendo-lhes entregue, além da legítima a que tinham direito, os bens indivisíveis ou o terço da herança.

Através do testamento, o testador “constrangia os vivos a obedecer à sua vontade, ao mesmo tempo que servia para afirmar as suas convicções mais íntimas respeitantes à fé, aos entes e às coisas a que se sentia afetivamente ligado”<sup>177</sup>.

Feitas as disposições espirituais, o testador passava às disposições materiais da herança, com a enumeração dos herdeiros e legatários, atribuição da terça, pagamento e cobrança de dívidas, reserva e usufruto e, por vezes, com a estipulação de encargos e/ou pensões<sup>178</sup>.

<sup>177</sup> João Rosa Ferreira, Maria da Piedade Taborda, Pedro José Sottomayor, *ob. cit.*, 1982, p. 22.

<sup>178</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 74.

As disposições materiais, de acordo com a nossa amostra, eram muito escassas, sobretudo no que concerne aos bens móveis, o mesmo tendo aferido Margarida Durães para o termo de Braga<sup>179</sup>. Relativamente aos bens de raiz, muito embora as *Ordenações Filipinas* estabelecessem a distribuição igualitária da herança entre os herdeiros, independente do sexo e da idade, o testador exprimia de forma legal as suas preferências individuais através do testamento, visto que a mesma legislação garantia aos indivíduos a possibilidade de deliberar livremente sobre a distribuição de parte dos seus bens. Isto é, os testadores com herdeiros ascendentes e descendentes podiam legar à sua vontade o terço dos seus bens. Geralmente, como já referimos, o testador aproveitava o testamento para nomear um dos filhos para lhe suceder na casa. Não significa que o filho nomeado ficasse beneficiado face aos demais herdeiros. Muitas vezes, as disposições do testador eram de tal forma exigentes que não compensavam o herdeiro nomeado, dado que, para além de executar os bens da alma, o herdeiro privilegiado comprometia-se ao pagamento de eventuais dívidas, e ainda ao sustento de um ou outro irmão enquanto este permanecesse na casa em estado de solteiro.

O testamento terminava com o escatocolo: indicação de testemunhas, do escrivão, do lugar da redação e data.

Para finalizar esta abordagem, não podíamos deixar de referir a estrutura externa do testamento mesmo que de forma breve. Tal como já foi mencionado, o testamento podia ser público, aberto, cerrado ou místico, nuncupativo e militar. Os três primeiros são testamentos de natureza ordinária, os dois últimos de natureza extraordinária.

A redação do testamento público está a cargo de um tabelião, ficando a escritura registada no respetivo livro de notas; o aberto podia ser escrito pelo próprio testador ou a rogo do testador por mão particular. Findo, deveria ser lido em voz alta perante as testemunhas e o próprio testador, e, após a morte deste, deveria ser publicado pelo juiz ordinário ou juiz de fora. O testamento cerrado ou místico, tal como o aberto, podia ser escrito pelo testador ou qualquer outra mão particular, com a diferença de que deveria ser entregue ao tabelião para que este lavrasse o instrumento de aprovação. Depois de efetuado o instrumento de aprovação, o tabelião cosia-o e lacrava-o, entregando-o de novo ao testador. O nuncupativo, muitas vezes confundido com o testamento aberto, é o testamento oral<sup>180</sup>.

---

<sup>179</sup> *Idem*, p. 75.

<sup>180</sup> Sobre a estrutura externa do testamento veja-se *idem*, pp. 57-69.

A preferência quanto à forma de testar variava geralmente tendo em conta dois critérios: localização geográfica (rural/urbana) e a condição económica – recorrer a um tabelião trazia custos que nem todos podiam pagar. Todos queriam fazer o seu testamento, mesmo aqueles a quem a precariedade assolava. Desta forma, para os testadores do mundo rural era mais económico recorrer ao vizinho letrado ou ao padre da freguesia para que redigisse o testamento. Segundo os estudos de Margarida Durães, os testamentos cerrados foram os preferidos da população urbana de Braga. A historiadora aponta como causa o “maior número de pessoas letradas ou simplesmente alfabetizadas assim como a facilidade de se recorrer ao tabelião”<sup>181</sup>.

**Tabela 10** - Distribuição dos testamentos através da sua tipologia (1750-1810)

<b>Concelho</b>	<b>Público</b>	<b>Cerrado</b>	<b>Aberto</b>	<b>Nuncupativo</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Barcelos</b>	6	10	5	0	21	21,9%
<b>Guimarães</b>	26	10	1	0	37	38,5%
<b>Póvoa de Lanhoso</b>	0	35	2	1	38	39,6%
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>55</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>96</b>	<b>100%</b>

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

A forma de testar nos três concelhos não é análoga. Se para a Póvoa de Lanhoso a preferência foi claramente o testamento cerrado, para Guimarães foi o testamento público. Relativamente a Barcelos, apesar de termos uma maior frequência nos testamentos cerrados, verifica-se uma clara distribuição por quase todas as formas de testar. Relativamente aos dois primeiros concelhos, Póvoa de Lanhoso e Guimarães, é imperioso questionar as preferências verificadas. No primeiro caso, ao testamento cerrado está inerente a vontade de sigilo do testador, uma vez que só depois da sua morte o testamento poderia ser entregue à família. No caso do testamento público, o testador não estava tão preocupado em esconder as suas disposições, mas colocava a tónica no seu cumprimento.

<sup>181</sup> *Idem*, p. 44.

Em suma, cada frase do testamento tem um significado e uma intenção próprios. O testador ao mesmo tempo que responsabilizava os seus familiares e amigos a agirem em prol da sua Boa Morte, procurava redimir-se dos seus pecados. Os testamentos serviam para reparar erros como por exemplo reconhecer herdeiros, que na prática seriam os filhos ilegítimos, aos quais chamavam “fragilidade humana”<sup>182</sup>. Da mesma forma, muitos testadores usavam o testamento para negar com veemência a paternidade de filhos tidos publicamente como seus. Descreviam as dívidas ativas mas confessavam também as dívidas passivas, especificando os montantes, o nome dos credores e, por vezes, os motivos pelos quais as contraíram, e exigiam que os herdeiros beneficiados com o terço as pagassem. Nada podia impedir o testador de alcançar o Paraíso. Por isso, o seu discurso ia sempre no sentido de se certificar de que nada ficaria por pagar. Como afirma Joseph Almeida, “Os testamentos podem ser considerados testemunhos verídicos porque dificilmente alguém tentaria fugir da justiça divina na hora da sua morte”<sup>183</sup>.

Embora pudessemos ter explorado outros aspetos das escrituras testamentárias, estas, como já dissemos, servir-nos-ão sobretudo como complemento das informações veiculadas pelos inventários orfanológicos, proporcionando um melhor enquadramento das atitudes que as populações dos concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso denunciavam face ao património móvel e imóvel.

---

<sup>182</sup> Joseph Cesar Ferreira de Almeida, “O testamento no âmbito da herança”. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Brasil, Minas Gerais, Abep, 2002, p. 1. (Disponível em [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_His\\_PO17\\_Almeida\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_His_PO17_Almeida_texto.pdf). Consultado a 12 de setembro de 2011).

<sup>183</sup> *Idem*, p. 4.

## **CAPÍTULO II - AUSENTE NA TERRA MAS PRESENTE NA LEGÍTIMA**

## 1. OS DIREITOS DOS AUSENTES EM PERSPETIVA HISTÓRICA

O processo de partilha do património pelos vários herdeiros não foi contemplado no nosso estudo, não pela ausência de dados, mas porque a pertinência do tema e o interesse pelo estudo dos regimes de sucessão e herança, em Portugal, já produziu uma abundante bibliografia desde o início do século XX. Todavia, apesar do interesse revelado por todas as ciências sociais na análise das práticas hereditárias, a maioria dos estudos produzidos relegou para segundo plano o estudo dos direitos dos descendentes ausentes da casa no momento da partilha.

As primeiras análises das práticas hereditárias datam da primeira década do século XX, quando um grupo de discípulos de Le Play<sup>184</sup>, orientados num primeiro momento por Léon Poincard<sup>185</sup> e, mais tarde, dirigidos por Paul Descamps, levou a cabo um conjunto de inquéritos sociais que permitiram, através da sua divulgação em monografias (1909-1934), a descoberta de comportamentos muito diversificados e complexos em matéria de partilhas, revelando uma sã convivência entre o aparelho legislativo nacional e as ancestrais práticas costumeiras<sup>186</sup>.

Em 1935, Paul Descamps, baseado na recolha da informação feita através dos inquéritos, publicaria a obra intitulada “Le Portugal. La vie sociale actuelle”<sup>187</sup>. Nesta obra, o autor descreve-nos as particularidades do Minho através de um conjunto temático, onde sobressai, por exemplo, a organização e divisão do trabalho, as culturas e produções da economia agrária e a organização familiar. Todos estes aspetos foram apresentados em estreita ligação e dependentes dos sistemas de herança e transmissão do património, praticados nas diversas regiões minhotas. Deste modo, nesta região, tanto podemos encontrar a partilha igualitária entre todos os herdeiros, como a sucessão única com a herança indivisa ou o herdeiro beneficiado com a parte disponível - o terço - inscrita no direito familiar nacional desde a publicação das primeiras *Ordenações*. Os modelos de herança e o modo como as partilhas eram feitas, tanto se podiam encontrar no seu estado mais puro e completo como podiam apresentar formas especiais, se confrontadas com a legislação vigente, estando, a maioria das vezes, dependentes das decisões adotadas pelos proprietários, em escrituras de dote, doação ou em testamentos.

---

<sup>184</sup> Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play.

<sup>185</sup> León Poincard, *Le Portugal inconnu*, Paris, Firmin Didot, 1910.

<sup>186</sup> *Arquivo de inquéritos sobre a vida portuguesa*, in Fernando Medeiros, “Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal – o contributo da escola de Le Play, 1908-34”. *Análise social*, vol. XXIII, (95), 1º, 1987, p. 99.

<sup>187</sup> Paul Descamps, *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, Librairie Paris, 1935.



Apesar da extrema elasticidade com que as regras do direito familiar eram aplicadas e da grande variedade de soluções encontradas, os resultados dos inquéritos promovidos no início do século XX, revelaram alguns pontos em comum: em primeiro lugar, todos os modelos detetados revelaram “sistemas de relações sociais centrados sobre a domesticidade, a casa, o parentesco e a vizinhança que eram operadores indispensáveis para a análise dos contrastes das paisagens rurais minhotas e para a compreensão do polimorfismo da exploração agrícola familiar”<sup>188</sup>; em segundo lugar, todas as monografias produzidas indicaram um uso e extensão muito mais ampla, em relação ao que inicialmente se supunha, do modelo de sucessão única e partilha vantajada com o terço, que estava orientado para a indivisão do património e a manutenção da viabilidade económica da pequena exploração agrícola. Esta prática assentava num conjunto de estratégias de onde sobressaem as migrações e os diversos procedimentos para fazer sair de casa os descendentes excedentários. Assim, os ausentes foram apresentados como uma solução para a indivisibilidade das pequenas explorações, muito pouco sendo dito sobre os seus direitos. Nas famílias de fraco poder económico, os descendentes, que era preciso fazer sair de casa, receberiam algumas peças de roupa para se protegerem do frio e “uma enxada e um fouchinho” de modo a poderem partir à procura de trabalho em qualquer parte do Reino<sup>189</sup>; nas casas mais abastadas, era-lhes entregue um pequeno enxoval, pagava-se a viagem e algumas moedas para os gastos dos primeiros tempos e custeava-se o pedido da dispensa militar para poderem partir para o Brasil ou para qualquer outra parte do Império. Tudo isto era feito em nome da legítima a que teriam direito quando os progenitores falecessem. Estas práticas satisfariam os seus direitos na partilha da herança? Nada nos é dito sobre o assunto!

Alguns anos mais tarde (1955), o antropólogo Jorge Dias retomou estes trabalhos baseando-se nos seus resultados para tentar desenhar o mapa nacional dos sistemas de sucessão e práticas de herança<sup>190</sup>. Partindo da análise dos vários modelos de partilha como fator decisivo para a interpretação das características de cada região do país, o antropólogo traçou “*Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português*”<sup>191</sup>. Neste pequeno texto, expelir os descendentes que não tinham lugar na casa, voltava a ser considerada a melhor

---

<sup>188</sup> Fernando Medeiros, *ob. cit.*, 1987, p. 108.

<sup>189</sup> Margarida Durães, “Com uma enxada e um fouchinho. Estruturas familiares, modelos sociais e construções identitárias numa região de tradições migratórias”, in Moisés de Lemos Martins (org.), *Caminhos nas ciências sociais. Memória, mudança social e razão - Estudos em homenagem a Manuel da Silva Costa*, Coimbra, Grácio Editor, 2010, pp. 161- 175.

<sup>190</sup> Jorge Dias, “Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português”, in *Ensaios etnológicos*, n.º 52, Lisboa, Junta de investigação do Ultramar, 1961, pp. 121-143.

<sup>191</sup> *Idem, ibidem.*

solução para o impedimento da divisão da pequena exploração agrícola minhota. Tanto os trabalhos dos leplaysianos quanto os estudos de Jorge Dias foram muito criticados pelas correntes modernistas e neopositivistas que se desenvolveram em Portugal a partir dos anos 1970 e 1980<sup>192</sup>. No entanto, as caracterizações desenhadas em largos traços nos seus trabalhos, embora tenham sido elaboradas a partir de análises empíricas, parciais ou mesmo casuísticas e, ainda que pareçam denotar uma visão muito simplista da realidade portuguesa, têm sido confirmadas pelos trabalhos que, de então para cá, se têm realizado em diversas regiões do país. Estes trabalhos, dos quais só aqui analisaremos os que adotaram para o seu estudo a região do Minho, foram o resultado de pesquisas de campo e de arquivo, levadas a cabo por antropólogos, sociólogos, geógrafos e economistas, seguidos por trabalhos de historiadores que finalmente compreenderam que o tema não lhes estava vedado e que a sua perspectiva era desejada e mesmo reclamada pelas outras ciências sociais tão necessitadas do conhecimento das raízes históricas dos comportamentos e práticas que ainda sobrevivem na atualidade.

Na região minhota, onde predomina a pequena propriedade e a utilização intensiva do solo através da policultura, verifica-se, segundo o antropólogo Pina-Cabral, o estrito cumprimento da lei que obriga à partilha igualitária entre os descendentes diretos<sup>193</sup>. Porém, “apesar de se insistir sempre que todos os filhos possuem direitos iguais” as estratégias de herança e sucessão adotadas pelas casas camponesas estão intimamente ligadas ao grau de riqueza e à terra que cada uma possui<sup>194</sup>. Também entre os pequenos camponeses se pode encontrar o herdeiro beneficiado, dependendo esta prática da importância dada à *continuidade da casa agrícola*, à sua identidade social e à segurança e assistência na velhice dos progenitores. É necessário, no entanto, que esta estratégia não ponha em causa a subsistência dos outros herdeiros. Por isso, no minifúndio, a herança avantajada ou o herdeiro beneficiado com o terço só pode ser praticada pelas famílias “economicamente mais favorecidas”<sup>195</sup>. Ou seja, famílias

---

<sup>192</sup> João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*, Lisboa, Dom Quixote, 2000.

<sup>193</sup> João de Pina-Cabral, *Filhos de Adão, filhas de Eva: a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Paulo Valverde (trad.), Lisboa, Dom Quixote, 1989.

<sup>194</sup> Podemos encontrar esta asserção em múltiplos trabalhos, a saber: Caroline B. Brettell, *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequência da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Dom Quixote, 1991, p. 61; Armindo dos Santos, *Heranças: estrutura agrária e sistema de parentesco numa aldeia da Beira Baixa*, Lisboa, Dom Quixote, 1992, p. 189; Alice Geraldès, *Gente do minifúndio. Produção e reprodução social em mudança na freguesia da Correlhã*, Tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 1987, p. 259; João de Pina-Cabral, *ob. cit.*, 1989, p. 92.

<sup>195</sup> Alice Geraldès, *ob. cit.*, 1987, p. 259.

que possuem explorações agrícolas de pequena dimensão e que constituem a sua única fonte de rendimento. Quando a continuidade da exploração é o princípio que preside a todas as práticas de devolução do património fundiário, a utilização do terço permite beneficiar um dos herdeiros legítimos. Regra geral, o benefício recai sobre o herdeiro que reside com os pais e o que mais contribuiu para a valorização da exploração agrícola além de ter assegurado a assistência aos progenitores na doença e na velhice. Apesar da desigualdade de tratamento que está implícita neste modelo, os comportamentos adotados pautam-se pelos princípios da igualdade e da justiça. Quando os herdeiros legítimos não podem receber as mesmas porções de terra, devem ser-lhes dadas contrapartidas de acordo com os seus direitos. Para os camponeses minhotos, como adianta a socióloga Karin Wall, “é justa uma distribuição que satisfaz as necessidades dos herdeiros de maneira comparável”<sup>196</sup>.

Para que o processo de partilhas seja “justo”, o princípio da igualdade entre os herdeiros legítimos deve presidir a todo o processo, sendo também considerado um ato de justiça favorecer o filho ou a filha que permaneceu na casa paterna e tomou conta dos pais durante a velhice e/ou a doença. Nestes casos, o terço é utilizado para beneficiar um dos descendentes, embora tendo como principal objetivo uma recompensa e o pagamento pela assistência prestada na doença e na velhice. Hoje em dia, a utilização da quota disponível – o terço – para benefício de um dos herdeiros, está em franco desuso, na opinião da antropóloga Alice Geraldês, e, com ela, desapareceu a necessidade de escrituras jurídicas como o testamento ou a doação<sup>197</sup>. A existência de escrituras deste tipo é hoje aceite com muito desgosto e, em geral, a sua elaboração é motivo de discórdia entre os herdeiros legítimos, preferindo os progenitores a adoção de outro tipo de estratégias “mais subtil que o do terço, mas igualmente efetivo” como, por exemplo, o adiantamento de uma quantia em dinheiro ou a transferência da propriedade ainda em vida à medida que os filhos se casam e se estabelecem<sup>198</sup>. Embora a partilha seja, regra geral, *post-mortem* e, só então, os herdeiros tomem verdadeiramente posse da sua herança, o processo inicia-se na ocasião do casamento do primeiro filho ou filha. Nestas práticas há uma clara tendência para favorecer o herdeiro que permanece com os progenitores porque será ele(a) que assumirá a chefia da casa paterna tendo como principal dever manter a identidade social da casa.

---

<sup>196</sup> Karin Wall, “Residência e sucessão na família camponesa do Baixo Minho”. *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 5, Mem-Martins, Publicações Europa-América Lda., p. 51.

<sup>197</sup> Alice Geraldês, *ob. cit.*, 1987, p. 268; João de Pina-Cabral, *ob. cit.*, 1989, p. 92.

<sup>198</sup> Alice Geraldês, *ob. cit.*, 1987, p. 275.

Como se pode verificar, os contributos dados pelos estudos das várias disciplinas sociais (antropologia e sociologia) reafirmaram a existência, ainda na segunda metade do século XX, da grande variedade de estratégias hereditárias adotadas pelos proprietários rurais e que já tinham sido detetadas pelos leplaysianos. As novas abordagens, partindo das teorias mais recentes e de problemáticas originais, permitiram outras interpretações e explicações do fenómeno, mas não impediram que uma espessa bruma pesasse sobre as raízes históricas da maioria destas estratégias e nada esclareceram em relação aos direitos dos descendentes ausentes. Pelo contrário. Estes estudos reafirmaram a existência de uma panóplia de práticas que foram *resistindo e adaptando-se* às mudanças das conjunturas económicas do século XX, visando sempre o favorecimento dos descendentes que ficavam em casa em detrimento dos ausentes<sup>199</sup>.

Em 1974, Vitorino Magalhães Godinho, num texto intitulado “*Noções Operatórias na Abordagem Global das Sociedades*”, chamou a atenção para a necessidade da história se dedicar a estas temáticas<sup>200</sup>. Pretendia-se uma nova abordagem da história social, através da análise da célula básica da sociedade – a família – que pusesse em evidência a importância do estudo das formas de devolução do património e de reprodução social. A partir de então, surgiram entre nós, embora em menor número que os estudos antropológicos e sociológicos, alguns trabalhos historiográficos que se debruçaram sobre estas problemáticas e tentaram responder a muitas das questões já formuladas pelas várias disciplinas sociais.

Mergulhando nas profundezas do tempo passado, os estudos históricos tentaram analisar as normas jurídicas do direito de família - consignadas desde a publicação das primeiras *Ordenações* (1603) e que se mantiveram inalteradas até à publicação do primeiro Código Civil (1867) – e a sua influência na organização familiar e social. Este último, o designado Código Civil de Seabra, nome do seu principal mentor, terá introduzido uma ligeira alteração no normativo que regulava as heranças<sup>201</sup>. A partir desta data, o valor dos “prazos em vida” também devia ser introduzido na massa da herança e ser partilhado, igualmente, pelos descendentes legítimos<sup>202</sup>. A propriedade aforada continuava, de facto, indivisível, mas o seu valor devia ser partilhado pelos herdeiros. Será que, com esta medida, o Código Civil terá obstado aos continuos conflitos entre herdeiros, quer estivessem presentes ou ausentes no momento da

---

<sup>199</sup> Sobre as estratégias de herança no noroeste português veja-se Manuel Carlos Silva, *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*, Lisboa, Afrontamento, 1998.

<sup>200</sup> Vitorino Magalhães Godinho, “Noções operatórias na abordagem global das sociedades”, in *Memoriam António Jorge Dias*, vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, pp. 159-174.

<sup>201</sup> José Dias Ferreira (anot.), *Código Civil Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870-1876. Disponível em <http://purl.pt/12145>. Consultado a 21 de novembro de 2012.

<sup>202</sup> Maria de Fátima Brandão, *ob. cit.*, 1994, p. 14.

partilha? E até que ponto, esta medida terá protegido os direitos dos ausentes? E, se esta foi a principal alteração introduzida pelo Código Civil em matéria de partilha das heranças, qual era o articulado que regulava este assunto nas *Ordenações*?

Nas *Ordenações (Afonsinas e Filipinas)*, ao conjunto normativo, que definia os princípios gerais que deviam regular a sucessão e a repartição da herança, presidia o critério da família. Nestas normas estavam estipulados os princípios da igualdade entre os herdeiros legítimos, o carácter sagrado da legítima, a definição do terço ou parte disponível e a indicação das três linhas sucessórias. Nesta regulamentação, tanto a sucessão como a herança deviam ser partilhadas entre os herdeiros legítimos, podendo, no entanto, um deles ser beneficiado com a parte disponível: o terço. Estas regras, como salienta Margarida Durães “só se aplicavam à herança composta por bens livres ou suscetíveis de partilha como, por exemplo, os bens móveis e os bens alodiais”<sup>203</sup>. Mais acrescenta a autora, “os bens vinculados, como o morgadio ou a propriedade aforada estavam sujeitos a um outro conjunto normativo que os definia como bens indivisíveis”<sup>204</sup>. Nestes casos, era a propriedade, como principal critério, que presidia à definição dos princípios normativos que deviam regular a sucessão e a herança. Aqueles princípios estipulavam a sucessão única, a prioridade do cônjuge em relação aos outros possíveis sucessores, a possibilidade de carregar a nomeação com encargos, a primazia da linha masculina sobre a linha feminina e dos mais velhos sobre os mais novos. Tratava-se de um “articulado que estabelecia a desigualdade de facto entre herdeiros”<sup>205</sup>.

Os camponeses minhotos tiveram de se adaptar ora à “obrigação e o carácter inviolável da legítima”, ora à “indivisibilidade da propriedade aforada”; de uma parte a herança que devia ser partilhada igualmente pelos herdeiros legítimos; da outra a obrigatoriedade de nomear um sucessor único para continuar à frente da exploração foreira<sup>206</sup>.

Tomando em conta estes dois conjuntos normativos que regulavam o direito sucessório português, tanto em Portugal como noutros países europeus, poderemos encontrar, uma “diversidade de sistemas de transmissão dos bens materiais que se inscreve num *continuum* que vai de um extremo estritamente desigual ao outro extremo totalmente igualitário com comportamentos intermédios que se articulam”<sup>207</sup> a critérios económicos, sociais, psicológicos,

---

<sup>203</sup> Margarida Durães, “Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs. XVIII-XIX)”. *Boletim de História Demográfica*, XII, n.º 35, 2005, p. 11.

<sup>204</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>205</sup> *Ibidem*.

<sup>206</sup> *Ibidem*.

<sup>207</sup> Martine Segalen, *Sociologia da família*, Ana Santos Silva (trad.), Lisboa, Terramar, 1999, p.83.

sentimentais ou religiosos. É esta extrema adaptabilidade do direito sucessório português, que permite a possibilidade de encontrarmos, ontem como hoje, todos os modelos de transmissão de bens passíveis de serem concebidos. No largo período em que o direito de família foi regulado pelas *Ordenações*, a partilha igualitária “encontrou um conjunto de condicionalismos e constrangimentos, quer de ordem jurídica quer de ordem socioeconómica ou psicológica que influenciaram as opções adotadas”<sup>208</sup>. O principal critério que presidia à partilha da herança era o regime jurídico da posse da terra. Todos os bens livres - móveis, semoventes, terras alodiais – deviam ser partilhados igualmente. Os bens aforados, pelo contrário, não eram divisíveis. Porém, se o aforamento era perpétuo o valor da propriedade agrícola devia entrar na massa da herança, sendo totalmente excluído e posto de parte quando se tratava de aforamentos em vidas.

Mais uma vez se verifica nestes estudos a ausência de uma análise cuidada sobre os herdeiros ausentes e os seus direitos. Embora não tenham sido esquecidos, os ausentes voltaram a ser apresentados como uma das soluções para impedir a divisão da propriedade. Colocar alguns dos descendentes “fora de casa”, entregando-se-lhes, antecipadamente, um montante equivalente à legítima a que teriam direito à morte dos progenitores, era uma das práticas utilizadas. Até que ponto ficariam satisfeitos os direitos destes herdeiros?

Esta foi a questão que nos ocupou e para a qual tentámos encontrar respostas através dos inventários da nossa amostra. Não obstante, consideramos pertinente voltar a refletir sobre os normativos legais de modo a avaliar as dinâmicas desenvolvidas pelo *corpus* familiar no que concerne à legítima daqueles que tinham partido da sua terra e estavam ausentes aquando da partilha do património familiar. A pertinência do estudo da legítima do ausente, quando comparado com a partilha dos que se encontravam presentes, versou os interstícios da documentação (inventários orfanológicos e testamentos), ao testemunharem os esforços encetados pela Coroa na salvaguarda da legítima deste grupo e na forma como os que cá ficaram tratavam os que se encontravam ausentes no que respeita à partilha. Todas estas vicissitudes foram manifestas na constituição das legítimas dos ausentes, uma vez que as partilhas, em geral, ao nível do seu valor pecuniário, assentaram no princípio da divisão igualitária.

Como se observou no I capítulo, nem todos os herdeiros tinham capacidade para participar ou para estar presentes aos procedimentos legais que compunham o processo de partilha. Se uns não tinham capacidade devido à sua menor idade, havia alguns sem

---

<sup>208</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p.8.

discernimento suficiente para zelarem pelos seus interesses e outros encontravam-se ausentes da terra e da casa paterna em paradeiro incerto. Mas, apesar de estarem ausentes da terra, a lei exigia que estivessem presentes na legítima.

Para além dos inventários orfanológicos e dos testamentos também as *Ordenações Filipinas* foram fundamentais para a compreensão dos procedimentos legais dos processos judiciais envolvendo ausentes.

Como este capítulo se focaliza nos herdeiros que estavam ausentes no ato da partilha, seleccionámos apenas os documentos, judiciais e notariais, nos quais constassem ausentes. Deste modo, do total da nossa mostra dos inventários orfanológicos (600), só foi possível encontrar 112 inventários, correspondendo a 18,6%, onde a existência de descendentes ausentes e os seus direitos respetivos se encontram explícitos. Relativamente aos testamentos, tivemos, de igual modo, em consideração apenas os que diziam respeito aos herdeiros ausentes.

Convém, no entanto, valorizar a articulação entre inventários orfanológicos e testamentos na medida em que ela nos permitiu enquadrar de forma mais precisa o percurso dos ausentes assim como os “gastos de viagem” - denominados nos testamentos de “frete” - quando o embarque tinha como destino o Brasil. As despesas suportadas com o “frete” não eram esquecidas quer no momento da feitura do testamento quer do inventário. No que concerne aos documentos judiciais, o dinheiro gasto, neste caso concreto com os ausentes, era deduzido na sua legítima. Deste modo, estando esta prática enraizada nos procedimentos levados a cabo na realização das partilhas, pareceu-nos pertinente estabelecer uma correlação entre as quantias despendidas nas viagens e o custo de determinados bens essenciais ao quotidiano familiar. O principal intuito foi o de perceber o esforço económico das famílias aquando da viagem de algum dos seus membros para o Brasil.

A forma como era feita a distribuição teria como propósito responder aos interesses dos ausentes, ou dos demais co-herdeiros presentes na feitura do inventário? O valor do património adjudicado aos ausentes seria atribuído de forma igualitária ou desigual face aos restantes co-herdeiros? A estas e outras questões tentaremos dar resposta no presente capítulo. Asseguramos como propósito manifesto a desmistificação do conceito de ausente enquanto causa para a realização dos inventários orfanológicos. Da mesma forma, é nossa pretensão esmiuçar os mecanismos e dinâmicas utilizadas para que os ausentes não incorressem em prejuízo. Apesar de todos os esforços na ressalva da legítima dos ausentes, como se verificará no final, os restantes herdeiros eram beneficiados pelo simples facto de estarem presentes.

## **2. AUSENTES E INVENTÁRIOS ORFANOLÓGICOS**

A importância desta fonte documental para o tema em questão deveu-se à riqueza de informação que nos oferece relativamente aos bens que compunham o património familiar no momento da herança e do modo como se procedia à distribuição dos quinhões mas, sobretudo, ela é imprescindível aos investigadores se querem aceder ao modo como eram garantidos os direitos dos herdeiros que, por algum motivo, estavam fragilizados no momento da partilha.

Como já referimos, o inventário orfanológico era o principal instrumento público judicial na ressalva do património dos ausentes. Protelar o inventário estava fora de questão. Quer para os ausentes quer para os demais herdeiros urgia que a sua realização se fizesse de modo a que nada se perdesse.

Nos inventários orfanológicos, a designação de ausente não dizia respeito apenas aos filhos que se encontravam fora do Reino. Os que se encontravam entre fronteiras, também poderiam ser designados como tal. Porém, a ausência física, dentro ou fora do Reino, por si só, não determinava a execução de um processo de inventário. Podia sim determinar a presença de um procurador, quando estes se viam impossibilitados de regressar à terra natal para assistirem e participarem no respetivo processo.

Um herdeiro na condição de ausente, só determinava que se procedesse a inventário, quando a família deixava de ter notícias suas, ficando na incerteza se este estaria vivo ou morto. Ou seja, nestes casos, o inventário seria acionado quando deixava de haver correspondência entre as duas partes: ausente e família. Nos inventários orfanológicos e testamentos, encontramos várias vezes a seguinte expressão, “não se acha notícia do seu paradeiro, ou, não se conhece se está vivo ou morto há mais de...”. Quanto tal acontecia, era improrrogável a realização de inventário.

Os procedimentos legais do inventário e da entrega da legítima variavam consoante o tempo (n.º de anos) em que o herdeiro se encontrava ausente (inferior a 10 anos ou superior a 10 anos) e a idade do mesmo. Observemos a causuística: se na descrição das idades dos filhos do inventariado, o ausente fosse referido como menor, mesmo que se apresentasse aos autos da partilha o próprio ou através de um procurador, a sua legítima só lhe seria entregue quando atingisse a maioridade ou fosse emancipado. Neste caso, seria obrigado a provar que se encontrava capaz de administrar a parte que lhe tocava na herança. Se o ausente não aparecesse no prazo de 10 anos, ele próprio ou por procuração, procedia-se, após expirado este prazo, à curadoria. Os seus bens eram entregues ao familiar mais próximo, que não ficava



obrigado a prestar contas da administração, ou seja, do uso e fruto dos respetivos bens ao juiz dos órfãos, ficando apenas obrigado a entregar a herança caso o ausente aparecesse. No entanto, a forma como a herança estava a ser administrada era controlada pelos órgãos responsáveis. O mesmo acontecia caso a herança do ausente tivesse sido entregue a um procurador. De salientar ainda que, mesmo que a ausência fosse superior a 10 anos, perante uma má administração, o juiz ordenava que fossem retirados os bens ao dito procurador (o mesmo acontecia com o tutor). Exemplifiquemos: o inventário de Domingos Gonçalves, falecido a 1 de Abril de 1757, pai de quatro filhos, um dos quais, Manuel que se encontrava ausente em parte incerta. Francisco António, inventariante, tutor e irmão do ausente, foi notificado para apresentar contas extraordinárias tendo feito as seguintes declarações:

“Francisco António da freguesia de Faria [disse] que está notificado para vir dar contas como tutor de seu irmão ausente sendo que por que as não deve dar ainda porque não tem acabado um ano pouco mais ou menos que lhe foram tomadas sendo o escrivão José António de Vilas Boas e nelas não consta de má administração dos bens além de ser muito ténues que se esgotaram com salários que pelos mesmos se pagam pelo que visto ser dado as ditas contas o ano passado quer ser aliviado de as dar com quando se não completar os três anos ou que se admita a justificação em como lhe foram tomadas as contas na correcção passada”<sup>209</sup>.

Depreende-se nesta participação que, perante a desconfiança de má administração, o tutor era notificado para prestar declarações dos bens, mesmo que o tivesse feito recentemente. Mais tarde, a 11 de Junho de 1786, o mesmo Francisco António apresentou uma fiança para provimento da legítima de Manuel seu irmão ausente.

Porém, se ficasse provado a morte do ausente por certidão de óbito, os seus bens eram entregues definitivamente aos familiares a que pertenciam por direito e expirava a administração judicial. Por último, se no momento da realização do inventário não houvesse “notícia” do ausente há mais de 10 anos, partia-se do pressuposto de que estava morto. Assim sendo, para não incorrer em erro, era afixado um edital, um último anúncio no Diário de Lisboa<sup>210</sup>. Este normativo legal intentava chegar aos ausentes, informando-os de que estava a decorrer um

---

<sup>209</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3557,1757, fl.17.

<sup>210</sup> O edital era composto por três anúncios, os quais deveriam ser apresentados sucessivamente sem qualquer interregno. António Joaquim Ferreira D’Eça e Leiva, *ob. cit.*, s/d., p. 167.

processo de inventário resultante da morte de um dos pais. Como podemos imaginar, só teriam acesso a este anúncio os ausentes que se encontravam no Reino e nem todos. Aqueles que estavam além-mar, jamais o leriam e mesmo que o fizessem, o tempo de afixação era bastante limitado - 15 dias - o que impedia o conhecimento da situação e a tomada de medidas para que o ausente enviasse notícias aos familiares. Expirado este prazo de afixação e do último anúncio no Diário de Lisboa, os que tinham direito aos bens e herança eram citados pelo curador para apresentarem na primeira audiência os “ artigos de habilitações, a pena de revelia”<sup>211</sup>.

Este processo poderia tornar-se moroso e complexo, caso os diversos interessados apresentassem contestações quer em relação ao direito da família em requerer a herança quer em relação às preferências. Por isso, quando alguém pedia aos provedores para lhe ser entregue a herança do ausente, devia entregar obrigatoriamente uma petição, na qual constassem alguns dados referentes ao próprio ausente. No caso de ter conhecimento da sua morte, o requerente deveria apresentar os seguintes dados: nome, morada e ofício do ausente; o nome do seu pai e mãe; a data de óbito; quantos filhos e/ou netos ficaram à sua morte e uma justificação de como o requerente era parente e herdeiro do ausente. Se eventualmente o ausente ao tempo da morte não deixasse testamento, o requerente deveria declarar os nomes de todos os parentes mais chegados assim como as suas moradas. No caso de estar ausente durante um período de 10 anos, desconhecendo-se se estaria vivo ou morto, o requerente deveria declarar todos os bens que compunham a herança do ausente assim como o valor que lhes era atribuído, ou seja, a avaliação da sua herança. Posteriormente, era de sua competência provar que não existiam parentes mais próximos que o requerente. Finalmente, este último deveria apresentar uma declaração de como se comprometia a entregar a parte do ausente que lhe tocasse na herança, garantindo-se assim que, se eventualmente este aparecesse ou “quem nela tiver direito”, lhe seria entregue<sup>212</sup>.

Na salvaguarda deste pressuposto, o requerente era obrigado a apresentar uma escritura de fiança, devendo o fiador ser uma pessoa idónea, abonada, morador e possuidor de bens de raiz nos locais onde se situava a herança do ausente. O fiador era o principal pagador<sup>213</sup>. Desta forma, se o ausente aparecesse ou os seus descendentes, independentemente do tempo da ausência, a herança teria que lhe ser restituída.

---

<sup>211</sup> *Idem*, p. 168.

<sup>212</sup> *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino do Portugal*, 1870, Livro I, Tit. LXII, pp. 124-125.

<sup>213</sup> *Idem*, p. 125.

Analise-se o seguinte exemplo: A 15 de junho de 1806 procedeu-se a inventário por morte de Manuel Fernandes morador na freguesia de São Paio de Moreira de Cónegos, termo da vila de Guimarães. Do respetivo inventariado, já viúvo ao tempo, ficaram 7 filhos, cinco dos quais já casados, um ausente, João Dias, nos Estados do Brasil e um filho solteiro, José Fernandes Dias. Este último era o inventariante e depositário do irmão ausente. Segundo a *sentença civil de provimento de legítima* apensa ao inventário, datada de 12 de Setembro de 1819, João Dias, já se encontrava ausente no Brasil há mais de 30 anos, porém, há mais de “10 e 16 anos que não escreve e se não sabe notícia dele, antes consta que é falecido”<sup>214</sup>. A perda de contacto do ausente determinou a realização do inventário, uma vez que nenhum dos filhos era menor ou mentecapto.

Perante uma simples ausência, ignorância dos termos de residência e de vida ou morte, nomeava-se um curador *ad bona* ou um curador *ad litem*<sup>215</sup>. A nomeação deste último, resultava da falta de consenso quanto aos bens a atribuir ao ausente, ou seja, quando a partilha redundava num conflito de interesses entre os vários herdeiros dos bens que compunham o património familiar.

No inventário orfanológico em questão, foi nomeado um curador *ad litem*, o advogado José Salgado da Cruz. A administração da legítima do ausente João Dias ficara à sua inteira responsabilidade. No entanto, a 12 de Abril de 1810, o inventariante, José Fernandes Dias, irmão do ausente, no papel de depositário, solicitou ao juiz dos órfãos a entrega do “depósito do empréstimo da legítima de seu irmão ausente como consta no inventário”. E o juiz dos órfãos toma “a termo de depósito na arca dos órfãos e ausentes”, a conta que o suplicante apresentou que foi a seguinte:

“(…) pelos bens móveis 7.000 reis; pela dívida dele suplicante, 12.000 reis; pela reposição dele suplicante, 7.333 reis; pelos juros de 5% que desta reposição deverão vencer, serão do dia 20 de Março de 1805, em que o defunto faleceu, até hoje, 12 de Abril de 1810, 2.000 reis e abonar neles 685 reis da despesa do depositário que pagou o inventariante relativo ao ausente, deve líquido 1.315 reis.

---

<sup>214</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-2-69, 1806, fl. 37.

<sup>215</sup> Ana Prata, *Dicionário Jurídico*, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 1992, p. 571. Curador *ad bona* – curador nomeado a título definitivo por se considerar o órfão incapaz de salvaguardar os seus interesses pessoais e materiais. *Idem*, p. 926. Curador *ad litem* - curador nomeado a título provisório atribuído sobretudo aos ausentes que se encontram em parte incerta e não deixaram nenhum representante legal para administrar os seus bens. *Idem*, p. 304.

Soma 28.352 reis, cuja conta mandou fazer o mesmo juiz dos órfãos e assinou comigo o escrivão hoje 12 de Abril de 1810, Manuel Joaquim Guimarães”<sup>216</sup>.

O inventariante foi constituído depositário dos bens de seu irmão ausente, não obstante a legislação do Reino. No entanto, a mesma legislação exigia que se nomeasse para depositário alguém abonado da vila ou lugar. Neste caso concreto, verificamos que houve uma preocupação em depositar os bens do ausente no cofre dos órfãos e ausentes para num momento posterior, o mesmo depositário, na qualidade de parente mais próximo, pedir o provimento da legítima do ausente.

## **2.1 Arca ou cofre dos órfãos**

Competia ao juiz dos órfãos mandar proceder rapidamente à elaboração do inventário dos bens dos órfãos assim como o depósito integral das quantias a eles pertencentes numa arca especialmente construída para o efeito. A arca ou depósito dos órfãos e ausentes correspondia a um cofre fechado a três chaves, as quais eram distribuídas pelo juiz dos órfãos, escrivão dos órfãos e depositário. O escrivão tinha que colocar na arca dois livros, um para as receitas e outro para as despesas, para registar todos os movimentos feitos com o órfão. Esses livros seriam assinados pelo Provedor da comarca e só poderiam ser retirados da arca quando fosse necessário escrever neles.

A arca ou cofre dos órfãos e dos ausentes era um suporte de peculiar importância na preservação dos seus bens. No que concerne aos ausentes nas regiões ultramarinas, o alvará de 1 de Dezembro de 1767 determinou que os depósitos a arrecadar na junta das Repartições de defuntos e Ausentes do Brasil e da Índia deveriam ser os seguintes: cabedais, bens de moeda (“dinheiro em ser”- dinheiro que existia na casa e dívidas ativas); o depositário anexava uma declaração onde constasse a quantia do dinheiro, a sua proveniência, o dia, o mês e o ano em que foi feito o depósito, joias, peças de ouro e prata (às quais também era apenas uma declaração com o nome, peso, estimação - denominado de conto - e descrição de cada peça), vestidos, roupas, ornatos da casa, ou seja, bens provenientes a sequestros, penhoras e embargos. A arca ou cofre dos ausentes era obrigatória segundo a legislação do Reino, sendo o seu acesso interdito a particulares. A arca ou cofre dos órfãos e ausentes só poderia ser

---

<sup>216</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-2-69, 1806, fl. 37.

aberta perante a presença das três pessoas portadoras das chaves (juiz dos órfãos, escrivão dos órfãos e depositário)<sup>217</sup>.

## **2.2 Escrituras de fiança**

Para além da arca ou cofre dos órfãos e ausentes, em determinadas circunstâncias, as escrituras de fiança eram outro dos mecanismos utilizados para salvaguarda dos bens e direitos dos ausentes, como já observámos.

Neste mesmo inventário orfanológico feito por morte de Manuel Fernandes, o depositário, na qualidade de suplicante e vogal de todos os seus irmãos e cunhados, vem requerer ao Provedor e Contador da Real Fazenda da Comarca de Guimarães a legitima de seu irmão ausente, uma vez que, segundo o suplicante, deixou de haver “notícia” do ausente há mais de dez anos e até constava que tinha falecido. O suplicante argumentava ainda que ele, seus irmãos e cunhados eram os legítimos herdeiros, uma vez que os pais tinham falecido e não tinham parentes mais próximos, salientado que “a herança do ausente era de 30.000 reis e que não duvidavam”<sup>218</sup>. Se por um lado, esta afirmação sugeria a existência de uma observação atenta sobre aquele que administrara a legitima do ausente, por outro lado, tendo em conta o valor da legitima atribuída na partilha ao ausente aquando da realização do inventário orfanológico – 28.352 reis -, a administração, num período de 16 anos, não resultou em prejuízo para o ausente, apesar de os lucros terem sido pouco significativos.

O Provedor mandou juntar a certidão da importância da legitima e pediu que demonstrassem ser os parentes mais próximos e prestassem fiança. Os suplicantes apresentaram uma escritura de fiança, declarando em primeiro lugar:

“(...) que obrigavam duas pessoas e todos os seus bens moveis e de raiz presentes e futuros e terços de suas almas com geral e especial hipoteca em todos eles de entregar ao dito seu irmão e cunhado ausente todo o importe de sua legitima, rendimentos caso ele venha deste Reino ou mande seu bastante procurador com poderes suficientes sem quebra falta ou diminuição alguma e a tratar dos bens do mesmo ausente como seus próprios e que para maior segurança apresentava por seu fiador e principal pagador João Francisco mestre

---

<sup>217</sup> *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino do Portugal*, 1870, Livro I, Tit. LXXXVIII, pp. 216-217.

<sup>218</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-2-69, 1806, fl. 37.

carpinteiro e morador no lugar de Outeirinho, freguesia de S. Martinho do Conde, deste termo”<sup>219</sup>.

Nesta escritura de fiança temos a presença de duas testemunhas, as quais declararam que o fiador era “lavrador rico e abonado com bens suficientes para fiar a legítima do ausente”.

Tendo em conta a justificação e fiança, o provedor deu os suplicantes por providos na legítima do ausente e mandou que o juiz dos órfãos, mediante a carta de sentença cível de provimento de legítima, entregasse a respetiva legítima.

Talvez possamos dizer que, mesmo não tendo sido feito o depósito no tempo adequado, a legítima do ausente fora, não obstante, salvaguardada: a nomeação de um curador *ad litem*, o ato de depositar na arca dos órfãos e ausentes os bens que pertenciam à sua legítima e, por último, a presença de uma escritura de fiança, que conferiria ao ausente ou aos seus descendentes a entrega sem prejuízo da sua legítima, se um dia voltasse ao Reino.

Para além dos suportes referidos, importa salientar que neste processo era, também fundamental o papel do tutor na preservação da legítima dos ausentes. Sobre esta figura não nos iremos debruçar uma vez que já foi tratado no capítulo I.

### **3. A IMPORTÂNCIA DOS AUSENTES PARA O ESTUDO DA POPULAÇÃO**

A emigração tem sido uma constante na história portuguesa desde o início do processo de colonização, no século XV. Associados às conquistas ou povoamento de terras transoceânicas emergem os movimentos migratórios, levando os portugueses aos quatro cantos do mundo, destacando-se nesta odisseia o Brasil, visto que foi um polo de atração dos portugueses durante mais de três séculos.

Seria pouco produtivo estudar as dinâmicas e fluxos migratórios para esta região partindo apenas dos inventários orfanológicos, já que uma parte significativa da população em geral e da população emigrante em particular não está representada nestes processos. Por um lado, não foi avaliada a representatividade da fonte através da comparação do número de óbitos com o número de inventários realizados, por outro lado, sabemos que a feitura dos inventários orfanológicos só era efetiva mediante condições específicas quer dos herdeiros (órfãos,

---

<sup>219</sup> *Idem*, fl. 39.

mentecaptos e ausentes) quer através da presença de um património a herdar. Quando não temos património, menores, mentecaptos e ausentes, não temos, de igual modo, inventários orfanológicos. Por isso, estes processos são uma fonte seletiva e devem ser manuseados com precaução, devendo ser complementados, na medida do possível, com outras fontes historiográficas. Não obstante, a fonte permite ao historiador fazer uma estimativa, no âmbito da amostra utilizada, do número de famílias com elementos ausentes e quais os seus destinos preferenciais.

**Tabela 11** - Herdeiros ausentes nos inventários orfanológicos (1750-1810)

<b>Concelho</b>	<b>Universo de inventários</b>	<b>N.º de inventários com ausentes</b>	<b>%</b>	<b>N.º de ausentes por concelho</b>
Barcelos	200	33	16,50%	45
Póvoa de Lanhoso	200	40	20,00%	53
Guimarães	200	39	19,50%	55

**Amostra:** Total de casos observados com ausentes: 112/600 (18,6%).

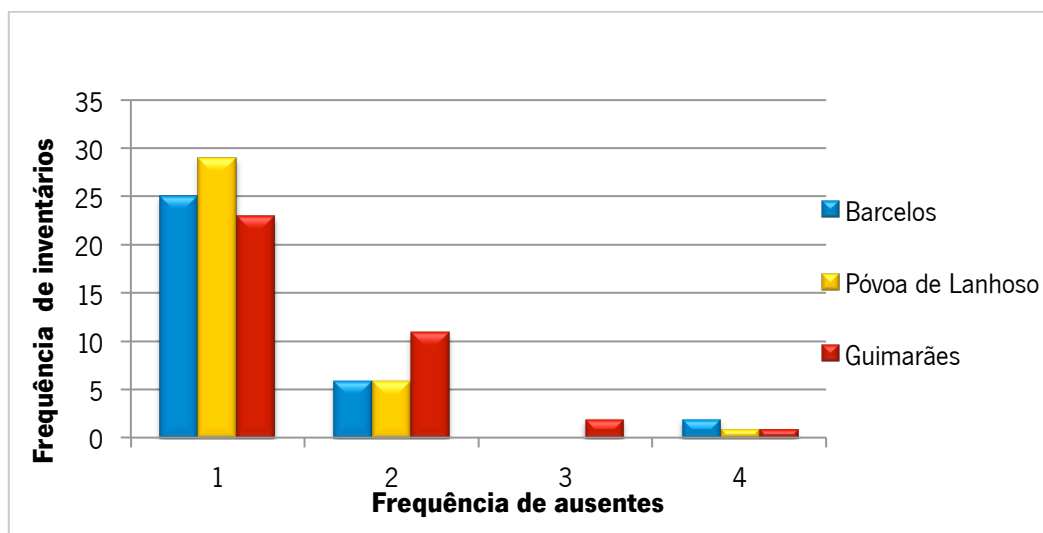
**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Muito embora tenhamos consultado 600 inventários, o número de processos que conta com a presença de ausentes é bastante diminuto.

Contudo, o número de ausentes foi um pouco mais expressivo, uma vez que, encontramos algumas famílias com vários herdeiros ausentes. Fernando Sousa e Teresa Cirne chamam a atenção para a precocidade de saída para o Brasil de famílias inteiras assim como para a reconstituição de famílias no mesmo território, através da chamada de cônjuge ou de outros parentes da família nuclear ou alargada<sup>220</sup>.

<sup>220</sup> Fernando de Sousa, Teresa Cirne, “Portugueses do norte de Portugal com destino ao Brasil (1805-1832)”, in Fernando de Sousa, Ismênia Martins, Conceição Meireles Pereira (coord.), *A emigração portuguesa para o Brasil*, Porto, Afrontamento, 2007, p. 490.

**Gráfico 5** - Frequência de ausente por agregado doméstico nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Amostra:** 112 inventários.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Esta pluralidade de ausentes determinou a fragmentação de algumas famílias, principalmente, nos casos em que a ausência atingiu 80%. Como salienta Margarida Durães, no século XVIII, os fogos eram, na sua maioria, constituídos em média por 3 ou 4 habitantes, corroborando a ideia de que as famílias camponesas não eram tão numerosas como vários estudos defenderam durante muito tempo. A população do Minho espelha, de forma assertiva, as tendências de comportamentos malthusianos, marcados pelas altas taxas de celibato feminino, pelo casamento tardio, diminuindo o período fértil da mulher minhota e refletindo-se num baixo número médio de filhos por casal. Estas tendências tinham como principal objetivo “não quebrar o equilíbrio entre a capacidade de produzir subsistências e o número de população”<sup>221</sup>. Nesta medida, um fogo que congregue três ou quatro ausentes, reflete uma clara tendência migratória no seio familiar. Vejamos um exemplo: Manuel Domingues e sua mulher Anastácia de Sá, da freguesia de Santo André de Palme, concelho de Barcelos, deixaram cinco filhos: Manuel, solteiro, de maior idade, ausente; Matias, de maior idade, ausente em Argel; Domingos de maior idade, ausente; Padre Frei Vicente de S. Elias, religioso do Carmo Calçado

<sup>221</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, 2005, p. 7.



nos Estados do Brasil e Custódio Domingues, falecido, casado com Maria Antónia, deixando filhos menores.<sup>222</sup> De cinco filhos, quatro encontravam-se ausentes, ou seja, 80% do total.

Vejamos outro exemplo curioso. No ano de 1752 procedeu-se a inventário por morte de Maria Teresa Ferreira da freguesia de Barcelinhos, da qual ficaram 5 filhos: Manuel José de 26 anos; Francisco Xavier de 24 anos; Esteves José de 20 anos; João Diogo de 16 anos, todos ausentes e António Xavier de 13 anos. Nesta família verifica-se uma clara tendência migratória para o Brasil, dos cinco filhos quatro estavam ausentes no Brasil. O património da família era constituído por algumas alfaias, um prazo de vidas foreiro ao mosteiro de Palme, composto por um assento e algumas terras de mato e lavradas, uma ovelha, alguns móveis e um fio de ouro. Mas o que realmente nos chamou atenção foi uma dívida de 30.000 reis que o inventariado Paulo Veloso Ferreira, cônjuge da inventariada, contraía em tabaco. Tendo em conta que este podia ser proveniente do Brasil, parece-nos que o local de destino destes co-herdeiros, poderia estar relacionado com atividades comerciais desenvolvidas pela família<sup>223</sup>.

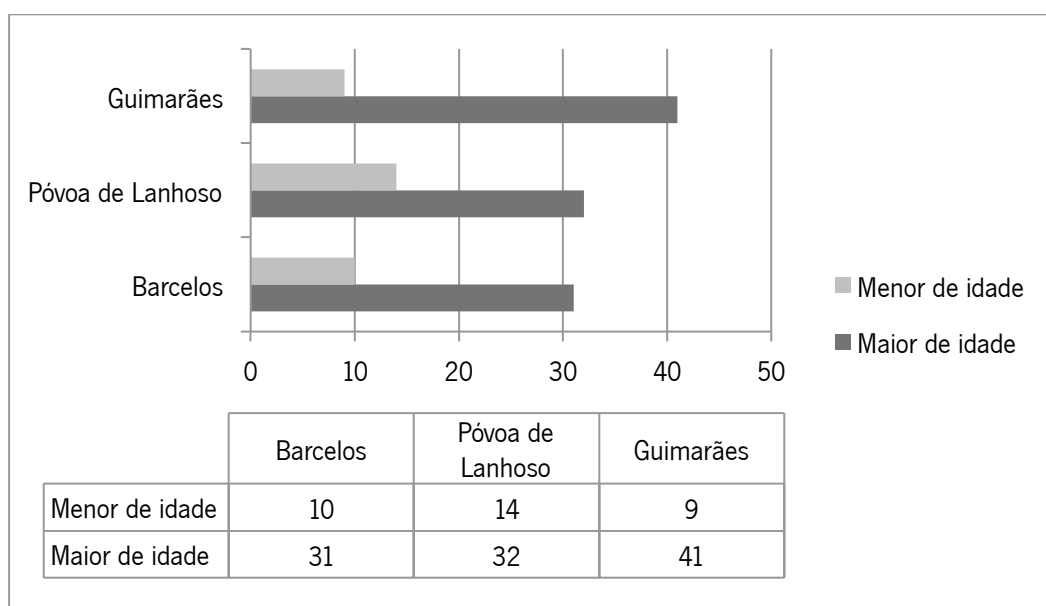
A emigração resulta do estabelecimento de redes de relações. Para um número considerável, a aventura fazia-se segundo trilhos desbravados pelos pioneiros, “os primeiros”. Entre estes e aqueles existiam quase sempre relações familiares: filhos, tios, sobrinhos, primos, irmãos, seguiam chamados distantes, do lado de lá do mar.

---

<sup>222</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3632, 1752.

<sup>223</sup> *Idem*, ct. 3631, 1752.

**Gráfico 6** - Relação dos ausentes de menor e maior idade nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Amostra:** Total dos casos: 137.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Tendo em conta os resultados obtidos através das informações recolhidas nos inventários orfanológicos, o número de ausentes maiores de idade foi muito superior, com a ressalva de que não é possível confirmar se foram os ausentes que determinaram a realização do inventário. Esta dúvida emana sobretudo nos casos em que nos deparamos com a presença de ausentes e de menores em simultâneo. Outra ressalva a considerar resulta da ausência de dados quanto ao ano de partida dos ausentes maiores. Estes poderiam ter saído muito cedo, ainda menores, e já se encontrarem na condição de maiores aquando da morte de um dos pais. Apesar da menor frequência de ausentes menores nas nossas amostras, importa referir que no século XVIII, assistimos ao envio de muitas crianças e jovens, menores de 25 anos para o Brasil a fim de trabalhar em casas comerciais de outros emigrantes já aí estabelecidos, geralmente familiares próximos, amigos da família ou conhecidos com a mesma origem geográfica. Esta tendência continuou a observar-se ao longo da segunda metade do século XIX, uma vez que, como adianta Isilda Monteiro, “ressaltavam nos papéis oficiais”, sem contabilizar a emigração clandestina, “os menores de 14 anos, que muitas vezes sozinhos atravessavam o oceano em

busca do Brasil”<sup>224</sup>.

No nosso estudo não foi possível descortinar as causas que levaram os ausentes a partir quer para outras partes do Reino como para o estrangeiro, à exceção de dois casos. António Francisco do Vale, tio e tutor de Manuel Joaquim de 18 anos, órfão de pai, declarou que o seu sobrinho “se ausentou para o Brasil por ser culpado de uma morte”<sup>225</sup>. Miguel, de 19 anos, da freguesia de São Martinho de Ferreiros, ausentou-se para aprender o ofício de ourives<sup>226</sup>. A formação profissional dos menores era uma das causas da emigração interna. Henrique Rodrigues chama atenção para os casos de órfãos que se tornaram emigrantes “forçados”, por causa das segundas núpcias da mãe. O mesmo autor encontrou para a região do Alto-Minho muitos casos em que foi o padrasto a conceder a autorização de embarque<sup>227</sup>.

Os motivos da emigração de jovens menores para terras ultramarinas estavam relacionados com a prosperidade económica e social e não só. Parte deles viam na emigração um “passaporte” para a liberdade por delitos que tivessem cometido no país de origem, mas sobretudo para escaparem ao serviço militar; até 1859 os jovens com idade inferior a 18 anos estavam isentos do pagamento de fiança militar<sup>228</sup>. A evasão de mancebos para o estrangeiro tornar-se-ia mais significativa aquando das invasões francesas, tendo dificultado a constituição de um exército capaz de enfrentar as hostes de Napoleão<sup>229</sup>. Para pôr fim a esta tendência, a Portaria de 10 de Outubro de 1811, impunha que os passaportes externos fossem concedidos por requerimento ao rei, através das secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e da Marinha, tendo em conta o destino e o porto de embarque<sup>230</sup>. As sanções para aqueles que tentavam embarcar clandestinamente eram muito penalizadoras, incluindo o desterro, a perda de bens ou honras. A portaria aplicava penas não só aos que tentavam emigrar clandestinamente mas também a todos os envolvidos, ficando estes últimos sujeitos ao pagamento de pesadas coimas, perda de embarcações, açoites, etc<sup>231</sup>. No entanto, este controlo

---

<sup>224</sup> Isilda Braga da Costa Monteiro, “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – uma questão em debate na segunda metade do século XIX”, in Fernando de Sousa, Ismênia Martins, Conceição Meireles Pereira (coord.), *A emigração portuguesa para o Brasil*, Porto, Afrontamento, 2007, p. 398.

<sup>225</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 3122, 1794.

<sup>226</sup> *Idem*, ct. 283, 1803.

<sup>227</sup> Henrique Rodrigues, *Emigração e alfabetização. O Alto-Minho e a miragem do Brasil*, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo, 1995, p. 144.

<sup>228</sup> Henrique Rodrigues, “A emigração de elites do noroeste de Portugal no século XIX”, in Fernando de Sousa, Ismênia Martins, Conceição Meireles Pereira (coord.), *A emigração portuguesa para o Brasil*, Porto, Afrontamento, 2007, p. 242.

<sup>229</sup> Henrique Rodrigues, *ob. cit.*, 1995, p. 24.

<sup>230</sup> António Delgado da Silva, *ob. cit.*, 1830, pp. 78-79.

<sup>231</sup> *Idem*, p. 79.

só seria assertivo no Liberalismo, em resultado da necessidade de engrossar os contingentes militares, criando-se para tal um conjunto de medidas que incrementaram a burocratização na concessão de passaportes e uma maior vigilância na aplicação de multas no valor de 2.400 reis para os infratores e de 1.200 reis de recompensa para os denunciante<sup>232</sup>. A emigração, mesmo a clandestina, estaria apenas ao alcance dos mancebos de condições económicas favoráveis<sup>233</sup>. O recrutamento de jovens era considerado “uma questão de administração pública”, que extravasava a questão militar; era também uma questão política e ideológica de suma importância<sup>234</sup>. Desse modo, em meados de oitocentos abandonou-se o recrutamento “a cordel”, limitado aos mancebos de estratos inferiores, para um sistema de recenseamento alargado a todos os estratos sociais, sem exceção, desde que preenchessem os requisitos<sup>235</sup>. Como salienta Isilda Braga da Costa Monteiro, na segunda metade do século XIX, procurou-se resolver a questão da emigração através do recrutamento, travando-a na medida do possível<sup>236</sup>. Se a isenção de fiança foi um forte impulso à emigração de jovens menores, o pagamento oneroso de fiança não impediu a emigração de jovens com idade superior a 18 anos. Henrique Rodrigues mostra que até meados do século XIX, no noroeste português, a emigração de mancebos com menos de trinta anos foi superior às restantes faixas etárias<sup>237</sup>. Muito embora tenhamos poucos dados referentes às idades dos ausentes maiores, partimos apenas da certeza que todos teriam mais de 25 anos<sup>238</sup>. Embora os ausentes, no período em análise (1750-1810), não estivessem ainda abrangidos pelas onerosas medidas legislativas, emigrar na segunda metade do século XVIII, por exemplo, para o Brasil na condição de maior, seria muito custoso. Para além do frete, tinham a cargo o pagamento de uma fiança.

---

<sup>232</sup> Henrique Rodrigues, *ob. cit.*, 1995, p. 26.

<sup>233</sup> Fernanda Paula Sousa Maia, “A emigração para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista”, in Fernando de Sousa, Ismênia Martins, Conceição Meireles Pereira (coord.), *A emigração portuguesa para o Brasil*, Porto, Afrontamento, 2007, pp. 51, 54.

<sup>234</sup> Isilda Braga da Costa Monteiro, *ob. cit.*, 2007, p. 385.

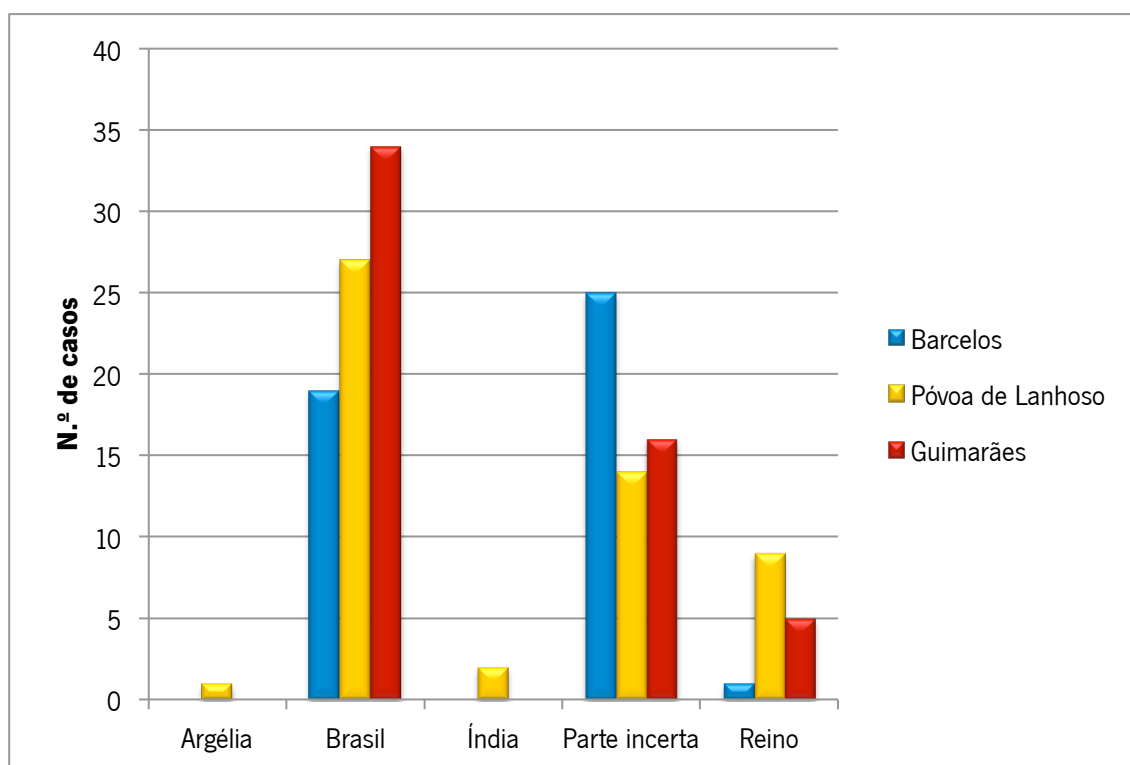
<sup>235</sup> *Idem*, p. 386.

<sup>236</sup> *Idem*, p. 397.

<sup>237</sup> Henrique Rodrigues, *ob. cit.*, 2007, p. 242.

<sup>238</sup> No concelho de Barcelos temos ausentes maiores de diversas faixas etárias: quatro entre os 25 e 30 anos, seis entre os 30 e os 40 anos, um entre os 40 e 50 anos e três entre os 50 e 60 anos; no concelho da Póvoa de Lanhoso, três entre os 30 e os 40 anos.

**Gráfico 7** - Relação do destino dos ausentes nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Amostra:** Total de ausentes: 153.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Muitos ausentes são referidos como residindo “em parte incerta”, dificuldade que incide sobretudo no concelho de Barcelos, visto que se desconhece o destino da maior parte dos ausentes.

Certo é que, na região do Minho, caracterizada pelo minifúndio, a sobrevivência e a continuidade da “casa” agrícola, isto é, a sua viabilidade económica, era assegurada por práticas restritivas no seio familiar. O casamento do filho que permanecia na “casa” e a quem eram atribuídos o governo e transmissão do património, saldava-se pela exclusão dos outros filhos do casal, que deviam procurar alternativas de colocação através, como salienta Cármen Sarmento Cunha, “de alianças matrimoniais com outras casas de lavradores ou proprietários ou mantendo o celibato na casa paterna, seguindo o sacerdócio ou a carreira militar, estudando ou aprendendo um ofício” nos centros urbanos<sup>239</sup>. Daí a presença de ausentes dentro do Reino ou ainda em parte incerta. Os locais de destino interno mais referenciados foram os principais

<sup>239</sup> Cármen Alice Aguiar de Moraes Sarmento Cunha, *Emigração familiar para o Brasil. Concelho de Guimarães, 1890-1914 (Uma perspectiva microanalítica)*, Tese de mestrado, Braga, Universidade do Minho, 1997, p. 24.

centros urbanos (Lisboa, Porto e Coimbra, e ainda Trás-os-Montes). Apesar destas regiões do Minho não se situarem junto ao mar, este factor não foi um impedimento para que a sua população se aventurassem além-mar em busca da prosperidade económica e consequente mobilidade social.

O Brasil foi, sem dúvida, o destino com maior número de ocorrências, destacando-se como o destino preferido por parte das gentes do concelho de Guimarães<sup>240</sup>. Esta vila, apesar de não se encontrar junto ao mar, era privilegiada por um conjunto de acessos que lhe permitiam um contacto fácil não apenas à costa (Viana da Foz do Lima, Vila do Conde e Porto), mas também a núcleos populacionais do interior, com os quais mantinha um comércio ativo como se verificava em relação à Covilhã e Fundão (sobretudo nos têxteis). Possuía ainda um ativo e importante grupo de mercadores com ligações aos territórios coloniais, que contagiavam todo o tecido económico da vila, convocando-o a participar nos seus investimentos, atraindo não apenas os profissionais mecânicos mas também os agricultores. Por este facto não é de estranhar que, mercadores e comerciantes vimaranenses mantivessem desde o início da empresa expansionista um papel de relevo no controle do comércio entre Portugal e o Brasil e fossem agentes ativos no recrutamento de jovens desejosos de participar na empresa mercantil brasileira<sup>241</sup>.

Por seu lado, tanto a Póvoa de Lanhoso como Barcelos, regiões fortemente influenciadas pelas dinâmicas económicas presentes nos grandes centros urbanos circundantes, Braga e Guimarães, facultavam aos seus habitantes a integração nas redes comerciais e fluxos migratórios, sendo o Brasil, tal como em Guimarães, o destino de preferência. O Brasil, foi o destino preferido de todos os grupos sociais no noroeste português no século XVIII e XIX, mesmo entre os estratos superiores. Parte deles saíram da sua terra não na condição de “emigrante”, mas na condição de proprietários e empresários, com vista a expandir os seus negócios<sup>242</sup>. Os 373 certificados para titulares de passaportes emitidos entre 1805 e 1832 pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro dão conta que 91% do total eram para o Brasil e 9% para outros destinos<sup>243</sup>.

---

<sup>240</sup> Brasil continuou a ser no século XIX o destino preferido dos portugueses, como salienta Joel Serrão. Para a primeira metade do século XIX, falar de “emigração portuguesa” é falar de “emigração para o Brasil”. Joel Serrão, *A emigração portuguesa*, 4ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982, p. 41.

<sup>241</sup> Cármen Alice Aguiar de Moraes Sarmiento Cunha, *ob. cit.*, 1997, p. 22.

<sup>242</sup> Henrique Rodrigues, *ob. cit.*, 2007, p. 248.

<sup>243</sup> Fernando de Sousa, Teresa Cirne, *ob. cit.*, 2007, p. 489.

Chegar ao Brasil, fazer fortuna, e voltar ao país natal, como salienta Miriam Halpern Pereira, “constituíam os dois tempos do projecto sociológico do emigrante”<sup>244</sup>. Apesar do mito da fortuna da emigração portuguesa se encontrar associado ao mito do retorno e do enriquecimento rápido, nem sempre isso acontecia<sup>245</sup>. A prova-lo estão os casos aqui apresentados dos ausentes de quem se perdeu completamente o rasto. Passavam-se “dez, quinze, vinte e mais anos sem se saber notícia, e se está vivo ou morto”. Esta era a expressão utilizada por aqueles que cá ficavam.

#### **4. AUSENTE DA TERRA MAS NÃO EXCLUÍDO DE TERRA NA LEGÍTIMA**

A atividade agrícola era, por norma, a principal atividade económica e a fonte de sobrevivência das famílias do Minho. A posse de terras conferia estatuto para além de permitir a subsistência da família. Como tal, as estratégias levadas a cabo pelos terratenentes visavam a todo o custo manter a sua indivisibilidade, nem que para tal fosse necessário beneficiar um dos herdeiros. Esta tendência como vimos não contrariava os normativos legais.

A igualdade entre os herdeiros era recomendada nas Ordenações. No entanto, também nestas se estipulava que qualquer pessoa podia dispor livremente da terça parte dos seus bens. Assim, os proprietários minhotos faziam questão, através das escrituras testamentárias, de registar a sua derradeira vontade em relação aos legados pios e a quem por direito lhe devia suceder na propriedade do casal, de modo a que o herdeiro principal desse continuidade à atividade paterna. Nem a morte impedia o testador de continuar a gerir “após o seu desaparecimento físico, a casa que lhe pertencera”<sup>246</sup>. Todavia, o favorecimento de um dos herdeiros não significava que, em termos pecuniários, este fosse mais beneficiado do que os demais herdeiros, como já referimos. O herdeiro sucessor ficava obrigado, geralmente, a cumprir todos os legados pios, a pagar as dívidas contraídas na casa e a compensar os seus irmãos na legítima. Os herdeiros eram excluídos da sucessão, mas nunca da herança.

Se nas escrituras testamentárias a questão da indivisibilidade da propriedade é um dado adquirido, o mesmo não se poderá dizer na distribuição das legítimas dos ausentes, nos

---

<sup>244</sup> Miriam Halpern Pereira, *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, São Paulo, EDUSC, 2002, p. 12.

<sup>245</sup> Miriam Halpern Pereira analisou os casos de sucesso e de fracasso da emigração portuguesa no Brasil durante o século XIX e concluiu que, em mil emigrantes, dez enriqueceram, cem eram remediados e os restantes sobreviveram. *Idem*, p. 46.

<sup>246</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, 2004, p. 4.

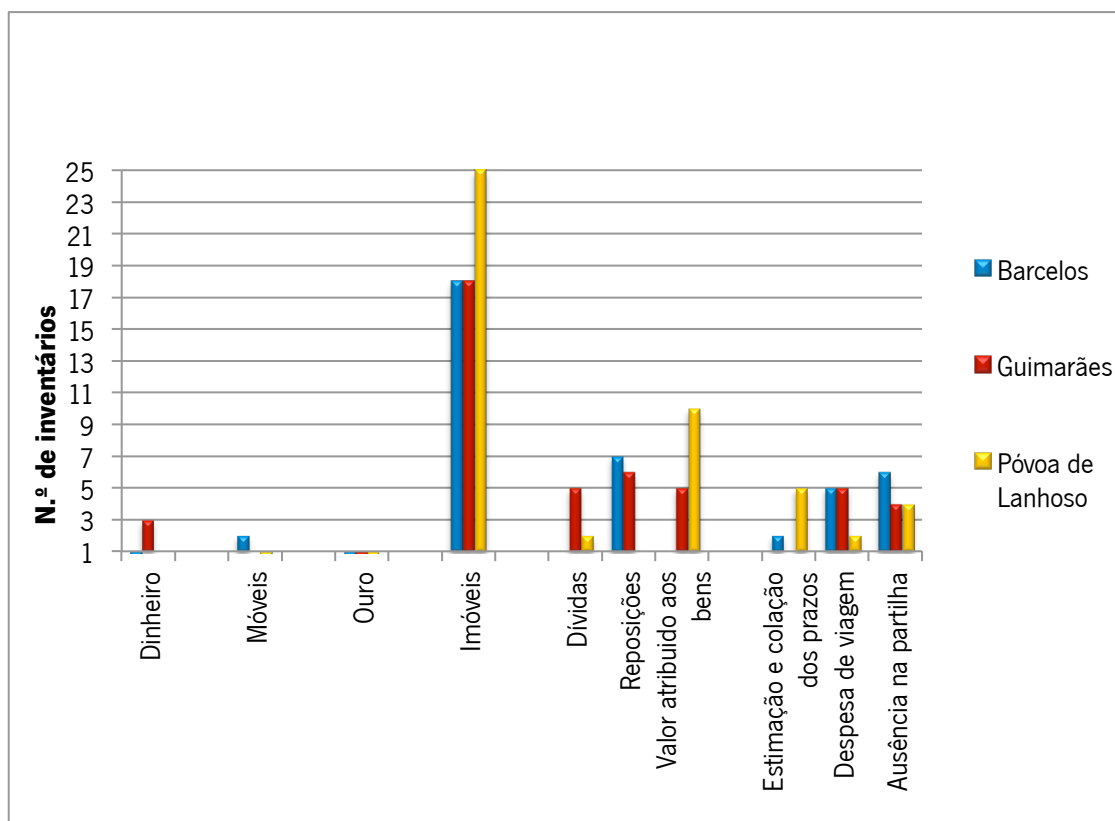
inventários orfanológicos. Devido a esta contrariedade de tendências, quisemos conhecer de forma mais pormenorizada as legítimas dos ausentes, ou seja, se existiam padrões e tendências claras relativamente à tipologia dos bens herdados. Esta curiosidade surgiu a partir do momento que nos deparámos com uma forte presença de bens imóveis na constituição da legítima dos ausentes nas três regiões em análise.

A partilha era da responsabilidade dos partidores, porém, seria a decisão destes influenciada pelos restantes herdeiros? A tipologia dos bens que constituía a legítima do ausente tinha como propósito zelar pelos interesses deste ou pelos interesses daqueles que ficavam na terra?

A legítima dos ausentes era entregue à curadoria, sendo os bens depositados na arca ou cofre dos órfãos e ausentes. Alguns bens, pela sua natureza, eram facilmente depositáveis: o dinheiro e todos os bens passíveis de serem convertidos em papel-moeda, nomeadamente as dívidas ativas, o valor atribuído aos mais variados tipos de bens, as reposições, a estimação e colação dos bens e o ouro. Estes bens podiam ser vendidos e o valor arrecadado dividido, ou negociado ficando um dos herdeiros com o objeto compensando os irmãos com o valor da parte a que tinham direito. Perante bens desta natureza, a legítima do ausente encontrava-se muito mais salvaguardada, dificultando ou impossibilitando as tentativas de usurpação, perda ou destruição. O mesmo não se poderá dizer em relação aos imóveis.



**Gráfico 8** - Bens inventariados nas legítimas dos ausentes (1750-1810)



**Amostra:** 112 inventários.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Roupas, quer de casa quer de vestir, semoventes, alfaias ou instrumentos de ofício e géneros, não são aqui mencionadas. O mobiliário e o ouro, também são de frequência muito reduzida ou nula. Todos estes bens, são bens que podiam deter cunho pessoal, e serem muitas vezes legados em testamento sobretudo aos que se encontravam presentes. Contudo, os imóveis destacaram-se significativamente. Estes, supostamente, eram explorados pelos familiares dos ausentes ou subarrendados a terceiros. A par dos imóveis, as legítimas dos ausentes da nossa amostra, pelo menos dos inventários com partilha, eram constituídas grosso modo por itens facilmente convertidos em numerário: dívidas, reposições por parte do irmão dotado e pela sua “herança antecipada” ou empréstimo, custas da viagem.

Ao longo da nossa investigação surgiram, aleatoriamente, pequenos pormenores interessantes.

**Tabela 12** - Natureza dos bens de raiz na legítima dos ausentes

	<b>Total de bens de raiz</b>	<b>Bens Partíveis</b>	<b>% Partível</b>	<b>Bens Impartíveis</b>	<b>% Impartível</b>	<b>Misto</b>	<b>% Misto</b>
Póvoa de Lanhoso	23	18	78,26%	2	8,70%	3	13%
Barcelos	18	11	61,11%	4	22,20%	3	16,60%
Guimarães	18	18	100%	0	0,00%	0	0,00%

**Amostra:** 112 inventários.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

A maioria dos bens de raiz apresentados nas três regiões é de natureza partível: bens alodiais e bens fateusins. Estes bens eram chamados a integrar a herança, respondendo à regra da partilha igualitária, embora esta divisibilidade estivesse dependente da vontade do próprio senhorio como é o caso dos bens de empraçamentos perpétuos. Estes, geralmente, não eram partíveis em termos físicos, mas os seus herdeiros como salienta Maria de Fátima Brandão, “não se viam excluídos da partilha do valor estimado desses mesmos bens”<sup>247</sup>. No entanto, quer uns quer outros, não estavam isentos do pagamento de foros, pensões, primícias e obrigações dominiais, sabendo que, perante a falta de pagamento do foro anual, durante três anos consecutivos, o senhorio podia, legalmente, pôr fim à relação contratual<sup>248</sup>.

Casos houve em que eram os herdeiros presentes ao ato da partilha que pediam que o quinhão do seu irmão ausente fosse constituído por bens de raiz. Porém, não era ao acaso que o faziam. Podemos considerar como estratégia dos co-herdeiros este tipo de atitude que lhes permitiria no futuro, perante o incumprimento das rendas, ser-lhes possível negociar com o senhorio para ficarem senhores do domínio útil e assim anexar os respetivos bens de raiz do ausente ao quinhão que lhes fora atribuído na herança.

Para além desta estratégia encontramos outros procedimentos por parte dos herdeiros residentes que pediam a composição da legítima do herdeiro ausente com bens imóveis, visando a sua anexação posterior. Vejamos um exemplo: Jerónima de Oliveira, inventariada, viúva, mãe

<sup>247</sup> Maria de Fátima Brandão, *ob. cit.*, 1994, p. 130.

<sup>248</sup> Nos prazos eclesiásticos após dois anos consecutivos de falta de pagamento, o senhorio tinha o direito de rescindir o contrato. *Idem*, p. 119.

de quatro filhos (Manuel de Castro ausente no Brasil, Maria, José António e Teresa, todos solteiros e maiores de idade). No seu inventário vem apenas uma sentença cível de provimento de legítima requerida pela mãe referente à legítima paterna do ausente, a qual, ao tempo inventariante, declarou que “o ausente seu filho andava sem se saber por onde há mais de 10 anos”. Contas feitas, o co-herdeiro Manuel de Castro à data da realização do inventário de sua mãe, encontrava-se ausente há cerca de 30 anos. A legítima paterna foi atribuída à mãe, mediante apresentação de um fiador, uma vez que era a parente mais próxima. Após a sua morte, procedeu-se a inventário e no momento da partilha, os co-herdeiros Maria, Teresa e António pedem ao juiz que o quinhão do irmão ausente, Manuel de Castro, lhe fosse atribuído em terras<sup>249</sup>.

Como era do conhecimento de todos, quando a falta de correspondência excedia os 10 anos, os parentes mais próximos podiam requerer a legítima do ausente por direito. Assim sendo, os herdeiros, conscientes de que, mais cedo ou mais tarde, herdariam aquela porção de terra, incluíam-na na legítima do irmão ausente, beneficiavam dos rendimentos das terras enquanto tal não acontecia. Esta seria à partida um importante móbil para explicar o porquê da quantidade de património imóvel reservado à legítima do ausente.

Nas contas apresentadas pelo tutor relativamente aos bens de raiz, o valor apresentado correspondia à quantia do rendimento anual, a juro de 5%. No que concerne aos rendimentos da terra, aqueles que a exploravam podiam facilmente deturpar os seus valores, obtendo parte dos lucros.

Foi impossível compreender a presença de bens de natureza de prazo de vidas, ou seja, bens impartíveis, na legítima dos ausentes. Embora a sua presença seja ténue, para o caso de Póvoa de Lanhoso (8,7%), para Barcelos foi mais significativo (22,2%), a verdade é que estes ausentes não foram os escolhidos na sucessão dos bens de prazo de vidas nem dotados, sabendo-se que em bens desta natureza a regra da indivisibilidade, geralmente imposta pelo senhorio, excluía os restantes herdeiros da partilha da exploração aforada. Estes bens ou o seu valor não poderiam entrar nas legítimas dos herdeiros. Como se explica, então, a presença destes casos? Observe-se os seguintes exemplos: o inventariado João Francisco, da freguesia de São Salvador, concelho da Póvoa de Lanhoso, possuía, para além de bens de herdade, um prazo de vidas foreiro ao Mosteiro de Fontarcada, constituído pela propriedade da bouça dos penedos da pena, terra lavradia e de mato (avaliada em 280.000 reis), atribuído à viúva na sua meação.

---

<sup>249</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-6-3-62, 1790.

Esta propriedade era ainda constituída por uma devesa com 28 carvalhos (avaliada em 6.000 reis). Francisco José, ausente no Brasil, recebeu na sua legítima a referida devesa<sup>250</sup>. Um outro exemplo: a inventariada Maria Gonçalves, da freguesia de Fragoso, possuía uns prazos de vida foreiros à Dona Josefa da Vila de Viana. Destes, um assento e uma leira, avaliados em 80.000 reis, foram repartidos por vários herdeiros, inclusive pelo ausente Teodósio. Metade da leira e do assento foram para o viúvo e a restante distribuída por quatro herdeiros<sup>251</sup>. Um outro exemplo: o ausente António, filho do inventariado Manuel José Ribeiro, da freguesia de Cristelo, recebeu na sua legítima, para além das tornas de suas irmãs Maria e Ana, uma quintinha lavradia, dízimos a Deus, e um pedaço de terra junto à mesma, foreiro à Casa de Bragança. Este pedaço de terra fazia parte do conjunto das leiras foreiras à Casa de Bragança<sup>252</sup>. Um último exemplo: a legítima do ausente Baltazar, filho do inventariado Manuel Fradinho, da freguesia de Cossourado, era constituída na generalidade por bens de raiz: um quarto do campo (de natureza de prazo de vidas), a bouça do feijó, um cortelo de terra lavradia e de mato, metade da terra do lameiro, um pedaço de terra lavradia e de mato, uma caixa de 50 alqueires, um balseiro e ainda 625 reis pelos móveis da casa (total da legítima, 92.525 reis)<sup>253</sup>.

Os bens aforados eram atribuídos ao herdeiro ausente na esperança de que ele jamais regressasse. Porém, se isso acontecesse e ele quisesse ficar com a exploração teria de pagar o trabalho e as benfeitorias que os outros herdeiros apresentassem e as rendas que tinham sido pagas. Todos estes encargos constituíam um entrave ao regresso à terra natal.

## 5. O CUSTO DO “FRETE”

Emigrar para o Brasil no século XVIII, era sinónimo de alguma capacidade económica<sup>254</sup>. As escrituras testamentárias apenas nos inventários orfanológicos são de peculiar importância quanto a este aspeto. Os testadores faziam questão de deixar registado os adiantamentos conferidos aos filhos para o “frete”<sup>255</sup>, ou seja, as despesas com a viagem. Só temos registos destes dados para os ausentes que emigraram para o Brasil. O frete podia compreender apenas

---

<sup>250</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 139, 1784.

<sup>251</sup> *Idem*, Barcelos, ct. 3576, 1760.

<sup>252</sup> *Idem*, ct. 4029, 1801.

<sup>253</sup> *Idem*, ct. 3716, 1773.

<sup>254</sup> Ver Maria Bernardete Domingues Esteves Meleiro, *Imigrantes: Uma nova face da sociedade portuguesa. Um estudo de caso no Concelho de Barcelos*, Tese de mestrado, Braga, Universidade do Minho, 2004, pp. 40-41.

<sup>255</sup> Denominação utilizada nos testamentos e inventários orfanológicos para designar despesas com a viagem.

a passagem do navio ou todos os gastos feitos com o ausente para esse fim: passagem de navio, roupas e alguns mantimentos para o sustento na viagem que de veleiro desde o Porto ao Rio de Janeiro, a viagem duraria entre 40 a 42 dias<sup>256</sup>. Entende-se, por isso, as variações observadas quanto ao “frete”. Para além do referido, os preços das viagens oscilavam tendo em conta o lugar de embarque, a época e a situação do mercado, como sublinha Jorge Fernandes Alves<sup>257</sup>. Segundo o mesmo autor havia dois tipos de embarcação, a de alta qualidade, para os mais endinheirados, e a de baixa qualidade para os que viajavam a frete<sup>258</sup>. Mesmo neste último, os gastos com o “frete” oscilaram entre os 25.000 e 60.000 reis nas nossas amostras<sup>259</sup>. Se compararmos estes números com o valor de uma junta de bois, mais ou menos entre 25.000 e 45.000 reis, ou ainda com uma leira, um pequeno campo, uma horta, uma bouça ou ainda com uma casa, conclui-se que emigrar para o Brasil não estava ao alcance de todos mas apenas de alguns. Como salienta Joel Serrão, é duvidoso que “os rurais muito pobres, sem acesso à propriedade da terra” tenham tido capacidade económica para arcarem com as despesas da viagem para o Brasil<sup>260</sup>. Ou seja, como já mencionámos, apenas as famílias de estratos sociais mais elevados é que se permitiam a esse luxo.

Constatámos ainda que, o interesse do testador em registar as despesas do “frete”, tinha como propósito salvaguardar a herança dos restantes herdeiros já que este gasto era deduzido na legítima do ausente aquando da partilha do património. Por vezes, o ausente não recebia mais nada, sinal de que o valor do “frete” era igual ou superior ao valor da sua legítima. Quando assim acontecia e se não se desse por satisfeito tinha que compensar os seus irmãos pelo que tinha levado a mais. O “frete”, como salienta Maria de Fátima Brandão, era uma espécie de “herança antecipada”<sup>261</sup>.

O valor da legítima adjudicada aos ausentes não diferia dos demais co-herdeiros, quando tal não acontecia resultava dos ajustes relacionados com o frete. Quando as legítimas eram de baixo valor, a obrigação de trazer à colação as despesas feitas com o “frete”, podia pôr em causa a vontade de regressar à terra natal.

---

<sup>256</sup> Jorge Fernandes Alves, *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1993, p. 238.

<sup>257</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>258</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>259</sup> Maria de Fátima Brandão no seu estudo sobre a freguesia do Mosteiro, Vieira do Minho, para o século XIX, aborda esta questão do frete, cujas quantias da sua amostra oscilavam entre os 40.000 a 50.000 reis. *Ob. cit.*, 1994, p. 254. Valor semelhante apresentou Jorge Fernandes Alves para a segunda metade do século XIX (30\$000 a 40\$000). *Ob. cit.*, 1994, p. 238.

<sup>260</sup> Joel Serrão, *ob. cit.*, 1982, p. 127.

<sup>261</sup> Maria de Fátima Brandão, *ob. cit.*, 1994, p. 238.

***Ausentes da Terra mas presente na legítima***, partiu das reflexões em torno dos ausentes e suas legítimas<sup>262</sup>. Esta análise teve duas faces: sublinhar que a condição de ausente enquanto causa para a realização do inventário não dependia apenas da ausência física mas também da capacidade dos co-herdeiros atestarem a falta de contacto e a ignorância do paradeiro do ausente; conhecer as dinâmicas presentes nas Ordenações no que concerne aos ausentes, quer em relação à salvaguarda das suas legítimas aquando da partilha do património quer na preservação das mesmas durante o período de ausência. No tratamento dos dados, procurámos compreender os resultados obtidos partindo de indicadores relacionados com os ausentes, tais como o número de ausentes, o destino de emigração, a faixa etária e a composição da legítima respetiva.

O princípio da igualdade de direitos entre os vários herdeiros afirma-se como centro nevralgico: para os ausentes da terra, as leis impediam a sua exclusão no momento da partilha. A presença de suportes para a preservação da legítima do ausente até que se concretizasse o seu retorno, reforça este processo de partilha igualitária.

Certo é que, herdando dinheiro, ouro, móveis e imóveis, os ausentes não usufruíam dos seus bens, que eram guardados numa arca até ao seu retorno ou, quando o tempo definido na lei findava, passavam para as mãos dos seus parentes mais próximos. O tempo, a distância e, quiçá, o fracasso, esbatiam os laços familiares.

Em suma, neste processo, o ausente incorria num implícito prejuízo em prol dos demais co-herdeiros. Estes últimos intervinham na constituição do quinhão do ausente por forma a beneficiarem da sua legítima não só a curto e médio prazo mas para sempre, tornando-se herdeiros por duas vias: ascendente e colateral.

---

<sup>262</sup> Negrito nosso.

## **II PARTE: O PATRIMÓNIO IMÓVEL**

O património imóvel<sup>263</sup> - a casa e os bens fundiários – será estudado enquanto elemento capital de herança, na medida em que forma, para a região considerada, um elemento de continuidade entre as gerações. Permitia estabelecer níveis de riqueza, conferia estatuto ao seu proprietário e garantia a subsistência da família. Todavia, o quadro que se desenha para a região em análise deixa antever um fosso de desigualdade entre os que da terra apenas tiravam, e quando tiravam, o sustento para a família, o pequeno camponês, e os grandes senhores fundiários.

A estrutura habitacional, da qual faz parte a casa e os demais complexos de apoio à atividade agrícola (palheiros, quinteiros, eiras, cortes, cobertos, reixos, lojas, cortelhos, etc.), e as terras, faziam parte de um conjunto designado nos inventários orfanológicos e testamentos, de *assento, casal, prazo* ou ainda *propriedade*.

O cerne do nosso estudo consistirá em caracterizar o património dos inventariados com base no tipo de propriedade imobiliária tendo em conta a sua tipologia e frequência. Importa em primeiro lugar aferir de que forma é que os inventariados tinham a cesso à propriedade fundiária e habitacional.

Usaremos como metodologia a quantificação e cruzamento de dados que constam na base de dados que tem servido de base ao nosso estudo.

Os semoventes serão ainda objeto de análise neste capítulo<sup>264</sup>. Os trabalhos da lavoura não dispensavam o uso de animais e, tal como nas demais regiões, no Baixo Minho, o gado ou os animais em geral desempenharam um papel significativo no conjunto dos patrimónios, pelo que se pretende uma análise genérica mas de natureza comparativa entre os concelhos (Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso).

A questão dos conceitos assume um papel importante neste capítulo. A sua definição torna-se indispensável para a classificação da propriedade imóvel dos nossos inventariados. No entanto, o mapeamento da propriedade e a clarificação dos conceitos não bastam para definir as estruturas materiais dos nossos inventariados, porque não podemos esquecer as formas de acesso e de exploração da propriedade.

---

<sup>263</sup> Imóveis ou bens de raiz correspondem às coisas que não se podem transportar ou desfazer, como os prédios rústicos e urbanos, assim como árvores. M. A. Coelho da Rocha, *Instituições de Direito Civil Portuguez*, 8ª. ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1917, p. 52.

<sup>264</sup> Semovente – vocábulo referenciado na documentação da época, inventários orfanológicos e testamentos, para designar toda a espécie de animais.



### **CAPÍTULO III - A PROPRIEDADE FUNDIÁRIA**

## 1. A PROPRIEDADE FUNDIÁRIA E O SEU SIGNIFICADO

Numa sociedade em que a agricultura constituía o principal meio de produção, impõe-se a necessidade de compreender sob que formas a população do Baixo Minho tinha acesso à terra.

A propriedade tem subjacente, segundo M. A. Coelho da Rocha, dois sentidos: o lato, o qual compreende tudo o que faz parte da fortuna ou do património de um indivíduo, ou melhor dizendo, tudo o que lhe pertence, seja de natureza corpórea ou incorpórea. No sentido restrito, propriedade (*dominium*) é o direito de “usar e dispor de uma coisa livremente, com exclusão dos outros”<sup>265</sup>. Ainda seguindo o pensamento do mesmo autor, “o direito de propriedade contém, por assim dizer, um complexo de direitos parciais, como o de dispor da coisa, de usar, de alienar, de a desfructar, de a possuir, e outros quaes se podem ainda decompor”<sup>266</sup>. Segundo Rafael Bluteau, propriedade são “bens de raiz, com dominio, & poder absoluto para os vender, empenhar, & dispor delles”<sup>267</sup>. Margarida Durães chama atenção para a indefinição do conceito – propriedade - resultante dos contratos de empraçamento que vigoravam ao tempo. Estes determinaram a existência de dois tipos de proprietários: o proprietário senhorio, que possuía o domínio “iminente”, o qual tinha direito à obtenção da renda, e o proprietário do domínio útil, ou seja, o foreiro ou arrendatário que trabalhava diretamente a terra e dela retirava o rendimento para o seu sustento e para pagamento da renda ou foro devido ao senhorio. No que concerne à sucessão da propriedade, o que está em causa são os direitos do proprietário do domínio útil<sup>268</sup>.

Nos inventários orfanológicos entende-se por *propriedade*, regra geral, o conjunto habitacional e os anexos agrários. Neste sentido, a *propriedade* diz respeito aos “bens de uso duradouro” e não propriamente apenas aos bens de produção<sup>269</sup>. Este termo foi aplicado sobretudo nos inventários do concelho da Póvoa de Lanhoso, o qual, na nossa perspetiva, seria sinónimo do termo *assento* geralmente usado nos demais concelhos<sup>270</sup>. Não obstante, o termo *propriedade* reportou-se, de igual modo, a um conjunto de bens fundiários. Segundo as nossas

---

<sup>265</sup> M. A. Coelho da Rocha, *ob. cit.*, 1917, p. 318.

<sup>266</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>267</sup> Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino...*, vol. VI, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 786.

<sup>268</sup> Margarida Durães, “Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs. XVIII – XIX)”, *Boletim de História Demográfica*, XII, n.º 35, 2005, p. 9.

<sup>269</sup> Armando de Castro, “Propriedade”, in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Figueirinhas, 1992, p. 192.

<sup>270</sup> Por *assento*, António de Moraes Silva entendeu a “Residência principal: morada perpétua, vivenda; terra onde alguém está estabelecido; lugar, sítio, onde está algum edifício, herdade, ou se vive”. António de Moraes Silva, *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Editorial Confluência, 1813, pp. 209-210.

amostras, os bens de raiz inventariados com designação de *propriedade* não eram bens alodiais. Na maior parte das ocorrências tinham subjacente um contrato de enfiteuse. Significa que, para a região do Baixo Minho, *propriedade* nem sempre seria sinónimo de bens “com o domínio, & poder absoluto para os vender, empenhar, & dispor delles” como referiu Rafael Bluteau<sup>271</sup>. E também não o seria no sentido restrito de *dominium*, tal como o definiu M. A. Coelho da Rocha<sup>272</sup>. Nos inventários analisados o termo *propriedade* aplicou-se à natureza corpórea quer da estrutura fundiária como da estrutura habitacional. Não obstante a ambiguidade do termo, ao longo do nosso estudo, denominaremos por *propriedade* todos os bens de raiz, sejam de natureza fundiária ou habitacional.

Os bens de raiz no Baixo Minho assumiram peculiar importância no património da sua população, uma vez que eram estes que asseguravam a subsistência e o equilíbrio económico da família, sendo por isso matriciais em relação aos bens móveis. Não obstante, o significado simbólico dos bens imóveis sobrepunha-se à sua importância material: a permanência de bens na família ao longo das gerações implicava respeito pelo nome da família, pelos seus antepassados e, ainda, transmitia-se aos seus descendentes. Mais que uma necessidade económica, a posse de bens de raiz era um indicador da posição social do indivíduo na sociedade em que estava inserido. A terra, em suma, servia de regulador na definição da hierarquia social de setecentos, visto que quanto mais terras pertencessem a esta ou aquela “casa”, mais elevada seria a posição social dos seus proprietários. Entende-se, deste modo, a necessidade nevrálgica que as diferentes gerações manifestaram em manter a perpetuidade do património imóvel através, em última instância, de contratos de aforamento.

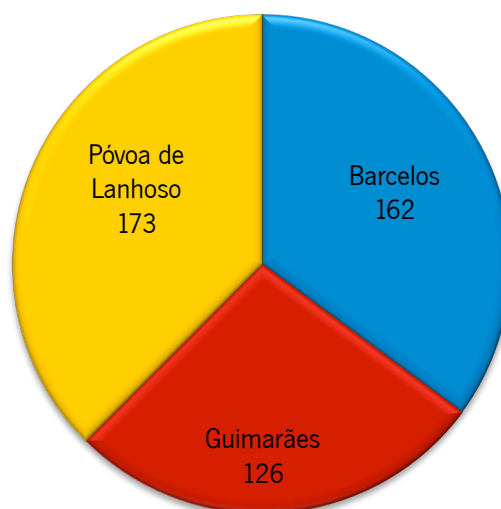
Não obstante a importância atribuída ao património imóvel, nem todos os inventários integraram terras ou casas.

---

<sup>271</sup> Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VI, 1712-1725, p. 786.

<sup>272</sup> M. A. Coelho da Rocha, *ob. cit.*, 1917, p. 318.

**Gráfico 1** - Frequência de inventários orfanológicos com bens de raiz (1750-1810)

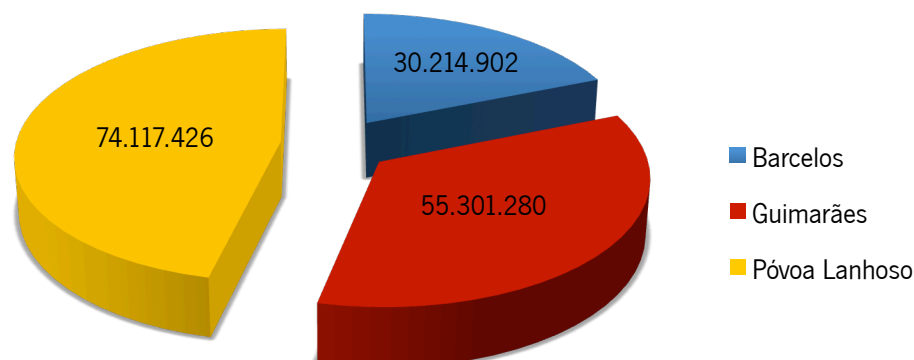


**Amostra:** Total dos casos observados: 461/600 (76,8%).

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

O gráfico 1 mostra que 23,2% dos inventários não incluem bens de raiz no seu património. Ao longo do nosso excursus estará patente a hegemonia dos patrimónios da Póvoa de Lanhoso face aos concelhos de Barcelos e Guimarães, que corroborámos nas diversas valências do património móvel. O mesmo se poderá afirmar no que respeita ao património imóvel. Para além da maior frequência de inventários com bens de raiz, verificamos que o valor total do património imóvel foi, de igual modo, mais significativo.

**Gráfico 2** - Valor (reis) total dos bens de raiz por concelho (1750-1810)



**Amostra:** Total de inventários orfanológicos: 461.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

O gráfico 2 representa o valor total que os inventários de cada concelho registaram em bens de raiz, no qual incluímos não só os bens fundiários mas também as casas, os meios de transformação e as benfeitorias<sup>273</sup>. A terra era avaliada pelo seu rendimento anual e comum<sup>274</sup>. Relativamente aos bens rústicos, o Alvará de 14 de outubro de 1773, §1 e a Lei de 25 de Agosto de 1774, § 30, determinavam que se deviam avaliar pelo valor comum dos seus frutos, ou seja, pelo rendimento anual, mas multiplicado por 20 anos, depois de abatidas as despesas. O mesmo alvará, de modo a evitar fraudes por parte dos louvados, mandava que o cálculo fosse efetuado “nas terras de lavoura que não andam arrendadas, pelo que levarem de sementeira; e nas que o andam, pelo valor do arrendamento, para multiplicar por 20 anos; e nas casas, quintaes de vinhas, oliveiras, ou arvoredos, pelas últimas 20 produções”<sup>275</sup>. Segundo António Joaquim Ferreira D’Eça e Leiva não era fácil precisar tal cálculo; por um lado, as colheitas eram incertas; por outro lado, os arrendamentos acabavam por variar de ano para ano<sup>276</sup>.

<sup>273</sup> Benfeitorias – despesas que se fazem para conservar a existência do imóvel, rústico ou urbano, ou preservá-lo da deterioração. *Idem*, p. 56.

<sup>274</sup> António Joaquim Ferreira D’Eça e Leiva, *Memorias theoreticas e practicas do direito orphanologico*, 3.ª ed., Porto, Jacintho Antonio Pinto da Silva, s/d., p. 20.

<sup>275</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>276</sup> *Idem, ibidem*.

Importa sublinhar que as despesas a deduzir variavam consoante o tipo de exploração da propriedade. Nas terras de natureza alodial abatia-se primeiro o dízimo, a primícia<sup>277</sup>, as sementes e por último a despesa da fábrica e cultura<sup>278</sup>. Nos bens de natureza de prazo as despesas referem-se a dois domínios, o direto e o útil. Sendo assim, depois de calculado o rendimento líquido de todas as terras (domínio direto), deduzia-se ainda o foro<sup>279</sup> ou pensão, o laudémio<sup>280</sup> e a lutuosa<sup>281</sup>.

Relativamente às benfeitorias, estas não poderiam ser excluídas visto que ao serem inventariadas pressupunham uma valorização do imóvel, entrando na legítima dos herdeiros. Importa abrir rapidamente um parêntese a este respeito. Nos contratos enfiteúticos, quer de vidas como perpétuos, o enfiteuta era obrigado a benfeitorizar o prazo de modo a evitar que este se arruinasse: eram as chamadas benfeitorias *necessitate júris*<sup>282</sup>. Segundo a Lei de 9 de setembro de 1769, os prazos vitalícios ou de vidas, cujo valor tivesse sido acrescido por benfeitorias seriam renovados<sup>283</sup>. Contudo, se o prazo fosse entregue ao senhorio por comisso,

---

<sup>277</sup> Primícia - renda que a Igreja arrecadava sobre a produção cerealífera bruta. A primícia era muito semelhante ao dízimo. Ruy d'Abreu Torres, "Primícia", in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Figueirinhas, 1992, p. 184.

<sup>278</sup> Despesa da fábrica e cultura – despesa aplicada na sementeira. Na província do Minho, a despesa da fábrica e cultura estava reduzida à metade de todo o rendimento do pão ou de grãos de toda a espécie e à terça parte do rendimento do vinho. António Joaquim Ferreira D'Eça e Leiva, *ob. cit.*, s/d, p. 21.

<sup>279</sup> Foro – a palavra conheceu várias aceções. Todavia, na aceção que nos importa, foro era o imposto que o foreiro pagava ao senhor do domínio direto pela exploração do domínio útil, o qual podia ser representado por uma prestação certa ou variável em géneros, em animais (galináceos) ou em dinheiro. A partir do momento que o contrato de arrendamento se "populariza", foro surge como sinónimo de renda. A. H. de Oliveira Marques, "Foro", in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Figueirinhas, 1992a, pp. 58-59.

<sup>280</sup> Laudémio - pensão que o foreiro paga ao senhorio quando pretendia alienar ou escambar o prédio aforado. Na Idade Média, o laudémio correspondia à décima parte do montante da alienação, muito embora estivesse sujeito a variações de acordo com a categoria social do foreiro. Para os peões este valor era certo, para as elites podia não ser, quer pelo respeito hierárquico como pelas maiores garantias económicas e sociais que ofereciam. Muito embora o laudémio fizesse parte das obrigações dos foreiros desde o direito romano, só nas *Ordenações Manuelinas* e depois nas *Filipinas* é que se oficializa e se torna obrigatório para todos os casos de venda ou escambo dos prazos, à exceção das capelas, hospitais, albergarias e confrarias. No entanto, nas *Ordenações* ficou estabelecido a liberdade de fixação do montante, o que levou a grandes abusos por parte dos senhorios no ato de prescrição dos contratos, sobretudo ao longo do século XVIII. A. H. de Oliveira Marques, "Laudémio", in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Figueirinhas, 1992b, p. 440.

<sup>281</sup> António Joaquim Ferreira D'Eça e Leiva, *ob. cit.*, s/d., p. 21. Sobre a avaliação dos prazos veja-se Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, *Memória sobre avaliação dos bens de prazo*, Lisboa, Officina Typografica Regia, 1802, pp. 46-65. Lutuosa – prestação estabelecida nos prazos de vidas que o senhorio direto recebia pela morte de cada uma das vidas. P. Avelino de Jesus da Costa, "Lutuosa", in Joel Serrão (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. IV, Porto, Figueirinhas, 1992, p. 86.

<sup>282</sup> José Homem Corrêa Telles, *Questões e varias resoluções do direito emphyteutico*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1851, p. 90.

<sup>283</sup> *Lei de 9 de setembro de 1769*, Aditamento ao Livro IV das *Ordenações Filipinas*, p. 1061. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4pa1061.htm>, consultado a 31 de agosto de 2012.

este não era obrigado a reembolsar o antigo foreiro pelas benfeitorias *necessitate júris*<sup>284</sup>. No entanto, quando não se tratava de meras benfeitorias, as quais conferiam mais valia ao prazo, o senhorio deveria compensar o foreiro, mesmo que no contrato de empraçamento estivesse a cláusula “que o prazo se devolverá ao senhorio com todas as suas benfeitorias, que tiver”<sup>285</sup>. Sublinha o mesmo jurista, Corrêa Telles, que “esta clausula se deve entender das benfeitorias modicas, ou feitas *necessitate júris*”<sup>286</sup>. Desta forma, observa-se que existiam três tipos de benfeitorias: a despesa ou benfeitoria necessária (*necessitate júris*), que remete para a preservação e/ou conservação do imóvel anteriormente referida; a benfeitoria útil, quando aumenta o valor comum do imóvel e, a benfeitoria voluntária, que tem como propósito servir o gozo de quem a fez sem aumentar o valor comum do imóvel<sup>287</sup>. M. A. Coelho da Rocha destrinça estes direitos partindo da boa ou má-fé do foreiro: sendo o senhor do domínio útil possuidor de boa-fé, tem o direito de pedir as despesas das benfeitorias necessárias e úteis quando estas contribuíram para a valorização do bem; sendo de má-fé, o possuidor só pode pedir a indemnização das necessárias<sup>288</sup>. Benfeitorizar os bens de raiz era, em suma, uma estratégia para consolidar o património familiar. Se por um lado as benfeitorias garantiam a renovação do prazo; por outro lado, mesmo por comisso, era difícil ao senhorio reaver o direito pleno da sua propriedade devido, muitas vezes, ao elevado investimento realizado pelo foreiro. O valor de algumas benfeitorias foi muitas vezes superior ao valor inicial do bem empraçado. Veja-se um exemplo no inventário de António Machado, oleiro da freguesia de São Tiago de Ronfe. O seu património imóvel era constituído por uma propriedade avaliada em 75.000 reis, da qual faziam parte casas, cortes e terras. Porém, as benfeitorias feitas na propriedade foram avaliadas em 97.700 reis<sup>289</sup>. Não temos referência ao tipo de benfeitoria efetuada, mas permite mostrar como seria difícil ao senhorio compensar o foreiro caso não quisesse renovar o empraçamento.

Importa sublinhar que a avaliação das benfeitorias era realizada tendo em conta o tempo em que os prazos foram deixados por herança<sup>290</sup>. Se a transmissão dos prazos fosse feita por

---

<sup>284</sup> O foreiro incorria em comisso em diversas situações: falta de pagamento de foro; tentativa de alienação de qualquer espécie sem consentimento do senhorio; negação do domínio direto; usar de *má-fé* para fraudar o senhorio no que respeitasse ao preço do *laudémio* ou *opção*. Manuel de Almeida e Sousa de Lobão, *Tractado practico, e escrito de todo o direito emphyteutico*, vol. II, Lisboa, Impressão Regia, 1814b, p. 261.

<sup>285</sup> José Homem Corrêa Telles, *ob. cit.*, 1851, p. 91.

<sup>286</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>287</sup> M. A. Coelho da Rocha, *ob. cit.*, 1917, p. 56.

<sup>288</sup> *Idem*, p. 353. Veja-se *Código Civil Português. Aprovado por carta de lei de Julho de 1867*, 3.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1891, art.º 499 a 504, pp. 114-115.

<sup>289</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-6-3-35, 1810.

<sup>290</sup> António Joaquim Ferreira D’Eça e Leiva, *ob. cit.*, s/d, p. 25.

doação *inter-vivos*, as benfeitorias eram avaliadas pela mais valia e estimação dos prazos; se fosse por testamento, o sucessor tinha direito de escolher entre a valorização do prazo resultante da feitura das benfeitorias ou as despesas contraídas com as benfeitorias<sup>291</sup>.

Voltemos ao gráfico 2. Confirma-se que o concelho da Póvoa de Lanhoso apresenta o valor mais alto. Todavia, no que respeita ao património imóvel, é necessário ter algum cuidado em afirmar esta tendência. Se compararmos os dois gráficos (1 e 2), observa-se que o concelho de Guimarães apresentou menor frequência de inventários com património imóvel; no entanto, o valor total deste último foi superior ao de Barcelos e, de certa forma, ao do concelho da Póvoa de Lanhoso. Contudo, alguns dados escapam a esta avaliação, nomeadamente os bens que “não vem a colação” por terem vindo por parte de um dos cônjuges ou por terem sido doados<sup>292</sup>. Contudo, a não colação implicava que a doação efetiva fosse concretizada após a morte dos pais. Veja-se as *Ordenações*:

“E não lhe sendo [o prazo] dado em vida do pai, ou mai mas nomeando-o somente ao prazo depois da morte, não será (o filho) obrigado trazer o Prazo nem a vallia delle à colação, nem lhe será emputada em sua legítima, nem descontado della, salvo se fosse comprado, ou adquirido do dinheiro, ou fazenda do pai, ou mai, que o nomeou”<sup>293</sup>.

Nestes casos só vinham a colação os bens partiveis, em os havendo, nomeadamente a entrada do dote de um dos inventariados e/ou as benfeitorias feitas na constância do matrimónio<sup>294</sup>. A “entrada” do dote, trazido geralmente pela mulher, era equivalente ao valor dos bens doados ao chamado “filho da casa”. Era uma quantia em dinheiro que se destinava a garantir a “reserva ao casal doador e a compor as legítimas dos irmãos ou de outros filhos”<sup>295</sup>. A “entrada” contribuía estrategicamente para a transmissão desigual do património familiar; quanto mais elevado fosse o valor da “entrada”, maior seria o abatimento na totalidade dos bens doados ao seu cônjuge, “filho da casa” e por conseguinte, menores seriam as legítimas dos co-

---

<sup>291</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>292</sup> Colação – ato de juntar ao património do defunto o que um dos herdeiros já tinha recebido em vida em dote, a fim de receber igual legítima ou proporcional. Este ato, determinava conferências ou reposições. O que não quer vir ou entrar em colação fica excluído desse direito. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 412

<sup>293</sup> *Ordenações Filipinas*, Liv. IV, Tit. 97, § 22. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4p979.htm>, consultado a 31 de agosto de 2012.

<sup>294</sup> António Joaquim Ferreira D'Eça e Leiva, *ob. cit.*, s/d., pp. 34-35.

<sup>295</sup> Margarida Durães, “Necessidades económicas e práticas jurídicas: problemas de transmissão das explorações agrícolas, séculos XVIII-XIX”. *Revista Ler História*, n.º 29, 1987b, p. 74.



herdeiros<sup>296</sup>. Nos inventários orfanológicos encontramos frequências e valores relativamente dissemelhantes no que toca a entradas de dote, destacando-se neste *item* os inventários orfanológicos de Guimarães. Neste concelho foram registadas 33 ocorrências de “entrada” de dote com o valor médio de 303.000 reis; em Barcelos, observaram-se duas ocorrências de valor médio de 190.000 reis e, finalmente, o concelho de Póvoa de Lanhoso com quatro ocorrências de valor médio de 175.000 reis<sup>297</sup>.

Os bens que se encontram nestas circunstâncias, ou seja, que não vinham à colação, entraram na quantificação do gráfico 1 mas não entraram no gráfico 2. No concelho de Barcelos 30 prazos foram excluídos do cálculo; em Guimarães 23 e na Póvoa de Lanhoso, 10. Contudo, como iremos ver, os valores dos patrimónios assim como a estrutura fundiária, quer do concelho de Guimarães como da Póvoa de Lanhoso, leva-nos a crer que a estimação total dos bens de raiz do concelho de Barcelos seria inferior.

A terra, símbolo de poder, pertencia apenas a um pequeno núcleo da população portuguesa, a qual possibilitava o acesso ao pequeno camponês de explorar a terra mediante contratos de enfiteuse. No Baixo Minho, apesar dos bens fundiários pertencerem a uma minoria, os patrimónios imóveis dos agregados domésticos não deixaram de ser muito avultados em alguns casos. Veja-se a tabela seguinte:

---

<sup>296</sup> Margarida Durães, *Herança e sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga (séculos XVIII-XIX)*, vol. I, Tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2000, p. 74.

<sup>297</sup> Devido ao elevado número de inventários, serão apenas referidos parte deles. ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, cts. 2713, 1774; 115, 1787. *Idem*, Barcelos, cts. 3891, 1786; 4009, 1809. AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, cts. C-7-1-139, 1775; C-5-4-14, 1777.

**Tabela 1** - Avaliação dos bens de raiz (1750-1810)

Em milhares de reis	Frequência de Inventários orfanológicos			
	Barcelos	Guimarães	Póvoa de Lanhoso	Total
[10-50]	48	19	33	100
]50-100]	34	17	32	83
]100-200]	36	28	31	95
]200-300]	18	13	17	48
]300-400]	11	9	11	31
]400-500]	3	1	8	12
]500-600]	5	3	5	13
]600-700]	2	8	2	12
]700-800]	1	6	3	10
]800-900]	2	3	7	12
]900-1000]	1	4	4	9
]1000-1100]		4	3	7
]1100-1200]		2	1	3
]1200-1300]			3	3
]1300-1400]	1	1	2	4
]1400-1500]		1	2	3
]1500-1600]			2	2
]1600-1700]		2	2	4
]1700-1800]				0
]1800-1900]		2		2
]1900-2000]				0
]2000-2100]				0
]2100-2200]		2	1	3
]2200-2300]			1	1
]2300-2400]		1		1
]3000-4000]			2	2
]6000-7000]			1	1
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>126</b>	<b>173</b>	<b>461</b>

**Amostra:** Percentagem total de casos: 76,8% (461/600)<sup>298</sup>.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Os intervalos respeitantes ao valor dos bens de raiz não são uniformes na tabela; nos dois primeiros optámos por um intervalo menor devido à elevada frequência de patrimónios

<sup>298</sup> Veja-se o património total dos inventariados na tabela 9 do apêndice.

inferiores a 50.000 reis. Contrariamente, nos grandes patrimónios a frequência foi muito reduzida, pelo que considerámos o milhar e não a centena como intervalo.

Verifica-se que 21,7% dos agregados domésticos em análise tinham um património em bens de raiz inferior a 50.000 reis, quase um quarto dos patrimónios no universo total. Seriam pequenos camponeses que não possuíam terras suficientes para garantir a subsistência familiar, que complementariam a agricultura com outras atividades. Mas não foram os únicos. 80% dos inventariados da referida amostra eram pequenos agricultores, correspondentes a todos os patrimónios com bens de raiz de valor inferior a 500.000 reis.

O valor do património imóvel dos inventários do concelho de Barcelos foi inferior quando comparado com o dos inventários dos restantes concelhos. De facto, observa-se que 92,5% dos inventários deste concelho tinham patrimónios inferiores a 500.000 reis. Muito embora nos demais concelhos haja maior frequência de inventários nestas condições, nota-se um número significativo de patrimónios de camponeses de médio porte no concelho de Guimarães e em particular no da Póvoa de Lanhoso. Podemos até afirmar que encontramos grandes lavradores apenas neste último concelho. Exemplifiquemos: o inventariado Manuel José Lopes de Carvalho possuía um avultado património em bens de raiz (4.000.000 reis), mas este representava apenas 29% do seu património total. Para além de grande lavrador, este homem era prestamista. Todo o seu património é indicador de riqueza, desde os seus bens móveis aos imóveis<sup>299</sup>. No entanto, não foi o inventário mais avultado em bens de raiz. De entre os mais ricos destacou-se o inventariado Manuel de Sousa Machado com um património em bens de raiz de 6.350.500 reis. No entanto, foi curioso observar que os bens de raiz correspondem a 93% do património total (6.762.885 reis)<sup>300</sup>. Sendo o valor em bens de raiz tão elevado, a proporção no património total ofusca as demais categorias do património móvel e semoventes. Mas, na verdade, o património móvel deste inventariado foi relativamente modesto quando comparado com os seus bens fundiários, o que permite concluir que para esta família os indicadores de riqueza estavam quase confinados à terra.

Relativamente à exploração da propriedade saliente-se que, muito embora haja vários estudos sobre contratos de exploração relativos ao Baixo Minho, destacando-se os de Margarida Durães, Aurélio de Araújo Oliveira, Maria de Fátima Brandão etc., esse será também um dos temas aqui tratados; importa compreender de que modo os nossos inventariados tinham acesso

---

<sup>299</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 9, 1810.

<sup>300</sup> *Idem*, ct. 287, 1794.

à terra; por que via a adquiriram a propriedade, se por herança ou por compra. Ainda dentro desta temática dos contratos de enfiteuse, pretende-se saber quem eram os senhores do domínio direto.

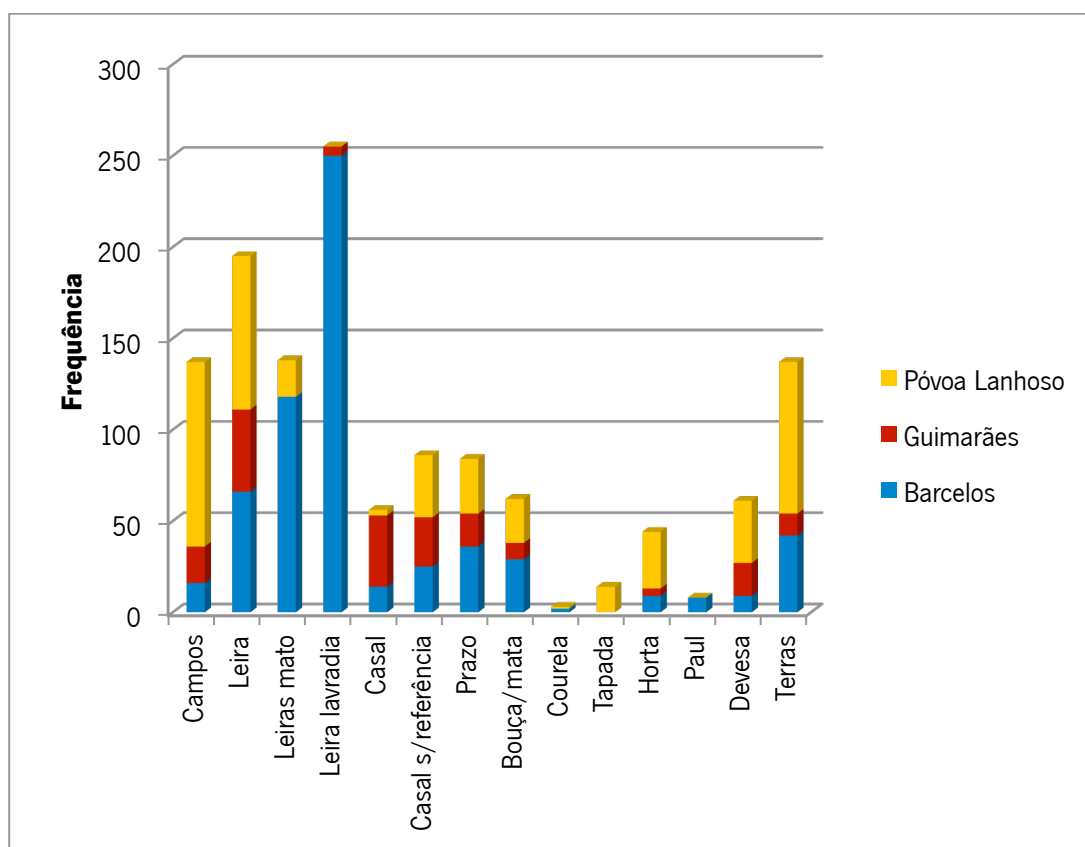
Antes de entrarmos na questão da exploração da propriedade fundiária do Baixo Minho, importa conhecer a típica paisagem minhota de setecentos, desde a estrutura fundiária às árvores de pequeno e médio porte, uma vez que também fizeram parte do património dos agregados domésticos e não foram somenos importantes na economia familiar.

### **1.1 Estrutura fundiária**

A paisagem do Baixo Minho caracterizava-se pelo minifúndio e pela utilização intensiva do solo através da policultura. Nesta manta de remendos, a leira, lavradia ou de mato, foi a unidade mais corrente nesta região em setecentos.

Imaginar a paisagem minhota a partir da documentação não é tarefa fácil, devido à descrição generalista muitas vezes adotada pelos louvados. Vocábulos como *casal*, *propriedade*, *prazo* e *terras*, só raras vezes descrevem com detalhe o conjunto de propriedades fundiárias e estruturas habitacionais a que se referem. Em muitos casos, foi-nos impossível percecionar a quantidade e a natureza das parcelas fundiárias. Muito embora não desprezemos as diversas tipologias fundiárias, destacaremos os casais na nossa análise, pela sua singularidade enquanto principal unidade de exploração do Baixo Minho em setecentos.

**Gráfico 3** - Tipologia das terras nos inventários orfanológicos e testamentos apensos (1750-1810)



**Amostra:** Total das ocorrências: 1280.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

No gráfico 3 estão representadas, para além dos casais, as estruturas fundiárias do Baixo Minho no período cronológico em análise. Contudo, como já referimos, as diversas parcelas fundiárias não estão totalmente discriminadas: tal como os termos “casal” e “prazo”, as palavras “terras” e “propriedade” não têm um significado preciso e unívoco. A primeira, “terras”, parece designar parcelas fundiárias inventariadas de forma simplificada pelos louvados. No que concerne à “propriedade”, se por um lado remete para a mesma aceção, por outro lado, tem um significado mais alargado, como já salientámos.

Como se sabe, a estrutura fundiária do Baixo Minho de setecentos caracterizava-se pela pequena propriedade, a leira. Na definição que o clérigo Rafael Bluteau, esta seria “ um taboleiro de terra, estreito, & comprido, o qual a divide de outro comarosinho de terra, que tem pelas

ilhargas”<sup>301</sup>. A par da leira, a horta, a courela a devesa<sup>302</sup>, inserem-se também no grupo da pequena propriedade fundiária, embora a leira se destaque pela quantidade em relação a estas. Embora possamos classificar a propriedade rural desta forma, a avaliação variava tendo em conta a natureza da terra, arável ou não arável. Muito embora as leiras de mato fossem indispensáveis para a obtenção de matos e ervas para a pastagem dos gados e fabrico de estrume, o seu valor era inferior ao das leiras lavradas<sup>303</sup>. Na generalidade as leiras inventariadas seriam de pequena dimensão. A. de Amorim Girão salienta que em Castro Daire era comum dizer-se que “está o campo tão retalhado que uma vaca, para comer na leira de um vizinho, esterca na do outro”<sup>304</sup>. Outros autores consideram-nas como pequenas áreas que “só podem cultivar-se à enxada”<sup>305</sup>. Acreditamos que assim fosse também nos concelhos em análise. Apesar de não dispormos de dados relativos à dimensão das propriedades, outros indicadores poderão ajudar a entender o valor destes imóveis no património familiar. Muitas foram as leiras que não ultrapassaram os 3.000 reis, incluindo leiras lavradas.

No Minho, a terra era de tal forma importante que a população procurava possuir um pedaço, por mais pequeno que fosse. Os inventários do concelho de Barcelos tendem a diferenciar a leira lavrada da leira de mato, sobretudo quando se referem a casais. A frequência de leiras neste concelho foi bastante superior quando comparado com os demais concelhos. Do total das leiras inventariadas 74% pertenciam a este concelho; 8% ao concelho de Guimarães e 16% ao concelho da Póvoa de Lanhoso, o que significa que a estrutura fundiária dos patrimónios dos inventários do concelho de Barcelos se encontrava mais retalhada.

A ambiguidade da terminologia empregue estende-se a outros conceitos, nomeadamente o de campo, conceito que importa esclarecer: “pedaço de terra baixa, e plana” ou ainda, como acrescenta o mesmo autor, “terra fora da cidade”<sup>306</sup>. Depreende-se pela definição que o campo seria mais propício à atividade agrícola, uma atividade mais intensiva, sendo que o relevo plano facilitava a utilização de alfaías e semoventes.

No universo total, os campos seguiram-se às leiras em frequência. Todavia, nestas duas estruturas fundiárias houve fortes variações de concelho para concelho, sobretudo relativamente ao concelho de Barcelos; se as leiras representaram três quartos do total (434), os campos

---

<sup>301</sup> Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. V, 1712-1728, p. 71. Comarosinho – pedaço de terra mais elevado que serve para delimitar.

<sup>302</sup> Devesa, deveza – lugar cercado por árvores. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 611.

<sup>303</sup> Alberto Sampaio, *Estudos históricos e económicos*, vol. II - As póvoas marítimas, Lisboa, Vega, 1979, p. 26.

<sup>304</sup> A. de Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, 3.<sup>a</sup> ed., Porto, Portucalense Editora, 1960, p. 319.

<sup>305</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>306</sup> António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 333.

representaram apenas 12% (16 ocorrências). No concelho de Guimarães, a frequência de campos foi semelhante, 16% (20 ocorrências). Desse modo, 72% dos campos inventariados fora dos casais concentraram-se no concelho da Póvoa de Lanhoso.

Os campos eram de dimensão superior à generalidade das leiras; se estas ou as hortas respondiam às necessidades básicas de sobrevivência, os campos estariam talvez mais voltados para a produção de excedentes. Embora fossem mais rentáveis, a sua exploração exigia maior quantidade de mão-de-obra, de gado bovino e de alfaias, que o pequeno camponês geralmente não possuía. Podemos considerar que esta estrutura fundiária só estaria ao alcance daqueles cujo capital económico garantisse a sua viabilidade, ou seja, os que possuíam um património agrário compatível com as necessidades de exploração.

As bouças ou matas, muito embora constituíssem terrenos incultos, eram fundamentais na produção de mato, com que se fazia o estrume para as lavouras e a cama do gado, sendo pisado e curtido nas cortes respetivas<sup>307</sup>. Para além destas funções, a bouça fornecia lenhas para o consumo e madeira para a construção ou reparação das casas. A bouça teve expressão sobretudo nos inventários do concelho de Barcelos, com 29 ocorrências, seguindo-se Póvoa de Lanhoso com 24 e, por último, Guimarães com nove. As avaliações foram muito desiguais, em grande parte devido à disparidade das suas dimensões. Não obstante, tal como em Santa Tecla do Bouro, também no Baixo Minho, sobretudo no concelho de Barcelos, a bouça/mata contribuiu para a elevada fragmentação do espaço agrário de setecentos, resultante do parcelamento e da proliferação da pequena exploração<sup>308</sup>.

No Baixo Minho, tal como noutras regiões do norte do país, a fragmentação do *casal* foi uma prática corrente. Desse modo, tal como refere Elza Carvalho relativamente à freguesia de Santa Tecla pertencente ao concelho de Celorico de Basto, “era uma situação «normal» uma família ser enfiteuta em vários casais do mesmo senhorio, e ou então, de senhorios diferentes”<sup>309</sup>.

A maioria dos prazos inventariados, à exceção de alguns casos, não eram unidades fundiárias nem unidades de exploração, mas correspondiam à concessão do domínio útil de um conjunto de parcelas que podiam ou não pertencer a um ou vários casais. Deste modo, um prazo podia pertencer a um ou a vários senhorios, dependendo se as parcelas que o constituíam

---

<sup>307</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *Alfaia agrícola portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, pp. 18, 26.

<sup>308</sup> Elza Maria Gonçalves Rodrigues de Carvalho, *Basto (Stª Tecla). Uma leitura geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Tese de mestrado, Guimarães, Universidade do Minho, 1999, p. 168.

<sup>309</sup> *Idem, ibidem*.

pertenciam ou não ao mesmo casal. No entanto, como os prazos que constam no gráfico 3 foram inventariados fora da unidade de exploração, tivemos de os inserir nesta análise. Na maior parte dos casos os louvados foram simplistas na sua inventariação; dizem apenas que se trata de um prazo, mas não especificam as suas parcelas, impedindo-nos de conhecer a tipologia dos bens que os constituíam.

O mesmo se observa relativamente às “terras”, termo que peca por ambiguidade. Considerámos que, muito embora tenham sido inventariadas, tal como os prazos, fora da unidade de exploração, constituíam parte integrante da produção dos casais. Veja-se, entre outros, o inventário de Custódia Maria de Freitas, da freguesia de São Lourenço de Sande, em que se declara que “todas as terras pertenciam ao casal da Cancela”<sup>310</sup>. Casos como este foram comuns, quer em relação à designação de “terras” como de qualquer outra tipologia fundiária. Quer os prazos como as terras são testemunho da fragmentação do casal.

## 1.2 Os casais

Rafael Bluteau define “casal” como sendo “uma casa, ou duas numa fazenda: ou casa de campo com terras de pão [...]”<sup>311</sup>. Para António de Moraes Silva “casal” era, de igual modo, a “casa de campo, e grangearia; lugarejo de poucas casas”<sup>312</sup>. Autores mais contemporâneos e ligados ao estudo da exploração da terra dão um sentido diferente e mais abrangente ao conceito. Margarida Sobral Neto afirma que o “casal”, no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, era essencialmente uma unidade de cobrança de rendas<sup>313</sup>. Segunda a autora, esta terminologia servia apenas de orientação aos foreiros que agricultavam as terras que dele faziam parte para que soubessem a quem deviam pagar o foro<sup>314</sup>. A. H. de Oliveira Marques confina o casal do norte de Portugal às “parcelas de campo, prado e vinha, distintas ou coexistentes na mesma terra com bouças”<sup>315</sup>. No entanto, para Margarida Durães, casal é uma unidade agrícola completa, visto que “era constituído pelas diferentes partes que a deviam integrar (habitação e edifícios de apoio, parcelas de serventia e cultura de primores, parcelas aráveis e parcelas não

---

<sup>310</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, ct. C-3-4-15, 1796.

<sup>311</sup> Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, pp. 175-176.

<sup>312</sup> António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 355.

<sup>313</sup> Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito. Região de Coimbra (1700-1834)*, Viseu, Palimage Editores, 1997, p. 46.

<sup>314</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>315</sup> A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal*, 3.ª ed., Lisboa, Cosmos, 1978, p. 106.



aráveis), ocupando cada uma delas uma proporção que permitia o seu equilíbrio e a sua rentabilidade”<sup>316</sup>.

Partindo dos inventários orfanológicos, o conceito de “casal” no Baixo Minho vai de encontro à aceção de Margarida Durães. Vejamos alguns exemplos:

“o casal da Lousa de que se compõe de casa de sobrado com varanda e escada de pedra, cozinha térrea, cortes, palheiro, eira, quinteiro com o seu portal fronho, terras lavradas e de mato com árvores de fruto”<sup>317</sup>.

“um casal composto por casa térrea, cozinha térrea, cortes, quinteiro com seu portal fronho, palheiro, eira, tudo circuitado sobre si por paredes; duas leiras lavradas, uma leira lavradia e de mato, uma bouça de mato com carvalhos tapada, duas leiras lavradas e de mato, metade da leira das Segas, uma leira lavradia, um bico de paul com algumas uveiras, uma horta, sete leiras lavradia, uma leira lavradia e de mato, seis leiras lavradas, um bico de mato, metade de uma leira de mato, uma leira lavradia, um bico de paúlo com uveiras, uma leira lavradia; tudo é de natureza de prazo de vidas, avaliado livre de encargos em 181.700 reis”<sup>318</sup>.

“o casal que se compõe de casas, campos e soutos , devesas, montados e mais logradouros, tudo sito no lugar de Bargias de Ferreiras na freguesia de Santa Maria do Souto de Sobradelo deste termo”<sup>319</sup>.

“o casal que se compõe pelo campo da cruz, o campo da [sic], a leira das tábuas, o campo de trás, o moinho, o campo do lameiro, o campo de trás da Adega, o campo de Paredes e Cortinha, casas, rexios, hortas, eidos, tudo com suas pertenças, a mata da Boucinha, o mato da Lapa, a leira de mato, os carvalhos de fora de atrás do moinho, cinco pés de carvalhos nas Barrocas e o moinho com todas as suas pertenças que é prazo de vidas ao Mosteiro de Fontarcada”<sup>320</sup>.

---

<sup>316</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 153.

<sup>317</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3582, 1762.

<sup>318</sup> *Idem*, ct. 3826, 1781.

<sup>319</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, ct. C-3-5-134, 1806.

<sup>320</sup> ADB, “Judicial Antigo”, ct. 2829, 1801.

Como se observa, nos três concelhos o “casal” compreende a estrutura habitacional e fundiária e ainda os meios de transformação. O conjunto transformava-o numa unidade de exploração completa. Nos três concelhos foram inventariados 142 casais (39 no concelho de Barcelos, 66 no concelho de Guimarães e 37 no concelho da Póvoa de Lanhoso). No entanto, apenas 40% do total surgem com a designação de “casal” na fonte documental. Nos restantes 60% a composição da unidade faz transparecer que se tratava de um “casal” porque para além de pertencer ao mesmo senhorio e com o mesmo contrato de exploração, era constituído por uma estrutura habitacional, terras de cultivo, terras de mato e árvores. Muito embora não tenhamos dados relativos à área das parcelas que compunham cada casal ou à sua área total, o número de parcelas que o constituíam foi muito variado. Na nossa amostra temos casais com uma única parcela, a casais com meia centena de parcelas. No primeiro caso, a parcela inventariada foi denominada nos inventários de prazo ou de propriedade. Estas parcelas foram consideradas casais, visto que na sua descrição constavam todos os elementos do casal.

Importa novamente precisar o que se entendia por prazo e propriedade. No que se refere ao primeiro, os dicionários da época tendem a associar o referido termo à concessão do domínio útil de uma parcela ou de um conjunto de parcelas pertencente ao do domínio direto. Rafael Bluteau define o termo como sendo uma “propriedade de raiz, que dá qualquer senhor della a alguma pessoa, ou em vidas, ou em fatiosim, impondo-lhe certa pensão anual”<sup>321</sup>. António de Moraes Silva, segue a mesma linha que Bluteau: “Propriedade de raiz, de que o dono concede a outrem o senhorio útil, por vida, ou vidas, ou em fatiosim, impondo-lhe certa pensão, que se lhe paga em conhecimento do senhorio directo anualmente”<sup>322</sup>. Constituem assim bens de raiz que estão sob um contrato de exploração de enfiteuse, seja por vidas ou perpétuo, sobre o qual se deva pagar uma pensão. No entanto, em nenhum dos casos houve referência ao prazo enquanto “casal” ou subunidade do “casal”. Muito embora, como sublinha Margarida Durães, um prazo “raramente compreende todos os elementos do casal, encontrando-se este dividido em vários prazos e explorado por vários foreiros”, casos houve em que, na nossa perspetiva alguns prazos coincidam com o “casal”<sup>323</sup>. Exemplifiquemos: no inventário de Manuel Fernandes de Oliveira foi inventariado um prazo foreiro ao Convento dos Loios da cidade de Porto, constituído pelas seguintes propriedades:

---

<sup>321</sup> Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IV, 1712-1728, p. 676.

<sup>322</sup> António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 485.

<sup>323</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 160.

“Uma morada de casas térreas, cozinha térrea, quinteiro, alpendre, coberto, eira, terra de horta, árvores de fruto, leira da horta com uveiras de vinho, seis leiras lavradas com uveiras, um tranco de terra lavradia com uveiras, uma leirinha lavradia, dois campos lavrados com uveiras e uma bouça do pinhal das almas de mato e pinheiros”<sup>324</sup>.

Um outro exemplo no concelho de Guimarães corrobora a mesma situação. A inventariada Maria Josefa declarou que o prazo respetivo era composto por:

“Um assento de casas torres e térreas e casas que servem de cortes de gado e palheiros, tudo coberto de telha e colmo com seu eirado e eira fechado por um portal fronho. E logo junto às casas, possuía uns campos, umas leiras, umas hortas e umas bouças de mato, tudo com árvores de vinho e de fruto e ainda um souto de castanheiros”<sup>325</sup>.

Assim sendo, o termo prazo pode por vezes referir-se a um “casal”. Não obstante, salvo algumas exceções, os prazos eram subunidades do “casal”, como já referimos.

O caso da propriedade é idêntico. Tal como no prazo, a propriedade podia deter o conjunto dos elementos que constituem um casal, muito embora a maioria das ocorrências corresponda, tal como nos prazos, a subunidades do casal.

Veja-se um exemplo. No inventário de Manuel Pereira, da freguesia de São Tiago de Ronfe foi inventariada uma propriedade com a seguinte descrição:

“(…) um campo tapado sobre si de parede que corre de norte a sul na freguesia de Pedome, com suas casas de sobrado e terreiras, lameiro, devesas, baldios e mais pertenças, foreiro à Comenda de Santa Cristina de Serzedelo”<sup>326</sup>.

Um outro exemplo se observa no inventário de Manuel José de Carvalho, no qual a inventariante Umbelina Maria Carvalho, sua mulher, declara que:

---

<sup>324</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 4062, 1810.

<sup>325</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-69, 1807.

<sup>326</sup> *Idem*, ct. C-2-2-25, 1805.

“À morte de seu marido possuía uma propriedade constituída por todas as casas e campos; as casas estão circuitadas de paredes dentro com suas pertenças e uma devesa e mais uma leira. Tudo é de prazo foreiro ao Conde Meirinho-mor”<sup>327</sup>.

Um último exemplo no concelho de Guimarães. No inventário de Maria Francisca de Oliveira, da freguesia de São Miguel de Creixomil, foi inventariada uma propriedade constituída por:

“Uma morada de casas de sobrado com suas loges e seus quartos com seus pátios, e escadas de pedra da parte sul, duas cozinhas térreas, um cortelho tudo telhado, um cortelho colmado com suas hortas, reixos e na horta um poço de limpeza com seu campo de terra lavradia com árvores de vinho, lenhas e algumas fruteiras, tudo tapado e murado pela parte da entrada sobre si. De natureza de prazo fateosim perpétuo, foreiro ao reguengo da Rainha Nossa Senhora”<sup>328</sup>.

Com este pequeno excursus pretendeu-se ressaltar que, embora algumas designações correspondam a subunidades de produção do “casal”, podiam ser em determinadas circunstâncias, uma unidade de produção completa, ou seja, um “casal”. Nota-se que neste período havia uma grande versatilidade dos termos e falta de precisão na sua utilização, e os louvados não fugiam à regra.

Voltando ao número de parcelas dos casais, a variação foi muito significativa como já referimos. Muito embora não possamos precisar a área dos casais, o número e a tipologia de parcelas que o constituem eram indicadores sobre o tamanho destas explorações. A maioria dos casais tinha mais de uma dezena de parcelas, destacando-se um ou outro “casal” com um número muito próximo da meia centena. Nestes, o número de leiras foi muito elevado. Veja-se um exemplo: no património do inventariado José Alves, da freguesia de Fragoso, fez parte do rol dos seus bens um “casal” que pertencia à Casa de Fervença, o qual foi inventariado sem designação. Este “casal” foi avaliado em 1.400.000 reis e era constituído por 31 parcelas, das quais 29 eram leiras, entre matos e terras lavradias. Para além das leiras, fazia parte do “casal” o assento, constituído por casas-torre, cozinha térrea, cortes e quinteiro com seu portal fronho, eira com seu coberto, um lagar de pedra e uma terra de paul com árvores de fruto. A juntar às

---

<sup>327</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 508, 1804.

<sup>328</sup> AMAP; “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-202, 1803.

leiras e ao assento, um campo, uma bouça e um conjunto de castanheiros, sobreiros e carvalhos. Importa sublinhar que o valor do campo destacou-se de forma significativa face às restantes parcelas: 280.000 reis, seguindo-se o assento (150.000 reis) e depois a bouça (60.000 reis)<sup>329</sup>.

Nos casais cuja descrição foi mais pormenorizada observou-se que a leira foi o tipo de parcela mais frequente. O campo, muito embora esteja sempre presente, tem uma frequência inferior por “casal”. De entre as parcelas fundiárias que o constituíam, o campo era a parcela mais cara, como se observou no exemplo apresentado. Hortas, bouças, pauis, devesas não faltavam nos casais. As casas eram também fundamentais já que não havia “casal” sem elas, constituindo uma componente *sine qua non* para a sua existência. Havia-as de sobrado e térreas, como se sabe; relativamente às casas-torre, embora haja um ou outro caso, a sua frequência foi muito parca nos três concelhos.

O valor dos casais foi, tal como o número de parcelas, muito diversificado. Nas nossas amostras encontramos casais cujo valor não ultrapassou as duas centenas de milhar de reis. Não obstante, não era por isso que deixava de ser casal. No entanto, percebe-se que em alguns casos o foreiro aumentou a área de exploração do casal por junção de parcelas de outros senhorios, possivelmente terras contíguas. Esta tendência não se cingiu aos casais com menor número de parcelas, também a encontramos em casais de maior importância. A junção ou não de parcelas de outros senhorios dependia sobretudo da capacidade de trabalho, mão-de-obra, gado e alfaias de que o foreiro dispunha, o que nem sempre era o caso. Exemplifiquemos: Manuel Francisco de Abreu, da freguesia de S. Martinho de Conde, era foreiro perpétuo do “casal” da Carreira de Cima, reguengo, avaliado pelos louvados em 1.247.100 reis<sup>330</sup>. Este “casal” era constituído pelas seguintes propriedades:

“(…) duas leiras da Agra com suas lenhas; a leira de Bisquis com suas árvores de vinho; o campo do Arco com suas árvores de vinho, lenha e castanhas; o souto de castanheiro e Carvalhas; a leira da Bagaceira com suas árvores de vinho e lenha; o campo da Serra com suas árvores de vinho e lenhas; a leira da Lameira com suas árvores de vinho; a leira do Outeirinho com suas árvores de vinho; o campo de dentro e adega com suas árvores de vinho, castanheiros, carvalhas, lenhas e pinheiros e o prédio e assento do casal: casa de sobrado com varanda, loja, lagar de pedra, tudo

---

<sup>329</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3776, 1778.

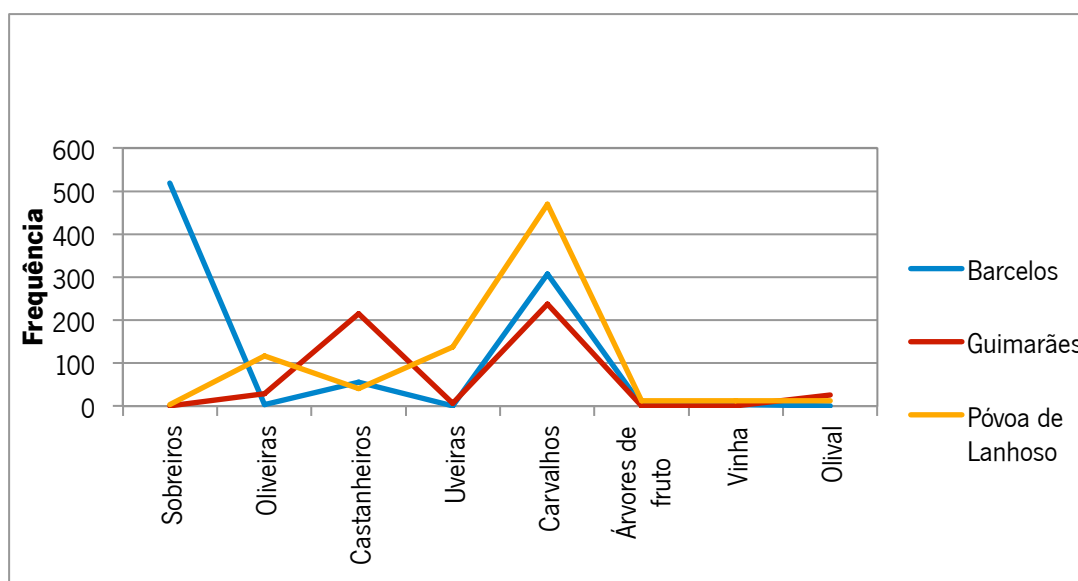
<sup>330</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-4-93, 1805.

telhado; cozinha térrea, cortes, barras, eido, hortas, rexios, eira, coberto, palheiro colmado, tudo com suas árvores de vinho, oliveiras e fruteiras”.

Deste “casal”, Manuel Francisco de Abreu pagava de foro anualmente seis alqueires de trigo, 40 alqueires de pão meado, um carro de palha triga, um carneiro, dois maços de linho, 300 reis em dinheiro e de primícia à Igreja, dois alqueires de pão meado, um almude de vinho e meio alqueire de milho. As obrigações foram avaliadas para sempre em 385.500rs. Para além do referido casal, o inventariado possuía ainda três campos, um lameiro e duas leiras, avaliados ao todo em 881.040 reis. As obrigações foram avaliadas para sempre em 478.800 reis. Estas propriedades assim como o “casal” pertenciam à Coroa e estavam cedidas perpetuamente. Manuel Francisco de Abreu para além das terras aforadas possuía um património relativamente significativo em semoventes (287.400 reis), constituído por três bácoros de criação, uma junta de bois vermelhos, três touros e 15 ovelhas. Estas cabeças de gado, nomeadamente no que diz respeito aos bovinos, animais essenciais ao amanho da terra, não parecem suficientes para a exploração destas terras, pelo que não se coloca de parte a possibilidade de algumas delas serem exploradas à jorna.

Para além dos bens fundiários, os inventários registam árvores de pequeno e médio porte uma vez que estas serviam, tal como as terras não aráveis ou incultas, de complemento à atividade agrícola.

**Gráfico 4** - Árvores nos casais inventariados (1750-1810)



**Amostra:** Total de árvores: 2209.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”

No gráfico 4 observa-se a supremacia de algumas árvores, nomeadamente o sobreiro nos inventários do concelho de Barcelos e no concelho da Póvoa de Lanhoso, o carvalho. Neste período existia produção de sobreiros no concelho de Barcelos, talvez para a produção de cortiça e fabrico de rolhas, devido à elevada inventariação de pés de sobreiros na maioria dos inventários deste concelho. Destaca-se neste feito o inventário de Joana Maria, viúva, da freguesia de Cristelo, que inventariou 171 unidades, havendo muitos outros casos em que os sobreiros se cifram em várias dezenas<sup>331</sup>.

O concelho de Póvoa de Lanhoso destacou-se de forma significativa na inventariação de carvalhos. A sua produção, para além de ser muito importante na produção de madeiras nobres, para o fabrico de mobiliário de valor elevado, era também importante na alimentação dos suínos. No concelho de Guimarães, o carvalho foi também a árvore mais inventariada. A acrescentar à produção de mobiliário e alimentação dos suínos a indústria dos couros não dispensava o uso da casca de carvalho no processo de curtição<sup>332</sup>. Ainda neste concelho, destacou-se a produção de castanheiros; a castanha fazia parte da dieta alimentar.

<sup>331</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3967, 1790.

<sup>332</sup> Guimarães destacava-se e continua a destacar-se a nível nacional na forte tradição da curtimenta de couros e de cutilarias. Orlando Ribeiro, “As regiões geográficas”, in Orlando Ribeiro, Hermann (eds.), Suzanne Daveau (org.), *Geografia de Portugal*, vol. IV - A vida económica e social, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1991, pp. 1246.

A oliveira, embora de forma ténue, fez parte da paisagem dos três concelhos. Separamos as oliveiras do olival, assim como as uveiras da vinha, porque não deixam de ser coisas distintas. O nome coletivo, olival e vinha, pressupõe uma produção intensiva voltada para o mercado.

Importa referir que muito embora as uveiras não estejam muito representadas nos três concelhos, a verdade é que os louvados declaram de forma implícita que não havia leira em parte alguma que não tivesse as suas uveiras e árvores de fruto. Todavia, quer umas quer outras não foram aqui quantificadas, devido à ausência de dados objetivos. Não obstante, é sabido que a produção vinícola nos três concelhos foi muito importante para economia familiar e local<sup>333</sup>.

## **2. A PECUÁRIA NOS INVENTÁRIOS ORFANOLÓGICOS**

A economia familiar do Baixo Minho dependia essencialmente da agricultura, mas nem por isso o gado deixava de ser essencial com destaque para as juntas de bois que carregavam o arado vessadoiro<sup>334</sup>. Por essa razão, os animais, de maior ou menor porte constituíram um elemento importante na maioria dos patrimónios dos inventariados do Baixo Minho. Para além da pecuária, observa-se também a presença da apicultura em alguns agregados domésticos.

Vejamos:

---

<sup>333</sup> José Augusto Vieira, *O Minho pitoresco*, vols. I-II, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1886, pp. 183-184, 645; vol. II, 1887, p. 520. Em Barcelos, a vinha não teve grande expressão como cultura orientada para o mercado, como sublinha José Viriato Capela. Não obstante, também neste concelho era tradição a produção do vinho “enforcado”, tal como em Guimarães. José Viriato Capela, João A. Nunes, “O concelho de Barcelos no Antigo Regime à Primeira República – Fontes para o seu estudo”. Separata *Barcellos-revista*, 1983, p. 19.

<sup>334</sup> Arado vessadoiro – arado grande, puxado por duas ou três juntas de bois e transportado por uma carreta com sega, que era também usada para arar. Este arado era uma espécie de sega individualizada e era utilizado, sobretudo, para a sementeira do milho. Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *ob. cit.*, 1995, pp. 28, 185.



**Tabela 2** - Frequência e tipologia de semoventes nos inventários orfanológicos (1750-1810)

	<b>Barcelos</b>		<b>Guimarães</b>		<b>Póvoa de Lanhoso</b>		<b>Total</b>
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
<b>Aves</b>	0	0,0%	10	66,7	5	33,3%	15
<b>Caprinos</b>	157	20,7%	154	20,3%	447	59,0%	758
<b>Ovino</b>	402	36,6%	333	30,4%	362	33,0%	1097
<b>Suínos</b>	109	21,1%	172	33,3%	235	45,5%	516
<b>Bovinos</b>	228	30,4%	238	31,7%	285	37,9%	751
<b>Cavalar</b>	3	12,0%	11	44,0%	11	44,0%	25
<b>Muar</b>	11	19,0%	10	17,2%	37	63,8%	58
<b>Apicultura</b>	208	57,5%	27	7,5%	127	35,1%	362

**Amostra:** Total das ocorrências: 3582.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Na tabela 2 observa-se em primeiro lugar que nos três concelhos a criação de gado ovino foi bastante superior face às demais espécies. Alguns inventariados possuíam grandes rebanhos de ovelhas, de que é exemplo o inventário de João Manuel da Silva, lavrador da freguesia de São Martinho de Ferreiros, que possuía 30 ovelhas, avaliadas em 6.000 reis<sup>335</sup>. Um outro exemplo, Manuel Pereira, lavrador da freguesia de São Tiago de Ronfe, que possuía 40 ovelhas, avaliadas em 8.000 reis<sup>336</sup>.

A criação ovina fez-se sentir de forma similar nos três concelhos, mas surgem algumas diferenças no que toca ao gado caprino, que predomina no concelho da Póvoa de Lanhoso, destacando-se na amostra o inventariado Manuel José de Carvalho, da freguesia de Santo Estevão de Geraz, com um rebanho de 50 cabras, avaliadas em 10.000 reis<sup>337</sup>. Contudo, não podemos afirmar que a pastorícia foi uma atividade muito desenvolvida nesta região. No

<sup>335</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 284, 1808.

<sup>336</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-2-2-25, 1806.

<sup>337</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 508, 1805.

universo da amostra (600) apenas 15% dos inventários registaram ovinos e caprinos; sublinhe-se que nestes o gado bovino, o cavalar e o muar, foram pouco significativos<sup>338</sup>.

Observa-se de igual modo que a produção de aves não teve expressão. Todavia, parece-nos que a sua ausência nos inventários orfanológicos se encontra associada aos contratos de emprazamento, uma vez que os galináceos eram geralmente utilizados no pagamento de rendas. No concelho da Póvoa de Lanhoso a criação de gado bovino, caprino, suíno ou cavalar, foi ligeiramente superior aos outros dois concelhos da amostra. Apesar de alguns autores referirem o concelho de Barcelos como um importante centro de criação e engorda de gado bovino, os inventários orfanológicos não corroboram esta tendência<sup>339</sup>. A decadência a partir de meados do século XIX desta produção, de que nos fala José Augusto Vieira, talvez tivesse o seu começo não no período referido mas no século precedente<sup>340</sup>. Todavia, o gado bovino segue-se em frequência ao gado caprino nos três concelhos. A este respeito, importa referir que a forma de inventariação do gado não foi totalmente uniforme. Exemplifiquemos: no concelho de Barcelos 93,1% do gado foi inventariado à unidade e 6,9% aos pares, isto é, por “junta de bois”. Em Guimarães e Póvoa de Lanhoso ocorreu o inverso: temos 89% de “juntas de bois” em Guimarães e 82% no concelho da Póvoa de Lanhoso. Presumimos que a tendência verificada nos inventários do concelho de Barcelos estará relacionada essencialmente com o predomínio da pequena propriedade. Como salientam Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, e Benjamim Pereira, “os seareiros ou pequenos lavradores que não possuem parelhas ou juntas de gado, muar ou bovino, usam pequenos arados puxados por um só animal, resolvendo desse modo o problema da pequena exploração de pequenos tractos de terras”<sup>341</sup>.

No que toca à apicultura, muito embora tenhamos um número relativamente significativo de cortiços (362), sobretudo no concelho de Barcelos (208), os seus proprietários reduzem-se a pouco mais de meia dúzia. De entre eles, destaca-se a inventariada Rosa Gomes, da freguesia de Cristelo, com 97 cortiços de abelhas, avaliados em 23.500 reis. Rosa Gomes e seu marido eram lavradores de médio/alto trato: para além dos cortiços possuíam uma égua, uma mula, dois bois de jugo, duas vacas, uma toura e dois porcos de criação. Neste concelho outros apicultores de relevo podem ser referidos, nomeadamente o inventariado Domingos

---

<sup>338</sup> Sobre os semoventes dos inventariados veja-se a tabela 10 do apêndice.

<sup>339</sup> José Augusto Vieira, *ob. cit.*, vol. II, 1887, p. 183.

<sup>340</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>341</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *ob. cit.*, 1995, p. 197.

Gomes, da freguesia de Pereira, com 28 cortiços, avaliados em 12.800 reis<sup>342</sup>; e António José Nunes, inventariado da freguesia de São Tiago de Vila Seca, com 25 cortiços avaliados em 15.000 reis<sup>343</sup>. Os restantes agregados raramente alcançaram uma dezena de cortiços.

A carne de porco fazia parte da dieta alimentar da população minhota. O porco depois da “engorda”, designado nos inventários de “seba” ou “sebado”, estava pronto para a matança. Submetida ao processo da salga, a carne de porco era conservada nas salgadeiras e, nos momentos de festa, não faltava à mesa. A criação suína desenvolvida pelas famílias minhotas talvez não visasse apenas o consumo próprio; criava-se para vender de modo a aligeirar as dificuldades económicas com que os camponeses se deparavam. Nas famílias mais desafogadas, o dinheiro da venda destes animais poderia ter como destino a compra de um pedaço de terra, alfaias ou bens de ostentação, nomeadamente ouro.

Vejamos o valor médio de cada animal tendo em conta a documentação:

---

<sup>342</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3515, 1755.

<sup>343</sup> *Idem*, ct. 4137, 1799.

**Tabela 3** - Valor pecuniário dos semoventes nos inventários orfanológicos (1750 -1810)

	<b>Barcelos</b>		<b>Guimarães</b>		<b>Póvoa de Lanhoso</b>		Total
	Qt.	Valor médio (rs)	Qt.	Valor médio (rs)	Qt.	Valor médio (rs)	
<b>Galináceo</b>	0	0	10	124	2	160	12
<b>Peru</b>	0	0	0	0	3	2.000	3
<b>Cabra</b>	159	178	154	140	447	239	760
<b>Ovelha</b>	400	230	333	194	362	240	1095
<b>Porca</b>	19	4.308	28	5.218	48	2.915	95
<b>Porco</b>	22	4.364	32	2.709	60	2.950	114
<b>Seva</b>	7	7.786	11	8.600	2	7.200	20
<b>Sevado</b>	11	4.309	15	5.171	32	2.553	58
<b>Bácoro</b>	50	1.748	86	2.094	93	1.757	229
<b>Bois de jugo</b>	135	15.187	14	17.657	25	15.952	174
<b>Junta de bois</b>	10	18.740	116	28.420	114	21.799	240
<b>Junta de touros</b>	0	0	50	12.218	78	13.256	128
<b>Touro</b>	25	7.267	12	8.050	37	5.370	74
<b>Vaca</b>	32	6.395	41	12.778	30	6.300	103
<b>Vaca c/ cria</b>	25	8.980	2	6.500	0	0	27
<b>Bezerro</b>	1	1.800	3	5.333	1	2.000	5
<b>Égua</b>	3	11.333	11	11.055	11	9.509	25
<b>Mula</b>	4	14.250	3	31.200	16	22.044	23
<b>Jumenta</b>	7	3.243	7	4.486	21	2.919	35
<b>Cortiços</b>	208	440	27	795	127	586	362

**Amostra:** Total das ocorrências: 3582.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

A tabela 3 permite conhecer o valor médio de cada animal neste período nos três concelhos. Servindo-nos dos dados que José Augusto Vieira apresenta para os concelhos em análise, verificámos que não houve grandes alterações no preço desde a segunda metade do século XVIII a finais do século XIX. Muito embora os preços das nossas amostras tenham origem

nas avaliações dos louvados, parece-nos, tendo em conta os dados apresentados por José Augusto Vieira, que estes se regulavam pelos preços de mercado, pelo menos no que concerne aos semoventes<sup>344</sup>.

Importa referir que, o valor das juntas de bois variou significativamente, balizando-se o seu valor entre os 18.000 e os 70.000 reis, valores muito elevados quando comparados com a própria propriedade. O pequeno camponês, com uma, duas ou três leiras para cultivar não carecia de animais desta qualidade; um boi, quando muito, colmatava as suas necessidades. Contudo, um lavrador com estruturas fundiárias de “grande” dimensão não podia dispensar a presença de gado bovino.

A proporção de semoventes no total dos patrimónios foi relativamente diferente nos três concelhos.

**Tabela 4** - Proporção de semoventes nos patrimónios dos inventariados (1750-1810)

%	Frequência de inventários		
	Barcelos	Guimarães	Póvoa de Lanhoso
<b>[0,1-10]</b>	50	66	79
<b>]10-20]</b>	23	15	13
<b>]20-30]</b>	13	5	7
<b>]30-40]</b>	12	9	6
<b>]40-50]</b>	6	4	1
<b>]50-60]</b>	2	4	3
<b>]60-70]</b>	1	5	0
<b>]70-80]</b>	0	2	0
<b>]80-90]</b>	0	1	0
<b>]90-100]</b>	2	0	1

**Amostra:** Total dos casos observados com semoventes: 330/600 (55%).

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

<sup>344</sup> José Augusto Vieira, *ob. cit.*, vol. I, 1886, pp. 183-185, 645; *idem*, vol. II, p. 520.

O valor dos semoventes no conjunto do património foi em alguns casos muito significativo (cf. tabela 10, em apêndice) uma vez que o valor dos animais de grande porte era muito elevado; no entanto, a proporção do gado nos patrimónios com valor significativo em bens de raiz foi diminuta. Como sublinha Maria Manuela Rocha, não significa que o lavrador abastado não tivesse um número significativo em cabeças de gado, a proporção dos seus bens de raiz é que era significativamente superior<sup>345</sup>. Exemplifiquemos: João Carvalho de Araújo, lavrador, da freguesia de São Martinho de Águas Santas, possuía um património avaliado em 1.807.771 reis. O gado, constituído por duas juntas de bois e duas juntas de touras, ocupa 14,2% do total da fortuna, enquanto os bens de raiz ocupam 65,9%. No entanto, o valor dos semoventes foi de 287.400 reis, uma quantia substancial<sup>346</sup>.

Na tabela 4 observa-se que nos três concelhos a maioria dos semoventes representava entre 0,1 a 10% do total do património dos agregados domésticos. Destes fazem parte, patrimónios que não alcançaram os 50.000 reis e patrimónios com valores superiores a um conto de reis. Todavia, constatamos que a percentagem dos semoventes nos patrimónios de valor mais elevado se situou geralmente entre 5 e os 10%. No grupo dos 10 a 20% ainda encontramos patrimónios avultados, mas, a partir deste valor, à medida que a percentagem aumenta, menor era o valor total dos patrimónios. Não se verificaram diferenças significativas entre os três concelhos, embora no concelho da Póvoa de Lanhoso a proporção de semoventes seja, em geral, inferior à dos restantes concelhos. Como temos vindo a constatar, não significa que estes inventários tivessem menos animais, mas sim que, na generalidade, o valor total dos patrimónios foi mais elevado, pelo que o peso relativo dos semoventes se dilui.

### **3. EXPLORAÇÃO DA PROPRIEDADE NO BAIXO MINHO**

Nos nossos inventários, a exploração da terra estava geralmente associada ao tipo de exploração indireta. A Coroa e os grandes senhores laicos e eclesiásticos cediam as suas terras e outros bens (casas, árvores e meios de transformação) através de contratos de exploração temporários ou perpétuos.

---

<sup>345</sup> Maria Manuela Rocha, *Propriedade e níveis de riqueza. Forma de estruturação social em Monsaraz na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1994, p. 132.

<sup>346</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 16, 1808.

Ao longo da história do Direito Português, *enfiteuse*, *emprazamento*, *aforamento*, *prazo* ou *foro* designaram um mesmo instituto jurídico<sup>347</sup>.

A *enfiteuse* deve a sua origem aos romanos, para os quais os fundos públicos eram *vectigales* (tributários) ou *non vectigales* (não tributários)<sup>348</sup>. Os primeiros eram ordinariamente dados de forma perpétua sob a condição de se pagar um tributo, ou seja, uma pensão ou *ónus real*; os *non vectigales* eram dados apenas por arrendamento simples e um preço de aluguer<sup>349</sup>. Tal como nos tributos não se transferia nem o domínio nem o direito real dos primeiros. Julga-se que no Império de Constantino, os *vectigales* passaram, por influência dos gregos, a chamar-se *emphyteuticar*<sup>350</sup>.

Apesar das incertezas quanto à cronologia de implantação da enfiteuse em Portugal, admite-se, como refere Manuel de Almeida e Sousa de Lobão, que já em meados do século X houvesse prazos, os quais foram designados de *Encomunhas* ou *Incomunhas*<sup>351</sup>. Cláudia Ramos no seu estudo sobre o Mosteiro da Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira de Guimarães para o período de 950-1250, dá conta de alguns contratos de designação análoga, *incomuniação*<sup>352</sup>. Não obstante, a enfiteuse começou a ser praticada entre nós sobretudo na Dinastia de Avis, concretamente no reinado de D. João I<sup>353</sup>. Neste período o aforamento foi fundamental para atrair e fixar as populações. Os colonos ao receberem os aforamentos vitalícios ou perpétuos, criavam vínculos com a terra e procuravam com afincos “desbravar terrenos incultos e a efectuar as benfeitorias indispensáveis para os pôr a produzir”<sup>354</sup>.

Os senhores laicos e eclesiásticos também se apoiaram na enfiteuse para valorizar e obter rendimentos das suas terras. O património senhorial era, sobretudo, constituído pelos direitos que recaíam sobre as terras e as casas cedidas em regime de emprazamento de vidas, através dos quais o senhor recebia anualmente durante o período de vigência do prazo, uma

---

<sup>347</sup> Mário Júlio de Almeida Costa, “Enfiteuse”, in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Figueirinhas, 1992, p. 379.

<sup>348</sup> José de Mello Freire, “Instituições de Direito Civil Português”. *Boletim de Ministério da Justiça*, n.º 163, fevereiro, s/d., p. 99.

<sup>349</sup> *Idem*, p. 100.

<sup>350</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>351</sup> Manuel de Almeida e Sousa de Lobão, *Appendice diplomatique-historique ao Tractado Emphyteutico*, Lisboa, Imprensa Regia, 1814a, p. 2. *Encomunhas* – foro ou pensão que se paga pelo prazo. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 685.

<sup>352</sup> Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos, *O mosteiro e a colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, vol. I, Tese de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, p. 41.

<sup>353</sup> José de Mello Freire, *ob. cit.*, s/d., p. 100.

<sup>354</sup> Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, “Foreiro”, in Nuno Luís Madureira (coord.), Conceição A. Martins, Nuno Gonçalo Freitas Monteiro (org.), *História do trabalho e das ocupações. A agricultura: dicionário das ocupações*, vol. III, Oeiras, Celta, 2002a, p. 53.

quantia em dinheiro e/ou em géneros a título de foro, em reconhecimento do domínio direto desses bens. Para além do foro, sempre que esses bens fossem postos à venda, recebia uma quantia a título de laudémio.

Através da exploração vitalícia ou perpétua, a propriedade era dividida entre dois senhores: o senhor do domínio direto e o senhor do domínio útil. O primeiro era o senhor da terra e o segundo senhor do usufruto. A enfiteuse é de forma sumária um “contrato bilateral e comutativo, de que ambos os contratante tiram recíprocas vantagens: o foreiro aceita o terreno para cultivar, e exercer sua indústria; e o senhorio assegura a recepção de uma prestação anual, do laudémio, e dos outros interessados, que não receberia sem a cultura”<sup>355</sup>. Ambas as partes cedem para receber: o senhorio cede a terra em troca de um pagamento em dinheiro ou em géneros. Ao mesmo tempo que recebe a renda, evita que as suas terras fiquem abandonadas e consequentemente desvalorizadas, sobretudo as que se encontram mais distantes da sua residência. Em contrapartida, o foreiro, mesmo tratando-se de terras aforadas, para além de dispor de terra que garantia a subsistência da sua família, adquiria prestígio e honorabilidade na hierarquia social.

As primeiras leis sobre contratos de exploração encontramo-las nas *Ordenações Afonsinas*, onde apenas se regula a nomeação e sucessão dos prazos e se estabelecem os direitos de opção e comisso. Estas disposições passaram para as *Ordenações Manuelinas* e posteriormente para as *Ordenações Filipinas*. Será no reinado de D. José I que a enfiteuse irá sofrer alterações de relevância. O Marquês de Pombal promulgou algumas leis que beneficiaram em muito as condições dos foreiros vitalícios, nomeadamente: o Alvará de lei de 3 de Novembro de 1757, relativo aos arrendamentos por dez ou mais anos, estabelecia a transferência do domínio útil, para sempre ou em três vidas para os locatários<sup>356</sup>; a Carta da Lei de 4 de julho de 1768, declarada por Alvará de 12 de Maio de 1769, que impedia a consolidação do domínio direto com o útil dos prazos das igrejas, ordens, mosteiros e de todas as corporações de mão-morta e proibia o aumento do foro e do laudémio na renovação do prazo<sup>357</sup>; a Carta de Lei de 9 de Setembro de 1769, que aprova nos §§ 25.º e 26.º o direito de renovação pela chamada equidade bartolina, permitindo unicamente na falta de parentes do último foreiro até ao 4º grau; e garantiu que prazos vitalícios cujo valor tivesse sido acrescido pelas benfeitorias neles

---

<sup>355</sup> M. A. Coelho da Rocha, *ob. cit.*, 1917, p. 416.

<sup>356</sup> *Alvará de lei de 3 de Novembro de 1757*, Aditamento ao Liv. III das *Ordenações Filipinas*, p. 725. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/I3pa725.htm>, consultado a 31 de agosto de 2012.

<sup>357</sup> Mário Júlio de Almeida Costa, *ob. cit.*, 1992, p. 382.



efetuadas, seriam renovados <sup>358</sup>; a Carta de Lei de 20 de Junho de 1774, § 38, que limitava a hipoteca legal por parte do senhorio na execução dos foros em dívida<sup>359</sup>; e, finalmente, a Carta de Lei de 4 de Julho de 1776, que determinou que os empraçamentos futuros fossem regulados não pelas regras da enfiteuse mas pelas normas de locação<sup>360</sup>.

Marquês de Pombal promulgou um conjunto de leis a fim de pôr termo ou atenuar os abusos por parte dos senhorios laicos e sobretudo eclesiásticos em matéria de empraçamento. Todavia, continuaram a existir diferenças significativas entre o detentor do domínio direto e do domínio útil. O foreiro podia incorrer numa ação de comisso por parte do senhorio por falta de pagamento do foro e por não respeitar o direito de opção. Relativamente ao primeiro caso, o prazo de incumprimento variava segundo a natureza do senhorio: nos empraçamentos eclesiásticos o prazo de incumprimento era de dois anos, nos laicos ou da Coroa era de três anos<sup>361</sup>. Findos estes prazos, o senhorio gozava do direito de romper a relação contratual e ficar na posse do domínio pleno (direto e útil)<sup>362</sup>. O mesmo sucedia se não fosse dado ao senhorio conhecimento e direito de preferência na venda ou alienação do domínio útil por parte do foreiro<sup>363</sup>. Estas cláusulas faziam parte dos princípios gerais da enfiteuse.

Os empraçamentos que encontramos nos inventários orfanológicos e testamentos permitem traçar o modo como a enfiteuse foi posta em prática nos três concelhos: Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso.

A propriedade plena, que pertencia aos antigos senhores, decompôs-se entre o domínio direto e o domínio útil. O senhor do domínio direto gozava de direitos sobre o senhor do domínio útil quanto ao foro e pensão, laudêmio, lutuosa e outros. O senhor do domínio útil tinha o direito de explorar o bem de forma temporária ou perpétua. No Antigo Regime português, tal como em Galiza, na propriedade agrária “se define por la conjuncion de vários derechos reales, que

---

<sup>358</sup> Equidade Bartolina – designação atribuída à opinião do jurisconsulto Bartholo, que segundo o mesmo os senhorios seriam obrigados a “renovar o aforamento em vidas ao herdeiro da ultima, ainda que na investidura se achasse clausula em contrário”. Alfredo de Morais Almeida, *ob. cit.*, 1898, p. 41.

<sup>359</sup> *Carta de Lei de 20 de Junho de 1774*, § 38, Aditamento ao Liv. III das *Ordenações Filipinas*, pp. 735-36. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/l3pa736.htm>, consultado a 31 de agosto de 2012.

<sup>360</sup> Alfredo de Morais Almeida, *ob. cit.*, 1898, p. 41.

<sup>361</sup> *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino do Portugal*, Cândido Mendes de Almeida (ed.), 14.ª ed., Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Filomático, 1870, Liv. IV, Tit. XXXIX, pp. 819-820 (doravante *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino do Portugal*).

<sup>362</sup> *Idem*, p. 820.

<sup>363</sup> *Idem, ibidem*.

admiten subordinación, sobre um mesmo prédio rústico”<sup>364</sup>. Porém, ambos os senhores eram proprietários.

No Baixo Minho, a enfiteuse foi o tipo de exploração mais utilizado, quer através de contratos temporários como perpétuos. Os primeiros, designados de emprazamento por vidas ou de nomeação, efetuaram-se com mais frequência. Nos inventários orfanológicos uma percentagem significativa de bens emprazados foram designados de prazos de vidas, não especificando a verdadeira duração, se uma, duas, três ou quatro vidas. Os testadores eram mais precisos; declaravam de quantas vidas era o prazo e em que vida se encontrava. A maioria dos prazos testados era de três vidas. Estudos feitos nesta região mostram que esta foi a tendência nesta região, pelo que estamos em crer que os prazos de vida dos nossos inventariados se inscrevem nesta categoria. Nestes prazos, o contrato de emprazamento findava com a morte e falecimento da terceira vida, podendo ser renovado com aprovação do senhorio. No entanto, como já referimos, o *Alvará de 9 de Setembro de 1769*, foi fundamental ao considerar as benfeitorias como um dos princípios legais na renovação dos prazos.

Os prazos de vida dividiam-se em prazos de nomeação livre e de nomeação restrita. Nos primeiros, cada uma das vidas dispõe de liberdade para escolher ou nomear quem lhe sucede no prazo; a nomeação restrita, que se subdivide ainda em familiares puros e familiares mistos. Nos familiares puros, o foreiro era obrigado a nomear um familiar da geração da primeira vida; nos familiares mistos, na falta de filhos e descendentes o foreiro podia nomear livremente<sup>365</sup>. Nos inventários orfanológicos não dispomos de informação relativamente ao tipo de nomeação, se livre ou restrita, e dentro desta, se era de providência familiar pura ou mista. Nos testamentos, é clara a preferência dos testadores (95%) pela nomeação restrita de providência familiar pura. O filho primogénito era ordinariamente o herdeiro escolhido para suceder na casa. Por vezes, o testador nomeava o cônjuge, dando-lhe a liberdade de escolher entre os filhos do casal “aquele que melhor achar para lhe suceder nos bens de prazo”<sup>366</sup>.

Os aforamentos perpétuos, designados também de fateusim ou enfatiota, eram concedidos sem limitação de tempo, e foram menos frequentes que os prazos de vidas. A

---

<sup>364</sup> Ramón Villares, *La propiedad de la tierra en Galicia, 1500-1936*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1982, p. 12.

<sup>365</sup> José Homem Corrêa Telles, *ob. cit.*, 1851, p. 23.

<sup>366</sup> Sobre a sucessão hereditária dos prazos veja-se Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. II, 2000, pp. 315-402; *idem*, “Necessidades económicas e práticas jurídicas: problemas da transmissão das explorações agrícolas. Séculos XVIII-XIX”, *Revista Ler História*, Lisboa, n.º 29, 1995, pp. 67-88; *idem*, “Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota: o papel das herdeiras (sécs. XVIII-XIX)”. *Cadernos do Noroeste*, vol. 17 (1-2), Braga, 2002, pp. 125-144.

indivisibilidade do domínio útil era um dos princípios da enfiteuse, implicava que os prazos de vidas e perpétuos fossem transmitidos em herança de forma indivisa a um único herdeiro. Contudo, nos prazos perpétuos, o valor da estimação do prédio entrava na legítima dos co-herdeiros<sup>367</sup>.

Não obstante, casos houve em que os senhorios cediam a exploração da terra por períodos mais curtos. Os contratos de curta duração, muito embora fossem mais apreciados pelos senhorios, traziam-lhes vantagens mas também desvantagens. Se por um lado viam as suas rendas constantemente atualizadas pelas flutuações do mercado, por outro, o cultivo intensivo e agressivo por parte dos rendeiros podia conduzir ao esgotamento das terras. Além disso, os rendeiros não benfeitorizavam o bem arrendado, visto que não lhes era garantido nem aos próprios nem os descendentes o usufruto das benfeitorias. Para os camponeses, este tipo de contrato não era vantajoso, visto que estavam sujeitos à constante atualização das rendas e aos abusos dos senhorios nestas matérias<sup>368</sup>.

Para além dos contratos referidos, deparamo-nos no concelho da Póvoa de Lanhoso com uma designação um pouco atípica, “bens de herdade”. Estes bens aparecem ao longo de todo o nosso período cronológico (1750-1810) apenas no referido concelho; consistiam na maioria em parcelas de pequena dimensão, leiras, hortas e árvores. Os bens de herdade inventariados não pagavam foro, pensão ou quaisquer obrigações dominiais. Intentamos decodificar esta tipologia recorrendo às *Ordenações* e ao *Código Civil Português* e a estudiosos ligados à temática, nomeadamente Margarida Durães e Aurélio de Araújo Oliveira. Esta tipologia não é desconhecida para Aurélio de Araújo Oliveira. Na sua perspetiva são bens livres que pertenciam geralmente à fidalguia<sup>369</sup>. Alberto Sá, no seu estudo sobre o espaço e sociedade vimaranense no ano de 1498, dá conta de alguns bens de herdade na urbe: “casas e outras dependências, exidos, quintas, casais, eiras, fornos, poços, entre outros imóveis”<sup>370</sup>. Uma outra referência faz o mesmo autor relativamente a bens da Confraria de S. Domingos: “No caso concreto do Toural, a quase totalidade das casas eram bens de herdade da dita Confraria”<sup>371</sup>. Não é possível traçar com exatidão um padrão socioeconómico dos proprietários de bens de herdade, visto que, os referidos inventariados para além de possuírem patrimónios com valores

---

<sup>367</sup> Alfredo de Morais Almeida, *ob. cit.*, 1898, p. 45.

<sup>368</sup> Ana Maria S. A. Rodrigues, “A propriedade rural”, in Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (dirs.), João José Alves Dias (coord.), *Nova História de Portugal*, vol. V - Do Renascimento à Crise Dinástica, Lisboa, Presença, 1998, p. 92.

<sup>369</sup> Informação prestada a título pessoal, em conversa ocorrida em setembro de 2012.

<sup>370</sup> Alberto Sá, *Sinais da Guimarães urbana em 1498*, Tese de mestrado, Braga, Universidade do Minho, 2002, p. 13.

<sup>371</sup> *Idem*, p. 71.

desiguais, pertenciam a diferentes categorias sociais: camponeses e prestamistas. Os bens de raiz destes inventariados não eram apenas constituídos por bens de herdade mas, de igual modo, por bens de prazo e alodiais. Os bens de herdade eram de diversa tipologia, tal como aferiu Alberto Sá para Guimarães de quatrocentos. Destes faziam parte bens fundiários (bouças, leiras, campos entre outros), árvores (carvalhos, sobreiros, castanheiros, oliveiras e uveiras) e casas (térreas e sobretudo de sobrado). Devido à incapacidade de classificar os bens de herdade quanto ao tipo de exploração, procedemos apenas à sua quantificação. Para além dos bens de prazo de vidas ou perpétuo e dos bens de herdade, alguns inventariados possuíam bens alodiais ou livres, dos quais faziam parte também os bens designados na documentação de “bens dízimos a Deus”<sup>372</sup>.

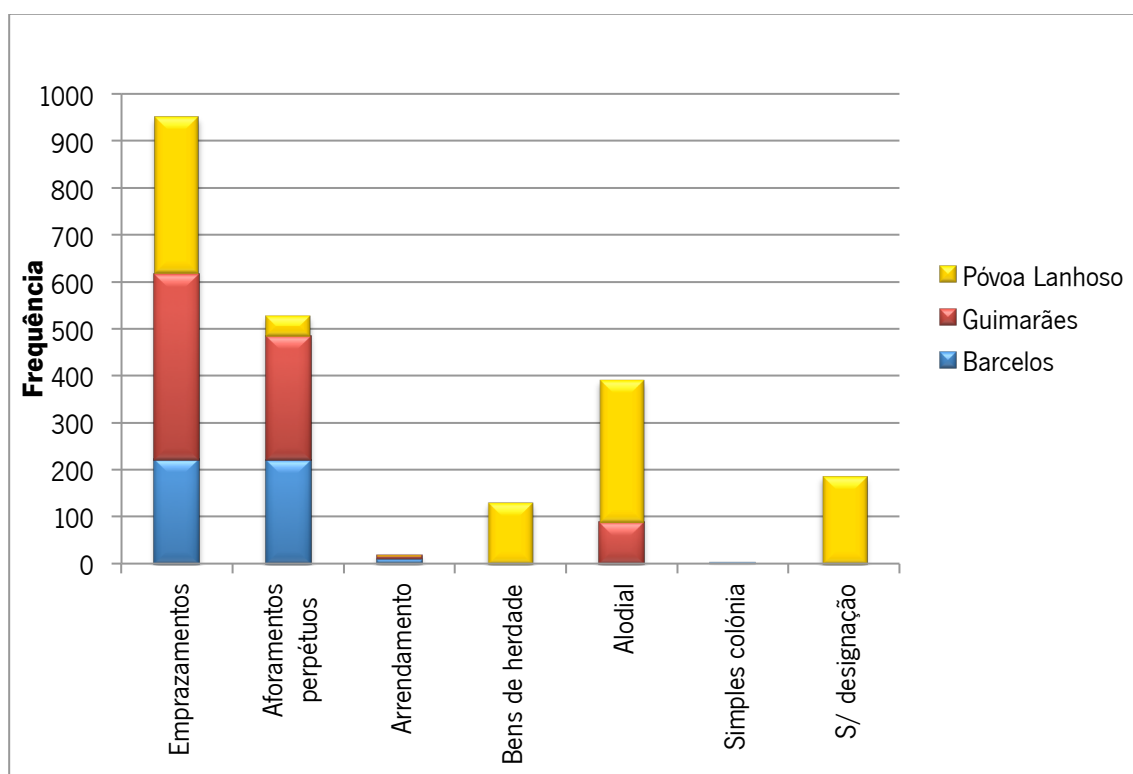
Neste período, poucos eram os proprietários que possuíam o domínio pleno. Nem mesmo os grandes senhores laicos, eclesiásticos e Coroa tinham em mãos o domínio pleno das suas propriedades; arrendar ou emprazar trazia mais benefícios que explorar diretamente a terra. Deste modo, no Baixo Minho, como no resto do Reino, a propriedade estava dividida entre os que possuíam o domínio direto e entre os que possuíam o domínio útil. Apesar de predominar o contrato bilateral, seja a modo de vidas ou perpétuo, nota-se que alguns camponeses eram proprietários plenos. A terra para o camponês, tal como para o senhorio, independentemente do tipo de exploração, continuava a ser símbolo de poder e de distinção. O valor médio dos bens de raiz nos patrimónios dos agregados familiares das nossas amostras situou-se entre 49 a 58% (cf. tabela 10, em apêndice) no entanto, uma grande percentagem ultrapassou os 75%. Os foreiros

---

<sup>372</sup> O dízimo era um imposto que correspondia a 10 ou 12% do total da colheita que devia ser pago às instituições eclesiásticas. Para além das colheitas, o camponês tinha que partilhar com o proprietário do dízimo o valor da madeira vendida e a melhor dezena do gado e aves ou o valor correspondente. Margarida Sobral Neto, *ob. cit.*, 1997, p. 58. O dízimo para além de ser uma taxa de enorme prejuízo para as famílias camponesas, sobretudo, de pequeno estrato, chegando mesmo em tempo de carestia entrar no “mínimo vital para o abastecimento do agregado familiar”, era um forte entrave à introdução de novas culturas, por isso, como sublinha Aurélio de Araújo Oliveira, o dízimo foi de facto “um poderoso travão ao arroteamento de novas terras”. Aurélio de Araújo Oliveira, *A abadia de Tibães 1630/80 – 1813. Propriedade, exploração e produções agrícolas no vale do Cávado durante o Antigo Regime*, vol. I, Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979, p. 406. Este imposto constituiu no período Medieval e Moderno a principal receita das instituições eclesiásticas. Margarida Sobral Neto salienta que o dízimo era uma das principais receitas do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. O mesmo aferiu Aurélio de Araújo Oliveira para a Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira em Guimarães. Como salienta este autor relativamente a esta instituição, “A Colegiada, apesar de não possuir bens de expressão territorial, constituía, mercê do que arrecadava através dos dízimos um poderoso senhorio rural, que deve ter sido dos mais ricos da região”. O dízimo da Colegiada era constituído por cereais (milho, centeio e também algum trigo), e vinhos verdes. Aurélio de Araújo Oliveira, “Rendas e arrendamentos da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (1684-1731)”. Separata do *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Guimarães, 1981, p. 115. A extinção do dízimo por Mouzinho da Silveira foi um forte golpe nos lucros das instituições eclesiásticas. Sobre a questão dos dízimos veja-se Daniel Ribeiro Alves, *Os dízimos no final do Antigo Regime: aspectos económicos e sociais (1820-1834)*, Tese de mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2001.

investiam em terras e em alfaias de modo a rentabilizar o mais possível as ditas terras, mesmo que emprazadas. No gráfico seguinte está representada a frequência do tipo de exploração dos bens de raiz, dos quais fazem parte não só os bens fundiários mas também as casas e os meios de transformação.

**Gráfico 5** - Tipo de exploração da propriedade rural nos inventários e testamentos (1750-1810)



**Amostra:** Total de frequências: 1396. Desta representação gráfica estão excluídos os dados referentes aos casais sobre os quais se trabalhará mais adiante.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

No gráfico 5 observa-se que o emprazamento por vidas foi ordinariamente o modo de exploração da terra nos três concelhos. Contudo, verifica-se que a frequência de aforamentos perpétuos nos concelhos de Guimarães e Barcelos foi relativamente análoga à frequência dos emprazamentos por vidas. Como já foi referido, o que distingue um contrato do outro era a durabilidade e o modo de sucessão. Porém, como realça José Homem Corrêa Telles, “Os perpétuos são considerados bens patrimoniaes do foreiro; os de vidas foram reputados pelas

nossas antigas leis como bens de benefício, que havendo de perdurar pouco tempo em uma família, eram impróprios para n`eles se fazer legitima aos filhos, porque o filho, que ficasse com o prazo em legitima, ficaria sem nada, ou com a legitima desfalcada, quando o prazo se devolvesse ao senhorio”<sup>373</sup>.

Os foros das terras emprazadas podiam ser em géneros, em dinheiro ou em ambas as formas. Nas nossas amostras foram correntes o milho, o vinho, o azeite, as aves e o dinheiro. No entanto, o foro das casas só podia ser pago em dinheiro. Vejam-se as Ordenações:

“(…) mandamos que nenhuma pessoa possa dar, nem tomar de foro em pessoas, ou em perpetuo, ou per contracto de dez anos, ou dahi para cima, casas, nem chão, em se hajam de fazer, por pensão e foro de pão, vinho, azeite, nem de outras cousas semelhantes, sómente a dinheiro”<sup>374</sup>.

Os foros constituíam um encargo pesado. Tivemos oportunidade de o constatar aquando do levantamento fotográfico de casas antigas de lavoura ainda hoje existentes nos três concelhos da nossa amostra, que abordaremos mais à frente no capítulo IV. O Sr. António Eiras Novais de 84 anos, atual herdeiro da casa de Sezures, da freguesia de Creixomil, comoveu-se ao recordar os seus antepassados e o tempo de outrora. Sobre os encargos das terras declarou:

“Todas as terras do meu avô eram foreiras à Casa de Bragança e à Casa da Silva e quando chegava o São Miguel nada ficava, levavam tudo, por isso, o meu avô via-se obrigado a pedir dinheiro aqui e ali, como toda a gente”<sup>375</sup>.

A forma de aquisição do prazo nem sempre foi registada nos inventários e testamentos apensos; contudo, tanto se podia obter por herança como por compra. Dos dados que dispomos, 69% estão na primeira situação e 31% na segunda.

Relativamente às terras alodiais era comum dizer-se que “em Portugal havia poucas terras “alodiais”, por quase todas serem “foreiras” ou “reguengueiras” a alguém”<sup>376</sup>. Os

---

<sup>373</sup> José Homem Corrêa Telles, *ob. cit.*, 1851, p. 24.

<sup>374</sup> *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino do Portugal*, 1870, Liv. IV, Tit. XI, 1814, p. 820.

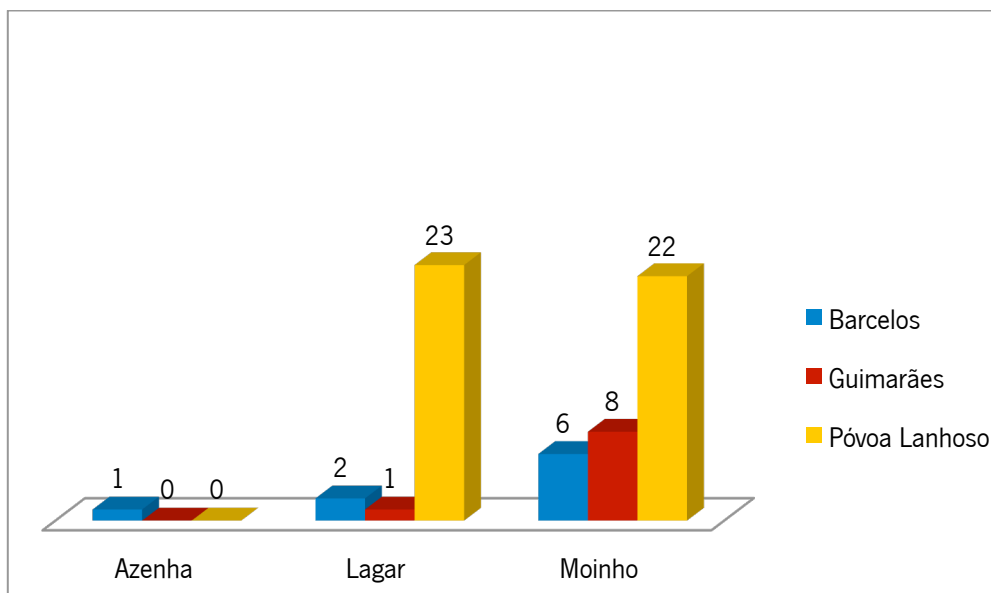
<sup>375</sup> Com a Lei Mental (1434) a Casa de Bragança tornou-se a “principal organização senhorial portuguesa, controlando um quinhão enorme de todo o fundo dominial no continente (...), o qual foi sucessivamente acrescido nos séculos XV e XVI, mantendo-se a sua importância até ao século precedente. António de Castro, “Propriedade”, in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Figueirinhas, 1992, p. 194.

<sup>376</sup> Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, *ob. cit.*, 2002a, p. 54.

inventários do concelho da Póvoa de Lanhoso fogem à realidade de Barcelos e de Guimarães no que concerne à exploração da terra. Muito embora o emprazamento por vidas tenha sido o mais corrente, nota-se que a frequência de bens alodiais foi bastante elevada. Voltamos a insistir na pujança dos patrimónios inventariados no concelho da Póvoa de Lanhoso. O património móvel, para além de mais diversificado era mais opulento. Não será a propriedade plena a razão dessa prosperidade? Livres de pesados encargos viviam mais desafogados e com maior predisposição para investir no que era realmente seu. Destes bens alodiais faziam parte casas de vivenda, campos, leiras, bouças, olivais, etc., ou seja, bens de valor considerável.

No que concerne aos arrendamentos, a sua frequência foi reduzida nos três concelhos e restringiu-se aos meios de transformação (moinho, lagar e azenha). Nas nossas amostras estes bens pertenciam geralmente a senhorios eclesiásticos<sup>377</sup>. Na nossa documentação só raras vezes foi mencionado o senhorio dos meios de exploração. Veja-se no gráfico seguinte a frequência desta tipologia de bens:

**Gráfico 6** - Meios de transformação nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Amostra:** Total de frequências: 63.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

<sup>377</sup> A Abadia de Tibães arrendava os meios de exploração por um período que variava entre um e três anos, mas os contratos podiam ser renovados na mesma pessoa. Aurélio de Araújo Oliveira, *ob. cit.*, vol. I, 1979, p. 60.

Relativamente à simples colónia, contrato de curta duração, geralmente anual, muito embora não apareça discriminado no gráfico, temos testemunho de dois casos no concelho de Barcelos. Um designado de “terras simples” e outro, um assento, que foi subarrendado, descrito do seguinte modo pelo escrivão:

“Um assento composto por casas torres e cozinha térrea, cortes, palheiros, currais, lagar de pedra, terra lavradia com árvores de espinho e com sua lata e eira tapada de paredes e vales sobre si e mais terras lavradas e de mato e de fruto; a viúva declarou que estes bens são de título de morgadio do mestre de Campos da Vila de Barcelos, ao qual paga de pensão o que no dito senhorio constar e não foram avaliados, pelo dito senhorio os poder deitar fora quando muito bem lhe parecesse por **serem simples colonos e não fizeram benfeitorias**”<sup>378</sup>.

A simples colónia permitia ao senhorio beneficiar da flutuação dos preços e das rendas, mas foi rara devido às desvantagens que acarretava para os locatários, já anteriormente referidas.

Os contratos de emprazamento de vidas ou nomeação e aforamento perpétuo concediam ao camponês o direito à propriedade no que concerne à sua exploração. Estes contratos eram preferidos pelos camponeses face aos contratos de arrendamento, apesar dos pesados encargos a que muitas vezes estavam sujeitos. Entre os três concelhos verifica-se que a propriedade alodial teve expressão apenas no concelho da Póvoa de Lanhoso, curiosamente aquele em que os patrimónios inventariados foram de valor mais elevado.

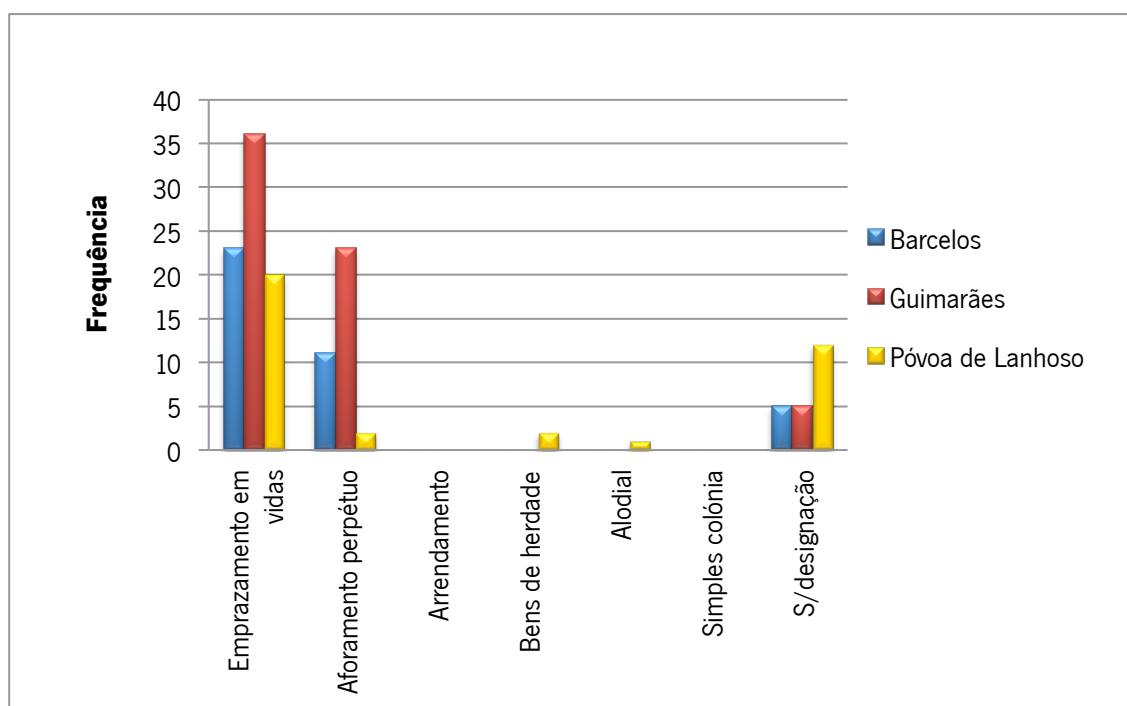
A exploração dos casais seguiu a mesma tendência verificada nos restantes bens de raiz representados no gráfico 5. A enfiteuse, em vidas ou perpétuo, foi a forma de exploração mais comum desta região.

---

<sup>378</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 4073, 1795, (negrito nosso).



**Gráfico 7** - Exploração da terra dos casais inventariados (1750-1810)



**Amostra:** Total de casos: 140.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Como se observa no gráfico 7,81% dos casais estavam sujeitos a um contrato de enfiteuse, predominando nos três concelhos o emprazamento em vidas. Nenhum dos casais inventariados estava sujeito a um contrato de arrendamento ou de simples colónia. Como já referimos, estes contratos de curta duração não traziam vantagens para os locatários nem mesmo para os senhorios. Se era difícil para o rendeiro fazer face à renda de uma parcela de terra, muito mais difícil seria fazer face à renda de um casal. No concelho da Póvoa de Lanhoso temos um casal que pertence de forma plena a um inventariado, Manuel de Sousa Machado, que pertencia à fidalguia local – a Casa de Real-, e era proprietário de várias propriedades. A sua mulher e única filha, de 12 anos, aparecem denominadas por “dona”. Para além do Casal de Real, constituído por 28 parcelas, entre campos, leiras, soutos, devesas, vinhas, olivais e casas de vivenda, Manuel de Sousa Machado era proprietário de um outro, com um número semelhante de parcelas (22), no qual também não faltava a estrutura habitacional e os respetivos anexos de complemento à atividade agrária. Para além destes dois casais, o referido inventariado possuía ainda um campo de natureza de prazo, avaliado em 140.000 reis e umas casas urbanas em Braga, também de prazo, avaliadas em 120.000 reis. Muito embora já o

tenham referido, importa novamente sublinhar que este inventariado, para além de explorar diretamente parte da sua propriedade fundiária, cedeu o domínio útil de algumas unidades de exploração, que não vieram a monte, embora os rendimentos provenientes da sua exploração tenham entrado no rol dos bens inventariados, a saber:

- “Declarou a inventariante Ihe paga anulamente José Borges da freguesia de Covelas vinte e quatro medidas de pam meado e duas dúzias de palha painsa qua avaliarão em cento e quarenta mil reis”;

- “ (...) mais Ihe paga Miguel Fernandes do lugar de Braveiras da mesma freguesia de Covelas duas medidas de pam meado que avaliaram em presso de doze mil reis”;

- “ (...) mais Ihe paga Teresa Tinoco do lugar da Padoura da mesma freguesia de Covelas duas rasas e meia de pam meado que avaliarão em quinze mil reis”;

- “ (...) mais Ihe paga João ribeiro seis rasas de pam meado que avaliaram em trinta e seis mil reis”;

- “ (...) mais Ihe paga João da Cunha da mesma freguesia de Covelas doze meadas de pam meado que avaliaram em doze mil reis”<sup>379</sup>.

Apesar de o inventário registar um património móvel relativamente modesto (o que pode constituir defeito da fonte), para além do património imóvel e semoventes, temos outros indicadores de estatuto, como por exemplo as despesas do seu funeral, num total de 68.000 reis.

No Antigo Regime o vocábulo senhorio tinha subjacente três aceções: o senhorio relacionado com a propriedade, aplicado aos “senhores das terras com jurisdição”, os quais tinham recebido por parte da Coroa a propriedade e os atributos jurisdicionais respetivos; um segundo significado, relacionado com o “senhorio donatário de direitos reais”, no qual a Coroa doara o direito de cobrar rendas a casas e a entidades; e por último, o “senhorio direto”, o qual detém o domínio direto da propriedade e cede a outrem o domínio útil<sup>380</sup>. Será esta última aceção que interessa ao nosso estudo. A terra, como já referimos, pertencia a uma pequena

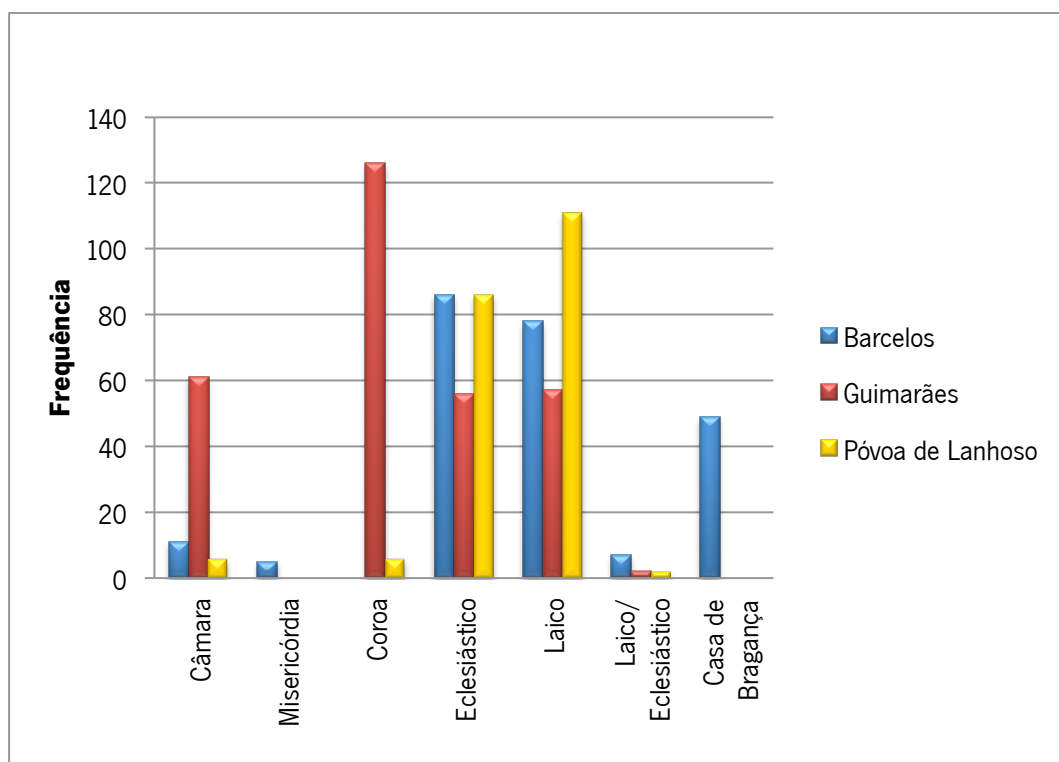
---

<sup>379</sup> *Idem*, Póvoa de Lanhoso, ct. 287, 1794.

<sup>380</sup> Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, “Senhorio”, in Nuno Luís Madureira (coord.), Conceição A. Martins, Nuno Gonçalo Freitas Monteiro (org.), *História do trabalho e das ocupações. A agricultura: dicionário das ocupações*, vol. III, Oeiras, Celta, 2002b, pp. 116-117.

parcela da sociedade; começaremos por tentar identificar os principais grupos de proprietários do Baixo Minho.

**Gráfico 8** - Natureza do senhorio da propriedade rural (1750-1810)



**Amostra:** Percentagem total de casos: 49% (749/1538).

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

No gráfico 8 observa-se que no Baixo Minho coexistiam vários senhorios: laicos, eclesiásticos, a Coroa e as instituições locais, correspondendo a nossa amostra a pouco menos de metade dos casos observados. D. Luís da Cunha “avaliou em um terço do território português a parte pertencente à Igreja” em meados do século XVIII<sup>381</sup>. Em valores percentuais, 30% das terras das nossas amostras pertenciam à Igreja, mas, se analisarmos cada concelho em particular, observamos que a Igreja não foi o principal senhorio.

No concelho de Barcelos temos como principais senhorios a Casa de Bragança, à qual pertencia a comarca<sup>382</sup>, e casas nobilitadas, entre as quais salientamos os senhorios do visconde de Barbacena da cidade de Lisboa e a Casa de Fervença, uma das casas mais importantes do

<sup>381</sup> Armando de Castro, “Propriedade”, in Joel Serrão (coord.), *ob. cit.*, vol. V, 1992, p. 19.

<sup>382</sup> Sobre a Casa de Bragança veja-se Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança, 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000.

termo de Barcelos, situada na freguesia de Gilmonde. Em Guimarães, apesar de coexistirem vários senhorios, nota-se o predomínio da Coroa. No que concerne às casas senhoriais, destacam-se neste concelho a casa de Vila Pouca, em Guimarães; a do Marquês de Lavradio, a do conde de Coculin e a Casa de D. António de Lencastre<sup>383</sup>. No concelho da Póvoa de Lanhoso eram as famílias nobilitadas as principais proprietárias dos bens de raiz, de entre os quais se destacaram o Marquês do Crato e o Conde Meirinho-mor.

Os senhorios eclesiásticos do concelho de Barcelos distribuíram-se geograficamente por várias localidades, desde o Baixo Minho ao Alto Minho, passando pelo Ave e até ao Brasil. Todavia, as igrejas e os conventos locais, com predomínio para o de Vilar dos Frades, situado na freguesia de Areias de Vilar, foram os principais proprietários de bens fundiários registados nos nossos inventários e testamentos apensos. O Senhorio do Mosteiro de Tibães, a mais poderosa casa da Ordem de S. Bento em Portugal, também cedeu o domínio útil a inventariados no concelho de Barcelos e como iremos ver, também celebrou contratos de emprazamento no concelho de Guimarães.

No concelho de Barcelos as confrarias tiveram também alguma representatividade. Muito embora os seus membros fossem laicos, a maioria estava sob a direção e controle eclesiástico, como se reporta na nossa amostra<sup>384</sup>. O concelho de Barcelos tinha 148 confrarias em 1792; na verdade, não havia freguesia do concelho que não tivesse a sua confraria. As 148 confrarias distribuíam-se da seguinte forma: “70,9% das freguesias tem 1 a 2 confrarias; 24,3% de 3 a 4 e as restantes 4,6% entre 5 a 7”<sup>385</sup>.

Os senhorios eclesiásticos do concelho de Guimarães localizavam-se maioritariamente no próprio concelho. Das instituições eclesiásticas de Guimarães, o convento da Costa foi a instituição que mais terras emprazou. Relativamente à Colegiada da Nossa Senhora da Oliveira, Aurélio de Araújo Oliveira salientou que “esta entidade senhorial quase não possuía bens de foro, e os poucos que possuía representavam uma cota mínima no cômputo das suas receitas totais”<sup>386</sup>. Compreende-se portanto que só dois inventários registem o domínio direto de dois prazos e de três campos<sup>387</sup>.

---

<sup>383</sup> Sobre a casa de Coculin veja-se Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, *O crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal, 1750-1832*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003, pp. 315, 353.

<sup>384</sup> José Viriato Capela, *Entre-Douro e Minho 1750-1830. Finanças, administração e bloqueamento estruturais no Portugal Moderno*, vol. I, Tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 1987, p. 72.

<sup>385</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>386</sup> Aurélio de Araújo Oliveira, *ob. cit.*, vol. I, 1981, p. 114.

<sup>387</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-6-3-33, 1802.

Nos inventários do concelho da Póvoa de Lanhoso os senhorios eclesiásticos, tal como no concelho de Barcelos, registam alguma dispersão geográfica: Braga, Cabeceiras de Basto, Póvoa de Lanhoso, Santa Maria de Basto, Guimarães, Lisboa e Portalegre. Não obstante, foi evidente a preponderância do Mosteiro de Fontarcada, da Póvoa de Lanhoso.

Determinados senhorios eclesiásticos eram detentores de propriedades em mais de um concelho. A Ordem de Malta e os Mosteiros de Basto, de Santa Maria do Bouro, de Tibães e da Costa tinham bens fundiários dispersos do ponto de vista geográfico, pelo que não admira que cedessem o seu domínio útil. A dispersão geográfica impunha, de certa forma, a realização de contratos bilaterais, que permitiam não abandonar as terras e obter rendas, que se converteram neste período numa das principais receitas destas entidades religiosas.

## **CAPÍTULO IV - A CASA DO BAIXO MINHO**

## 1. ESTUDO DA CASA RURAL DO BAIXO MINHO

“Casa” segundo Rafael Bluteau era “uma morada de casas, edifício, em que vive huma família, com seus moveis, & alfayas, amparada das injurias do tempo”<sup>388</sup>. Para António de Moraes Silva, “casa” significa, para além do referido por Bluteau, “uma peça, ou quarto de edifício” e, no sentido figurativo, “geração, família”<sup>389</sup>. Falar de “casa” é falar de muitas coisas ao mesmo tempo; é falar de espaço, de riqueza, de família, de linhagem, de lar, de sociabilidade; é falar em suma do homem<sup>390</sup>.

Na aceção mais elementar, a “casa” é em primeira instância um abrigo, o espaço principal de proteção do homem face aos seus pares, aos animais assim como às variações climáticas<sup>391</sup>. Para além de um espaço físico, a “casa” é uma unidade de produção, instrumento de trabalho e, como realça João Pina-Cabral, uma unidade de poupança<sup>392</sup>. No período moderno seria inconcebível reduzir este conceito a uma estrutura habitacional ou à sua materialidade; a casa “é a unidade social primária” e, como sublinha Jacques Peseu-Massabuau, o “teatro da vida familiar”<sup>393</sup>.

A sociedade minhota procurou transmitir de geração em geração um sentimento de pertença e identidade através de práticas sucessórias que procuravam manter o seu carácter económico, social e afetivo. A “casa”, como símbolo de poder, definiu hierarquias no interior da família e na sociedade em que o indivíduo estava inserido, constituindo “a unidade de base e de elo de ligação entre o indivíduo e a comunidade”<sup>394</sup>.

Falar da “casa” do Baixo Minho é, no nosso caso concreto, falar da casa rural. O estudo da casa rural portuguesa tem merecido a atenção da etnografia, da geografia, da arqueologia e da história. A casa rural destaca-se pela sua capacidade de se transformar em “alfaia agrícola”<sup>395</sup>; é influenciada pela necessidade de se adaptar à exploração fundiária no que

---

<sup>388</sup> Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 172.

<sup>389</sup> António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 355.

<sup>390</sup> Margarida Durães, “A casa rural minhota: papel e significado no contexto hereditário – séculos XVIII e XIX”, *Cadernos do Noroeste, Tempos, espaços, sociedade e cultura*, vol. I, n.º 1, Braga, Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1987a, p. 81.

<sup>391</sup> Daniel Roche, *História das coisas banais*, Telma Costa (trad.), Lisboa, Teorema, 1998, pp. 96-97.

<sup>392</sup> João de Pina-Cabral, “A casa do Noroeste”. *Revista Análise Social*, vol. XXIII, (95), 1.º, 1987, p. 153.

<sup>393</sup> *Idem*, *Filhos de Adão, filhas de Eva: a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Paulo Valverde (trad.), Lisboa, Dom Quixote, 1989, p. 153; Jacques Peseu-Massabuau, *La maison, espace social*, Paris, Presses Universitaires de France, 1983, p. 79.

<sup>394</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 98; Margarida Durães, *ob. cit.*, 1987a, p. 82.

<sup>395</sup> Albert Demangeon, *Problèmes de géographie humaine*, citado por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, “Arquitectura”, in Fernando de Castro Pires de Lima (dir.), *A arte popular em Portugal*, vol. I, s/d., Editorial Verbo, p. 15; Alain Collomp, “Famílias. Habitações e coabitacões”, in Philippe Ariès, Georges Duby (eds.), Roger Chartier

concerne ao tamanho, à distribuição e organização espacial dos alojamentos das pessoas e das dependências secundárias (cortes para os animais, lojas de arrumação para os produtos e para as ferramentas agrícolas)<sup>396</sup>. Como sublinha Alain Collomp, a habitação camponesa “é ao mesmo tempo uma unidade de residência e uma unidade económica de produção”<sup>397</sup>.

Para Albert Demangeon a casa rural não se tipifica tendo em conta os materiais de construção ou a sua forma exterior, mas segundo “o seu plano interior” que resulta da relação triangular homem/gados/coisas, ou seja, da sua função agrícola<sup>398</sup>. Será a partir desta relação que nos propomos analisar a casa rural. O nosso estudo centrar-se-á na materialidade da casa, a qual não deixa porém de adquirir a forma de “linguagem social”, transmitindo “significados socioculturais e ideológicos” que identificam os distintos grupos sociais<sup>399</sup>.

### **1.1 Metodologia e entraves ao estudo da casa rural**

Resgatar as casas de gente mais modesta no Baixo Minho não é fácil. Como salienta Maria da Conceição Falcão Ferreira, “são as grandes obras públicas as mais conhecidas, quer pela disponibilidade de fontes, quer pela perenidade das edificações e reedificações”<sup>400</sup>. Se estas dificuldades são perceptíveis no tecido urbano de qualquer vila, tendem a aumentar quando se trata de abordar a construção rural. Pormenores relativos aos materiais utilizados nas construções, às divisões internas e à especialização dos espaços são escassos na documentação, embora a inventariação e descrição das benfeitorias levadas a cabo pelos proprietários e o levantamento fotográfico que efetuámos colmatem algumas lacunas. Caso contrário, os inventários apenas nos teriam informado se estávamos perante casas térreas, de sobrado ou casas-torre.

O levantamento fotográfico obedeceu a dois critérios: preferimos casas que não foram objeto de transformação recente e que se situassem nas freguesias que constam na nossa base de dados. O primeiro critério limitou bastante o número de casas fotografadas, uma vez que,

---

(dir.), *História da vida privada*, vol. III – Do Renascimento ao século das Luzes, Armando Luís Carvalho Homem (trad.), Porto, Afrontamento, 1990, p. 507.

<sup>396</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *ob. cit.*, s/d, p. 15.

<sup>397</sup> Alain Collomp, *ob. cit.*, vol. III, 1990, p. 507.

<sup>398</sup> Albert Demangeon citado por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *ob. cit.*, s/d, p. 15.

<sup>399</sup> Fernando António Matos Rodrigues, *Casas e diferenciação social*, Tese de mestrado, Braga, Universidade do Minho, 1999, p. 24.

<sup>400</sup> Maria da Conceição Falcão Ferreira, “A construção corrente em Santarém, no século XV: alguns exemplos”, in Luís A. de Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro, Amélia Polónia (coord.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 460.



como salienta Carmen Hernández López, “la casa está en permanente construcción y en interconexión com el mundo que le rodea”<sup>401</sup>. O segundo critério teve como objetivo fazer coincidir a obtenção de fotografias de casas com as áreas geográficas analisadas, limitando o número de freguesias a percorrer devido à extensão dos concelhos, sobretudo o de Barcelos. O objetivo era reduzir o tamanho da área explorada, mas este objetivo não foi conseguido para os concelhos de Guimarães e Póvoa de Lanhoso, uma vez que no conjunto de inventários poucas foram as freguesias que não foram representadas nos inventários orfanológicos. O mesmo não se poderá dizer relativamente ao concelho de Barcelos, uma vez que na segunda metade do século XVIII este concelho era constituído por 197 freguesias, como já referimos<sup>402</sup>. Com a reforma administrativa levada a cabo por Mouzinho da Silveira em 1833, este concelho foi desmembrado, dando origem ao atual concelho e à formação de um novo concelho, como Vila Nova de Famalicão<sup>403</sup>. Algumas freguesias do antigo concelho de Barcelos foram extintas e outras passaram a pertencer aos atuais municípios de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Esposende, Póvoa de Varzim e Vila Nova de Famalicão. Desse modo, tendo em conta a dimensão do concelho de Barcelos na segunda metade do século XVIII, o número de freguesias a percorrer foi bem menor, mas continuou a ter um número muito significativo (vejam-se os mapas 1, 2 e 3 do capítulo I).

O trabalho de campo foi recheado de obstáculos. Em primeiro lugar, foi lamentável verificar o estado de degradação das edificações, na sua maior parte abandonadas: como dizia uma senhora anónima de São Cláudio de Barco “**morrem os donos, morre a casa**”<sup>404</sup>. As ervas daninhas vão cobrindo como uma espécie de manto as grossas paredes de pedra e vão entrando portas adentro sem pedir licença. Os materiais mais perenes, como a madeira, não resistiram às intempéries quer da natureza como dos próprios herdeiros que as amputaram ano após ano. De muitas casas observadas só restam as paredes exteriores; o silêncio impera no que concerne aos testemunhos da especialização dos espaços; ficaram uma ou outra viga de madeira, e algumas marcas da estrutura arquitetónica. Não obstante, tal como para os

---

<sup>401</sup> Carmen Hernández López, “Cultura material y especialización de la casa (Campo de Montiel, 1650-1800)”, in Juan Manuel Bartolomé Bartolomé, Máximo García Fernández (dirs.), *Apariencias contrastadas: contraste de apariencias. Cultura material y consumo de Antiguo Régimen*, León, Universidad de León, 2012, p. 16.

<sup>402</sup> José Viriato Capela, Rogério Borralheiro, *Barcelos nas memórias paroquiais de 1758*, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, p. 23.

<sup>403</sup> José Viriato Capela, João A. Nunes, “O concelho de Barcelos do Antigo Regime à Primeira República – fontes para o seu estudo”. *Separata da Barcellos-Revista*, 1983, p. 17; Luís Nuno Espinha da Silveira, *Território e poder. Nas origens do Estado contemporâneo em Portugal*, Cascais, Patrimonia, 1997, p. 78.

<sup>404</sup> Expressão cedida a título pessoal (negrito nosso).

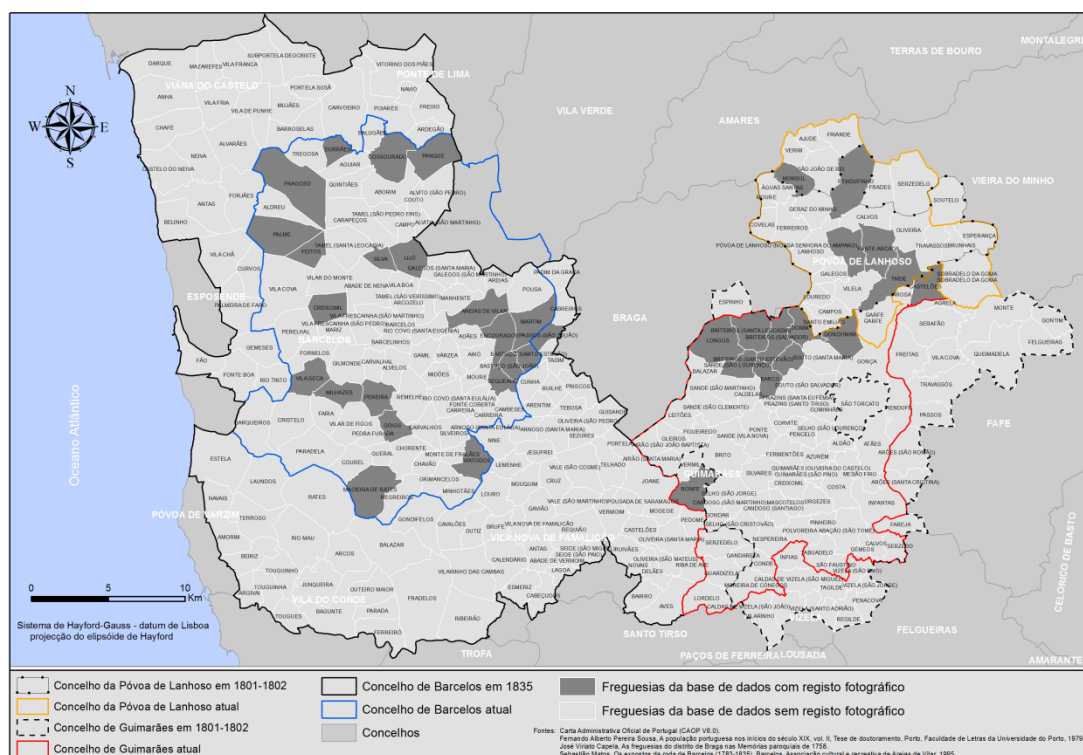
arqueólogos e usando da expressão de Marcel Mauss, “as ruínas alimentam a arqueologia”, também para nós foram fundamentais<sup>405</sup>.

Com o passar das gerações a pequena casa rural, térrea ou de sobrado, foi perdendo significado, deixando de constituir elemento de identificação familiar e social. Por isso, mais importante do que manter umas paredes ao alto sem utilidade, o espaço ocupado pela casa foi rentabilizado através do aumento da área cultivável, realidade evidente sobretudo no concelho de Barcelos. Se a norte do Cávado encontramos um maior número de vestígios da pequena casa rural, a sudoeste do Cávado a paisagem cobre-se de milho. As conversas desenvolvidas pelos atuais herdeiros das pequenas casas rurais revelam que a maioria das edificações ainda se encontram de “pé” devido às desavenças entre herdeiros. O escasso património arquitetónico patente nos três concelhos deve-se de certa forma aos condicionalismos jurídicos e económicos; caso contrário, restariam apenas memórias e talvez alguns registos notariais. Para além da perda de significado cultural e da pressão agrícola, a pressão urbanística e industrial, sobretudo nas freguesias do Vale do Ave do concelho de Guimarães, constituíram outros motivos do desaparecimento da pequena casa rural, prevalecendo apenas as casas senhoriais e as de grandes lavradores.

---

<sup>405</sup> Marcel Mauss citado por Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 96.

**Mapa 1** - Enquadramento geográfico do levantamento fotográfico



Como se observa no mapa 1, poucas foram as freguesias (6,2% do total da amostra) onde pudemos obter registos fotográficos da casa rural do pequeno e médio camponês. O concelho de Barcelos, fruto do elevado número de freguesias, destacou-se de forma significativa com 22 freguesias. Nos concelhos de Guimarães e da Póvoa de Lanhoso, o número de freguesias foi bastante incipiente (dez no concelho de Guimarães e cinco no concelho da Póvoa de Lanhoso).

Poucas foram as casas fotografadas com inscrições que as permitam datar. Desse modo, na identificação temporal muito nos valeram os testemunhos orais da população mais idosa, que recordaram com saudade um tempo guardado nas suas memórias. Diziam com frequência: “Ui, essa casa é muito antiga. Lembro-me que ainda no tempo dos meus avós, já existia”. À casa, associaram o nome de uma família, sua ou não, e os diversos proprietários que por lá tinham passado. Foi a partir destes testemunhos orais que identificamos aproximadamente a cronologia da maioria das edificações. Algumas das casas fotografadas não são da segunda metade do século XVIII mas do século XIX. No entanto, não teriam sido muitas as alterações ocorridas neste período, quer em relação ao período medieval como em relação ao período seguinte. É de notar que, a construção das casas tendia a seguir modelos tradicionais.

Como salienta Braudel, “uma «casa», seja ela qual for, dura e não pára de testemunhar a lentidão de civilizações, de culturas obstinadas em conservar, em manter, em repetir”<sup>406</sup>. Dessa forma, considerámos as edificações que não se inscrevem de forma cabal no nosso período cronológico. Além disso, as casas são relativamente semelhantes ao padrão encontrado nos inventários, sobretudo ao nível das características arquitetónicas e dos materiais empregues.

Uma terceira dificuldade deveu-se ao povoamento disperso característico do Baixo Minho. O lavrador construiu a casa de família junto das terras que trabalhava. A casa e todo um conjunto de anexos agrários que respondiam à atividade agrária perdem-se ou desaparecem na paisagem<sup>407</sup>.

## 1.2 Tipologia da casa rural

Importa em primeiro lugar esclarecer que não foi possível calcular as superfícies da casa rural minhota devido à ausência de dados quantitativos na documentação e também à impossibilidade de visitar o interior da maior parte dos edifícios fotografados. Esta situação deveu-se não só à degradação dos edifícios mas também ao facto de muitas casas se encontrarem desabitadas, e terem as suas portas fechadas. Porém, a primeira constatação marcante foi imaginar de que forma é que a vida familiar se desenvolvia em espaços tão exíguos.

Muito embora não discordemos da classificação clássica adotada por Albert Demangeon – casa bloco e casa pátio – optámos por usar a terminologia da fonte: casa térrea, de sobrado ou casa-torre<sup>408</sup>. Quando o inventário não refere estas designações usa apenas o termo “casas”. Verificou-se também que no concelho da Póvoa de Lanhoso algumas casas foram denominadas de “casas da vivenda” e nos concelhos de Barcelos e de Guimarães de “morada de casas”. Estas designações tanto as encontrámos nas casas de sobrado como nas casas térreas<sup>409</sup>.

A tipologia da casa rural do Baixo Minho segue as tipificações adotadas por Manuel Sílvio Alves Conde para a habitação urbana do sul para finais da Idade Média. O autor tipifica as casas

---

<sup>406</sup> Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, vol. I - *As estruturas do quotidiano: o possível e o impossível*, Telma Costa (trad.), Lisboa, Teorema, 1992, p. 230.

<sup>407</sup> Fernando Távora, Rui Pimentel, António Menéres, “Zona 1 - Minho”, in *Arquitetura popular em Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, A.A.P., 1980, p. 37.

<sup>408</sup> A casa bloco corresponde à casa térrea, na qual as dependências de habitação, do gado e de arrumação se encontram no mesmo telhado. A casa pátio corresponde à casa de sobrado, na qual cada uma das dependências corresponde a um edifício próprio e independente. Albert Demangeon, citado por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *ob. cit.*, s/d, p. 15.

<sup>409</sup> Morada de casas térreas, in ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3595, 1963.

em três espécies, a saber: a mais elementar, de um só piso e uma única divisão; a de piso único e duas divisões e, finalmente, a de dois pisos e duas divisões. Maria da Conceição Falcão Ferreira encontrou a mesma tipologia no seu estudo sobre Santarém no século XV<sup>410</sup>. No entanto, apesar das semelhanças entre a casa rural e a casa urbana no que concerne à tipologia e ao número de divisões, elas são distintas uma vez que a casa rural é concomitantemente, como já sublinhámos, um “utensílio de exploração agrícola”<sup>411</sup>. Nos inventários orfanológicos poucas foram as referências à casa rural, térrea ou de sobrado, da qual não constassem os anexos de complemento à atividade agrícola (cortes, palheiro, coberto, eira, o rexo, quinteiro, etc.)<sup>412</sup>. Estes anexos formavam um conjunto juntamente com a habitação, ladeado geralmente por um muro de pedra com o seu portal fronho ou portal de carros<sup>413</sup>.

A classificação das casas nos inventários teve em consideração o número de pisos e o número de compartimentos ou divisões. Para apurarmos a referida classificação servimo-nos também da definição de António de Moraes Silva segundo a qual “casa” era “uma peça, ou quarto de edificio”. Esta definição serviu, sobretudo para classificar as casas térreas: unicelular, bicelular e pluricelular. Desse modo, consideramos como casa térrea unicelular as casas que foram inventariadas de “casa térrea” sem referência à cozinha. Trata-se da casa mais elementar, com um só compartimento. Quando a documentação refere casa térrea e cozinha, classificamos essas casas como bicelular. Também considerámos de casa térrea bicelular as “repartidas pelo meio”, uma vez que eram constituídas por dois compartimentos<sup>414</sup>. Por último, classificámos de pluricelular as casas inventariadas com referência a mais de duas casas térreas. Por exemplo, “três casas térreas”. Como consideramos cada casa um compartimento, neste exemplo concreto seriam não três casas térreas distintas mas uma casa térrea com três compartimentos. Contrariamente, no inventário de Manuel de Almeida, da freguesia de São João de Caldas, os louvados inventariaram “três moradas de casas térreas cada uma com seu cortelho”<sup>415</sup>. Neste caso concreto, considerámos cada casa térrea uma habitação independente.

---

<sup>410</sup> Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 1998, p. 468.

<sup>411</sup> Orlando Ribeiro, “Povoamento e circulação”, in Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach (eds.), Suzanne Daveau (org.), *Geografia de Portugal*, vol. III – *O povo português*, Lisboa, João Sá da Costa, 1989, p. 857.

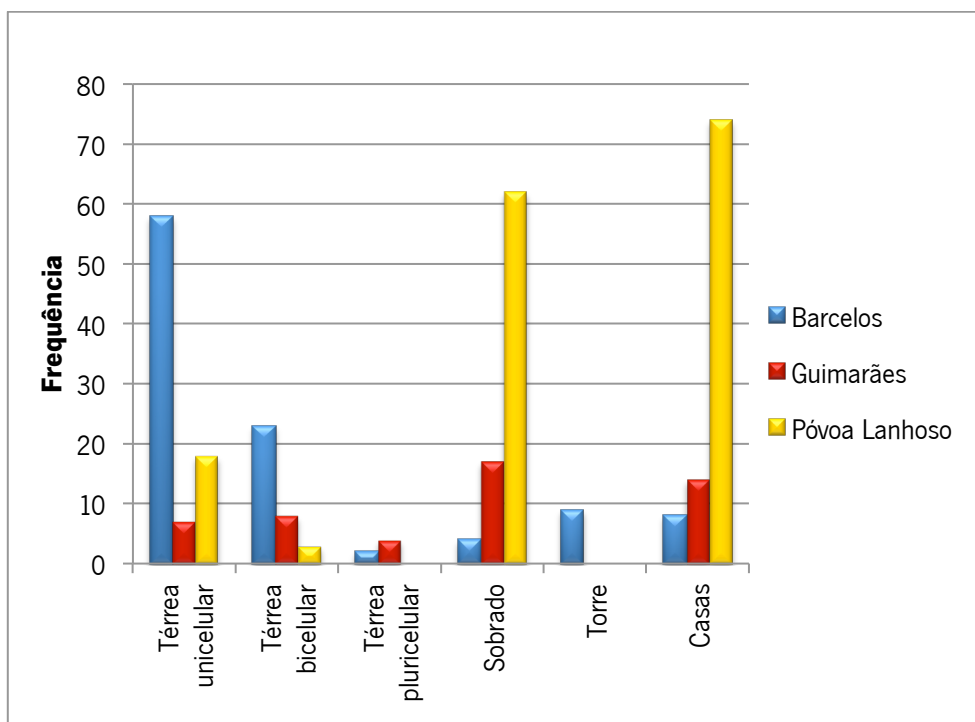
<sup>412</sup> Rocio, rocio - designação corrente em Guimarães e Barcelos para designar pátio fechado, anexo à casa, onde andavam as galinhas. José Leite de Vasconcelos, *Etnografia portuguesa*, vol. VI, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, p. 167.

<sup>413</sup> Portal fronho – portal grande constituído por duas portas pelas quais passava o gado. *Idem, ibidem*. Portal de carros foi a expressão corrente nos inventários do concelho da Póvoa de Lanhoso para designar o mesmo que portal fronho.

<sup>414</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-3-2-23, 1803.

<sup>415</sup> *Idem*, ct. C-3-2-21, 1801.

**Gráfico 9** - Tipologia da casa rural nos inventários orfanológicos (1750-1810)

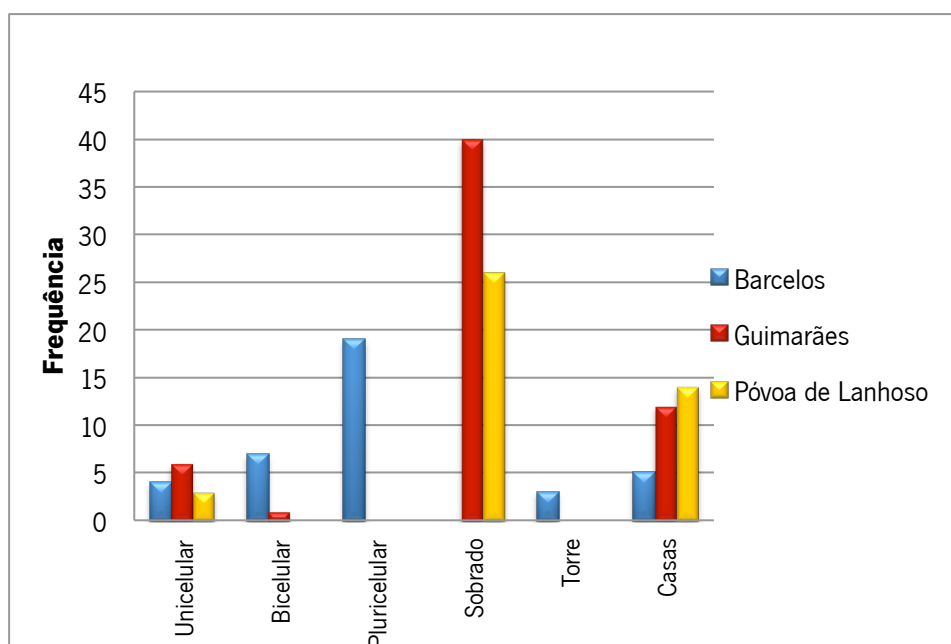


**Amostra:** Total das casas inventariadas: 311. Nesta amostra não estão representadas as casas que pertenciam aos casais.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

A casa térrea, independentemente do número de compartimentos, representou 40% do universo da amostra, destacando-se os inventários do concelho de Barcelos com 67,5% da sua representatividade (Guimarães com 15,4% e Póvoa de Lanhoso 17,1%). A casa de sobrado 27%; a casa-torre 3% e as casas sem referência à tipologia, 30%. Das diversas tipologias de casas térreas, a unicelular predominou em 67% dos casos, com maior incidência no concelho de Barcelos.

**Gráfico 10** - Tipologia da casa rural nos casais inventariados (1750-1810)



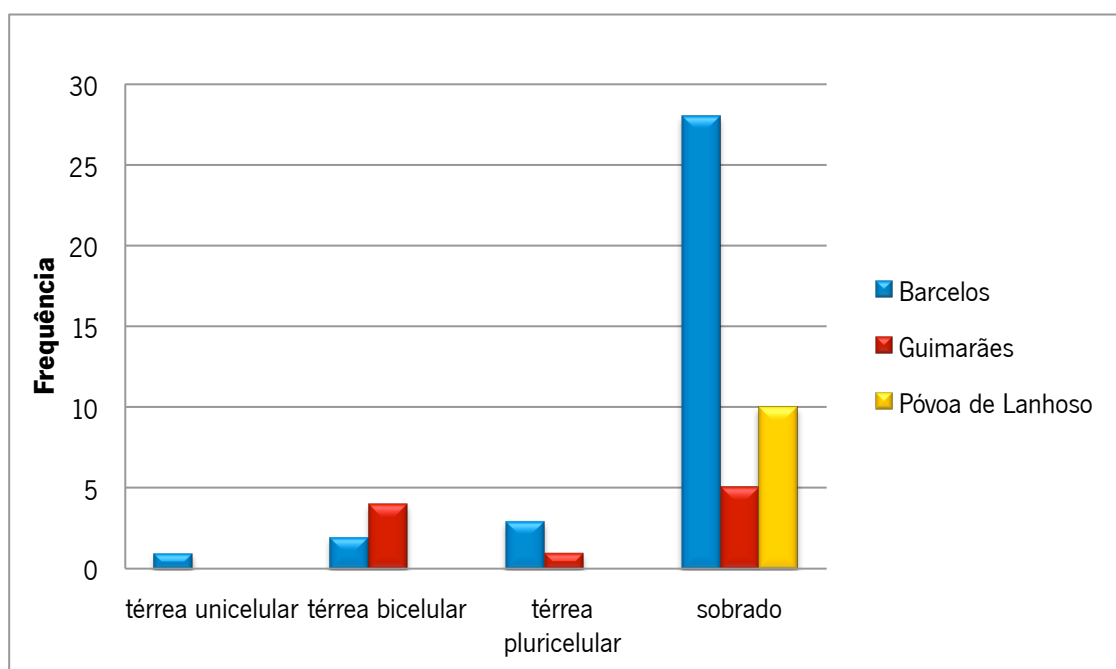
**Amostra:** Total de casas: 140.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Curiosamente, ainda no mesmo concelho não houve nenhuma ocorrência a casas de sobrado. Os inventários do concelho de Barcelos, como se observou antes, eram constituídos, no geral, por patrimónios mais modestos e as casas confirmam essa tendência. O mesmo se diga relativamente aos concelhos de Guimarães e da Póvoa de Lanhoso mas sob outro prisma, isto é, patrimónios mais avultados, traduzidas em casas de melhor qualidade. Nestes dois concelhos as casas de sobrado, dentro e fora dos casais, foram as mais inventariadas.

No que concerne ao levantamento fotográfico, a casa térrea está escassamente representada, inclusive no concelho de Barcelos; por outro lado, há uma maior representatividade da casa de sobrado nos três concelhos. As casas térreas têm menos valor económico e arquitetónico, pelo que tendem a ser demolidas com mais facilidade.

**Gráfico 11** - Tipologias das casas fotografadas nos concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810)



**Amostra:** Total de casas: 61.

**Fonte:** Imagens do autor.

Como se observa no gráfico 11, do universo total, 70,6% das casas são de sobrado. No entanto, importa sublinhar que, dentro desta tipologia, se destacaram as casas de sobrado bicelular e pluricelular. Todavia, nota-se que alguns compartimentos, sobretudo os que se encontram nas varandas, teriam sido feitos em datas posteriores à construção.

A casa térrea unicelular teria um único polo de organização espacial. Esta tendência não se limitou ao Baixo Minho e à casa rural mas de igual modo à casa urbana. Jean-Louis Flandrin sublinha que no século XVIII, em Lyon, quase metade dos alojamentos dos artificies e operários só tinha um compartimento<sup>416</sup>. Mas, como adianta Alain Collomp, este género de habitação era comum em várias aldeias da Europa<sup>417</sup>. A precariedade habitacional estendeu-se à Europa em geral, porém, em algumas regiões, verifica-se um maior desenvolvimento. Como adianta John Moore que estudou a casa rural inglesa do século XVIII quanto às suas dimensões,

<sup>416</sup> Jean-Louis Flandrin, *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, 2ª ed., M. F. Gonçalves de Azevedo (trad.), Lisboa, Estampa, 1995, p. 101.

<sup>417</sup> Alain Collomp, *ob. cit.*, 1990, p. 519.



ao número de compartimentos, ao tipo de cobertura e à qualidade de seus proprietários, concluiu que os camponeses ingleses viviam em casas com várias divisões. Os próprios jornaleiros beneficiavam de pelo menos dois compartimentos, contrariamente a algumas famílias de camponeses franceses que viviam em casas com um só compartimento<sup>418</sup>.

No mesmo espaço cozinhava-se, comia-se, repousava-se, ou seja, num único espaço desenvolvia-se a “totalidade das relações próprias do habitar”<sup>419</sup>. Muitas vezes na companhia dos animais domésticos. Esta miscelânea de coabitação homem/animal permanece ainda na memória dos mais velhos, de que é exemplo a Sra. Maria da freguesia de Martim, concelho de Barcelos, que numa das conversas aquando das nossas andanças pelas freguesias do concelho referiu o seguinte:

“Ainda eu era criança, havia aqui uma casa em Martim muito antiga com uma única divisão que ao lado da lareira estavam o porco e as galinhas. Pais e filhos dormiam e comiam todos juntos no mesmo espaço e com os animais”<sup>420</sup>.

A casa térrea unicelular sugere, nos dizeres de Victor Mestre, “um modo de habitar primitivo”<sup>421</sup>; no chão de terra batida a lareira era o polo aglutinador das vivências do quotidiano; à sua volta descansava-se, repousava-se, cozinhava-se e comia-se. Por exemplo, a inventariada Senhorinha Francisca possuía uma casa térrea unicelular na qual acomodava um conjunto de móveis descritos pelos louvados por “lume”, “um catre velho”, “uma mesa de sentar ao lume”, “dois bancos de cama de sentar ao lume”, “uma cama” e “duas caixas”<sup>422</sup>. Todos estes móveis estavam distribuídos por um único compartimento. Esta descrição confirma, por um lado, a multifuncionalidade do mobiliário - a mesa servia para comer e para sentar; os bancos para descansar e repousar; por outro lado, a lareira constituía o centro da vida familiar e rodeava-se de muitas crenças e superstições<sup>423</sup>.

---

<sup>418</sup> John Moore citado por Micheline Baulant, “Necessite de vivre et besoin de paraitre les inventaires et la quotidienne” in M. Baulant, A. J. Schuurman, P. Servais (eds.), *Inventaires après-décès et ventes de meubles: apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*, Louvain-la-Neuve, Academia, 1988a, p. 10.

<sup>419</sup> Victor Mestre, “Arquitectura popular no arquipélago da Madeira, património atlântico. Bases para a sua reabilitação enquanto património cultural”. Separata da *Revista Islenha*, n.º 23, Funchal, Jul-Dez., 1998, p. 95.

<sup>420</sup> Informação prestada a título pessoal.

<sup>421</sup> Victor Mestre, *ob. cit.*, 1998, p. 95.

<sup>422</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2845, 1799.

<sup>423</sup> Raffaella Sarti, *Casa e família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, Isabel Teresa Santos (trad.), Lisboa, Estampa, 2001, p. 165.



**Fig. 1** - Casa de Sezures (Creixomil, Barcelos)

Na figura 1 está representada uma casa térrea unicelular de 1856, sita na freguesia de Creixomil, concelho de Barcelos. Segundo o proprietário, Sr. António Eiras Novais, muito embora se designe de *casa de Sezures*, a referida casa pertencia à casa principal, essa sim, *casa de Sezures*, casa de sobrado, da qual não dispomos de referências devido às transformações a que foi sujeita ao longo dos anos. Como se observa, a casa representada era simples, de planta retangular, em pedra, com pouca iluminação e sem chaminé. Estas características aplicam-se não só à casa térrea unicelular como às demais casas térreas e também, como iremos observar, às casas de sobrado. Desabitada, a sua função atual consiste em guardar palhas e lenhas.

A casa térrea bicelular, como a própria designação indica, era constituída por dois compartimentos: a cozinha e quarto, como frequentemente foi referido nos inventários e testamentos e nos testemunhos orais. Todavia, importa sublinhar que no Antigo Regime a palavra “quarto” tinha uma aceção distinta da que hoje conhecemos; significava compartimento

de habitação, qualquer que fosse a sua funcionalidade<sup>424</sup>. No entanto, nas reservas testamentárias do testador Domingos Vieira, da freguesia de Fontarcada, verifica-se que uma das funcionalidades do quarto era dormir: “é minha vontade que minha mulher e meu testamenteiro reservem para morar ambos a cozinha e a varanda **e o quarto donde ele de presente dorme** e todo o sobrado e uma corte para os sevados”<sup>425</sup>.

Na figura 2 está representada uma casa térrea bicelular sita na freguesia de Vila Seca, concelho de Barcelos, da primeira metade do século XIX. Muito embora não tenhamos perceção da existência de dois compartimentos, do lado direito,



**Fig. 2** - Casa dos Roxos (Vila Seca, Barcelos)

na parte da janela era a cozinha, como testemunha ainda hoje o

telhado, no qual ainda se podem ver as telhas levantadas e, do lado esquerdo um compartimento que o atual proprietário designa por quarto. Este compartimento seria multifuncional. As características da casa térrea bicelular não diferiram da anterior (*Casa de Sezures*). De facto, se observarmos as duas figuras em simultâneo podemos até ficar confusos se se trata ou não da mesma estrutura. Ao nível arquitetónico são muito semelhantes: planta retangular, uma porta, uma pequena janela, ausência de chaminé etc. No entanto, algo as diferencia: embora de forma muito ténue, a casa térrea bicelular denota algum indício da especialização dos espaços uma vez que nela se esboça uma cozinha.

As informações relativas a casas pluricelulares foram muito poucas. Como se exemplifica no inventário de Maria de Miranda, da freguesia de São João de Vila Boa, do seu património fez parte um conjunto de “quatro casas térreas com pardieiros, quinteiros, cortes com o seu portal fronho liso”<sup>426</sup>. Estas quatro casas seriam quatro compartimentos que juntos constituíam uma morada de casas e nas suas imediações ou de forma contígua, estariam as cortes, os pardieiros, os quinteiros, tudo fechado com o seu portal fronho. Não obstante, devido à imprecisão da fonte,

<sup>424</sup> Alain Collomp, *ob. cit.*, 1990, p. 519; Nuno Luís Madureira, *Lisboa. Luxo e distinção. 1750-1830*, Lisboa, Fragmentos, 1990, p. 120.

<sup>425</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2858, 1769 (negrito nosso).

<sup>426</sup> *Idem*, Barcelos, ct. 3516, 1755.

não podemos descartar a possibilidade de essas dependências para o gado estarem contabilizadas entre as “quatro casas térreas” referidas.

A casa é numa primeira instância símbolo da categoria social a que se pertence, embora nem sempre. Não raras vezes a casa ofuscou a verdadeira categoria social dos seus proprietários: se a maioria das casas térreas inventariadas pertencia a famílias modestas, casos houve em que os inventariados que habitavam em casas térreas possuíam um património em bens fundiários mediano. Estas situações ocorreram sobretudo nos proprietários mais envelhecidos, cujos filhos já se encontravam casados. Só um agregado reduzido, de um casal e filhos menores, é que se poderia alojar numa casa térrea unicelular; os filhos mais velhos, como adianta Alain Collomp, teriam de habitar noutros locais ou emigrar<sup>427</sup>.

Não obstante, as casas térreas pertenciam a inventariados que para além da casa, pouco mais possuíam; uma ou outra leira, a horta e algumas árvores de fruto. Veja-se o exemplo do inventário de Manuel e sua mulher Maria Teresa. O seu património imóvel era constituído por umas “casas térreas colmadas, quinteiro, horta e nela duas oliveiras” avaliado em 24.000 reis; o mobiliário deste casal com três filhos menores resumiu-se a um catre tosco avaliado em 250 reis<sup>428</sup>. De uma forma geral, o mobiliário foi muito escasso, e por isso os exíguos espaços da casa eram muitas vezes suficientes para acomodar os móveis, mas nem sempre para albergar todos os elementos do agregado.

A casa de sobrado, tal como a casa térrea, era de “linhas singelas e de pedra”<sup>429</sup>. Segundo a documentação escrita, o sobrado do camponês minhoto era unicelular, ou na generalidade tinha duas divisões. Poucos foram os exemplos de sobrados pluricelulares. Desse modo, mais que uma classificação tipo, a distinção funcional das várias dependências na verticalidade é por si um indicador da categoria social dos indivíduos e “sinal de uma cultura habitacional bastante requintada”<sup>430</sup>.

---

<sup>427</sup> Alain Collomp, *ob. cit.*, 1990, p. 511.

<sup>428</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-2-2-46, 1798.

<sup>429</sup> Estas características não se limitaram à casa rural minhota mas à casa rural portuguesa em geral. Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *ob. cit.*, s/d., p. 37.

<sup>430</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 172.



**Fig. 3** - Casa das Machadas (Silva, Barcelos)

No piso térreo ficavam as cortes do gado, o cortelho, a adega e a loja, que servia para as arrumações, e geralmente a cozinha<sup>431</sup>. O piso superior estava reservado à habitação. A localização da cozinha, ora térrea ora no sobrado, constituiu uma das principais discrepâncias entre as fontes documentais e as fontes iconográficas. Do universo total destas últimas (43), 51,2% das casas de sobrado a cozinha situa-se no piso superior.

A casa representada na figura 3 coincide com a casa de sobrado do Baixo Minho do período moderno, tal qual é referida na nossa documentação. Para além das duas cortes e de um cortelho, era no piso térreo que se situava a cozinha; o piso superior era constituído por dois compartimentos. Observa-se a mesma organização espacial nas casas do inventário de Salvador Francisco e sua mulher Francisca da Costa:

“Umas casas “com cozinha terrea, sobrado repartido com dois repartimentos e uma loja com varanda e camaretas, quinteiro e rexo que serve de horta”<sup>432</sup>.

---

<sup>431</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, “Casa”, in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Figueirinhas, 1992, pp. 518-519.

<sup>432</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 354, 1754.



Muito embora neste exemplo não esteja especificado em que piso é que se encontravam as referidas dependências, é evidente que o piso superior seria constituído pelos dois compartimentos, e o piso térreo pelas restantes dependências, loja e cozinha. Na varanda estariam as tais *camaretas*. A cozinha era térrea, anexa aos edifícios secundários<sup>433</sup>. Durante o dia as atividades de trabalho agrícola desenvolviam-se no piso térreo, sendo por isso mais funcional que também as atividades de trabalho doméstico e de convívio coletivo também aí se desenvolvessem; era na cozinha que a mulher fiava o linho, que a mulher trabalhava e criava os filhos; era na cozinha que a família se reunia e recebia as visitas. A cozinha era, em suma, a “divisão chave no funcionamento da residência”<sup>434</sup>.



**Fig. 4** - Cozinha de sobrado (Longos, Guimarães), 1796



**Fig. 5** - Cozinha da Casa de Sá (Sequeade, Barcelos), 1784

Na figura 4, a lareira central está representada por um buraco no chão em madeira. Ao lado da lareira, num dos cantos está o forno e junto dele a masseira onde se faz e guarda o pão. Nos inventários orfanológicos a masseira do pão foi a peça mais inventariada, seguindo-se a banca. Para além destes móveis, alguns inventários especificaram que as mesas e caixas inventariadas estavam na cozinha. As caixas eram multifuncionais, serviam para guardar os géneros ou qualquer outro objeto - inclusive a roupa de casa -, serviam de mesa, ou de assento e de cama em casos de maior necessidade<sup>435</sup>.

Na figura 5 podemos observar o tal “banco de sentar ao lume”, tantas vezes referido na

<sup>433</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *ob. cit.*, s/d., p. 43.

<sup>434</sup> Fernando Távora, Rui Pimentel, António Menéres, *ob. cit.*, 1980, p. 39.

<sup>435</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, cts. 3504, 1754; 3528, 1750; 3559, 1757; *idem*, Póvoa de Lanhoso, cts. 817, 1790; 1231, 1791; 1233, 1766. AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, cts. C-3-1-91, 1792; C-1-4-29, 1793; C-7-1-100, 1801.

documentação. Muito embora não haja a certeza de este remontar ao período da nossa análise, permite recriar este elemento da vida quotidiana rural. Os potes de ferro não faltam em nenhuma das representações (figuras 4 e 5). Para além do mobiliário e utensílios de cozinha, as cozinhas possuíam nichos, poiais e bancas. As paredes denegridas pelo fumo testemunham a ausência de chaminé nas casas rurais.

As casas de sobrado possuíam características que as diferenciavam na paisagem. Distinguiam-se das casas térreas não só em altura, mas num maior refinamento arquitetónico, possuindo escada exterior e a varanda. O acesso ao piso superior fazia-se por uma escada exterior em pedra, paralela ou perpendicular à fachada, que ascendia ao limiar da entrada, ao pátio ou à



**Fig. 6** - Casa dos Novais (Feitos, Barcelos), finais do século XVIII

varanda. Como salientam os autores da obra *Arquitectura Popular Portuguesa*, “se há coisa em que o minhoto capricha é na escada principal da sua casa”<sup>436</sup>. Nas casas de sobrado fotografadas, raras foram as casas sem a sua escada de pedra robusta e austera, embora os inventários orfanológicos não se lhes refiram muito. No concelho de Barcelos, foram inventariadas apenas três casas de sobrado com escada de pedra; em Guimarães oito e no concelho da Póvoa de Lanhoso uma. A maior parte destas ocorrências foram arroladas nas benfeitorias, o que leva a supor que a sua existência estivesse implícita na maior parte das casas de sobrado. Deste modo, urge sublinhar a importância fundamental das benfeitorias na referência dos diversos elementos da casa rural minhota, que de outro modo estariam ausentes.

---

<sup>436</sup> Fernando Távora, Rui Pimentel, António Menéres, *ob. cit.*, 1980, p. 49.

A varanda servia de corredor exterior ligando “a entrada da casa com qualquer quarto ou sala”; o comprimento variava consoante o número de dependências que convinha servir<sup>437</sup>. Do total das casas de sobrado, 45 fizeram referência a varanda.



**Fig. 7** - Casa de Sá (Sequeade, Barcelos), 1784

Como sublinham Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, a varanda era “um dos traços característicos fundamentais da casa nortenha”<sup>438</sup>. Para além de corredor, a varanda era utilizada para arrumação e sequeiro<sup>439</sup>.

A varanda era muitas vezes objeto de transformação e adaptação; a falta de espaço, por exemplo, levava a que se construíssem pequenos compartimentos nas suas extremidades. Esta tendência observou-se não só nas casas de sobrado fotografadas como nas benfeitorias inventariadas. Veja-



**Fig. 8** - Casa do Eirigo (Areias de Vilar, Barcelos), segunda metade do século XVIII

se o exemplo do inventário de Antónia Maria de Abreu: “um quarto na varanda forrado e pintado”<sup>440</sup>.

<sup>437</sup> *Idem*, p. 81.

<sup>438</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *ob. cit.*, s/d., p. 50.

<sup>439</sup> *Idem, ibidem*. Sequeiro – anexo à casa de lavoura, onde se guardam e expõe ao sol os produtos da terra – milho, feijão, etc. Fernando Távora, Rui Pimentel, António Menéres, *ob. cit.*, 1980, p. 39.

<sup>440</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-5-59, 1805.



A varanda tanto podia ser aberta como fechada com tabuado de madeira. Neste caso, mais que um corredor, a varanda transformava-se num dos compartimentos que respondia às necessidades familiares e do trabalho doméstico, nomeadamente a tecelagem. Esta atividade era desenvolvida no chamado “quarto do tear”, alojado geralmente na varanda.

A varanda e a escada em pedra completavam a casa de sobrado, mesmo dos lavradores mais modestos. O mesmo não se poderá dizer da chaminé. Não temos nenhuma referência a chaminés nos testamentos, tal como Margarida Durães aferiu para as freguesias do termo de Braga<sup>441</sup>. Nos inventários orfanológicos só temos referência a uma chaminé numa casa de sobrado, descrita também nas benfeitorias. Este sobrado pertencia ao inventariado Custódio Fernandes do casal do Souto Velho, reguengo, sito na freguesia de Santa Maria de Sobradelo<sup>442</sup>. Este casal foi avaliado em 1.015.900 reis, constituído por campos, leiras, devesas, soutos e a casa de sobrado. Curiosamente, esta casa desviou-se bastante do padrão normal das casas de sobrado da documentação consultada. Não há referência a cortes, o que não significa que não as tivessem. Como albergariam os semoventes inventariados – dois bois, três vacas e um bácoro? Segundo a descrição da referida casa, no piso térreo ficaria a loja e nada mais, mas na nossa perspetiva estariam lá também as tais cortes ou então, poderiam estar mais afastadas da casa de habitação por forma conferir-lhe maior distanciamento relativamente à atividade agrícola. Nas casas de maior vulto, estas dependências, assim como outras, segundo Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano “não se encontram na sua totalidade compreendidos no bloco principal do edifício, mas dispostos um pouco a esmo em torno de um pátio ou recinto fechado situado ao lado daquele – telheiro, terreiro ou quinteiro”<sup>443</sup>.

Voltando à estrutura habitacional do inventariado Custódio Fernandes do casal do Souto Velho, no piso superior uma “ casa de sobrado, cozinha de sobrado com sua chaminé, escadas, varandas e pátio de pedra”. A casa de sobrado pode ser entendida como um compartimento e a cozinha, outro. Mas a localização da cozinha no piso superior, com uma chaminé, torna esta casa excecional (muito embora a cozinha no sobrado não tenha sido comum na documentação escrita, foi-o na documentação fotográfica, como já referimos). Estamos perante uma família de estatuto elevado. Os indicadores de riqueza não passam unicamente pela casa de morada e bens fundiários. O mobiliário, do qual consta um guarda-roupa de duas portas, um oratório

---

<sup>441</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 198.

<sup>442</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-190, 1795.

<sup>443</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *Arquitectura tradicional portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1998, p. 37.

pintado, duas mesas com gaveta, dois catres torneados, seis escabelos, dois bancos de sentar ao lume e uma banca, é de igual modo reflexo de riqueza e de algum conforto. A ourivesaria e a indumentária assim como a roupa de casa inventariada - as fivelas de prata, cordão, laça, brincos, e contas de ouro; a colcha de chita da Índia forrada de *futelié* com seu galão amarelo, as saias de seda, as meias, as roupinhas de pano carmesim, o chapéu etc., e ainda a chocolateira – corroboram e salientam o seu estatuto.

Na modesta casa térrea ou de sobrado o fumo que enegrecia as paredes era expelido para o exterior não por uma chaminé mas como se observa na figura 9, através de telhas levantadas, pelas fissuras das paredes de pedra, pela porta e pelas janelas. A chaminé é, segundo alguns autores, um elemento relativamente recente<sup>444</sup>.



**Fig. 9** - Casa do Eirigo (Areias de Vilar, Barcelos)

Apenas nas grandes casas rurais a chaminé avulta de forma imponente; na casa do camponês pobre e mediano não existia chaminé, tanto em Portugal como no resto da Europa. O fumo escurecia as paredes da cozinha; daí que, como salienta Raffaella Sarti, ao quarto da cama denominassem de “quarto branco” e ao quarto da chaminé, de “quarto preto”<sup>445</sup>.

A casa de sobrado desta região compunha-se em suma de um piso térreo, geralmente para a cozinha, cortes de gado e arrumações, e outro superior, para habitação, acessível por uma escada exterior de pedra, onde avulta a varanda larga e corrida<sup>446</sup>. As referências às casas-torre foram muito parcas, e curiosamente só foram inventariadas no concelho de Barcelos.

Segundo Manuel Sílvio Conde, as casas-torre não teriam “desempenhado um papel verdadeiramente defensivo”, nem teriam sido construídas para esse efeito<sup>447</sup>. Segundo o mesmo

---

<sup>444</sup> *Idem*, p. 34.

<sup>445</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 159.

<sup>446</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, *ob. cit.*, 1992, pp. 518-519.

<sup>447</sup> Manuel Sílvio Conde, Marina Afonso Vieira, “Habitação e a arquitectura corrente do Norte Trasmontano em finais da Idade Média”, in Iria Gonçalves (coord.), *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade de Nova de Lisboa, 2004, p. 16.

autor, estas casas teriam sido construídas, sobretudo com o intento de cobrar rendimentos. Não seria o caso dos nossos inventariados, uma vez que todos eles eram foreiros e não proprietários plenos. Contudo, a data da sua edificação teria sido muito anterior à da do inventário, e quem sabe, se já não teriam pertencido a proprietários plenos.

No entanto, verificamos que todas as casas-torre foram inventariadas sempre com cozinha térrea. Desse modo, somos opositores da ideia de que as casas-torres inventariadas seriam do tipo senhorial. Seriam casas simples, não muito diferentes da casa de sobrado, erguendo-se apenas um pouco mais, uma das suas extremidades, como se observa na figura seguinte.



**Fig. 10** - Casa dos Novais (Feitos, Barcelos), finais do século XVIII

No entanto, a edificação da torre, poderá estar associada à necessidade dos proprietários evidenciarem o seu estatuto ou um momento de ascensão social, ou ainda, como sublinha Liliana Conceição Silva Pereira, “honrar um lugar”<sup>448</sup>. Acrescenta ainda a mesma autora que, as famílias da pequena nobreza rural, que se encontravam em ascensão social, iam buscar o nome da sua linhagem ao nome da torre construída na sua propriedade<sup>449</sup>.

Na parte superior da torre haveria talvez um compartimento e na parte inferior uma espécie de loja que servia para armazenar os produtos agrícolas ou guardar as ferramentas de trabalho.

Muito embora não tenhamos inserido a casa urbana neste estudo, importa referir que dois inventários de Guimarães e um da Póvoa de Lanhoso as arrolaram no seu património, embora a ausência de informação sobre elas impede-nos de as considerar <sup>450</sup>.



**Fig. 11** - Casa do Forno (Rendufinho, Póvoa de Lanhoso), século XVIII. Traseira da casa voltada para a rua principal

---

<sup>448</sup> Liliana Conceição Silva Pereira, “Quinta dos Cavaleiros – contributo para o estudo da casa - torre”, *Actas do 1º Congresso internacional, Casa Nobre. Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2007, p. 422. A mesma autora sublinha que no período medieval, uma das formas para alargar as honras era a construção de uma casa – torre. *Idem, ibidem*.

<sup>449</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>450</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, cts. C-3-5-83, 1770; C-3-5-57, 1794; ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 287, 1794.

Importa agora abrir a porta da cozinha térrea ou da casa de sobrado. Uma primeira conclusão a que chegamos é que a casa rural voltava as costas para o caminho público. A fachada principal, por oposição à casa senhorial, abre-se para o interior, esconde-se dos olhares alheios e protege-se das chuvas do sudoeste.



**Fig. 12** - Casa do Forno (Rendufinho, Póvoa de Lanhoso). Fachada principal

É para e com a atividade agrícola que a casa rural adquire vida e sentido, transformando-se, como já citamos, numa “alfaia agrícola”.

As cortes do gado e o cortelho do porco assim como a loja, já aqui muitas vezes referidas, não podiam faltar na casa rural. Se não estivessem integradas no mesmo edificio estariam contíguas.

Junto à habitação, erguiam-se algumas construções de suporte à atividade agrícola:



**Fig. 13** - Corte do gado da Casa de Sá (Sequeade, Barcelos)



estruturas de armazenamento - adega, alpendre, coberto e palheiro – e, espaços abertos para a secagem dos produtos agrícolas e criação de galináceos – eira, quinteiro, rexiu ou eido.

Relativamente às estruturas de armazenamento, à semelhança do que constatou Manuel Sílvio Conde, não abundam informações a seu respeito nos inventários orfanológicos e nos testamentos a eles apensos<sup>451</sup>. Relativamente às adegas, no universo total



**Fig. 14** - Adega da Casa de Sá

apenas 10 inventários fazem referência a esta estrutura, ora

designado de “casa da adega” ora de “cortelo da adega”. A loja, que servia para arrumação também podia servir de adega, como se atesta no inventário de João Carvalho de Araújo, da freguesia de São Martinho de Águas Santas: “uma loja que serve de adega”<sup>452</sup>. O chão de terra batida armazenava as cubas e pipas de vinho verde, de ramada ou de “enforcado”.

O coberto, de colmo ou de telha, foi geralmente inventariado de “coberto da eira”. Esta designação reflete a relação de dependência entre o espaço telhado ou colmado (coberto) e o espaço aberto (eira). Depois de desfolhado o milho, malhava-se e deixava-se



**Fig. 15** - Coberto e eira da Casa das Lages (Cunha, Barcelos)

secar na eira para ser guardado no varandão ou no coberto. A eira, segundo a documentação

escrita, era sempre ladrilhada para evitar que os produtos agrícolas se espalhassem pela terra e

<sup>451</sup> Manuel Sílvio Conde, Marina Afonso Vieira, *ob. cit.*, 2004, p. 32.

<sup>452</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 16, 1800.

se estragassem<sup>453</sup>. Para além da eira, não faltou na descrição da casa rural o *rexio* ou *eido*, o qual, juntamente com o quinteiro, se transformava numa “autêntica sala ao ar livre”<sup>454</sup>.

Esta “sala aberta” era circundada pela casa de habitação, pelas dependências secundárias, pelos muros e pelo portal fronho ou portal de carros. As inscrições, quando as há, foram feitas na padieira do portal. Este, para além de servir de entrada para o gado, era a porta principal da casa de



**Fig. 16** - Portal fronho da Casa de Real (Bastuço São João, Barcelos), finais do século XVIII

lavoura. Depois de fecharmos o portal, importa perceber como e onde se desenvolviam as atividades do quotidiano, para posteriormente perceber a importância das benfeitorias para o estudo da casa rural.

### 1.3 A especialização dos espaços da casa rural do Baixo Minho

Aspetos económicos, como o custo do foro, a aquisição do imóvel ou ainda o custo da sua construção apresentam-se como fatores determinantes para o número de divisões existentes<sup>455</sup>. Não obstante, neste período, como adianta Fernanda Olival, nem todas as habitações teriam grande especialização de espaços<sup>456</sup>. A documentação confirma que à medida que nos aproximamos da casa mais elementar, maior era a presença da multifuncionalidade. Na casa térrea unicelular, predominante nos inventários do concelho de Barcelos, não existia diferenciação entre sala, quarto e cozinha; um único espaço organizacional concentrava toda a vida doméstica.

<sup>453</sup> *Idem*, ct. 2621, 1778; *idem*, ct. 141/1, 1797; AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-2-127, 1780 etc.

<sup>454</sup> Fernando Távora, Rui Pimentel, António Menéres, *ob. cit.*, 1980, p. 38.

<sup>455</sup> Paul Servais, “Inventaires et ventes de meubles: apports à l’histoire économique” in Baulant, A. J. Schuurman, P. Servais (eds.), *Inventaires après-décès et ventes de meubles: apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*, Louvain-la-Neuve, Academia, 1988, p. 32.

<sup>456</sup> Fernanda Olival, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”, in José Mattoso (dir.), Nuno Gonçalo Freitas Monteiro (coord.), *História da vida privada em Portugal*, vol. II – A Idade Moderna, s/l, Círculo de Leitores, 2011, p. 250.

A especialização funcional acentua-se na casa de sobrado, visto que a parte inferior estava reservada ao abrigo dos animais e à guarda e armazenamento de produtos, enquanto o piso superior se destinava ao recolhimento noturno<sup>457</sup>. Todavia, no que respeita apenas à estrutura habitacional, a especialização funcional só se torna evidente nas casas pluricelulares. Veja-se o exemplo da casa do inventariado Custódio Francisco, lavrador abastado, da freguesia de São Paio de Brunhais:

“Casa de vivenda que se compõe de quatro salas, três quartos, uma cozinha com atenção a telha e madeiras, uma varanda e loges por baixo, uma barra com três cortes e portal”<sup>458</sup>.

Este inventariado era foreiro e proprietário. Tinha nove filhos, sete rapazes e duas raparigas, que ao tempo da sua morte estavam quase todos casados. O mobiliário arrolado não confirma qual seria o espaço usado para dormir, porque são apenas referidos cinco catres, que tanto podiam estar distribuídos pelos quartos como pelas salas<sup>459</sup>. O mobiliário inventariado não chegaria para encher os diversos compartimentos: três cadeiras, um caixão que poderia servir de mesa, um bufete, quatro bancos - dois de encosto - que tanto podiam estar distribuídos nas salas como na cozinha, duas bancas e algumas caixas. Contudo, esta casa de vivenda permitia conferir ao agregado um certo conforto e alguma intimidade para o casal<sup>460</sup>.

Nas casas bicelulares, quarto e a cozinha foram as divisões mais inventariadas. Nesta tipologia, a multifuncionalidade continuou a predominar embora de forma mais ponderada quando comparada com a casa unicelular. Todavia, o “princípio da divisão funcional” continuava a ser “apenas esboçado”<sup>461</sup>. Todos os elementos do agregado doméstico, pais e filhos, serviam-se do mesmo espaço para pernoitar, amontoando-se catres, colchões, simples tábuas, caixas e até uma ou outra mesa, ou seja, não havia privacidade nem “distinção entre o privado e o

---

<sup>457</sup> Manuel Silvío Conde, Marina Afonso Vieira, *ob. cit.*, 2004, p. 13.

<sup>458</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 27, 1789.

<sup>459</sup> Em vários locais da Europa, as camas distribuíam-se pelos cantos das salas. Alain Collomp, *ob. cit.*, 1990, p. 515.

<sup>460</sup> Rivka Bercovici chama atenção para as mudanças que ocorreram entre os séculos XVII e XIX ao nível da palavra “íntimo”. A intimidade, no período clássico significava uma espécie de retiro face ao mundo, um isolamento voluntário face à companhia dos outros. Rivka Bercovici, “Dans L’Intimité des parisiens avec les inventaires après-décès (1840-1881)”, in Micheline Baulant, A. J. Schuurman, P. Servais (eds.), *Inventaires après-décès et ventes de meubles: apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*, Louvain-la-Neuve, Academia, 1988, p. 59.

<sup>461</sup> Manuel Silvío Conde, Marina Afonso Vieira, *ob. cit.*, 2004, p. 12.



público”<sup>462</sup>. Este modo de habitar, em áreas reduzidas, dava azo a comportamentos promíscuos: por exemplo, no conjunto de moradias eborenses analisadas por Fernanda Olival, 50% tinham um ou dois compartimentos, ou seja, condições propícias ao seu despoletar<sup>463</sup>. Segundo Alain Collomp, quer em Lorena como na Alta Provença, Borgonha ou ainda nos vales dos Pirenéus, mesmo nas casas de vários compartimentos “a cama ou as camas ainda se encontram no mesmo compartimento em que se vive, em que se acende o fogo e em que se preparam e depois se consomem os alimentos”<sup>464</sup>. No concelho de Guimarães encontramos uma casa de sobrado bicelular de 1796 que mantém ainda vestígios dos modos de habitar do século XVIII. No piso inferior existe ainda a loja e no superior um quarto e a cozinha.



**Fig. 17** - Quarto/sala da casa do Sr. Manuel (Longos, Guimarães), 1796

Como se observa na figura 17, este compartimento ainda hoje serve não apenas para dormir mas também para as ocasiões mais solenes. O Sr. Manuel tem três filhos e segundo ele, todos dormiam ali, “cá nos arranjávamos”. Salientou que este espaço foi sempre sala e quarto em simultâneo. O mobiliário seria adaptado ao número de elementos do agregado. Se

<sup>462</sup> Martine Segalen, *Sociologia da família*, Ana Santos Silva (trad.), Lisboa, Terramar, 1999, p. 282.

<sup>463</sup> Fernanda Olival, *ob. cit.*, 2011, p. 252.

<sup>464</sup> Alain Collomp, *ob. cit.*, 1990, p. 517.

observarmos a figura com precisão, verificamos que para além da cama e da mesa, há uma caixa e num dos cantos do quarto a “retrete” ou a “necessária”. Nos inventários e testamentos não houve referência a esta dependência. O mesmo se observou nas casas fotografadas; esta casa foi uma exceção. As necessidades fisiológicas durante o dia seriam satisfeitas ao ar livre, no campo ou em qualquer outro espaço; à noite, os elementos do agregado doméstico servir-se-iam de bacios. Nos inventários e testamentos as descrições referentes ao quarto revelam que se tratava de uma peça simples. Houve apenas referência ao teto, geralmente forrado a madeira à semelhança do que se observa na figura 17.

A cozinha era um espaço polivalente, na qual se passava a maior parte do tempo, sobretudo as mulheres, que preparavam os alimentos, criavam os filhos e faziam os trabalhos do linho e lã. Seria o único espaço da casa com uma nota de conforto, proporcionado pelo aconchego da lareira<sup>465</sup>. A polivalência não era tão acentuada nas dependências secundárias. As cortes albergavam o gado; o cortelho o porco; na adega armazenava-se o vinho; a loja, mais polivalente, servia para armazenar os produtos do campo e as alfaias; no coberto ou alpendre, guardava-se o milho e outros produtos.

#### **1.4 As benfeitorias nos inventários orfanológicos**

A casa e as suas dependências foram objeto de benfeitorias por parte dos inventariados a fim de evitar a sua degradação e, ao mesmo tempo, no caso dos emprazamentos, garantir a sua renovação. Para além de nos fornecer informações fundamentais sobre os diversos elementos da casa rural, fornecem indicações sobre o estado de preservação dos edifícios, e sobre a melhoria das condições de habitabilidade. Para além das vantagens que referimos, as benfeitorias atestam que “as superfícies construídas pertencentes a uma unidade familiar não eram imutáveis”<sup>466</sup>.

Proceder a benfeitorias significava na maior parte dos casos “abrir os cordões à bolsa”. Não obstante, havia algumas situações em que os próprios as faziam reduzindo ou eliminando custos. Todavia, as benfeitorias inventariadas nos três concelhos foram, não raras vezes, de valor bastante avultado, chegando mesmo, como já referimos, a ultrapassar o dos próprios edifícios. Ao quantificarmos a frequência de inventários com benfeitorias e o seu valor total nos três concelhos verificámos fortes variações. Barcelos apresentou um número muito inferior de

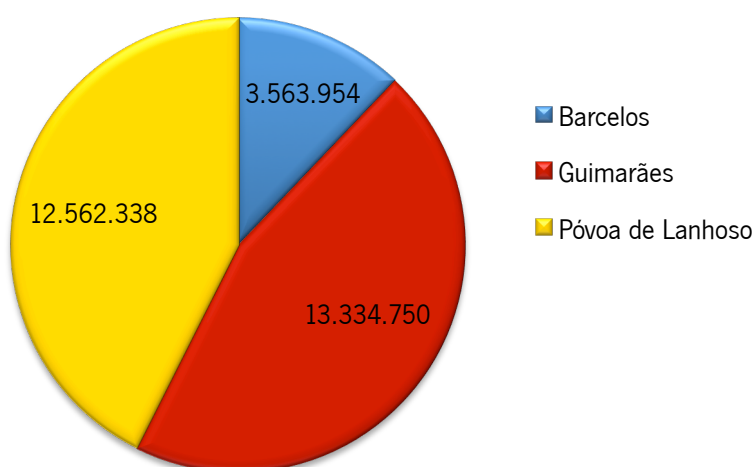
---

<sup>465</sup> Manuel Sílvio Conde, Marina Afonso Vieira, *ob. cit.*, 2004, p. 13.

<sup>466</sup> Alain Collomp, *ob. cit.*, 1990, p. 507.

benfeitorias (26 ocorrências) quando comparado com os demais concelhos (58 ocorrências no concelho de Guimarães e 92 no concelho da Póvoa de Lanhoso). Como seria de prever, o valor total das benfeitorias dos inventários de Barcelos foi também muito mais reduzido.

**Gráfico 12** - Valor total em reis das benfeitorias nos inventários orfanológicos (1750-1810)

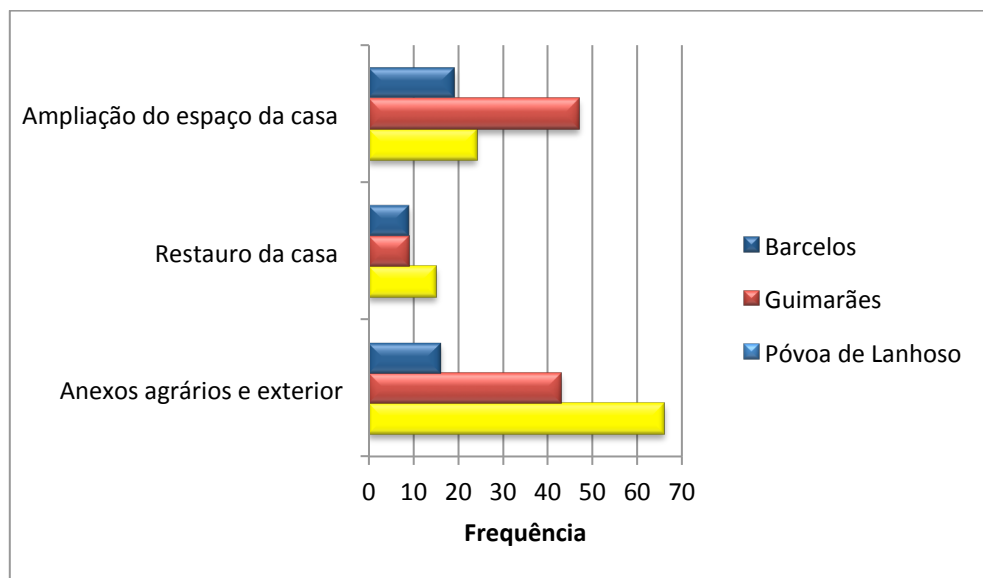


**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Pese embora as disparidades de frequência nos três concelhos, mesmo assim o valor das benfeitorias não se encontra em concordância. Se associarmos estas duas variáveis (frequência de inventários com benfeitorias e o seu valor total por concelho), a diferença percentual adquirida nos três concelhos permite concluir que as benfeitorias dos inventários vimaranenses foram mais onerosas. Ao considerarmos as benfeitorias reflexo da capacidade económica dos inventariados concluímos que, a saber: primeiro, os inventariados do concelho de Barcelos supostamente pautaram-se por um maior condicionalismo económico, impossibilitando-lhes a feitura de benfeitorias, contrariamente ao que se verificou nos concelhos de Guimarães e da Póvoa de Lanhoso; segundo, as benfeitorias levadas a cabo no concelho de Guimarães foram manifestamente de maior vulto, se por um lado atesta maior conforto económico por parte destes inventariados, por outro lado, poderá acusar maior desapego a

hábitos ancestrais e, por conseguinte, uma maior propensão para a reabilitação/modernização dos seus imóveis. Para aferirmos esta tendência importa apurar a natureza das benfeitorias.

**Gráfico 13** - Natureza das benfeitorias nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Amostra:** Total de benfeitorias: 248.

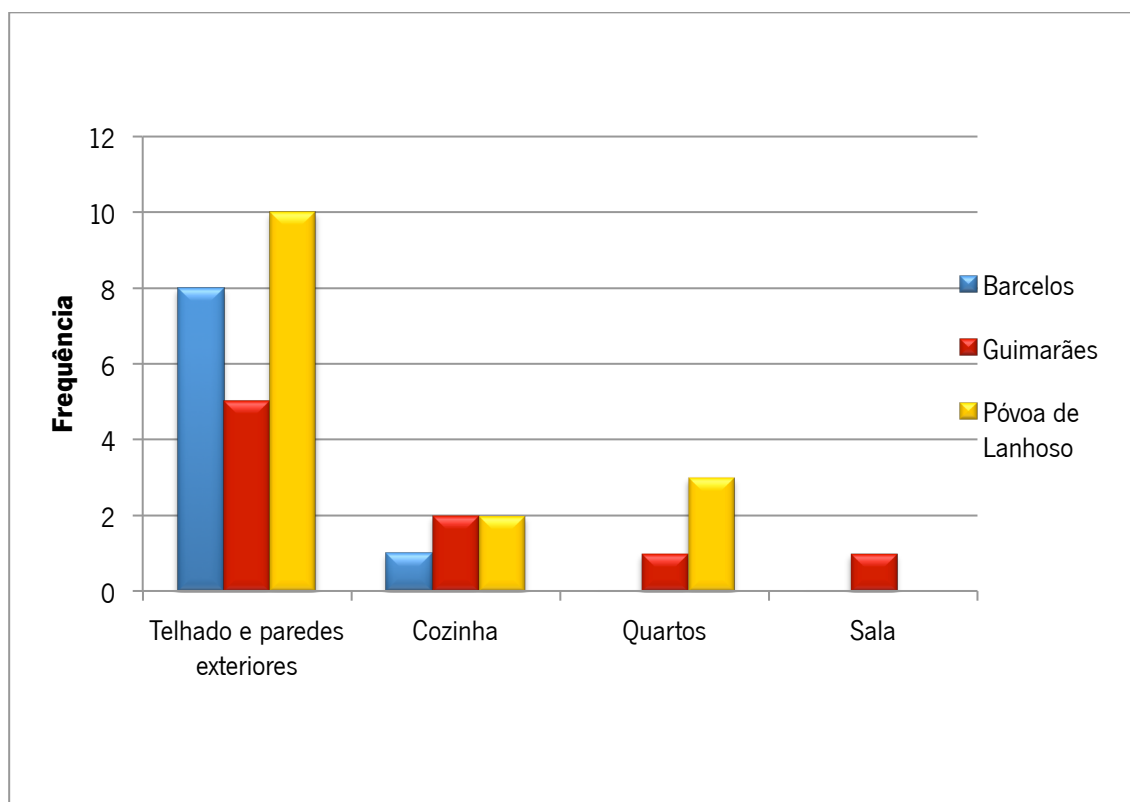
**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Esta apresentação geral da natureza das benfeitorias permite-nos saber se as principais preocupações dos inventários se voltaram para a casa de habitação ou para o exterior, no qual se incluem as dependências secundárias. No primeiro caso, procurámos também saber se as benfeitorias procuraram a ampliação da casa, o que pressupõe construções de raiz, ou restaurar a que já existia.

Entre os três concelhos, as prioridades foram distintas. Para os inventariados do concelho de Guimarães, 47,5% das benfeitorias tiveram como intento a ampliação da casa de habitação, seguindo-se as benfeitorias com os anexos agrários e exterior (43,4%). O restauro da casa representou apenas 9%. Situação semelhante, embora numa proporção bem menor, verificou-se com as benfeitorias do concelho de Barcelos. O mesmo não se observou no concelho da Póvoa de Lanhoso. As prioridades dos inventariados deste concelho foram em primeiro lugar os anexos agrários e o exterior da casa rural (63%), seguindo-se a ampliação da

casa de habitação (23%) e por último, tal como nos demais concelhos, o restauro da casa (14%). Não deixa de ser curioso que o restauro da casa seja menos tido em conta nas benfeitorias. Esta tendência poderá ter várias leituras: as dificuldades económicas de alguns inventariados seriam de tal modo significativas que não restavam economias para melhorar as condições de habitabilidade; as casas encontrar-se-iam, segundo os inventariados, em boas condições, não havendo necessidade de proceder a benfeitorias; por último, construir de novo ou parcialmente poderia ser menos dispendioso que restaurar. Vejamos quais as partes da casa que foram mais objeto de restauro nos três concelhos.

**Gráfico 14** - Benfeitorias de restauro nas casas inventariadas (1750-1810)



**Amostra:** Total de casos de restauro: 33.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

As benfeitorias ao telhado e às paredes exteriores foram as principais necessidades referenciadas nos inventários dos três concelhos. A substituição do telhado de colmo e palha por

telha foi uma prática corrente na Europa<sup>467</sup>. Substituir os materiais inflamáveis por materiais mais resistentes às catástrofes naturais e ao clima, tornou-se uma prioridade no mundo urbano e rural. A respeito dos telhados, Fernand Braudel partindo de um desenho de uma aldeia do período moderno que se encontrava no museu de Nuremberga, tomou os telhados como uma espécie de mapa social. Na referida pintura os telhados de telha estavam assinalados a vermelho e os de colmo a cinzento. A cor, segundo Braudel, permitiu-lhe distinguir de forma clara os camponeses pobres dos camponeses abastados. As casas dos primeiros seriam de telhado de colmo, a dos segundos de telha. Braudel adianta que no século XVIII, e ainda no século XIX excecionalmente, ter um telhado de telha era sinónimo de distinção<sup>468</sup>. O mesmo considerou, de certa forma, Jean-Louis Flandrin. No seu estudo sobre a região de Lyon, sublinhou que geralmente os telhados do camponês pobre ou modesto eram de colmo<sup>469</sup>. Muito embora não houvesse grandes discrepâncias nas construções de habitação na Europa rural do século XVIII, a verdade é que os inventários do Baixo Minho demonstram que afinal os telhados de telha predominaram quer na casa de sobrado dos lavradores mais bastados como nas casas térreas dos lavradores mais modestos. No total da amostra encontramos apenas duas referências a casas térreas com telhados de colmo nos três concelhos<sup>470</sup>. A referência a telha e a colmo em simultâneo (“tudo coberto de telha e colmo”) foi muito frequente nos inventários. Trata-se de soluções mistas, como se observava em Vimioso, Vinhais e Montalegre<sup>471</sup>. Porém, pela documentação percebe-se que o colmo seria utilizado sobretudo nos telhados dos anexos agrários e a telha nos telhados da habitação, como se exemplifica:

“Casas térreas, cozinha, cortes, palheiro, alpendre com eirado e portal fronho, tudo coberto de telha e de colmo”<sup>472</sup>.

“Uma casa de sobrado, cozinha também de sobrado, loja com seu lagar de pedra, tudo telhado; cortes, barras colmadas, eido com seu portal fronho; na parte sul cortes,

---

<sup>467</sup> Fernand Braudel, *ob. cit.*, vol. I, 1992, p. 232.

<sup>468</sup> *Idem*, p. 233.

<sup>469</sup> Jean-Louis Flandrin, *ob. cit.*, 1995, p. 102. Margarida Durães encontrou, de igual modo, algumas referências a telhados de colmo no seu estudo. Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 198.

<sup>470</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 358, 1754; AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-4-30, 1794.

<sup>471</sup> Manuel Sílvia Conde, Marina Afonso Vieira, *ob. cit.*, 2004, p. 10.

<sup>472</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3951, 1789.

eira e coberto colmado com seus rexis com suas árvores de vinho, oliveiras e fruteira

<sup>473</sup>.

Por isso, é provável que na região do Baixo Minho o telhado de telha nas habitações não fosse um indicador de estatuto, uma vez que se generalizou a todos os estratos sociais. O mesmo considerava Duarte de Armas para a região de Bragança<sup>474</sup>. Contudo, nas dependências secundárias só as dos lavradores mais abastados é que possuíam telhados de telha.

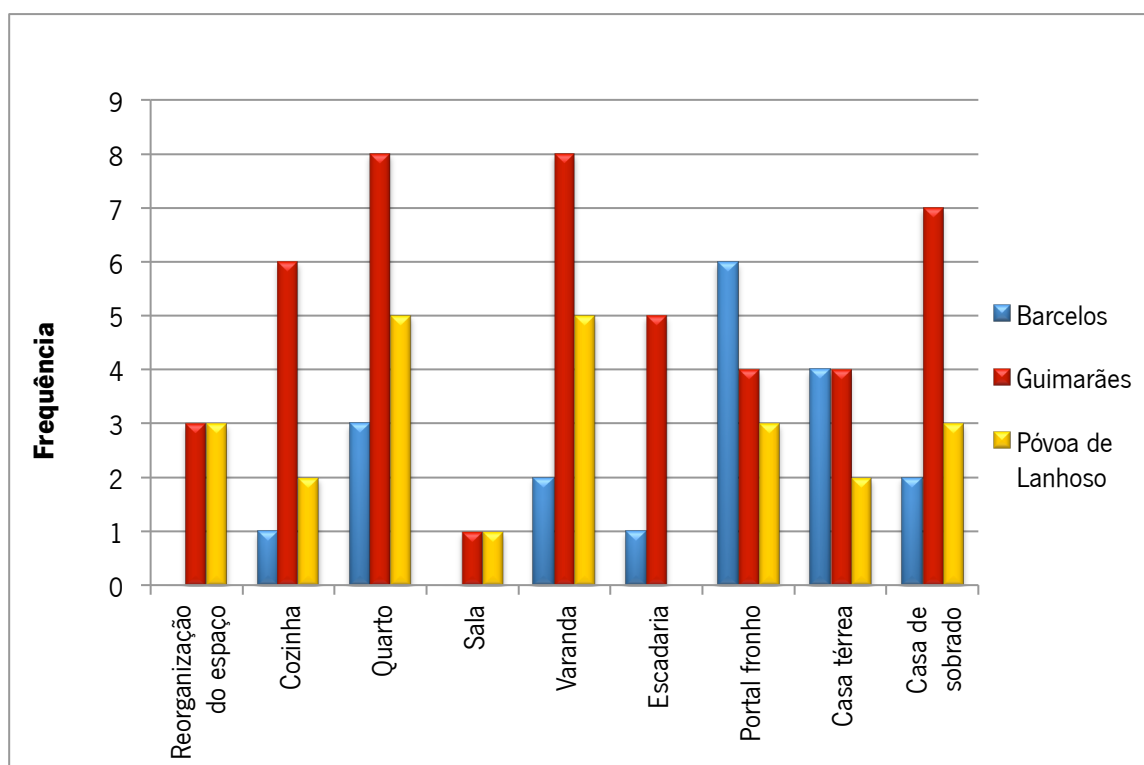
As paredes exteriores ou os muros, como são designados nos inventários, tanto foram objeto de restauro como de construção. O muro era uma das características da casa rural; tudo deveria estar ladeado de muros, a casa, as dependências agrárias e por vezes, algumas leiras, hortas, etc. Poucas foram as referências relativas a obras no interior da casa, que por serem tão diminutos não podem servir de análise. As benfeitorias de ampliação/construção foram bem mais significativas. Veja-se:

---

<sup>473</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-183, 1800.

<sup>474</sup> Duarte de Armas foi um escudeiro de D. Manuel I encarregado pelo rei de desenhar as fortalezas da raia portuguesa no início do século XVI. Citado por Manuel Silvio Conde, Marina Afonso Vieira, *ob. cit.*, 2004, p. 10.

**Gráfico 15** - Benfeitorias de ampliação nas casas inventariadas (1750-1810)



**Amostra:** Total dos casos: 100.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Observa-se partindo do gráfico 15 que alguns inventariados realizaram construções de raiz, isto é, casas novas - térreas e sobrados - ou ampliaram as já existentes através da construção de compartimentos (sala, quarto e cozinha). A necessidade de alojar parentes mais velhos ou o filho dotado na casa poderia determinar a construção de uma casa contígua, aumentando desta forma a área habitável<sup>475</sup>. Não foram muitos os inventariados que construíram casas novas. Por um lado era necessário estar provido de capital; por outro, muito embora os inventariados e descendentes fossem os principais usufrutuários da casa durante a vigência do contrato de exploração, que em alguns casos seria perpétuo, na verdade não eram proprietários plenos ou poucos o seriam. No entanto, na nossa perspectiva, o principal entrave à construção de casas novas não foi este último ponto mas o primeiro. Como se atesta no seguinte exemplo, a condição de foreiro não impediu a construção de casas novas: Maria Francisca, inventariante,

<sup>475</sup> Alain Collomp, *ob. cit.*, 1990, p. 509.



proprietária do domínio útil de um prazo foreiro ao Visconde Barbacena da cidade de Lisboa, o qual não foi estimado, vindo apenas a colação as benfeitorias que constam do seguinte:

“(...) construção de uma casa pegada à existência com alpendre; construção de um portal fronho com seu alpendre por cima; de uma corte que serve para os sevados e mais dez picos de paredes, madeiras, telhados, e de soalhar a dita casa térrea junta à cozinha; de parede, madeira e telhados de um quarto e outro alpendre ao pé da eira; um pedaço de parede que tapa a dita eira (...)”<sup>476</sup>.

A casa, pela descrição, seria uma casa térrea bicelular, casa e cozinha, e a um dos compartimentos, o denominado de casa, foi-lhe elevado um piso transformando-a em sobrado.

Para além da casa, a referida inventariada, já viúva, realizou outras construções (portal fronho, corte, quarto, alpendres e paredes). Na verdade, são benfeitorias de certa envergadura e complexidade. Um dos objetivos foi circundar com parede a unidade habitacional à feição de uma casa rural; construir um portal fronho, portal principal da casa; uma corte para os sevados e a eira. A descrição refere os materiais: a madeira, a telha e a pedra. Além disso a avaliação das benfeitorias (118.992 reis) contou com a presença dos louvados e de dois mestres, um pedreiro e um carpinteiro.

Outros inventariados, ao invés de construírem, ampliaram ou reorganizaram o espaço habitacional. Por reorganização entendemos todas as benfeitorias que alteraram a disposição interior dos compartimentos, como por exemplo, a feitura de uma divisão num compartimento, transformando-o em dois ou mais divisões. Considerámos de igual modo como reorganização a deslocalização ou alteração da funcionalidade dos espaços. Exemplifiquemos: no inventário de Lourenço da Costa e sua mulher, Inês Maria, a casa de sobrado foi objeto das seguintes benfeitorias:

“ (...) um repartimento na loja de tabuado de pinho, quatro na cozinha e a sala forrada e na entrada outro forro (...) ”<sup>477</sup>.

Trata-se de uma casa de sobrado, constituída por dois pisos, tendo cada um deles um único compartimento. Com estas benfeitorias os inventariados procederam a uma certa

---

<sup>476</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3951, 1789.

<sup>477</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-2, 1806.

especialização dos espaços, na medida em que a cozinha deixou de ser a divisão onde toda a atividade doméstica se desenvolvia. Além disso, nota-se um especial cuidado com a sala e com a entrada do sobrado, forramento dos tetos, a qual seria talvez, como salienta Margarida Durães, um espaço reservado a “ocasiões solenes”<sup>478</sup>.

Relativamente à outra forma de reorganização, veja-se um exemplo:

“(...) mudar a cozinha para o sobrado e fazer varanda, barras e parede no rexo da Oliveira (...)”<sup>479</sup>.

Neste exemplo, a cozinha que deveria ser térrea passou para o andar superior do sobrado. Esta alteração foi acompanhada com a construção de uma varanda.

A reorganização do espaço não foi muito frequente em qualquer um dos concelhos estudados, mas não deixa de ser pertinente observar que, embora pontualmente, os espaços da casa do Baixo Minho foram objeto de uma certa especialização, demonstrando a adoção de modos de habitar mais refinados.

A construção de varandas e escadarias nas casas de sobrado indicia uma certa prosperidade económica por parte dos inventariados que se pretende transmitir ao seu estatuto, projetado através da casa. O “portal frinho” ou “portal de carro” foi também uma das benfeitorias levadas a cabo nos inventários dos três concelhos. Muito embora não tenhamos integrado no gráfico 15 a abertura de portas e janelas, é de salientar que houve três casos em que tal aconteceu: “abertura de uma porta para a varanda”<sup>480</sup>, “duas portas e uma janela no sobrado”<sup>481</sup>; “a porta da adega”<sup>482</sup>. Nos testamentos não temos nenhuma referência a janelas e, nas benfeitorias e inventários em geral foram muito reduzidas. O mesmo observou Margarida Durães no seu estudo sobre as freguesias do termo de Braga<sup>483</sup>. Até ao final da Idade Média as casas só raras vezes tinham janelas; no período moderno o panorama não se alterou de forma significativa; continuaram a ser poucas e pequenas, sobretudo nas casas rurais<sup>484</sup>. A quase ausência de aberturas permitia que se preservasse o calor que vinha da lareira, fundamental

---

<sup>478</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 200.

<sup>479</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 143/16, 1795.

<sup>480</sup> *Idem*, Barcelos, ct. 3500, 1754.

<sup>481</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-5-4-13, 1803.

<sup>482</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 115, 1787.

<sup>483</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 198.

<sup>484</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 163.

sobretudo para as famílias pobres, com pouca roupa de corpo e casa<sup>485</sup>. A comunicação com o exterior fazia-se “apenas por uma porta, que, depois de fechada, não mais deixaria entrar a luz do sol”<sup>486</sup>. Desse modo, a existência de mais de uma porta e de janelas era por si um indicador de estatuto.

Relativamente às benfeitorias das dependências secundárias, os inventários do concelho da Póvoa de Lanhoso destacaram-se em frequência (55%) ao nível do restauro das paredes exteriores e anexos (11% inventários do concelho de Barcelos e 34% em Guimarães). O aumento de anexos verificou-se, tal como nas casas, sobretudo nos inventários do concelho de Guimarães (66%, Barcelos 19% e Póvoa de Lanhoso 15%).

Tal como em todas as regiões, a casa rural do Baixo Minho era feita com os materiais locais, nomeadamente pedra e madeira<sup>487</sup>. A pedra era usada nas estruturas arquitetónicas da casa, dos anexos agrários e dos muros; a madeira, nas portas, janelas, nos soalhos, nas divisões dos compartimentos (tabuado), estruturas de suporte do telhado e do andar, quando se tratava de casas de sobrado. Nos inventários orfanológicos são raras as informações relativas ao tipo de pedra. Apenas no inventário de Manuel Rodrigues, da freguesia de São João de Airão, vem referido as benfeitorias de um “quarto de perpianho” com um pedaço de varanda”<sup>488</sup>. De pedra, madeira e telha, as referidas benfeitorias foram avaliadas em 24.000 reis. O perpianho era mais apurado e de certeza mais dispendioso; obrigava a um trabalho de pedraria mais minucioso. As construções seriam de pedra tosca e de dimensões muito irregulares, como se pode observar nas imagens em anexo.

Na paisagem rural avulta o cinzento da pedra e o alaranjado velho da telha. No entanto, a persistência da pedra como material de preferência na construção da casa do norte de Portugal, deveu-se por um lado, como era de prever, à abundância desta matéria-prima; por outro lado, como sublinha Orlando Ribeiro, ao “carácter isolado, conservador e arcaizante” da região, que continuou durante séculos acorrentado aos resquícios da civilização romana. A preferência pela pedra nas construções arquitetónicas europeias deve-se, segundo Daniel Roche, a um terceiro fator: muito embora constitua um investimento dispendioso, se tivermos em conta

---

<sup>485</sup> Jean-Louis Flandrin, *ob. cit.*, 1995, p. 110

<sup>486</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 198.

<sup>487</sup> A pedra era o material, por excelência, das estruturas arquitetónicas europeias do período moderno, não só do mundo rural mas também do mundo urbano como, por exemplo, a cidade de Paris que Fernand Braudel denominou de “cidade da pedra”. Fernand Braudel, *ob. cit.*, vol. I, 1992, p. 233.

<sup>488</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-5-121, 1802. Perpianho - Pedra aparelhada nas quatro faces.

a longevidade dos edifícios, constitui “uma forma de capitalização”<sup>489</sup>. Não obstante, foi graças ao uso de materiais líticos, “únicos capazes de durar e envelhecer lentamente”, que os testemunhos arquitetónicos de outros tempos permaneceram ao longo dos séculos.

---

<sup>489</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 108.

### **III PARTE: CULTURA MATERIAL E O PATRIMÓNIO MÓVEL**

Mais do que conhecer os objetos importa compreender o valor que esses objetos tinham para as famílias do Baixo Minho, ao longo da segunda metade do século XVIII e primeira década do século XIX, bem como as relações entre a posse dos objetos e o estatuto dos seus proprietários visto que, a presença de determinados objetos reflete não apenas uma hierarquia ao nível da utilização dos mesmos mas, também, de comportamentos ao nível social, higiénico e alimentar e a sua evolução.

As *Ordenações Filipinas* são claras no que concerne à obrigatoriedade em declarar todos os bens móveis aquando da feitura do inventário. Entende-se por bens móveis “todos os que podem mover-se e transportar-se de hum lugar para outro”<sup>490</sup>. Deste modo, esta terceira parte do nosso trabalho abordará diversas tipologias de bens móveis desde os utensílios de ofício, ao recheio da casa, passando pela roupa de uso doméstico, a roupa do corpo e adornos e, por último, as joias.

---

<sup>490</sup> Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *Esboço de hum dictionário judirico, theórico e practico, remissivo às leis compiladas, e extravagantes*, vol. I, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1825, n/numerado.

## **CAPÍTULO V - UTENSÍLIOS DE OFÍCIO**

## 1. UTENSÍLIOS DE OFÍCIO NOS INVENTÁRIOS ORFANOLÓGICOS

Nesta região do Baixo Minho os utensílios de ofício não foram considerados menos importantes no património familiar. Pelo contrário. Em alguns agregados domésticos foram os únicos bens inventariados. A riqueza media-se, sobretudo, pelo número de terras de cultivo que possuíam e não pelo património móvel, embora a importância que lhe é atribuída não deva ser desconsiderada. No entanto, o que seria da terra se o lavrador não tivesse alfaias para a trabalhar? Foi seguindo esta linha de pensamento que decidimos colocar os utensílios de ofício, logo a seguir a termos abordado o património imóvel. Podemos adiantar, desde já, que nele se destacaram de forma significativa as alfaias agrícolas.

A região do Baixo Minho é marcada por uma orografia inquieta e estrutura geológica granítica, favoráveis à exploração agrícola, uma vez que retém por muito tempo a humidade necessária à vegetação. A forte precipitação fecunda ricos lençóis de água e transforma-os em poços e poças, fontes, levadas e riachos que jorram pelo relevo irregular que caracteriza esta região. Paralelamente ao clima favorável, o Baixo Minho possui, ainda, uma bacia hidrográfica muito rica: os rios Cávado, Ave e de Vizela para além de definirem fronteiras locais e regionais facultaram às populações condições propícias para o desenvolvimento do comércio e da agricultura. O Minho é, em suma, como refere Orlando Ribeiro, um “anfiteatro voltado para o mar”<sup>491</sup>.

Apesar de ser uma terra de culturas pobres, como refere Maria Lamas, é, também, uma terra cheia de água e de sol<sup>492</sup>. Mas, as dádivas da natureza, por si só, seriam insuficientes. Como realça Alberto Sampaio, “se a terra do Egipto é um presente do Nilo, segundo a frase de Heródoto, a do Minho é, sem dúvida, o resultado das fadigas dos seus habitantes”<sup>493</sup>. Graças a esta simbiose – homem/natureza –, o milho, o linho ou a erva que cobria as retalhadas leiras deliciavam quem por lá passava, com uma paisagem verdejante que atenuava a rudeza da labuta com que homens e mulheres se viam a braços. Não admira, por isso, a enorme predominância de alfaias agrícolas nos inventários orfanológicos.

Se para a maioria da população minhota a agricultura foi a principal atividade económica, para os artesãos rurais foi uma atividade paralela, mas fundamental, para fazer face

---

<sup>491</sup> Orlando Ribeiro, “A vida económica e social”, in Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach (eds.), Suzanne Daveau (org.) *Geografia de Portugal*, vol. IV – A vida económica e social, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1991, p. 1243.

<sup>492</sup> Maria Lamas, José António Flores (coord.), *As mulheres do meu país*, Lisboa, Caminho, 2002, p. 9.

<sup>493</sup> Alberto Sampaio, *Estudos históricos e económicos*, vol. I - As vilas do Norte de Portugal, Lisboa, Vega, 1979, p. 167.

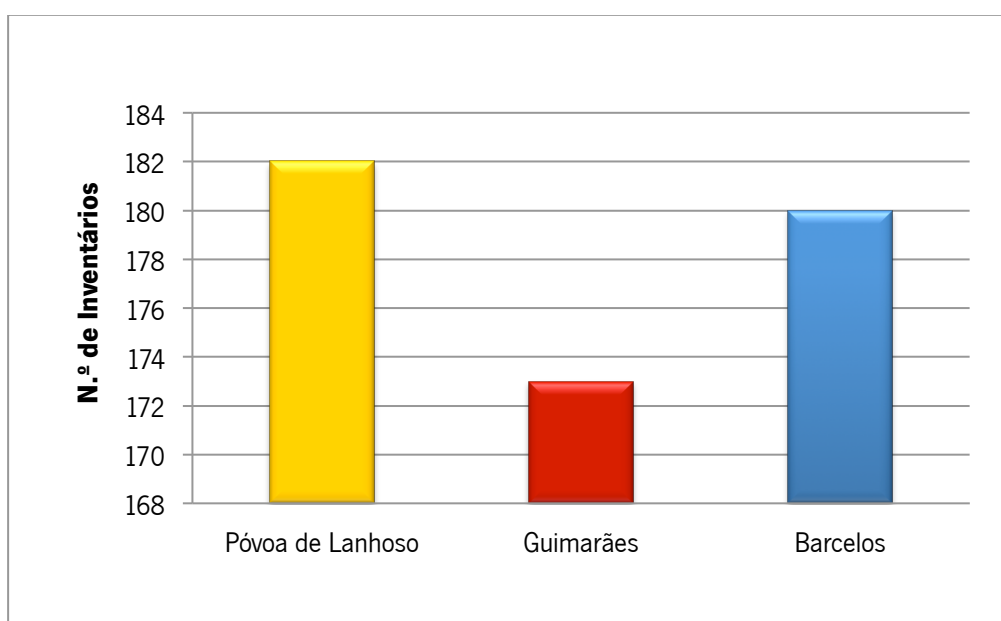


às dificuldades da vida. Por isso, mesmo entre os artesãos rurais, raramente faltava a enxada ou a sachola para cultivar o seu pedaço de horta ou leira.

Uma das grandes lacunas que apontamos aos inventários orfanológicos é a ausência de informações relativamente às profissões dos inventariados. Alguns ofícios facilmente foram identificados graças à inventariação dos utensílios, cuja descrição é clara como, por exemplo, “a tenda de ferreiro”, “as ferramentas do ofício de carpinteiro”, etc. Não obstante, raramente essas descrições foram inventariadas. Contudo, quando não está explícito tratar-se de ferramentas de ofício corremos o risco de não as identificar como tal. Além disso, é preciso ter em conta que certos utensílios eram necessários à atividade agrícola. Por exemplo, na preparação das vides e das vindimas alguns utensílios de carpinteiro seriam indispensáveis para a poda e no arranjo de baças, pipas, escadas, etc.

Os inventários orfanológicos com utensílios, sejam alfaia agrícola ou de ofícios, superaram em frequência os demais domínios da cultura material móvel.

**Gráfico 1** - Utensílios de ofícios nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Amostra:** Percentagem total de casos: 89% (535/600).

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Do total da amostra, 89% dos inventários integra no seu património utensílios de ofícios e/ou alfaia agrícola.

O valor desses utensílios no património foi em alguns casos extremamente significativo. Vejamos alguns exemplos: José Luís Ferreira, inventariante, boticário da freguesia de São Paio, vila de Guimarães, para além dos instrumentos de apoio ao seu ofício de boticário, possuía alfaia destinadas sobretudo ao armazenamento de vinho, toneis e cubas e utensílios usados para a produção do linho (restelo e sedeiro), os quais deveriam pertencer à sua esposa, a inventariada. Os utensílios inventariados relacionados com a botica foram os seguintes: vidros da botica, vasos, pedras de preparação e alambiques. Para além destes, foram ainda inventariados óleos, xaropes, “espírito de tinturas”, unguentos, emplastos e drogas.

Se em determinados inventários o volume de utensílios de ofício foi bastante significativo, noutros foi muito pobre. Depreende-se uma certa correlação entre o nível de fortuna e a atividade profissional do inventariado(a) ou do cônjuge vivo. Vejamos a constituição do património que foi inventariado à morte da dita esposa de José Luís Ferreira:

**Tabela 1** - Património de Francisca Maria Salgada (1794)

<b>Tipologia</b>	<b>Valor em reis</b>	<b>%</b>
Bens de raiz	890.000	47,4
Colheitas	23.300	1,2
Dívidas ativas	500.000	26,6
Louças	2.380	0,1
Mobiliário	31.430	1,7
Pratas e joias	94.500	5
Roupa de casa	39.750	2,1
Roupa do corpo	38.600	2,1
Utensílios de ofício	258.650	13,8
<b>Total</b>	<b>1.878.610</b>	<b>100</b>

**Fonte:** AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-3-5-57.

Dos valores apresentados sobressaem os bens de raiz, constituídos por duas leiras e um conjunto de casas no Toural no valor de 890.000 reis. Seguem-se as dívidas ativas, muito comuns neste grupo profissional, pois as despesas com a doença que antecede a morte dos inventariados, geralmente, não eram saldadas devido à falta de recursos por parte da família. Daí se entende, como salienta Maria Manuela Rocha, que as dívidas aos boticários fizessem parte da maioria das listas das dívidas dos inventariados<sup>494</sup>. De entre os bens móveis, destacaram-se os utensílios de ofício, seguindo-se as pratas e joias. Denota-se que os interesses desta família se centravam no desenvolvimento da sua botica. Além disso, é manifesto que a ostentação não estava subordinada à compra de propriedades rurais, mas urbanas - casas - e à posse de joias.

Algo idêntico foi observado no inventário de Catarina Alves, inventariada da freguesia de São Pedro de Polvoreira. Neste caso concreto, as alfaías agrícolas revelaram-se importantes na medida em que o inventário não contempla propriedades rurais nas quais pudessem ser usadas as alfaías inventariadas, nomeadamente as duas foicinhas, as duas escadas de vindimar, uma enxada, duas sacholas, um machado, duas cubas, um arado de mão, um arado de grade, dois cambões de cadeias, uma sega e ainda uns ganchos de pesar de libra e meia. Algumas alfaías podiam, com certeza, ser usadas no trabalho à jorna ou na exploração indireta de enfiteuse. O casal não era proprietário; no entanto, supõe-se, pelas alfaías que possuíam e pela descrição das sementeiras que tinham realizado (dois alqueires de linhaça e quatro alqueires de centeio, sete carros de esterco usados na fertilização da terra e ainda pela avaliação de trabalho de sementeira), que este casal trabalhava, talvez, terras alheias através de contratos de locação, para o que necessitariam destes instrumentos<sup>495</sup>.

Um outro exemplo é o de João Francisco de Santa Maria de Airão, Guimarães, cujo património se limitou ao dote da inventariada sua viúva e aos utensílios de ofício, de que conhecemos apenas o valor (200.000 reis). O restante património que correspondia aos utensílios de ofício, atingiu o valor de 3.300 reis, dos quais 300 reis diziam respeito a uma “masseira com os seus aparelhos do forno” e 3.000 reis à “abougaria da lavoura”, constituída por um carro ferrado, uma grade, um arado, um jugo aparelhado, uma sega, uma enxada, dois

---

<sup>494</sup> Maria Manuela Rocha, *Propriedade e níveis de riqueza. Forma de estruturação social em Monsaraz na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1994, p. 135.

<sup>495</sup> AMAP; “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-4-18, 1805.

sachos, uma foice e uma escada de vindimar<sup>496</sup>. Este património, tal como no exemplo anterior, não contempla bens de raiz, o que nos leva a depreender que se trataria de uma situação semelhante, ou seja, trabalhavam terras alheias através de um contrato de locação<sup>497</sup>.

Noutros exemplos as alfaias agrícolas, juntamente com os bens de raiz, foram os únicos bens inventariados, como se observa no inventário de Custódio Gonçalves Vieira, inventariado, da freguesia de Salvador de Briteiros. O seu património foi avaliado em 301.590 reis, dos quais 1,5% (4.590 reis) correspondiam a alfaias agrícolas, e os restantes 98,5% (297.000 reis) a bens de raiz, casas e terras de cultivo<sup>498</sup>.

### **1.1 Alfaias agrícolas**

No Minho, todo o terreno arável era cultivado e mesmo os incultos, as bouças, estavam cobertos de mato, imprescindível para a pastagem dos gados e fabrico de estrumeação, principal fertilizante da terra<sup>499</sup>.

A este respeito o matemático e clérigo António Carvalho da Costa na sua descrição topográfica do Reino de Portugal refere o seguinte, a propósito de Lanhoso:

“Produz muitos, & belos frutos de pão, vinho, azeite, frutas temporans, & de pendura, linho, castanha, & tem muitos gados de toda a casta, caça, & pesca nos rios Cavado, Ave, & Pontido”<sup>500</sup>.

Do concelho de Barcelos, acrescenta:

“Tem alguns Fidalgos, & muitos muitos nobres, & os melhores letrados da Provincia, boas casas, & he abastada de pão, milho, & centeio, feijão, algum linho, bom vinho no valle de Tamel, & por todo o termo, mas não o que baste, pelo que se porvê de Ponte de Lima, boas hortaliças, muita caça nos montes de perdizes, lebres, coelhos, & rolas

---

<sup>496</sup> Partindo dos inventários orfanológicos a expressão “abougaria da lavoura” subentende o conjunto de alfaias agrícolas.

<sup>497</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-5-139, 1805.

<sup>498</sup> *Idem*, ct. C-5-3-131, 1809.

<sup>499</sup> Alberto Sampaio, *Estudos históricos e económicos*, vol. II - As póvoas marítimas, Lisboa, Vega, 1979, pp. 25-26.

<sup>500</sup> Padre António Carvalho da Costa, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal* ..., Tomo I, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p. 161.

em rede, & pesca no rio de salmoens, lampreas..., gado de toda a casta, mel, & cera, bastante lenha ...”<sup>501</sup>.

As culturas dominantes no Baixo Minho e na província do Entre Douro e Minho, no século XVIII, eram essencialmente o milho (miúdo, grosso, mourisco e galego), o linho, o centeio, o feijão (grosso e miúdo) e o vinho. No limite dos campos alinhavam-se as árvores de fruto e as uveiras; junto às casas, as cortinhas e, além do quintal as hortas pintam a paisagem com a diversidade de leguminosas e ricos prados; nos soutos, dominavam os carvalhos e os castanheiros.

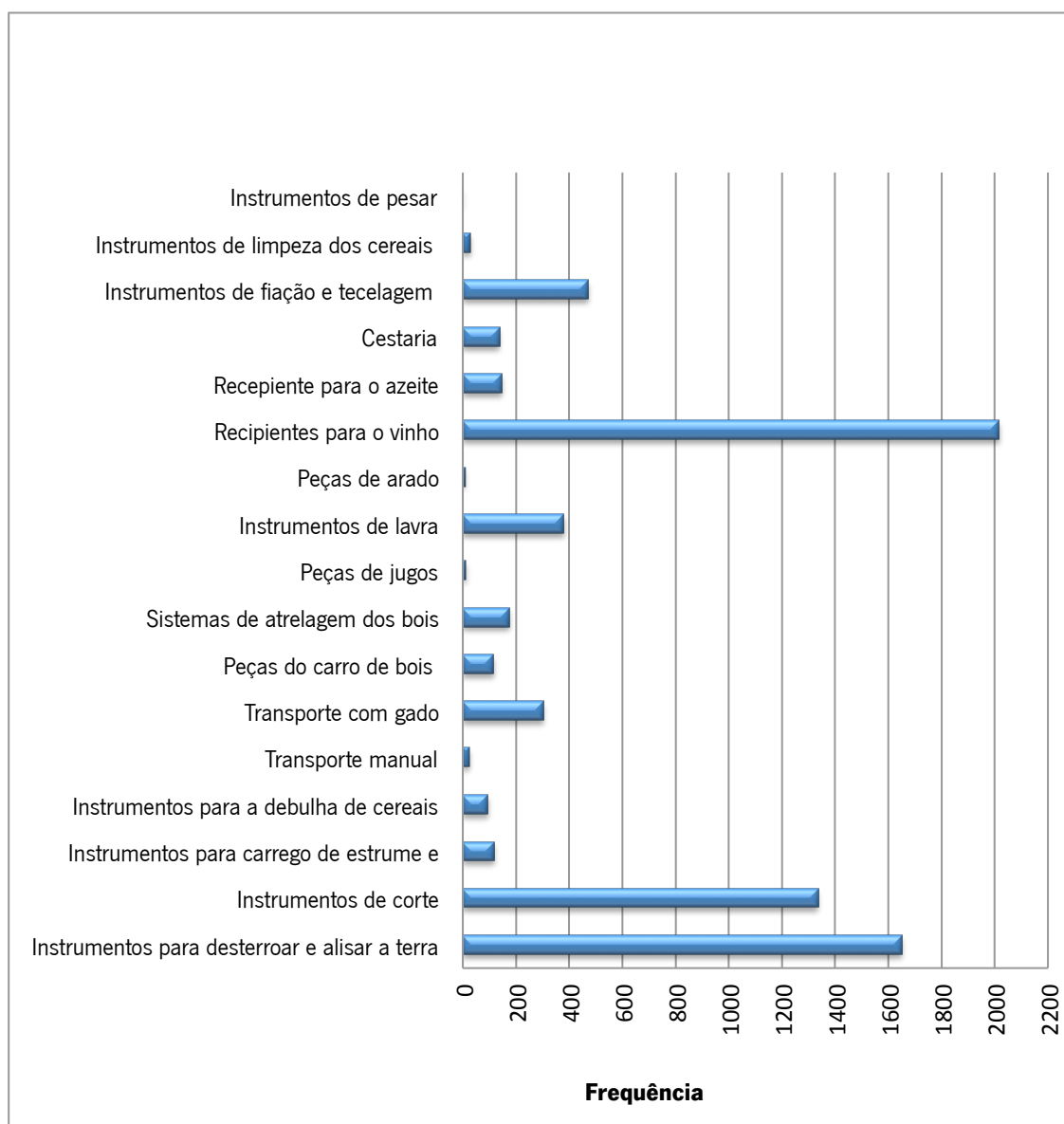
A agricultura, como sublinha Orlando Ribeiro, “é uma arte delicada e minuciosa que exige muitos trabalhos à mão”, sobretudo nas leiras retalhadas, típicas desta região, ou nos socalcos onde só instrumentos de pequeno porte podiam ser usados<sup>502</sup>. Porém, o Minho não se revestia apenas de pequenas leiras. Os “campos de pão” também faziam parte da sua paisagem, onde era indispensável o uso do arado e da grade no desterroar da terra assim como a existência de carros de bois para o transporte de estrume, de mato para as camas dos animais e para o transporte das colheitas; a produção vinícola impunha a posse de instrumentos para a vindima e para o armazenamento do vinho. Teriam os nossos inventariados alfaias suficientes para garantir a subsistência das suas famílias? Quais seriam as alfaias mais comuns nesta região? Observemos o que nos mostra o gráfico n.º 2:

---

<sup>501</sup> *Idem*, p. 297.

<sup>502</sup> Orlando Ribeiro, *ob. cit.*, vol. IV, 1991, p. 1244.

**Gráfico 2** - Alfaias agrícolas nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810)



**Amostra:** Total de frequência: 7012/7990 (87,7%).

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

As alfaias de armazenamento do vinho foram as mais inventariadas. Pipas, dornas, cubas ou toneis fizeram parte do património móvel da maioria das famílias em análise. Nestes recipientes, muitas delas designadas de “pipas de carregaço”, o camponês armazenava e guardava o vinho, para consumir ao longo do ano e, sobretudo, para com ele ganhar algum dinheiro. Seguem-se em frequência as alfaias que serviam para desterroar e alisar a terra. A maioria, como veremos, era de pequeno porte, usadas nos terrenos de maior dimensão como

nos terrenos de pequena superfície ou de difícil acesso. Em terceira posição, sobressaem os instrumentos de corte, nos quais inserimos os instrumentos utilizados para o corte da madeira e do cereal.

Partindo ainda da análise do gráfico 2, verificamos a existência de uma grande lacuna ao nível das alfaías referentes a determinadas atividades agrícolas, como, a limpeza de cereais; o carregamento de estrume e palha; a lavra da terra e o transporte manual e animal, etc. O estrume podia ser carregado nos carros, designados nos inventários de “carros de esterco”, ao cesto, ou com outras alfaías.

Nos três concelhos um carro de esterco foi avaliado em média em 200 reis, ou seja, o mesmo que uma ovelha e, o cesto de esterco em 60 reis. Mas, facilmente as cortes do gado, as eiras e os quinteiros continham mais de uma dezena de carros de esterco atingindo, em determinados inventários, valores extraordinários. Temos por exemplo o inventário de Manuel Rodrigues, lavrador foreiro, da freguesia de São João de Airão, que possuía 60 carros de esterco no valor de 12.000 reis. Era o principal fertilizante da terra e compreende-se a sua importância. Não obstante, sendo tão avultada a sua presença nos inventários orfanológicos dos concelhos em análise, como se explica que tenhamos apenas 118 instrumentos para carregamento de estrume (1,7% da amostra)? Observamos ainda que nesta sociedade rural nada se perdia. Arados, jugos ou carros de bois, mesmo que fragmentados em peças, foram inventariados e avaliados. Tal como na roupa de casa e vestuário ou ainda no mobiliário, também nas alfaías agrícolas é evidente a prática da reutilização. Além disso, tudo tinha um valor económico associado. A frequência e a tipologia das alfaías agrícolas são também indicadores da capacidade de produção das famílias rurais e do lugar que ocupavam nas respetivas comunidades. Deste modo, tendo em conta o simbolismo inerente à sua propriedade, procedemos à categorização das alfaías agrícolas; dentro de cada categoria tivemos em conta três critérios: pequeno, médio e grande porte.

**Tabela 2** - Frequência de alfaia em relação à sua dimensão nos inventários dos concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810)

Tipologia	Pequeno porte	Freq.	Médio Porte	Freq.	Grande Porte	Freq.
Alfaia de transporte	Cestaria	137	Carreto de mão	21	Carro de bois	302
			Padiola	3		
Alfaia para o trabalho da terra	Foice	450	Alvião	33	Arado	354
	Foicinha	409	Ancinho	9	Grade	145
	Machadinha	56	Engaço	63		
			Enxada	581		
			Forcado	46		
			Gadanha	17		
			Machado	288		
			Sacho	540		
			Sachola	291		
Alfaia de armazenamento			Sega	115		
	Embude	3			Baça	55
	Vasilha	14			Balseiro	39
					Barril	62
			Cuba	3	Cuba	578
			Dorna	1	Dorna	437
			Pipo(a)	55	Pipo(a)	452
			Talha	9	Talha	137
					Tonel	300
Alfaia para o trabalho do cereal	Joeira	1	Malho	76		
	Peneira	26	Mangual	18		
Alfaia para o trabalho de fiação e tecelagem	Crivo	84	Dobadoura	57	Tear	115
	Espadela	10	Sarilho	41	Urdideira	7
	Sedeiro	33				
	Fuso	2				
	Pente de restelo	73				
Alfaia de peso e medidas	Rasas de medir	199	Gancho	81	Balança	9
	Lote de medidas de pão	30				
	Lote de medidas de vinho	5				
<b>Total</b>		<b>1532</b>		<b>2348</b>		<b>2438</b>

**Amostra:** Total de frequências: 6318.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.



Antes de procedermos à análise importa esclarecer que nas alfaias para o trabalho da terra, a distinção entre pequeno e médio porte tomou como critério o tamanho do cabo. No que concerne às alfaias de armazenamento, optámos por considerar de médio porte todas as alfaias de medida igual ou inferior a cinco almudes (1440 litros). As alfaias de capacidade superior foram consideradas de grande porte.

Tendo em conta os resultados obtidos, observa-se que os nossos inventariados tinham uma maior frequência de alfaias de grande porte (38,5%); 37,4% eram de médio porte e 24,1% de pequeno porte. Das alfaias de grande porte, como é óbvio, destacaram-se em frequência as de armazenamento de líquidos. Mesmo não se tratando de casas de lavradores, o vinho fazia parte da dieta alimentar do povo minhoto que o comprava e guardava na “loja” em cubas, pipas ou dornas para o ano inteiro. Além disso, no que concerne às demais alfaias de grande porte (arado, grade e carro de bois), um exemplar de cada seria suficiente para trabalhar uma grande extensão de terra. Não obstante, à exceção desta categoria de alfaias (armazenamento), denota-se que a maior parte dos nossos inventariados possuía alfaias de pequeno e médio porte.

Note-se, no entanto, que algumas categorias foram escassamente representadas, nomeadamente as alfaias para trabalhar o cereal (joeira e mangual) e as alfaias para a fiação e tecelagem. Tal como nas demais áreas do património móvel, as incertezas abundam e levam-nos a especulações inclinando-nos para aceitar como causa principal a fruição destes bens por parte dos herdeiros no período que medeia entre a morte de um dos cônjuges e a feitura do inventário orfanológico ou, ainda, a sua transmissão direta aos herdeiros.

Muito embora não tenhamos respostas, não há dúvida que nem todos os agregados domésticos tinham necessidade de possuir alfaias de grande porte; o tipo de relevo, a dimensão da propriedade e a incapacidade económica, poderiam determinar não a compra mas o aluguer de alfaias, justificando-se, deste modo, a forte presença de instrumentos de pequeno e médio porte.

### 1.1.1 Alfaias de transporte

Em Portugal, o carro de bois, constituiu o meio de transporte de pessoas ou cargas, para distâncias mais longas, devido à tardia construção de estradas que só começou a ganhar vida a partir dos finais do século XVIII<sup>503</sup>.

Manuel de Boaventura salienta a importância do carro de bois no norte de Portugal, descrevendo alguns relatos de viagens, nomeadamente de lavradores barcelenses a Trás-os-Montes, de onde traziam centeio nos carros de bois em troca do sal que levavam, o qual servia para pagar os foros e rendas<sup>504</sup>. Em Agosto de 1871 o jornal *Comércio do Porto* mostra com clareza a enorme quantidade de carros de bois existentes na região e a sua importância no suporte da atividade agrícola:

“Durante o mez de Junho (1871) entraram as barreiras da cidade conduzindo diferentes géneros, e nela transitaram, fazendo carretos sucessivos, 11.242 carros. O número de carros que carregaram estrume para fora da cidade no mesmo mez foi de 959”<sup>505</sup>.

O carro de bois servia para transportar coisas variadas: matos para as cortes do gado; carregar os estrumes, as colheitas, os fenos, a lenha, as madeiras dos pinhais, o vinho ou as pedras para uma obra; transportava para a feira os géneros que havia para vender; o leito do carro era utilizado para a matança do porco; e para além do transporte de variados produtos, o carro de bois servia também para transportar as pessoas para as romarias. Apesar do carro de bois ter tido uma função particularmente rural, nos meios urbanos também foi utilizado no transporte de variadas mercadorias. No norte, foi a única viatura de transporte rural, estando, por isso, a ele ligado a profissão de carreteiro<sup>506</sup>.

Fernando Galhano chama atenção para a multiplicidade de formas de carros de bois em Portugal, tendo o autor optado por os agrupar em quatro tipos principais, tomando como elemento diferenciador a estrutura do chedeiro<sup>507</sup> e as rodas<sup>508</sup>.

---

<sup>503</sup> Fernando Galhano, *O carro de bois em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia, 1973, p. 9.

<sup>504</sup> Manuel de Boaventura, *Novos contos do Minho*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1953, p. 49.

<sup>505</sup> *O Comércio do Porto* de 6 de Agosto de 1871 citado em Fernando Galhano, *ob. cit.*, 1973, p. 9.

<sup>506</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>507</sup> Chedeiro - leito ou carroça do carro de bois. José Leite de Vasconcelos, *Etnografia portuguesa*, vol. VI, 1983, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p. 686.

<sup>508</sup> Sobre as diferentes tipologias de carro de bois veja-se Fernando Galhano, *ob. cit.*, 1973.

Nos inventários orfanológicos as descrições do carro de bois do Baixo Minho, são sucintas e referem sobretudo, para além do estado de conservação e avaliação, a presença ou a ausência de ferragem nas rodas. O valor do “carro ferrado” ou com “ferragem” era bastante superior. Todavia, tal como todo o património móvel, o valor do carro dependia do estado de conservação. Deste modo, um carro ferrado velho foi avaliado, em média, por 900 reis e sem ferragem por 500 reis; usado com ferragem por 2.500 reis e sem ferragem por 700 reis; em bom estado com ferragem por 4.000 reis. Do total dos carros inventariados, 178 eram carros ferrados; 99 foram inventariados sem qualquer descrição; e os restantes 25 eram carros aparelhados e carros de pau. Analisando comparativamente os carros dos três concelhos, o ferrado teve menor expressão nos inventários do concelho de Guimarães e maior expressão no concelho de Barcelos. Do ponto de vista numérico, os carros foram bastante superiores nos inventários dos concelhos da Póvoa de Lanhoso e de Barcelos relativamente aos encontrados nos inventários do concelho de Guimarães (Barcelos, 119 carros de bois; Guimarães, 64; e Póvoa de Lanhoso, 122).

Nem todos os inventariados possuíam um carro de bois. No concelho da Póvoa de Lanhoso, apenas 72 inventários o registaram e destes, 48 inventários tinha um carro de bois, 22 com dois carros de bois e dois inventários tinham mais que dois, destacando-se o inventário de José Carneiro, mercador, da freguesia de Fontarcada o qual possuía seis carros, três ferrados e três sem descrição<sup>509</sup>. Para além de um grande número de carros de bois, José Carneiro possuía uma grande variedade de alfaia agrícola assim como alfaia de carpinteiro. O estado de conservação das alfaia não é explicitamente indicador de que seriam para uso próprio, visto que 95% foi inventariado sem referência, ao mesmo tempo também não é tácito que seriam para venda. Apesar da falta de respostas, José Carneiro era acima de tudo um grande comerciante rural que procurava munir-se de instrumentos necessários para servir a sua clientela local e ganhar o seu dinheiro.

No concelho de Barcelos 105 inventários inventariaram carros de bois, destes, 90 inventários possuía apenas um carro de bois, 12 com dois carros, 2 com três carros e um com cinco carros. Estes últimos pertenciam à inventariada Isabel de Faria, da freguesia de Adães. Analisando os bens de raiz de prazo de vidas da inventariada, os cinco carros de bois eram necessários e até insuficientes, visto que o seu assento, para além das casas térreas e dos anexos à atividade agrícola (palheiro, eira e cortes), era constituído por mais de uma dezena de

---

<sup>509</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2862, 1798.

terras lavradas e de mato, soutos, prados, árvores de fruto, carvalhos e ainda lagar e moinho. O assento foi avaliado, livre de encargos, pensões e foros, em 412.300 reis. Para além dos bens de raiz, a inventariada tinha ainda “dois touros a ganho”<sup>510</sup>. Neste exemplo, que acabamos de apresentar, o número de carros de bois foi um indicador crucial da intensa atividade agrícola desenvolvida por esta família. Não estamos perante uma família de pequenos lavradores foreiros, mas também não estamos perante lavradores de grande poder económico. Pelo contrário, tendo em conta o património inventariado, esta família não dispunha de bens móveis, como roupas, joias e móveis, que lhe conferissem estatuto nem conforto. Além disso, as dívidas passivas ao tempo da realização do inventário, relacionadas com o pagamento das pensões do prazo, manutenção das alfaias, doenças, entre outras, mostram que não viviam de forma desafogada. Pelo contrário, as dificuldades económicas eram muitas. No entanto, isso não significa que não fossem capazes de manter o seu estatuto. O prestígio social e o poder económico, nem sempre coincidiam, como sabemos. Todavia, e voltando aos carros de bois existentes neste património, não há dúvida que podemos assumi-los como um importante indicador da pujante atividade agrícola desenvolvida por este agregado doméstico.

No concelho de Guimarães foi bem menor a presença do carro de bois nos inventários analisados: de 200 inventários apenas 44 (22% do total da amostra) inventariaram carros de bois, e destes, 32 inventários tinham apenas um carro de bois, 10 com dois, um com três carros e um inventário com quatro carros de bois. Sendo a agricultura a principal atividade agrícola neste concelho, de que forma é que seria feito o transporte dos produtos? Com carro de mão? Não seria de certeza, visto que no total da amostra deste concelho foram inventariados apenas dois carros de mão. As necessidades de transporte poderiam ser colmatadas através do trabalho comunitário ou pelo seu aluguer a terceiros.

No que concerne ao transporte de mão de médio porte, foi pouco expressivo nos três concelhos, destacando-se os inventários do concelho de Barcelos com 18 carros de mão. A padiola<sup>511</sup> fez parte do património de três inventariados do concelho da Póvoa de Lanhoso. Carro de mão, o carreto e padiola eram um transporte a braço para pequenas distâncias, utilizado sobretudo para estrumes, palha, terra, pedras etc.<sup>512</sup>.

---

<sup>510</sup> *Idem*, Barcelos, ct. 3735, 1776.

<sup>511</sup> Padiola - instrumento de quatro braços que serve para carregar pedras ou qualquer outro material. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VI, 1712-1718, p. 175.

<sup>512</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, Benjamim, *Alfaia agrícola portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1995, p. 328.

Relativamente ao transporte de pequeno porte, considerámos a cestaria, nomeadamente o cesto e a canastra. No que concerne ao cesto foram inventariados 127 no total da amostra (35 no concelho de Barcelos, 65 em Guimarães e 27 no concelho da Póvoa de Lanhoso). Devido à falta de informação nos inventários orfanológicos não foi possível classificar a cestaria encontrada<sup>513</sup>. As descrições cingiram-se ao estado de conservação, maioritariamente velho, e à avaliação. Quanto a esta última, não é possível estimar o seu valor, uma vez que não temos nenhuma cesta avaliada isoladamente.

### **1.1.2 Alfaias de trabalho da terra**

As alfaias utilizadas para o trabalho da terra à mão foram predominantes nos inventários dos concelhos em análise, com especial relevo para as alfaias de médio porte.

Na perspetiva de Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira os instrumentos para trabalhar a terra à mão em Portugal podem ser agrupados segundo um critério respeitante à sua forma e função, baseada em três espécies fundamentais, nomeadamente, enxadas, enxadões, alviões, alferces e sachos<sup>514</sup>.

De entre as alfaias de trabalhar a terra à mão de médio porte, as enxadas e os sachos foram as mais inventariadas. Estes instrumentos serviam para cavar, roçar o mato, sachar o milho, etc. Podemos afirmar que em todas as casas do Baixo Minho não faltava uma enxada ou sacho assim como a sachola, esta última utilizada sobretudo para trabalhos mais ligeiros. Em média, cada agregado possuía três enxadas e dois sachos. Onde não chegava o arado ou a grade chegavam o sacho ou a enxada.

Para além destas alfaias foi ainda inventariado o alvião, utilizado sobretudo na abertura de covas ou valas em terras de maior rudeza. Não obstante, quando comparamos a frequência desta alfaia nos inventários orfanológicos verifica-se que o seu peso no conjunto das alfaias para trabalhar a terra foi apenas de 1,4%. O alvião, muito embora fosse necessário para as terras menos aráveis, era substituído pela tradicional sachola.

Nesta categoria, integramos ainda as alfaias que serviam para o carregamento de estrume e palha, nomeadamente o ancinho, o forçado e o engaço. No que diz respeito ao ancinho, apesar de esta alfaia se caracterizar pela multifuncionalidade – desterroar, alisar e limpar as terras nas hortas, revolver a terra para cobrir a semente das ervas, espalhar a terra, juntar folhada, mato

---

<sup>513</sup> Sobre a classificação da cestaria tradicional portuguesa a obra citada na nota de rodapé anterior.

<sup>514</sup> *Idem*, p. 231. Veja-se a mesma obra para a constituição e forma dos instrumentos de trabalhar a terra à mão.

roçado, lenha miúda das podas, espalhar estrume nos campos, etc.<sup>515</sup> -, foram apenas inventariados nove ancinhos no concelho de Barcelos, dois com dentes de ferro e sete com dentes de pau. Estes ancinhos com dentes de pau eram utilizados sobretudo nos trabalhos das eiras para juntar as espigas de milho. O ancinho, assim como o engaço, que servia essencialmente para remover o estrume das cortes e carregá-lo para os carros de bois ou carrelas, não apareceram nos inventários do concelho de Guimarães. De que alfaia se servia o camponês vimaranense para realizar esta tarefa? Muito embora nos demais concelhos também não tivesse sido significativa a frequência quer do ancinho quer do engaço (51 no concelho de Barcelos e 12 no concelho da Póvoa de Lanhoso), a verdade é que eram fundamentais no trabalho agrícola e faziam parte da lavoura desta região. Os engaços inventariados no concelho de Barcelos tinham na sua maioria dentes de ferro. A avaliação variou tendo em conta o estado de conservação – velho, 100 reis; usado, 160 reis e em bom estado, 240 reis. No concelho da Póvoa de Lanhoso não temos referência ao material dos dentes e as avaliações foram muito inferiores (engaço velho, 20 reis; em bom estado, 100 reis). Relativamente ao forcado, usado sobretudo nos trabalhos das eiras, a sua presença nos inventários das nossas amostras foi muito incipiente, destacando-se os inventários do concelho da Póvoa de Lanhoso com 33 forcados (Barcelos, seis; Guimarães, sete). Em geral, havia um forcado por cada agregado doméstico à exceção de dois inventários que possuíam dois forcados. Todos os forcados inventariados tinham dentes de ferro e foram avaliados, em média, em 200 reis, embora se tivesse destacado um forcado no valor de 400 reis, que pertencia à inventariada Antónia Maria da Cunha, lavradeira foreira com bens de raiz de prazo<sup>516</sup>.

Nesta categoria de alfaia integramos também as alfaia de corte: a foice, a foicinha, a machadinha, a gadanha e o machado. Os três primeiros pertencem às alfaia de pequeno porte e os dois últimos às de médio porte. As alfaia utilizadas para o corte de silvas, ervas e cereais, ou seja, as de pequeno porte, foram as mais inventariadas. No entanto, foram mais os inventários que não as inventariaram do que o inverso. Mas uma casa de lavoura não se limitava a ter uma foice ou uma foicinha, vários foram os exemplos de quatro e cinco foicinhas ou foices. O caso mais pertinente foi o do inventário de Maria Josefa da Silva, da freguesia de São Tiago de Oliveira, com sete foices. Apesar do seu património em alfaia não ter sido muito significativo

---

<sup>515</sup> *Idem*, p. 279.

<sup>516</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2668, 1796.

(25.650 reis), denota um valor que revela uma importante atividade agrícola que visava uma produção não só de subsistência mas, talvez, para venda<sup>517</sup>.

Não obstante, devemos realçar que, de entre as alfaia de corte de pequeno porte, a foice foi a mais inventariada nos concelhos de Guimarães e da Póvoa de Lanhoso e a foicinha no concelho de Barcelos, embora sem grandes disparidades. Em alguns inventários dos concelhos de Barcelos e Guimarães temos a presença do seitoura. Esta alfaia era uma espécie de foicinha de serrilha<sup>518</sup>.

Quanto à descrição das foices, poucas foram as referências que descreveram a sua função, à exceção de três inventários do concelho de Barcelos, com referência a “foice para as silvas”<sup>519</sup> e “foice de podar”<sup>520</sup>. A maioria das foices eram velhas e os seus valores variaram entre os 50 e 150 reis. Porém, algumas delas, sem referência ao estado de conservação, foram avaliadas entre os 200 e 300 reis; a foicinha velha, de que só temos uma referência, foi inventariada com um valor mais baixo, entre 30 a 60 reis.

A frequência da machadinha<sup>521</sup>, nos inventários orfanológicos analisados, foi muito menos significativa que as demais alfaia de corte (seis no concelho de Barcelos, oito em Guimarães e 38 no concelho da Póvoa de Lanhoso), apesar do seu valor ter sido extremamente semelhante.

Relativamente às alfaia de corte de médio porte, machado e gadanha, muito embora esta última desempenhasse um papel fundamental no norte do país no corte de feno, nos inventários orfanológicos analisados tiveram pouca expressão (17 gadanhas inventariadas – uma no concelho de Barcelos, 11 no concelho de Guimarães e cinco na Póvoa de Lanhoso). O valor atribuído à gadanha nunca foi superior a 200 reis.

O machado, que servia sobretudo para cortar lenha, foi uma alfaia muito usada nesta região do Baixo Minho. Ao todo foram inventariados 288 machados (114 no concelho de Barcelos, 71 em Guimarães e 103 na Póvoa de Lanhoso). O machado era uma alfaia de corte de valor significativo. Em média um machado velho foi avaliado em 150 reis; usado 250 reis; em bom estado, 400 reis. Todavia, foram inventariados machados a que se atribuíram valores muito

---

<sup>517</sup> *Idem*, ct. 795, 1799.

<sup>518</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *ob. cit.*, 1995, p. 208.

<sup>519</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3537, 1759; ct. 3589, 1762.

<sup>520</sup> *Idem*, ct. 3701, 1772.

<sup>521</sup> Machadinha – machado pequeno de trazer à cinta. Em tempos de guerra era muito utilizado como arma. António de Moraes Silva, *Novo dicionário compacto da língua portuguesa*, vol. II, Lisboa, Editorial Confluência, 1813, p. 244.

superiores, chegando a ultrapassar os 1.000 reis, como se observa no inventário de Constantino Gomes, da freguesia de Paradela, que possuía um machado usado, avaliado em 1.400 reis<sup>522</sup>.

Nesta categoria de alfaia para trabalhar a terra sobressai, em importância económica e simbólica, o arado, classificado por nós como um instrumento de grande porte. Muito já foi escrito sobre esta alfaia ancestral. Como salienta Jorge Dias, o arado serve de “símbolo da força criadora da terra, ou da agricultura”<sup>523</sup>. Não iremos discursar sobre a tipologia de arados, referir apenas que Orlando Ribeiro fez uma distribuição geográfica dos arados portugueses em relação com o clima e o tipo de cultura dominante. No caso do Minho, a cultura do milho está associada ao arado quadrangular<sup>524</sup>. Este arado caracteriza-se, grosso modo, pela forma quadrangular do esqueleto, que se compõe de dente, rabiça, teiró e temão ou apo<sup>525</sup>. Segundo Jorge Dias a origem dos arados quadrangulares minhotos é sueva, mantendo-se até aos nossos dias na região em que eles se fixaram<sup>526</sup>.

No nosso trabalho, o arado é visto como um indicador charneira de riqueza e estatuto no contexto socioprofissional do camponês minhoto. Nos inventários orfanológicos surgem várias denominações de arados: arado, arado aparelhado, arado labrego, arado vessadoiro, arado de mão, arado espadeiro e arado de roda. Os dois últimos, só foram inventariados no concelho de Guimarães. O arado espadeiro pertencia ao lavrador foreiro Brás António da freguesia de Serzedelo Vermoim. Os louvados não descreveram o objeto nem o avaliaram, referiram apenas que era velho<sup>527</sup>. Quanto ao arado de roda, foram inventariados dois sem descrições pertencentes a Maria Machado, da freguesia de São João de Gondar<sup>528</sup>.

Dos concelhos em análise, Barcelos foi o concelho com mais arados inventariados – 144 arados-, destacando-se em frequência o arado de mão (78), seguido do arado vessadoiro (59), arado (5) e arado aparelhado (2). Note-se que os referidos 144 arados se distribuem por 37 inventários, ou seja, da amostra (200 inventários) apenas 18,5% dos agregados domésticos possuíam arado. Referir ainda que destas 37 famílias, 16 dispunham de um único arado (58%

---

<sup>522</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 4063, 1793.

<sup>523</sup> Jorge Dias, *Os arados portugueses e as suas prováveis origens*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982, p. 46.

<sup>524</sup> *Idem*, pp. 127-128.

<sup>525</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *ob. cit.*, 1995, p. 143. Rabiça - o rabo do arado, onde o lavrador amarra para lavar a terra. Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino...*, vol. VII, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, p. 82; Teiró - peça da rabiça do arado. *Idem*, vol. VIII, 1712-1728, p. 67; Temão, timão - uma das peças que unido ao arado amarra a canga, na qual os bois estão presos. *Idem*, vol. VIII, 1712-1728, p. 69.

<sup>526</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *ob. cit.*, 1995, p. 188.

<sup>527</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-5-4-34, 1784.

<sup>528</sup> *Idem*, ct. C-7-1-100, 1801.



arado de mão e 42% arado vessadoiro), 17 com dois arados (um de mão e outro vessadoiro), três com três arados (um de mão e dois vessadoiros), três com quatro arados (dois de mão e dois vessadoiros) e um inventário com seis arados (dois de mão e quatro vessadoiros).

O concelho de Guimarães, em contrapartida, foi o que registou menor frequência (53 arados – 18 arados de mão, 20 com a simples denominação de arado, 1 espadeiro, três aparelhados, nove vessadoiros e dois de roda). Relativamente à sua distribuição, importa referir que do total da amostra apenas 27 inventários (13,5%) possuíam arados. Destes, dez inventários registaram um arado, 12 com 11 arados, dois com três arados, um com quatro arados, um outro com cinco e mais um com seis arados.

No concelho da Póvoa de Lanhoso, para além do arado aparelhado, de mão e vessadoiro, foi ainda inventariado o arado labrego, que, segundo Rafael Bluteau, era o tipo de arado corrente no termo de Lisboa<sup>529</sup>.

No total, para este concelho, foram inventariados 131 arados – 82 arados com a simples denominação de arado; 26 arados vessadoiros, 13 arados labregos, um arado aparelhado, nove arados de mão – distribuídos por 79 inventários (40%). Destes, 39 inventários apresentaram apenas um arado, 28 registaram dois arados, oito inventariaram três arados e três indicaram a existência de quatro arados.

Podemos concluir que apesar de estarmos perante uma sociedade rural, em que o arado desempenhava uma função de extrema importância no trabalho da terra, apenas 24% do universo (600 inventários) não necessitavam de recorrer ao vizinho ou ao aluguer. Além disso, quando nos centramos na sua distribuição pelos inventários, este critério encontra-se significativamente mais equilibrado nos inventários da Póvoa de Lanhoso (40%), no entanto, não deixam de estar relativamente concentrados num número reduzido de famílias. Por um lado, partindo do número de arados que cada família possuía no seu património é possível aferir por um lado o potencial da sua atividade agrícola, por outro lado podemos descortinar se estamos perante uma economia familiar limitada à autossuficiência ou se estamos perante uma produção comercial; na sequência da anterior, será que é lícito deduzir que um grande número de terras precisa de um grande número de arados, ou seja, podemos considerar a quantidade de arados um indicador implícito do estatuto da sociedade rural? Um pequeno lavrador com uma ou duas leiras e a sua horta não precisava de dois ou três arados, mas um lavrador com várias terras de

---

<sup>529</sup> Segundo o Rafael Bluteau, entre as duas aivecas do arado labrego havia um varredouro através do qual o lavrador abria os regos na terra para plantar nova vinha. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. V, 1712-1728, p. 11.

cultivo, para que estas se tornassem rentáveis, já precisava. Vejamos alguns exemplos: para José Lopes Fernandes, da freguesia de Santa Maria de Infias, ao tempo da sua morte, foram inventariados seis arados. Tinha recebido como dote o casal de Pombal com casa de sobrado avaliado em 700.000 reis. Pela avaliação é tácito que se tratava de um casal com forte potencial agrário. A provar a sua forte atividade agrícola, José Lopes Fernandes, para além do património em alfaia (29.130 reis) possuía três porcos avaliados em 14.400 reis e três juntas de bois avaliadas em 102.000 reis<sup>530</sup>.

No que respeita ao valor pecuniário, é evidente que o arado vessadoiro era o de maior custo, utilizado sobretudo nas grandes lavouras<sup>531</sup>. No entanto, as avaliações foram muito díspares, tal como em todas as categorias do património móvel. Deste modo, os valores variaram entre os 300 e os 1.000 reis; o arado de mão, o labrego ou com a simples denominação de arado foram avaliados em média em 240 reis. Dos restantes arados não temos dados.

O arado para além da força humana obrigava à força animal. Mesmo tratando-se de pequenos arados, usados na exploração de pequenos tratos de terras, era precisa a força animal de um boi ou uma junta de bois. Um grande arado vessadoiro, que muitas vezes era puxado por duas ou três juntas de bois, só era utilizado em grandes parcelas de terreno. A designação de vessadoiro vem da palavra vessada<sup>532</sup>, denominação utilizada nas parcelas que precisavam de um dia para serem lavradas. Poderá ter sido esta a razão que determinou a ausência de arados em 76% do total da amostra. Investir num arado obrigava geralmente a investir na força animal, através da sua compra ou aluguer e a sua justificação dependia do tamanho das parcelas que se possuía.

No destorroamento da terra com gado a alfaia mais usual foi a grade. Esta alfaia era relativamente simples, diretamente associada ao arado, e usava-se após as lavras. Contém dois, três ou quatro barrotes de madeira, os banzos, ligados por testeiras ou travessas, onde se cravam os dentes de pau ou de ferro, que podem ser ou em forma de prego ou em forma de faca<sup>533</sup>. Para alisar a terra utilizavam-se as grades sem dentes. Em Portugal, existem vários tipos de grade, que foram categorizadas tendo em conta um conjunto de variáveis (o número de

---

<sup>530</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-3-1-91, 1792.

<sup>531</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *ob. cit.*, 1995, p. 178.

<sup>532</sup> Vessada - “terra que uma junta de bois lava num dia”. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 34, [S. l.], Página Editora, s/d., p. 808.

<sup>533</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *ob. cit.*, 1995, p. 209.

banzos, o modo de inserção dos banzos e testeiras, o formato geral e o caráter do instrumento). Segundo Ernesto Veiga de Oliveira, a grade do Entre Douro e Minho insere-se no tipo 1<sup>534</sup>.

Partindo dos inventários orfanológicos, não podemos afirmar que a grade dos nossos inventariados se inseria nesta tipologia, uma vez que não dispomos de informação suficiente a seu respeito. Os louvados preocuparam-se sobretudo em descrever a matéria-prima dos dentes da grade que, segundo nos parece, determinava o seu valor pecuniário; verificam-se grandes disparidades de valores entre a grade com dentes de pau e a grade com dentes de ferro. A frequência da grade nas regiões em análise foi superior no concelho de Barcelos com 60 grades (Guimarães 34 e Póvoa de Lanhoso 51). Tal como no arado, a distribuição da grade pelos inventários limitou-se a um número muito restrito, sobretudo no concelho de Barcelos (37 inventários no concelho de Barcelos; 26 inventários em Guimarães e 36 no concelho da Póvoa de Lanhoso). Além disso, confirma-se a estreita relação da grade com o arado. Em geral um património com grade tinha, simultaneamente, arado. Barcelos continua a ser o concelho onde melhor se observa esta realidade. Dos 37 inventários apenas três inventários não inventariaram grades e arados em simultâneo. Nos restantes concelhos, muito embora se continue a verificar a mesma realidade, a frequência de inventários só com grades foi ligeiramente superior (oito inventários em Guimarães e cinco no concelho da Póvoa de Lanhoso). Relativamente à frequência da grade por inventários, verificamos que, em Barcelos, 19 inventários possuíam uma grade, 13 com duas grades, dois com três grades, destacando-se neste concelho dois inventários, um com quatro grades e outro com cinco grades. Neste caso, não podemos deixar de trazer à colação o inventariado Capitão Manuel Gomes Ferreira, da freguesia de Silveiros. Para além das quatro grades possuía quatro arados, dois de mão e dois vessadoiros. O referido inventariado possuía três prazos de vida: um sito na freguesia de Silveiros, foreiro à freguesia de Rio Côvo, e dois sitios na freguesia de Encourados, sendo um foreiro ao convento de Tibães e outro ao convento de Vilar de Frades. Para além destes prazos, tinha ainda um campo emprazado na freguesia de Midões<sup>535</sup>.

Partindo dos dados anteriores, podemos concluir que a frequência de grades, sobretudo nos inventários do concelho de Barcelos, era também um indicador da pujança agrícola de algumas famílias. Além disso, se o arado não era acessível ao pequeno lavrador, a grade

---

<sup>534</sup> Grade tipo 1 – “Grade de quatro banzos estreitos e equidistantes, com as testeiras espigadas nos dois banzos laterais (que ficam com as pontas salientes), e os dois interiores naquelas”. *Idem*, p. 210.

<sup>535</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3886, 1784.

também não o era. Tanto para o arado como para a grade era precisa a força animal e espaço, onde animais e alfaias se pudessem deslocar.

No que concerne às descrições das grades nos inventários, devemos referir que 97% das grades eram com dentes de pau, 2,5% com dentes de ferro e 0,5% com dentes mistos (pau e ferro). O valor de uma grade com dentes de pau era bem menor que uma grade com dentes de ferro. Os louvados avaliaram em média uma grade com dentes de ferro em bom estado em 1.400 reis; usada em 900 reis; velha em 600 reis. Uma grade velha e com dentes de pau foi avaliada, em média, em 150 reis.

Tendo em conta os valores atribuídos à grade, compreende-se que a maioria dos lavradores optasse por grades com dentes de pau. A este respeito, sublinhe-se que as grades com dentes de ferro se concentraram nos inventários do concelho de Barcelos.

### **1.1.3 Alfaias de armazenamento**

Muito embora a cultura da vinha tivesse sido relegada para as bordaduras dos campos, de modo a deixar livres as áreas mais férteis para a cultura dos cereais, a sua produção e consumo revestiu-se de um cerimonial que fazia parte do quotidiano da população minhota. Mesmo os que não possuíam o seu bocado de terra onde pudessem plantar as suas uveiras, não dispensavam o vinho à mesa, nem que para tal comprassem as uvas e produzissem eles próprios o vinho ou o comprassem já feito. Entende-se, por isso, a significativa frequência de alfaias de armazenamento de vinho: a baça, o balseiro, o barril, a cuba, a dorna, o pipo ou ainda o tonel. O camponês minhoto incluía na sua adega um diversificado número de peças que lhe eram necessárias na colheita e produção do vinho e pós produção. Podia faltar o arado, a grade ou qualquer outra alfaia mas a dorna ou cuba não faltava.

Em 600 inventários foram inventariadas 2.016 alfaias de armazenamento de vinho e 146 de azeite. De entre as alfaias de armazenamento de vinho, destacou-se a cuba nos três concelhos. Esta alfaia tinha como função recolher o vinho que saía do fuso do lagar<sup>536</sup>. É nossa pretensão evidenciar a preferência dos inventariados por alfaias associadas à colheita e produção de vinho, na medida em que se pode afirmar que estamos perante uma produção voltada sobretudo para a venda. De facto, encontramos muitas expressões nos inventários

---

<sup>536</sup> Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 625.

orfanológicos que salientam que o vinho fraco era para consumo da casa e o vinho bom para vender.

Nesta categoria de alfaia foi surpreendente a supremacia das alfaia de grande porte. Como já referimos, tomámos como critério na classificação de alfaia de grande porte todas as alfaia de armazenamento com capacidade igual ou inferior a cinco almudes. As alfaia de pequeno porte, embude<sup>537</sup> e vasilha, tiveram pouca expressividade. O embude só foi inventariado no concelho da Póvoa de Lanhoso (três ocorrências) e a vasilha no concelho de Barcelos (14). Não significa, como temos vindo a realçar, que não fizessem parte do quotidiano, inclusive no concelho de Guimarães. Mas, tratando-se de alfaia de pequeno porte facilmente seriam transmitidas antes da feitura do inventário ou menosprezadas pelos avaliadores devido ao seu pequeno valor.

Relativamente às alfaia classificadas de médio porte, destacou-se o pipo com 55 ocorrências. É de salientar que estas alfaia de armazenamento pertenciam a famílias com um património mais baixo, no qual a cultura do vinho era incipiente.

No que respeita às alfaia de grande porte, foi surpreendente a diversidade de tamanhos sobretudo da cuba e do tonel; a capacidade quer de um como de outro variou entre os 10 e 120 almudes; dos pipos, baças<sup>538</sup> e balseiros<sup>539</sup> inventariados nenhum ultrapassou os 20 almudes. Perante tal diversidade de tamanhos, torna-se impossível percecionar o valor de qualquer alfaia de armazenamento. No entanto, é importante salientar que algumas alfaia chegaram a atingir valores muito significativos, como por exemplo uma cuba nova de 102 almudes, avaliada em 5.000 reis (tanto como um porco), que pertencia a Rosa Maria Borges, da freguesia de São Cosme Damião de Garfe<sup>540</sup>. Temos, ainda, outro exemplo de uma cuba com o mesmo valor, também nova, mas muito mais pequena (50 almudes) que pertencia a Custódio Fernandes, grande lavrador foreiro, da freguesia de Santa Maria de Sobradelo<sup>541</sup>. Os dois exemplos apresentados pertenciam a famílias com uma produção vinícola intensa, que se pode provar, quer num como no outro património, pelos 120 almudes de vinho inventariados, no valor de 36.000 reis.

As alfaia de armazenamento de vinho fizeram parte do universo das amostras, todavia, a baça não foi inventariada no concelho da Póvoa de Lanhoso e o balseiro só foi inventariado no

---

<sup>537</sup> Embude - funil utilizado sobretudo no envasilhamento do vinho. *Idem*, vol. III, 1712-1728, p. 50.

<sup>538</sup> Baça - espécie de dorna.

<sup>539</sup> Balseiro - dorna, tonel ou vasilha. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 26.

<sup>540</sup> AMAP, "Judicial Antigo", Guimarães, ct. C-4-3-15, 1806.

<sup>541</sup> *Idem*, ct. C-7-1-190, 1795.

concelho de Barcelos. Não obstante, a média por inventário foi sempre superior a duas alfaias de armazenamento. Em alguns casos, ultrapassou uma dezena, entre cubas, dornas, pipos, etc. Como testemunho desta diversidade de peças de armazenamento de vinho servimo-nos do inventário de Custódio Ferreira, da freguesia de Santa Maria de Airão, que possuía um património em alfaias no valor de 30.840 reis, constituído por uma dorna, dois toneis (um de 60 almudes outro de 20), duas pipas (uma de carregação e outra de 15 almudes), uma cuba (de quatro pipas), três baças (uma que serve de dorna, outra de salgadeira e outra de 20 almudes). Para além destas alfaias, o inventariado tinha, ainda, toda a apeiria da lavoura<sup>542</sup> e as medidas de pão. Neste inventário está patente o paradigma da reutilização dos objetos. Estamos perante uma sociedade que conferia aos objetos um carácter multifuncional e os reaproveitava constantemente.

#### **1.1.4 Alfaias de debulha do cereal**

Nesta região do Baixo Minho predominava a cultura do milho. No entanto, poucas foram as alfaias inventariadas para a debulha de cereais. A joeira<sup>543</sup>, a peneira, o mangual<sup>544</sup> e o malho, foram as únicas referidas. Os dois primeiros foram considerados de pequeno porte e os dois últimos de médio porte. Da joeira dispomos de um único exemplo no concelho da Póvoa de Lanhoso; a peneira, apesar da parca frequência, foi relativamente mais significativa do que a joeira (Barcelos, três; Guimarães, uma; Póvoa de Lanhoso, 22 peneiras). O valor da peneira oscilou entre os 50 e os 100 reis; os louvados não se preocuparam em avaliar a joeira.

O malho e o mangual são alfaias de debulha do centeio e do milho, assim como de certas leguminosas. Deste modo, presumia-se uma forte frequência destas alfaias nos inventários analisados, o que não se verificou. Ao todo foram inventariados 76 malhos (quatro no concelho de Barcelos, 28 em Guimarães e 44 na Póvoa de Lanhoso) e 18 manguais (sete no concelho de Barcelos e 11 no concelho de Guimarães); os louvados avaliaram em média um malho em 100 reis e um mangual em 60 reis.

---

<sup>542</sup> Apeiria da lavoura – o mesmo que abougaria, conjunto de alfaias agrícolas.

<sup>543</sup> Joeira - instrumento de junco com um círculo coberto de couro que serve para limpar o trigo. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IV, 1712-1728, p. 183.

<sup>544</sup> Mangual, mangol, malho – duas varas de pau pendentes com que se malha o trigo. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 25; Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. V, 1712-1728, p. 295.

Como é óbvio, a escassa inventariação de alfaías usadas na debulha de cereais não se deveu nem à diminuta produção de cereais nem ao seu valor pecuniário, mas sim à facilidade com que poderiam ser adquiridas por terceiros ou pelos herdeiros.

## 1.2 Instrumentos de medidas de peso, capacidade e volume

Na abougaria ou apeiria da lavoura não faltaram os instrumentos de medida de peso, de capacidade e volume, estas últimas designadas por medidas de vinho e de pão. Todo o lavrador procurava vender os excedentes das suas colheitas, obtendo desse modo um pecúlio fundamental para a economia familiar. Com o dinheiro da venda dos produtos agrícolas o lavrador comprava as sementes para a sementeira, procedia à manutenção das alfaías agrícolas, investia em gado, em ouro e em tudo o que a casa precisasse. Era do trabalho da terra que a maioria dos nossos inventariados vivia, por isso, os produtos de melhor qualidade não eram para consumo da casa mas para vender. À porta da casa, embora o local privilegiado de comercialização dos excedentes fosse as feiras.

**Tabela 3** - Frequência de inventários com instrumentos de medidas de peso, volume e capacidade (1750-1810)

	<b>Barcelos</b>	<b>Guimarães</b>	<b>Póvoa de Lanhoso</b>
<b>Balanças</b>	–	2	3
<b>Ganchos de pesar</b>	9	31	13
<b>Lote de medidas de pão</b>	–	19	10
<b>Lote de medidas de vinho</b>	2	–	2
<b>Pesos</b>	–	–	13
<b>Rasas</b>	43	35	28

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Apesar da importância das medidas de peso, de capacidade e volume no quotidiano das famílias rurais, nem todos os inventariados estavam providos destas alfaías, sobretudo, de balanças e medidas de capacidade, inventariadas como lote de medidas de vinho. De uma forma geral, verifica-se que o concelho de Guimarães, muito embora não tenha qualquer frequência a medidas de capacidade, foi o concelho que registou maior número de inventários com medidas de volume e instrumentos de pesar. Apesar de estarmos perante uma amostra relativamente reduzida, não deixa de reafirmar a ancestral atividade mercantil deste concelho de Guimarães.

De entre todos os instrumentos de medir, o maior número de inventários apresentou medidas de volume soltas, as designadas rasas, uma vez que foi desta forma que os louvados as inventariaram: rasa, meia rasa e quarto de rasa. As 199 medidas de rasa distribuíam-se por 106 inventários (Barcelos, 43; Guimarães, 35; Póvoa de Lanhoso, 28). Relativamente ao lote de medidas de pão, também desta forma designadas, correspondem ao conjunto de medidas de volume. Os 28 inventários onde elas são referidas (18 inventários de Guimarães e 10 da Póvoa de Lanhoso) não apresentam instrumentos de medidas de volume soltos, mas conjuntos. A quem pertenciam estes lotes? Aos lavradores de grande envergadura, cuja produção estaria essencialmente voltada para o mercado local.

**Tabela 4** - Inventários orfanológicos de Guimarães com lotes de medidas de pão (1750-1810)

<b>Cota</b>	<b>Valor dos semoventes (reis)</b>	<b>Valor das terras (reis)</b>	<b>Total</b>	<b>Observação</b>
C-1-4-31	7.200	192.170	199.370	
C-1-5-121	52.000	48.000*		*o prazo não vem a colação
C-1-5-142	82.000	2.101.000	2.183.000	
C-1-5-58	6.000	*		*Não vem a colação
C-1-5-60		*		*Não vem a colação
C-2-2-23	64.800	1.094.000	1.158.000	
C-2-2-25	107.000	1.075.730		
C-2-2-35	90.000	12.000*		*O casal não vem a colação
C-3-1-91	116.400	736.500	852.900	



(continuação da tabela 4)

<b>Cota</b>	<b>Valor dos semoventes (reis)</b>	<b>Valor das terras (reis)</b>	<b>Total</b>	<b>Observação</b>
C-3-1-92	3.000	121.700	124.700	
C-3-2-31	17.000	*		*O casal não vem a colação
C-3-2-32	110.800	653.200	764.000	
C-5-4-13	255.800	161.000*		*O casal não vem a colação
C-5-4-14	40.000	260.500	300.500	
C-6-1-165	38.400	80.000		**O casal não vem a colação
C-7-1-114	56.400	1. 470.950	1.527.350	
C-7-2-127	44.600	140.000	184.600	

**Fonte:** AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães.

**Tabela 5** - Inventários orfanológicos da Póvoa de Lanhoso com lotes de medidas de pão (1750-1810)

<b>Cota</b>	<b>Valor dos semoventes (reis)</b>	<b>Valor em terras (reis)</b>	<b>Total</b>	<b>Obs.</b>
115	55.600	184.600	240.200	
140	15.000	48.000	63.000	
509	99.200	1.500.000	1.599.000	
571	24.800	444.400	469.400	
817	101.800	181.200*		*O prazo não vem a colação
1233	1.000	510.700	511.700	
3120	133.800	175.600*		*o prazo não vem a colação
141/20				*o prazo não foi avaliado
3103		1.029.000	1.029.460	

**Fonte:** ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso.

Estamos de facto perante alguns lavradores com um nível de riqueza fundiária significativa, muito embora não sejam somente proprietários plenos mas, também, e sobretudo, foreiros (proprietários do domínio útil) que se dedicavam à criação de gado bovino, caprino e suíno, à apicultura e à agricultura. Repare-se que à exceção de um ou outro caso, o valor do gado no contexto geral do património era muito significativo. Como sublinha Maria Manuela Rocha, o gado “é extremamente importante para quem cultiva a terra”, e acrescenta, “para os lavradores de menores recursos económicos ... o gado é um elemento verdadeiramente distintivo”<sup>545</sup>. Como distintivo era a posse de um lote de medidas de pão, já que elas eram sinal de que não estávamos perante uma economia de subsistência, cujas plantações eram feitas basicamente em pequenos minifúndios, em pequenas leiras e hortas, tendo como finalidade principal a sobrevivência da família e nunca a venda de excedentes. Não há dúvida que parte dos inventariados apurados pertencia à elite local.

Nos inventários analisados, a balança não foi apenas utilizada para os produtos agrícolas, mas também para outros ofícios, nomeadamente ferreiros e mercadores. Ao todo foram inventariadas nove balanças, três no concelho de Guimarães, as quais pertenciam a um ferreiro e a um mercador; seis na Póvoa de Lanhoso, duas pertenciam a um mercador e duas a dois lavradores foreiros medianos e uma balança a um comerciante/prestamista. O património do ferreiro e dos mercadores era parco ao nível das colheitas agrícolas, contrariamente ao que se verificou com os lavradores foreiros, os quais possuíam importantes quantidades e diversidade de géneros, fruto da sua intensa atividade agrícola. É de salientar o inventariado José Pereira Veloso, da freguesia de Santo Emilião, que possuía um importante património em alfaias agrícolas (abougaria da lavoura, alfaias de armazenamento) e em alfaias de fiação e tecelagem, avaliadas no total em 36.880 reis. Para além do referido património, José Pereira Veloso possuía uma balança, um lote de medidas de vinho e outro de pão, um conjunto de pesos soltos e um lote de medidas de sal. Cruzámos o seu património móvel com as colheitas inventariadas e foi fácil constatar que José Pereira Veloso era, para além de lavrador foreiro, comerciante grossista. Observe-se parte do inventário do seu espólio:

---

<sup>545</sup> Maria Manuela Rocha, *ob. cit.*, 1994, pp. 131-138.

**Tabela 6** - Colheitas no património de José Pereira Veloso

Tipologia	Quantidade	Valor em reis
Azeite	22 almudes	158.400
Azeite	7 almudes	36.000
Azeite	17 tulhas	8.000
Pão, feijão, centeio e outras miudezas	358 medidas	143.200
Vinho	4 pipas	3.600
Vinho fervido	1 pipa	1.600
Vinho	20 almudes	9.000
Sal	20 carros	125.240
Trigo	27 rasas	31.050
<b>Total</b>		<b>516.090</b>

**Fonte:** ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 141/20, 1800.

As colheitas inventariadas acusam uma forte produção e venda de produtos agrícolas. Segundo o louvado, as colheitas de pão, feijão, centeio e outras miudezas provinham da quinta de Santo Emilião, da qual o inventariado era rendeiro. Para além da enorme quantidade de géneros, o inventariado tinha, ainda, grandes quantidades de sal, que não seriam com certeza para suprir necessidades caseiras mas de mercado. Posto isto, as balanças assim como as medidas de capacidade e volume eram sem dúvida indispensáveis a José Pereira Veloso. Note-se ainda que, paralelamente à atividade agrícola e comercial, José Pereira Veloso era um forte prestamista local, visto que os seus 124 devedores estavam circunscritos a seis freguesias (quatro do concelho da Póvoa de Lanhoso - São Martinho do Campo, Louredo, Santo Emilião e Vilela – e duas do concelho de Guimarães – Donim e Santo Estevão de Briteiros). Muito embora o valor total das dívidas ativas seja considerável, 336.855 reis, os montantes em dívida por parte de cada devedor eram relativamente baixos. Isto leva-nos a considerar que a atividade comercial de José Pereira Veloso foi propícia à existência de dívidas ativas, a maioria resultando das vendas a crédito.

Voltando à frequência dos instrumentos de pesar, de capacidade e volume, as medidas de volume ou de pão foram sem dúvida as mais inventariadas. Mesmo tratando-se de pequenos lavradores, a rasa, meia rasa ou quarto de rasa eram fundamentais para vender os produtos que colhiam nas suas hortas ou pequenas leiras. Por isso, é natural que encontremos um grande número de inventários com referência a estas medidas. Já o mesmo não se poderá dizer relativamente ao lote de medidas de vinho. De facto, apenas quatro inventários (dois no concelho de Barcelos e dois no concelho da Póvoa de Lanhoso) possuíam estes instrumentos.

Relativamente ainda às medidas de volume é de salientar que, muito embora não esteja aqui incluído o carro de bois, este foi muito utilizado enquanto medida de volume, comprovado pela constante inventariação de carros de pão e de esterco nos inventários orfanológicos do Baixo Minho.

Não podíamos terminar as alfaias agrícolas sem fazer referência à imensa presença de alfaias de complemento, nomeadamente ao sistema de atrelagem dos bois como os jugos ou cangas de bois. Segundo Ernesto Veiga Oliveira, o jugo do noroeste português insere-se no denominado jugo de tábua, que se distingue pelas “suas grandes dimensões, planos e altos e, pela riqueza da sua decoração, desenhos entalhados e vazados”<sup>546</sup>. Não iremos abordar os jugos quanto à sua forma e decoração devido à ausência de informação a respeito. Porém, procederemos à sua quantificação. Ao todo foram inventariados 173 jugos, dos quais, 42 aparelhados e 37 de sogas<sup>547</sup>. Barcelos foi o concelho que registou maior frequência de jugos (94) e peças soltas, como o cambão, o rodeiro e o eixo (do carro de bois) e o tamoeiro (para o jugo). É de realçar ainda a inventariação de cordas e anéis com suas correntes de ferro, ou as escadas de vindimar, tão necessárias para as vindimas.

### **1.3 Os instrumentos de fiação e tecelagem**

Não é possível abordar os instrumentos e técnicas de fiação e tecelagem sem antes dissertarmos um pouco sobre o linho. Duarte Nunes de Leão afirma que “entre as ervas necessárias à vida, figurava o linho de que, segundo Plínio, se faziam linhas para redes de pesca e outras coisas de tanta rjeza que os Romanos levaram a semente para Itália”<sup>548</sup>.

---

<sup>546</sup> Ernesto Veiga Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *Sistemas de atrelagem dos bois em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia, 1973, p. 12.

<sup>547</sup> Soga – no Minho e na Beira o mesmo que corda ou correia. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VII, 1712-1728, p. 691.

<sup>548</sup> Duarte Nunes de Leão, *Descrição do reino de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 198

Em Portugal, particularmente em Guimarães, é já ancestral a produção linheira. No foral de Guimarães dado pelo conde D. Henrique, 1096, estava expresso o pagamento de tributos pela compra de linho grosso “no feiroto do castelo” daquela localidade<sup>549</sup>. Quer no foral do conde D. Henrique, 1096, como no foral de seu filho, 1128, é mencionado o feiroto do Castelo e respetivas taxas e portagens para quem lá fosse carregar o pano de linho<sup>550</sup>. Citando Jorge Fernandes Alves, “desde cedo o linho de Guimarães e da sua região se tornara um produto de excelência que alimentava correntes comerciais a longa distância, além de servir de meio de pagamento de rendas e foros”<sup>551</sup>. Guimarães foi, em suma, desde muito cedo um centro linheiro de referência e, graças à subtileza do seu linho, foi requisitado nos principais mercados internos e internacionais<sup>552</sup>. No século XVI muitos escritores enaltecem a qualidade do linho do Minho nas suas obras, sobretudo do linho de Guimarães:

Manuel Pereira de Novais refere que:

“no uso do fabrico de lenços, e de mantilhas, e servilhetas, e no delgado do fio, excede a Província. E tanto que dela e de suas madeixas de fio se aproveitam os índios de Cambaia quando mandam a esta província, principalmente à Vila de Guimarães, a buscar o delicado e finíssimo fio desta Vila para pespontar e debuxar aquelas vistosas colchas de Bengala, não havendo melhores fêbras de linho para aqueles folhos e recamados de aquelas sobre-canas que aqui se torcem, pois em brancura e firmeza excede a qualquer outro torçal, nem que seja de seda, e é lá mais estimado que a mesma seda”<sup>553</sup>.

Duarte Nunes de Leão refere-se ao:

“linho do qual neste Reino e no Algarve, na Beira e Entre-Douro e Minho há tanta cópia, e tam fino, as mulheres das ditas partes (...) fazem tantas teias de pano de

---

<sup>549</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *Tecnologia tradicional portuguesa – o linho*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978, p. 12; Maria da Conceição Fernandes Ferreira, *O linho na tradição*, [S. l.], Edições Greca, 1998, p. 8.

<sup>550</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *ob. cit.*, 1978, p. 16.

<sup>551</sup> Jorge Fernandes Alves, “O trabalho do linho”, in José Amado Mendes, Isabel Fernandes (coord.), *Património e indústria no Vale do Ave*, Vila Nova de Famalicão, Atrave, 2002, p. 4.

<sup>552</sup> António Lopes de Carvalho, *Os mesteres de Guimarães*, vol. II, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1941, p. 38.

<sup>553</sup> Manuel Pereira de Novais, citado em Armindo de Sá Cachada, *O linho no campo e na arca*, Guimarães, Grupo Folclórico da Corredoura, s/d, p. 18.

linho e linhas, que bastecem a estes usos, e grande parte sai para os de Castela e Lião, e para as (...) de Espanha”<sup>554</sup>.

A indústria do linho e do fio em Guimarães chegou a constituir uma importante riqueza concelhia; a forte exportação para Espanha e Brasil levou à prosperidade de muitos mercadores vimaranenses<sup>555</sup>.

Todavia, a produção linheira proliferou um pouco por todo o país. O linho conquistou tal importância na economia do Reino que, em determinadas comarcas, como Braga, se aplicaram medidas protecionistas, como sucedeu nos finais do século XVIII (1792), com o arcebispo de Braga, D. Caetano Brandão, que concedeu dois prémios de 50\$000 reis ao lavrador que tivesse a maior produção de linho, sendo o mínimo obrigatório, uma sementeira de 10 alqueires de linhaça<sup>556</sup>.

Na produção e transformação do linho em tecido existiam duas categorias diferentes: uma localizada nas próprias unidades rurais, da responsabilidade das mulheres que aproveitavam o seu tempo livre consentido pela lida doméstica e do campo, que tinha como principal objetivo o autoconsumo e ajudar no pagamento das rendas aos senhorios das terras; a outra categoria era da responsabilidade dos tecelões profissionais, denominados de “lenzários”, que se dedicavam a tempo inteiro a esta função<sup>557</sup>. Se tivermos em conta as técnicas utilizadas na vila de Guimarães no final do século XVII, assistimos ao despoletar de fábricas linheiras e a uma protoindustrialização que utilizava como principal matéria-prima o linho, absorvendo a maioria da produção de linho local e regional<sup>558</sup>.

No que concerne aos distintos tipos de linho, deve-se referir que, nas zonas mais húmidas do norte de Portugal se plantava, essencialmente a variante de linho galego, semeada na primavera (abril) para colher em junho. O linho mourisco também se cultivava nesta região, muito embora predominasse nos distritos a sul do Tejo, e ainda nos de Bragança, Santarém e

---

<sup>554</sup> Duarte Nunes de Leão, *ob. cit.*, 2002, p. 198.

<sup>555</sup> *Idem*, p. 199.

<sup>556</sup> Maria da Conceição Fernandes Ferreira, *ob. cit.*, 1998, p. 21.

<sup>557</sup> *Idem*, pp. 14-15.

<sup>558</sup> Em 1691, Francisco de Oliveira Ribeiro, da vila de Guimarães, “pediu provisão para estabelecer uma fábrica de tecidos brancos, de toalhas e guardanapos adamascados, fustes de algodão, lenços para a cabeça em linho e algodão e folhos de cambraia”; em 1794, foi concedida a Teresa Maria da Silva, proprietária de muitos teares, uma “provisão para fabricar todo o género de toalhas e guardanapos”; num período mais tardio, em 1869, mas que importa referir, visto que não deixa de ser resultado de um fabrico ancestral e expressivo, foi criada a Real Fábrica de Tecido dos Linhos, Lã e Algodão. António Lino, *Monografia de Guimarães e seu termo*, Lisboa, Instituto Fontes Pereira de Melo, 1984, pp. 257-258.

Castelo Branco. A fibra do linho mourisco é mais comprida que a do galego, e mais escura e grosseira, daí ser considerado um produto de menor qualidade<sup>559</sup>.

O linho era semeado nas pequenas leiras, fiado na roca e tecido no tear caseiro, instalado em qualquer dependência da casa<sup>560</sup>. Ao linho estavam associadas muitas operações. O Eng.º Luís Quartin Graça salienta que a diversidade das atividades inerentes à produção e transformação do linho exigiam também uma tecnologia diversificada, cuja mão-de-obra se encontrava alicerçada num conjunto de alfaias agrícolas, a saber: arado, grade, engajo, ripo, malho, engenho, espadela, roca, fuso, pentes, sarilhos, dobadoura, urdideira, caneleiro, lançadeira e tear<sup>561</sup>. De forma sintetizada podemos resumir a três as operações referentes à produção e transformação do linho: cultura do linho, preparação do fio e tecelagem. É claro que estamos a desenhar uma imagem extremamente redutora do percurso do linho. No entanto, não é a sua produção e transformação o cerne do nosso trabalho. Importa-nos sim demonstrar a importância e predomínio da produção caseira do linho na economia doméstica dos concelhos em análise, através da inventariação da cultura material a ela associada, das alfaias de fiação e tecelagem inventariadas, complementando ainda com as quantidades de linho cru, curado ou fiado existentes no espaço familiar.

Nesta região do Baixo Minho a produção doméstica de panos, lençóis, toalhas e mesmo de indumentária em linho foi bastante significativa. De linho, vestia-se o homem e a mulher; de toalhas e lençóis de linho adornavam os catres e as mesas; em suma, na segunda metade de setecentos o linho foi, sem dúvida, a matéria-prima mais utilizada em todas as camadas sociais do Baixo Minho, não se limitando apenas aos estratos mais baixos. Além disso, como sublinha Nuno Luís Madureira, a roupa de casa e do corpo fazia “parte da fortuna patrimonial”, além de ser “um dos contributos para o equipamento doméstico”<sup>562</sup>. Justifica-se, por isso, a preocupação por parte dos louvados ou avaliadores em pesar e estimar o valor das meadas de linho ou da linhaça visto que tinham absoluto conhecimento que seriam transformadas em roupa de cama e do corpo<sup>563</sup>. Importa ainda realçar que, paralelamente a esta riqueza material, é ao trabalho feminino que se deve sobretudo a riqueza intergeracional. Como advoga Ernesto Veiga de Oliveira, o linho “fiado e tecido para a família, era guardado como um valor da casa que se lega

---

<sup>559</sup> Jorge Fernandes Alves, *ob. cit.*, 2002, p. 2.

<sup>560</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *ob. cit.*, 1978, p. 23.

<sup>561</sup> Luís Quartin Graça, *O linho em Portugal – subsídios para o fomento da sua cultura*, Lisboa, Ministério da Economia, 1963, p. 66.

<sup>562</sup> Nuno Luís Madureira, *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa, 1740-1830)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p. 235.

<sup>563</sup> *Idem, ibidem*.

de pais a filhos<sup>564</sup>. Era, sem dúvida, imperativo que uma rapariga minhota casadoira fosse prendada na arte de tecer e fiar para fazer o seu enxoval e agradar à família do noivo. Se no estado de solteira, fiava para fazer o seu enxoval, no estado de casada fiava para colmatar as necessidades familiares<sup>565</sup>. Nas terras da bacia do Ave, como sublinha Luctador, citado por Jorge Fernandes Alves, dizia-se que a tecelagem era “parte integrante da educação das jovens”, e o tear “as arras do casamento das filhas”, visto que “casa que não tenha tear ou é de fidalgo ou é casa onde a miséria entrou desapiedadamente”<sup>566</sup>. A tecelagem era, de facto, indissociável da casa agrícola.

Nos inventários orfanológicos dos concelhos em análise é comum a presença de registos por parte dos tutores declarando que as órfãs, sobretudo com idade de 15 anos, estavam a aprender o ofício de tecedeira<sup>567</sup>. A este respeito, Daniel Roche salienta a importância do manejo do fio e também da agulha na educação feminina, sobretudo a partir do século XVII, nas escolas populares das cidades, nas instituições de caridade e nos internatos abastados<sup>568</sup>. Em todas as camadas da sociedade fiar e tecer era imperativo. É neste sentido que as alfaias como a roca e o tear se tornaram, para além, de instrumentos de transformação do linho em tecido, em instrumentos simbólicos<sup>569</sup>. Em muitas regiões, como refere Raffaella Sarti, “o fuso e a roca são o símbolo da mulher honesta e trabalhadeira”<sup>570</sup>.

Os contos tradicionais constantemente aludiam à proeza do fiar por parte da mulher ou à inquietação do homem quando esta não fiava. A este respeito veja-se o “conto do fuso” de Adolfo Coelho que retrata nitidamente o quão importante era a mulher desempenhar esta tarefa: “De uma vez era uma mulher que nunca fiava e dizia o homem para ela: «Ó mulher, tu nunca fias?» «Não tenho fuso.» «Deixa estar que eu hei-de ir à cidade e hei-de comprar um fuso»”. O homem foi à cidade e comprou o fuso mas a mulher quando este virou costas partiu-o porque não queria fiar. Quando o homem chegou a casa perguntou-lhe se ela tinha fiado, respondeu-lhe que tinha partido o fuso. Diz o homem «Todos os fusos que eu te compro tu os quebras; deixa

---

<sup>564</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *ob. cit.*, 1978, p. 23.

<sup>565</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 319.

<sup>566</sup> Jorge Fernandes Alves, *ob. cit.*, 1999, p. 2.

<sup>567</sup> O tempo de aprendizagem com o “mestre” era de quatro anos e com a “mestra” era de três anos. Terminados os prazos referidos, passavam a “jurada”, indicando a duração e o aproveitamento que o aprendiz ou aprendiz obtiveram, sendo-lhes concedido posteriormente a matrícula como “oficial” ou “obreira”. Para o “oficial” ou a “obreira” requerer o exame de “mestre”, tinham que trabalhar mais dois anos nessa situação. Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *ob. cit.*, 1978, p. 9.

<sup>568</sup> Daniel Roche, *A cultura das aparências. Uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*, Assef Kfoury (trad.), São Paulo, Senac, 2007, p. 273.

<sup>569</sup> Jorge Fernandes Alves, *ob. cit.*, 2002, p. 2.

<sup>570</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 319.



estar que amanhã hei-de ir à tapada; hei-de cortar um pinheiro e hei-de mandar fazer um fuso de encomenda a ver se tu o quebras»<sup>571</sup>.

Para além dos contos, o povo criou cantigas e versos para alegrar as diversas fases da produção do linho e sua transformação em tecido, nas quais não faltaram as alfaias que lhe estavam associadas:

<i>As maçadeiras do linho.</i>	<i>Quem me dera ser tão fino</i>	<i>Chamaste ao meu cabelo,</i>
<i>Trabalham bem a cantar; Quem</i>	<i>Como o linho que fiais;</i>	<i>Sarilho de ensarilhar,</i>
<i>canta, vai esquecendo</i>	<i>Quem me dera tantos beijos;</i>	<i>Eu também chamo ao teu;</i>
<i>Tristezas do seu penar</i> <sup>572</sup> .	<i>Como vós no linho dais</i> <sup>573</sup> .	<i>Dobadoira de dobar</i> <sup>574</sup> .

Segundo Nuno Luís Madureira, a descrição dos instrumentos empregues na preparação e transformação do linho, foi nos inventários lisboetas analisados, rara. No nosso caso concreto, também determinados instrumentos como a espadela, o fuso e a urdideira, também o foram. Os teares, os pentes de restelo e os crivos foram os mais inventariados; contudo, a frequência destes instrumentos não deixa de ser escassa tendo em conta que estamos numa região onde predominava a produção e transformação do linho, sobretudo em Guimarães. Somos da mesma opinião de Nuno Luís Madureira, o qual afirma que, sendo a maioria destes instrumentos de madeira e o seu estado de conservação degradado, a avaliação monetária seria reduzida e por isso deixaria de ser aliciante para as partilhas. Ou seja, a raridade de instrumentos de trabalho quer para a assedagem, urdidura como para a tecelagem, não significa *à priori* que nesta região não se fabricassem panos caseiros. Se por um lado podiam escapar à inventariação por não serem valorizados economicamente pelos louvados e respetivos herdeiros, por outro, também colocamos a hipótese referida por Nuno Luís Madureira, de determinadas tarefas serem entregues a terceiros, tanto as de produção como as de transformação do linho<sup>575</sup>. Porém, nós acrescentamos ainda a hipótese de que determinados agregados domésticos se dedicavam apenas a uma das fases de produção do linho. Para o confirmarmos procedemos ao cruzamento

<sup>571</sup> Adolfo Coelho, *Contos populares portugueses*, 7ª edição, Lisboa, Dom Quixote, 2002, p. 279.

<sup>572</sup> Maria da Conceição Fernandes Ferreira, *ob. cit.*, 1998, p. 64.

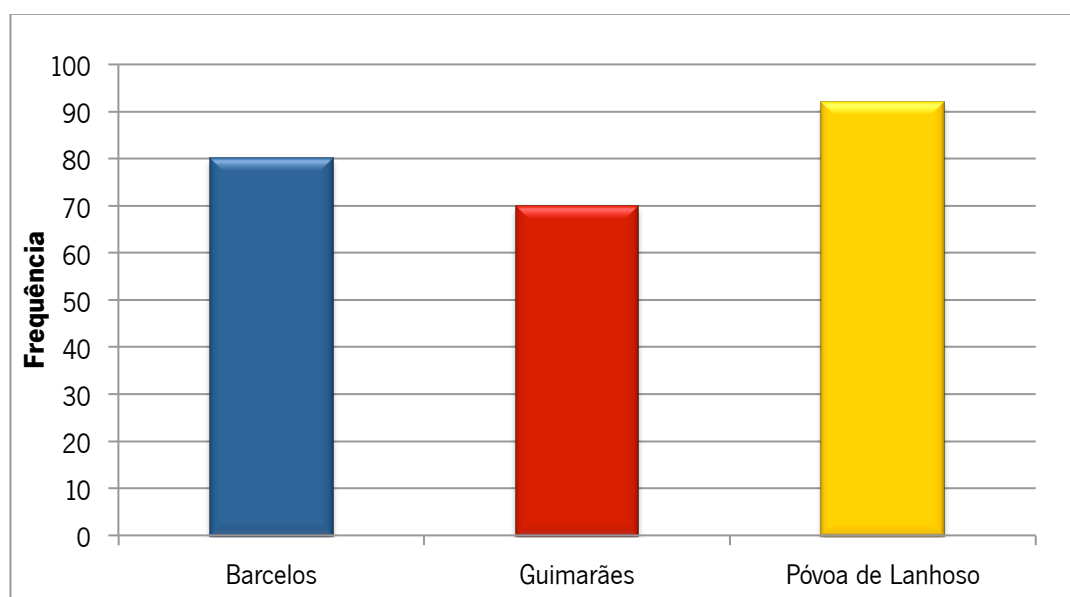
<sup>573</sup> *Idem*, p. 75.

<sup>574</sup> *Idem*, p. 80.

<sup>575</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 236.

dos instrumentos de trabalho inventariados com a linhaça, os afusais e as meadas de linho. Mas, em primeiro lugar, importa conhecer a frequência de inventários com linhaça ou fibras de linho.

**Gráfico 3** - Frequência de inventários orfanológicos com sementes e fibras de linho (1750-1810)



**Amostra:** Total dos casos observados: 242/600 (40,3%).

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

A frequência de inventários com sementes, linhaça mourisca ou galega, e/ou fibras ou panos de linho foi, como podemos observar, bastante análoga. Todavia, tratando-se de uma região em que a produção linheira fazia parte da economia familiar, a percentagem de inventários em que a encontramos pode indicar que a produção e transformação do linho não seriam tão predominantes. Do total da amostra 40,3% (242), tomando este valor como universo, 61% dos inventários enumerou apenas fibras e panos de linho; 29,5% com sementes, fibras e panos de linho e 9,5% apenas sementes. Ou seja, só uma parte dos inventariados referidos se dedicava quer à produção como à transformação do fio em pano. Num segundo momento, foi nosso propósito verificar se os referidos inventários tinham instrumentos de trabalho de fiação e tecelagem. Vejamos:

**Tabela 7** - Frequência de inventários com sementes, colheitas, instrumentos de fiação e tecelagem (1750-1810)

	<b>Barcelos</b>	<b>Guimarães</b>	<b>Póvoa de Lanhoso</b>
Fibras de linho	30	14	20
Sementes + fibras	6	14	11
Sementes	4	4	2
Tear + sementes ou fibras	11	11	11
Tear isolado	13	11	24
Urdidura + tear	-	1	-
Dobadoura + tear	-	1	4
Instrumentos diversos + sementes ou fibras	16	14	20

**Amostra:** 242 inventários.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Da amostra total, 242 inventários, 4,1% inventariaram sementes de linho, ou seja, a linhaça, o que significa que se dedicavam à produção linheira mas que não tinham quaisquer instrumentos de trabalho; observou-se ainda que 26,4% tinham panos de linho mas também não tinham instrumentos nem linhaça. Nestes casos podemos afirmar que os referidos agregados compravam o tecido já feito para o transformar em lençóis, toalhas e afins; 12,8% tinha linhaça e fibras; 13, 6% para além da linhaça e das fibras de linho tinham um tear; mas o indicador mais curioso foram os 19,8% de inventários sem linhaça nem fibras mas com tear. Inventários com instrumentos de grande porte como o tear e a urdidura e com ausência de sementeira e colheita levam-nos a considerar que as mulheres destes agregados compravam as meadas de linho para depois tecerem.

Não obstante, é lícito referir que não só o concelho de Guimarães mas também os concelhos de Barcelos e da Póvoa de Lanhoso, além da agricultura, produziam linho para ser

vendido aos mercadores locais ou nas feiras. Nem todo o linho produzido ficava em casa. Uma boa parte era vendida assim como todos os outros excedentes das culturas produzidas.

**Tabela 8** - Instrumentos de fiação e tecelagem nos inventários orfanológicos (1750-1810)

	Dobadoura	Espadela	Fuso	Urdideira	Pente de restelo	Serilho	Sedeiro	Tear	Total
<b>Barcelos</b>	1	7	2	1	10	5	5	42	73
<b>%</b>	0,03	0,25	0,07	0,03	0,37	0,18	0,18	1,55	2,66
<b>Guimarães</b>	13	2	0	1	47	5	18	32	118
<b>%</b>	0,64	0,09	0	0,04	2,32	0,24	0,89	1,58	5,8
<b>Póvoa de Lanhoso</b>	43	1	0	5	16	31	10	41	147
<b>%</b>	1,31	0,03	0	0,15	0,48	0,94	0,3	1,25	4,46

**Fontes:** ADB, AMAP; “Judicial Antigo”.

Não foram muito diversificados os instrumentos de fiação e tecelagem inventariados nos três concelhos. De facto, com os que dispomos seria impossível responder a todas as fases de produção do linho, desde a sementeira à tecelagem. Mas as possíveis causas da inexistência ou raridade já foram aqui explanadas. De entre as alfaias inventariadas, de uma maneira geral sobressaem o pente de restelo<sup>576</sup> e o tear. Todavia, denota-se que em determinados concelhos a frequência de certas alfaias foi bastante mais significativa, como a dobadoura<sup>577</sup> e o serilho<sup>578</sup> no concelho da Póvoa de Lanhoso e o pente de restelo, já referido, no concelho de Guimarães. Nos três concelhos observamos uma total ausência de instrumentos de fiação, como a roca e o fuso. Não fiavam as mulheres do Baixo Minho? É claro que fiavam. A roca, por exemplo, nuns

<sup>576</sup> Pente de restelo – pente de ferro de restelar o linho. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 617.

<sup>577</sup> Dobadoura – utilizada na elaboração de novelos a partir de meadas. Cláudia Almeida, Joaquim Pais de Brito, Patrícia Melo, *Normas de inventário – Etnologia – Tecnologia têxtil*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2007, p. 80.

<sup>578</sup> Serilho, sarilho – pau comprido com dois pequenos atravessados em forma de cruz, entre os quais se colocam os fios da maçaroca para se fazer as meadas. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VII, 1712-1728, p. 694.

momentos de maior solidão transformava-se na principal “companheira da conversa (...) a amiga e a conselheira, silenciosa e segura, sem hipocrisias e traições”<sup>579</sup>.

De entre as peças de fição e tecelagem inventariadas a de maior custo foi o tear. A frequência de teares foi relativamente uniforme nos três concelhos, destacando-se ligeiramente os inventários do concelho de Barcelos (42 teares) e da Póvoa de Lanhoso (41 teares). Apesar de Guimarães possuir menos teares (32), apresenta maior diversidade quanto à tipologia. Nos demais concelhos foram inventariados apenas teares aparelhados, que segundo as descrições, eram teares com órgãos, canais e caneleiro. No concelho de Guimarães encontramos, para além de teares aparelhados, teares altos, baixos e teares específicos para guardanapos e toalhas de nove palmos. Estes últimos de valor bastante avultado, os quais pertenciam a António José da Silva; o tear de guardanapos aparelhado foi avaliado em 6.000 reis e o de tecer toalhas de nove palmos, avaliado em 7.000 reis. Estes teares não eram de certeza para consumo doméstico mas para produção comercial<sup>580</sup>.

O tear, independentemente da sua tipologia, era de madeira; o tear baixo foi avaliado, em média, em 600 reis; o aparelhado, em 900 reis; e o tear alto, em 1.200 reis.

Relativamente aos outros instrumentos de fição e tecelagem, os valores monetários foram os seguintes: sedeiro<sup>581</sup>, 100 reis; o serilho, 60 reis; o pente de restelo, 250 reis; a urdideira, 200 reis; a dobadoura, 60 reis. Não houve referência à avaliação dos louvados quanto ao fuso e à espadela.

Os instrumentos de fiar e tecer, juntamente com os utensílios de cozinha, são, na nossa perspectiva, os que mais põem em causa a viabilidade dos inventários orfanológicos para o estudo da cultura material. Uma vez que já ficou provado por diversos tipos de documentação, quer do período medieval quer do moderno, que a produção linheira predominava no Baixo Minho, sobretudo, no concelho de Guimarães, por isso, não é admissível a escassez de instrumentos de trabalho ligados à referida atividade. Contudo, pode ser explicável, como já referimos. A maior parte destes instrumentos, nos quais incluo os que não foram tão pouco mencionados (espadeladouro, barreleiro<sup>582</sup>, caneleiro<sup>583</sup>, lançadeira, espadilha<sup>584</sup>, etc.), são de

---

<sup>579</sup> Abel Salazar, *Recordações do Minho arcaico. Obras completas de Abel Salazar*, Luísa Garcia Fernandes (coord.), Porto, Campo das Letras, 2002, p. 101.

<sup>580</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-5-58, 1803.

<sup>581</sup> Sedeiro - tábua com bicos ou dentes de ferro em fila, entre os quais se coloca o linho para separar a estopa do linho. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VII, 1712-1728, p. 544.

<sup>582</sup> Barreleiro – recipiente de madeira ou em cestaria, usado no branqueamento do linho. Cláudia Almeida, Joaquim Pais de Brito, Patrícia Melo, *ob. cit.*, 2007, p. 78.

pequeno e médio porte, fáceis de transportar e, como tal, fáceis de adquirir. A maioria das vezes eram objetos pessoais que não faziam parte do património familiar e, por isso, não deviam ser sujeitos a inventário. Por outro lado, não devemos negligenciar o desgaste dos instrumentos resultante da própria atividade agrícola e doméstica a que estavam sujeitos. Os trabalhos de fiação e tecelagem, como já foi referido, eram realizados sobretudo nos tempos “livres”, ou seja, só depois de cumpridas as lidas relacionadas com o trabalho da terra e da casa é que a mulher se dedicava a fiar e a tecer. A deterioração dos instrumentos tendia a ser rápida e a partir do momento em que os objetos deixavam de ser considerados importantes eram desvalorizados monetariamente por parte dos herdeiros e dos louvados no ato de inventariação.

## **2. ARTESÃOS RURAIS E UTENSÍLIOS DE OFÍCIO**

Dos inventários orfanológicos dos concelhos em análise 95% pertencem aos termos e 5% às vilas. Deste modo, é natural que o contexto socioprofissional da maioria dos inventariados esteja relacionado com a principal atividade económica, a agricultura. Não obstante, o calendário das atividades agrícolas deixava tempos livres. A força de trabalho agrícola era utilizada essencialmente durante o período das sementeiras (primavera) e das colheitas (verão, outono). Havia, por isso, necessidade de conciliar a agricultura com outras atividades como, por exemplo, a de sapateiro, de carpinteiro, etc. Como já referimos, uma das lacunas dos inventários está relacionada com a ausência de informação relativamente à profissão dos inventariados. Assim, os instrumentos de ofício inventariados foram sem dúvida importantes na identificação socioprofissional de alguns casos, embora prevaleçam as incertezas quanto à ocupação da maioria dos defuntos.

Do universo de inventários analisados, 600, 18 inventários descreveram as ferramentas como fazendo parte de um conjunto associado a um determinado ofício. Os louvados resumiram todas as ferramentas do ofício a uma única expressão “toda a ferramenta do ofício de ....”. No concelho de Barcelos houve apenas uma ocorrência ao ofício de ferreiro; na Póvoa de Lanhoso, duas ocorrências, ofício de barbeiro e carpinteiro.

---

<sup>583</sup> Caneleiro, caneleira - constituído por dois elementos principais, a base, em madeira, e a vareta de ferro. O caneleiro tem como função enrolar o fio nas canelas para serem colocadas posteriormente na lançadeira. *Idem*, p. 85.

<sup>584</sup> Espadilha – constituída pelo corpo e pelo cabo. Tem por função a distribuição dos fios durante a preparação da urdidura. *Idem*, p. 91.

Os inventários do concelho de Guimarães destacaram-se na diversidade e frequência de ofícios (15), sobretudo do ofício de carpinteiro. Os 15 inventários pertenciam aos termos, destacando-se no concelho de Guimarães as freguesias de São Miguel de Creixomil com dois oleiros e um ferreiro; São João de Airão com dois carpinteiros e um tamanqueiro; e os restantes ofícios estavam distribuídos por diversas freguesias. Todavia, não só do ofício viviam estas famílias mas da sua complementaridade com a agricultura, sobretudo desenvolvida pelos demais elementos do agregado doméstico e por eles próprios quando importava responder à sazonalidade agrícola, ou seja, nos momentos de maior azáfama. Deste modo, é claramente compreensível que para além dos instrumentos relacionados com os ofícios, os seus inventários integrassem também alfaías agrícolas. Além disso, sublinhe-se, a maioria dos inventariados eram lavradores foreiros.

Os louvados nem sempre procederam à descrição dos instrumentos de trabalho dos diferentes ofícios. Alguns, para além da expressão que referimos, registaram apenas a avaliação monetária, de que é exemplo o inventário de Esperança Luísa Salgado. Certamente que não seria ela a desempenhar o ofício de ferreiro mas o seu marido, Manuel José Rodrigues, inventariante. Todavia, no inventário, foi incluída a sua “tenda de ferreiro” avaliada em 16.000 reis<sup>585</sup>; outro exemplo é o de Domingos Mendes Rabelo, inventariado, também com uma “tenda de ferreiro” no valor de 18.000 reis. E não queremos deixar de chamar à atenção como último exemplo, o inventário de Francisco da Silva Pereira Soares, oleiro, da freguesia de São Miguel de Creixomil, que comportava não só a ferramenta do ofício mas também a matéria-prima com que trabalhava: barro. Se as ferramentas foram avaliadas apenas em 2.850 reis, o barro para a loiça foi avaliado em 28.000 reis. Neste inventário poucas foram as alfaías agrícolas inventariadas (um tonel, um machado e uma enxada) permitindo-nos concluir que Francisco da Silva Pereira Soares vivia de facto da olaria e que a sua produção deveria responder a um mercado mais alargado.

A “tenda de pedreiro” também era bastante avultada. O inventário de José de Almeida, de Santa Maria de Infias, termo de Guimarães, registou como fazendo parte do seu património uma “tenda de pedreiro”, avaliada em 25.400 reis<sup>586</sup>.

Paralelamente aos inventários que apenas fizeram referência ao ofício, houve outros que também descreveram minuciosamente os diferentes instrumentos de trabalho. Contudo, a

---

<sup>585</sup>AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-4-74, 1804.

<sup>586</sup> *Idem*, C-3-1-92, 1796.

avaliação foi do conjunto como por exemplo no inventário de José António Simões, da freguesia de Santo André de Barcelinhos, cuja tenda de ferreiro era constituída por uma safra<sup>587</sup>, um fole, quatro martelos, duas tenazes, um corveirão<sup>588</sup>, uma bigorna<sup>589</sup>, um torno<sup>590</sup>, uma tesoura, uma mó e um rodeiro. Tudo avaliado em 30.000 reis<sup>591</sup>.

Estes exemplos permitiram-nos ter a perceção do quanto era difícil ser-se artesão. O valor das ferramentas não era acessível a todos.

Como já referimos, se alguns inventários referem tacitamente a profissão do inventariado através de expressões como as que referimos, outros inventariam instrumentos de trabalho que permitem concluir tratar-se de artesãos.

**Tabela 9** - Artesãos rurais implícitos nos inventários orfanológicos (1750-1810)

	Barcelos	Guimarães	Póvoa de Lanhoso
Alfaiate	-	-	1
Carpinteiro	8	4	6
Ferreiro	1	-	1
Pedreiro	1	-	-
Moleiro		1	-
Sapateiro	-	-	1
Tecelão	-	1	

**Amostra:** Percentagem total de casos: 4,3% (26/600).

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

<sup>587</sup> Safra – instrumento de ferreiro. O mesmo que bigorna. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VII, 1712-1728, p. 428.

<sup>588</sup> Desconhecemos o significado de corveirão.

<sup>589</sup> Bigorna – ferro grosso usado pelo ferreiro para malhar o ferro ou outro metal. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 112.

<sup>590</sup> Torno – engenho de torneiro. *Idem*, vol. VIII, 1712-1728, p. 213.

<sup>591</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3878, 1786.



O ofício de carpinteiro predominou nos concelhos de Barcelos e da Póvoa de Lanhoso. Nestes inventários não temos a perceção do conjunto na medida em que foram inventariados instrumentos de trabalho soltos que indiciam a pluralidade de atividades.

Os instrumentos de trabalho do ofício de carpinteiro foram os seguintes: o banco de carpinteiro, o bedame<sup>592</sup>, a bigorna, a broca, o compasso, o escopro<sup>593</sup>, o esquadro, o formão, a garlopa<sup>594</sup>, a goiva<sup>595</sup>, a grossa<sup>596</sup>, a juntoura<sup>597</sup>, o martelo, a plaina, a serra de mão, o trado<sup>598</sup> e a verruma<sup>599</sup>. Instrumentos desta natureza fizeram parte do património de inventariados cuja atividade económica principal era a agricultura. Eram sem dúvida indispensáveis na manutenção das alfaías agrícolas, sobretudo das alfaías de armazenamento (pipas, dornas, baças e toneis). A avaliação monetária dos instrumentos do ofício de carpinteiro foi bem mais baixa quando comparada com a “tenda” do ferreiro e do pedreiro. Nos dados de que dispomos, o valor mais alto da ferramenta de carpinteiro - referimo-nos ao conjunto - foi de 3.200 reis<sup>600</sup>.

Das ferramentas do alfaiate temos apenas referência ao ferro, aos foles e à tesoura que pertenciam a Félix António de Afonseca, de Fonte Arcada, avaliados ao todo em 500 reis. O inventariado, para além dos referidos instrumentos possuía apenas um serilho e uma dobadeira, ou seja, instrumentos de elaboração de meadas e dobagem<sup>601</sup>.

Da “tenda” do ofício de ferreiro fazia parte o martelo, o forno, a talhadeira<sup>602</sup>, o ponteiro<sup>603</sup>, o tufo<sup>604</sup>, o fole, a forja<sup>605</sup>, a craveira<sup>606</sup>, os ferros e a pá de carvão. Não temos descrição

---

<sup>592</sup> Bedame – espécie de formão usado pelos carpinteiros e marceneiros. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 82.

<sup>593</sup> Escopro – instrumento que os carpinteiros, entalhadores, cantoneiros, etc., usam para cortar o ferro, o qual tem um cabo num dos extremos. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 741.

<sup>594</sup> Garlopa – instrumento de carpinteiro e do marceneiro que serve para tirar as últimas aparas da madeira por forma a uni-la. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VI, 1712-1728, p. 33.

<sup>595</sup> Goiva – instrumento de marceneiro ou de carpinteiro semelhante ao formão. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 90.

<sup>596</sup> Grossa – lima grossa, usada pelos carpinteiros e sapateiros, para desbastar a madeira. *Idem*, vol. II, 1813, p. 102.

<sup>597</sup> Juntoura – instrumento de marceneiro, usado para abrir as bordas das tábuas. *Idem*, vol. II, 1813, p. 194.

<sup>598</sup> Trado – verruma grossa que os carpinteiros e marceneiros utilizam para fazer buracos. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VIII, 1712-1728, p. 233.

<sup>599</sup> Verruma – instrumento de fazer furos na madeira. *Idem*, vol. VIII, 1712-1728, p. 447.

<sup>600</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-2-2-37, 1797.

<sup>601</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2842, 1809.

<sup>602</sup> Talhadeira – cunha de ferro com gume. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 751.

<sup>603</sup> Ponteiro – instrumento delgado e agudo de ferro ou de outro metal, utilizado para diversos fins. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VI, 1712-1728, p. 598.

<sup>604</sup> Tufo – pedra muito porosa semelhante a uma esponja. *Idem*, vol. VIII, 1712-1728, p. 322.

<sup>605</sup> Forja – forno grande do ferreiro, no qual se derrete o ferro proveniente da mina. *Idem*, vol. IV, 1712-1728, p. 171.

<sup>606</sup> Craveira – buraco das ferraduras por onde entram os cravos; instrumento usado para tomar as medidas dos sapatos. *Idem*, vol. II, 1712-1728, p. 602.

da “tenda” do pedreiro, mas, certos inventários comportavam instrumentos de uma panóplia de ofícios, inclusive o pedreiro como os picos, as cunhas e o cinzel.

Temos algumas dúvidas se de facto Sebastião Rodrigues era sapateiro. Considerámo-lo como tal, visto que foi o único a apresentar instrumentos relacionados com o ofício, tais como um martelo, uma tesoura de sapateiro e ainda uma torquês<sup>607</sup>. Porém, o mesmo inventariado possuía também instrumentos de pedreiro (martelo de pedreiro, pico e um ferro de assento) e sobretudo alfaias agrícolas<sup>608</sup>. Exemplos como os que acabamos de referir foram muito comuns nos inventários orfanológicos dos três concelhos. Confirma-se que neste período (1750-1810) apesar da agricultura se afirmar como principal atividade económica desta região, as famílias camponesas, eram polivalentes de modo a colmatar as dificuldades resultantes das rendas e foros a que estavam obrigados e também, decorrentes da fraca produtividade da terra.

Em suma, as alfaias agrícolas, para além de indispensáveis à atividade agrícola, também desempenhavam um papel importante na construção de hierarquias sociais. Como temos vindo a realçar, mais que o património móvel, casas e terras constituíam a principal riqueza do povo minhoto.

Nos patrimónios com bens de raiz, sejam propriedades com o domínio útil ou o domínio pleno, as alfaias agrícolas raramente faltavam, contrariamente a outras tipologias da cultura material. Mais importante que adornar o interior das casas ou ostentar uma indumentária distinta ou uma joia, o camponês via-se obrigado a investir primeiro nos instrumentos de trabalho de modo a tornar a terra mais produtiva.

Paralelamente à agricultura, as gentes do Baixo Minho desenvolveram uma forte produção linheira, que apesar da sua importante expansão, manteve “sempre o mesmo carácter caseiro e artesanal, individual e disperso”<sup>609</sup>. Nos inventários orfanológicos está bem patente o papel crucial da mulher na economia familiar através da produção caseira do linho. O trabalho do linho tornou-se um dos atributos femininos da região de Guimarães e, de uma forma geral, das famílias camponesas do Entre-Douro-e- Minho<sup>610</sup>.

É evidente a escassez de artesãos rurais nos três concelhos. Não obstante, a sazonalidade das atividades agrícolas encontra-se implícita nos inventários orfanológicos da

---

<sup>607</sup> Torquês, torquêz – espécie de tenaz que usam os sapateiros. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 728.

<sup>608</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 63, 1805.

<sup>609</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *ob. cit.*, 1978, p. 14.

<sup>610</sup> Jorge Fernandes Alves, *Fiar e tecer – uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1999, p. 2.

nossa área de estudo; instrumentos de trabalho, utilizados em mais do que um ofício, revelam a multiplicidade de funções desenvolvidas pelos inventariados por forma a responder às dificuldades económicas, sobretudo nos momentos de sementeira e pagamento das rendas/foros, cujos gastos asfixiavam e endividavam as famílias camponesas.

Não há dúvida, que para as gentes do Baixo Minho os instrumentos de trabalho foram sentidos num primeiro plano como a base determinante da sua sobrevivência, e num segundo plano, como um investimento por forma a rentabilizar e a valorizar a terra.

## **CAPÍTULO VI - O RECHEIO DA CASA RURAL**

## 1. MOBILIÁRIO DA CASA RURAL

Neste capítulo trataremos de analisar as peças de mobiliário que pertenciam aos inventariados e respetivos agregados domésticos das amostras dos concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso. As casas inventariadas não especificam a divisão dos seus compartimentos, pelo que desconhecemos a distribuição e organização da maioria do mobiliário no espaço habitacional. Desta forma, este estudo centrar-se-á sobretudo na tipologia das peças inventariadas e na sua funcionalidade.

O mobiliário, tal como em todas as áreas da cultura material, móvel ou imóvel, está relacionado com a história social, política e económica. Estes vetores causaram alterações ao nível dos “estilos de vida, dos gostos e modas, das necessidades e futilidades”, às quais não escapou o mobiliário<sup>611</sup>.

O século XVIII foi o século do mobiliário; o crescimento e enriquecimento da classe média determinaram uma maior procura de móveis para decorar o interior das suas casas ou para responder aos novos hábitos que iam sendo adotados. Neste período, a França e a Inglaterra eram os principais centros de produção. Não obstante, o mobiliário português do período a que nos reportamos (1750-1810) não resultou apenas das influências europeias mas também da criação de novas tipologias por parte dos nossos marceneiros e ensambladores. No entanto, a presença e a banalização do mobiliário no quotidiano assim como a perceção da importância de certas peças resultou não só da capacidade económica dos indivíduos mas do seu capital cultural e social e do local onde viviam. Embora os concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso, não fossem locais alheios às novidades, a verdade é que elas tardavam a chegar e a fazer parte do dia a dia das populações.

Mas entremos no interior das casas dos nossos inventariados. Antes de mais, urge referir que as casas rurais do Baixo Minho eram na sua maioria térreas; comia-se, dormia-se e convivia-se no mesmo espaço. Como salienta Margarida Durães “os exíguos espaços domésticos, onde mal caberiam os membros da família, dificilmente comportariam um mobiliário abundante e diversificado...”<sup>612</sup>. Além disso, a casa rural do norte do país encontrava-

---

<sup>611</sup> Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, “Prefácio”, in Pedro Costa Pinto, Ana Albuquerque (coord.), *O móvel de assento português do século XVIII*, Lisboa, Mediatexto, 2005, p. 7.

<sup>612</sup> Margarida Durães, *Herança e sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga (séculos XVIII-XIX)*, vol. I, Tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2000, p. 214.

se “subordinada às exigências da lavoura”<sup>613</sup>. Era na cozinha, despida de conforto, que se desenvolvia toda a vida diária; os quartos claustrofóbicos serviam apenas para o sono, a doença e a morte; a sala, devido à sua natureza cerimonial era a única ou a principal divisão onde as preocupações decorativas despontavam. Por isso, os móveis e objetos de luxo estavam concentrados nesta dependência da casa, ignorando-se, como salientam Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano “qualquer conceito lógico e funcional de habitação”<sup>614</sup>. Daniel Roche comprovou que, no século XVIII, 75% das casas populares parisienses se concentravam numa sala comum, na qual se colocavam todos os móveis adquiridos ao longo da vida. Deste modo, tanto no Baixo Minho como na Europa em geral, procurava-se aproveitar a superfície disponível ao máximo através, por um lado, da arrumação calculada, encastrando os móveis à parede; por outro lado, insistindo na multifuncionalidade, tendo os móveis várias funções<sup>615</sup>.

Os inventários orfanológicos revelam-nos a quase nudez dos exíguos espaços da casa no que concerne ao mobiliário. A diferença entre as casas mais modestas e as casas mais complexas patenteava-se na quantidade e na qualidade dos móveis, sobretudo no que concerne à matéria-prima empregue, à aplicação de tecidos e por vezes ao uso de talha. O mobiliário, nos três concelhos (Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso), foi muito pouco diversificado e, na generalidade, escasso: catre<sup>616</sup>, mesa, caixa, bufete<sup>617</sup>, escano<sup>618</sup>, banco e cadeira foram os móveis mais inventariados. Se em alguns agregados domésticos o mobiliário respondeu às necessidades básicas de sobrevivência, proporcionando algum conforto e luxo, noutros agregados os, móveis não fizeram parte do quotidiano.

No Baixo Minho, os móveis serviam para várias coisas ao mesmo tempo. Vejamos o exemplo da caixa: ao mesmo tempo que se usava para guardar géneros, o enxoval ou outras coisas, usava-se também como mesa, banco e para pernoitar.

O mobiliário, tal como o vestuário, era reutilizável. Braudel dá o exemplo das pipas velhas. Estas, quando deixavam de ser úteis enquanto objetos de armazenamento de vinho,

---

<sup>613</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, “O mobiliário”, in Fernando de Castro Pires de Lima (dir.), *A arte popular*, vol. I, Lisboa, Verbo, s/d., p. 143.

<sup>614</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>615</sup> Daniel Roche, *História das coisas banais*, Telma Costa (trad.), Lisboa, Teorema, 1998, p. 192.

<sup>616</sup> Catre – leito pequeno de pés baixos. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 203; António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 362.

<sup>617</sup> Bufete, bofete - mesa de madeira que se utilizava para escrever ou para contar o dinheiro. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 141.

<sup>618</sup> Escano - banco com espaldar. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 736.

eram aproveitadas para outros fins; os marceneiros ou carpinteiros cortavam-nas a meio e transformavam-nas em mesas ou bancos<sup>619</sup>.

Apesar da escassez e da simplicidade do mobiliário da maioria dos inventariados das nossas amostras, alguns destacaram-se pela posse de peças de novidade e luxo. Adornar a casa ou determinados espaços da casa, como a sala ou quarto, começava a fazer parte das preocupações dos indivíduos. Nas casas mais abastadas, o reconhecimento social entre pares passava não só pela ostentação do nome de família e pelo património imóvel que possuíam, mas também pela exuberância do património móvel, do qual não era, de todo, alheio o recheio da casa.

Apesar da sua importância, o mobiliário não fez parte do património de todos os agregados domésticos dos inventários orfanológicos e testamentos analisados<sup>620</sup>. Todavia, independentemente do número de peças ou tipologia das mesmas, o mobiliário não foi tão reduzido quando comparado com as roupas – de casa e do corpo – e as joias. No concelho de Barcelos 93% da amostra regista a presença de móveis, dos quais 30,4% acusam apenas um móvel, destacando-se o catre e sobretudo a caixa; em Guimarães, observamos 84% de inventários com móveis e destes, 25% inventariaram também apenas uma peça de mobiliário, destacando-se a mesa e novamente a caixa com o maior número de ocorrências; no concelho da Póvoa de Lanhoso, o mobiliário também superou os concelhos de Barcelos e de Guimarães; se por um lado houve um maior número de patrimónios munidos com peças de mobiliário (87,5%), por outro, observou-se que a percentagem de inventários com um móvel foi bastante mais reduzida (7%).

Quando comparámos o mobiliário da nossa área geográfica com algumas regiões da Inglaterra e Grã-Bretanha ou Itália, verificámos que os nossos inventariados pouco ou nada tinham. Raffaella Sarti observou que, ainda na segunda metade do século XVII, 80 a 90% dos chefes de família mais pobres possuía uma cama; em Inglaterra, entre os menos abastados, a maioria possuía uma mesa. A mesma autora salienta ainda que, no início do século XVIII, nas casas dos normandos, dos ingleses e dos italianos, havia pelo menos uma cama e em meados do século assistiu-se à generalização da mesa e da arca<sup>621</sup>. O mesmo não se verificou nos

---

<sup>619</sup> Fernand Braudel, *A civilização material, economia e capitalismo, séculos XVI –XVIII*, vol. I - *As estruturas do quotidiano: o possível e o impossível*, Telma Costa (trad.), Lisboa, Teorema, 1992, p. 245.

<sup>620</sup> Sublinhar que nas escrituras testamentárias estudadas não foram legados bens móveis. Justifica-se, desde já, a não alusão à referida fonte aquando do tratamento dos dados.

<sup>621</sup> Raffaella Sarti, *Casa e família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, Isabel Teresa Santos (trad.), Lisboa, Estampa, 2001, pp. 178-183.

inventários das nossas amostras. Nem todos os agregados domésticos inventariados possuíam móveis; e ainda, os bens referidos – cama, mesa e arca – não foram comuns a todos.

### 1.1 Funções do mobiliário

“Os móveis apenas por si dão testemunho”<sup>622</sup>. Testemunho de um tempo, de um espaço, dos costumes dos povos e do indivíduo em particular. Revelam, como sublinha Daniel Roche, “um tipo de sociedade em relação com os seus significados, materializando e remetendo para a linguagem silenciosa dos símbolos”<sup>623</sup>. Tal como a roupa de casa, o vestuário e as joias, o mobiliário estruturava hierarquias e criava disputas na família e na sociedade. No entanto, independentemente do seu tempo e do seu espaço, os móveis são intermediários entre o interior e o exterior. Interior porque procuram suprir as necessidades (sono, alimentação, trabalho); exterior porque a natureza fornece as matérias-primas para satisfazer essas necessidades<sup>624</sup>. Necessidades que conferem ao mobiliário funções que são na sua maioria de natureza útil. No entanto, os móveis, pela sua quantidade e qualidade, podiam assumir uma natureza supérflua mas jamais alienada de uma função. Aliás, o mobiliário não tem apenas subjacente a sua função, permite também identificar as funções dos compartimentos da casa, se os houver <sup>625</sup>.

O mobiliário é também sinónimo de prestígio; mas se afirma um estatuto, também visa obter intimidade e conforto. Referindo-se a esta característica, Nuno Luís Madureira utilizou a expressão de “assinatura social”, visto que segundo o autor determinados móveis não se limitavam ao “guardar” e “conservar” mas também e, sobretudo, a “expor” e “mostrar”<sup>626</sup>. É óbvio que só uma pequena parcela da sociedade se dava ao luxo de possuir móveis para esse fim. Além disso, mesmo a fidalguia minhota quando comparada com a lisboeta, acusa realidades distintas.

Para melhor compreendermos a importância do mobiliário, assim como a perceção das suas funções para a região optámos por seguir a divisão adotada por Arthur de Sandão: móveis de guarda, de descanso, de utilidade, de repouso e de luxo<sup>627</sup>. Consideramos pertinente

---

<sup>622</sup> Arthur Sandão, *O móvel pintado em Portugal*, Barcelos, Livraria Civilização, 1999, p. 15.

<sup>623</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 197.

<sup>624</sup> *Idem*, p. 196.

<sup>625</sup> Fernanda Olival, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”, in José Mattoso (dir.), Nuno Gonçalo Freitas Monteiro (coord.), *História da vida privada em Portugal. A Idade Moderna*, s/l, Círculo de Leitores, 2011, p. 253.

<sup>626</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 192.

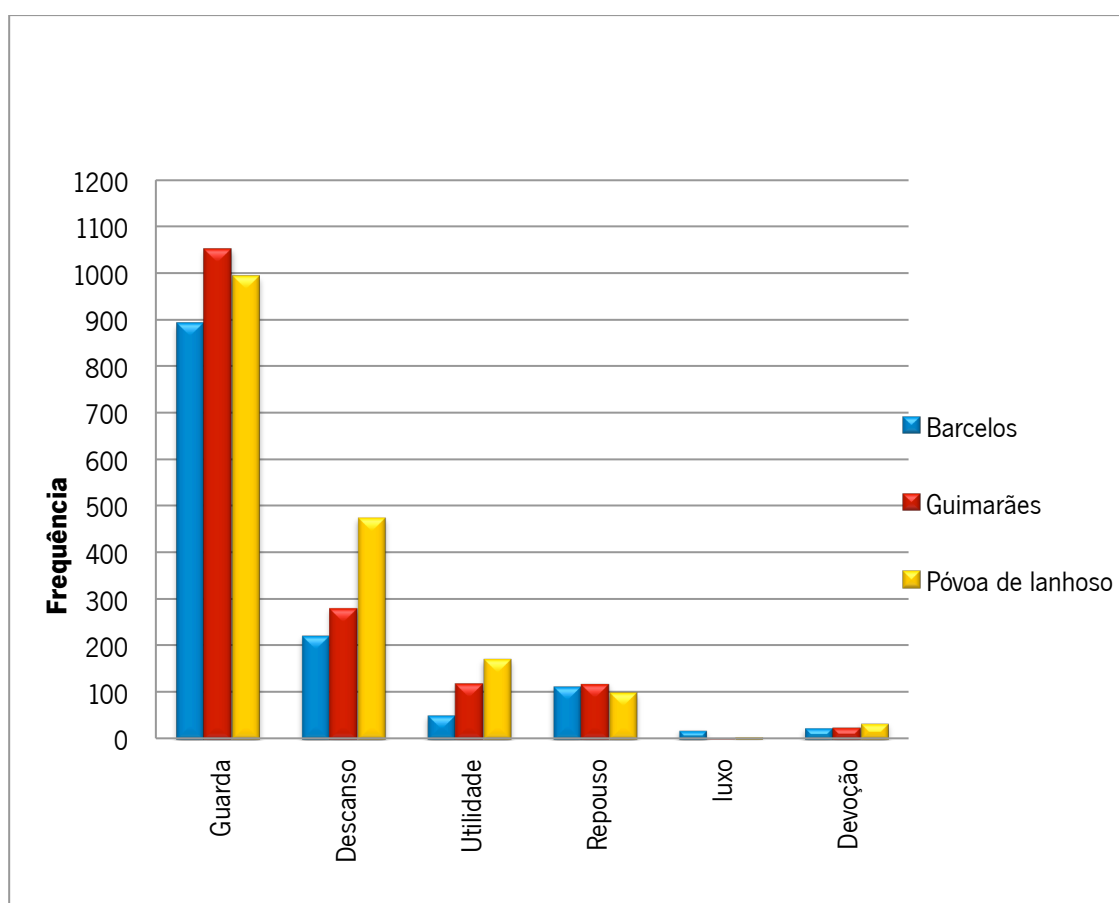
<sup>627</sup> Arthur Sandão, *ob. cit.*, 1999, p. 16.



acrescentar outra função, a dos móveis de devoção. Não é possível estabelecer uma hierarquia da funcionalidade dos móveis; todas são importantes. Não há móveis inúteis. No entanto, segundo Carlos da Silva Lopes há móveis indispensáveis numa casa: o leito, o banco e a arca<sup>628</sup>.

O gráfico que se segue representa a distribuição dos móveis nos três concelhos tendo em conta as diferentes funcionalidades.

**Gráfico 4** - Distribuição dos móveis por funcionalidade nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Amostra:** Total dos móveis: 4711.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Nesta primeira análise agrupámos os móveis tendo em conta as suas funções. Salientemos que os móveis que analisaremos ao longo do nosso estudo cingir-se-ão aos que são

<sup>628</sup> Carlos da Silva Lopes, *Estudos de história do mobiliário*, Porto, GEAD, 2004, p. 210.

referidos nas nossas amostras. Partindo do gráfico 4 observa-se, em primeiro lugar, que os móveis de guarda foram os mais inventariados (62% do total). A esta categoria pertencem a arca, a caixa, o baú e todo o tipo de móveis que servissem para conter. Em segundo lugar, observa-se que a tendência e frequência no que concerne ao tipo de mobiliário usado nos três concelhos foram muito semelhantes. É de sublinhar que, apesar de no gráfico 4 só existir frequência de móveis de luxo no concelho de Barcelos, estes também foram excecionalmente inventariados nos concelhos de Guimarães (um quadro) e Póvoa de Lanhoso (dois relógios de sala e três quadros).

A seguir aos móveis de guarda destacam-se os móveis de descanso (21%). A esta categoria pertencem o banco, a cadeira, o canapé<sup>629</sup>, o escabelo<sup>630</sup>, o escano, o moxo<sup>631</sup> e o tamborete<sup>632</sup>. Nas regiões observadas por Raffaella Sarti, as cadeiras, os escabelos e os bancos compridos estavam presentes apenas nas casas com um património de 50 esterlinas e em habitações, geralmente, de cinco divisões<sup>633</sup>. Os inventários orfanológicos dos concelhos em análise, não seguiam este padrão; as casas dos nossos camponeses eram na maioria térreas e pequenas e os seus patrimónios *idem*.

Os móveis de repouso, assim como os móveis de utilidade, apesar da importância atribuída ao leito e à banca, correspondem apenas a 7% do total. Os móveis de devoção - oratório, imagens e santuários, tiveram uma frequência de 1%. Percentagem insignificante se atendermos à elevada religiosidade vivida nesta região. Por último, a percentagem dos móveis de conforto e luxo, 1%, vem comprovar que os nossos agregados dispunham de móveis sobretudo de natureza útil, que respondiam às suas necessidades básicas. Consideramos como móveis de luxo os espelhos, os quadros, os painéis. Porém, importa sublinhar que dentro das demais categorias também existiam móveis de luxo: móveis fabricados com madeiras importadas; móveis mais trabalhados e com aplicações de tecidos, couros, talha, etc. Mas não podemos

---

<sup>629</sup> Canapé - assento comprido com encosto que pode ser utilizado por mais de uma pessoa. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 334.

<sup>630</sup> Escabelo - assento pequeno sem braços nem espaldar. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. III, 1712-1728, p. 200.

<sup>631</sup> Mocho, moxo, moucho - escabelo de madeira com tampa; banquinho de quatro pernas que pode abrir-se em forma de caixa para colocar coisas de costura. Entrada “mocho” disponível em [www.portasadentro.ics.uminho.pt](http://www.portasadentro.ics.uminho.pt). Consultado a 26 de março de 2012; José Leite de Vasconcelos, *Etnografia portuguesa*, vol. VI, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, p. 323.

<sup>632</sup> Tamborete – cadeira rasa sem espaldar em forma de tambor. J. F. da Silva Nascimento, Augusto Pinto Cardoso, *Cadeiras Portuguesas*, Lisboa, Nova Eclética, 1998, p. 28.

<sup>633</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 179; Esterlina - moeda de ouro inglesa ou do dinheiro representado em libras, a qual valia 3.600 reis. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 775

deixar de salientar que na generalidade o mobiliário dos nossos inventariados era modesto e escasso.

### **1.1.1 Móveis de guarda**

Os móveis de guarda demarcam-se dos demais pela sua multifuncionalidade; ao mesmo tempo que serviam para conter podiam servir para dormir, descansar ou ainda para comer. Daniel Roche considera estes móveis de “funcionalidade inultrapassável”<sup>634</sup>. Tinham também a função de “preservar e dar arrumação ao património” herdado ou adquirido<sup>635</sup>. No interior das casas portuguesas de norte a sul, as caixas, os baús e as arcas, ou seja, os móveis baixos, em forma de paralelepípedo e com sistema de abertura através de tampa, foram os mais usados. Tal como refere Nuno Luís Madureira, por vezes dentro dos móveis baixos estava mesmo o “tesouro patrimonial do agregado” e dos filhos “casadoiros”: roupa de casa, linhos, indumentária, ourivesaria, moedas, enxoval, dote, etc.<sup>636</sup>.

Guardar, na maior parte dos casos, era para sempre. Por vezes, quando se recorria à caixa ou à arca era para transmitir os bens guardados à geração seguinte ou, então, para assinalar rituais de passagem como batismo, casamento ou morte. Nuno Luís Madureira salienta que a persistência das arcas e baús no interior das casas rurais e urbanas simbolizam mais que qualquer outro móvel os “ritmos lentos do quotidiano”, determinados pela pouca abertura à mudança e por um claro retardamento da sociedade de consumo<sup>637</sup>. Os inventários orfanológicos dos concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso mostram claramente que as casas dos lavradores foreiros ou jornaleiros tinham poucos ou nenhuns móveis de guarda com propósito ostentativo. Nestes, reinava sobretudo a caixa e numa segunda instância a arca ou o baú, ou seja, móveis que consagravam o utilitário<sup>638</sup>.

---

<sup>634</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 200.

<sup>635</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 178.

<sup>636</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>637</sup> *Ibidem.*

<sup>638</sup> *Ibidem*; Fernanda Olival, *ob. cit.*, 2011, p. 253.

**Tabela 10** - Móveis de guarda nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810)

Tipologia	Barcelos	Guimarães	Póvoa de Lanhoso
Arca	68	2	76
Armário	10	38	12
Baú	10	5	20
Caixa	745	938	868
Cofre	-	2	-
Cómoda	1	4	10
Contador	3	-	-
Estante	-	2	-
Gaveta <sup>639</sup>	-	14	-
Guarda-roupa	14	26	15
Lanceiro <sup>640</sup>	1	-	-
Louceiro	-	1	3
Mostrador	-	-	1
Papeleira	-	2	-
Prateleira	1	-	-
<b>Total</b>	<b>853</b>	<b>1034</b>	<b>1005</b>

**Amostra:** Total dos casos: 2892.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Do conjunto inventariado, os móveis mais frequentes serviam, em geral para guardar tudo (linhos, roupa de casa, vestuário, joias, enxoval, produtos agrícolas, bens alimentares, moedas, etc.). No entanto, foram também inventariados móveis que serviam para guardar produtos específicos, como louças, armas ou vestuário.

<sup>639</sup> As gavetas, muito embora façam parte de um determinado móvel, foram inventariadas avulso. Consideramos que os móveis dos quais faziam parte deixaram de ter utilidade contrariamente às gavetas. Este exemplo vem sublinhar o sentido de reutilização e reaproveitamento.

<sup>640</sup> Lanceiro - estante, na qual os fidalgos colocavam as suas lanças. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. V, 1712-1728, p. 35.

Segundo Daniel Roche, no período moderno, nas zonas rurais, o baú foi o móvel baixo mais usado<sup>641</sup>. No Baixo Minho o mesmo não se verificou. Apesar da sua ancestralidade, o baú só fez parte do mobiliário de 21 famílias. 57% dos baús inventariados eram encourados, destacando-se no concelho da Póvoa de Lanhoso o couro de moscóvia, avaliados em média em 3.500 reis<sup>642</sup>. Estes baús só eram usados nas famílias com um certo desafogo económico.

Baús de madeira vulgar, como a madeira de castanho, segundo Carlos da Silva Lopes, não passaram de móveis utilitários, pertencendo a pessoas de poucas posses<sup>643</sup>. Só registamos uma ocorrência<sup>644</sup>. No entanto, comparando as avaliações dos baús encourados com os baús sem referência à matéria-prima (43%), consideramos que estes últimos não seriam todos em madeira vulgar, visto que parte deles foram avaliados com valores elevados.

Apesar do seu valor, o baú, não era feito para ostentar mas para guardar<sup>645</sup>. Guardar objetos de uso pessoal, como joias, papéis importantes, etc. O baú também pertencia aos móveis que eram utilizados para guardar objetos ligados à produção “dos chamados labores da agulha”<sup>646</sup>. Para além das suas funções adstritas à casa, não se pode negligenciar a transportabilidade desta peça de mobiliário<sup>647</sup>. Este móvel, devido à sua pequena dimensão era ideal para transportar os pequenos e escassos pertences dos seus proprietários aquando das suas jornadas<sup>648</sup>. Por isso, estava geralmente dotada de uma ou de duas fechaduras. A fechadura fala também de muitas coisas ao mesmo tempo: tranca o que deve ser protegido; dá poder a quem possui a capacidade de a abrir e, por isso, cria hierarquias no seio da família.

Algumas famílias do Baixo Minho possuíam vários baús. Exemplifiquemos: D. Margarida Josefa, possuía quatro baús encourados de moscóvia com ferragem e fechaduras no valor total de 14.000 reis, ou seja, a 3.500 reis cada. Para que precisava D. Margarida Josefa e seu agregado de tantos baús? No seu inventário não constam joias. A roupa de casa assim como o vestuário não foi significativo nem rico. No entanto, os bens de raiz inventariados (casas térreas e de sobrado, leiras, campos, olivais, carvalhos, moinho, lagar etc...), demonstram que a referida família tinha uma atividade agrícola muito intensa. Além disso, a inventariada, assim como as

---

<sup>641</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 200.

<sup>642</sup> Moscóvia - couro curtido de cor roxa oriundo da Moscóvia ou do Principado de Moscovo. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 321.

<sup>643</sup> Carlos da Silva Lopes, *ob. cit.*, 2004, p. 170.

<sup>644</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3553, 1758.

<sup>645</sup> Carlos da Silva Lopes, *ob. cit.*, 2004, p. 172.

<sup>646</sup> Clara Vaz Pinto, *et. al.*, *Artes tradicionais de Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 137.

<sup>647</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 178.

<sup>648</sup> Nos inventários dos concelhos em análise não temos referência às dimensões dos baús, deste modo, tomámos como referência os dados apresentados por Nuno Luís Madureira.

suas descendentes (D. Maria Angélica, 25 anos; D. Ana Joaquina, 23 anos; D. Francisca Teresa, 17 anos e D. Joaquina Rosa, 14 anos) eram cognominadas de “Dona”, designação atribuída somente à fidalguia. Desta forma, não acreditamos que estas mulheres não tivessem as suas joias e uma indumentária à altura da sua condição. Estes baús seriam com certeza utilizados para guardar objetos pessoais da família. Para transportar e guardar os produtos agrícolas e os bens alimentares obtidos através da exploração das suas terras, esta família dispunha de quatro caixas de tamanho variado<sup>649</sup>.

Como podemos observar a Europa rural do período moderno apesar das similitudes também se pautou por diferenças que passaram inclusive pelo mobiliário. Se o baú foi um dos móveis mais usados no século XVIII na Europa, no Baixo Minho não foi. O mesmo se observa relativamente à arca. Segundo Raffaella Sarti, no mesmo período cronológico, cada família normanda tinha pelo menos uma arca<sup>650</sup>. Clara Vaz Pinto sublinha que nas habitações populares o número de baús e arcas chegava a ser superior ao dos próprios móveis de assento, que os substituíam<sup>651</sup>. Todavia, no Baixo Minho, baús e arcas foram relativamente escassos. A velha arca foi substituída pela caixa, sobretudo nos inventários dos concelhos de Guimarães. No concelho de Barcelos foram inventariadas 68 e na Póvoa de Lanhoso 76 arcas. Não nos é possível saber a sua proveniência, se foram adquiridas por herança ou por compra, à exceção de uma arca referida como arca nova de madeira de castanho, avaliada em 2.400 reis<sup>652</sup>. Tendo em conta a proximidade geográfica dos três concelhos, a tipologia, o estado de conservação (velho, 59%; usado 28%; bom estado, 6%; novo, 1%, sem referência, 6%) e a frequência das arcas, leva a crer que, na segunda metade do século XVIII, as casas dos inventariados deixaram também, pouco a pouco, de comprar arcas em prol de outros móveis, seus derivados, sobretudo a caixa. Contudo, alguns móveis afirmaram-se pela sua especialização ao nível dos objetos a guardar, nomeadamente, o armário, o guarda-roupa ou a cómoda.

No início do século XIX, assistiu-se ao abandono da arca por toda a Europa, substituída pelos móveis anteriormente referidos<sup>653</sup>. Partindo das descrições das arcas nos inventários orfanológicos da nossa região, não nos é possível identificar com destreza a sua tipologia.

---

<sup>649</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 3122, 1786.

<sup>650</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 182.

<sup>651</sup> Clara Vaz Pinto, *ob. cit.*, 2004, p. 144.

<sup>652</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3731, 1775.

<sup>653</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 182.

Contudo, consideramos que seriam do tipo arca-caixa<sup>654</sup>. Este tipo de arca foi o mais difundido na Europa, tanto no mobiliário popular como artístico<sup>655</sup>. A arca-caixa define-se pelo encaixe direto dos seus quatro lados; pode assentar diretamente no chão ou em suportes, sendo nesse último caso denominada por “arca de pés”. A madeira de castanho predominou em 90% das arcas, 3% foram em madeira de pinho e 7% não referiram a matéria-prima.

A partir da arca, como já referimos, surgiram outros móveis, que se caracterizaram por menor robustez, maior mobilidade e mais capacidade de responder às necessidades do quotidiano. De entre todos, a caixa foi sem dúvida o móvel de guarda que mais se difundiu nos três concelhos. Quase que poderemos afirmar que no Baixo Minho não havia casa que não tivesse a sua caixa. Quando 88% dos nossos inventariados possuíam caixas. Caixas de tamanhos diversos; caixas com ou sem fechadura; caixas com pés; caixa que serviam de oratório, de salgadeira, de masseira, de assento etc. A caixa era sem dúvida multifuncional. Vejamos a tabela seguinte:

**Tabela 11** - Distribuição de caixas por inventários orfanológicos (1750-1810)

N.º caixas	Barcelos	Guimarães	Póvoa de Lanhoso
1	18	5	19
2	39	15	27
3	36	19	23
4	36	29	26
5	17	35	23
6	14	13	10
7	8	13	16
8	6	12	7
9	6	8	7
10	2	4	3
11	2	5	2
12	1	3	6
13	-	1	1
14	-	2	2
15	-	2	1
16	1	1	1

<sup>654</sup> O Professor Krugër, no seu estudo *El mobiliário popular en los países românicos*, agrupou as arcas de madeira da seguinte forma: a) arcas com tampas de duas vertentes; b) arcas de pilastras; c) arcas de suportes laterais; d) arca-caixa; e) arquetas; f) arcas artísticas; g) móveis derivados das arcas. Tendo sido a mais frequente a arca-caixa. Fritz Krugër citado em Carlos da Silva Lopes, *ob. cit.*, 2004, p. 279.

<sup>655</sup> *Idem*, p. 280.

(continuação da tabela 11)

N.º caixas	Barcelos	Guimarães	Póvoa de Lanhoso
20	-	-	1
<b>Total de caixas</b>	<b>745</b>	<b>938</b>	<b>868</b>

**Amostra:** Total de caixas: 2551.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Como podemos observar, apenas 8% dos patrimónios da amostra arrolaram uma caixa, sendo de realçar o concelho de Guimarães com apenas cinco inventários (3% da amostra). Nos concelhos de Barcelos e Póvoa de Lanhoso a maior frequência de inventários registou duas caixas por agregado. Em Guimarães a maior frequência de inventários foi cinco caixas por agregado. Nos três concelhos, por vezes foi muito elevado o número de caixas. Para que seriam precisas tantas caixas? As caixas serviam, como já referimos, para conter tudo, desde objetos de uso pessoal a géneros ou produtos alimentares. Na nossa perspetiva, tendo em conta as constantes referências às medidas de capacidade (alqueire, vara ou rasa), a maioria das caixas inventariadas serviam de apoio à atividade agrícola e armazenamento das colheitas<sup>656</sup>. Parte das culturas dominantes (milho miúdo, grosso, mouris, galego; centeio; feijão grosso e miúdo) obrigava à existência de recipientes que evitassem a humidade de modo a conservar os cereais e grãos.

Os inventários que arrolaram um número significativo de caixas possuíam muitas terras de cultivo. Exemplifiquemos: Manuel Alves, inventariado, da freguesia de Lijó, Barcelos, era proprietário de algumas terras, das quais recebia rendas, sendo estas denominadas de “medidas de pão de renda”. Para além das propriedades dadas a explorar Manuel Alves possuía um conjunto avultado de terras que ele próprio cultivava. No seu inventário constam os seguintes cereais: 35 rasas de milho grosso (corresponde atualmente a 455 kg), 23 rasas de milho-alvo (299 kg), cinco rasas de centeio (65 kg) e quatro rasas de feijão (52 kg). Cada rasa de milho

---

<sup>656</sup> Alqueire - medida utilizada em todo o género de grãos, que corresponde atualmente a 13 litros. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. I, 1712-1728, p. 282; Os dicionários da época, Rafael Bluteau e António de Moraes Silva, definiram o vocábulo *vara* como medida em palmos utilizada na medição de tecidos. Nos inventários do concelho de Guimarães, este termo, para além do alqueire, também foi utilizado como medida de capacidade das caixas. *Idem*, vol. VIII, 1712-1728, p. 362; António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 830. A mesma situação para a definição de *rasa*. Para Rafael Bluteau e António de Moraes Silva, *rasa* era uma espécie de lâ. Nos inventários orfanológicos dos concelhos de Barcelos e Póvoa de Lanhoso, o termo *rasa* foi, de igual modo, utilizado junto com o alqueire como medida de capacidade. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VII, 1712-1728, p. 113; António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 552; ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos e Póvoa de Lanhoso.



grosso foi avaliado em 872 reis; milho-alvo 240 reis; centeio 300 reis; e, feijão, 260 reis. As 16 caixas inventariadas eram de tamanho muito variado, indo de duas a 70 rasas. Calculada a capacidade total das caixas, Manuel Alves teria móveis de conter capazes de armazenar 418 rasas de cereais e grãos. Para os cereais inventariados precisava apenas de 4 caixas. Talvez possamos especular que parte das colheitas já teriam sido vendidas ou consumidas aquando da feitura do inventário. Para além das colheitas, também os adubos inventariados seriam guardados nas caixas. Destes só temos referência à sua existência e não à quantidade nem ao valor, visto que o registo foi feito junto com a carne de porco no valor total de 9.600 reis. É necessário não negligenciar a multifuncionalidade das caixas, estas também serviam de salgadeira; a carne de porco não faltava na casa de Manuel Alves e nenhuma salgadeira foi inventariada. Outra observação importante é a produção de outra cultura dominante nesta região, o linho. Foram inventariados muitos arrátéis<sup>657</sup> de fiadas em meadas e novelos de linho e estopa, grossa ou mourisca. As caixas serviam também para os guardar<sup>658</sup>.

A quantidade de caixas estava relacionada com a dimensão da atividade agrícola. Este móvel teve pouca ou nenhuma expressão nos inventariados não agricultores. Por exemplo, Manuel José Lopes de Carvalho, possuía apenas uma caixa grande de pau-preto avaliada em 3.600 reis, que seria usada para guardar objetos valiosos de uso pessoal e não géneros<sup>659</sup>.

As caixas inventariadas variaram substancialmente quanto ao tamanho: caixas pequenas, muitas vezes denominadas de “caixinha” (duas rasas/alqueire), a caixas médias (entre 15 e 30 rasas/alqueires) e grandes, estas também denominadas de “caixões”. A caixa maior de que temos referência é de 100 rasas, ou seja, na medida atual esta caixa teria de volume 1.300 kg<sup>660</sup>. Para além do tamanho, outras características foram atribuídas às caixas, como a existência de fechadura e ausência de cobertura. Nos três concelhos, 24% da amostra regista caixas com fechadura. No que concerne à matéria-prima, a madeira de castanho foi a mais utilizada, seguindo-se o pinho e muito excecionalmente o carvalho.

Em suma, partindo dos inventários orfanológicos analisados, a caixa foi o móvel baixo mais usado na segunda metade do século XVIII e primeira década do século XIX na região do

---

<sup>657</sup> Arrátel - antiga medida de peso. Entre os árabes era o peso de duas libras, para os romanos doze onças e para os portugueses, dezasseis onças. Atualmente equivale a 459 gramas. Entrada “arrátel” disponível em [www.portasdentro.ics.uminho.pt](http://www.portasdentro.ics.uminho.pt). Consultado a 13 de fevereiro de 2012.

<sup>658</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3537, 1759.

<sup>659</sup> *Idem*, Póvoa de Lanhoso, ct. 9, 1810.

<sup>660</sup> *Idem*, Barcelos, cts. 3527, 1756; 3776, 1778.

Baixo Minho. O predomínio do setor primário, aliado à multifuncionalidade da caixa, determinou a sua elevada difusão e preferência.

Nas regiões em análise, o mobiliário de guarda, apesar de aparecer diversificado, cingiu-se aos móveis baixos, sobretudo à caixa. Os móveis altos tiveram reduzida expressão. Em Inglaterra, na segunda metade de seiscentos, cerca de um terço ou metade dos “pobres” tinha um armário, muito embora, como salienta Raffaella Sarti, fosse de escasso valor, de pequena dimensão, velho e grosseiro<sup>661</sup>. No entanto, para os nossos inventariados, mesmo entre os mais abastados, o armário continuava a ser uma peça de mobiliário relativamente rara<sup>662</sup>. O mesmo concluiu Nuno Luís Madureira para os agregados domésticos de Lisboa, salientando ainda que, aquando do aparecimento de outras alternativas, o armário era facilmente preterido<sup>663</sup>. Nas nossas amostras foram inventariados 60 armários. Alguns pautam-se pelas mesmas características apresentadas por Raffaella Sarti: velhos, grosseiros e de valor escasso. Não obstante, alguns agregados minhotos possuíam armários repartidos pelo meio, de duas e quatro portas; armários pintados<sup>664</sup>; armários com gavetas; armários com portas almofadadas e com molduras; armários que serviam de suporte aos oratórios. Se a maioria eram velhos e de valor escasso, outros, geralmente em bom estado, chegaram atingir os 3.000 reis. Segundo Nuno Luís Madureira, a madeira de pinho dominava nos armários que analisou<sup>665</sup>. Nos inventários das estratos populares parisienses, o pinho branco foi o mais abundante<sup>666</sup>. Nas nossas amostras, não é possível confirmar qual terá sido a matéria-prima dominante, visto que raras vezes a referida informação foi indicada.

Na Europa de setecentos, o armário era considerado um móvel de peculiar importância; a partir desse período perde a sua função decorativa e torna-se um simples “guarda-roupa”<sup>667</sup>. Como afirma Daniel Roche o triunfo deste móvel alto só ocorreu aquando da conquista da roupa branca<sup>668</sup>.

---

<sup>661</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 179.

<sup>662</sup> Até ao século XVIII, o armário era considerado um móvel de peculiar importância. De proporções consideráveis, o armário, esculpido e decorado, fazia parte do mobiliário das casas luxuosas. A partir do século XVIII, perde a sua função decorativa e torna-se um simples “guarda-roupa”, como tal deixa de fazer parte da decoração das salas de receção.

<sup>663</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 189.

<sup>664</sup> Nuno Luís Madureira encontrou armários pintados em preto, azul, verde, encarnado ou cinzento. *Idem*, p. 190. Os armários pintados das nossas amostras não referem a cor, apenas que eram pintados.

<sup>665</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>666</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 211.

<sup>667</sup> Fernand Braudel, *ob. cit.*, vol. I, 1992, p. 264.

<sup>668</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 211.

O guarda-roupa no Baixo Minho, tal como na sociedade lisboeta de setecentos, só teve representatividade nos agregados de maior fortuna. Esta tendência é justificável. Por um lado, como observaremos no estudo sobre o vestuário masculino e feminino do Baixo Minho, os nossos agregados não tinham roupa em abundância e a que possuíam não se adequava à disposição vertical, como vestidos e fatos. Por outro lado, como salienta Nuno Luís Madureira, o hábito da disposição horizontal do vestuário estava muito enraizado nas famílias, mesmo nos estratos sociais mais elevados<sup>669</sup>. Não obstante, a presença do guarda-roupa fez parte do mobiliário de algumas famílias minhotas, destacando-se os inventários do concelho de Guimarães com 26 ocorrências (Barcelos e Póvoa de Lanhoso 15 ocorrências por concelho). Apesar de Guimarães ter sido o concelho que mais guarda-roupas inventariou, é de salientar que o seu aparecimento nos inventários ocorreu somente a partir de 1793. Nos restantes concelhos (Barcelos e Póvoa de Lanhoso), o seu aparecimento foi mais precoce, tendo tido lugar no início da década de sessenta do mesmo século.

Apesar de a maioria dos inventários possuírem um único guarda-roupa, no concelho de Barcelos e Póvoa de Lanhoso houve casas com três. Saliente-se o inventário de Antónia Maria da Cunha, solteira, com três guarda-roupas de madeira de castanho, avaliados em 12.000 reis<sup>670</sup>. Contrariamente aos das casas lisboetas de setecentos, o preço desta peça de mobiliário no Baixo Minho não foi em média superior ao do armário. Contudo, como observámos, alguns foram avaliados com valores muito superiores. Muito embora Nuno Luís Madureira considere que os valores superiores do guarda-roupa face ao armário se devem à aplicação de matérias-primas mais caras como vinhático, a nogueira e o pau-brasil, nas casas minhotas, para além das parcas referência a respeito, a madeira de castanho foi a única matéria-prima referida<sup>671</sup>.

O guarda-roupa, no Baixo Minho, não era muito diferente do armário; havia-os com duas e quatro portas e pintados, com gavetas e fechaduras. A sua disposição no espaço interior raramente foi referida, como nos demais móveis. Todavia, em dois inventários foi referido que se encontravam “metidos na parede”, libertando espaço para outros móveis ou para facultar maior mobilidade aos elementos do agregado doméstico<sup>672</sup>.

---

<sup>669</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 190.

<sup>670</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2668, 1796.

<sup>671</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 191.

<sup>672</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, cts. 3123, 1803; 16, 1808.

As cómodas<sup>673</sup>, muito embora fossem novidade dos finais do século XVII, continuavam a ser uma novidade nas casas do Baixo Minho nos finais de setecentos<sup>674</sup>. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano sublinham que, para além desta peça de mobiliário não abundar na casa rural, geralmente era preterida pela arca e pela caixa. Porém, quando havia uma cómoda, ela servia sobretudo para guardar roupa e objetos pequenos de elevado valor<sup>675</sup>. Nos três concelhos, foram inventariadas 15 cómodas (uma no concelho de Barcelos, quatro em Guimarães e dez na Póvoa de Lanhoso). Com gavetas e gavetões, algumas atingiram valores muito significativos. Por exemplo, uma cómoda de madeira de vinhático<sup>676</sup> foi avaliada em 10.000 reis<sup>677</sup>. Outra cómoda do mesmo valor foi inventariada no concelho de Guimarães.<sup>678</sup> A matéria-prima só em duas cómodas foi referida (vinhático e pau-preto). Esta última tinha um valor muito reduzido (600 reis). Tratava-se de uma cómoda com ferragem e gaveta pequena<sup>679</sup>. Apesar da presença reduzida da cómoda nos nossos inventários, é necessário sublinhar que mais do que um móvel de guarda, esta peça de mobiliário representa “uma necessidade de arrumação mais racional, mais secreta, mais íntima”<sup>680</sup>. À cómoda estava associado o quarto de dormir, mas muitas vezes era colocada na sala, sobretudo quando servia de suporte ao santuário ou oratório<sup>681</sup>.

Os casos patentes do móvel mostrador na tabela 10 pertenciam a mercadores e lojistas. Este móvel, segundo Rafael Bluteau, era uma espécie de banco utilizado pelos mercadores para mostrar os panos aos compradores<sup>682</sup>.

O espaço interior reflete modos de vida, hierarquias socioeconómicas e relações entre os membros de uma mesma comunidade<sup>683</sup>. Na segunda metade de setecentos os móveis de sala de jantar, como o aparador, a prateleira, o louceiro ou guarda-louça, etc., constituíam sinal de inovação. No mundo rural, a abertura à inovação despoletar-se-ia bem mais tarde. Por exemplo,

---

<sup>673</sup> Cómoda - serve em geral para guardar roupas brancas. José Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. VI, 1983, p. 339.

<sup>674</sup> No final de setecentos, a cómoda surge em um quarto dos inventários populares parisienses. Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 211; 57% dos assalariados parisienses possuíam uma cómoda. Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 217.

<sup>675</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *ob. cit.*, vol. I, s/d., p. 144.

<sup>676</sup> Vinhático – madeira proveniente da América do Sul, sobretudo do Brasil. De cor amarelo alaranjado, raiado em banda mais escuro ou claro. Em Portugal o vinhático, junto com o pau-santo, foi uma das madeiras mais utilizadas como madeira maciça, freixeados, folheados, interiores de mobiliário e suporte policromático. Pedro Costa Pinto, *ob. cit.*, 2005, p. 132.

<sup>677</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 9, 1810.

<sup>678</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-2, 1806.

<sup>679</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 3122, 1786.

<sup>680</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 212.

<sup>681</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *ob. cit.*, vol. I, s/d., p. 144.

<sup>682</sup> Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. V, 1712-1728, p. 602.

<sup>683</sup> A. Schweitz, “De la salle commune a la chambre a coucher”, in M. Baulant, A. J. Schuurman, P. Servais (eds.), *Inventaires après-décès et ventes de meubles: apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*, Louvain-la-Neuve, Academia, 1988, p. 319.

na Touraine, França, a adoção dos hábitos urbanos no mundo rural só se fez sentir a partir da segunda metade do século XIX. Em Portugal, no Baixo Minho, o mundo rural entrou na centúria de oitocentos ainda arreigado aos hábitos tradicionais que se faziam sentir ao nível do mobiliário; daí a exígua presença de peças de mobiliário de sala de jantar. Como podemos observar na tabela 10, móveis como o contador, louceiro, prateleira e etc., só muito excecionalmente foram inventariados<sup>684</sup>. Estes móveis estavam sobretudo adstritos à sala de jantar; espaço comum, com uma organização precisa<sup>685</sup>. A sala de jantar era o espaço onde as hierarquias e as relações entre os diferentes elementos se tornavam visíveis. Não obstante, as famílias camponesas de estrato mediano e baixo, sugadas pela vida árdua do campo, não tinham preocupações com o interior doméstico, nem condições económicas para comprar móveis, muito menos os que não consideravam necessários.

O contador fez parte apenas de dois agregados domésticos no concelho de Barcelos: um de madeira de castanho com oito gavetinhas avaliado em 1.200 reis, pertencente ao padre Anacleto José do Rego; e dois contadores, um de “pau de fora”, avaliado em 2.000 reis e um velho com um gavetão, avaliado em 240 reis, que pertenciam ao capitão Manuel Gomes Ferreira<sup>686</sup>. Nem um nem outro pertenciam a estratos sociais baixos.

O louceiro e a prateleira eram peças utilizadas para guardar a louça. Muito embora na sociedade lisboeta de setecentos surjam os guarda-louças a fim de expor um património que, como salienta Nuno Luís Madureira, se encontrava discretamente guardado<sup>687</sup>. No Baixo Minho, a faiança, limitou-se essencialmente a pratos e malgas de estanho ou barro, geralmente denominados de “louça de uso” ou “louça da cozinha” pelos louvados, sempre em pequeno número. Não significa que a população minhota de setecentos comesse diretamente do tacho ou da panela, mas esta possibilidade não deve ser negligenciada. Na verdade, importa realçar que estamos perante objetos perecíveis, que por isso poderiam não integrar o património. Alguns patrimónios integraram “louça fina”. Seria esta louça fina, mais requintada, a que guardaria nos louceiros? Se atendermos ao valor dos louceiros das nossas amostras, em média de 240 reis, e sobretudo à sua localização na cozinha, é óbvio que não servia a sala de jantar.

Muito embora na segunda metade de setecentos a papeleira se afirmasse nas casas portuguesas, no Baixo Minho só foram inventariadas duas no concelho de Guimarães, uma das

---

<sup>684</sup> A estante inventariada pertencia ao mobiliário da botica de Francisco José Monteiro, inventariado da freguesia de São Miguel de Creixomil, Guimarães. AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-4-79, 1810.

<sup>685</sup> A. Schweitz, *ob. cit.*, 1988, p. 322.

<sup>686</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, cts. 4138, 1799; 3886, 1784.

<sup>687</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 191.

quais com seu oratório<sup>688</sup>. Não obstante a falta de dados, a papeleira, tal como afirmou Carlos da Silva Lopes, foi utilizada como suporte deste<sup>689</sup>.

Apesar da presença de algumas novidades no mobiliário de guarda foi clara a preferência pelos móveis baixos. Da mesma forma, observa-se um abandono da ancestral arca preterida pela caixa nos concelhos de Guimarães e Póvoa de Lanhoso. Na verdade, na segunda metade do século XVIII, poucas casas do Baixo Minho dispunham de móveis de guarda especializados, ou seja, a multifuncionalidade era a regra, destacando-se a caixa de madeira de castanho ou pinho. Os modos de vida rurais, as preocupações essencialmente voltadas para a terra e a falta de especialização dos espaços da casa, retardaram o aparecimento das novidades do mobiliário de guarda nesta região.

### 1.1.2 Móveis de descanso

A cadeira foi durante muito tempo apanágio dos mais abastados e estava fortemente associada aos cerimoniais eclesiásticos e da Corte. Aliás, J. F. da Silva Nascimento adverte que o termo cadeira “servia antigamente para denominar não apenas o assento individual dotado de espaldar, mas de maneira geral todo o assento individual nobre, quer fosse ou não munido de recosto”<sup>690</sup>. No entanto, a prosperidade económica e o gradual melhoramento dos hábitos de conforto, difundidos a partir dos meados do século XVIII, permitiram o uso da cadeira a todas as camadas da sociedade<sup>691</sup>. Contudo, a cadeira continuou a exprimir “assimetrias e hierarquias”, sobretudo nos contextos em que eram escassas<sup>692</sup>.

Na Idade Moderna a maioria da população continuava a ter como principal assento o banco e o tamborete. Aliás, este último era nada mais nada menos que a tradicional cadeira rasa portuguesa ou cadeira *chã*, a qual, a partir do século XVIII, passou a ser denominada de tamborete, tradução do francês *tambouret* ou *tabouret*<sup>693</sup>.

Nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso, os móveis de descanso, como observámos, foram os segundos mais inventariados. Destes fazem parte, como referimos, o banco, a cadeira, o canapé, o escabelo, o escano, o moxo e o tamborete. Segundo

---

<sup>688</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-2-2-24, 1805.

<sup>689</sup> Carlos da Silva Lopes, *ob. cit.*, 2004, p. 117.

<sup>690</sup> J. F. da Silva Nascimento, Augusto Cardoso Pinto, *ob. cit.*, 1988, p. 27.

<sup>691</sup> *Idem*, p. 26.

<sup>692</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 211.

<sup>693</sup> J. F. Da Silva Nascimento, Augusto Cardoso Pinto, *ob. cit.*, 1998, p. 27.

Daniel Roche os inventários notariais dos séculos XVII e XVIII, mostram a coexistência de dois tipos de assentos para as regiões rurais: tamboretos, cadeiras móveis e bancos fixos. Os primeiros permitem uma melhor gestão do espaço; os segundos estavam geralmente ligados à mesa ou à cama<sup>694</sup>. Uma percentagem significativa de escanos presentes nas nossas amostras foi inventariada juntamente com mesa. Nuno Luís Madureira classifica os assentos em dois grandes grupos: os assentos de espaldar, dos quais fazem parte a cadeira, o canapé e a poltrona, e os assentos sem espaldar e sem braços de apoio, como o moxo, o banco e o tamborete<sup>695</sup>. J. F. da Silva Nascimento adverte que os assentos podem classificar-se quanto à capacidade, individuais e coletivos, e quanto ao uso, civis e religiosos<sup>696</sup>. A nossa análise será desenvolvida em torno da referida classificação.

Muito embora estes assentos ou móveis de descanso tivessem a mesma função, a importância social atribuída a cada um deles era distinta. No período moderno, sentar numa cadeira ou numa poltrona não tinha o mesmo significado que sentar num banco. Os assentos exprimem um estatuto, quer no contexto doméstico, o familiar, quer num contexto mais alargado.

Vejamos a frequência de cada tipologia de assento nos três concelhos.

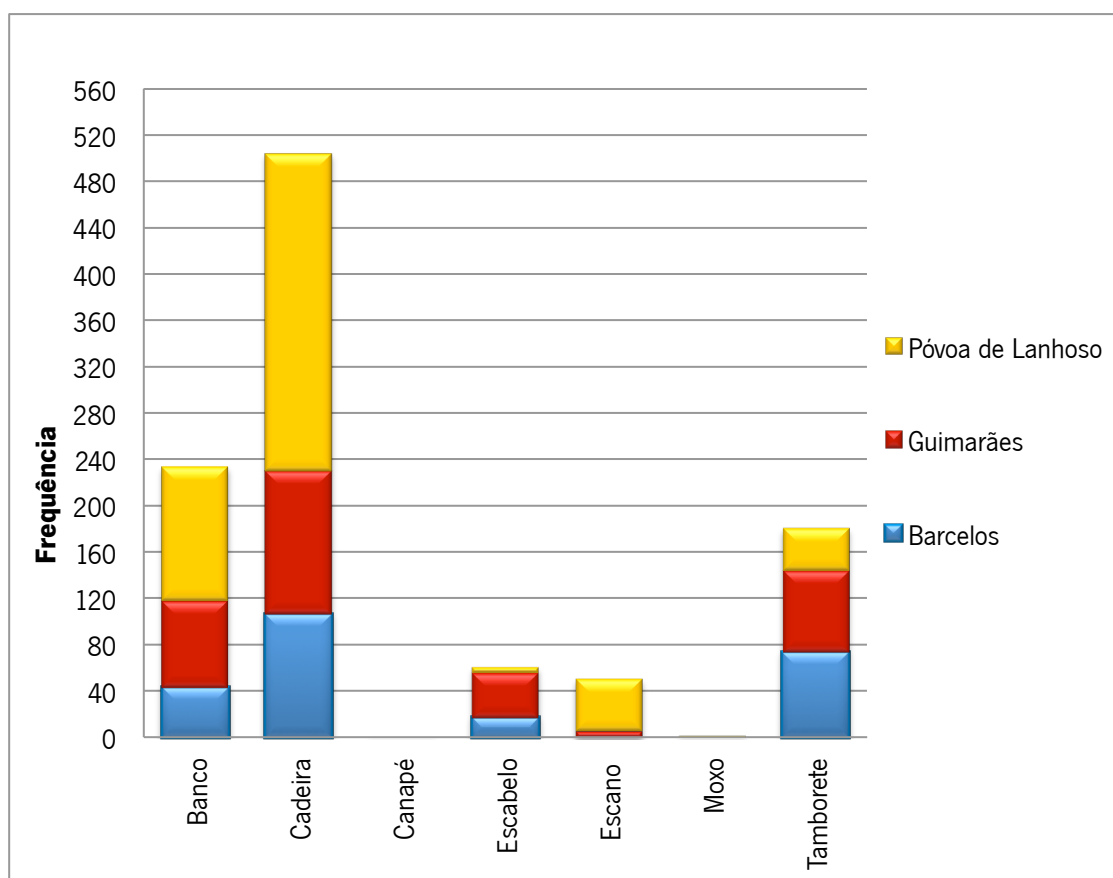
---

<sup>694</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 199.

<sup>695</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 155.

<sup>696</sup> J. F. Da Silva Nascimento, Augusto Cardoso Pinto, *ob. cit.*, 1998, p. 28.

**Gráfico 5** - Móveis de descanso nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Amostra:** Total dos casos: 981.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

A cadeira foi o assento mais inventariado nos três concelhos. Na amostra total corresponde a 51%, destacando-se o concelho da Póvoa de Lanhoso com 234 cadeiras. Segundo Raffaella Sarti, a meados do século XVIII, em Espanha, no vale do Douro, os menos abastados raramente possuíam cadeira, estas eram ainda um objeto de luxo<sup>697</sup>. O mesmo refere Nuno Luís Madureira, salientando que no último quartel do século XVIII o uso de cadeiras de espaldar continuava confinado aos agregados de maior riqueza<sup>698</sup>.

As descrições das cadeiras inventariadas não referem se eram de espaldar e braços. No entanto, devido à sua avaliação, considerámos tratar-se, talvez, de cadeiras de espaldar e de

<sup>697</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 179.

<sup>698</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 155.



braços. Não obstante, no norte de Portugal aparece uma versão simples e rústica, “com o assento de madeira e as costas de tábuas mais ao menos recortadas”<sup>699</sup>.

No nosso universo de estudo as cadeiras superam em quantidade os demais assentos individuais (504 cadeiras e 193 assentos sem espaldar e sem braços) e coletivos (285). Todavia, a quantidade de cadeiras por agregado demonstra efetivamente que se tratava de um objeto de luxo. Para além de não integrarem o universo total dos inventários (34 inventários no concelho de Barcelos, 35 em Guimarães e 87 inventários no concelho da Póvoa de Lanhoso), o número de cadeiras por inventário, embora muito variado, foi relativamente reduzido, se tivermos em conta que 21% dos inventários possuía cadeiras apenas para o chefe de família e 36% para o casal. Vejamos:

**Tabela 12** - Distribuição de cadeiras nos inventários orfanológicos (1750-1810)

N.º de cadeiras	Barcelos	Guimarães	Póvoa de Lanhoso
1	13	4	26
2	12	16	29
3	8	6	14
4	2	3	6
5	1	3	5
6	3	3	4
7	1		1
9	-	1	-
11	-	-	1
12	-	1	3
20	-	-	1

**Amostra:** Total de casos: 504 cadeiras em 157 inventários orfanológicos.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Não obstante, conjuntos de quatro, cinco, seis e mais cadeiras fizeram parte de alguns patrimónios. Estes conjuntos serviam não só o casal ou o chefe de família mas o agregado.

<sup>699</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *ob. cit.*, vol. I, s/d, p. 146.

O aumento das peças de mobiliário, sobretudo de assento, proporcionava ao espaço privado maior conforto ao mesmo tempo que permitia o desenvolvimento da sociabilidade, “a história do conforto cruza-se com a história dos novos hábitos e mentalidade sociais”<sup>700</sup>.

Manuel de Sousa Machado, lavrador abastado, com um património significativo em bens de raiz, possuía 20 cadeiras com sua talha e garra, em bom estado, no valor de 20.000 reis<sup>701</sup>. As 20 cadeiras deveriam servir sobretudo para os dias de ocasião, visto que o agregado era constituído apenas por três elementos: o casal e um filho. Em suma, possuir conjuntos de seis, oito ou 12 cadeiras era sinal de distinção, ou seja, “há qualidade nalgumas quantidades”; estes conjuntos delimitam e estruturam o espaço. Segundo Nuno Luís Madureira a existência de um conjunto de seis ou 12 cadeiras num determinado agregado significa que este tem uma divisão especializada ligada sobretudo à receção e ao convívio<sup>702</sup>.

As descrições das cadeiras inventariadas foram diversas: “cadeiras lisas”, “cadeiras com pés de garra”, “cadeiras com pés quebrados”, “cadeiras pintadas”, “cadeiras encouradas com pregaria”, “cadeiras encouradas e com talha”, “cadeiras de palhinha” ou simplesmente “cadeira”. Esta última foi a mais inventariada. Tratar-se-ia talvez de uma cadeira simples, sem ornamentos. Nas madeiras empregues sobressaem as nacionais: o castanho, o pinho e o pau, sem outras especificações. Os valores variaram entre 60 reis e os 200 reis, quando em bom estado. A maioria destas cadeiras eram velhas ou usadas, avaliadas em média entre 50 e 100 reis. Em contrapartida, as cadeiras com adornos ou mais trabalhadas foram avaliadas em bom estado ou sem referência ao estado de conservação. A maioria destas cadeiras foi avaliada em 200 reis, no entanto, algumas destacaram-se com valores superiores, como por exemplo as duas cadeiras em couro inventariadas no inventário de Bento da Silva da freguesia de São Paio, (Guimarães), avaliadas em 600 reis cada<sup>703</sup>.

No que concerne aos restantes móveis de assento individual inventariados, destaca-se o tamborete. O canapé só excecionalmente fez parte do quotidiano dos nossos inventariados e o moxo ou escabelo tiveram reduzida expressão.

Os tamboretos não eram geralmente guarnecidos com desenhos ou estofos como os encontrados por Nuno Luís Madureira na cidade de Lisboa. No inventário de Miguel Domingues,

---

<sup>700</sup> Phyllis Bennett Oates, *História do mobiliário ocidental*, Mário B. Nogueira, Il. Mary Seymour (trad.), Lisboa, Presença, 1991, pp. 52, 155.

<sup>701</sup> Manuel de Sousa Machado, inventariado, casado com Custódia Manuela da Silva Rocha, da freguesia São Martinho de Ferreiros, Póvoa de Lanhoso. ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 287, 1794.

<sup>702</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 158.

<sup>703</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-3-5-56, 1790.

da freguesia de São Paio de Alvelos, foram inventariados seis tamboretos lavrados em bom estado no valor de 1.440 reis<sup>704</sup>; Custódia Maria de Castro, inventariada, possuía seis tamboretos, três torneados e três lisos, avaliados ao todo em 960 reis<sup>705</sup>. O modo como os tamboretos surgem nos inventários é variável: isolados ou em conjunto de dois, quatro e seis. Estes últimos podiam ser distribuídos de forma dispersa pelas diferentes divisões da casa, mas, também, podiam definir funcionalidades e organização do espaço. Segundo Nuno Luís Madureira os conjuntos de seis tamboretos foram comuns no reinado de D. João V. A partir deste reinado impera o conjunto de 12. Na nossa região, o mesmo não se observou, só encontrámos conjuntos de seis tamboretos e em pequeno número, pertencentes a pequenos lavradores foreiros.

As casas dos nossos camponeses nem sempre tinham móveis de repouso e quando os tinham eram rudimentares e escassos. Como sublinha Charles de La Roncière a casa do camponês choca pela pobreza dos objetos, reduzidos ao mínimo<sup>706</sup>. Muito embora o autor se refira a um período anterior, o Renascimento, no Baixo Minho a realidade não era muito diferente. Como referimos, mesmo nos lavradores abastados o mobiliário continuava escasso. Os camponeses preocupavam-se mais com a aquisição de terras e semoventes do que com o recheio da casa.

O mocho ou escabelo, segundo Silva Nascimento, sem decoração, estofa ou revestimento, era de uso caseiro e popular e o menos categorizado<sup>707</sup>. O pinho e o castanho foram as madeiras empregues, com maior predomínio para a primeira. Ao todo foram inventariados 61 escabelos. Muito embora 80% dos escabelos tivessem sido inventariados com essa denominação, os restantes 20%, foram denominados de “escabelo de encosto” e “escabelo do lar”. Em média encontrámos um por agregado, quando muito dois escabelos, à exceção do inventário de Custódio Fernandes, lavrador de Santa Maria de Sobradelo, Guimarães, que possuía ao tempo da sua morte seis escabelos avaliados no total em 600 reis<sup>708</sup>.

Apesar da sua simplicidade e uso popular, o valor atribuído pelos louvados foi significativo. Um escabelo de madeira de castanho foi avaliado em média em 300 reis, podendo alcançar os 400 reis enquanto o de pinho apenas atingiu 150 reis. A maioria dos escabelos

---

<sup>704</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3553, 1758.

<sup>705</sup> *Idem*, Póvoa de Lanhoso, ct. 2860, 1773.

<sup>706</sup> Charles de La Roncière, “A vida privada dos notáveis toscanos no limiar do Renascimento”, in Philippe Ariès, Georges Duby (dirs.), *História da vida privada*, vol. II – Da Europa Feudal ao Renascimento, Armando Luís Carvalho Homem (trad.), Porto, Afrontamento, 1990, p. 186.

<sup>707</sup> J. F. da Silva Nascimento, Augusto Cardoso Pinto, *ob. cit.*, 1998, p. 29.

<sup>708</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-190, 1795.

eram velhos ou usados; poucos foram inventariados em bom estado. O estado de conservação não teve grande peso na sua avaliação, sendo o tipo de madeira o critério que ditou o seu valor.

Em Portugal, os assentos coletivos<sup>709</sup> tiveram sempre a denominação genérica de banco<sup>710</sup>. Segundo Cardoso Pinto, no século XVIII, os bancos deixaram de pertencer ao recheio da casa, concretamente aos salões e passaram a ser colocados na serventia, nos corredores e jardins, sobretudo nas entradas das casas, estes últimos a impressionar pela sua pompa<sup>711</sup>. Não obstante, nos meios rurais o banco continuava adstrito ao interior das casas. O banco enquanto assento coletivo dominou na região em análise, sendo os únicos móveis de descanso das famílias. Além disso, o banco podia ter também função de guardar. Quando multifuncionais, os bancos eram bastante caros; disso é exemplo o banco com caixa avaliado em 1.000 reis no concelho de Guimarães<sup>712</sup>. O valor médio de um banco sem caixa foi de 80 reis. A madeira de castanho foi a mais utilizada, embora também as haja em pinho, de carvalho e de nogueira.

Dentro dos móveis de assento coletivo foram ainda inventariados os escanos. Para além de móvel de assento o escano servia também, tal como o banco, de móvel de guarda devido à sua estrutura em forma de caixa. Num ou noutro exemplo, os louvados descrevem-nos da forma seguinte: “escano serve de caixa”<sup>713</sup>.

A presença de escanos nos três concelhos foi pouco expressiva, destacando-se a frequência do concelho da Póvoa de Lanhoso (seis escanos em Guimarães e 43 no concelho da Póvoa de Lanhoso). Muito embora não tenhamos a perceção da localização da maioria do mobiliário, no que concerne aos escanos, vários foram os exemplos cujas descrições remeteram claramente para a cozinha: “escano de sentar ao lume”<sup>714</sup>, “escano de sentar ao lume com sua mesa”<sup>715</sup>, “escano da cozinha”<sup>716</sup>. O escano servia sobretudo para estar ao lume ou à lareira. Era na cozinha que se encontrava geralmente a lareira, centro nevrálgico de convivência familiar, onde se realizava uma panóplia de tarefas caseiras<sup>717</sup>. O escano procurava colmatar a escassez de mobiliário ao fornecer assento a vários elementos do agregado familiar. Os escanos foram avaliados de forma muito irregular, variando entre 100 e os 900 reis. Curiosamente a matéria-prima só excecionalmente foi referida.

---

<sup>709</sup> Assentos que podiam ser utilizados por várias pessoas, com ou sem encosto.

<sup>710</sup> J. F. da Silva Nascimento, Augusto Cardoso Pinto, *ob. cit.*, 1998, p. 29.

<sup>711</sup> Cardoso Pinto citado por Carlos da Silva Lopes, *ob. cit.*, 2004, p. 33.

<sup>712</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-6-3-19, 1797.

<sup>713</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2668, 1796.

<sup>714</sup> *Idem*, ct. 2847, 1780.

<sup>715</sup> *Idem*, ct. 705, 1799.

<sup>716</sup> *Idem*, ct. 2668, 1796.

<sup>717</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *ob. cit.*, vol. I, s/d., p. 152.

Importa sublinhar que entre os móveis de assento individual, a cadeira foi uma das peças mais inventariadas. O banco, como salienta Fernand Braudel, começa a perder terreno em relação à cadeira e ao tamborete, um luxo simples que se começa a difundir na Europa<sup>718</sup>. O assento coletivo tende lentamente a desaparecer da privacidade doméstica. A cadeira torna-se um “elemento estruturante do espaço”, não só para as camadas mais abastadas mas para a população em geral<sup>719</sup>. O triunfo da cadeira foi, num primeiro plano, uma conquista do mundo Ocidental, fruto do movimento das *Luzes*, embora com alguns desfasamentos geográficos. É, em suma, uma conquista do indivíduo; a partir do momento em que deixa de ter necessidade de partilhar o seu lugar com o outro, a cadeira permite ao indivíduo definir a sua posição na família. Com a cadeira, as hierarquias dentro do contexto familiar passam a ser mais visíveis. Cada elemento do agregado doméstico senta-se consoante a sua autoridade, a sua idade e sexo. Os móveis de assento individuais estabelecem fronteiras entre aqueles que detêm o poder e os que se lhe submetem. Ao mesmo tempo, esta tipologia de móveis de assento proporcionava ao indivíduo a conquista simbólica do seu espaço na casa, na medida em que a sucessão, também, se fazia através da conquista do assento na cadeira do chefe de família.

### 1.1.3 Móveis de repouso

Os móveis de repouso foram os terceiros em frequência nos inventários orfanológicos dos concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso, entre 1750-1810. O quarto é a divisão da casa, quando existente, na qual os móveis de repouso se organizavam. Ao longo da Idade Média e Moderna a cama tinha um grande significado simbólico, era o móvel de “base, o móvel rei”<sup>720</sup>. Não possuir pelo menos um catre ou um colchão, era sinal de grande pobreza. Segundo Charles de La Roncière a cama seria o primeiro investimento em móveis do casal, que por vezes recebiam no dote<sup>721</sup>; Roman Sandgruber ao debruçar-se sobre a hierarquia dos objetos em duas regiões da Áustria do século XVI, concluiu que a cama era a peça mais importante do dote<sup>722</sup>; por seu lado Raffaella Sarti reafirma a mesma tendência nos inventários de Paris do

---

<sup>718</sup> Fernand Braudel, *ob. cit.*, vol. I, 1992, p. 245.

<sup>719</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 158.

<sup>720</sup> Charles de La Roncière, *ob. cit.*, 1990, p. 189.

<sup>721</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>722</sup> Roman Sandgruber citado por Micheline Baulant, “Necessite de vivre et besoin de paraitre les inventaires et la quotidienne” in M. Baulant, A. J. Schuurman, P. Servais (eds.), *Inventaires après-décès et ventes de meubles: apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*, Louvain-la-Neuve, Academia, 1988a, p. 12.

século XVIII, visto que a cama era inventariada sempre em primeiro lugar e pormenorizadamente descrita<sup>723</sup>; Jean-Louis Flandrin salienta que numa amostra de 50 jornaleiros cujos inventários *post-mortem* foram estudados, o leito representava pelo menos 40% do valor total dos bens<sup>724</sup>; Fernanda Olival realça o valor simbólico do leito, salientando a frequência significativa com que foi legado em testamento por pessoas distintas a outras de igual estatuto ou de estatuto inferior<sup>725</sup>.

Muito embora se assista à proliferação de camas ou leitos em regiões distintas da Europa e sobretudo nas zonas urbanas, os desfasamentos geográficos também estiveram presentes. Na Borgonha, do século XVI até ao século XVIII, era muito comum dormir-se na palha, sem cama nem móveis, separado dos animais por um simples anteparo<sup>726</sup>. No Portugal de setecentos, quer na grande Lisboa como no Minho, nem todos os agregados domésticos tinham uma cama ou móvel de repouso. Por isso estamos em crer que a palha seria, também, utilizada para esse fim. No universo dos nossos 600 inventários orfanológicos, 42% inventariaram móveis de repouso (Barcelos com 30% dos casos, Guimarães com 31% e Póvoa de Lanhoso com 39%). Os documentos revelam ainda que na região do Baixo Minho não existia uma relação entre o número de pessoas que habitava uma casa e a quantidade de móveis de repouso. O mesmo aferiu Fernanda Olival para a cidade de Lisboa setecentista, salientando que os róis de bens revelam que em muitas casas haveria só um leito, tal como nos concelhos em análise<sup>727</sup>. Do universo de inventários orfanológicos com móveis de repouso (253), 13% tinham dois móveis de repouso, 2,4% com três, 0,4% com quatro e 0,4% com cinco, ou seja, 84% dos agregados domésticos dispunham apenas de um móvel de repouso, apesar de, em algumas destas famílias existirem três, quatro e cinco filhos. Os móveis de repouso inventariados não se referem à cama ou leito, uma vez que estes raramente foram inventariados. Vejamos a tipologia encontrada nos inventários:

---

<sup>723</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, pp. 203-204.

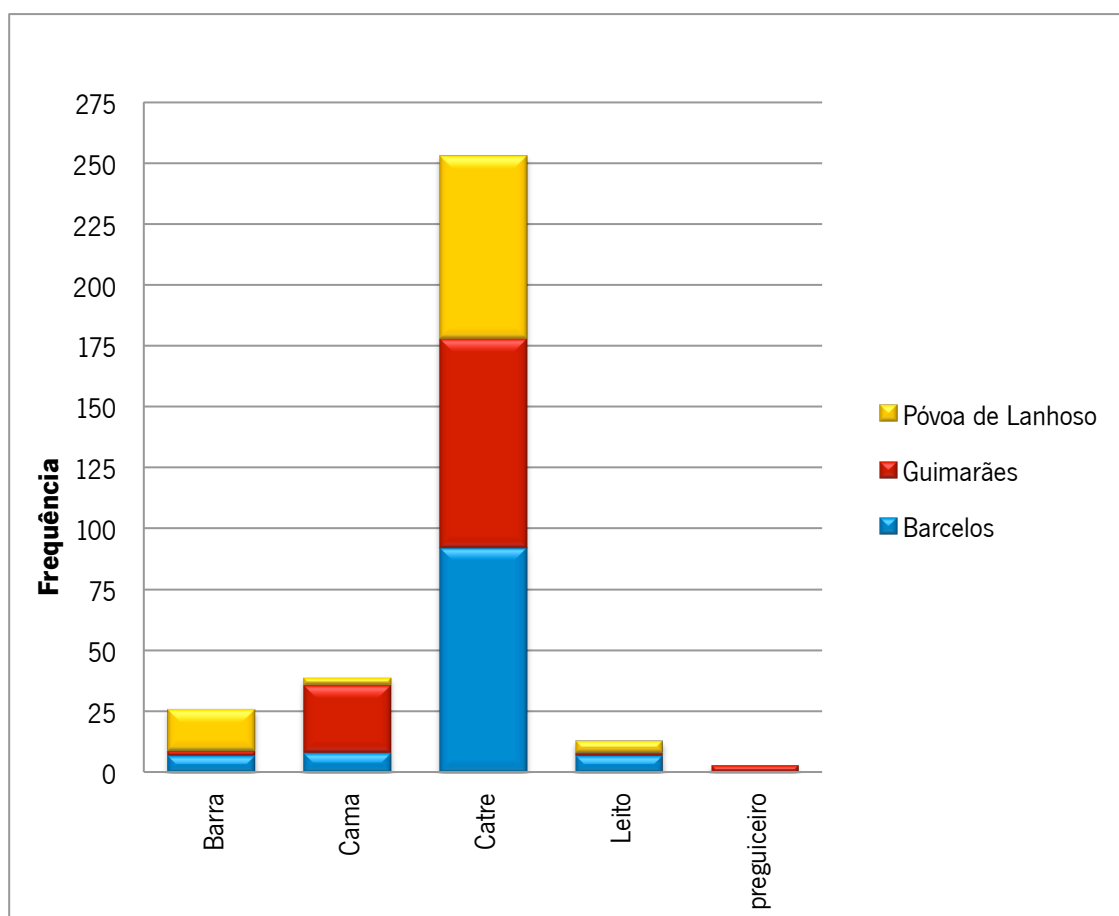
<sup>724</sup> Jean-Louis Flandrin, *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, 2ª ed., M. F. Gonçalves de Azevedo (trad.), Lisboa, Estampa, 1995, p. 105.

<sup>725</sup> Fernanda Olival, *ob. cit.*, 2011, p. 256.

<sup>726</sup> Fernand Braudel, *ob. cit.*, vol. I, 1992, p. 245.

<sup>727</sup> Fernanda Olival, *ob. cit.*, 2011, pp. 255-256.

**Gráfico 6** - Móveis de repouso nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Amostra:** Total dos casos: 335.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

O catre foi o móvel de repouso mais inventariado, correspondendo a 75% nos três concelhos. A cama a 12%, o leito a 4%, a barra a 8% e o preguiceiro<sup>728</sup>, 1%. Considerámos que o catre não dominou apenas nestas regiões do Baixo Minho mas de norte a sul de Portugal, sobretudo no mundo rural. Margarida Durães, tendo por base os testamentos das freguesias que pertenciam ao termo de Braga, afirma que o catre foi a segunda peça em importância numérica<sup>729</sup>. Na nossa amostra, foi a terceira peça, tendo sido superada em primeiro lugar pela caixa, e a seguir pela cadeira.

O catre foi inventariado com diversas designações, segundo suas características: “catre”, “catre de barra”, “catre de grade”, “catre de cortinado”, “catre dos biscainhos”, “catre

<sup>728</sup> Preguiceiro – banco corrido de quatro pés ligados por réguas, com costas e descanso para os braços. Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *ob. cit.*, vol. I, s/d., p. 158.

<sup>729</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 216.

torneado” e “catre tosco”. Os catres mais simples e modestos não tinham cortinas nem grades, pertencendo ao pequeno camponês sem capacidade económica para as adquirir, garantindo maior resguardo. Nos concelhos de Barcelos e Guimarães, a denominação simples de “catre” foi a mais frequente. No concelho da Póvoa de Lanhoso, destaca-se o “catre torneado”. O “catre dos biscainhos” só foi inventariado nos concelhos de Barcelos e Póvoa de Lanhoso, tendo sido a segunda peça em importância numérica. Um inventário do concelho da Póvoa de Lanhoso explícita em que consistia: “catre feito pelos carpinteiros dos biscainhos”<sup>730</sup>. Para além das referidas descrições, alguns inventários fazem referência à cor (branco ou preto), e, excecionalmente, à sua localização dentro da casa, “no quarto da varanda”<sup>731</sup>. Relativamente ao estado de conservação, 41% dos catres foram qualificados como velhos, 19% como usados, 6% em bom estado, 2% novo e 32% foram inventariados sem referência ao estado de conservação. Porém, o estado de conservação do mobiliário deve ser olhado com cuidado. Como escreveu Martine Segalen a “existência de móveis maciços, que deviam durar toda a vida” eram para a sociedade do período moderno “símbolos de estabilização familiar e profissional”<sup>732</sup>. Muito embora estejamos numa região onde o desafogo económico seria privilégio apenas de alguns, receber móveis em herança, como sublinha a mesma autora, “simboliza a continuidade familiar”, ou seja, patenteia que, da mesma forma que o enxoval e a casa, o mobiliário também fazia parte do património intergeracional<sup>733</sup>. Considerámos, deste modo, que a par das dificuldades económicas com que os nossos camponeses se viam a braços, o significado da perpetuidade do mobiliário seria também um impedimento à renovação do mobiliário. Entende-se portanto, que 60% dos catres tenham sido considerados velhos ou usados pelos avaliadores.

O valor médio de um catre foi muito variado nas nossas amostras, mesmo dentro dos que apresentavam características semelhantes. No que concerne à avaliação não faremos a distinção em relação às tipologias de catres inventariados, visto que não observamos nenhum padrão de valores para cada uma. O mais comum foi encontrarmos disparidades e incongruências deste indicador relativamente ao estado de conservação. Por isso, a análise incidirá na comparação do catre tendo em conta esta última variável. Vejamos: no concelho de Barcelos o valor médio de um catre foi de 375 reis, em Guimarães, 550 reis e no concelho da Póvoa de Lanhoso, 300 reis. Não obstante, nos três concelhos foram inventariados catres de

---

<sup>730</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 777, 1786.

<sup>731</sup> *Idem*, Barcelos, ct. 3549, 1758.

<sup>732</sup> Martine Segalen, *Sociologia da família*, Ana Santos Silva (trad.), Lisboa, Terramar, 1999, p. 296.

<sup>733</sup> *Idem*, p. 297.



valor igual ou superior a 800 reis. Não esteve aqui em causa a matéria-prima, visto que a única madeira empregue foi a madeira de castanho; um catre usado no concelho de Barcelos foi avaliado, em média, por 700 reis; em Guimarães, 600 reis e na Póvoa de Lanhoso, 750 reis. Todavia, também encontrámos catres usados de valor muito inferior (300 reis), ou muito superior, 3 000 reis. Este último era “preto e com três labores”. Urge sublinhar que a inventariada, Maria Francisca, para além deste catre possuía mais dois da mesma cor (preta) avaliados, um em 2.000 e outro em 1.000 reis. O seu agregado era constituído por cinco elementos, o casal e três filhos menores (Aniceto José de 12 anos; Ana Maria de 15 anos e Manuel Luís de 16 anos). Significa que nesta casa todos usufruíam de um móvel para o descanso noturno. Trata-se de uma família abastada, de ricos lavradores, com um significativo património em bens de raiz e semoventes, não faltando a esta família os lençóis, mantas e travesseiros para guarnecer os três catres<sup>734</sup>. Relativamente ao catre em bom estado, os valores atribuídos foram os mais incongruentes nos três concelhos, variando entre os 150 reis e os 2.600 reis; catres novos, só foram inventariados no concelho da Póvoa de Lanhoso, avaliados em média em 1.500 reis.

Numa primeira análise poderíamos concluir que o estado de conservação não teve implicação direta na avaliação dos catres. O que não é verdade. Este critério parece ter tido menos importância aos olhos dos louvados, em comparação com as avaliações do restante mobiliário, talvez devido ao seu significado intergeracional. Não devemos deixar de referir novamente que o estado de conservação era o critério mais permeável à subjetividade dos louvados. Daí, por vezes, a incoerência das avaliações e da sua classificação.

O leito, de pinho ou castanho, velho ou usado, foi avaliado em média em 200 reis nos concelhos de Barcelos e Póvoa de Lanhoso. No concelho de Guimarães não temos nenhuma ocorrência. A cama, de pau ou de castanho, foi muito pouco expressiva nos três concelhos, destacando-se o concelho de Guimarães com 28 camas: umas toscas, outras com pés e outras torneadas. A maioria das camas eram velhas ou usadas; uma cama velha variou entre 120 a 600 reis; usada, entre 600 e 1.000 reis; em bom estado, dispomos de um exemplar de 3.200 reis; um exemplar novo 1.500 reis. Este último exemplo pode corroborar a referida subjetividade. Todavia, escapa-nos uma informação crucial: não há descrição da matéria-prima.

---

<sup>734</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3549, 1758.

Segundo Fernanda Olival, apesar da variabilidade do preço das camas, a média era geralmente superior ao valor dos oratórios ou dos guarda-roupas<sup>735</sup>. Nas nossas amostras essa tendência não está explícita, mas confirma-se para uma pequena percentagem. Entre as camas inventariadas sobressai uma cama de cerejeira avaliada em 5.000 reis, pertencente a Manuel José Lopes de Carvalho<sup>736</sup>.

As barras<sup>737</sup> dos nossos inventariados, sobretudo do concelho da Póvoa de Lanhoso, fogem à simplicidade e modéstia. Todas são de madeira e não de ferro. Em todos os concelhos analisados a matéria-prima dominante era a madeira de castanho. No concelho da Póvoa de Lanhoso foram ainda inventariadas barras de cerejeira (duas ocorrências) e de pau-preto (uma ocorrência), esta última avaliada em 6.400 reis<sup>738</sup>. Para além das madeiras caras, outros pormenores dignos de nota devam ser referidos, por exemplo, a aplicação de cores como o azul (uma ocorrência), verde (uma ocorrência), preto (uma ocorrência) e dourado (uma ocorrência). Esta última barra para além de dourada tinha espelho, tratando-se sem dúvida de um móvel de luxo<sup>739</sup>.

A quantidade e qualidade destes móveis de repouso demonstram a modéstia da maioria dos inventariados desta região do Baixo Minho. Mas, por outro lado, as diferenças detetadas evidenciam as distinções sociais que se faziam sentir no seio das sociedades rurais. Se por um lado apenas 42% do universo inventariado possuía móveis de repouso, por outro, a sua frequência por agregado foi geralmente muito reduzida, não havendo uma relação entre a quantidade de móveis e o número de elementos que constituíam o agregado doméstico, como já referimos. No entanto, leitos sumptuosos, embora muito excecionalmente, também entraram portas adentro. Os que os possuíam pertenciam a um grupo socioeconómico de elite, abertos à aquisição de objetos que lhes conferissem conforto para além de estatuto. Apenas uma ínfima parte da sociedade minhota tinha consciência de que a construção de hierarquias passava pela aquisição de património móvel, inclusive de mobiliário e pela especialização dos espaços da casa; para muitos a construção de distinção social passava sobretudo pela aquisição de património imóvel. No Baixo Minho, na segunda metade do século XVIII e primeira década do século XIX, continuava muito presente o modo de vida rural, no qual o conforto não assumia

---

<sup>735</sup> Fernanda Olival, *ob. cit.*, 2011, p. 257.

<sup>736</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 9, 1810.

<sup>737</sup> Barra – dois ou três bancos em ferro ou em madeira, sobre os quais se colocava o colchão. Fernanda Olival, *ob. cit.*, 2011, p. 255.

<sup>738</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 287, 1794.

<sup>739</sup> Todas estas barras pintadas pertenciam ao mesmo inventariado, Manuel de Sousa Machado. *Idem, ibidem*.

lugar de destaque. Consumidos pela rudeza do trabalho do campo, “de sol a sol”, as suas forças e aspirações eram quase todas canalizadas para o exterior e não para o interior da casa. Dormiam em qualquer sítio, no quarto, na sala, na eira ou, no palheiro. Camas, catres, leitos e barras não eram os únicos móveis usados para o sono; o solo, as caixas, as arcas, as tábuas, a palha, assumiam, de igual modo, a função de móvel de repouso.

#### **1.1.4 Móveis de utilidade**

Os móveis de utilidade ou, usando a expressão de Nuno Luís Madureira, os móveis ligeiros, resumiam-se a três móveis concretos nas nossas amostras: a banca, o bufete e a mesa.

Nem todos os agregados domésticos possuíam móveis desta natureza. Póvoa de Lanhoso continua a destacar-se face aos demais concelhos com 50% dos inventários; Barcelos, 16% e Guimarães 45%.

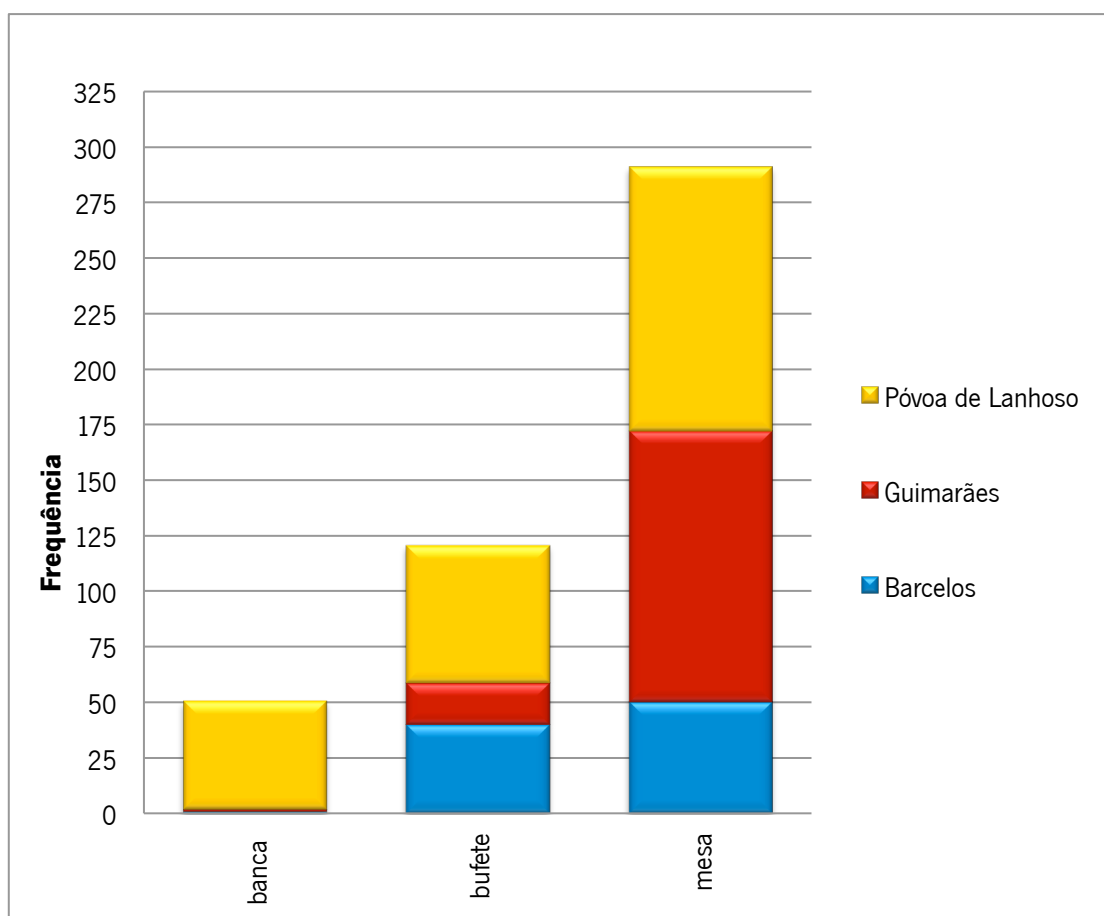
Margarida Durães chamou atenção para a ausência de mesas e de outras peças de mobiliário nos testamentos que analisou, questionando a sua existência e apresentando como uma das causas os espaços exíguos das habitações. Todavia, a autora relacionou o valor afetivo do mobiliário com a sua ausência nos testamentos. Os testadores tendiam a legar bens que tivessem para eles significado material ou simbólico<sup>740</sup>. Para além destes aspetos, consideramos necessário não negligenciar mais dois pormenores: por um lado, os móveis de guarda, como a caixa, a arca ou o baú, podiam servir de mesa, tornando dispensável a aquisição desta última; por outro lado, quando os objetos deixavam de ter utilidade podiam ser transformados e reaproveitados para outros fins, nomeadamente para mesas. Estas características, aliadas aos espaços reduzidos das habitações, podem justificar a ausência de móveis de utilidade nos inventários orfanológicos dos três concelhos, sobretudo no de Barcelos<sup>741</sup>.

---

<sup>740</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 218.

<sup>741</sup> Nos ambientes rurais ou semi rurais de Paris e Londres de setecentos, referidos por Raffaella Sarti, também uma percentagem significativa de agregados domésticos não possuía mesas. *Ob. cit.*, 2001, p. 210.

**Gráfico 7** - Móveis de utilidade nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Amostra:** total dos casos: 463.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Numa primeira nota, é clara a pobreza em termos de frequência de móveis de utilidade nos três concelhos, como já foi referido. Ao mesmo tempo, observa-se que a banca teve expressão sobretudo no concelho da Póvoa de Lanhoso. Mas o que era afinal uma banca? As descrições desta nos inventários orfanológicos foram bastante parcas. O mesmo observou Nuno Luís Madureira nos inventários da elite lisboeta. Rafael Bluteau definiu *banca* como sendo “uma espécie de mesa, tosca, lavrada com pouca curiosidade”<sup>742</sup>. As poucas descrições que temos referiram o número de pés (bancas de três pés, as quais seriam mesas redondas e de quatro pés, mesas quadradas), que confirmam-nos que a banca era de facto uma mesa. A maioria das bancas inventariadas era lisa; umas pequenas outras grandes e tinham duas ou três gavetas,

<sup>742</sup> Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. I, 1712-1728, p. 257.

onde eram colocados, por vezes, papéis<sup>743</sup>. A sua função e uso é-nos totalmente desconhecida, à exceção de uma banca que pertencia a Manuel Alves da Costa, inventariada como sendo uma “banca de cozinha”<sup>744</sup>. Esta expressão continua a suscitar dúvidas, seria uma banca de apoio à cozinha ou uma banca de jantar? Nas casas mais abastadas, a banca servia de suporte a peças decorativas e para fins mais especializados, destacando-se as bancas de jogo e chá. No primeiro quartel do século XIX assistiu-se à difusão da banquinha de cabeceira<sup>745</sup>. O uso de móveis ligeiros reflete uma nova conceção dos espaços da casa e a adoção de novos hábitos no quotidiano.

Partindo das descrições das bancas inventariadas não é possível confirmar as respetivas funções. Contudo, a sua presença insinua que o concelho da Póvoa de Lanhoso estaria mais aberto às novidades tanto no que respeita ao mobiliário como na adoção de novos hábitos quotidianos.

A mesa foi o móvel de utilidade mais inventariado nos três concelhos. Quer na casa do pequeno camponês quer na casa dos mais abastados, constituía o centro nevrálgico da alimentação e das relações sociais e familiares. Na Europa, até meados do século XVIII, as mesas eram desdobráveis e amovíveis; facilmente transportáveis, adaptavam-se a qualquer espaço da casa. A invenção da mesa de refeição permanente, na sala de jantar, deveu-se à Inglaterra. A França, também a vai adotar a partir de 1750<sup>746</sup>. Por seu lado, os inventários lisboetas do terceiro quartel de setecentos não são claros quanto à presença da mesa permanente de sala de jantar<sup>747</sup>. Se este luxo não fazia parte do quotidiano da elite lisboeta, no Baixo Minho dificilmente o faria. Não obstante, algumas expressões utilizadas pelos louvados na descrição, nomeadamente “mesa de comer”<sup>748</sup> ou “onde se come”<sup>749</sup>, “aparelhada de toalha e guardanapos”<sup>750</sup>, denunciam que nelas se comia. Já as expressões, “mesa de cozinha”<sup>751</sup>; “mesa com oratório”<sup>752</sup>; “mesa de guarda-roupa”<sup>753</sup> e mesa “forrada de pano verde”<sup>754</sup> são designações que indiciam outras finalidades. No caso da última, mesa “forrada de pano verde”, seria,

---

<sup>743</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2849, 1807.

<sup>744</sup> *Idem*, ct. 143/14, 1785.

<sup>745</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 200.

<sup>746</sup> *Idem*, p. 201.

<sup>747</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>748</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, cts. 517, 1754; 2612, 1779; 648, 1787; 769, 1791; 3106, 1792; 143/18, 1799; 915, 1800; 726, 1809.

<sup>749</sup> *Idem*, cts. 2858, 1769; 573, 1804.

<sup>750</sup> *Idem*, ct. 2858, 1769.

<sup>751</sup> *Idem*, cts. 817, 1790; 1231, 1791; 2842, 1809. AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-4-29, 1793.

<sup>752</sup> *Idem*, ct. C-4-3-23, 1790; ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 572, 1801.

<sup>753</sup> *Idem*, Barcelos, ct. 3887, 1786.

<sup>754</sup> *Idem*, Póvoa de Lanhoso, ct. 9, 1810. AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-3-5-57, 1794.

certamente, uma mesa de jogo. Porém, todas estas expressões foram utilizadas pontualmente, servindo para nos mostrar, apesar de tudo, que na segunda metade de setecentos e primeira década de oitocentos, a mesa foi um móvel multifuncional, nos agregados domésticos do Baixo Minho.

Foram inventariadas 294 mesas (53 no concelho de Barcelos, 122 em Guimarães e 119 no concelho da Póvoa de Lanhoso). 38% possuía gavetas, sendo as mais comuns, as mesas com duas gavetas. Não temos referência às medidas das mesas. As descrições cingem-se sobretudo à forma da mesa (lisa, com abas, de dobradiça, comprida, redonda ou quadrada), ao número de pés (três e quatro), ao seu feitio (de garra ou torneados). A madeira empregue variou entre a madeira de castanho e o pinho. De madeiras importadas só temos uma mesa de vinhático com duas gavetas, avaliada em 3.600 reis, pertencente a Manuel José Lopes de Carvalho<sup>755</sup>.

As mesas foram avaliadas com montantes relativamente reduzidos quando comparadas com outras peças de mobiliário. A mesa de valor mais elevado foi a de vinhático com 3.600 reis, abaixo desta, apareceram duas mesas com pés de garra avaliadas em 2.000 reis cada<sup>756</sup> e uma mesa redonda com pés torneados avaliada em 1.900 reis<sup>757</sup>. As mesas identificadas como velhas foram avaliadas, em média, em 200 reis e as usadas em 400 reis. Mesas em bom estado raramente foram inventariadas, mas as que temos variaram entre os 200 e os 1.200 reis.

Da mesa passamos para o último móvel de utilidade presente nos inventários orfanológicos da região em análise, o bufete. Tal como a caixa, a cómoda, o armário, também deriva da arca; segundo os dicionários da época era utilizado sobretudo para escrever e contar dinheiro. Muito embora, no século XVIII, a cultura da escrita começasse a ganhar peso, a cultura da oralidade, continuava a dominar, não só em Portugal mas também na Europa<sup>758</sup>. Não discordamos que o bufete em determinados agregados domésticos fosse usado para esse fim. Porém, e apesar de 17,5% dos agregados domésticos conterem bufetes no seu património, colocámos as nossas dúvidas se os seus proprietários sabiam ler e escrever ou se teriam uma profissão propícia ao manuseamento constante de dinheiro, como acontecia com os mercadores, lojistas, penhoristas, ourives etc.

---

<sup>755</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 9, 1810.

<sup>756</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, cts. C-6-1-165, 1801; C-2-2-24, 1805.

<sup>757</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3686, 1771.

<sup>758</sup> João Luís Lisboa, Tiago C. P. dos Reis Miranda, “A cultura da escrita nos espaços privados”, in José Mattoso (dir.), Nuno Gonçalo Freitas Monteiro (coord.), *História da vida privada em Portugal*, vol. II - A Idade Moderna, s/l, Círculo de Leitores, 2011, p. 335.

**Tabela 13** - Profissão dos inventariados com bufetes (Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso, 1750-1810)

<b>Atividade Profissional</b>	<b>Frequência de inventários orfanológicos c/ bufetes</b>
Artesão	7
Escrivão	1
Lavrador foreiro	23
Mercadores	1
Padre	2
Prestamista	4
Sangrador	1
S/referência	64
<b>Total de inventários</b>	<b>103</b>

**Amostra:** Total de inventários orfanológicos: 103.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Desconhecemos a profissão de 62% dos inventariados com bufetes nos seus patrimónios o que dificulta de imediato a nossa análise. No entanto, dos restantes 38%, os lavradores foreiros foram os mais representados. Não podemos afirmar que não sabiam ler nem escrever, mas, o índice de alfabetização neste período era muito reduzido, sobretudo entre a população rural, cuja principal atividade económica era a agricultura. Essa realidade está bem patente nos testamentos; nos quais no final da redação, como observámos no capítulo I, encontrámos quase sempre a expressão “a rogo de ... por não saber ler nem escrever”. As profissões de escrivão, padre, mercador e prestamista, representam apenas 8% do total da amostra. Estes inventariados usaram, de certeza, o bufete para escrever e contar dinheiro, mas prevalece a dúvida sobre qual seria a função do bufete nas casas dos restantes inventariados.

As descrições alusivas aos bufetes limitaram-se ao número de gavetas (uma, duas e três, sendo a mais comum o de duas), ao trabalhado da madeira (lisos ou com molduras), ao feitio dos pés (torneados), à matéria-prima, ao estado de conservação e ao valor. O castanho

volta a reinar, uma vez que o pinho foi empregue de forma mais moderada. Não obstante, a falta de referência à matéria-prima e ao estado de conservação foi bastante significativa. O valor do bufete foi também muito irregular (velho: de 240 a 2.400 reis; usado: de 240 a 1.600 reis; em bom estado: de 600 a 1.600 reis; novo: de 1.000 a 1.200 reis; sem referência: de 120 a 1.600 reis).

Muito embora o bufete visasse responder a uma necessidade, voltada essencialmente para a escrita e para o negócio, a maioria dos agregados domésticos talvez lhe tivesse atribuído um uso e significado diferentes. Em algumas casas minhotas o bufete seria um elemento decorativo de distinção social, ofuscando, desta forma, a sua natureza prática.

A reduzida presença de mesas ou bancas nos inventários demonstram que na segunda metade do século XVIII e primeira década do século XIX na região do Baixo Minho, a mesa não era o espaço vital de reunião da família e do desenvolvimento das relações sociais. Serviam-se de qualquer móvel baixo para comer. O surgimento da mesa transporta consigo um conjunto de transformações que passavam pela utilização das regras de civilidade. As metamorfoses dos comportamentos sociais ao longo do século XVIII deveram-se, em parte, a este móvel. E, tal como em outros domínios, a população do Baixo Minho não acompanhou estas transformações permanecendo muito arreigada ao seu *modus vivendi*, se a compararmos com outros meios rurais da Europa.

### **1.1.5 Móveis e objetos de devoção**

Neste nosso estudo consideramos pertinente abordar não só os móveis ligados ao sagrado, o oratório e o santuário, mas também os objetos de devoção, neste caso concreto, as imagens de santos. As palavras oratório e santuário têm o mesmo significado, embora a última não tenha sido comum nesta região do Baixo Minho, ao contrário da primeira.

O oratório, segundo Carlos da Silva Lopes, aplica-se a vários aceções: “oratório num sentido equivalente a capela, pequeno edifício ou compartimento destinado à prática dos atos religiosos; oratório no sentido de nicho aberto em parede exterior duma casa, para ser visto por quem passe; oratório como peça de mobiliário, próprio para nela se colocarem algumas imagens”<sup>759</sup>. Será sobre esta última aceção que o iremos abordar.

---

<sup>759</sup> Carlos da Silva Lopes, *ob. cit.*, 2004, p. 114.



Este móvel resulta de uma necessidade religiosa e da incapacidade económica por parte das famílias para construir “uma casa de oratório ou uma ermida independente da residência”<sup>760</sup>.

O século XVIII foi o século de difusão do oratório de madeira - indígena ou exótica - assistindo-se, ao longo deste período, à criação de diversos modelos, destacando-se o oratório-cómoda nas casas nobres<sup>761</sup>. Como sublinham Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, as melhores peças do mobiliário situavam-se sempre na sala, em particular o oratório<sup>762</sup>. Tanto era colocado em cima de uma cómoda ou papeleira, como nas famílias menos desafogadas, em cima de uma simples mesa. Esta constituía a sua forma mais pobre<sup>763</sup>. Dentro, colocavam as imagens dos seus santos prediletos e oferendas em agradecimento a dádivas concedidas ou por conceder. Os oratórios permitiam portanto o culto privado.

Os nossos inventários levam-nos a concluir que o culto privado não foi um culto muito praticado na região, muito embora esta seja apontada como uma das regiões de maior religiosidade no período abordado. No universo dos inventários, o número de oratórios foi bastante reduzido (13 no concelho de Barcelos, 25 em Guimarães e 16 no concelho da Póvoa de Lanhoso). No concelho de Barcelos, esse número será ainda mais reduzido, uma vez que dois inventários incluíram dois oratórios.

Os louvados foram poucos em descrições: duas referências a oratórios pintados; uma referência a outro de talha; cinco referências à matéria-prima (dois de pinho, dois de castanho e um de pau); e sete referências a oratórios velhos. 62% dos oratórios foram inventariados juntamente com a imagem de um santo, santa ou Cristo. Deste modo torna-se impossível perceber o valor atribuído ao móvel. No entanto, dos oratórios sem imagem (38%), o valor variou entre 120 e 1.700 reis.

---

<sup>760</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 217.

<sup>761</sup> Oratório-cómoda - móvel de dois corpos sobrepostos, o inferior com gavetões e o superior provido de portas, quando abertas, deixavam à vista o interior do santuário. Carlos da Silva Lopes, *ob. cit.*, 2004, p. 117.

<sup>762</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *ob. cit.*, vol. I, s/d, p. 146.

<sup>763</sup> *Idem, ibidem.*

**Tabela 14** - Designações dos oratórios nos inventários orfanológicos (1750-1810)

	<b>Barcelos</b>	<b>Guimarães</b>	<b>Póvoa de Lanhoso</b>
Oratório c/ a imagem de Cristo	6	14	3
Oratório c/ a imagem de Cristo + Nossa Sr. <sup>a</sup> da Conceição	2	-	1
Oratório c/ a imagem de Cristo + Sr. <sup>a</sup> das Dores + Sagrada Família	-	-	1
Oratório c/ o Menino Jesus	1	-	-
Oratório c/ <i>Agnus Dei</i>	1	-	-
Oratório c/ sua imagem	2	3	-
Oratório	1	8	11
<b>Total de oratórios</b>	<b>13</b>	<b>25</b>	<b>16</b>

**Amostra:** Total dos casos observados com oratórios: 52/600 (8,6%); total de oratórios: 54.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

A iconografia dedicada a Cristo surge em primeiro plano, correspondente ao nível mais superior de mediação entre o humano e o divino; os pedidos fazem-se sem intermediários e com respeito acrescido.

As imagens religiosas são inventariadas, quer junto com os oratórios quer de forma avulsa, à exceção dos inventários do concelho de Guimarães. Neste concelho não foram inventariadas imagens de santos, santas ou de Cristo separadas dos seus oratórios. Por essa razão, a frequência de oratórios com imagens foi superior no concelho em questão. No concelho de Barcelos, devemos sublinhar que do total das imagens inventariadas (11), oito pertenciam ao padre Anacleto José Rego de Santa Eugénia de Rio Côvo<sup>764</sup>. O mesmo se observou no concelho da Póvoa de Lanhoso; das 16 imagens de culto inventariadas, 10 pertenciam a Manuel José Lopes de Carvalho<sup>765</sup>. Não obstante, na segunda metade do século XVIII, o culto privado toma

<sup>764</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 4138, 1799.

<sup>765</sup> *Idem*, Póvoa de Lanhoso, ct. 9, 1810.

proporções significativas em todos os estratos sociais<sup>766</sup>. Os interiores das habitações transformam-se em espaços de recolhimento, de relação íntima com o sagrado. A adoração ao santo predileto faz-se sempre que necessário, livre de constrangimentos. Todavia, na região do Baixo Minho, as visitas à igreja continuaram a ser preferidas. Vejamos quais as imagens inventariadas, apesar da sua reduzida expressão no conjunto de inventários.

**Tabela 15** - Imagens religiosas avulsas nos inventários orfanológicos (1750-1810)

<b>Cultos</b>	<b>Barcelos</b>	<b>Guimarães</b>	<b>Póvoa de Lanhoso</b>
Culto mariano: (5)			
N <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> do Carmo			1
N <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> da Conceição			2
N <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> das Dores			1
N <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> do Pilar	1		
Culto de Cristo: (14)			
Cristo	3		1
Senhor	2	1	5
Menino Jesus e S. João com seu caixão	1		1
Culto de Santos: (9)			
Santo			1
Santo António			1
São Crispim	2		
São José			2
São Sebastião	1		1
St. <sup>a</sup> Bárbara	1		
<b>Total de imagens</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>16</b>

**Amostra:** Total de casos observados com imagens religiosas: 10/600 (1,6%); total de imagens: 28.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

O barro, o estanho, o latão e o marfim foram as matérias-primas referidas. Desconhecemos a matéria-prima de 68% das imagens, que deveriam ser de madeira.

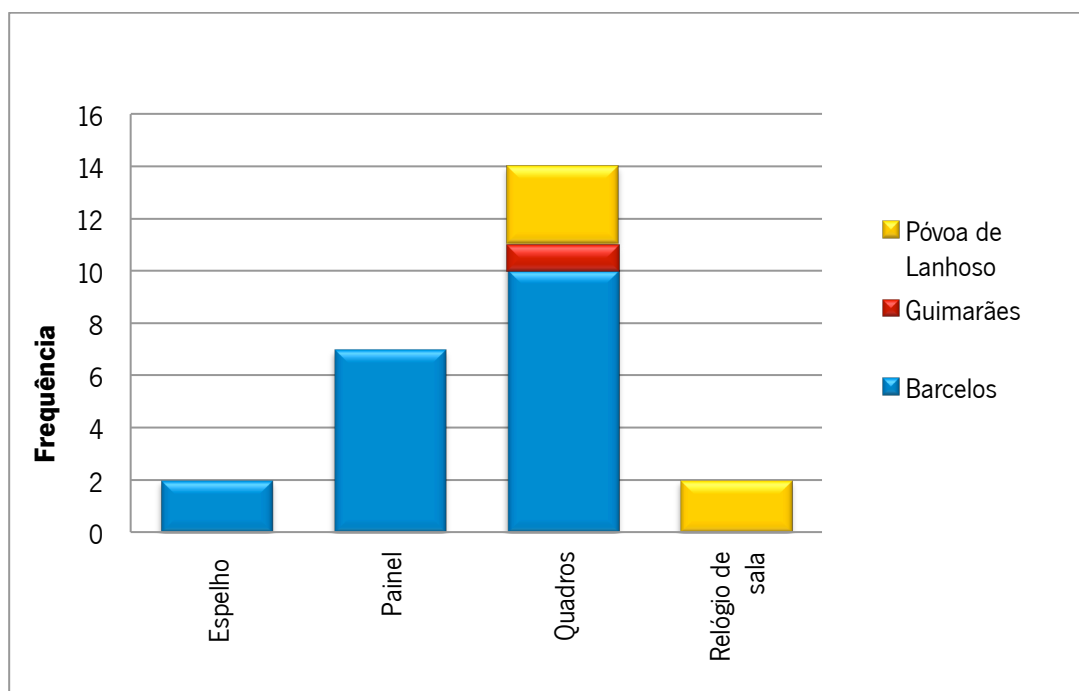
<sup>766</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 217.

A avaliar pelas descrições dos louvados, oratórios e figuras religiosas seriam simples. Não obstante, estes bens de devoção sacralizavam os espaços onde se colocavam e conferiam distinção à casa; ao mesmo tempo, conferiam conforto e privacidade religiosa aos proprietários.

### 1.1.6 Bens de luxo

Dentro do mobiliário sobressaem alguns móveis ou peças que pela sua raridade e utilidade foram designados de bens de luxo. São bens de natureza decorativa ou utilizando a expressão mais corrente, bens de natureza supérflua. Como se deve depreender pelo mobiliário inventariado, nesta região do Baixo Minho, se os bens de devoção foram-no relativamente escassos, os bens de luxo foram ainda mais, apesar de fazerem parte do património de algumas famílias. Vejamos em primeiro lugar a que tipo de bens nos reportamos e sua frequência nos três concelhos em análise.

**Gráfico 8** - Móveis de luxo nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Amostra:** Total das peças: 25.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Quando pensamos nesta tipologia de bens, associamo-la ao consumo privado que, na segunda metade do século XVIII, já se fazia sentir com grande pujança em várias regiões da Europa e em Portugal. As casas da região do Baixo Minho continuavam no entanto muito alheadas destas tendências. Espelhos ou relógios só excepcionalmente foram inventariados. No que respeita aos primeiros só dois agregados do concelho de Barcelos o inventariaram, um de sala e outro pequeno. Pela estimativa do valor que lhes foi atribuída (espelho de sala, 200 reis; espelho pequeno, 40 reis), adquirir um espelho não seria algo inatingível. Na Lisboa setecentista os espelhos estavam fortemente enraizados, tornando-se um recurso de peculiar importância nesta região urbana, à semelhança de outros centros europeus, como Paris<sup>767</sup>. O Baixo Minho, partindo dos inventários orfanológicos, estava longe de se assemelhar a estas duas. A presença reduzida de espelhos na nossa documentação está associada à sua fraca difusão no quotidiano minhoto.

Mais do que o espelho, o relógio de sala constituía um bem de luxo. A sala era o espaço preferencial das peças de maior valor decorativo: a sala é a “dependência mais importante da casa, de natureza fundamentalmente cerimonial, relacionada com certas celebrações, designadamente a visita pascal, a velada fúnebre, e também certos acontecimentos festivos; ela situa-se por isso geralmente à entrada e é a divisão onde a preocupação decorativa e os elementos de luxo assumem maior relevo”. No século XIX assistimos à difusão do relógio alto de pé nas casas minhotas<sup>768</sup>. Contudo, tal como no caso dos espelhos, só dispomos de dois exemplares, ambos com sua caixa, avaliados em 6.400 reis cada<sup>769</sup>. Os painéis e os quadros foram integrados nos bens de luxo graças à sua função decorativa. Nos painéis inventariados é clara a hegemonia das representações religiosas. Temos apenas uma ocorrência no concelho de Guimarães com a representação de Nossa Senhora da Lapa; os restantes não referem a iconografia. O valor estimado dos painéis e dos quadros nunca ultrapassou os 120 reis.

---

<sup>767</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 228.

<sup>768</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *ob. cit.*, vol. I, s/d, pp. 146-149.

<sup>769</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, cts. 3123, 1803; 1220, 1808.

## 2. A MATÉRIA-PRIMA NA DEFINIÇÃO DA HIERARQUIA DOS OBJETOS

A matéria-prima, independentemente do objeto, define valores e por vezes, dá informações sobre o estatuto dos indivíduos. Com os Descobrimentos a diversidade de matérias-primas aumentou significativamente. Se até então o mobiliário era unicamente fabricado com madeiras nacionais, com a expansão assistimos à importação de madeiras, as quais pela sua raridade e características não vão ser acessíveis a todos os estratos da sociedade. Como advertiu Micheline Baulant, no período moderno existia um forte contraste entre o leque de possibilidades e a escolha da matéria-prima. Esta última dependia do potencial económico dos compradores<sup>770</sup>. Daí que as madeiras nacionais continuassem a ser as mais utilizadas, mesmo nas famílias mais abastadas da nossa região. A madeira de castanho impõe-se no fabrico de móveis, nas alfaia, sobretudo, nos utensílios de armazenamento como as cubas, dornas, salgadeiras etc.

**Tabela 16** - Matérias-primas dos móveis nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810)

<b>Matéria-prima</b>	<b>Descanso</b>	<b>Devoção</b>	<b>Guarda</b>	<b>Luxo</b>	<b>Repouso</b>	<b>Utilidade</b>
Barro	-	6	1	-	-	-
Cerejeira ou cerdeira <sup>771</sup>	-	-	3	-	3	-
Carvalho	10	-	76	-	2	4
Castanho	219	3	1489	1	89	83
Castanho e pinho	19	-	49	-	1	6
Carvalho e pinho	-	-	4	-	-	-
Couro	29	-	1	-	-	-
Estanho	-	1	-	-	-	-
Freixo	-	-	-	-	1	-
Latão	-	1	-	1	-	-
Marfim	-	2	2	-	-	-
Nogueira	2	-	-	-	-	-

<sup>770</sup> Micheline Baulant, "Âge du fer ou âge du chêne. Les matériaux des objets quotidiens en Brie aux XVIIe et XVIIIe siècles", in M. Baulant, A. J. Schuurman, P. Servais (eds.), *Inventaires après-décès et ventes de meubles: apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*, Louvain-la-Neuve, Academia, 1988b, pp. 44-45.

<sup>771</sup> Cerdeira - o mesmo que cerejeira. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 487.

(continuação da tabela 16)

Matéria-prima	Descanso	Devoção	Guarda	Luxo	Repouso	Utilidade
Pau	54	1	3	-	6	1
Pau de pereira	-	2	-	-	9	25
Pau-preto	-	-	2	-	-	-

**Amostra:** Total dos casos observados: 2643/4705 (56%).

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

A madeira de castanho constitui naturalmente o grande volume de ocorrências. Esta árvore de grande porte era muito abundante no interior e norte de Portugal. Nos bens de raiz inventariados foi significativa a presença de castanheiros, aproveitados na alimentação ou no fabrico de móveis de interior, na carpintaria, na escultura, na arte sacra, no suporte da talha dourada e no mobiliário pintado<sup>772</sup>. Como observámos ao longo das páginas anteriores, a madeira de castanho foi a mais utilizada em todas os móveis, independentemente da sua tipologia.

As madeiras nacionais reinaram mesmo nos patrimónios mais abastados, destacando-se nestes inventários a madeira de carvalho<sup>773</sup>. A madeira de nogueira, madeira nobre, tal como os importados, vinhático ou pau-preto, só excecionalmente foram inventariadas.

A percentagem de móveis sem referência à matéria-prima foi muito significativa (44%). Segundo Micheline Baulant a superioridade de certas matérias-primas podia determinar que quando estas eram empregues em objetos de menor importância ou num estado de degradação significativo, os interessados optassem por não as inventariar de forma precisa, referindo apenas a tipologia do objeto, ocultando a sua matéria-prima de modo a que esta não se banalizasse e entrasse num processo de deflação<sup>774</sup>. Poderá haver ainda uma outra explicação. Teriam os louvados e os avaliadores conhecimentos suficientes dos ofícios que produziam estes objetos – madeireiros, marceneiros, carpinteiros – para procederem de forma correta à sua avaliação? Tal como já referimos no capítulo I, o louvado devia ser “uma pessoa inteligente e de boa

<sup>772</sup> Pedro Costa Pinto, *ob. cit.*, 2005, p. 121.

<sup>773</sup> Até aos finais do século XVII, a madeira de carvalho foi a madeira mais utilizada na marcenaria sendo preterida a partir deste período pela madeira de castanho. De certa forma, a partir do momento que deixa de ser uma madeira vulgar adquire maior importância. *Idem*, p. 120.

<sup>774</sup> Micheline Baulant, *ob. cit.*, 1988b, pp. 43-44.

conveniência”, embora a lei exigisse que a avaliação fosse feita a “justo e competente preço, tudo com clareza e distinção”<sup>775</sup>. Todavia, a escassa descrição dos objetos e, a padronização dos valores pecuniários atribuídos, levam-nos a concluir que a avaliação não era feita com o cuidado que se impunha.

Relativamente ao estado de conservação, repetimos apenas que no mobiliário, esta variável não foi tão relevante na avaliação como na roupa de casa e no vestuário. A raridade ou o difícil acesso a madeiras importadas, como o jacarandá, ou a madeiras menos vulgares como a nogueira, cerejeira ou o carvalho, aumentavam o valor do mobiliário, particularmente em relação aos móveis de castanho ou de pinho. Para além da matéria-prima, a avaliação foi determinada pelo talhe da madeira, pela combinação da madeira com outras matérias-primas como têxteis, couro e, também pelo volume.

O Baixo Minho, no que concerne ao mobiliário, mais que em qualquer outra área do património móvel, caracteriza-se por um retardamento na introdução de novas peças. De certo modo, o mobiliário existente estava em conformidade com as modestas casas desta região e com as tradições ancestrais. Apesar de, no período em questão, se assistir na Europa à multiplicação de armários, cómodas, armários com gavetas, cantoneiras, estantes, roupeiros, móveis que possibilitavam uma arrumação ordenada e especializada tendo em conta a sua função, no Baixo Minho, os referidos móveis fizeram excecionalmente parte do quotidiano de certos agregados domésticos<sup>776</sup>.

No entanto, a simplicidade do mobiliário não se fez sentir apenas nas zonas mais interiores de Portugal mas também foi uma característica da Europa rural. Suzanne Tardieu designou de “mobiliário tradicional” o que encontrou no seu estudo sobre as regiões rurais francesas. Segundo a mesma autora, a designação adotada baseou-se em dois critérios. Por um lado, sublinha que até ao século XVIII, nas casas modestas das regiões rurais, os móveis eram raros e pouco diversificados, caracterizando-se por uma “simplicidade funcional que vai até à pobreza”; por outro lado, os indivíduos dispunham do mobiliário tendo em conta o seu estilo de vida e a sociedade onde estão inseridos, neste caso agrícola e estratificada<sup>777</sup>. Neste contexto rural, tal como no caso concreto do Baixo Minho, a “abertura é comedida, progressiva”, tanto

---

<sup>775</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 907, 1804.

<sup>776</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 219.

<sup>777</sup> Designação adotada por Suzanne Tardieu para classificar o mobiliário rural francês. Suzanne Tardieu, *Le mobilier rural traditionnel français*, Paris, Aubier-Flammarion, 1976, pp. 10-11.



nos comportamentos como nos objetos<sup>778</sup>. Além disso, importa sublinhar que nas famílias mais modestas, o principal apanágio do mobiliário não era melhorar as suas condições de vida, mas responder às necessidades básicas do quotidiano - trabalho, repouso, sono e preparação dos alimentos - e só num plano secundário é que estariam a convivência e o conforto<sup>779</sup>. É dentro deste contexto humilde que inserimos e classificámos o mobiliário presente na maioria dos inventários orfanológicos das regiões em análise. Não obstante, nas famílias mais abastadas, de lavradores ricos ou “honrados”, que ocupavam geralmente os principais cargos nas aldeias e nas pequenas vilas, os interiores das casas patenteavam o seu estatuto, mostrando a sua condição social assim como o seu desafogo económico. Contudo, não é possível equiparar o mobiliário destas famílias e muito menos o das famílias menos abastadas ao das grandes casas nobres e do estrato do meio, ligadas a outros setores económicos que não o primário. Por outro lado, importa referir que nos meios rurais só excecionalmente se encontraria um marceneiro conhecedor dos modelos usados nos principais centros urbanos, contribuindo para o retardamento das novidades<sup>780</sup>. Por último, devemos sublinhar que na região minhota a posse de terra e de casa afirmaram-se como constituintes principais dos seus patrimónios, relegando para um plano secundário o património móvel, do qual fazia parte o recheio da casa. O mobiliário do minhoto, “caráter austero, sóbrio, rude e pobre”, estava geralmente alheio aos “prazeres e bens materiais”<sup>781</sup>. O mobiliário dos nossos inventariados era em suma, um mobiliário “feito pelo povo e para o povo”<sup>782</sup>.

### 3. UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS

Muito embora na Idade Moderna assistamos à difusão e multiplicação de louça e talheres, à introdução de utensílios resultante dos novos consumos e à substituição da madeira e do estanho pelo vidro, faiança e barro, os inventários orfanológicos analisados mostram a pobreza das cozinhas minhotas e a lentidão da introdução de novos hábitos de consumo na região<sup>783</sup>.

---

<sup>778</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 191.

<sup>779</sup> *Idem*, p. 192.

<sup>780</sup> Carlos da Silva Lopes, *ob. cit.*, 2004, p. 227.

<sup>781</sup> Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, *ob. cit.*, vol. I, s/d, p. 142.

<sup>782</sup> *Idem*, p. 167.

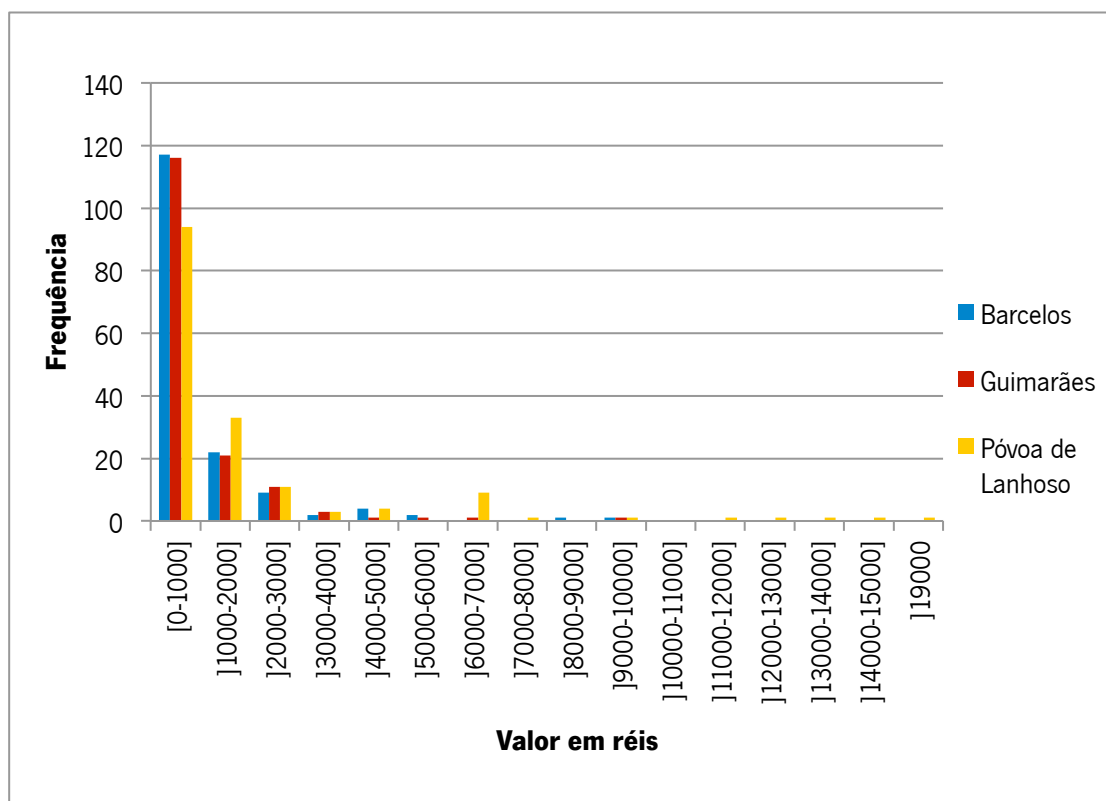
<sup>783</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 214.

Esta análise será sustentada, uma vez mais, apenas nos inventários orfanológicos, visto que nos testamentos não há referência aos utensílios domésticos.

As cozinhas dos inventariados do Baixo Minho, entre 1750 e 1810, eram na sua maioria pobres; pouco dotadas de utensílios quer para cozinhar quer para comer. Não obstante, alguns inventários revelaram, nitidamente, a aquisição de novos hábitos, tais como a presença do açucareiro, do bule, da chocolateira e do serviço de chá.

Os utensílios de cozinha não tiveram grande expressão nos patrimónios dos nossos inventariados, nem em frequência nem em valor económico. Procedemos ao somatório do acervo dos utensílios domésticos que cada inventário comportava e os valores obtidos reforçaram a premissa que, no Baixo Minho, o interior das habitações não captava o interesse dos seus proprietários; o sentimento de posse, como temos vindo a realçar ao longo do nosso trabalho, estava essencialmente ligado à terra e à casa. Esta última era vista como pilar de identificação familiar e geracional e o âmagio das estruturas de apoio às principais atividades económicas da região: a agricultura e criação de gado. Porém, os utensílios domésticos são também indicadores de civilidade, de higiene e de sociabilidade. Ora, perante as nossas amostras tudo isto foi posto em causa. O grosso das famílias inventariadas investiu muito pouco em utensílios domésticos. Observemos os dados do gráfico n.º 9.

**Gráfico 9** - Avaliação monetária dos utensílios domésticos nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Amostra:** Total de casos observados com dos utensílios domésticos: 474.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Nos três concelhos o património em utensílios domésticos foi modesto para 70% das famílias, não excedendo os 1.000 reis. Dentro deste grupo, a média centrou-se nos 500 reis, valor, por exemplo, de uma simples maceira com os seus aparelhos do forno (pá, rapadoura e ferrelha). Como iremos ver, de facto, parte destes 70% de inventários tinham, apenas, uma maceira ou salgadeira. Os restantes 30% distribuem-se sobretudo entre os 1.000 e 2.000 reis. Todavia, observa-se que alguns inventários registaram valores muito significativos, destacando-se também nesta categoria os inventários do concelho da Póvoa de Lanhoso. Que tipo de utensílios atingiu as quantias de 16 ou 19.000 reis? Quem eram os seus proprietários? Trataremos de expor apenas um caso:

O inventário com um montante de 19.120 reis em utensílios domésticos pertencia ao fidalgo Manuel de Sousa Machado, grande proprietário, detentor de um património riquíssimo que foi avaliado em 6.212.690 reis. Do seu espólio de utensílios faziam parte para além de

caldeiras em cobre, trempes, sertãs, almofariz<sup>784</sup>, tachos, maceira com seus aparelhos do forno, gomis, bacias, espetos, uma chocolateira e 60 pratos de estanho; os talheres (12 facas, 12 garfos, 12 colheres e uma sopeira) eram todos de prata. O número de talheres e de pratos, não colmatavam apenas as necessidades do casal, visto que da união havia apenas uma filha, Dona Maria Custódia de 12 anos<sup>785</sup>. Tudo leva a crer que o espaço doméstico e privado desta família seria palco de uma sociabilidade intensa, de cariz aristocrático.

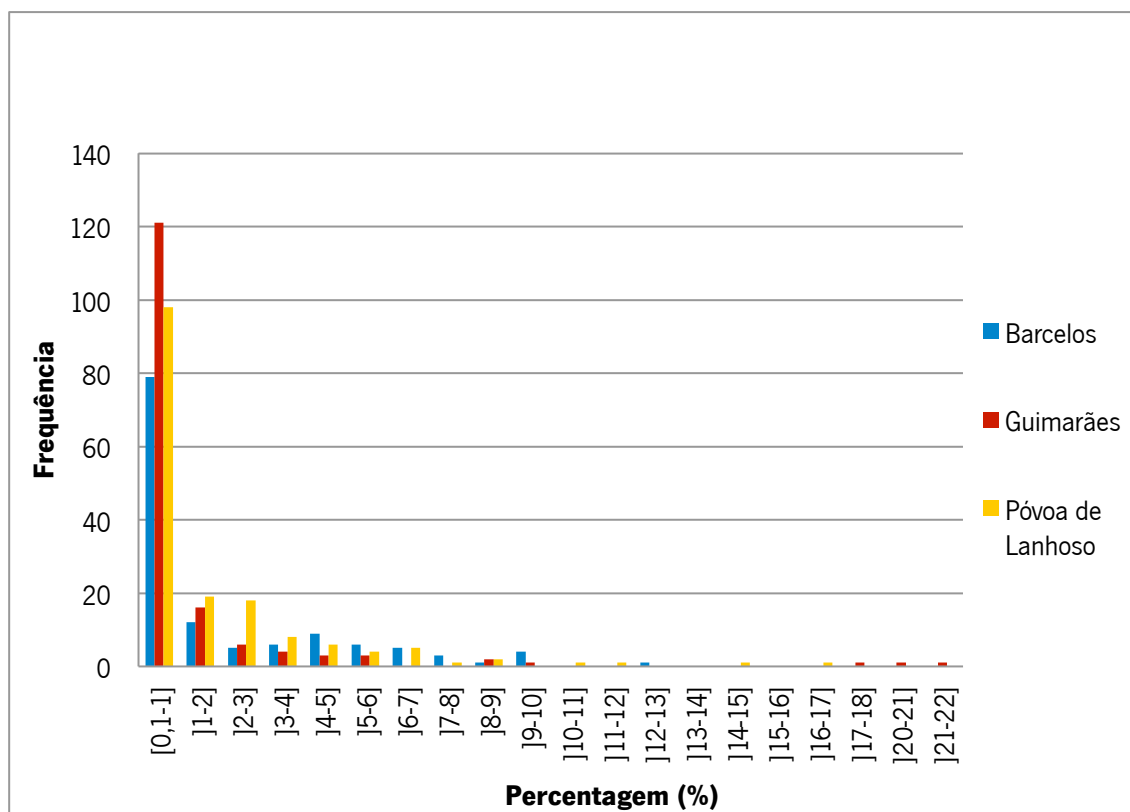
Parece-nos interessante assinalar que o universo dos utensílios inventariados, à exceção de uma pequena parcela, está adscrito aos hábitos de civilidade, à mesa. Os utensílios domésticos que compunham os espólios retratam perfeitamente o ambiente rural da região e, também a lentidão da introdução de novos comportamentos de civilidade e consumo. De entre todas as tipologias de bens móveis analisados, os utensílios domésticos foram a categoria onde é mais perceptível o exíguo investimento por parte da maioria dos agregados domésticos. Como tal, no acervo dos bens inventariados, os utensílios domésticos constituíam uma ínfima parte do património dos inventários orfanológicos. Para o comprovarmos, centrámos a nossa análise em duas variáveis, o valor total dos utensílios domésticos e o valor total do património. De seguida, tendo em conta os resultados obtidos, constituímos classes percentuais com intervalos de 1%. Os resultados atestam que os utensílios domésticos tinham muito pouco peso no património dos inventários orfanológicos do Baixo Minho. Vejamos:

---

<sup>784</sup> Almofariz - recipiente que se utiliza para pisar vários ingredientes. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. I, 1712-1728, p. 274.

<sup>785</sup> O mobiliário desta família é, tal como nesta categoria da cultura material, um forte indicador de práticas de sociabilidade, sobretudo se tivermos em conta as 20 cadeiras que possuía, avaliadas em 20.000 reis. ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 287, 1794.

**Gráfico 10** - Valor percentual dos utensílios domésticos no património (1750-1810)



**Amostra:** Total de casos observados com utensílios domésticos: 458.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

O gráfico 10 mostra que o valor dos utensílios domésticos da maioria dos inventários não ultrapassou 1% do valor total do património de cada agregado nos três concelhos em análise, sobretudo, nos inventários do concelho de Guimarães. Na verdade, 63% do universo dos utensílios inventariados concentraram-se nesta classe. Podemos observar que estes 63% dizem respeito, sobretudo, aos patrimónios mais ricos e medianos, visto que estes na generalidade não registaram valores significativos em utensílios domésticos mas, de igual modo, incluem os patrimónios de valor reduzido. Contudo, atesta-se que, quanto maior é a percentagem dos utensílios domésticos menor era o valor total dos patrimónios. Isto não significa que estejamos perante grandes espólios, pelo contrário. Parte destes inventários possuíam apenas utensílios para a confeção do pão ou para a salga da carne. Note-se, que estes inventários onde o valor dos utensílios atingiram maior percentagem não registaram bens de raiz e os valores das restantes áreas da cultura material móvel foram muito reduzidos.

Dos utensílios domésticos fazem parte todos os instrumentos usados na cozinha para a preparação dos alimentos, tais como caldeiras; as trempes onde se colocavam os tachos, as panelas, as sertãs e os potes; as maceiras, fundamentais na preparação do pão ou da broa, as gamelas usadas também para amassar o pão, as pás, as rapaduras e as ferrelhas, designados estes três últimos utensílios nos inventários de “aparelhos do forno”; as salgadeiras, onde se conservavam as carnes de porco para serem utilizadas nas refeições festivas<sup>786</sup>. E ainda, utensílios para comer e beber, tais como pratos, malgas, canecas, garrafas, copos, talheres, etc. Porém, a sua frequência foi a segunda peça em importância numérica. Para além destes utensílios, também fazem parte deste conjunto os utensílios de iluminação, nomeadamente as candeias.

Do universo inventariado (600), 76,3% dos inventários registaram utensílios domésticos. Porém, ainda que este número pareça importante, não é significativo, na medida em que 51% da amostra (458) não tinha louça, talheres ou panelas.

**Tabela 17** - Maceiras, salgadeiras e tachos de frigar nos inventários orfanológicos (1750-1810)

<b>Concelho</b>	Frequência de inventários	Inventários só c/ maceiras	%	Inventário só c/ salgadeiras	%	Inventários só c/ tacho de frigar	%	Inventários c/ maceira + salgadeira	%	Inventários c/ maceira + tacho de frigar	%	Total	%
<b>Barcelos</b>	146	58	39,7	11	7,5	0	0	15	10,2	0	0	84	57,4
<b>Guimarães</b>	161	40	24,8	2	1,2	13	8,07	2	1,2	38	23,6	95	58,9
<b>P. Lanhoso</b>	151	42	27,8	0	0	2	1,3	2	1,3	9	5,9	55	36,3

**Amostra:** Total de casos observados com utensílios domésticos: 458/600 (76,3%).

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

A tabela 17 mostra que, independentemente do tipo de utensílios domésticos, 23,7% dos inventários orfanológicos do Baixo Minho não integrou no seu património utensílios de cozinha.

<sup>786</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 217.

Confrontamo-nos novamente com as mesmas questões. De que se serviam para preparar as suas refeições? Como comiam? Com os dedos? A ideia de limpeza à mesa impôs o uso de novos utensílios de mesa individualizados: pratos, copos, talheres. Por conseguinte, o uso dos dedos foi sendo cada vez mais reprovável ao longo da Idade Moderna assim como o hábito de se servirem do prato comum diretamente para a boca<sup>787</sup>. Apesar da civilidade à mesa se afirmar como uma imposição aos estratos sociais mais abastados, na verdade, no período moderno era ainda comum comer com os dedos, sobretudo nos grupos mais desfavorecidos. Os talheres eram raros; só no século XIX é que as zonas rurais passaram definitivamente a adoptá-los. Não obstante, estes 23,7% até podiam comer com os dedos mas precisavam de recipientes para fabricar as refeições: panelas, tachos, etc. Relativamente à louça da cozinha, a sua ausência deve-se, em parte, ao facto de ser fabricada com matérias-primas perecíveis: faianças, vidros e barro. É possível que parte da louça da cozinha não tenha subsistido. Contudo, o mesmo não se pode dizer dos utensílios em cobre, latão e ferro, como era o caso das panelas, tachos, trempes, talheres, etc. O facto de estarmos perante uma sociedade em que o paradigma era a reutilização, usar ao máximo todas as coisas, quando o estado de degradação era tal, visível sobretudo nos utensílios de cozinha que estavam sujeitos ao fogo, deixavam de ter importância económica para os herdeiros e, por isso, deixava de fazer sentido englobá-los no património.

Numa segunda leitura, a tabela 17 demonstra a supremacia de determinados utensílios de cozinha ligados à preparação do pão ou da broa (a maceira), à conservação da carne (a salgadeira) e, de forma mais particular no concelho de Guimarães, à fritura dos alimentos. A frequência da maceira nos três concelhos atesta a importância do pão na dieta alimentar. Por outro lado, parece-nos que a salga da carne do porco era mais corrente no concelho de Barcelos. E, por último, o rol de tachos de frigar nos inventários vimaranenses sugere que o modo de preparação das refeições se baseava na fritura dos alimentos.

O total da frequência de utensílios domésticos foi relativamente significativo devido sobretudo à presença das maceiras e dos pratos. Quase todos os agregados domésticos possuíam uma maceira com os seus aparelhos do forno, registando-se apenas uma pequena percentagem de inventários que não a registou (concelho de Barcelos, 13,9%; Guimarães, 14,1%; e Póvoa de Lanhoso, 28,4%, que é um valor já mais significativo). Curiosamente, os inventários do concelho da Póvoa de Lanhoso foram os que apresentaram valores percentuais

---

<sup>787</sup> Jean-Louis Flandrin, "A distinção pelo gosto", in Philippe Ariès, Georges Duby (eds.), Roger Chartier (dir.), *História da vida privada*, vol. III - Do Renascimento ao século das Luzes, Armando Luís de Carvalho Homem (trad.), Porto, Afrontamento, 1990, pp. 267-268.

superiores em utensílios domésticos. Além disso, alguns inventários deste concelho arrolaram utensílios que sugerem hábitos mais requintados, nomeadamente a presença de chocolateiras, serviço de chá, bule e açucareiro. Relativamente aos pratos, apesar da sua forte frequência (402), não foram muitos os inventários que os arrolaram, destacando-se uma vez mais o concelho da Póvoa de Lanhoso com 206 pratos distribuídos por 23 inventários. Destes destaca-se o inventário do já citado Manuel de Sousa Machado, que possuía 60 pratos grandes em estanho, avaliados em 6.200 reis<sup>788</sup>. No concelho de Barcelos foram inventariados 137 pratos distribuídos por 25 inventários e, no concelho de Guimarães 59 pratos distribuídos por 10 inventários. Como realça Daniel Roche “os materiais de que são feitos estes utensílios são reflexo da hierarquia social”, destacando-se a faiança, o estanho, o cobre e por último, a prata<sup>789</sup>.

A maioria dos pratos inventariados nos três concelhos era de estanho<sup>790</sup>. Como podemos observar, no Baixo Minho as tendências que sopravam da Europa também tardavam a entrar em relação aos utensílios domésticos, nomeadamente no que concerne à substituição do estanho por outras matérias-primas. No entanto, houve pratos de louça mais requintada ou de louça nacional, de que são exemplo os dois pratos de louça de Viana que pertenciam a João Carvalho de Araújo, lavrador, da freguesia de São Martinho de Águas Santas, avaliados em 300 reis cada; e ainda os seis pratos, também de louça de Viana, que pertenciam a Dona Vicência Inácia Vieira de Brito, da freguesia de São Miguel de Taide, avaliados em 200 reis cada<sup>791</sup>. Para além da louça de Viana, há ainda referência a pratos de barro grosso, de louça branca, de “fábrica” e ainda a pratos de louça fina da Índia. No concelho de Guimarães, foram inventariados pratos de louça de Talavera<sup>792</sup>.

Tal como no nosso caso de estudo, também Maria Armanda Ribeiro verificou a predominância do barro grosso e da louça branca nos inventários de Vila de Conde<sup>793</sup>. Antónia da Silva Mota analisou inventários *post-mortem* da capitania do Maranhão, e, tal como na nossa amostra, encontrou espólios nos quais foram registadas louças com a designação de “fábrica”, que, segundo a autora, foram fabricados em pequenas manufaturas portuguesas<sup>794</sup>. O facto de contarmos com um número reduzido de inventários pertencentes a estratos sociais mais

---

<sup>788</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 287, 1794.

<sup>789</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 270.

<sup>790</sup> Estanho – metal branco leve e fácil de fundir. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. III, 1712-1728, p. 309.

<sup>791</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, cts. 16, 1808; 1220, 1808.

<sup>792</sup> Louça de Talavera – louça importada da região de Talavera, Castela.

<sup>793</sup> Maria Armanda Ribeiro, *Trabalho e quotidiano numa vila do litoral. Vila do Conde no século XVIII*, vol. I, Tese de mestrado, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2002, p. 132.

<sup>794</sup> Antónia da Silva Mota, “Cultura material nos inventários *post mortem* da capitania do Maranhão”, 2005, pp.1-4. Disponível em <http://anpuh.org/anais/?p=17862>.



elevados justifica a pouca frequência com que se encontram arroladas as peças de louça fina da Índia, importantes indicadores de distinção social.

O prato, segundo Daniel Roche, chega ao campo no século XIX. No período precedente só excepcionalmente existe nas casas ricas<sup>795</sup>. No Baixo Minho, a maior frequência de inventários com pratos foram do final do século XVIII e início do século XIX. O inventário com registo mais tardio a pratos foi de 1766, do escrivão José Fernandes Noronha, da freguesia de Oliveira, Póvoa de Lanhoso<sup>796</sup>. Querera isto dizer que, afinal o Baixo Minho evidenciava um relativo “progresso” no comer à mesa? Os próprios materiais empregues atestam o referido. Se compararmos a louça dos nossos inventários com os da Alemanha rural referidos por Braudel, percebe-se que, ao contrário destes últimos onde os pratos de pau se mantiveram até ao século XIX, no Baixo Minho não aparecem nos registos<sup>797</sup>.

Travessas e terrinas não fizeram parte dos inventários dos concelhos em análise. A comida seria servida em pratos grandes ou em pratos fundos, dos quais dispomos de algumas referências, ou em panelas e ainda em bacias. O vinho era servido em malgas e raras vezes em copos; as canecas e as garrafas só excepcionalmente foram inventariadas. Mas vejamos a frequência do conjunto dos utensílios de domésticos.

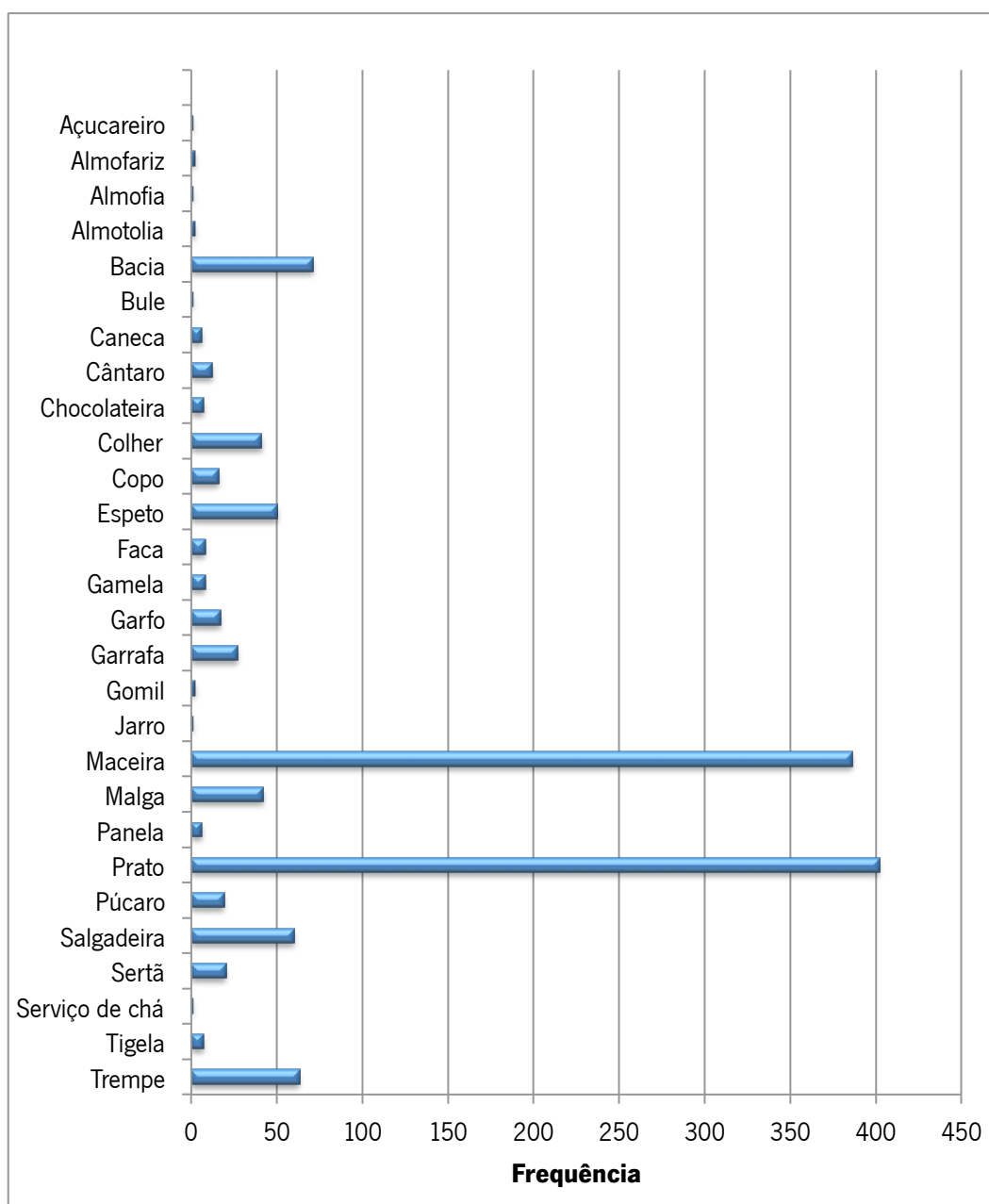
---

<sup>795</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 270.

<sup>796</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2708, 1766.

<sup>797</sup> Fernand Braudel, *ob. cit.*, vol. I, 1992, p. 173.

**Gráfico 11** - Utensílios domésticos nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Amostra:** Total de peças: 1318.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

O gráfico 11 mostra a pouca frequência da maioria dos utensílios de cozinha, à exceção das já referidas maceiras e pratos; por outro lado, demonstra que os utensílios de cozinha se reduziam a poucos tipos. Como salienta Daniel Roche, partindo dos inventários dos camponeses de Brie, de Touraine e da Bretanha, a maioria das famílias, sobretudo as zonas rurais e dos

estratos inferiores, cozinham e comiam nos mesmos utensílios<sup>798</sup>. A panela era colocada na mesa e dela se serviam. Ou então, como refere Alda Maria Lourão Filipe, o “ comer era colocado em bacias, onde todos picavam”<sup>799</sup>.

Nos inventários orfanológicos dos concelhos em análise não foram inventariados utensílios específicos que pudessem assegurar as necessidades de higiene do corpo, tais como urinóis, bispotes, cuspideiras, lavatórios, bacias de mãos ou de pés, etc. Nas zonas urbanas e rurais, as necessidades fisiológicas durante o dia eram satisfeitas ao ar livre, no campo ou em qualquer outro espaço; à noite, as habitações estariam dotadas de bacias para esse efeito<sup>800</sup>. Muito embora, na segunda metade do século XVIII, as bacias especializadas para determinados fins fossem comuns, nomeadamente bacias de pés, de mãos, de cama, de barba, etc., na nossa amostra foram inventariadas de forma indiferenciada, à exceção de duas bacias de cozinha, de barro fino, que pertenciam ao padre Anacleto José do Rego<sup>801</sup>. Sem mais referências não conseguimos saber se seriam utensílios para a higiene do corpo ou utensílios de apoio à cozinha. Consideramos no entanto que neste conjunto estariam bacias de funções distintas. O latão foi a matéria-prima mais utilizada, seguindo-se o estanho e por último a louça branca. Os valores atribuídos foram muito díspares, desde 120 a 700 reis. Fernanda Olival apresenta uma relação da produção de objetos de higiene da Real Fábrica da Louça do Rato, Lisboa, entre 1769 e 1799, na qual se observa que 98,7% correspondem à produção de bacias indiferenciadas e apenas 1,3% à produção de bacias especializadas<sup>802</sup>.

Segue-se em frequência a trempe de ferro com 63 referências no total, distribuídas por 55 inventários (13 inventários no concelho de Barcelos, 27 no concelho de Guimarães e 15 no concelho da Póvoa de Lanhoso).

A salgadeira, apesar da sua importância, uma vez que se destinava à conservação da carne de porco, não fez parte do património de muitos agregados domésticos. De facto, todos os demais utensílios domésticos foram muito pouco frequentes. Mesmo os utensílios básicos, como as caldeiras, os espetos e os tachos, foram insignificantes no acervo dos inventários. Outros, como a almotolia<sup>803</sup>, o almofariz, a almofia<sup>804</sup>, o púcaro<sup>805</sup>, a sertã<sup>806</sup>, o pote, a tigela, só raras vezes

---

<sup>798</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 33.

<sup>799</sup> Alda Maria Lourão Filipe, *Comunidades rurais do interior do distrito de Coimbra na segunda metade do século XVIII. Um itinerário económico e social*, Coimbra, Governo Civil de Coimbra, 1990, p. 33.

<sup>800</sup> Fernanda Olival, *ob. cit.*, 2011, p. 264.

<sup>801</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 4138, 1799.

<sup>802</sup> Fernanda Olival, *ob. cit.*, 2011, p. 264.

<sup>803</sup> Almotolia - recipiente para o azeite. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. I, 1712-1728, p. 276.

<sup>804</sup> Almofia - vaso grande de barro vidrado ou de estanho. *Idem*, vol. I, 1712-1728, p. 274.

foram inventariados. Garrafas e copos *idem*, à exceção de Manuel José Lopes de Carvalho, mercador, que possuía 18 garrafas de vidro de quartilho e meio, avaliadas no total em 540 reis<sup>807</sup>. No total foram inventariadas 27 garrafas, somente no concelho da Póvoa de Lanhoso e 16 copos (11 no concelho de Barcelos, dois em Guimarães e três em Póvoa de Lanhoso). No concelho de Barcelos, para além do vidro, foram registados três copos e duas canecas de louça fina que pertenciam a Maria Josefa Pereira, da freguesia de Midões, avaliados no total em 600 reis<sup>808</sup>. O valor monetário das garrafas foi definido sobretudo pela medida de capacidade, tendo sido inventariadas garrafas de quartilho e meio, oito canadas e meio almude. De salientar que a louça de vidro e louça fina, as mais tardias, datam da última década do século XVIII.

Tal como nas regiões estudadas por Daniel Roche, dos utensílios de mesa destaca-se, sem dúvida, o uso da colher com 41 ocorrências<sup>809</sup>. O uso da colher, como refere Fernand Braudel, generalizou-se no século XVI<sup>810</sup>. Todavia, ainda na segunda metade do século XVIII, no Baixo Minho, não estava verdadeiramente enraizada nos hábitos da população. As colheres inventariadas distribuíram-se apenas por 26 inventários (cinco do concelho de Barcelos, nove em Guimarães e 12 no concelho da Póvoa de Lanhoso). A faca raras vezes foi inventariada, assim como o garfo. Este último, apesar de se assistir à sua difusão a partir do século XVI na Itália e em algumas regiões da Europa, como a Inglaterra, só se generalizou na segunda metade do século XVIII (1750)<sup>811</sup>; no Baixo Minho, como podemos constatar pelos inventários orfanológicos, o seu uso ter-se-ia generalizado mais tarde, século XIX. Tendo em conta a frequência destes utensílios domésticos, conclui-se que, de facto, neste período comer com talher era ainda privilégio de alguns; era com os dedos que a maioria da população comia, sobretudo nas zonas rurais. No entanto, como refere Andreia Durães - muito embora se refira ao século XVII -, o reduzido número de garfos, sobretudo nas grandes casas, era “compensado com o hábito do «lava-mãos», com o gomil e bacia”<sup>812</sup>. Não obstante, relativamente ao gomil foram registados somente dois no concelho da Póvoa de Lanhoso. Ora, parece-nos que seriam sobretudo as bacias utilizadas para esse fim.

---

<sup>805</sup> Púcaro – vaso em forma de taça que serve para beber. *Idem*, vol. VI, 1712-1728, p. 818.

<sup>806</sup> Sertã - frigideira de ferro que se utiliza para fritar o peixe. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 670.

<sup>807</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 9, 1810.

<sup>808</sup> *Idem*, Barcelos, ct. 4051, 1794.

<sup>809</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 271.

<sup>810</sup> Fernand Braudel, *ob. cit.*, vol. I, 1992, p. 173.

<sup>811</sup> *Idem*, p. 174.

<sup>812</sup> Andreia Durães, “Luxo e vida privada: o exemplo da pragmática de 1609”, in Isabel dos Guimarães Sá, Margarida Durães (eds.), *Boletim Informativo do Núcleo de Estudos de População e Sociedade*, Série II, n.º 1, 2007, p. 29.

Nos utensílios de mesa devemos incluir ainda a prataria da casa. Considerados bens de luxo, uma vez que ultrapassam a simples função do uso, ou seja, afirmam-se como peças de natureza excecional que visavam sobretudo a ostentação e não o uso diário. A prataria da casa tem uma presença reduzida nos inventários das três amostras. Apenas 5% dos inventários com ouro e prata inventariou esta tipologia de peças (três inventários no concelho de Barcelos, um em Guimarães e sete no concelho da Póvoa de Lanhoso). Garfos, facas, colheres, terrinas e castiçais foram as peças inventariadas. Apesar de Gonçalves de Vasconcelos e Sousa sublinhar que ao longo do século XVIII o serviço de mesa sofreu profundas mudanças resultantes dos novos hábitos sociais e alimentares, no quotidiano minhoto esses comportamentos tardaram a fazer parte do *modus vivendi* incluindo o dos *lavradores honrados*<sup>813</sup>. Não obstante, partindo da avaliação destas peças nos inventários, é claro o seu valor económico e simbólico na cultura material do Baixo Minho. Deste modo, considerámos pertinente apresentar alguns exemplos. D. Teresa Maria Ataíde de Araújo possuía um faqueiro de pau-preto “guarnecido de veludo com uma gaveta com 12 colheres de prata, outra de garfos e outra de facas” no valor de 50.000 reis<sup>814</sup>. O inventário de Manuel José Lopes de Carvalho, já citado, incluía quatro castiçais, uma terrina e um prato, no valor de 45.200 reis; uma taça de prata, de 10.400 reis; um faqueiro de prata no valor de 68.337 reis; meio faqueiro, avaliado em 38.400 reis e três garfos e três facas de prata, no valor de 6.400 reis. Estes foram os inventários mais ricos em prataria de casa, tendo os demais apenas garfos, colheres e facas avulsos.

No século XVIII, a multiplicação dos utensílios de mesa de que nos fala Jean-Louis Flandrin para o século XVII, era ainda inexistente nas pequenas vilas e aldeias do Portugal rural, mesmo entre a elite local<sup>815</sup>. Os abastados procuravam a todo o custo seguir as regras de civilidade à mesa que passava pela aquisição e multiplicação dos utensílios de mesa; os pobres dificilmente tinham acesso a estes instrumentos.

A civilidade à mesa foi conquistando cada vez mais espaço nos estratos superiores e intermédios, exigindo um controlo do indivíduo em relação ao corpo e também, como diz Jacques Revel, “uma dupla tecnologia da postura geral e do consumo”<sup>816</sup>. De facto, a Europa

---

<sup>813</sup> Gonçalves de Vasconcelos e Sousa, *A ourivesaria da prata em Portugal e os mesteres portuenses. História da sociabilidade (1750-1810)*, Porto, Editora, 2004, p. 104.

<sup>814</sup> Dona Teresa Maria Ataíde de Araújo, casada, da freguesia de São Miguel de Taíde, Póvoa de Lanhoso. ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 1218, 1774.

<sup>815</sup> Jean-Louis Flandrin, *ob. cit.*, vol. III, 1990, p. 268.

<sup>816</sup> Jacques Revel, “As práticas de civilidade”, in Philippe Ariès, Georges Duby (eds.), Roger Chartier, *História da vida privada*, vol. III - Do Renascimento ao século das Luzes, Armando Luís de Carvalho Homem (trad.), Porto, Afrontamento, 1990, p. 185.

Moderna assistiu à multiplicação dos utensílios e, por consequência, à individualização do ato de comer, à especialização das funções alimentares. No entanto, no Baixo Minho assim como no resto do país, esta especialização estava ainda muito pouco enraizada.

Todavia, a presença de um açucareiro, um bule, sete chocolateiras e um serviço de chá remetem-nos para consumos de luxo para a época e para a região em questão. O açucareiro inventariado pertencia a Dona Margarida Josefa que, para além do açucareiro possuía um bule, único nos três concelhos e uma chocolateira<sup>817</sup>. A presença destas três peças indicia o consumo de três produtos exóticos: o açúcar, o chocolate e o chá. A fraca frequência quer do açucareiro como do bule e da chocolateira, atesta a difusão tardia e limitada destes produtos. O serviço de chá, de louça de Viana, avaliado em 2.000 reis pertencia a Dona Vicência Inácia Vieira de Brito, já citada<sup>818</sup>. Quer uma, quer outra inventariada eram senhoras fidalgas.

O consumo do chá só se torna vulgar na Europa no segundo quartel do século XVIII e a sua difusão não foi fácil<sup>819</sup>. Como realça Braudel “foi preciso importar as folhas, os bules, as chávenas de porcelana, depois o gosto por esta bebida exótica que os Europeus conheceram primeiro na Índia, onde o uso do chá era vulgar”<sup>820</sup>. A presença quase nula de utensílios ligados ao chá, nos inventários do Baixo Minho, demonstra que o acesso a produtos exóticos continuava a ser privilégio de uma reduzida parcela da sociedade. Por isso, possuir um serviço de chá, mesmo de louça nacional, era de facto sinónimo de distinção.

O mesmo se conclui relativamente à chocolateira. Muito embora não fosse de valor avultado (em média 200 reis), a chocolateira indica novos hábitos alimentares, de influência ultramarina. O chocolate era considerado tanto um remédio, como um alimento. Nos finais do século XVIII, o chocolate teve um enorme êxito. Contudo, era comum dizer-se em Paris que “os Grandes tomam algumas vezes, os velhos com frequência, o povo nunca”<sup>821</sup>. No Baixo Minho, os que possuíam chocolateiras pertenciam a famílias de nível socioprofissional superior: padres, grandes lavradores e mercadores.

As cozinhas dos nossos inventariados eram maioritariamente pobres; na maior parte dos casos nem o mínimo de utensílios domésticos possuíam. Porém, alguns inventários destacaram-se não pela quantidade de utensílios domésticos mas pela presença de peças que refletiam hábitos de sociabilidade e de distinção social. Os utensílios exóticos assim como os utensílios de

---

<sup>817</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 3122, 1786.

<sup>818</sup> *Idem*, ct. 1220, 1808.

<sup>819</sup> Fernand Braudel, *ob. cit.*, vol. I, 1992, p. 215.

<sup>820</sup> *Idem*, p. 214.

<sup>821</sup> *Idem*, pp. 213-214.

mesa demarcaram-se dos utensílios comuns, como a maceira, a caldeira, o espeto etc., estes associados sobretudo à rudeza da vida do campo e à perpetuação dos velhos hábitos alimentares. Se o *século das luzes* foi um século de aquisição de novos comportamentos, de imposição de regras de civilidade em que o saber estar à mesa e a higiene se alargavam a estratos inferiores da sociedade, na verdade, as zonas rurais, sobretudo as que se encontravam nas zonas periféricas, como o Baixo Minho, continuaram a ser dominadas pelos hábitos ancestrais.

## **CAPÍTULO VII - ROUPA DE USO DOMÉSTICO**



## 1. A ROUPA DE CASA: O ENXOVAL E A ARCA/TIPOLOGIA<sup>822</sup>

A roupa doméstica (roupa de cama, mesa e decorativa) afirma-se como um auxiliar silencioso de visualização da cultura material<sup>823</sup>. No entanto, é necessário identificar as características que conferiam significado às peças de roupa de casa no Antigo Regime e, em particular, entre as gentes do Baixo Minho.

A qualidade do tecido define o preço que, em geral, está relacionado diretamente com o valor e, por consequência, o uso corrente ou excecional das peças. Deste modo, procuraremos abordar a capacidade de aquisição de roupa de casa por parte dos nossos inventariados, assim como as mudanças ou, persistências de gosto. Muito embora saibamos que as “modas” no Baixo Minho não se alteraram com rapidez, fruto de uma cultura arreigada às tradições, a documentação da época demonstra que apesar de lenta e tardiamente, as gentes do Baixo Minho também foram adotando novos hábitos. Não obstante, procuraremos identificar os tecidos mais consumidos nos diferentes concelhos do nosso estudo (Guimarães, Póvoa de Lanhoso e Barcelos); observar a contração ou aumento do “consumo” destes bens, assim como as variações dos valores ao longo do período cronológico abordado (1750-1810) e qual o peso destes bens no património familiar. Em suma, pretende-se descobrir as mudanças verificadas no consumo da roupa de casa na região do Baixo Minho ao longo da segunda metade de setecentos e primeira década de oitocentos. Deste modo, analisaremos a presença de roupa de casa nos inventários orfanológicos, uma vez que nas escrituras testamentárias as referências eram pontuais, com a ressalva de que os inventários só nos fornecem informações referentes ao *stock* existente num determinado momento e não à circulação desses bens. Porém, as informações relativas ao estado dos objetos permitem-nos conhecer o ritmo da sua reposição e deixam entrever algumas dinâmicas de consumo<sup>824</sup>. Muito embora consideremos de peculiar relevância a observação das dissemelhanças entre as realidades urbana e rural dos diferentes concelhos, esta análise revelou-se impossível visto que o grosso dos nossos inventários orfanológicos pertence ao espaço rural.

---

<sup>822</sup> Parte deste estudo foi abordado no nosso artigo “Pano com que me visto, pano com que me deito. O uso dos têxteis no mundo rural (noroeste de Portugal, 1750-1810)”, in Juan Manuel Bartolomé Bartolomé, Máximo García Fernández (dirs.), *Apariencias contrastadas: contraste de apariencias. Cultura material y consumos de Antiguo Régimen*, León, Universidad de León, 2012, pp. 99-118.

<sup>823</sup> Rosa Maria Dávila Corona, Máximo García Fernández, *El consumo de productos textiles en Valladolid, 1750-1850*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2001, p. 138; E. M. Melo e Castro, *A qualidade dos têxteis*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1984, p. 9.

<sup>824</sup> Rosa Maria Dávila Corona, Máximo García Fernández, *ob. cit.*, 2001, p. 134.

Para estudarmos as mudanças ocorridas ao nível da roupa de casa é necessário estudar peças e tecidos no que respeita à quantidade, qualidade e à variedade<sup>825</sup>.

No Baixo-Minho, a roupa de casa deve ser inserida no chamado “enxoval”. Segundo Rafael Bluteau o enxoval era “toda a roupa branca em folha, para o uso de qualquer mulher que tome o estado”<sup>826</sup>. O enxoval fazia parte do dote que as mulheres ou homens levavam aquando da criação de um novo casal<sup>827</sup>, variando a sua composição, a qualidade das peças e a quantidade consoante as condições económicas da família de origem. O enxoval não se limitava à roupa branca, estendendo-se ao vestuário, aos instrumentos de trabalho feminino - roca, fuso, tear -, aos utensílios de cozinha, à cama, etc. Raffaella Sarti salienta que os enxovais das mulheres da elite florentina do século XVI se limitavam a bens relacionados com o corpo e com a alma. Mas, para a mesma região, nas famílias mais modestas, pelo contrário, os enxovais eram constituídos pela roupa de cama (lençóis), uma ou outra toalha, mas também por bens relacionados com o trabalho doméstico e da terra e por géneros alimentares<sup>828</sup>.

Devemos salientar que as raparigas minhotas tinham o cuidado de fazer o seu próprio enxoval<sup>829</sup>. Na maior parte das vezes, eram as próprias que teciam e bordavam as diferentes peças da roupa de casa, que seriam usadas somente quando tomassem o estado de casadas. Mostrar ao noivo e à sua família que eram preñdadas na arte de tecer e bordar afirmava-se como um dever pessoal e familiar<sup>830</sup>. O ato de fiar e tecer estava presente nos diferentes estados matrimoniais da mulher não só do Baixo Minho, mas a uma escala maior, da Europa, uma vez que a rapariga solteira fiava a fim de produzir o seu enxoval e a mulher casada fiava para

---

<sup>825</sup> *Idem*, p. 137.

<sup>826</sup> Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. III, 1712-1728, p. 169.

<sup>827</sup> Não iremos tratar aqui de questões relacionadas com o dote feminino ou masculino, mas referir apenas que podia integrar não só bens móveis como bens imóveis e dinheiro. Nos nossos inventários orfanológicos temos muitas vezes referência aos dotes em dinheiro das mulheres, os quais na maior parte dos casos foram usados para dar de entrada na compra de prazos de terra. O dote era fundamental, visto que servia de andaime para se dar início à construção do património familiar. Se os inventários orfanológicos se afirmaram como um instrumento legal de partilha do património, o dote afirmava-se como uma espécie de herança antecipada. Rui Faria estudou as escrituras dotais de casamento do século XVI da vila de Guimarães aferindo que “o dote desempenhou um papel decisivo como garantia de reprodução social, enquadrando-se num sistema alargado de trocas que aproximava agregados equidistantes”. Rui Faria, “Entre o campo e a cidade: bens móveis e de raiz nos dotes de casamento em Guimarães”, in Isabel dos Guimarães Sá, Máximo García Fernández (dirs.), *Portas adentro: comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 172, 174.

<sup>828</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, pp. 86-87.

<sup>829</sup> Na região de Orthe, o enxoval além de ser preparado com cuidado ao longo de dez anos, aquando do casamento era ritualizado com duas cerimónias: “lou porte-linje”, levar a roupa, e a abertura do armário no quarto nupcial na noite da boda. Marie-Thérèse Larroque, “Le linge de maison dans le trousseaux du Pays d’Orthe au XIX<sup>e</sup> siècle”, *Ethnologie Française*, vol. 16, n.º3, 1986, p. 261.

<sup>830</sup> Tomando ainda como exemplo a região de Orthe, todos os membros da família participavam na preparação do enxoval: o pai plantava os campos de linho e/ou cânhamo e todas as mulheres da casa fiavam. *Idem*, p. 268.

colmatar as necessidades da família ou encher a arca de roupa de casa para ser transmitida às gerações seguintes, que, tal como a terra, fazia parte do património familiar<sup>831</sup>.

À medida que se produzia a roupa de casa ou enxoval as raparigas colocavam-na em caixas ou arcas até ao casamento, aí permanecendo ao longo da sua vida para ser utilizada apenas em momentos considerados importantes. Importa referir, no entanto, que a intergeracionalidade dos bens só era aceitável nos objetos em bom estado. Deste modo, consideramos que somente as peças de maior valor, e portanto de menor uso, como colchas, cobertas, toalhas rendadas, usadas nos momentos de festa, seriam objeto de transição para as gerações seguintes.

Os nossos inventariados não eram, na sua maioria, possuidores de enxovais de luxo: lençóis, mantas, travesseiros, toalhas e guardanapos, eram as peças mais comuns. O linho foi a matéria-prima mais utilizada no Portugal de setecentos. Como salienta Margarida Durães, “eram as mulheres que semeavam o linho, que o colhiam, tratavam, fiavam e teciam e era com o linho que se confeccionavam os lençóis, os travesseiros, as fronhas, as toalhas de mão ou de mesa e os guardanapos, era com o linho que se preparava o enxoval e a roupa de limpeza”<sup>832</sup>.

No século XIX, o algodão tornou-se a matéria-prima mais utilizada nos grandes centros urbanos, como Lisboa. Porém, no mundo rural o linho continuou a ser a matéria-prima privilegiada da roupa de casa<sup>833</sup>.

A posse de roupa de casa extravasava a simples função do “uso”; se em alguns momentos servia para ostentar, em caso de maior necessidade servia para penhorar. Independentemente do seu uso, valor e estado, no fechar do ciclo de vida de um dos cônjuges, a roupa de casa era inventariada como fazendo parte do património familiar e herdada pelos vários herdeiros nas suas legítimas, podendo a sua distribuição respeitar as vontades dos falecidos ainda em vida ou a diferenciação de género<sup>834</sup>.

---

<sup>831</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 319.

<sup>832</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 219; Olanda Barbosa Vilaça, *ob. cit.*, 2012, p. 100.

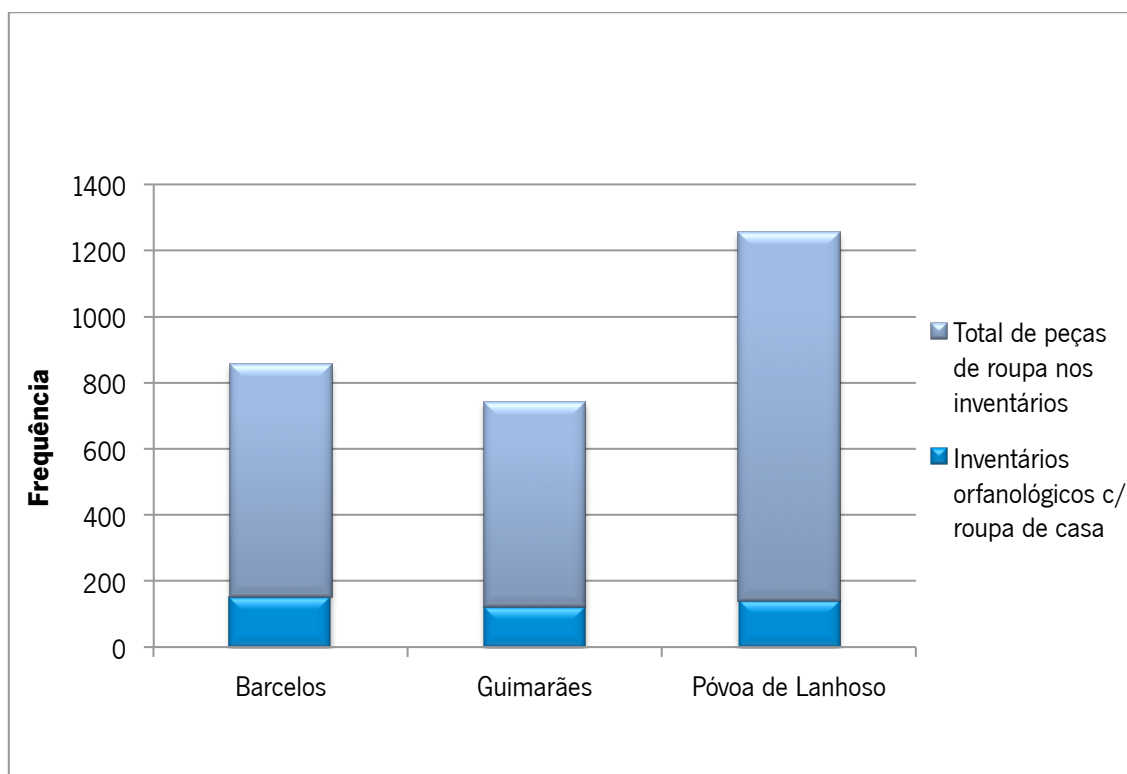
<sup>833</sup> Nuno Luís Madureira, *Lisboa. Luxo e distinção. 1750-1830*, Lisboa, Fragmentos, 1990, p. 75. Nas zonas urbanas de Valladolid o algodão atinge o seu auge na segunda metade do século XVIII e rapidamente se difundiu para as zonas rurais. Esta tendência foi determinada pela descida dos preços do algodão face a outros tecidos, favorecendo a sua preferência. Rosa Maria Dávila Corona, Máximo García Fernández, *ob. cit.*, 2001, p. 148.

<sup>834</sup> Nos testamentos encontrámos sobretudo mulheres (testadoras) a legar as roupas do corpo. As roupas de casa raramente aparecem. Este tipo de roupa era sobretudo legado no dote das raparigas. Estas, ao darem início à construção da nova família deveriam estar munidas do seu enxoval. De acordo com os estudos levados a cabo por Máximo García Fernández e Rosa Maria Dávila Corona, o peso da roupa de casa no enxoval, nunca foi inferior a 2/3 do total do dote feminino e mais acrescentam, em Olmedo-Peñaafiel, chegou mesmo a alcançar ¾ do total. Salientam ainda que, a percentagem deste tipo de bens variou da cidade para o campo. Enquanto no mundo

Tentámos apurar nos diferentes concelhos o número exato de inventários orfanológicos que incluíam roupa de casa.

Veja-se o seguinte gráfico.

**Gráfico 12** - Relação entre a frequência de inventários com roupa de casa e a quantidade de peças (1750-1810)



**Amostra:** Total de casos observados com roupa de casa: 414/600 (69%).

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Como se pode observar, apesar de estarmos perante uma tipologia de bens imprescindível no quotidiano, verificamos que nem todos os agregados domésticos da nossa amostra possuíam roupa de casa. Não teriam as gentes do Baixo Minho necessidade ou capacidade de ter um lençol, uma toalha ou um simples travesseiro? Na nossa perspetiva, a ausência da roupa de casa em 31% de inventários deveu-se à possibilidade destes bens terem transitado diretamente para os herdeiros antes da morte de um dos cônjuges ou até antes de se proceder à feitura do inventário, talvez por comum acordo entre os herdeiros. O estado de usado

---

urbano se denota uma maior preocupação com a aparência externa, no mundo rural *vestir a casa* era muito mais importante. *Idem*, p. 146.

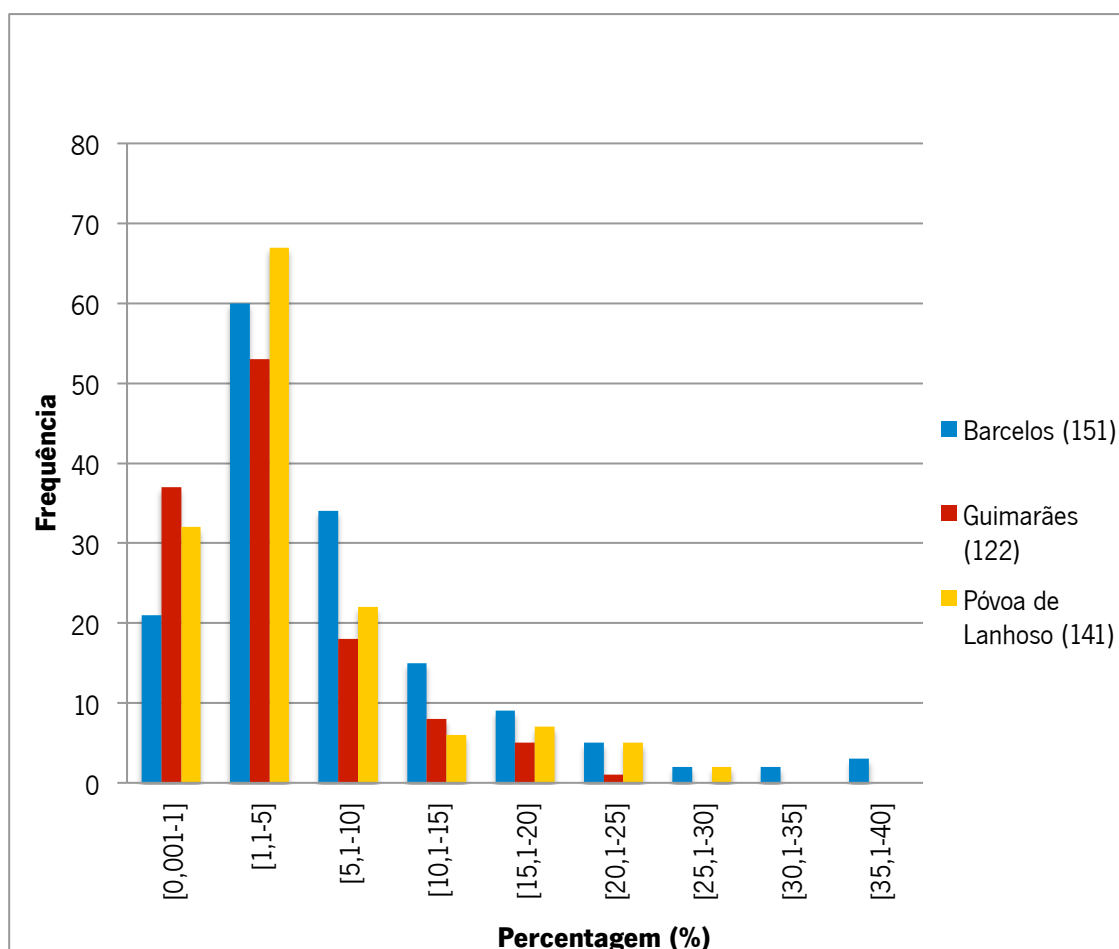
ou velho, assim como o reduzido valor pecuniário das peças, podiam ter determinado a distribuição dos bens pelos herdeiros sem estarem sujeitos à necessidade de registo. E, dependendo dos termos do contrato de casamento, sendo estas peças pertença do dote da mulher, elas poderiam ser levantadas antes de se iniciar o inventário, não fazendo parte do “monte” e da partilha.

O gráfico 12 representa o número total de peças inventariadas, independentemente da tipologia. Embora tenhamos, para as três regiões em estudo, um número relativamente similar de inventários orfanológicos que possuíam no seu património roupa de casa, relativamente ao total das peças o cenário é bastante diferente. Os inventários orfanológicos da Póvoa de Lanhoso, face aos demais concelhos, apresentam maior quantidade de peças de roupa de casa, chegando quase a duplicar face a Barcelos. O que terá determinado esta disparidade? Seriam as famílias da Póvoa de Lanhoso mais propensas ao “consumo” de roupa de casa? Porquê? Os níveis de riqueza seriam mais elevados? Ou qual seria o regime de casamento mais utilizado nesta região?

Por outro lado, não podemos deixar de considerar que estes resultados podem dever-se a um maior rigor na inventariação do património no referido concelho e ainda ao seu valor global, visto que em média os inventários eram mais ricos quando comparados com os processos das restantes regiões estudadas (Barcelos e Guimarães).

Consideramos pertinente conhecer o valor percentual da roupa de casa no património total das famílias da nossa amostra.

**Gráfico 13** - Valor percentual da roupa de casa nos patrimónios (1750-1810)



**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Em todos os concelhos a percentagem mais frequente situa-se entre 1 e 5% do valor do património. No entanto, estes valores não nos dizem se estamos perante patrimónios de valor avultado ou não. Curiosamente, Barcelos tem o maior número de inventários cuja roupa de casa atinge níveis percentuais expressivos. Nos inventários em que o valor da roupa de casa ultrapassou os 20%, ou não se declararam bens de raiz ou estes foram pouco significativos, mas constituem sempre, contudo, situações atípicas<sup>835</sup>. Mas o valor do património tende a ser

<sup>835</sup> Máximo García Fernández no seu estudo sobre a aparência castelhana confirma que nos patrimónios com um valor limite de 50.000 reis, a percentagem do consumo de roupa branca, de vestir e mobiliário (joias) no Antigo Regime foi bastante significativa e à medida que esses valores tendem a diminuir a percentagem desses mesmo bens tende a aumentar, chegando a representar 55% dos patrimónios das famílias. Máximo García Fernández, “Percepciones de la apariencia castellana dentro de España y en Roma. Imagen, cultura material y estilos de vida comparados a finales del Antiguo Régime”. *Cuadernos Dieciochistas*, Salamanca, Ediciones Universidade de

proporcional à percentagem de roupa. Veja-se um exemplo. João António da freguesia de Cossourado, concelho de Barcelos, deixou um património avaliado em 426.127 reis, dos quais 15.200 reis correspondiam à roupa de casa (3,6%). Esta era constituída pelas seguintes peças:

**Tabela 18** - Roupa de casa do inventariado João António<sup>836</sup>

<b>Tipologia</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor em reis</b>
Cobertor bordado	1	3.000
Cortina de damasco	1	1.600
Guardanapos de Guimarães	4	940
Guardanapo adamascado	1	-
Lençol de linho	8	4.200
Manta de burel	3	2.300
Panos de cortina	4	800
Toalha de mesa de linho	2	2.000
Travesseiro	3	360
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>15.200</b>

Algumas destas peças, em tecido adamascado, não eram acessíveis à maior parte da população, só àqueles que possuíam um património semelhante ao de João António, a não ser que estas peças de roupa tivessem sido herdadas ou legadas por outrem e permanecessem de forma simbólica no património das famílias. Apesar da roupa de casa se afirmar como um símbolo de distinção social, não nos parece que as famílias investissem as suas economias em cobertas adamascadas ou cortinas quando tudo o resto devia faltar. Deste modo, voltamos a

Salamanca, n.º 9, 2008, p. 131. Rosa Maria Dávila Corona, Máximo García Fernández verificaram que nos dotes femininos de Valladolid entre 1750-1850 o enxoval doméstico passava de 100% nas zonas rurais para 42,4% nas zonas urbanas. *Ob. cit.*, 2001, pp. 142, 146.

<sup>836</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3757, 1777.

afirmar que muita da roupa de casa permanecia, muitas vezes, praticamente intacta dentro das caixas ou arcas até à geração seguinte.

Observamos que algumas peças foram inventariadas com um valor reduzido como, por exemplo, toalhas avaliadas em 60 reis, lençóis em 200 reis, etc. Mas o contrário também aconteceu, ou seja, a existência de peças de valor muito elevado, como é o caso de uma coberta de damasco e lã avaliada em 6.000 reis. Isto para dizer que nem sempre a quantidade da roupa de casa é sinónimo de capacidade económica. Não obstante, a presença de peças em tecidos de origem estrangeira como, por exemplo, sedas da Índia, “vенеza”<sup>837</sup>, “segóvia”, lã castelhana, só deviam ser acessíveis a famílias com níveis de riqueza elevados.

**Tabela 19** - Roupa de casa do inventariado Lourenço da Costa<sup>838</sup>

Tipologia	Quantidade	Valor em reis
Almofadinha	4	400
Cobertor	4	2.400
Coberta de damasco e lã	1	6.000
Coberta de seda da Índia	1	4.000
Enxergão de estopa	6	5.000
Fronha	4	650
Guardanapo de linho	43	8.120
Lençol de linho	19	25.000
Lençol de estopa	5	6.000
Lenço	16	4.800
Manta	1	600
Toalha de mesa	18	22.620
Travesseiro	10	3.600
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>89.190</b>

<sup>837</sup> “Veneza” - tecido de algodão de origem italiana. Rosa Maria Dávila Corona, Montserrat Duran Pujol, Máximo García Fernández, *Diccionario histórico de telas y tejidos Castellano-Catalán*, Salamanca, Junta de Castilla y León, 2004, p. 202

<sup>838</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, ct. C-7-1-2, 1806.



Veja-se o exemplo de Lourenço da Costa, da freguesia de São Miguel de Creixomil, que talvez fosse prestamista, uma vez que detinha um montante significativo de dívidas ativas fora da sua área geográfica. O valor total do seu património foi avaliado em 4.904.078 reis, dos quais apenas 2,8% correspondiam ao valor da roupa de casa. Apesar de ser uma percentagem reduzida, estes 2,8% equivaliam no entanto a 89.190 reis. Se compararmos com o custo de uma leira, de um touro ou de qualquer outro bem, podemos concluir que Lourenço da Costa pertencia a uma família que atribuía grande significado à roupa de casa. Muitas destas peças deviam fazer parte do enxoval de sua mulher, Inês Maria, embora a presença de certos tecidos e a quantidade avultada de certas peças nos leve a crer que grande parte da roupa de casa tenha sido adquirida ao longo da sua vida conjugal.

As toalhas, lençóis, travesseiros não se marcavam pela simplicidade; folhos, rendas, frosos e demais ornamentos transformavam-nas em peças sumptuosas no contexto de um património rural. As toalhas, embora tenham sido inventariadas em separado dos guardanapos, à exceção de uma, que foi inventariada como formando um conjunto, toalha com 12 guardanapos, demonstram que as boas maneiras, o saber estar à mesa, fazia parte dos comportamentos desta família. Lourenço da Costa e sua mulher, Inês Maria, tiveram apenas duas filhas. Ao tempo do inventário, uma era solteira e outra falecida, embora tenha deixado oito filhos menores.

Apresentámos dois exemplos, João António e Lourenço da Costa. Muito embora com patrimónios distintos, talvez também atribuíssem significados diferentes à roupa de casa. Se para uns a roupa de casa tinha uma função utilitária, para outros tinha um significado simbólico e social, uma vez que contribuía para a construção de hierarquias sociais.

Nos três concelhos, à exceção de um ou outro caso atípico, a posse de roupa de casa foi proporcional ao património; se traçarmos uma média, a roupa de casa correspondia a 10% do património das famílias. De referir que nas últimas décadas de setecentos (1780) os patrimónios dos nossos inventariados tendem a ser cada vez mais ricos, sobretudo em Guimarães e Póvoa de Lanhoso, com o valor da roupa a aumentar de forma proporcional.

O peso de roupa de casa nos patrimónios, face aos demais bens móveis, não era irrelevante, embora na maior parte dos casos fosse ultrapassado pelos valores dos utensílios de ofício, na medida em que estes eram determinantes para a sobrevivência das famílias.

Muito embora tenhamos quantidades desiguais de peças de roupa de casa nas regiões em análise, havia uma preferência por determinadas peças, bem como pela matéria-prima em que eram fabricadas.

Lençóis, mantas, guardanapos, travesseiros e toalhas de mesa foram as peças mais inventariadas nos três concelhos. Verifica-se, em particular a partir de 1780, a tendência para investir no leito e na mesa, tornando-os mais asseados. O fluxo de peças de roupa doméstica aumentou até 1810 acompanhando a já referida propensão para o aumento dos patrimónios. Tal incremento também se sentiu nas regiões de Valladolid e, sobretudo, Olmedo e Peñafiel ao longo da segunda metade do século XVIII, acelerando-se no primeiro quartel do século XIX. Segundo Rosa Maria Dávila Corona e Máximo García Fernández “no se trataba solamente de um deseo de comodidad e higiene, mas também, de símbolo de status que comprometia a toda la família a partir de la agregación de numerosas piezas de una mayor o menor calidad”<sup>839</sup>. Não podemos esquecer a tendência que se vivia na Europa no que concerne às relações de sociabilidade, voltadas cada vez mais para a esfera privada que se fazia sentir, mesmo numa região rural, como é o caso.

Nos concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso ao longo do nosso período de observação não houve grandes mudanças de gosto no que respeita à roupa de casa, porque não se assiste à introdução de novas peças no quotidiano. Contudo, não podemos deixar de referir uma ou outra exceção. Na viragem de setecentos para oitocentos assistimos ao aparecimento do guarda pé, embora de forma pontual. As descrições desta peça são bastante parcas, mas deveria servir para aquecer os pés<sup>840</sup>. Outra peça curiosa, diferenciada em relação à toalha de água às mãos e aos guardanapos, foi o pano de mãos. Este surge já na década de cinquenta de setecentos no concelho de Barcelos e, posteriormente, na década de oitenta nos três concelhos. A sua funcionalidade estaria associada ao ato de cozinhar e não ao ato de comer.

Nos três concelhos verificou-se uma exígua frequência de peças de roupa decorativa: cortinas (Barcelos, 9 ocorrências; e 2 em Guimarães,) e tapetes (um na Póvoa de Lanhoso). O mesmo se observou no que respeita às toalhas de batismo (duas em Barcelos). Face à elevada natalidade e à religiosidade da região, as toalhas de batismo deveriam ser indispensáveis. Seriam substituídas pelas toalhas de água às mãos ou toalhas de mesa de uma vara quando

---

<sup>839</sup> Rosa Maria Dávila Corona, Máximo García Fernández, *ob. cit.*, 2001, pp. 147-148.

<sup>840</sup> O guarda pé era a peça clássica mais característica do vestido feminino externo, que ao longo do século XVIII foi desaparecendo. *Idem*, p. 152.

novas ou em bom estado? Ou eram legadas aos descendentes quando deixavam de ser necessárias?

Abordaremos seguidamente a roupa de casa com mais detalhe, mas devemos desde já salientar que existia uma grande diversidade de peças de roupa nos inventários orfanológicos do Baixo Minho<sup>841</sup>.

A roupa de casa, como já referimos, fazia parte do enxoval. Na arca, a rapariga minhota ia guardando as peças geralmente produzidas por ela própria, consideradas importantes para dar início à construção de uma nova família. Compreende-se, desta forma, que os tecidos mais utilizados no enxoval fossem o linho, a estopa e o burel, sendo o primeiro, sem dúvida, o tecido mais utilizado ao longo de todo o nosso período. No entanto, tecidos como sedas e “venezas”, entre outros, foram também utilizados em colchas, cobertas e nas toalhas de mesa.

A roupa de casa evidenciava o grupo social a que pertencia o seu possuidor. A título de exemplo, embora do período anterior mas não menos importante para o nosso estudo, a Pragmática de 1609 posicionou a roupa de casa como “o segundo elemento polarizador de investimento” de produtos de luxo<sup>842</sup>.

### **1.1 Roupa de cama**

Partindo do geral para o particular começamos pela análise de cada uma das peças que deviam compor uma cama. Como refere Jorge Fonseca<sup>843</sup>, a colchoaria era colocada sobre os leitos, catres ou em estruturas ainda mais simples como quatro tábuas, sendo a primeira constituída por enxergões e colchões. Os enxergões, segundo a nossa amostra, eram de linhaça, estopa ou de estopa grossa (material ainda mais grosseiro que a estopa, algo semelhante ao burel<sup>844</sup>). No entanto, a presença do enxergão nos inventários não foi tão significativa quanto se esperava.

---

<sup>841</sup> Em apêndice (tabela 4) segue a tipologia da roupa de casa ordenada cronologicamente.

<sup>842</sup> Andreia Durães, *ob. cit.*, 2007, p. 26.

<sup>843</sup> Jorge Fonseca, “O interior doméstico em Montemor-o-Novo no século XVII”. *Almansi: Revista de Cultura*, 1.ª Série, n.º 9, 1991, p. 168.

<sup>844</sup> Pano de lã, grosso e áspero, utilizado pelos lavradores e criados na confeção de cobertas de camas. Os nobres utilizavam o burel para o colocar entre as roupas de cama. Geralmente de cor escura, parda, castanha ou preta, sendo muito utilizado para a confeção de roupas de luto. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 209; António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 413.

Se no período medieval a ausência de colchão era sinónimo de pobreza, o mesmo se poderá dizer para a segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX<sup>845</sup>. Embora se assista a uma proliferação de catres, leitos ou camas nas famílias mais abastadas, nem sempre se inventariam enxergões ou colchões. Não se exclui a possibilidade de os louvados os incluírem na avaliação do mobiliário de repouso, assumindo-os como um conjunto<sup>846</sup>.

**Tabela 20** - Distribuição de enxergões/inventário (1750-1810)

N.º de enxergões	Barcelos	Guimarães	Póvoa de Lanhoso
1	21	16	18
2	4	3	5
3	8	0	4
4	2	0	3
5	0	0	1
6	0	1	1

**Fontes:** ADB, AMAP “Judicial Antigo”.

Observa-se que há uma maior frequência de enxergões nos inventários de Barcelos e Póvoa de Lanhoso. A primeira com 61 enxergões em 42 inventários e a segunda com 63 enxergões em 34 inventários; a grande maioria dos agregados familiares possuía apenas um enxergão.

Alguns inventários da Póvoa de Lanhoso destacaram-se na posse de enxergões, como é o caso do inventário de Maria Teresa, de Fontarcada, com 6 enxergões avaliados em 1.000 reis cada. O inventariante seu marido, Manuel do Vale, declarou que os franceses aquando das invasões levaram cinco enxergões, para além de lençóis, guardanapos e toalhas. Tendo em

<sup>845</sup> Cf. Maria da Conceição Falcão Ferreira, “Roupas de cama e roupas do corpo nos testamentos de Guimarães (1250-1300)”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, n.º 14, 1997, p. 40. De acordo com Jorge Fonseca, os colchões eram, na maioria, de linho ou estopa e o seu enchimento, geralmente, de lã e por vezes de algodão. Jorge Fonseca, *ob. cit.*, 1991, p. 168.

<sup>846</sup> Olanda Barbosa Vilaça, *ob. cit.*, 2012, p. 101.

conta o valor da avaliação, os enxergões inventariados deveriam ser de muito boa qualidade, talvez sendo essa a razão de terem sido objeto de furto por parte dos franceses<sup>847</sup>.

Em Guimarães, temos apenas 27 enxergões distribuídos por 20 inventários. Tal como nos restantes concelhos, existe apenas um enxergão por casa, destacando-se neste panorama o já referido inventário de Lourenço da Costa, com 6 enxergões de estopa grossa<sup>848</sup>.

A presença de colchões é quase nula, uma vez que no total da nossa amostra encontramos dois para Barcelos (um em lã avaliado em 1.600 reis e outro usado avaliado em 1.200 reis); três para Guimarães (um em lã avaliado em 350 reis e outro sem qualquer referência avaliado em 500 reis) e na Póvoa de Lanhoso foram inventariados ao todo quatro colchões (um de estopa, em bom estado, avaliado em 1.600 reis; dois sem referência quanto ao estado e matéria-prima, avaliados em 600 reis cada; e um usado avaliado em 2.000 reis). Os colchões eram peças relativamente caras.

Falemos agora dos lençóis. Uns de linho, de dois ou três panos – ao que se acrescenta as diversas especificações, tais como, “linho grosso”, “fino” e “cheio”<sup>849</sup> – outros de estopa – “grossa” e “delgada” - adornados com “renda”, “franja à roda”, “pegamentos pelo meio”, “pintados”, “entremeios”, “folhos”, “frosos” e/ou “lisos”<sup>850</sup>. É, sem dúvida, a peça da roupa de casa mais inventariada, variando o seu número ou material consoante a riqueza do seu possuidor<sup>851</sup>.

Contudo, nem todos os inventários incluíam lençóis. Do total da amostra com roupa de casa (414 inventários ao todo), 341 inventários fazem referência a esta peça: 112 inventários

---

<sup>847</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 571, 1809. Em Março de 1809 o exército do marechal Soult, depois de ter subido o rio Minho desde a foz até Ourense, dirigiu-se para a fronteira portuguesa, entrando pela região de Chaves com o intuito de conquistar toda esta região até alcançar a cidade do Porto, dando início à 2ª invasão francesa, que se insere na designada Guerra Peninsular. Soult elegeu o eixo de Chaves - Venda Nova - Ruivães - Póvoa de Lanhoso – Braga – Porto, por questões estratégicas (geograficamente mais próximo de Tuy no caso de necessitar de apoio militar). O exército francês na travessia das referidas regiões saqueou e pilhou as populações mas também se deparou com a sua agressividade e resistência. Póvoa de Lanhoso não foi exceção, como se atesta de alguns testemunhos de viúvas inventariantes que alegaram que seus maridos morreram na luta contra os franceses. Vejamos um exemplo: a inventariante Antónia Luísa Fernandes declarou que seu marido, José Carvalho, “morreu na entrada da invasão das tropas francesas quando estes invadiram a freguesia de S. Martinho de Ferreiros”. *Idem*, ct. 294, 1809. Veja-se Alfredo Pereira Taveira, *Estudos históricos sobre a campanha do Marechal Soult em Portugal*, Porto, Deriva, 1898.

<sup>848</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-2, 1794.

<sup>849</sup> Denominações semelhantes foram aplicadas na região de Orthe, França, ao longo do século XIX. Marie-Thérèse Larroque, *ob. cit.*, 1986, p. 263.

<sup>850</sup> Segundo Jorge Fonseca também na região de Montemor-o-Novo, o linho e a estopa foram os materiais mais correntes. Apesar de geograficamente distantes – Baixo Minho e Alentejo (Montemor-o-Novo) - o Portugal de setecentos era relativamente semelhante quanto ao material utilizado na confecção da roupa de uso doméstico. Jorge Fonseca, *ob. cit.*, 1991, p. 169.

<sup>851</sup> Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 1997, p. 36; Olanda Barbosa Vilaça, *ob. cit.*, 2012, pp. 101-102.

em Barcelos (no total 359 lençóis, dos quais 187 em estopa, 145 em linho, quatro de tomentos<sup>852</sup>, um de “segóvia” e 22 lençóis sem referência); 118 inventários na Póvoa de Lanhoso (716 lençóis, dos quais 249 em estopa e 467 de linho); e em Guimarães, 111 inventários com 496 lençóis (223 de estopa, 200 de linho, dois de linhaça, três de “saragoça”, um de chita e 37 sem referência). Mesmo tratando-se da mesma matéria-prima (linho), optámos por tratar separadamente as peças inventariadas com a designação de linho, de estopa e de tomentos, visto que foram designadas e avaliadas pela qualidade do tecido. Muito embora o linho fosse mais utilizado no conjunto da roupa de casa, nos lençóis a estopa atinge valores mais elevados em Barcelos e Guimarães. Dormir com lençóis de estopa ou de tomentos seria muito desagradável e doloroso devido à rudeza do tecido<sup>853</sup>. Em relação à quantidade, deparamo-nos com grandes variações por inventário, que vão de 1 a 36 lençóis.

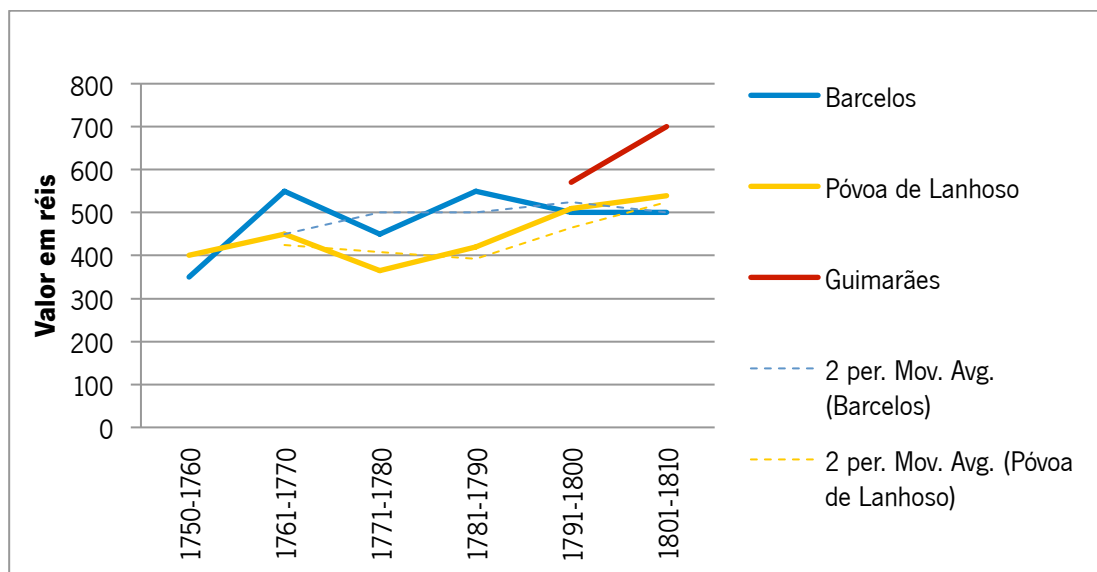
O valor pecuniário atribuído ao lençol não variou de forma significativa ao longo do período em análise, sendo as variações determinadas, sobretudo, pelo estado de conservação, pelo material empregue e pelos adornos. É também necessário não esquecer que as avaliações alteravam-se consoante o louvado, o que, no nosso entender, constituía um dos mais importantes fatores. Apesar de todas as dificuldades, procurámos conhecer a evolução do valor dos lençóis, ao longo do nosso período cronológico, e saber se os seus valores diferiam muito entre os três concelhos. Para tal, tomámos como única variável o estado de usado nos lençóis de linho e estopa sem referência aos adornos.

---

<sup>852</sup> Tomentos – fibra mais áspera do linho, mais grosseira que a estopa. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 32, s/l, Página Editora, s/d, p. 27. Os tomentos são considerados a “última escória do linho”. Frei de Luís de Sousa, *Vida do arcebispo*, 2.ª ed., Lisboa, [s. n.], 1961, p. 105. Do tomento “se faz o panno, a que chamão de liteyro. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VIII, 1712-1728, p. 197.

<sup>853</sup> Na região de Orthe, o lençol de *entremêle*, uma espécie de mistura, era o mais comum quando comparado com o linho. Segunda a autora, não foi possível definir concretamente a natureza da fibra, mas é certo que não provinha do linho. Marie-Thérèse Larroque, *ob. cit.*, 1986, p. 263.

**Gráfico 14** - Evolução do valor do lençol de estopa usado nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

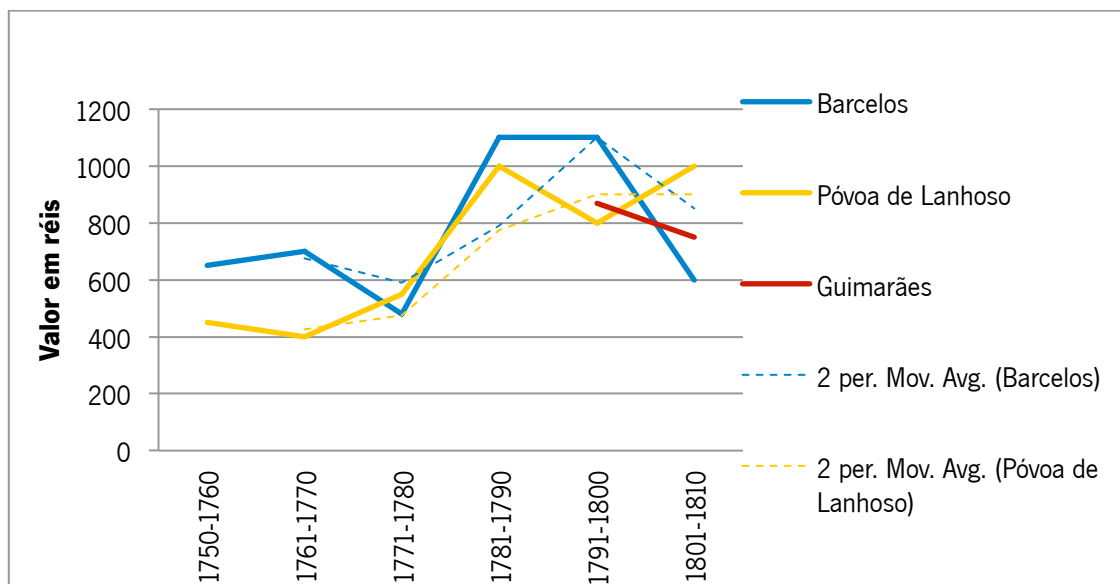
Como utilizámos uma única variável - o lençol usado -, corremos o risco de em alguns períodos não termos valores, como aconteceu para Guimarães nos períodos compreendidos entre 1770 e 1791, pelo que nos centraremos nos restantes concelhos.

Como podemos observar, na segunda metade do século XVIII, o lençol de estopa teve sempre um valor mais elevado em Barcelos quando comparado com os registos da Póvoa de Lanhoso.

Se em Barcelos, a média móvel do valor do lençol de estopa se manteve nos 500 reis ao longo de seis décadas (1750-1810), o mesmo não ocorreu em relação à Póvoa de Lanhoso. Neste concelho, a média móvel situou-se nos 400 reis até aos finais da década de 1790, desvalorizando cerca de 100 reis até finais da primeira década de oitocentos. De qualquer modo, o valor de um lençol em Barcelos era superior em 100 reis na segunda metade do século XVIII. Mas, se olharmos apenas para os últimos vinte anos do nosso período cronológico, em Guimarães um lençol de estopa custava mais 200 reis, ou seja, entre 600 e 700 reis, uma diferença bastante significativa face às outras regiões abordadas. Até que ponto estas

discrepâncias são resultado dos diferentes critérios de avaliação dos distintos louvados? Ou, pelo contrário, correspondem a um aumento do valor da matéria-prima?

**Gráfico 15** - Evolução do lençol de linho usado nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

No que respeita ao lençol de linho, continuamos sem elementos para o concelho de Guimarães, pelo que continuaremos a analisar apenas os de Barcelos e Póvoa de Lanhoso.

Assim como se verifica no lençol de estopa uma evolução linear nos dois concelhos, no lençol de linho denota-se a mesma tendência até à década de oitenta, aumentando progressivamente até aos finais do século XVIII. Nos inventários do concelho de Barcelos assistimos a fortes variações na sua avaliação: até à década de setenta, um lençol de linho usado podia valer 800 reis; na década de oitenta, 500 reis; nos últimos vinte anos, 1.100 reis, e, na primeira década de oitocentos, 600 reis. O mesmo não aconteceu na Póvoa de Lanhoso: até à década de oitenta houve uma evolução positiva, desvalorizando na última década de setecentos e voltando a valorizar na primeira década de oitocentos. Ou seja, um lençol de linho entre 1750-1770 era avaliado em cerca de 400 reis, em 1790, 900 reis, em 1800, 800 reis e em 1810 podia atingir os 1.000 reis.



No que concerne a Guimarães, nos períodos em que é possível estimar o valor do lençol de linho as avaliações foram homogêneas, situando-se nos 800 reis.

Se considerarmos que os louvados acompanhavam os preços dos mercados nas suas avaliações, na segunda metade do século XVIII um lençol de linho ou de estopa, usado, em Barcelos, valia mais do que na Póvoa de Lanhoso. Contudo, devemos insistir que os dados de que dispomos estão sempre dependentes dos critérios subjetivos de avaliação dos distintos louvados.

Cobertor, manta e colcha protegiam do frio e podiam também ser adornados, sempre que a riqueza dos proprietários o permitisse. Colocados sobre os lençóis, completavam o essencial da roupa de cama. Apesar de terem a mesma funcionalidade transmitiam e evidenciavam níveis de riqueza diferenciados<sup>854</sup>, já que um cobertor, segundo Jorge Fonseca, também significava, ao tempo, “colcha sem barra”<sup>855</sup>. Nas regiões consideradas (Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso) a presença do cobertor foi pouco expressiva, destacando-se Barcelos com 51, Guimarães com 32 e Póvoa de Lanhoso com 38.

O material de que eram feitos raras vezes foi mencionado na fonte. As poucas referências que nos foram transmitidas são a lã, pano, castelhano, chita, droguete, felpo, papa<sup>856</sup> e serapilheira. A paleta cromática dos cobertores alternou entre o verde, branco, vermelho, roxo, azul de riscas e riscado<sup>857</sup>. O branco e o vermelho foram as cores predominantes, surgindo as restantes pontualmente. Quanto ao valor do cobertor, os valores são demasiado discrepantes. Vejamos um exemplo: um cobertor de lã em Guimarães e Póvoa de Lanhoso podia variar, segundo os louvados, entre 400 e 3.600 reis. Confecionados com a mesma matéria-prima, o estado do objeto foi talvez a variável que determinou a referida variação.

A presença da manta<sup>858</sup> nos agregados domésticos da nossa amostra atingiu níveis bem mais elevados quando comparada com o cobertor. Nesta peça da roupa de casa, Barcelos supera as demais com 237 mantas; Guimarães com 114 e Póvoa de Lanhoso com 73. Nas três regiões, o burel foi a matéria-prima predominante. Temos uma ou outra manta de baeta, serguilha, de trapos ou ainda castelhana. Há referência a mantas de dois e três panos, o que pode estar associado à largura da cama, de solteiro ou de casal, onde eram utilizadas.

---

<sup>854</sup> Olanda Barbosa Vilaça, *ob. cit.*, 2012, p. 102.

<sup>855</sup> Jorge Fonseca, *ob. cit.*, 1991, p. 169.

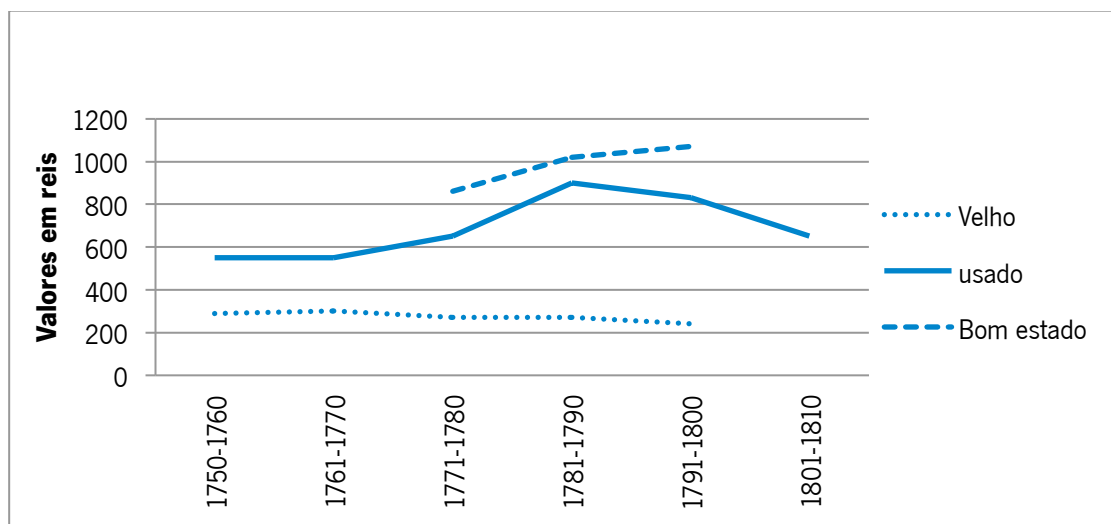
<sup>856</sup> Papa - de lã, felpudos e pesados. *Idem, ibidem*.

<sup>857</sup> Olanda Barbosa Vilaça, *ob. cit.*, 2012, p. 102.

<sup>858</sup> No Portugal de setecentos, manta significava cobertor de lã.

Tal como nas demais peças de roupa de casa, percecionar o custo de uma manta continua a ser um desafio difícil. Os contrastes são imensos; mantas descritas pelos louvados como sendo velhas foram avaliadas pelo mesmo valor de mantas usadas e/ou em bom estado. Esta situação observou-se, sobretudo, em Guimarães e na Póvoa de Lanhoso. Assim sendo, como Barcelos foi o concelho com maior frequência de mantas, considerámos que seria pertinente estimar, nesta região, o valor da avaliação desta peça consoante os diferentes estados de conservação ao longo do nosso período cronológico.

**Gráfico 16** - O valor da manta consoante o estado de conservação - Barcelos



**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Como podemos observar, a manta velha manteve-se na casa dos 250 reis até finais de oitocentos. Esta tendência não se verificou com os demais estados de conservação: usado e bom estado. Isto porque, entre 1750-1770, uma manta usada valia 550 reis, aumentando progressivamente a partir deste período, atingindo 850 reis como valor máximo na década de oitenta. No entanto, a partir deste período assistimos a uma desvalorização e no final da primeira década de oitocentos, uma manta usada só custava 650 reis. Desenha-se um cenário semelhante para a manta em bom estado. Nos inícios da segunda metade do século XVIII o seu

valor rondava os 720 reis, na década de oitenta o valor aumentou progressivamente até aos finais de setecentos, atingindo o valor máximo de 1.070 reis.

No que concerne às diferenças de valor consoante os estados de conservação, foram significativas as disparidades, sobretudo, entre o estado velho e usado. Esta diferença acentuou-se a partir do momento em que assistimos a uma valorização da manta usada, não tendo sido a referida valorização proporcional entre os dois estados de conservação. Nos finais do século XVIII, uma manta usada valia mais 500 reis do que uma manta velha. Relativamente aos estados usado e bom estado, a valorização, grosso modo, foi proporcional ao longo do período em análise.

Cobertas e colchas constituíam as peças mais ricas, acessíveis apenas a uma pequena franja da população. Se o colchão, enxergão, manta, cobertor, lençol, travesseiro constituíam bens essenciais, a colcha ou a coberta eram bens que podemos considerar supérfluos, uma vez que não tinham como primeiro propósito proteger nas noites frias mas adornar a cama e o quarto. Neste sentido, considerámos que a colcha e a coberta constituíam indicadores de riqueza para a região em questão. Embora de natureza privada, podiam ser também bens de ostentação pública, para exibir nos dias de festa. Os espaços da casa comunicavam entre si e não passavam despercebidos aos olhos dos outros; o quarto não constituía exceção<sup>859</sup>. Mas também era sinal de distinção quando se ostentavam as colchas de damasco ou de seda nas varandas e janelas à passagem das procissões.

A presença de cobertas nos inventários, quando comparada com a colcha, foi exígua. Em Barcelos temos apenas uma coberta castelhana branca no valor de 960 reis, pertencente a um carpinteiro que sazonalmente era lavrador, Manuel Alves, da freguesia de Lijó, termo da vila de Barcelos<sup>860</sup>. Encontram-se mais colchas, mas, mesmo assim, com uma frequência muito reduzida; 12 colchas distribuídas por 12 inventários. Em Guimarães temos apenas duas cobertas, de Lourenço da Costa da freguesia de São Miguel de Creixomil, já referido, uma em seda da Índia no valor de 4.000 reis, outra em damasco de lã avaliada em 6.000 reis<sup>861</sup> e mais 15 colchas distribuídas por nove inventários. Na Póvoa de Lanhoso aparecem cinco cobertas em dois proprietários; e 25 colchas, distribuídas por 20 inventários, dos quais destacámos um inventário com 11 colchas no valor de 19.200 reis, quatro de chita, seis de algodão e uma de cabelo e raspa. Identifiquemos o seu proprietário: Manuel José Lopes de Carvalho, da freguesia

---

<sup>859</sup> Olanda Barbosa Vilaça, *ob. cit.*, 2012, p. 103.

<sup>860</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3537, 1759.

<sup>861</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-2, 1806.

de São Bento das Águas Santas, termo da Póvoa de Lanhoso, que falecera no dia 11 de setembro de 1810. O inventário seria aberto a 19 de outubro do mesmo ano. Tinha casado no Rio de Janeiro com Ana Maria Pereira de Araújo, de quem tivera apenas um filho, Francisco. O inventariado fizera testamento, no qual referia um livro de razão, ou seja, trata-se de um homem de negócios, senhor de uma casa rica, com escravas e criadas. Se olharmos para o número de membros da família nuclear de Manuel José Lopes de Carvalho, concluímos que o número de colchas que possuía era superior às necessidades da família. Mas, tratando-se de peças de elevado valor, será que se trataria também de um investimento<sup>862</sup>?

Os materiais utilizados nas colchas e cobertas eram diversificados nas regiões em análise: algodão, burel, cabelo e raspa, castelhana, chita, lã, linho, serapilheira e seda. O valor da coberta ou colcha variava sobretudo em função do tecido. O estado de conservação raras vezes foi referido. Uma coberta podia variar, segundo a nossa amostra, entre 800 reis – de lã – e os 3.200 reis – de seda; uma colcha podia variar entre os 300 – neste caso não vem referido o tecido – e os 7.000 reis de uma colcha de seda “acolchoada com ramos”.

Constatámos que os inventariados que possuíam cobertas e colchas não eram simples rendeiros ou trabalhadores à jorna mas homens de negócios ou grandes lavradores. Adornar a cama com uma colcha ou coberta não era acessível a todos; é plausível que estas peças colaborassem na construção de hierarquias sociais.

Para finalizar não podemos esquecer o travesseiro<sup>863</sup> e a respetiva fronha com o seu forro em tecido<sup>864</sup>. Há referências não só ao travesseiro propriamente dito (uma almofada estreita mas longa, a todo o comprimento da cama, que servia para pousar a cabeça), mas também às suas fronhas ou “camisas”, isto é, ao forro de tecido que os envolvia<sup>865</sup>. O enchimento do travesseiro, é desconhecido na maior parte dos casos, com exceção de uma única referência, em que foi inventariado um travesseiro com “dois alqueires de linhaça no seu interior”<sup>866</sup>.

O material mais utilizado nas fronhas foi o linho. Segue-se a estopa e finalmente manteses (tecido de lã grosseiro), embora uma parte considerável de travesseiros inventariados não refira a matéria-prima. Quanto à avaliação, o travesseiro variava tendo em conta o tecido: de linho entre 120 e 300 reis, de estopa entre 40 e 100 reis; e de manteses, 60 reis. Tanto os

---

<sup>862</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 9, 1810.

<sup>863</sup> “He o modo de cochim, atravessado pelo cabeceira da cama, para descanso da cabeça”. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VIII, 1712-1728, p. 262.

<sup>864</sup> “Panno, que imediatamente encerra a laã do travesseiro”. *Idem*, vol. IV, p. 214.

<sup>865</sup> Jorge Fonseca, *ob. cit.*, 1991, p. 171.

<sup>866</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 366, 1802.

travesseiros como os seus invólucros, no entanto, foram relativamente raros, um elemento que vem confirmar a pobreza da região em termos de bens materiais<sup>867</sup>.

No contexto das roupas domésticas, uma “cama de roupa” designava o conjunto de peças necessárias a revestir um leito<sup>868</sup>. Deveria ser constituída por um colchão ou enxergão; um par de lençóis; uma manta ou cobertor; uma colcha ou coberta; e, finalmente, o travesseiro, fronha ou almofada<sup>869</sup>. Este conjunto de roupa não predominava apenas na região do Baixo Minho, mas como salienta Maria da Conceição Falcão Ferreira, era por norma o “apetrechamento europeu completo”<sup>870</sup>. A cama de roupa ora se pautava pela simplicidade, ora pela magnificência dos lavores e dos tecidos. Claro está que “a riqueza do citado equipamento dependia das capacidades económicas dos seus proprietários e, naturalmente, da pessoa que na casa os iria ocupar ...”<sup>871</sup>. Na ausência de enunciação de “cama de roupa” nos nossos inventários, considerámos as roupas de cama inventariadas como peças soltas. Não obstante, procedemos ao agrupamento das várias peças por forma a constituir o conjunto designado ao tempo por “cama de roupa” conforme a identificação supracitada.

Partindo dos inventários orfanológicos que inventariaram a roupa de casa, podemos verificar que não eram muitos os agregados domésticos que possuíam mais do que uma cama de roupa, no total 16%. Especificando cada uma das regiões: Guimarães 15%; Barcelos 34% e 40% na Póvoa de Lanhoso. Não obstante, o número de peças soltas vai muito para além do verificado.

---

<sup>867</sup> Olanda Barbosa Vilaça, *ob. cit.*, 2012, pp. 103-104.

<sup>868</sup> *Idem*, p. 105.

<sup>869</sup> Raffaella Sarti salienta que, em várias regiões italianas o conjunto era denominado de “cama completa”, constituída por “cama, colchão, lençóis, almofadas e cobertor”. *Ob. cit.*, 2001, p. 88.

<sup>870</sup> Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 1997, p. 37. Veja-se ainda para Guimarães, Rui Faria, *ob. cit.*, 2010, p. 182.

<sup>871</sup> Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 1997, p. 37.

**Tabela 21** - Cama de roupa por inventário orfanológico nos concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810)

Barcelos		Guimarães		Póvoa de Lanhoso	
Freq. de Inventários	N.º de camas de roupa	Freq. de Inventários	N.º de camas de roupa	Freq. de Inventários	N.º de camas de roupa
42	1	8	1	20	1
5	2	9	2	2	6
2	3	1	4	2	4
1	4	1	6	2	5
-	-	-	-	1	9

**Amostra:** Total de casos observados: 96/600 (16%).

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

A presença de “camas de roupa” pode não ser significativa mas a quantidade de peças de roupa de cama inventariadas, sobretudo no que respeita aos lençóis, foi muito relevante<sup>872</sup>. Não há dúvida, excetuando alguns inventários orfanológicos, a maioria dos agregados inventariou simplesmente peças soltas. A ausência do conjunto completo não significa *a priori* que os inventariados não dispusessem de peças de roupa para mudar ou compor as suas camas. Como já referimos, esta ausência, talvez se deva à transmissão direta destes bens, à possibilidade de algumas peças terem sido furtadas pelos próprios herdeiros ou à metodologia dos louvados quando procederam ao inventário.

Para finalizar o tratamento das peças de roupa relacionadas com o ato de dormir, considerámos importante abordar a presença das toalhas de água às mãos.

No período moderno assistimos a uma maior preocupação no que concerne à higiene do corpo. Os tratados de civilidade publicados no período moderno procuravam incutir códigos das boas maneiras. O mais conhecido de entre eles *A Civilidade Pueril*, de Erasmus de Roterdão, salienta a importância de manter as mãos limpas:

<sup>872</sup> Veja-se novamente a tabela 4 do apêndice.

“Não te sentes sem teres lavado as mãos; limpa com cuidado as unhas, de forma a que nelas não fique qualquer sujidade e não te dêem o cognome de o dos dedos sujos”<sup>873</sup>.

Estas preocupações não se estendiam à globalidade da população europeia. O camponês entregue à lida do campo, por vezes sem meios de saciar a fome, talvez não considerasse a toalha de água às mãos um bem essencial. Em Guimarães temos apenas uma ocorrência; em Barcelos foram inventariadas em 15 agregados domésticos (dez agregados com uma toalha, dois com duas e três com três toalhas); na Póvoa de Lanhoso estão presentes em 20 inventários (nove agregados com uma toalha, seis com duas, três com três, um com cinco e mais um agregado com seis toalhas de água às mãos).

Procurámos conhecer a natureza sócio profissional destes inventariados que possuíam toalhas de mãos à data da sua morte. Depreendemos que a maior parte pertencia à elite local: grandes lavradores, mercadores, prestamistas, carpinteiros, moleiros e pedreiros. Que significado teria então a toalha de água às mãos para esta região do Baixo Minho? O pequeno lavrador desconhecia os códigos das boas maneiras; não sentia necessidade de ter em casa uma peça que não lhe fazia falta no seu dia a dia. Se para uns a toalha de água às mãos carregava uma conotação simbólica e social para outros era inútil e quem sabe desconhecida. Os tecidos de linho e “vенеza” foram os tecidos utilizados na feitura das toalhas de água às mãos, com supremacia para o primeiro. O facto de estas toalhas serem sempre adornadas com renda ou franja à volta confirma o seu carácter excecional.

## **1.2 Roupa de mesa**

Para além das toalhas de águas às mãos, foram inventariadas toalhas de mesa e outras com a simples denominação de toalha, não especificando a finalidade a que se destinavam. Apesar de nem todos os agregados domésticos disporem de toalhas nos seus patrimónios, foi a terceira peça de roupa de casa com maior frequência, variando entre uma e 29 toalhas por inventário.

Nos três concelhos não existe variação significativa no que concerne ao número de agregados domésticos que inventariaram toalhas (Barcelos, 98; Guimarães, 96; e Póvoa de

---

<sup>873</sup> Erasmo de Roterdão, *A civilidade pueril*, Fernando Guerreiro (trad.), Lisboa, Estampa, 1978, p. 87.

Lanhoso, 111), sendo a maior frequência uma toalha por inventário. Não obstante, os inventários da Póvoa de Lanhoso evidenciaram-se dos demais concelhos quanto à frequência de toalhas assim como à distribuição das mesmas pelos agregados domésticos inventariados. Tomás Ribeiro, lavrador de Fonte Arcada, destacou-se com 29 toalhas, entre linho, algodão e “veneza”<sup>874</sup>.

Considerámos como toalhas de mesa as denominadas como tal (toalha de mesa e conjunto de toalha com guardanapo) e aquelas de medida igual ou superior a vara e meia (1,65 metros). Barcelos registou 87 ocorrências, seguindo-se Guimarães com 68 e, por último Póvoa de Lanhoso com 37. Não obstante, a sua presença real talvez tivesse sido bem mais elevada nos três concelhos, sobretudo na Póvoa de Lanhoso, embora não seja possível conhecê-la com exatidão devido à ausência de toalhas sem referência à funcionalidade ou à medida. A toalha de mesa era uma peça de roupa de casa integrada num privado doméstico mais público, a sala, espaço privilegiado de ostentação social<sup>875</sup>. Deste modo, tendo em conta que os inventários da Póvoa de Lanhoso foram os que registaram maior número de ocorrências de toalhas nas condições referidas (Barcelos, 173; Guimarães, 226; Póvoa de Lanhoso, 355), custa-nos a crer que a toalha de mesa não fizesse parte do quotidiano dos inventariados. Além disso, como veremos adiante, as medidas de toalhas adequadas ao uso na mesa foi muito mais evidente neste concelho.

Tal como nas demais peças de roupa doméstica o linho destacou-se nas três regiões em análise, sendo inventariado sob várias designações: “toalha de linho”, de “linho grosso”, de “cordão de linho”, de “linho de fio alto” e de “linho de fio levantado”. Ao linho seguem-se em ordem de preferência as toalhas de “veneza”, de manteses e de estopa – “toalha de cordão de estopa”, de “estopa grossa” e de “estopa delgada”. Para além destes tecidos temos a presença de outros, embora com menor frequência algodão, esguião<sup>876</sup> e fustão<sup>877</sup>.

---

<sup>874</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2840, 1810.

<sup>875</sup> Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 1997, p. 47.

<sup>876</sup> Esguião - pano de linho fabricado no norte de Portugal, com quatro palmos de largo, muito utilizado na roupa branca. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IX, 1712-1728, p. 398.

<sup>877</sup> *Fustam, fustem* – segundo Bluteau era um pano de algodão grosseiro de origem flamenga, embora haja uma certa ambiguidade quanto à sua verdadeira origem. Muito utilizado no fabrico de colchões, almofadas, forros de vestidos, roupas litúrgicas, etc. *Idem*, vol. IV, 1712-1728, p. 242; Rosa Maria Dávila Corona, Montserrat Duran Pujol, Máximo García Fernández, *ob. cit.*, 2004, p. 91.



**Tabela 22** - Ornamento da toalha de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810)

<b>Ornamento</b>	<b>Barcelos</b>	<b>Guimarães</b>	<b>Póvoa de Lanhoso</b>
Barras	-	-	1
Bordada	-	-	1
Cordão	3	-	6
Entremeio	2	-	10
Fiadas nas pontas	1	2	4
Fio alto	-	-	11
Folhos	-	5	-
Franja	16	6	39
Froscos	1	10	6
Lisa	6	9	4
Olhos	-	-	9
Pegamento	4	-	-
Renda	38	84	123
s/referência	191	184	325

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Os trabalhos de labor e agulha faziam parte do quotidiano das raparigas desta região do Baixo Minho. A renda foi a mais utilizada em todos os concelhos, seguindo-se-lhe a franja, que se caracterizava por uma barra de fios caídos nas extremidades das toalhas. No entanto, olhando para o total das toalhas, verificámos que 42,4% das toalhas não têm referência ao feitiço, podendo corresponder a toalhas lisas.

Em Montemor-o-Novo as medidas das toalhas variavam entre uma vara e duas varas, com o predomínio da vara e meia. Vejamos as medidas das nossas toalhas:

**Tabela 23** - Medidas de toalhas de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810)

Unidade de medida	B	G	PL	Conversão de varas a metros
1 vara	11	1	27	1,1
1 vara e terça	2	-	3	1,36
1 vara e meia	12	7	30	1,65
1 vara e 2 terças	2	3	1	1,83
2 varas	7	1	19	2,2
2 varas e meia	1	4	2	2,75
3 varas	-	-	8	3,3
4 varas	-	-	5	4,4
5 varas	-	-	1	5,5

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Encontramos uma grande diversidade de tamanhos, mas tal como em Montemor-o-Novo predominou a toalha de vara e meia, correspondente a 1,65 metros. Seria uma toalha para servir uma família mais ao menos de seis pessoas. Destaca-se também a toalha de duas varas (2,75 metros) na Póvoa de Lanhoso e ainda nesta vila encontrámos toalhas que podiam servir verdadeiros banquetes. O mais provável é que fossem utilizadas em dias de festa como, por exemplo, nas bodas de casamento, batizados, no dia da festa do santo padroeiro da freguesia ou no domingo de Páscoa.

A descrição das toalhas nos inventários orfanológicos termina com o seu estado de conservação, embora este não seja referido na maior parte dos casos; quando o foi predomina o estatuto de “usado”.

Como salienta Jorge Fonseca “as mesas eram cobertas, por razões de protecção e de higiene e também como forma de aumentar o conforto e o aparato das habitações...”<sup>878</sup>. A toalha tinha também uma ligação com o sagrado, uma vez que algumas delas estavam presentes nos rituais de passagem, como a toalha do batismo e a toalha fúnebre. No que respeita à primeira, o

<sup>878</sup> Jorge Fonseca, *ob. cit.*, 1991, p. 177.

louvado denominou-a de “toalha de baptismo”<sup>879</sup>; quanto à segunda o mesmo não aconteceu mas tendo em conta a presença de motivos religiosos, “uma cruz ao meio”, depreendemos que deveria ser toalha fúnebre<sup>880</sup>. Na ausência da toalha fúnebre, as famílias colocavam sobre o defunto a melhor toalha que tinham<sup>881</sup>. Estas toalhas, eram de linho e rendadas, mas aparecem raramente nos inventários da amostra.

Por último, temos o guardanapo. A sua frequência foi bastante elevada, sobretudo na Póvoa de Lanhoso, com 710 ocorrências, Guimarães com 303 e Barcelos com 193 ocorrências. Os guardanapos, nas regiões em análise, foram inventariados à unidade ou fazendo parte de um conjunto, de toalha e guardanapo, do mesmo tecido. Segundo Marie-Thérèse Larroque, toalhas e guardanapos eram comprados separadamente no século XIX: as primeiras à unidade e os segundos à dúzia ou meia dúzia. A partir de 1900, toalhas e guardanapos passam a ser indissociáveis<sup>882</sup>. Muito embora consideremos que, também nesta região do Baixo Minho, na segunda metade do século XVIII, toalhas e guardanapos fossem adquiridos separadamente, não podemos desvalorizar o facto de os louvados avaliarem, por vezes, estas peças como fazendo parte de um conjunto. Nesses casos, o número de guardanapos foi muito variado, registando-se toalhas com cinco, seis, oito, 10, 12 ou 13 guardanapos. Quando inventariados à unidade, as quantidades inventariadas por agregado doméstico variaram entre dois a 30 guardanapos. Os tecidos usados nas toalhas e guardanapos foram essencialmente o linho, a “vенеza”, a estopa, os manteses e o fustão.

Contrariamente às restantes peças da roupa de casa, o tecido ou o estado de conservação não influenciaram a avaliação do guardanapo, que não sofreu grandes alterações nos três concelhos ao longo do nosso período cronológico. Assim sendo, um guardanapo velho de “vенеza”, manteses, estopa ou linho, variava entre os 30 e 50 reis; usado entre 50 e 80 reis; estando em bom estado podia alcançar os 100 ou 120 reis.

Olhando para todas as peças de roupa de uso doméstico, podemos concluir que a quantidade assim como a qualidade dos tecidos dependia da riqueza dos seus proprietários. Ao longo do nosso período temporal, determinados tecidos de produção caseira como o linho, a

---

<sup>879</sup> Só encontrámos duas ocorrências: inventários de Manuel Alves, carpinteiro, da freguesia de Lijó. ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3537, 1759. E, inventário de Domingos de Andrade, também carpinteiro, da freguesia de São João de Vila Boa. *Idem*, ct. 3540, 1759.

<sup>880</sup> Encontrámos três ocorrências: Manuel Alves da Costa da freguesia de Rendufinho. *Idem*, Póvoa de Lanhoso, ct. 143/14, 1785; Manuel José de Sousa, freguesia de Sobradelo. *Idem*, ct. 143/16, 1795; Manuel José de Carvalho, da freguesia de Santo Estêvão de Geraz. *Idem*, ct. 508.

<sup>881</sup> Marie-Thérèse Larroque, *ob. cit.*, 1986, p. 265.

<sup>882</sup> *Idem*, p. 263.

estopa e o burel estiveram sempre presentes; o de “vенеza” predominou na Póvoa de Lanhoso; tal como o castelhano, o felpo e o “guimarães” predominaram em Barcelos<sup>883</sup>. Chamou-nos a atenção a grande frequência de toalhas e guardanapos de tecido de “guimarães” no concelho de Barcelos assim como a ausência do mesmo no próprio concelho (Guimarães). O linho de “guimarães” era muito mais fino e de maior largura já que não era tecido em teares caseiros; desse modo, tanto as toalhas como os lençóis em linho de “guimarães” não precisavam de ter costuras ao meio. Com toda a probabilidade, os vimaranenses não sentiam necessidade de especificarem a sua origem aquando da avaliação. Guimarães, vila de mesteres, desenvolvera ao longo do período moderno um importante comércio local e os têxteis não foram exceção.

## **2. ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA ROUPA DE CASA**

O estado de conservação dos objetos pode ser um indicador de capacidade económica, uma vez que objetos muito usados ou em mau estado indicam agregados pobres ou muito pobres.

Nos casos estudados (Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso), de um modo geral, as roupas ou eram velhas ou muito usadas, e a indicação de serem novas era muito rara<sup>884</sup>. Partindo dos inventários orfanológicos concluímos que as gentes desta região do Baixo Minho não tinham de facto hábitos de consumo no que concerne à roupa de casa. Muito poucos renovaram as suas arcas ou caixas; as peças novas quase não fizeram parte do seu quotidiano mas sim usadas e velhas<sup>885</sup>. Esta realidade vivia-se não só no Baixo Minho mas na Península Ibérica em geral, sobretudo nas zonas interiores, onde as peças eram utilizadas e aproveitadas até à exaustão. Num contexto de escassez de bens materiais, os objetos circulavam por vários possuidores, sendo constantemente reparados e reutilizados até ao limite. Porém, há que ter algum cuidado com a qualificação dos objetos como sendo velhos e usados, uma vez que muita da roupa de casa e dos objetos passava de geração em geração, sendo o seu valor

---

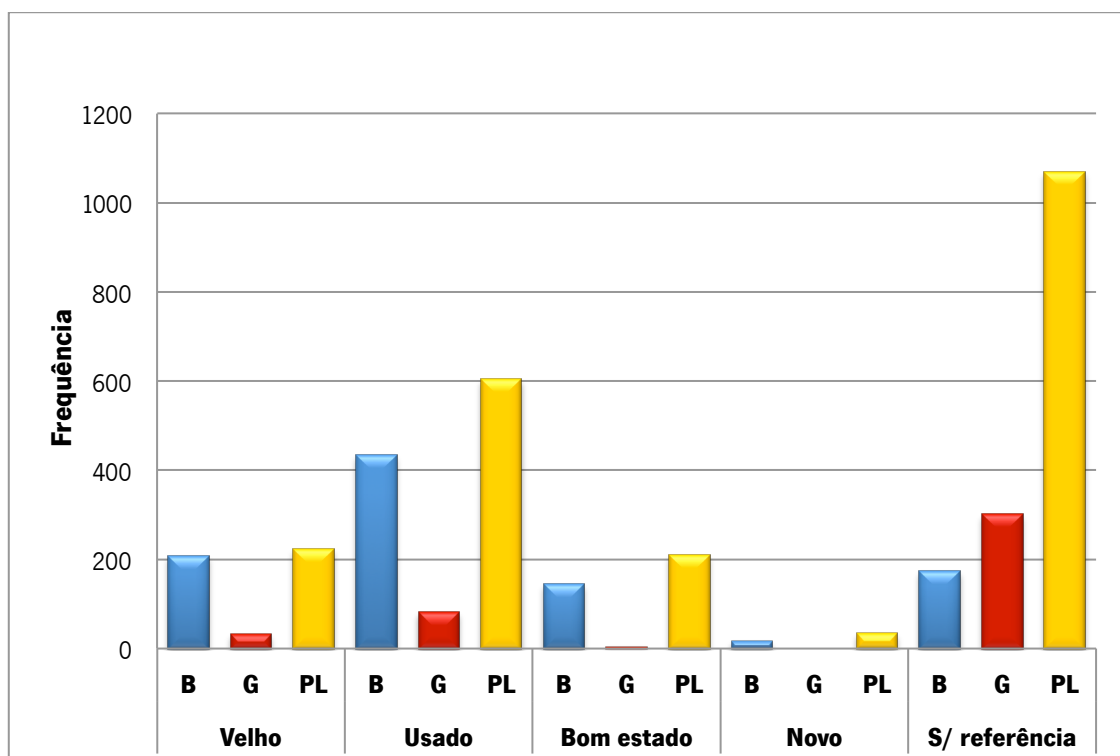
<sup>883</sup> Veja-se a tabela 5 do apêndice sobre a distribuição dos tecidos da roupa de casa, ordenada cronologicamente.

<sup>884</sup> Na tabela 6 do apêndice segue a distribuição das peças da roupa de casa tendo em conta o estado de conservação.

<sup>885</sup> Máximo García Fernández salienta que o tardio despoletar de comportamentos de consumo, sobretudo, no interior da Península Ibérica se deveu ao lento crescimento dos setores intermédios urbanos, retardando assim a difusão de uma civilização material mais consumista. *Ob. cit.*, 2008, p. 12. O mesmo autor refere que, o estado de conservação das peças de roupa de casa nos inventários *post mortem* de Roma da segunda metade do século XVIII não foi muito diferente do estado de conservação observado nos inventários orfanológicos da nossa amostra: usado, 50,7%; velho, 28,6%; e novo, 20,7%. *Idem*, p. 135.

essencialmente simbólico. Ao conservar-se o património conservar-se-ia a família e a memória das suas origens<sup>886</sup>.

**Gráfico 17** - Estado de conservação da roupa de casa nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

As regiões de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso pautaram-se pela semelhança no que diz respeito à roupa de casa. As peças que faziam parte do uso doméstico não diferiam: lençóis, mantas, guardanapos e toalhas de mesa. A qualidade e quantidade das peças dependia da riqueza do proprietário. Ricos, menos ricos e pobres possuíam uma caixa ou arca onde guardavam o enxoval que geralmente era transmitido à geração seguinte. Não obstante, nem todos os inventários registaram roupa de casa, o que se poderá dever à transmissão direta

<sup>886</sup> Olanda Barbosa Vilaça, “Podemos conhecer os patrimónios móveis através dos inventários orfanológicos? Os casos de Guimarães e Barcelos (séculos XVIII-XIX)”, in Isabel dos Guimarães Sá, Máximo García Fernández (dirs.), *Portas adentro: comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 247.

destes bens antes da morte de um dos cônjuges ou antes da feitura do inventário. Os inventários da Póvoa de Lanhoso, numa análise relativa, destacam-se quer na quantidade como na diversidade e qualidade de peças de roupa de casa.

A partir da década de oitenta de setecentos assistiu-se a um aumento significativo do número de peças de roupa de casa, embora não se tenha traduzido na presença de objetos novos. No entanto, este aumento sentiu-se na aquisição de produtos que faziam parte do quotidiano desde a década de 1750.

A roupa de casa carrega uma omnipresença simbólica e prática no seio das relações familiares e sociais<sup>887</sup>. A roupa de uso doméstico, ao mesmo tempo que visava responder a uma determinada necessidade, era também produtora e transmissora de factos sociais, definindo diferenças sociais e hierarquias.

Muito embora a cultura material doméstica se afirmasse no período moderno, as preocupações relacionadas com as necessidades do parecer em público foram adquirindo cada vez mais importância. As transformações sociais e políticas marcadas pela presença e enriquecimento de grupos intermédios favoreceram a permeabilidade a novas modas. Contudo, no período moderno a roupa do corpo, mais que a roupa de casa, emergiu como principal apanágio de distinção social e será sobre ela que nos iremos debruçar de seguida.

---

<sup>887</sup> Bernard Blandin, *La construction du social par les objects*, Paris, PUF, 2002, p. 7.

## **CAPÍTULO VIII - O CORPO E ADORNO**

## 1. O VESTUÁRIO NOS AGREGADOS DOMÉSTICOS INVENTARIADOS

O período cronológico em análise (1750-1810) foi marcado por fortes transformações no que concerne às formas de convivência. Com o despoletar de novas formas de sociabilidade, a tendência para a procura de espaços mais fechados por oposição aos espaços abertos, determinou um olhar mais atento em relação ao corpo e ao outro. O deambular pelos salões de leitura, pelos saraus, fez com que os atores sociais tivessem maior cuidado com a sua aparência e tendessem a comparar-se com os seus pares<sup>888</sup>. Neste jogo entre o ser e o parecer a “cultura das aparências” foi conquistando cada vez mais adeptos, oscilando entre o “microcosmo corporal” e o “macrocosmo social”<sup>889</sup>.

Daniel Roche afirmou que “o vestuário é uma forma de caracterizar a hierarquia...e fala de muitas coisas ao mesmo tempo”<sup>890</sup>. Reforçando a ideia do autor, Raffaella Sarti observa que a indumentária tem “as funções de veicular mensagens, de marcar pertenças e distâncias”<sup>891</sup>; estabelece relações entre o indivíduo e a sua comunidade e funciona como uma espécie de identificação do primeiro transmitindo informações relevantes: sexo, idade, estado civil, profissão e a posição social. Além do referido, o vestuário constitui-se também como suporte de crenças e convicções religiosas<sup>892</sup>. As tradições podiam catalisar-se enquanto sinónimo de identidade ou simultaneamente, asfixiar qualquer tentativa de mudança. O dinamismo das novas modas só poderia ter difusão em sociedades mais abertas e em grupos sociais emergentes, ou seja nos grupos intermédios<sup>893</sup>. Nos grupos populares, o papel da moda foi restringido pela imobilidade e inércia, controlado, muitas vezes, pelos valores morais e religiosos, marcado pela máxima de que “cada um deve permanecer no seu estado, e cada estado deve-se vestir de acordo”<sup>894</sup>.

No que respeita às funcionalidades da roupa, Robert Ross coloca uma questão fundamental: “Para que serve a roupa?”. Na sua perspetiva, tudo gira à volta da trilogia proteção, pudor e adorno. No entanto, sublinha que as pessoas usam a roupa do corpo como

---

<sup>888</sup> Cf. Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1990, p. 76.

<sup>889</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 2007, p. 11.

<sup>890</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 221.

<sup>891</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 335.

<sup>892</sup> *Idem*, p. 77; Quentin Bell, *Mode et société essai sur la sociologie du vêtement*, Paris, Puf, 1992, p. 19.

<sup>893</sup> Maria Rosa Dávila Corona, Máximo García Fernández, *ob. cit.*, 2001, p. 153; Daniel Roche, *ob. cit.*, 2007, p. 116.

<sup>894</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 2007, p. 71. A este respeito sublinhar uma passagem da obra de Eça de Queirós, na qual, satiricamente, se encontra sublinhada a relação entre a qualidade da roupa branca e o estatuto dos indivíduos: “As minhas camisas e as minhas ceroulas talvez te estejam largas. Mas um mendigo como tu não tem direito a elegância e a roupas bem cortadas”. Eça de Queirós, *A cidade e as serras*, Matosinhos, QuidNovi, 2008, p. 105.



forma de transmitir ao outro o estrato social a que pertencem e a profissão que desempenham<sup>895</sup>.

Partindo dos inventários orfanológicos, assim como dos testamentos, será nosso propósito conhecer a indumentária das gentes das regiões de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso entre 1750-1810, a fim de traçar hábitos ou tendências vividas ao tempo detetando se estavam marcadas pelas dinâmicas da “moda” europeia ou, por oposição, pela força das tradições profana e religiosa. Ao mesmo tempo pretende-se observar as diferenças e/ou analogias entre os concelhos no que respeita à tipologia da roupa do corpo, à preferência de tecidos (proveniência, se regionais/nacionais ou estrangeiros), cor e, tal como na roupa de uso doméstico, observar a contração ou o aumento do “consumo” destes bens; o seu peso no património familiar e, por último, enquadrar as necessidades e significados do vestuário e higiene do corpo nas esferas do público e privado e do essencial *versus* supérfluo.

A inventariação de vestuário nos nossos inventários não foi feita com o rigor exigido. As roupas do corpo, mesmo reduzidas a um trapo, rotas ou remendadas, são e eram indispensáveis. Desta forma, é inexplicável a percentagem de inventários orfanológicos que não têm registos de peças de vestuário no seu património, a qual alcança os 34,7%. Juan Manuel Bartolomé Bartolomé no seu estudo sobre cultura material e consumo na região de Leão depara-se com a mesma realidade. Sublinha ainda que não encontra uma explicação para a ausência de inventariação de roupa do corpo nos inventariados com um nível económico elevado. Segundo o mesmo autor, não é plausível que os defuntos tivessem apenas a roupa com que foram enterrados. Apresenta como uma possível razão, a venda antecipada da roupa como forma de arrecadar dinheiro para o viúvo(a)<sup>896</sup>. Daniel Roche considera que a ausência de vestuário nos inventários se deve também ao facto de os cônjuges sobreviventes considerarem o vestuário como bens pessoais e que por isso escapavam à divisão entre os herdeiros<sup>897</sup>. O número de inventários orfanológicos com peças de roupa do corpo não foi muito diferente do que observámos para a roupa de casa. No entanto, comparativamente, a quantidade de peças foi bem menor. Veja-se o seguinte gráfico:

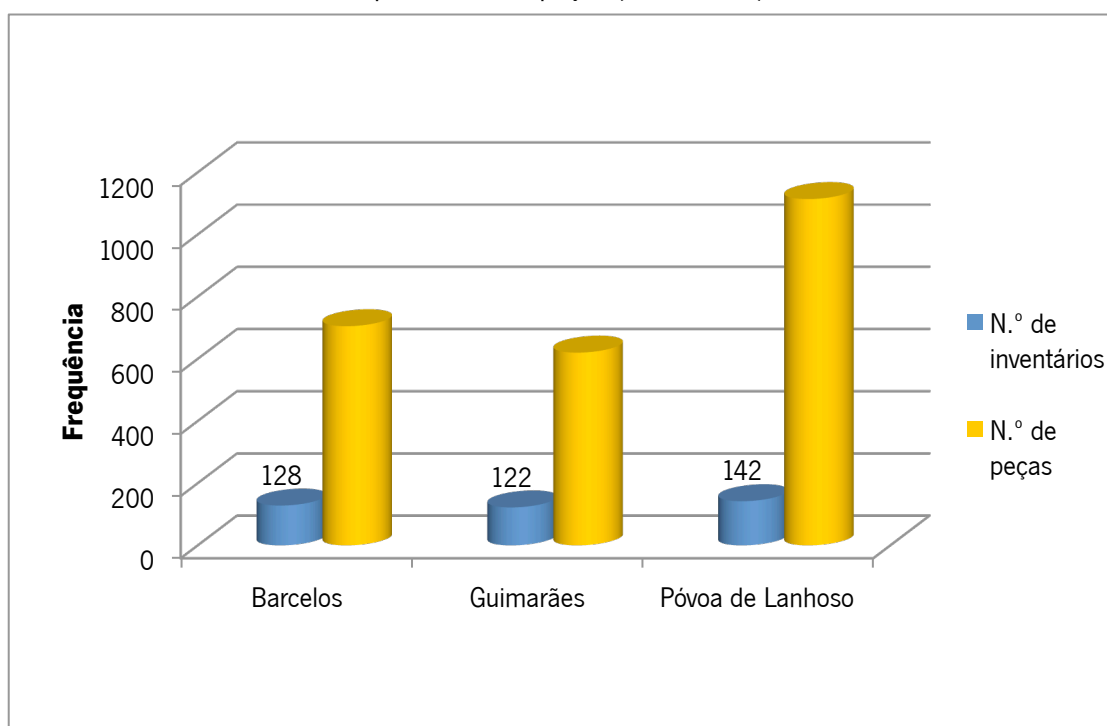
---

<sup>895</sup> Robert Ross, *Clothing: A Global History: or, The Imperialists' New Clothes*, Cambridge, Polity Press, 2008, p. 7. Cf. Maria José Palla, *Do essencial ao supérfluo. Estudo lexical do traje e adornos em Gil Vicente*, Lisboa, Estampa, 1992, p. 113; Daniel Roche, *ob. cit.*, 2007, p. 457.

<sup>896</sup> Juan Manuel Bartolomé Bartolomé, “Inventarios post-mortem, cultura material y consumo en León durante la edad moderna”, in Isabel dos Guimarães Sá, Máximo García Fernández (dirs.), *Portas adentro: comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 207.

<sup>897</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 2007, p. 99.

**Gráfico 18** - Relação entre a frequência de vestuário nos inventários orfanológicos e a quantidade de peças (1750-1810)



**Amostra:** Total dos casos observados: 392/600 (65,3%).

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Tal como na roupa de casa, o concelho da Póvoa de Lanhoso destaca-se face aos demais concelhos: Barcelos 705, Guimarães 620 e Póvoa de Lanhoso 1114. No que concerne ao número de inventários sem vestuário no seu património (37%), pensamos, tal como Juan Manuel Bartolomé Bartolomé, que havia uma venda de vestuário por parte da viúva(o), ou, ainda, que era transmitido aos herdeiros de forma direta. A transmissão do vestuário entre as gerações tinha subjacente um significado afetivo e simbólico. Não se transmitia apenas o vestuário. Em determinados casos, transmitia-se autoridade a um novo chefe de família, constituindo uma espécie de ritual de passagem<sup>898</sup>. O vestuário foi muitas vezes legado a familiares mas também a terceiros (pobres, criados, família afastada, etc.) de forma a satisfazer as vontades expressas pelo inventariado. Nos testamentos, os legados de vestuário foram escassos, a cifrar-se nos meros 12,5%.

<sup>898</sup> *Idem, ibidem.*

A descrição destes legados foi extremamente reduzida, à exceção de um ou outro caso. As expressões utilizadas para o feito foram: “toda a roupa branca”; “roupa preta”; “roupa de cor”; “roupa que está na caixa”. Nestes casos não referem a tipologia, a cor ou o estado em que se encontrava a roupa. No entanto, quando o testador tinha a pretensão de incluir estes legados, na partilha, após a sua morte, denota-se um maior cuidado na descrição. Vejamos um exemplo: Domingas Veloso Pereira, viúva de São Martinho do Campo, Póvoa de Lanhoso, fez o seu testamento a 20 de novembro de 1800 e nele declarou:

“(…) que por falecimento de seu filho Manuel lhe ficou uma filha Custódia, sua neta, a qual era herdeira na parte que lhe tocasse e para que não ficassem os mais herdeiros prejudicados, referiu que esta neta já tinha um capote de pano fino de 7.200 reis, uma saia de melania, 4.800 reis, uma saia de cetim azul, 5.000 reis, um bajú de lindeza, 2.000 reis e uma mantilha de baeta, 2.400 reis”<sup>899</sup>.

A mesma testadora acrescentou ainda que:

“(…) o filho José sendo solteiro partiu para Lisboa, tendo-lhe prometido 11 camisas de linho novas, casou e deu-lhe as tais camisas e mais móveis para ele principiar a vida”<sup>900</sup>.

Um outro exemplo curioso diz respeito à criada de Manuel José Lopes de Carvalho, mercador da freguesia de Águas Santas, Póvoa de Lanhoso. Este inventariado declarou em testamento que:

“(…) o testamenteiro vestirá de tudo por uma só vez a sua criada Maria, filha de seu primo Pedro, pelo amor com que o tem tratado: saia, capote, roupinhas, camisa, calçado, lenço para a cabeça e outro para o pescoço”<sup>901</sup>.

O mesmo testador legou a roupa ordinária e o capote a seu pai, se este não quisesse, legaria ao seu irmão Bernardo; ao seu sobrinho Marcos legou algumas calças, camisa e colete<sup>902</sup>.

---

<sup>899</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2586, 1800.

<sup>900</sup> *Idem*.

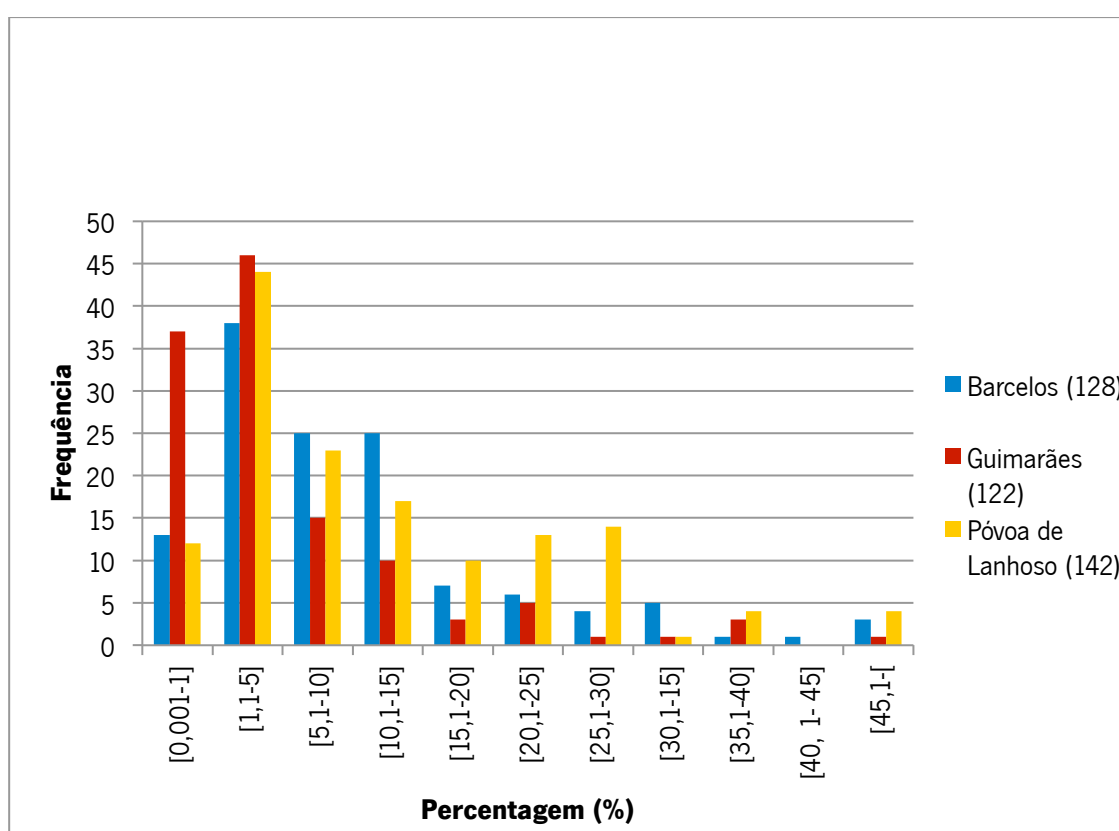
<sup>901</sup> *Idem*, ct. 9, 1810, fl. 17.

<sup>902</sup> *Idem, ibidem*.

Como podemos observar, os testadores exprimiam com clareza os sentimentos para com os seus beneficiados. Nota-se uma preocupação em justificar o porquê das suas vontades: “pelo amor com que me tem tratado”, “por tratar de mim com muito amor e caridade na minha doença”, etc.

No que concerne ao peso do vestuário nos patrimónios dos nossos inventariados veja-se o seguinte gráfico:

**Gráfico 19** - Valor percentual do vestuário nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Nos três concelhos a maior frequência face ao valor percentual de roupa do corpo nos patrimónios situou-se entre 1,1 e 5%. Do número total de inventários orfanológicos a referida frequência corresponde a 30% em Barcelos, 38% em Guimarães e 31% na Póvoa de Lanhoso. Quanto mais alto era o valor do património mas baixo era o valor percentual da roupa. O mesmo

se verifica inversamente: baixo valor do património, alto valor percentual da roupa. Segundo Juan Manuel Bartolomé Bartolomé, nas famílias camponesas de Leão com valores patrimoniais mais baixos, inferiores a 1.500 reais, o calçado e a roupa eram valorizados em média em 165 reais. Ou seja, no valor patrimonial global, estas rubricas correspondiam a 11%. Contudo, à medida que subiam os valores patrimoniais descia a importância percentual do calçado e da roupa do corpo, interna e externa, tal como acontece nos casos do nosso estudo<sup>903</sup>. Porém, não significa que os seus proprietários não estivessem dotados de um privilegiado guarda-roupa. Veja-se um exemplo: Custódio Fernandes, lavrador, de Santa Maria de Sobradelo, termo de Guimarães, possuía um património no valor de 1.308.550 reais, o qual era constituído sobretudo por bens imóveis. O valor percentual do vestuário no conjunto foi apenas de 3,1%, atingindo os 41.260 reais em valores reais. Vejamos a tipologia das peças de vestuário deste património e respetiva descrição:

**Tabela 24** - Indumentária no inventário de Custódio Fernandes

Quant.	Tip.	Matéria-prima	Estado	Cor	Valor (reais)	Descrição
1	Calção	Veludo	Bom estado	Preto	2.500	
1	Casaca	Pano	Bom estado	Pinhão	4.000	
1	Casaca	Pano	Velho	Avinhado	1.200	
1	Capote	Pano	Usado	Azul	2.400	Bandas de veludo
1	Capote	Ganga	Bom estado		800	
1	Capote	Pano	Velho	Pinhão	600	
1	Colete	Pano	Bom estado	Vermelho	800	Bandas de seda com flores
1	Colete	Seda	Bom estado	Azul	800	Bandas de cetim e seda
1	Chapéu		Usado		400	
1	Jaleco	Pano	Bom estado	Pinhão	1.200	
1	Mantilha		Novo		6.000	
1	Roupinha	Chita	Novo	Pessegueiro	600	
1	Roupinha	Veludo	Usado	Carmesim	1.500	

<sup>903</sup> Juan Manuel Bartolomé Bartolomé, *ob. cit.*, 2010, p. 207; Andreia Durães constatou um reduzido número de peças de vestuário entre o património inventariado. Contudo, como sublinha, “não equivale a pôr em causa que o luxo se verificou nos trajes da população portuense. A lacuna deve estar imputada a uma não obrigatoriedade de declaração de vestidos e trajos, se bem que não universalmente acolhida”. Andreia Durães, “Penhoristas do Porto do século XVII: homens, actividade e objectos”, in Isabel dos Guimarães Sá, Máximo García Fernández (dirs.), *Portas adentro: comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 268.

(continuação da tabela 24)

Quant.	Tip.	Matéria-prima	Estado	Cor	Valor (reis)	Descrição
1	Roupinha	Pano vernês	Bom estado		1.000	Com bandas de seda e cetim com flores
1	Saia	Seda	Usado	Pessegueiro	5.500	
1	Saia	Camelão	Usado	Vermelho		
1	Saia		Bom estado	Azul	1.200	
1	Saia	Baeta	Usado	Azul	1.400	
1	Saia	Baeta	Velho	Preto	960	
1	Véstia	Droguete	Usado	Preto	1.200	

**Fonte:** AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-190, 1795.

As peças de roupa inventariadas pertenciam ao guarda-roupa masculino e feminino. Os tecidos empregues, para além de variados, refletiam poder e luxo; a paleta cromática inclinava-se essencialmente para os tons escuros (azuis, preto, pinhão) sem ofuscar a exuberância dos tons quentes como o vermelho, o carmesim e o avinhado, cores que não deixam de ser indicadores de riqueza. O estado de conservação, também um importante indicador de capacidade de renovação do guarda-roupa, mostra que a maioria das peças se encontrava em bom estado, havendo mesmo peças novas de valor considerável de que é exemplo a mantilha de 6.000 reis. Em contrapartida, encontrámos patrimónios com níveis de riqueza medianos ou baixos mas com elevado valor percentual de indumentária. Nos casos em que não há bens de raiz ou estes não entram na massa da herança a partilhar pelas razões já apresentadas (cf. o capítulo III), a roupa quer de uso doméstico quer do corpo assume uma posição cimeira no valor total do património. Na nossa perspetiva, apenas uma percentagem insignificante de vestuário foi objeto de inventariação. Não obstante, os dados são de peculiar importância para o estudo da indumentária das regiões em análise.

A variedade de peças de roupa do corpo inventariada nos três concelhos foi relativamente rica; ao todo temos cerca de **50 peças** diferentes<sup>904</sup>. Neste conjunto não estão incluídos o calçado e acessórios, de que trataremos adiante. É ainda de sublinhar que algumas peças eram usadas tanto por homens como mulheres, como o capote, o colete, as ceroulas e a camisa. Apesar da grande diversidade de peças de roupa, algumas foram inventariadas

<sup>904</sup> Negrito nosso.

pontualmente, outras destacaram-se pela sua grande frequência permitindo reconstituir o vestuário do homem e da mulher do Baixo Minho para o período cronológico em análise (1750-1810). A saia, a mantilha, o capote, o colete, os calções, a véstia e a casaca foram as peças mais inventariadas nos três concelhos.

As roupas do corpo podiam não só ser transmitidas aos herdeiros na totalidade como também podiam ser transmitidas de forma fragmentada, perdendo-se a ideia do conjunto. Eram utilizadas até à exaustão. Coser, remendar, reutilizar fazia parte do quotidiano, passando de pais para filhos e respetiva família<sup>905</sup>. Quando as condições materiais o permitiam, os seus possuidores legavam-nas aos criados e, em última instância, aos mendigos<sup>906</sup>. No entanto, em momentos de escassez, quando era necessário lançar mão a tudo para colmatar a fome, também o vestuário servia de âncora às famílias através da venda ou penhora. Desde o século XIV ao século XIX, o vestuário foi o tipo de bem mais penhorado<sup>907</sup>. Segundo Ann Rosalind Jones e Peter Stallybrass, o vestuário desempenhou uma função de aforro particularmente para quem pretendia acumular riqueza. Devido à sua ampla circulação, o vestuário possibilitava ter riqueza disponível tornando-se uma autêntica moeda de troca ao longo do período moderno<sup>908</sup>. A circulação da roupa era muito comum na Idade Moderna. Os mercados de roupas usadas facultavam aos grupos intermédios a possibilidade de acompanharem os ímpetus da moda e do consumo, determinando uma alteração ao nível dos comportamentos sociais<sup>909</sup>.

Daniel Roche chama a atenção para a importância do luxo enquanto motor da economia. De facto, a “cultura das aparências” confere às sociedades dinâmicas de consumo, constituindo-se como centro nevrálgico do desenvolvimento económico e do bem-estar comum. Porém, como salienta o mesmo autor, a moda no período moderno estava associada ao desconforto: a máxima era aparentar e não estar confortável. Nos finais do século XVIII, a moda

---

<sup>905</sup> A reutilização do vestuário estava presente, por exemplo, quando se assistia à alteração do estado civil. O inventariante Félix António Lopes, filho da inventariada Teresa Antunes, da freguesia de São Tiago de Oliveira, Póvoa de Lanhoso, declara que a sua mãe possuía um capote de pano verne vermelho e que quando ficou viúva o mandou tingir de preto. ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 750, 1804.

<sup>906</sup> A título de exemplo: o inventariante João Lopes Veloso, sargento-mor, da freguesia de São Miguel de Taide, termo de Lanhoso, refere que a sua mulher, Dona Teresa Maria Ataíde de Araújo, deixou quatro camisas para os pobres. *Idem*, ct. 1218, 1774. Houve casos em que a inventariante legou a roupa do corpo do marido aos mendigos pela sua alma. *Idem*, Barcelos, ct. 4073, 1795. Ainda outro exemplo: a inventariante Custódia Maria Cruz Vieira, viúva de António da Silva, inventariado, deu a um pobre de esmola um capote e uns sapatos para este levar para a sepultura. *Idem*, Póvoa de Lanhoso, ct. 726, 1809.

<sup>907</sup> Andreia Durães, *ob. cit.*, 2010, p. 271. Daniel Roche corrobora a mesma ideia, salientando que no século XVIII, na preferência de objetos a penhorar, o vestuário ultrapassa o ouro e os equipamentos domésticos. Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 238.

<sup>908</sup> Ann Rosalind Jones, Peter Stallybrass, *Renaissance Clothing and the Materials of Memory*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 22-30.

<sup>909</sup> *Idem*, p. 23; Andreia Durães, *ob. cit.*, 2010, p. 271.

foi posta em causa, não só por essa razão mas também pelas doenças que provocava. A partir de então, os modelos e tecidos empregues começaram a ser pensados com o propósito de libertar o corpo e torná-lo mais saudável, ou seja, conferir novamente à indumentária uma das funções para a qual tinha sido concebida, a proteção<sup>910</sup>.

Portugal, no século XVIII, foi influenciado pelas tendências que sopravam da França e da Inglaterra, embora frequentemente refreadas pelas pragmáticas, que consignavam a proibição de importar determinados materiais do estrangeiro, por forma a impulsionar a indústria em Portugal<sup>911</sup>. Para além de proibirem a importação de determinados tecidos, as pragmáticas definiram os tecidos a utilizar em determinadas peças do vestuário feminino como aconteceu, já nos finais do século XVII quando se proibiu a utilização de sedas nos mantos<sup>912</sup>. Na sociedade portuguesa, como no resto da Europa, havia uma clara distinção entre os que impunham as tendências do vestir e os que a imitavam. Como refere Alberto Júlio Silva, o grupo mais baixo da sociedade “reproduzia quase sem alteração o seu próprio vestuário, transmitido em herança de uma geração à outra”, ou seja, “o traje popular situava-se fora da moda”, limitando-se “às necessidades básicas do vestuário: proteger e cobrir o corpo”<sup>913</sup>. Contudo, é necessário salientar que a partir do último quartel de setecentos nasceu a sociedade de consumo, assistindo-se a um aumento da procura de roupa por parte dos grupos mais desfavorecidos<sup>914</sup>. É claro que esta realidade se verificou sobretudo na Europa industrial e em Portugal, nos grandes centros urbanos – Lisboa e Porto. Vejamos as tendências de consumo de vestuário na região de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso partindo dos inventários orfanológicos de que dispomos.

---

<sup>910</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 2007, pp. 463- 464, 467.

<sup>911</sup> Olanda Barbosa Vilaça, *ob. cit.*, 2012, p. 109.

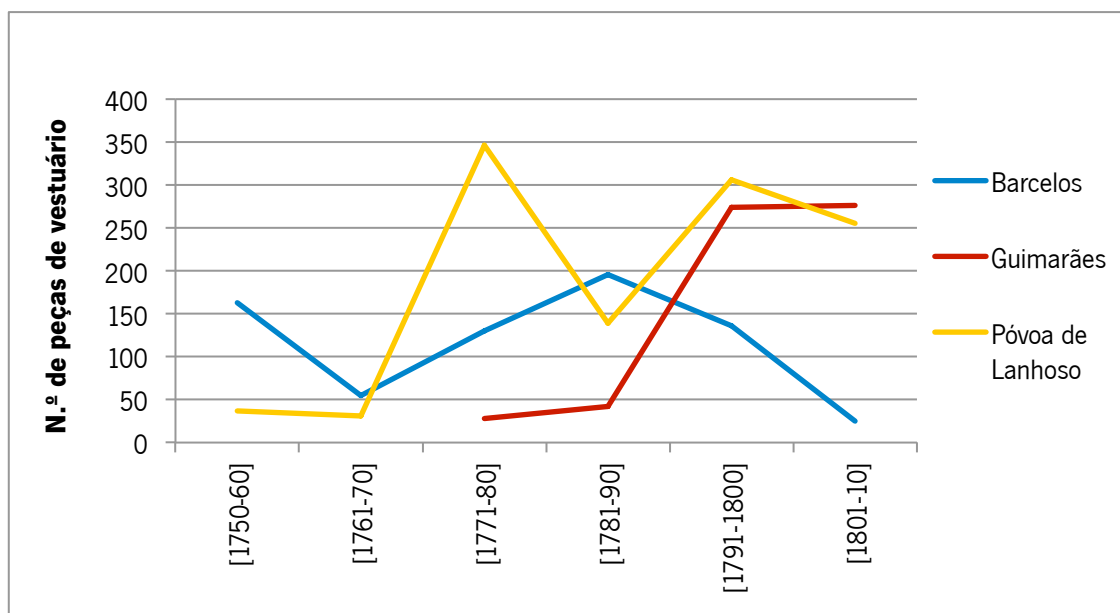
<sup>912</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1990, p. 64.

<sup>913</sup> Alberto Júlio Silva, “Modelos e modas – traje da Corte em Portugal nos séculos XVII e XVIII”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Anexo V, Porto, 1993, p. 171.

<sup>914</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 2007, p. 119.



**Gráfico 20** - Frequência de vestuário nos inventários orfanológicos



**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Analisando os inventários de cada concelho podemos observar o seguinte: Barcelos teve dois picos: um na década de cinquenta, na década de sessenta caiu abruptamente voltando a recuperar até atingir o segundo pico na década de oitenta. A partir de então o “consumo” caiu de forma galopante. Guimarães foi o concelho onde os hábitos de “consumo” mudaram mais rapidamente, a acreditar nos indícios fornecidos pelos nossos inventários. Este concelho conheceu uma subida extremamente significativa de 1775 até 1800, permanecendo nesta tendência ao longo da primeira década de oitocentos. Póvoa de Lanhoso, embora apresente uma maior frequência de peças de vestuário, sofreu altos e baixos. Não obstante, o seu maior pico situou-se na década de setenta e coincidiu com o período nevrálgico de procura de roupa na Europa por parte de todos os grupos sociais, particularmente os mais desfavorecidos. Todavia, o referido concelho sofre um declínio na década de oitenta voltando a recuperar na década de noventa. No entanto, entra em oitocentos com uma tendência ligeiramente em baixa.

Podemos afirmar que, contrariamente à roupa de casa, essencialmente de fabrico doméstico, o vestuário era confeccionado com tecidos de origem nacional e estrangeira: lã de “castelã”, “saragoça”, tecidos de grande qualidade da Inglaterra, Itália, França, Holanda e Síria, adquiridos em Braga ou Guimarães. Para a região de Guimarães temos conhecimento, através das escrituras de dote de casamento, da presença significativa de mercadores estrangeiros já no

século XVI<sup>915</sup>. Braga, no século XVIII, para além de centro administrativo, militar e religioso, era o principal polo comercial e manufatureiro a norte do Porto. Este mercado assumia tal importância na região que, como salienta Maria Marta Lobo de Araújo, “os produtos que chegavam de fora, respondiam às necessidades das elites, mas também à população em geral”<sup>916</sup>. Braga abastecia as regiões circundantes, como Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso. Ainda nos finais do século XIX, os comerciantes de tecidos que vendiam na feira de Barcelos eram provenientes sobretudo de Braga<sup>917</sup>.

Nesta região do Baixo Minho avulta uma grande diversidade de tecidos, 40 ao todo<sup>918</sup>.

**Tabela 25** - Tecidos<sup>919</sup>

Algodão	Damasco	Manteses	Serguilha
Baeta	Damasquilha de lã	Melania	Tripe
Bombazina	Duqueza	Pano	Belbute
Burel	Durante	Pano da Holanda	Veludo
Cambraia	Estopa	Pano do Reino	
Camelão	Fustão	Pano verne	
Camurça	Ganga	Pinhoela	
Cetim	Grize	Riço	
Chita	Lã	Saragoça	
Crepe	Lemiste	Seda	
Droga	Lindeza	Segóvia	
Droguete	Linho	Serafina	

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

<sup>915</sup> Trabalho em curso pelo doutorando Rui Faria, da Universidade do Minho, “Dotes, cultura material e imaterial na região de Guimarães no século XVI”.

<sup>916</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, “Casar raparigas pobres na confraria de S. Vicente de Braga (século XVIII-XIX)”, in Maria Marta Lobo de Araújo, Fátima Moura Ferreira, Alexandra Esteves (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2010, p. 208. Sobre a importância da indumentária feminina, veja-se da mesma autora, *Rituais da caridade: na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia, 2003, pp. 273-275; *idem*, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI a XVIII)*, vol. II, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima, 2000, p. 628; Aurélio de Araújo Oliveira, “Indústrias em Braga. A Companhia das Lãs, 1773”. *Bracara Augusta*, vol. XLI, n.º 91/92, 188/89, pp. 130-175.

<sup>917</sup> Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Cidades e vilas de Portugal. Barcelos*, Lisboa, Presença, 1990, pp. 89-93.

<sup>918</sup> Sobre a distribuição dos tecidos do vestuário veja-se a tabela 8 do apêndice.

<sup>919</sup> Em apêndice segue o glossário; veja-se ainda a distribuição dos tecidos da roupa do corpo, ordenada cronologicamente na tabela 8, do apêndice.

Uns, reflexo de riqueza e distinção (como, por exemplo, o veludo e o damasco, usados geralmente em traje de gala<sup>920</sup>), outros de reflexo mais austero (burel e estopa). Na literatura da época ou mesmo em períodos mais tardios denota-se uma propensão para associar a pobreza a tecidos grosseiros como a estopa, ligados à rudeza da terra e à vida económica precária. A este respeito, veja-se uma passagem da personagem que encarna o fogueteiro na obra “A Morgada de Romariz” de Camilo Castelo Branco: “... o avô dissera que estava também muito pobre, e apenas lhe dera estopa para umas calças, e um chapéu de Braga mais rapado que a escudela de um cão”<sup>921</sup>.

A presença diversificada de tecidos mostra que as gentes do Baixo Minho, embora distantes dos grandes centros urbanos, adotaram as tendências e as modas vigentes noutros espaços, extravasando o seu pequeno mundo rural. Porém, o vestuário do mundo rural não deixou de ser marcado, como refere Margarida Durães, pela “simplicidade, sobriedade e discrição”<sup>922</sup>.

Legado de geração em geração, o vestuário foi sendo moldado consoante os gostos e aptidões das raparigas prendadas na arte da costura. Os intervenientes dos inventários demonstraram peculiar interesse em referir a tipologia do tecido. A matéria-prima da indumentária permitia identificar com relativa facilidade o estatuto dos seus proprietários. No entanto, em determinadas situações, os louvados ocultaram todos os pormenores. Apesar da diversidade de tecidos, o vestuário dos concelhos em análise manteve-se relativamente fechado às mudanças obedecendo a marcações do tempo ou do estado matrimonial (vestuário semanal, de domingo ou domingueiro, da viúva, etc.). As mulheres usavam as melhores roupas nas bodas, nas romarias ou ainda nos cortejos fúnebres. O uso diferencial da indumentária não se encontra especificado na nossa fonte, e só um olhar atento nos permite fazer essas distinções. O vestuário inventariado, em regra, misturava a roupa da viúva(o) com a do inventariado(a); contudo, em alguns inventários orfanológicos a inventariação das roupas distingue: “roupa do defunto(a)” e “roupa da viúvo(a)”. Dessa forma, obtivemos uma imagem mais clara do guarda-roupa feminino e masculino da região em questão, apesar de todas as limitações da fonte<sup>923</sup>. O

---

<sup>920</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 2007, p. 135.

<sup>921</sup> Camilo Castelo Branco, “A Morgada de Romariz”, in *Novelas do Minho. Um retrato de Portugal*, Lisboa, Bertrand, 2009, p. 181.

<sup>922</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 223.

<sup>923</sup> Daniel Roche salienta a importância dos inventários *post-mortem* para o estudo da cultura material e consumo. Todavia, no que concerne à história do vestuário, adverte para as limitações da fonte, uma vez que “corresponde a um ponto específico nas fortunas das pessoas; a representatividade social é discutível; e há sempre lacunas nas avaliações notariais...”. *Ob. cit.*, 2007, p. 82.

vestuário nos três concelhos não era muito diferente do resto do Reino. De facto, como salienta Maria da Conceição Falcão Ferreira para o caso de Guimarães medieval, a forma como cada um se vestia variava tendo em conta a riqueza e esta espelhava-se na quantidade de peças de roupa, ou seja, na capacidade que cada um tinha em mudar de roupa e na qualidade dos tecidos<sup>924</sup>.

No mundo rural as crenças religiosas, juntamente com as tradições, impediam que novas formas de vestir entrassem no quotidiano. Deste modo, compreende-se a persistência ou a introdução tardia de certas peças de indumentária no Baixo Minho<sup>925</sup>.

### **1.1 O vestuário feminino**

A mulher minhota quando saía para a rega do milho ou qualquer outra tarefa, usava a mesma roupa, arregaçando apenas as saias para não as molhar. Na ceifa do centeio ou milho acrescentava-lhe um chapéu de palha atado com as pontas do lenço que trazia à cabeça. Para ir à igreja, sobretudo para os dias solenes, não usava o traje semanal, mas o traje domingueiro, constituído por: “chinelas pretas ... meias de cor, geralmente tecidas por elas; vestem quatro, cinco, e quantas vezes seis saias brancas de linho com folhos... por cima destas um saiote de pano vermelho com duas barras estreitas de veludo preto, e por cima de tanta saia e saiote vestem a saia de baeta preta, também com barras de veludo, avental do mesmo tecido com um folho de cetim, chambre de cor com guarnições garridas e lacinhos na frente; três, quatro, cinco e mais fios de contas, grilhões em enormes medalhas de ouro, onde colocam os retratos dos seus «tones»”<sup>926</sup>. Falar de traje à moda do Minho, é a mesma coisa que dizer que existe um traje típico da região. O que não é verdade. Dentro desta região nortenha existia diferentes indumentárias que marcam e identificam cada concelho e mesmo dentro das diversas circunscrições administrativas encontramos variações que não deixam de ser significativas. Todavia, é comum ouvirmos falar em “traje à moda do Minho”, “traje à vianense” ou ainda “traje de lavradeira” que, embora com denominações distintas, significam a mesma coisa: o

---

<sup>924</sup> Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 1997, p. 52. Daniel Roche defende a mesma ideia e chama ainda atenção para a presença de peças em duplicado, para a qualidade dos tecidos e para os adornos. Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 225.

<sup>925</sup> Olanda Barbosa Vilaça, *ob. cit.*, 2012, p. 111.

<sup>926</sup> Júlio Pereira Pinto Júnior citado por José Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. VI, 1983, pp. 464-465.

traje da mulher minhota<sup>927</sup>. Mas se para o concelho de Viana do Castelo existe um traje típico, tendo sido adotado como marca do Minho, para o distrito de Braga, no qual estão inseridos os concelhos em análise (Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso) o mesmo não acontece.

Não obstante, algumas peças de indumentária, hoje conotadas com Viana, foram comuns nesta região. No século XIX temos “a camisa de linho, bordada ou marcada a vermelho e a preto nas mangas e no peito, com ou sem golas de folhos ou rendas; os coletes de «rabos», de grandes recortes, feitos de diferentes cores e tecidos... saia preta de baetilha ou cetim, de grande roda, até aos tornozelos, mais ao menos «aparelhada» de veludo, cetins ou vidrilhos; a chinela preta, pespontada a branco e, às vezes, a cores; as meias brancas, rendadas, feitas à mão em linho ou algodão; os lenços na cabeça, em cambraia, bobinete ou tule; as capotilhas vermelhas ou de azul-marinho; as jaquetas pretas”<sup>928</sup>. Esta indumentária era usada somente nas romarias e pelas lavradeiras abastadas; a simples camponesa não usava cores nem adornos no quotidiano<sup>929</sup>. Contudo, a introdução tardia de determinadas peças de indumentária acabou por definir um traje para cada zona do distrito. Referiremos os que apenas nos dizem respeito; a sudoeste, no qual se inclui Barcelos, “traje do valdeste”; a sul e a sueste, no qual se incluem Guimarães e Póvoa de Lanhoso, “traje da ribeira” ou “à lavradeira”<sup>930</sup>. Quer o “traje do valdeste” como o da “ribeira” só passaram a ser considerados trajes típicos destas regiões a partir do último quartel do século XIX. No século XVIII estas variantes não existiam. Deste modo, trataremos de apresentar uma visão das diferentes peças de indumentária referenciadas nos inventários orfanológicos de modo a reconstruir o traje feminino, que, em boa verdade, não era muito diferente do referido no traje regional do século XIX, acima referido. A maioria das peças da indumentária do século XVIII permaneceram ao longo do século XIX e XX.

A anágua<sup>931</sup>, a saia, a mantilha, a capa, o avental e o justilho compunham o guarda-roupa da mulher do Baixo Minho na segunda metade do século XVIII e primeira década do século XIX. Para além destas peças, voltamos a sublinhar que o colete assim como o capote faziam parte do guarda-roupa tanto de homens como de mulheres.

---

<sup>927</sup> Rita Maria Bouça (coord.), *Como trajava o povo português. Exposição integrada no festinatel/91 – 5º festival internacional de folclore*, Lisboa, Inatel, 1991, pp. 5-41.

<sup>928</sup> *Idem*, p. 42.

<sup>929</sup> Maria Lamas, José António Flores (coord.), *ob. cit.*, 2002, p. 10.

<sup>930</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>931</sup> Anágua ou anágoa - Saia curta que se usava sobre a camisa; saia interior; tecido próprio de saias interiores; saia de lenço que se coloca pela camisa; vestidura de pano de linho que as mulheres usam sobre a camisa; saiotte fino. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 128; Manuela Pinto da Costa, “Glossário de termo têxteis e afins”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, vol. III, Série I, 2004, p. 139; Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. I, 1712-1728, p. 359; José Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. VI, 1983, p. 470.

Comecemos pela anágua. A sua inventariação foi insignificante nos três concelhos (Barcelos - uma anágua de estopa avaliada em 400 reis; Guimarães - nenhuma; e Póvoa de Lanhoso - uma anagua com frosco avaliada em 300 reis).

As saias “são de pano carmesim<sup>932</sup>, ou de serguilha, de uma infinita combinação de lã urdida com estopa, em linho e em algodão: brancas às listas pretas, castanhas ou azuis; cinzentas às riscas vermelhas, azuis, castanhas ou brancas, numa enorme diversidade de tons”. A saia foi sem dúvida a peça mais inventariada nos três concelhos: Barcelos 128, Guimarães 155 e, Póvoa de Lanhoso 187. Confeccionadas em variadíssimos tecidos em que o colorido alternava sobretudo entre o azul, preto, roxo, vermelho, verde e matizes<sup>933</sup>. Não foi possível estimar o valor da saia para o período em análise, bem como o valor de qualquer outra peça de indumentária devido, sobretudo, à imensa variedade dos tecidos e aos diferentes estados de conservação. Não obstante, algumas avaliações consideraram esta peça de indumentária como uma preciosidade do património familiar dos seus proprietários<sup>934</sup>. Vejamos alguns exemplos: D. Maria do Vale e Araújo, inventariada, da freguesia de São Miguel de Vilela, Póvoa de Lanhoso, tinha no seu guarda-roupa três saias: uma de brilhante<sup>935</sup> com ramos vermelhos em bom estado avaliada em 5.500 reis; outra de brilhante cor de fogo de 2.000 reis e mais uma saia de seda de matizes avaliada em 16.000 reis. Somente as saias totalizaram 23.500 reis, um valor significativo<sup>936</sup>. A defunta Francisca Maria Salgada, casada com o boticário José Luís Ferreira, da freguesia de São Paio, Guimarães, tinha cinco saias: uma de seda preta de 7.200 reis, uma de crepe<sup>937</sup>; uma outra usada de 2.000 reis, mais uma de baeta<sup>938</sup> vermelha de 2.500 reis, e mais uma de seda de matizes em bom estado avaliada em 10.000 reis. Também esta inventariada, para além da capacidade de mudar de saia, possuía saias de natureza ordinária e extraordinária<sup>939</sup>. A exposição destes dois exemplos teve como propósito mostrar que as avaliações elencadas relativamente à composição dos tecidos e estado de conservação (entre 200 reis e 16.000 reis) constituem um sintoma da natureza da indumentária: ordinária ou de uso ocasional e solene.

---

<sup>932</sup> Carmesim - cor púrpura. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 348.

<sup>933</sup> Matizes - seda de várias cores. Rosa Maria Dávila Corona, Montserrat Duran Pujol, Máximo García Fernández, *ob. cit.*, 2004, p. 127.

<sup>934</sup> Ann Rosalind Jones, Peter Stallybrass, *ob. cit.*, 2000, pp. 22-27.

<sup>935</sup> Não conseguimos identificar se se trata de um tecido ou se diz respeito à textura mais reluzente/brilhante.

<sup>936</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 3104, 1757.

<sup>937</sup> Crepe - tecido algo rugoso, leve e transparente, feito de seda crua ou de lã fina próprio para confeções femininas. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, pp. 606-607.

<sup>938</sup> Baeta - tecido de lã ou algodão, grosseiro e felpudo. *Idem*, vol. II, 1712-1728, p. 10.

<sup>939</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-3-5-57, 1794.

A mantilha<sup>940</sup>, grande novidade da segunda metade do século XVIII, fazia parte do guarda-roupa feminino. Segundo alguns relatos da época, a mantilha não era uma peça aprazível, notando-se um despreço nas expressões utilizadas para a designar: “triste moda das mantilhas”, “o traje mais malvado”<sup>941</sup>. Pouco a pouco foi sendo substituída pelo capote<sup>942</sup>. Contrariamente aos grandes centros urbanos como Lisboa, onde se assiste a algumas inovações, “mantilhas e mantiletes de veludo e pelúcia”, nas regiões analisadas, esta peça de indumentária era confeccionada com tecido grosseiro, baeta, e de cor preta<sup>943</sup>. No concelho da Póvoa de Lanhoso, a partir da década de oitenta de setecentos, os inventários confirmam a utilização nas mantilhas de tecidos importados mais finos, como o lemiste<sup>944</sup>, crepe, segóvia<sup>945</sup> e saragoça<sup>946</sup>.

A capa<sup>947</sup>, tal como a mantilha, constituía roupa de exterior. Nos nossos inventários a sua frequência foi pouco significativa. O tecido mais comum foi a baeta, um tecido grosseiro. A seda, quando a riqueza o permitia, também foi empregue, embora pontualmente. Desta forma, confirmámos que na segunda metade de setecentos predominou a baeta para o resguardo exterior do corpo feminino.

O colete<sup>948</sup>, peça comum a ambos os sexos, era feito ou com tecidos mais grosseiros (estopa<sup>949</sup>, baeta, fustão<sup>950</sup> e chita<sup>951</sup>) como com tecidos mais delicados (caxemira<sup>952</sup>, camelão<sup>953</sup>, durante<sup>954</sup>, linho<sup>955</sup>, bombazina<sup>956</sup>, sarja de seda<sup>957</sup>, seda<sup>958</sup>, etc). Ao nível da cor temos a presença

---

<sup>940</sup> Mantilha - espécie de manto que cobre as mulheres desde a cabeça até abaixo da cintura. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 55.

<sup>941</sup> José Silva Ferreira, *Novo entremez das mantilhas*, citado por Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1990, p. 68.

<sup>942</sup> No período em questão já encontramos algumas referências a capotes de mulher, porém, esta peça de indumentária era, sem dúvida, uma componente, sobretudo do traje masculino.

<sup>943</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1990, p. 68; Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 228.

<sup>944</sup> Lemiste - pano de lã muito fino oriundo da Inglaterra. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. V, 1712-1728, p. 77.

<sup>945</sup> Segóvia - pano proveniente da cidade episcopal da velha Castela. *Idem*, vol. VII, 1712-1728, p. 547.

<sup>946</sup> Saragoça - tecido grosso de lã escuro fabricado em Saragoça. Manuela Pinto da Costa, *ob. cit.*, 2004, p. 156.

<sup>947</sup> Capa - peça de vestuário que se coloca por cima de outras peças. No verão serve de adorno e no inverno de resguardo. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 117.

<sup>948</sup> Colete - espécie de gibão sem mangas. *Idem*, vol. II, 1712-1728, p. 369.

<sup>949</sup> Estopa - linho grosso. *Idem*, vol. III, 1712-1728, p. 327.

<sup>950</sup> Fustão - algodão oriundo da cidade de Fustat no Egito. *Idem*, vol. IV, 1712-1728, p. 242.

<sup>951</sup> Chita - panos pintados da Índia; tecido de algodão com estampados a cores. *Idem*, vol. III, 1712-1728, p. 293; Manuela Pinto da Costa, *ob. cit.*, vol. III, 2004, 143.

<sup>952</sup> Caxemira - tecidos de lã macios, leves e muito quentes, provenientes do pêlo de cabra de Caxemira. *Idem*, p. 141.

<sup>953</sup> Camelão - pano de pêlo de cabra com lã ou seda; tecido grosseiro de lã. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IX, 1712-1728, p. 186; Rosa Maria Dávila Corona, Montserrat Duran Pujol e Máximo García Fernández, *ob. cit.*, 2004, p. 53.

<sup>954</sup> Durante - tecido de lã lustroso como o cetim. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 643.

<sup>955</sup> Linho - planta de folha triangular, das suas fibras se obtêm tecidos de diversas qualidades. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. V, 1712-1728, p. 148; Manuela Pinto da Costa, *ob. cit.*, vol. III, 2004, p. 151.

<sup>956</sup> Bombazina - pano grosseiro usado nos vestidos. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 151.

em primeiro plano dos azuis – azul, azul avinhado e azul ferrete – e do preto, seguindo-se-lhes o roxo, vermelho, branco e verde.

O avental<sup>959</sup> raramente foi inventariado. Os tecidos utilizados indicam que servia também de adorno. Na Póvoa de Lanhoso nota-se uma clara diferença entre o avental de uso diário e o de ocasião. No avental de tecido mais caseiro, o linho – fino ou delgado -, o valor oscilou entre 150 reis e os 200 reis - e outros importados, como a cambraia<sup>960</sup> que alcançou os 1.000 reis. Relativamente ao justilho (espécie de espartilho)<sup>961</sup>, os tecidos empregues não variaram muito dos já referidos, acrescentando-se apenas o damasquillo<sup>962</sup>. Esta peça não teve grande difusão entre as mulheres do campo. Póvoa de Lanhoso destaca-se com 23 justilhos e Guimarães com cinco.

Se nos grandes centros urbanos o vestido foi conquistando espaço, o mesmo não aconteceu no mundo rural, onde foi raro<sup>963</sup>. A qualidade do seu tecido demarcava-o das demais peças de roupa: seda de cetim, lemiste, pano da Holanda, cambraia riscada e durante. Nos vestidos preponderavam os tons suaves em detrimento dos escuros e tristes (branco, pérola, telha e azul céu) e o valor oscilava entre os 3.600 reis para o de pano e os 7.500 reis para o de seda de cetim.

### **1.1.1 As cores do vestuário feminino**

A indumentária do universo rural não era muito colorida. Em algumas peças denota-se supremacia do preto, sobretudo nas vestes que cobriam a parte superior do corpo da mulher desviando assim os olhares do sexo masculino (com especial atenção para a mantilha, quer esta fosse de baeta, sarja, lemiste ou segóvia). Até ao início do século XVII o preto era símbolo de

---

<sup>957</sup> Sarja de seda - tecido de seda lisa, cuja base era em ponto de tafetá; fabricado em várias cores mas com predomínio de branco e preto. Este tipo de tecido foi muito usado na Idade Média na confecção de vestidos, forros e entretelas. Rosa Maria Dávila Corona, Montserrat Duran Pujol e Máximo García Fernández, *ob. cit.*, 2004, p. 174. Tendo em conta o valor atribuído pelos louvados nas nossas amostras aos calções de sarja de seda, em média 1.600 reis, depreende-se que seria um tecido de muita qualidade.

<sup>958</sup> Seda - tecido extraído dos casulos; feito a partir da substância filamentosa, produzida pela larva de um inseto designado de bicho-da-seda. Manuela Pinto da Costa, *ob. cit.*, vol. III, 2004, p. 157.

<sup>959</sup> Avental - peça de vestuário de estopa que serve para cobrir e conservar os vestidos ou saias. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. I, 1712-1728, p. 654. Nas nossas amostras foram inventariados aventais de diversos tecidos.

<sup>960</sup> Cambraia - pano fino e transparente de linho ou algodão oriundo da cidade de Cambraia. *Idem*, vol. II, 1712-1728, p. 74.

<sup>961</sup> António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 196.

<sup>962</sup> Damasquillo - pano de seda à semelhança de damasco mas mais leve. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. III, 1712-1728, p. 7.

<sup>963</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 225.



distinção social e só a partir de então adquiriu a conotação de cor triste e sombria<sup>964</sup>. De qualquer forma, não nos podemos esquecer que as condições climáticas, associadas à rudeza do trabalho, tinham influência na escolha das cores. Segundo Maria Lamas, “as jornaleiras e cabaneiras, ontem como hoje, nunca foram além de roupas de burel, grossa estopa ou corriqueiro algodão”<sup>965</sup>. Nota-se, porém, que para além destes tecidos e cores, os guarda-roupas femininos das nossas amostras eram constituídos também por tecidos mais finos como sedas e algodões.

Diogo de Carvalho e Sampaio publicou em 1787 o *Tratado das cores*, cuja terceira parte da obra aborda o vocabulário das cores e apresenta um conjunto de tabelas sobre cores específicas e derivadas<sup>966</sup>. Nessas “tábuas” encontramos as cores descritas na indumentária dos nossos inventariados e família. Vejamos as cores do guarda-roupa feminino nos três concelhos.

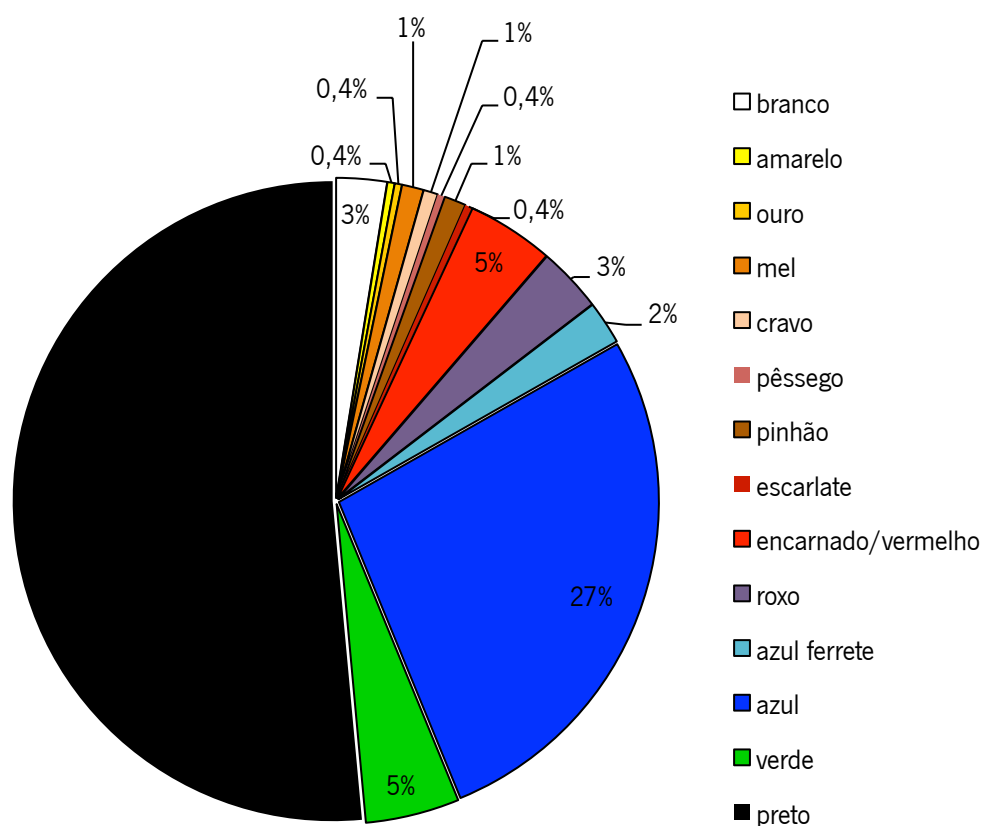
---

<sup>964</sup> Maria José Palla, *ob. cit.*, 1992, p. 100.

<sup>965</sup> Maria Lamas, José António Flores (coord.), *ob. cit.*, 2002, p. 11.

<sup>966</sup> Diogo Carvalho e Sampaio, *Tratado de cores*, Malta, Officina Typographica de S.A.E., 1787, pp. 39 e seguintes. (Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/31190/31190-h/31190-h.htm>, consultado a 3 de janeiro de 2012).

**Gráfico 21** - Cor do traje feminino - Barcelos (1750-1810)

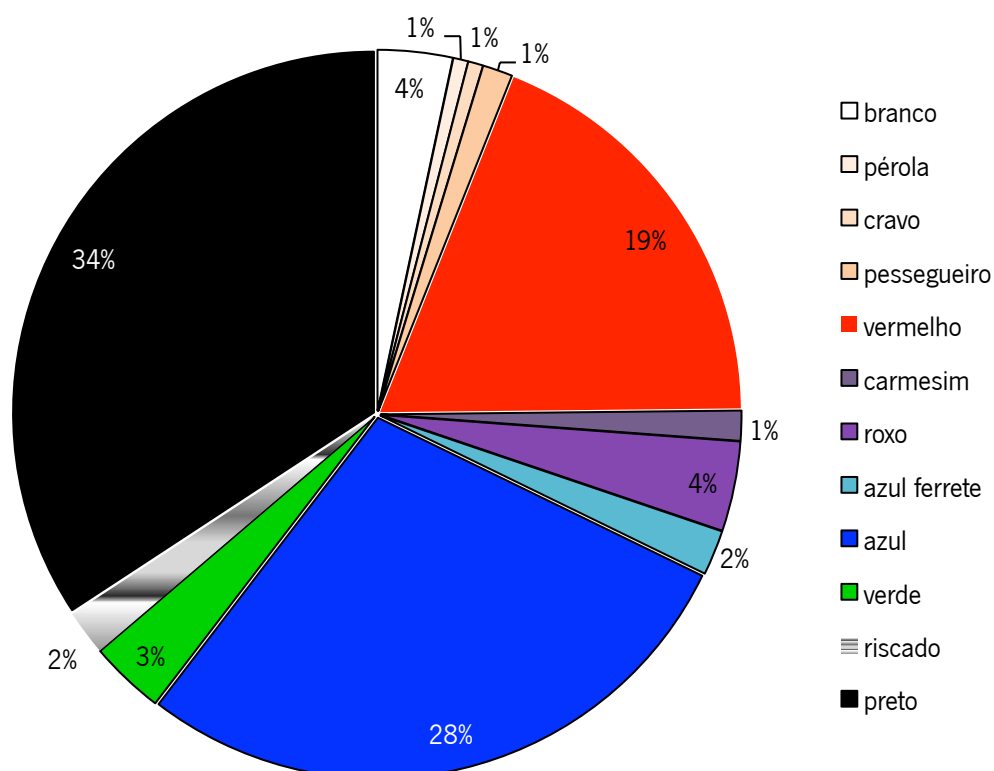


**Amostra:** Total de casos observados: 98/369 (26,6%).

**Fonte:** ADB, “Judicial Antigo”.

A roupa das mulheres de Barcelos era constituída por tonalidades escuras, predominando o preto. No entanto, tal como nos demais concelhos a percentagem de peças sem referência à cor foi muito significativa (73,4%), impedindo-nos de obter uma ideia precisa. Não obstante, não devemos ignorar as outras coisas. A designação das cores correspondia a analogias com frutos, produtos e casas, de que são exemplos o mel, a telha e o pêssego.

**Gráfico 22** - Cor do traje feminino - Guimarães (1750-1810)

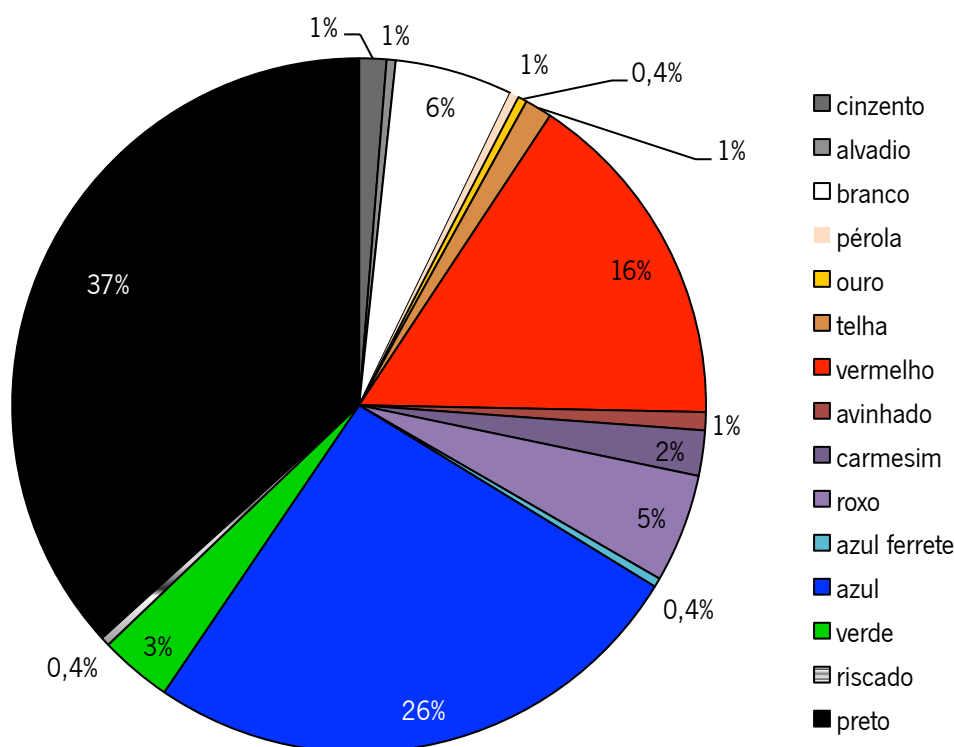


**Amostra:** Total de casos observados: 120/269 (45%).

**Fonte:** AMAP, “Judicial Antigo”.

O mesmo se poderá dizer para Guimarães. Porém, a possibilidade de errar é ainda maior, uma vez que em 55% das peças a cor não é referida. Muito embora predominassem os tons mais escuros (preto, azul), o vermelho também foi bastante usado.

**Gráfico 23** - Cor do traje feminino - Póvoa de Lanhoso (1750-1810)



**Amostra:** Total de casos observados: 345/582 (59,2%).

**Fonte:** ADB, “Judicial Antigo”.

Póvoa de Lanhoso apresenta a mesma tendência. Cores como o preto, azul e vermelho tiveram supremacia face às restantes<sup>967</sup>. Também aparecem os tons garridos ou cores quentes, como carmesim, roxo e azul ferrete. Concluimos porém que, na generalidade, o traje da mulher desta região do Baixo Minho foi marcado pela rudeza das cores escuras, talvez devido à presença significativa de mulheres viúvas (56%). O uso da cor servia muitas vezes para identificar o estado matrimonial da mulher. Uma viúva que não se vestisse a preceito era objeto de críticas e o mesmo acontecia com as mulheres que tinham os maridos emigrados. Além disso impõe determinadas regras sociais “que não perdoam a quem delas se desvia”<sup>968</sup>.

<sup>967</sup> Encontrada a mesma paleta cromática nos testadores do termo de Braga e nos pobres de Ponte de Lima. Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 227; Maria Marta Lobo de Araújo, *ob. cit.*, vol. II, 2000, p. 631.

<sup>968</sup> Angélica Cruz Barreto, Lídia Macedo Esteves, *Aspectos do traje nos arredores de Braga na mudança do século (XIX-XX)*. Catálogo da exposição, Braga, Museu Nogueira da Silva, 1988, p. 7.

## 1.2 O vestuário masculino

O guarda-roupa masculino era menos diversificado e mais sóbrio do que o feminino; o “vestido”, denominação corrente nos inventários orfanológicos, era constituído pelo calção<sup>969</sup>, véstia<sup>970</sup> e casaca. Segundo Nuno Madureira o “conjunto véstia/calção/casaca funcionava como um polo magnético na distribuição de sinais honoríficos”<sup>971</sup>. Se nas classes privilegiadas era impensável não dispor pelo menos de três fatos, nas camadas inferiores, nos quais incluímos o camponês e os artesãos rurais, a ausência do fato completo era normal<sup>972</sup>.

No entanto, ao domingo o ritual religioso impunha um cuidado acrescido com o que se vestia. Na nossa amostra encontrámos apenas dois inventários com três “vestidos” no concelho da Póvoa de Lanhoso. Na generalidade, os nossos inventariados possuíam peças soltas. A véstia e o calção foram inventariados quase sempre emparelhados mas o mesmo não se poderá dizer em relação à casaca. Na nossa perspetiva o capote<sup>973</sup>, embora uma peça comum a ambos os sexos, mas sobretudo masculino, substituiu a casaca nesta região do Baixo Minho. Partindo da tabela 7 (em apêndice), verificámos que o número total de capotes inventariados foi bastante superior em todos os concelhos face à casaca, o que dá entender que o “vestido” masculino dos nossos inventários seria composto pela véstia, calção e capote em substituição da casaca. Os viajantes estrangeiros, do século XVIII, consideravam o capote genuinamente português e reconheceram-no como “herdeiro da antiga toga romana”<sup>974</sup>. Podemos referir ainda o clima temperado mas chuvoso do Baixo Minho, onde um resguardo encorpado seria mais funcional. A fibra mais utilizada no capote nos concelhos de Barcelos e Guimarães foi a saragoça, pano grosseiro de lã, próprio para proteger contra o frio, embora encontremos também a baeta e o burel. No concelho da Póvoa de Lanhoso a variedade de tecidos foi maior, tendo sido utilizado a lã, o algodão e a seda. O capote foi avaliado de forma muito irregular, mesmo para os que apresentavam características semelhantes. Nos três concelhos, independentemente do período cronológico, um capote de saragoça velho foi avaliado entre os 200 e 1.000 reis; usado entre 1.200 e 5.000 reis. Não temos nenhuma referência ao capote em bom estado ou novo. Geralmente os capotes era de tons mais sóbrios, escuros (azuis, preto, pinhão, verde garrafa),

---

<sup>969</sup> Calção - parte do vestido do homem, que cobre desde a cintura aos joelhos. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 324.

<sup>970</sup> Véstia - vestidura de homem com mangas, até aos joelhos. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VIII, 1712-1728, p. 456.

<sup>971</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1992, p. 52.

<sup>972</sup> Olinda Barbosa Vilaça, *ob. cit.*, 2012, p. 114.

<sup>973</sup> Capote - espécie de manto que cobre os homens desde o pescoço até ao calcanhar. No entanto, pode ser mais curto e com cabeção. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 343.

<sup>974</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1990, p. 54.

havendo um ou outro de cor menos comum (telha, roxo ou ainda encarnado), sendo alguns forrados em baeta, cetim amarelo ou vermelho e outros com cabeção. Sublinhe-se ainda que, o capote foi de longe a peça do guarda-roupa masculino mais inventariada nos três concelhos e, no total da roupa inventariada (masculina e feminina), correspondeu a 10,5% em Barcelos, 17,1% em Guimarães e 8,7% na Póvoa de Lanhoso.

As palavras capote, capotilho, capotinho ou capotão, apesar de subentenderem tamanhos diferentes, referem as mesmas funções: proteger do frio, cobrir as vestes exteriores e, muitas vezes, esconder a simplicidade das mesmas, na maioria usadas e remendadas. Não obstante, vestir nos estratos sociais mais abastados não seria muito diferente da realidade encontrada por Nuno Madureira no seu estudo sobre Lisboa. Custódia da Silva, viúva inventariante de Custódio José da Silva, da freguesia de Fonte Arcada, Póvoa de Lanhoso, fez questão de sublinhar que seu marido tinha “uma casaca com botões na moda”<sup>975</sup>. Os tecidos que a compunham eram também indicadores de distinção: a caxemira, cetim de seda, chita, pano vernes, lemiste, lindeza, seda riscada, segóvia. A casaca, como já referimos, não teve grande expressão. O seu peso no vestuário dos nossos inventariados foi de 5,4% em Barcelos (38 ocorrências), 6,1% em Guimarães (38 ocorrências) e 5,2% na Póvoa de Lanhoso (58 ocorrências). Tal como no capote, as cores escuras – azul e preto – predominaram. Com a mesma funcionalidade da capa e do capote foram inventariadas, embora muito pontualmente, outras peças de roupa como o redingote<sup>976</sup> (uma ocorrência na Póvoa de Lanhoso), a sobrecasaca<sup>977</sup> (uma ocorrência em Guimarães na década de setenta e outra ocorrência na primeira década de noventa na Póvoa de Lanhoso) e o gibão<sup>978</sup> (sete ocorrências em Barcelos; uma em Guimarães e uma na Póvoa de Lanhoso). Todas as peças referidas eram de baeta e de tons escuros.

Os tecidos empregues no restante vestuário masculino foram diversificados: “baeta”, “bombazina”, “camurça”<sup>979</sup>, “camelão”, “droguete”<sup>980</sup>, “estopa”, “pano”, “pano fino”, “riço”<sup>981</sup>,

---

<sup>975</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 140, 1766.

<sup>976</sup> Redingote - sobrecasaca ou casaca largo que se veste sobre a casaca ou fraque para proteger da chuva e do frio, muito utilizado na equitação. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 573.

<sup>977</sup> Sobrecasaca – o mesmo que redingote.

<sup>978</sup> Gibão – veste antiga que cobria os homens desde o pescoço até a cintura; casaco de couro usado no nordeste brasileiro pelos vaqueiros; jubão, espécie de camisa, com ou sem fralda, forrado e enchumado, apertado na cintura para depois cair sobre as ancas. Entrada, “gibão”, em [www.portasdentro.ics.uminho.pt](http://www.portasdentro.ics.uminho.pt). Consultado a 13 de janeiro de 2012.

<sup>979</sup> Camurça- tecido proveniente do pelo da cabra. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 88.

<sup>980</sup> Droguete - tecido de lã, seda ou ainda mesclado com riscas ou flores coloridas. Rosa Maria Dávila Corona, Montserrat Duran Pujol, Máximo García Fernández, *ob. cit.*, 2004, p.75.

<sup>981</sup> Riço - pano de seda aveludado e curto. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IX, 1712-1728, p. 182.

“tripé<sup>982</sup>”, “saragoça”, “sarja de seda” e “veludo<sup>983</sup>”. Apesar da variedade de tecidos há sempre um que se destaca relativamente à frequência com que é utilizado. O calção era na sua maioria de riço, enquanto no que concerne à vésia e também à casaca, o “pano” foi o tecido mais utilizado, ainda que não se especifiquem quais as suas características. Contudo, é provável que se tratasse de pano da terra e daí não sentirem necessidade de o especificar.

O guarda-roupa masculino era ainda constituído por outras peças, como o jaleco<sup>984</sup>, a japonsa<sup>985</sup>, a capa e o colete. Os dois últimos, como já foi referido, pertenciam a ambos os sexos.

### **1.2.1 As cores do vestuário masculino**

No vestuário masculino temos um número significativo de peças de vestuário sem referência a cor. No entanto, podemos verificar que o azul teve grande expressão ao nível da indumentária masculina.

---

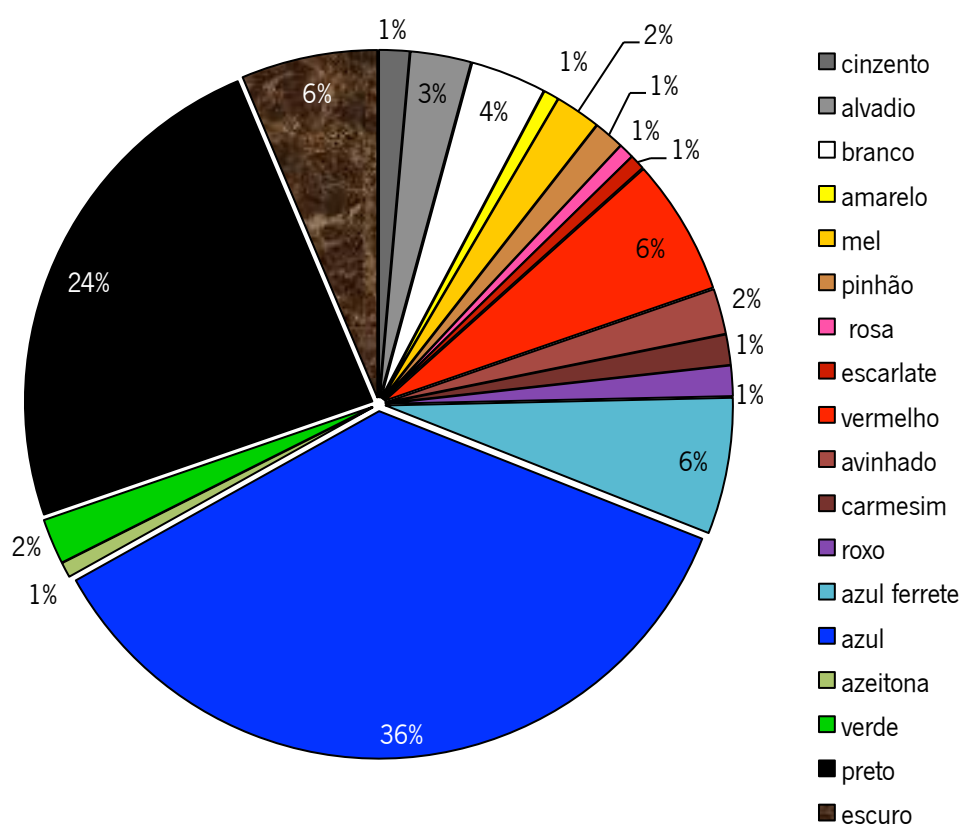
<sup>982</sup> Tripé - tecido de lã fina proveniente da França e da Holanda. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 198.

<sup>983</sup> Veludo - tecido de lã, seda ou algodão. De um lado é liso ouso, de outro lado é felpudo. Manuela Pinto da Costa, *ob. cit.*, vol. III, 2004, p. 160.

<sup>984</sup> Jaleco - peça de vestuário à semelhança do colete que se aperta pelas ilhargas com colchetes. *Idem*, p. 504.

<sup>985</sup> Japonsa – o mesmo que jaquetão. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 168.

**Gráfico 24** - Cor do traje masculino - Barcelos (1750-1810)



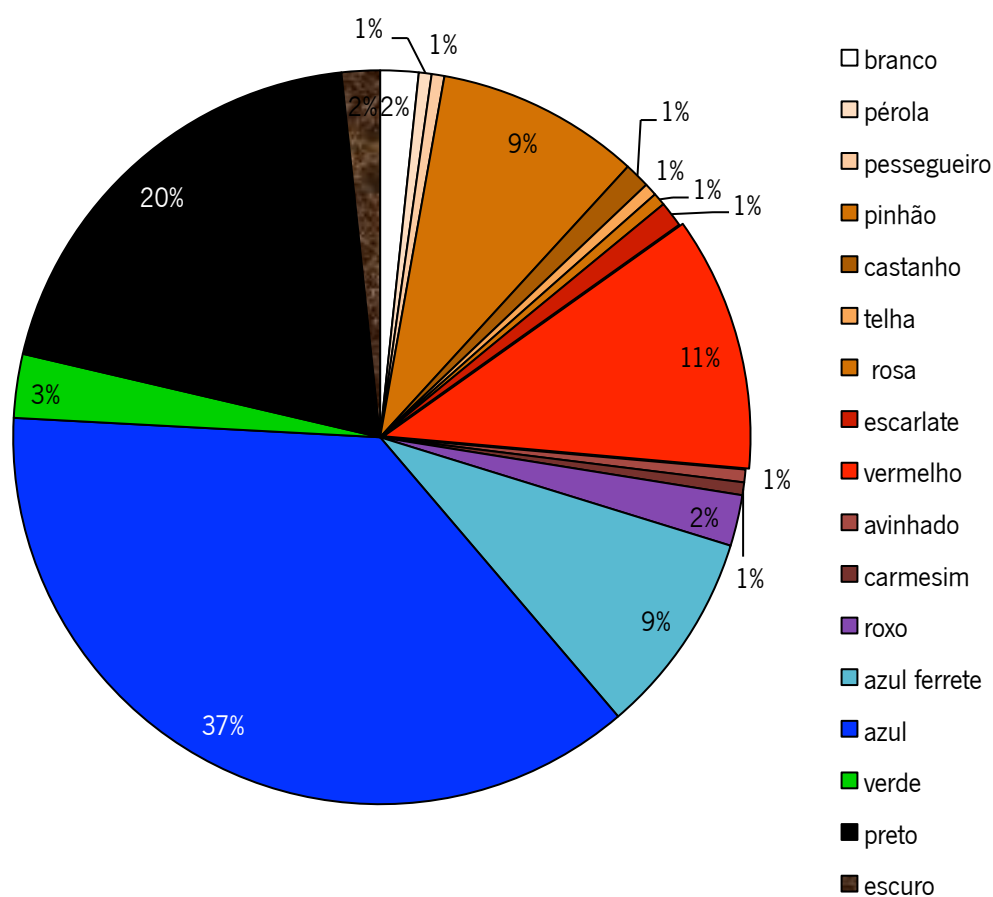
**Amostra:** Total dos casos observados: 180/322 (56%).

**Fonte:** ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos.

Muito embora tenhamos 44% de peças de vestuário que não fazem referência à cor, é de salientar a variedade de cores das roupas dos homens do concelho de Barcelos. Como referimos anteriormente, o traje masculino, muito embora seja marcado pelos tons escuros, utilizou o azul com maior frequência, sobretudo, nas vésias e calções.



**Gráfico 25** - Cor do traje masculino - Guimarães (1750-1810)

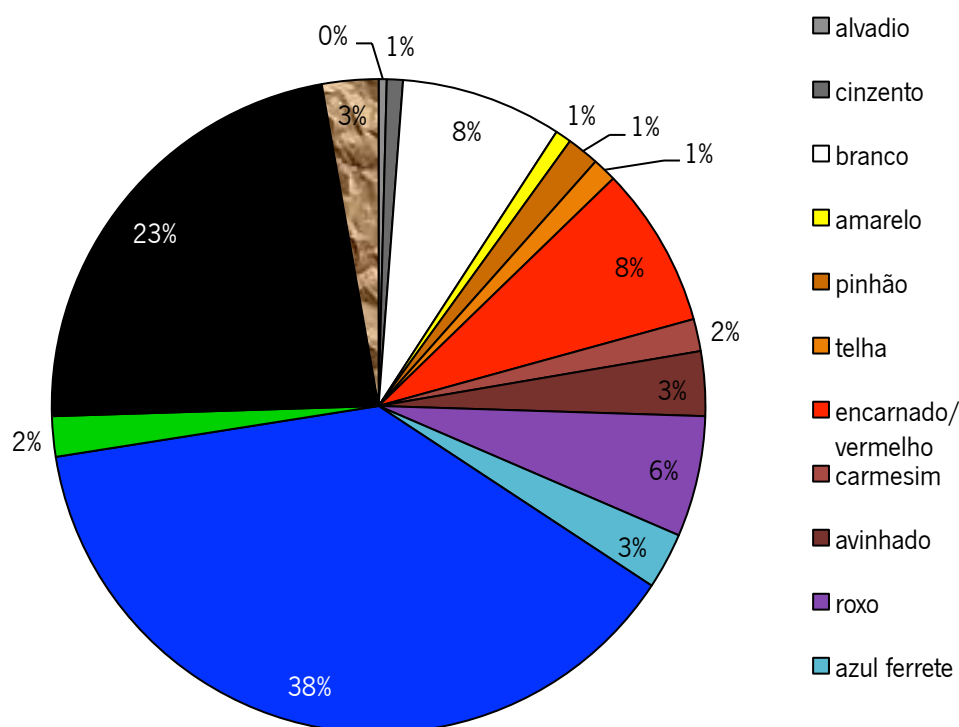


**Amostra:** Total dos casos observados: 153/331 (46,2%).

**Fonte:** AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães.

Em Guimarães o azul teve ainda maior expressividade. Numa análise relativa aos casos em que dispomos de referência à cor, verificamos que o azul e o azul ferrete corresponderam a 46% das menções de cor. Guimarães confirma que o homem desta região do Baixo Minho não se vestia sobretudo de negro mas sim de azul, para além de usar um amplo espectro de cores.

**Gráfico 26** - Cor do traje masculino - Póvoa de Lanhoso (1750-1810)



**Amostra:** Total dos casos observados: 264/515 (51,3%).

**Fonte:** ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso.

Na terceira amostra, relativa à Póvoa de Lanhoso, temos novamente a supremacia do azul face ao preto. O azul já era muito corrente na Idade Média e continuou a ser na Idade Moderna sobretudo para a região em análise<sup>986</sup>. Neste concelho, temos uma maior percentagem do branco em relação aos demais concelhos (Barcelos e Guimarães) devido particularmente à maior inventariação de “roupa branca”.

<sup>986</sup> No século XVII o preto foi a cor mais usada mesmo entre os nobres e fidalgos. No entanto, no século XVIII, tal como na nossa região, o azul difundiu-se bastante, sobretudo nos meios rurais. Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, pp. 339-340.

## 2. ROUPAS INTERIORES OU ROUPA BRANCA

Quando analisamos a indumentária que comunicava com a intimidade do corpo - a roupa branca ou roupas interiores - entramos na esfera do privado. O dimorfismo sexual, face ao que era inventariado, foi quase nulo, uma vez que alguns componentes são comuns: a camisa, o lenço de assoar, as ceroulas<sup>987</sup> e as meias. Apenas as roupinhas, o saiote<sup>988</sup> e o bajú<sup>989</sup> pertenciam ao universo feminino<sup>990</sup>. A roupa branca, como sublinha Daniel Roche, evidencia “a hierarquia das aparências” ao mesmo tempo que, como salienta Raffaella Sarti, está associada “às conceções de higiene do corpo que se tinham imposto a partir do século XVI”<sup>991</sup>.

A limpeza foi durante muito tempo uma “questão sobretudo social, um facto de boa educação e de decência”, enquanto os grupos mais desfavorecidos estavam, à partida, excluídos dela<sup>992</sup>. Saliente-se que os hábitos de limpeza do corpo não estavam apenas associados ao uso da água mas, principalmente, da roupa branca; a sua utilização permitia “enxaguar o suor, ao friccionar da pele com panos limpos e perfumados ...” ou seja, “a roupa branca lava sem o uso da água”<sup>993</sup>. Entre os séculos XVI e XVIII, a roupa branca desempenhou um papel fundamental. Não obstante, na Europa em geral, o seu triunfo teve de esperar até meados do século XIX, e o mesmo se poderá dizer para o Baixo Minho, dada a pouca presença deste tipo de indumentária. Se para alguns círculos de sociabilidade a posse de roupa branca seria sinónimo de riqueza para outros talvez não o fosse, em particular nos meios rurais, onde a posse da terra constituía o maior indicador de distinção social, a qual, como salienta Belén Moreno Claverías, podia condicionar a capacidade de aquisição de outros bens<sup>994</sup>. A roupa branca, tal como a roupa de casa, era produzida geralmente no espaço doméstico; consideramos que a sua escassa presença nas nossas amostras poderá estar relacionada com três fatores: pobreza material, ausência de hábitos de higiene e a reduzida importância atribuída à roupa branca enquanto

---

<sup>987</sup> Ceroulas - vestuário interior de pano de linho ou algodão em forma de calças ou calções que cobre desde a cinta até aos joelhos e por vezes até mais a baixo. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 252; António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p.11.

<sup>988</sup> Saiote - o mesmo que saio; espécie de saia que vestem as mulheres por baixo de outras saias. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, p. 657.

<sup>989</sup> Bajú - vestido até aos joelhos de mangas curtas; camisa de senhora de meio corpo, geralmente, de *escumilha* ou *baetilha*. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 16; António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 253.

<sup>990</sup> Olanda Barbosa Vilaça, *ob. cit.*, 2012, p. 114.

<sup>991</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 2007, p. 185; Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 324.

<sup>992</sup> Raffaella Sarti, *ob. cit.*, 2001, p. 329.

<sup>993</sup> Georges Vigarello, *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*, Isabel St. Aubyn (trad.), Lisboa, Fragmentos, 1988, p. 82.

<sup>994</sup> Belén Moreno Claverías, *Pautas de consumo em el Penedés del siglo XVIII. Una propuesta metodológica a partir de inventários sin valoraciones monetárias*, Florença, [s.n], 2001, p. 9.

elemento de distinção social<sup>995</sup>. Nos dizeres de Michel Verret, a roupa branca era a felicidade dos ricos<sup>996</sup>.

Camisas de linho fino e grosso ou de estopa, apesar da pouca frequência, foram as mais inventariadas<sup>997</sup>. Ter a possibilidade de trocar várias vezes de camisa e meias “distingue o homem de qualidade” e mostra a “higiene de uma pessoa”<sup>998</sup>. Se partíssemos da roupa branca enquanto elemento de distinção chegaríamos de imediato à conclusão que a maioria dos nossos inventariados pertencia ao grupo dos mais desfavorecidos. Relativamente à camisa, por exemplo, vejamos os dados:

**Tabela 26** - Distribuição de camisas por inventário (1750-1810)

N.º de camisas	Barcelos	Guimarães	Póvoa de Lanhoso
1	2	3	1
2	2	2	4
3	1	1	4
4	0	0	10
5	0	2	3
6	0	0	0
7	0	0	1
8	0	1	0
9	0	0	1
10	0	0	1
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>30</b>	<b>102</b>

**Amostra:** Total dos casos observados com camisas: Barcelos 5/128 (4%); Guimarães: 10/122 (8%); Póvoa de Lanhoso: 29/142 (20%).

**Fontes:** ADB, AMAP "Judicial Antigo".

<sup>995</sup> Olanda Barbosa Vilaça, *ob. cit.*, 2012, p. 114.

<sup>996</sup> Michel Verret, "Les cycles du linge". *Ethnologie française*, tome 16, n.º3, Juillet-sept, 1986, p. 224.

<sup>997</sup> Nicole Pellegrin no seu estudo sobre as regiões de Poitou e Limousin (centro de França) refere que, a camisa foi a peça de roupa branca mais abundante do guarda-roupa popular. No entanto, tal como na nossa amostra, o absentismo de camisas nos inventários consultados pela autora foi também muito significativo. Nicole Pellegrin, "Chemises et chiffons. Le vieux et le neuf en Poitou et Limousin, XVIII<sup>e</sup>- XIX<sup>e</sup> siècles". *Ethnologie française*, tome 16, n.º3, Juillet-sept, 1986, pp. 283-284.

<sup>998</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 2007, p. 182; Georges Vigarello, *ob. cit.*, 1988, p. 50.

Na tabela anterior, optámos por não distinguir entre camisa de homem e camisa de mulher não só devido à ausência de especificação quanto ao género, mas também à sua reduzida inventariação (4% de inventários com camisas em Barcelos, 8% em Guimarães e 20% na Póvoa de Lanhoso). Apesar da pouca expressividade que as camisas apresentam nas três regiões, um ou outro inventariado e respetivo cônjuge davam-se ao luxo de poder trocar de camisa. Vejamos: José Luís Ferreira, boticário, viúvo de Francisca Maria Salgada (inventariada) da freguesia de São Paio, Guimarães, tinha oito camisas velhas no valor de 1.200 reis ou seja, 150 reis cada<sup>999</sup>. A camisa não era apenas utilizada para ser colocada por baixo de outra peça de vestuário, tinha uma especialização noturna, ou seja, era utilizada durante a noite – camisa de noite -, função que prevaleceu até aos dias de hoje<sup>1000</sup>.

As camisas inventariadas eram na sua maioria simples. Sabemos, no entanto, que existiam camisas de gola para ambos os sexos. O inventário de Agostinho de Freitas, lavrador da freguesia de São Miguel de Creixomil, Guimarães, menciona cinco camisas de gola no valor de 2.000 reis (200 reis cada)<sup>1001</sup>. Maria Teresa Machado, casada, da freguesia de São Miguel de Taíde, Póvoa de Lanhoso, possuía duas camisas de gola rendadas no valor de 480 reis (240 reis cada).

No que concerne às meias, poucas foram as inventariadas, à exceção de um inventário da Póvoa de Lanhoso que possuía um conjunto avultado, embora não pertencesse propriamente ao agregado respetivo. Atente-se no caso de Isabel Fernandes, inventariada, e de seu marido. Tratava-se de um casal de lojistas que de entre os bens que “pertenciam à tenda” apresentaram para inventário 81 pares de meias: meias de linha, de lã, de rapas e galegas<sup>1002</sup>. Não sabemos se eram novas porque podia se tratar de uma loja que vendia produtos usados e novos. Mas, se elas estavam à venda é sinal de que existia um mercado para as comprar e prova de que tal, como outras peças de vestuário, as meias também faziam parte do guarda-roupa desta região. Simplesmente, a maioria das vezes, não foram apresentadas aquando da feitura do inventário. Nos demais inventários, as meias eram de linho e seda, de cor branca ou preta. O valor oscilava entre os 120 e os 300 reis.

Roupinhas de seda, de veludo, de chita, de cambraia ou simplesmente de pano eram, sem dúvida, sinónimo de riqueza. Estes foram os tecidos mais utilizados nas vestes interiores

---

<sup>999</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-3-5-57, 1794.

<sup>1000</sup> Nicole Pellegrin, *ob. cit.*, 1986, p. 284

<sup>1001</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-4-71, 1801.

<sup>1002</sup> Desconhecemos o significado de “rapas” e “galegas”.

femininas. Vejamos um exemplo: Maria Ana de Araújo, inventariada de São Tiago de Ronfe, senhora de um património móvel rico e distinto dos da maioria dos nossos inventariados, possuía duas roupinhas: uma de veludo, avaliada em 2.000 reis e outra de chita em 1.200 reis, ambas usadas<sup>1003</sup>.

Bajú, que na Índia significava uma véstia pela cintura, no Minho correspondia às roupinhas do guarda-roupa feminino, embora suponhamos que fosse um pouco distinta da denominada roupinha, uma espécie de camisa de meio corpo, daí a sua análise individualizada<sup>1004</sup>. A presença desta peça foi na generalidade parca em todos os concelhos (Barcelos, duas; Guimarães, nenhuma; Póvoa de Lanhoso 27 ocorrências). No entanto, foi significativa a variedade de tecidos empregues (baeta, chita, damasquillo, droguete, durante, lindeza, linho, pano e seda). As avaliações, tal como nas demais peças, variaram tendo em conta o estado de conservação e o tecido empregue: um bajú velho podia valer entre os 100 e 200 reis; usado 600 a 800 reis. Para além das roupinhas ou bajú, encontrámos referência ao espartilho, ao chambre e xaile, este último com forte difusão no século XIX<sup>1005</sup>.

As ceroulas, muito raramente foram inventariadas (três ocorrências em Barcelos e duas na Póvoa de Lanhoso), talvez porque as usavam até à exaustão ou, então, não faziam parte do quotidiano.

Apesar das roupas interiores estarem em expansão neste período, o seu uso era ainda reduzido, a avaliar pela relativa raridade com que aparecem nos inventários<sup>1006</sup>.

---

<sup>1003</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-4-29, 1793.

<sup>1004</sup> Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 16.

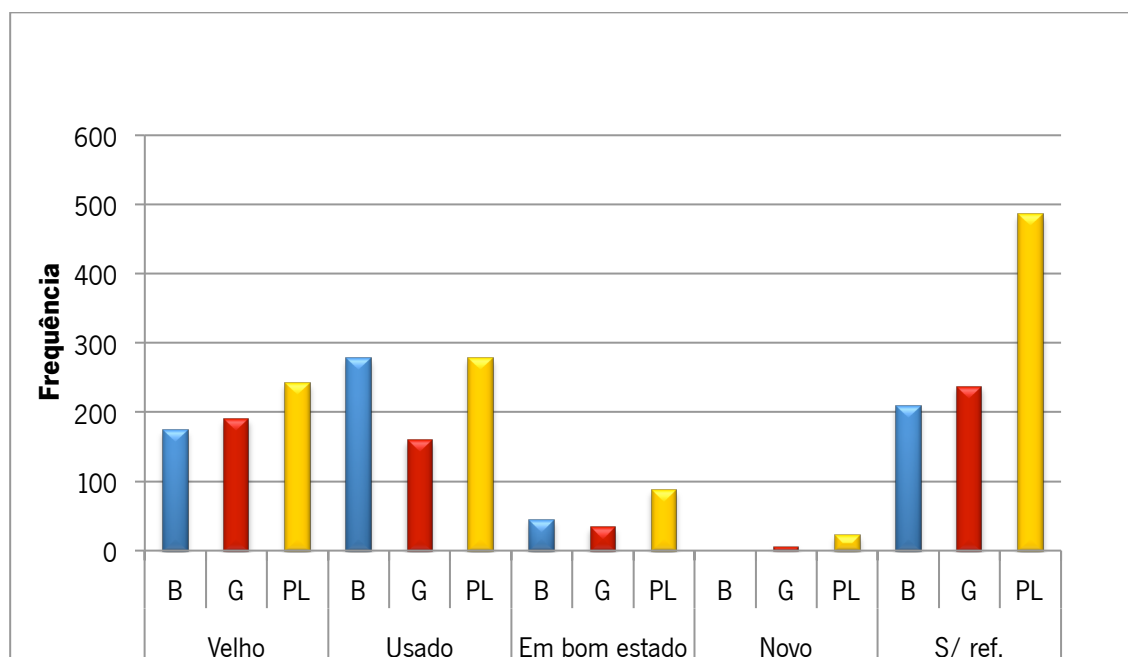
<sup>1005</sup> Nuno Luís Madureira, *ob. cit.*, 1990, p. 69.

<sup>1006</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 2007, p. 183.

## 2.1 Estado de conservação da roupa do corpo

O estado de conservação das roupas do corpo não difere do da roupa de casa, no qual roupas velhas e usadas foram as mais comuns. Veja-se o seguinte gráfico:

**Gráfico 27** - Estado de conservação do vestuário nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

## 3. ACESSÓRIOS E CALÇADO

Para completar a vestimenta não faltava o chapéu, o lenço da cabeça, a touca e os diferentes tipos de calçado: botas, botinas, borzeguins, sapatos e socos. Quanto ao chapéu, pouco ou nada poderemos dizer. Em média um chapéu velho variava entre 150 e 200 reis; usado entre 200 e 400 reis; em bom estado podia atingir os 600 reis e um chapéu simples e “fino com golão” 1.600 reis<sup>1007</sup>. Encontrámos vários tipos de chapéus: baixos, de copa alta, de golão ou com fita à volta, este último feminino. Dos inventários analisados, os da Póvoa de Lanhoso são aqueles que apresentam maior frequência de chapéus (Póvoa de Lanhoso: 30

<sup>1007</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 920, 1795.

inventários - 42 chapéus; Barcelos, 5 inventários - 8 chapéus; Guimarães, 6 inventários - 6 chapéus).

O lenço da cabeça, touca, toucado, cabeleira, gravata, luvas, manguitos, punhos ou simples lenço foram outras peças inventariadas pontualmente. No que concerne a este último – o lenço - não nos é possível precisar se se tratava de lenço de assoar ou lenço da cabeça uma vez que não se especifica a sua finalidade, à exceção de uma referência a um lenço de algibeira de algodão, usado, no valor de 240 reis, num inventário da Póvoa de Lanhoso<sup>1008</sup>. Todavia, a cor (branco) assim como o tecido, linho e particularmente algodão, leva-nos a crer que seriam lenços de assoar; geralmente avaliados em bom estado, talvez porque de uso dominical, uma vez que como salienta José Leite de Vasconcelos, a sua falta não seria sentida, sobretudo, no cotio, visto que existe o “lenço de cinco pontas”, ou seja, os dedos<sup>1009</sup>; o seu valor oscilava entre os 100 e os 200 reis. Nos inventários do concelho de Barcelos destacaram-se dois lenços da Índia no valor de 600 reis cada<sup>1010</sup>.

A cabeça da mulher desta região podia ser ornamentada ou protegida pelos simples lenços de cabeça, pelas toucas e toucados. A touca, segundo Rafael Bluteau, era utilizada pelas mulheres viúvas ou freiras; o toucado pelas mulheres em geral<sup>1011</sup>. Os lenços da cabeça eram mais coloridos que os de assoar, visto que temos algumas referências de lenços da cabeça às riscas e vermelhos. Para além dos lenços referidos foi inventariado um lenço de touca, peça que se colocaria à volta da touca.

Os punhos pertenciam ao guarda-roupa masculino, havendo apenas uma referência a punhos lavrados. As luvas que foram inventariadas pertenciam à tenda da inventariada, Isabel Fernandes, anteriormente referida. Deste modo, muito embora estivessem presentes no mercado da Póvoa de Lanhoso não nos parece que fossem correntes na indumentária masculina e feminina. A luva, sinónimo de estatuto, não era de utilidade para quem tinha o trabalho da terra como principal atividade.

O calçado não era muito comum nesta região. Acreditamos que homens e mulheres andassem descalços na labuta do campo, realidade ainda presente na primeira metade século XX. Ao domingo, contudo, nas festas religiosas ou civis, como sublinha Margarida Durães, “os pés não podiam ir nus, pois o calçado constituía um elemento importante de afirmação

---

<sup>1008</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 3106, 1792.

<sup>1009</sup> José Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. VI, 1983, p. 440.

<sup>1010</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3757, 1777.

<sup>1011</sup> Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VIII, 1712-1728, p. 223.



social”<sup>1012</sup>. Nos inventários da Póvoa de Lanhoso, apesar da sua parca frequência, o calçado teve uma presença um pouco mais expressiva do que nos inventários dos demais concelhos: mesmo assim só 15% dos inventários refere a presença de calçado (Barcelos, 5% e Guimarães 6%). Os 15% do calçado inventariado na amostra da Póvoa de Lanhoso distribuem-se da seguinte forma: 14 pares de sapatos e dois pares de socos. Ainda nesta região, para além dos sapatos, temos a presença de oito pares de botas (seis usados, cada par a 1.200 reis e dois pares velhos a 600 reis cada) e um par de botinas no valor de 960 reis. Nos inventários do concelho de Barcelos foram inventariados dois pares de sapatos, três pares de botas, um dos quais de pele de bezerro avaliado em 1.200 reis, os restantes entre os 600 e os 800 reis e, por último, dois pares de borzeguins de pele de carneiro no valor de 300 reis. Nos inventários de Guimarães foram inventariados quatro pares de sapatos, um dos quais pertencente a uma mulher, avaliados em 400 reis cada; e dois pares de botas (um avaliado em 600 reis e outro em 2.000 reis).

Mais do que qualquer outra peça de indumentária, o calçado era “gasto” até à exaustão. Renovar não fazia parte do quotidiano, mas sim reaproveitar/reutilizar. De vez em quando, os tutores dos órfãos apresentam como despesa o conserto dos sapatos que, na nossa opinião, era bastante avultado, principalmente, se o compararmos com o valor que os louvados atribuíam por exemplo ao gado miúdo, nomeadamente ovelhas e cabras, avaliadas em média em 200 reis. Exemplificando: o tutor Custódio de Araújo e Silva declarou que gastou 200 reis no conserto dos sapatos da herdeira Luísa Teresa. Da sua legítima fez ainda parte um par de sapatos avaliados em 960 reis, os quais não fizeram parte do rol dos bens inventariados<sup>1013</sup>. Outros exemplos poderiam ser apresentados, contudo, é de realçar que o valor médio do conserto dos sapatos, presentes na maioria dos inventários, foi de 170 reis.

O estudo de Maria da Conceição Falcão Ferreira, tendo por base os testamentos de Guimarães para o período medieval, confirma a mesma ideia, salientando que “mesmo se tratando de uma terra de couros e de conhecida profusão do mester do calçado”, este era “algo que se rompia quase até ao limite”, sendo por isso um bem não legável<sup>1014</sup>.

Na roupa do corpo as diferenças de género foram particularmente evidentes na forma de vestir. Os homens e as mulheres do Baixo Minho vestiam-se de tecidos grosseiros e escuros. De

---

<sup>1012</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 231.

<sup>1013</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 3123, 1803.

<sup>1014</sup> Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, 1997, p. 58.

facto, vestuário escasso, tons escuros e tecidos grosseiros, são característica da generalidade dos inventários rurais, independentemente do espaço geográfico a que se reportam<sup>1015</sup>.

A matéria-prima mais utilizada na confecção do guarda-roupa feminino e masculino foi, sem dúvida, a lã. O algodão, muito embora estivesse em expansão no resto do Reino, continuava aqui com pouca expressão, sendo ultrapassado pelas sedas<sup>1016</sup>.

Roupas novas, interiores e exteriores, foram uma raridade. Na sua maioria as roupas nos inventários dos três concelhos (Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso) foram descritas como “velhas”, “usadas”, “muito usadas” e mais raramente “em bom estado”. Em toda a Europa do século XVIII a reutilização fez parte da maioria dos agregados domésticos, particularmente nos meios rurais onde a sede de imitação foi ofuscada pelas condições de vida centradas na terra. Pouco aberto às influências que sopravam da Europa, o traje masculino e feminino pautou-se por uma evolução lenta, muito embora com pequenas transformações marcadas pela necessidade da reutilização das peças e pelo gosto individual de cada um, à medida que ia sendo legado de geração em geração. No entanto, é possível verificar algumas exceções. Em alguns casos fizeram parte do quotidiano de algumas das famílias inventariadas dos concelhos em análise luxuosos guarda-roupas.

As joias, embora de natureza variável, “simbolizavam o poder da família e por consequência o respetivo prestígio social”, sendo ainda “um investimento e reserva monetária à qual se podia lançar mão em momentos difíceis”<sup>1017</sup>. Será sobre eles que nos iremos debruçar em seguida.

---

<sup>1015</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 1998, p. 227.

<sup>1016</sup> Em Valladolid o algodão começou a difundir-se sobretudo a partir dos inícios do século XIX. Até então a lã assim como as sedas continuaram a preencher os guarda-roupas masculino e feminino, estas últimas carregavam um significado e conferiam estatuto aos seus portadores. Rosa Maria Dávila Corona, Máximo García Fernández, *ob. cit.*, 2001, pp. 152-153.

<sup>1017</sup> Margarida Durães, *ob. cit.*, vol. I, 2000, p. 233.

## **CAPÍTULO IX - A OURIVESARIA**

## 1. AS JOIAS NOS INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS

O uso das joias pelas mulheres constituía uma característica marcante da sociedade rural minhota da segunda metade do século XVIII e da primeira década do século XIX. Na primeira metade do século XIX esta tipologia de joias foi denominada de ourivesaria popular, expressão que pretendia designar o conjunto de peças em ouro usado pelos estratos inferiores da sociedade e inclusive pelos lavradores. Segundo alguns autores, nomeadamente Margarida Ribeiro e Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, não foi a posse por parte dos estratos referidos que conferiu às joias um carácter popular, uma vez que o uso desta ourivesaria se estendeu a todos os estratos da sociedade neste período. A designação utilizada dependeu mais das características das peças, nomeadamente, “a repetição de elementos decorativos, o peso do metal nobre em discordância com o tamanho da joia e a mão-de-obra”<sup>1018</sup>.

Muito embora as joias fizessem parte do património familiar, o sentido de pertença era vivido sobretudo pela mulher: era ela que as usava; que amealhava no seu dia a dia economias para as comprar, e era ela também que em momentos de aflição recorria ao ourives ou ao penhorista para as vender ou penhorar. Mas a quem pertenciam realmente estes objetos, ao homem, à mulher ou simplesmente ao agregado? Para tentar responder a esta questão foi necessário observar a sua presença nos patrimónios dos nossos inventariados e testamentos.

**Tabela 27** - Distribuição de joias nos inventários/género do inventariado (1750-1810)

Concelho	Feminino	%	Masculino	%	Casal	%	Total de inventários
Barcelos	25	43	32	55	1	2	58
Guimarães	34	46,5	34	46,5	5	7	73
Póvoa de Lanhoso	32	47	34	50	2	3	68

**Amostra:** Total dos casos observados: Barcelos 58/200 (29%), Guimarães 73/200 (37%); Póvoa de Lanhoso, 68/200 (34%).

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

<sup>1018</sup> Citado por Rosa Maria dos Santos Mota, *Glossário do uso do ouro no Norte de Portugal*, Porto, Universidade Católica Editora, CIONP, CITAR, 2011, p. 91.

As joias, apesar das suas diversas funcionalidades, as quais iremos abordar de seguida, estiveram relativamente ausentes nos patrimónios das famílias desta região do Baixo Minho. Como podemos observar, a percentagem de agregados domésticos com joias nos seus patrimónios, não foi insignificante, mas também não foi muito alta, se tivermos em conta que se trata de uma tipologia de bens enraizada nas regiões em análise.

Como é do conhecimento de todos, o ouro fazia parte quer dos dias do cotio como dos dias de festa da rapariga minhota. E ainda, dos seus rituais de passagem (como veremos), quer ela pertencesse a famílias mais humildes ou à elite local. As tradições culturais impunham a todas as mulheres minhotas, pelo menos, o uso de brincos e fios de contas<sup>1019</sup>. A posse de outras peças de ourivesaria, como cordões e trancelins<sup>1020</sup>, dependia das capacidades económicas das famílias. Isabel Drumond Braga, no seu estudo sobre os patrimónios femininos do Rio de Janeiro setecentista, constatou que nos patrimónios de dezassete mulheres da elite local, apenas duas possuíam joias e em pouca quantidade: dois cordões de ouro e uns brincos. Não deixa de ser relativamente estranho a ausência de joias nos inventários destas mulheres. Se por um lado, ouro e diamantes abundavam nesta região, por outro, a posse de determinados bens, como as joias, evidenciava o estatuto dos seus possuidores ao mesmo tempo que os distanciava ou separava dos demais estratos da sociedade. Algumas destas mulheres podiam até não ter joias, contudo, a escassez de bens desta natureza nos referidos inventários, talvez se deveu ao facto de não as terem declarado<sup>1021</sup>. O mesmo terá predominado na nossa região. O facto de possuímos relativamente poucos inventários com joias (58 em Barcelos, 73 em Guimarães e 68 na Póvoa de Lanhoso) não significa que os demais agregados domésticos não as tivessem. Na nossa perspetiva, três razões podem justificar o facto da maior parte dos inventariantes ou cabeças de casal não terem declarado joias na feitura do inventário: em primeiro lugar, as joias podiam ter sido legadas em testamento ou em vida; em segundo, eram consideradas objetos pessoais de quem as usava e por isso não faziam parte do património do casal; por último, razão que não deve ser de modo algum ignorada, a existência da taxa de 5% a que estavam sujeitos os herdeiros com a feitura do inventário. Quanto mais rico fosse o inventário maior seria o seu custo e sendo o ouro um metal de grande valor económico, é provável que os herdeiros omitissem as joias. Importa sublinhar que Póvoa de Lanhoso, assim como Guimarães, eram

---

<sup>1019</sup> Fio de contas - fio constituído por contas de ouro.

<sup>1020</sup> Trancelim - fio feito de elos de filigrana ou folha de ouro interligados, que podia alcançar cerca de dois metros de comprimento. Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 99.

<sup>1021</sup> Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "Os ataques dos franceses e os patrimónios femininos no Rio de Janeiro setecentista através dos inventários de bens". *Revista de la Inquisición*, vol. 13, Madrid, 2009, p. 254.

terras de ouro e ourives. As freguesias de Oliveira, Travassos e Sobradelo de Goma, no concelho da Póvoa de Lanhoso, e Castelões, freguesia adjacente mas pertencente a Guimarães, “formaram um centro importantíssimo na arte do ouro”<sup>1022</sup>. Deste modo, impõe-se um breve excursão sobre a importância do ouro na vida económica e social destes dois concelhos.

Guimarães, segundo Pedro Fazenda, foi o berço da nossa ourivesaria, que se desenvolveu sob os auspícios da Côrte e do clero<sup>1023</sup>. Muitos outros autores são da opinião de que Guimarães foi uma importante terra de ourives, destacando-se António Lopes de Carvalho que afirmou: “A cidade de Guimarães foi incontestavelmente o centro mais poderoso de ourivesaria, saindo daí mestres ourives de notabilidade e rara argúcia”<sup>1024</sup>. A ourivesaria foi a indústria mais considerada, ao longo dos tempos, nesta vila e no Reino em geral, tendo os ourives tentado demarcar-se dos ofícios mecânicos com sucesso<sup>1025</sup>. A tentativa de emancipação decorreu, nos princípios do século XVII do seguinte episódio: aquando da peste de 1600 os ourives viram-se obrigados pelo guarda-mor de saúde a vigiar as portas da vila juntamente com os mecânicos e plebeus para impedir a entrada da população extramuros na cidade. Indignados, reclamaram para a Relação do Porto, apresentando vários argumentos como a “qualidade de suas pessoas e ofícios” e de serem “homens de honra e confiança a quem os reis confiavam o ensaio do ouro e da prata nas Casas da Moeda pelo que tinham um ofício com grande nobreza que os levava a lavrar as Igrejas, assim como as baixelas dos imperadores, reis e nobres”<sup>1026</sup>. O ofício foi, deste modo, reconhecido como “arte nobre”, assumindo os ourives desta vila um lugar de destaque na procissão de “Corpus Christi”<sup>1027</sup>. Nela, como refere o Padre António Caldas em 1808:

“os juizes dos ofícios do ouro e da prata vestiam à Côrte: casaca agaloada, calção, sapatos de fivela, camisa de canotilhos, punhos de renda, e capa de seda preta. Na

---

<sup>1022</sup> Maria José Costa de Carvalho e Sousa, *A arte do ouro*, Póvoa de Lanhoso, Alfena-Ourivesaria de Travassos, 1995, p. 13.

<sup>1023</sup> Pedro Fazenda, *A ourivesaria portuguesa contemporânea* citado por António Lopes de Carvalho, *Os mestres de Guimarães*, vol. I, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1939, p. 73.

<sup>1024</sup> *Idem*, p. 74.

<sup>1025</sup> No Porto setecentista, a ourivesaria também foi uma das artes que teve maior expressão. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, “O ofício de ourives da prata no Porto setecentista”, in Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (coord.), *Actas do I Colóquio português de ourivesaria*, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 1999a, p. 29.

<sup>1026</sup> Manuela de Alcântara Santos, *Ourives de Guimarães ao serviço de Deus e dos homens*, Guimarães, Instituto de Museus e da Conservação, Museu Alberto Sampaio, 2009, p. 11; Manuela de Alcântara Santos, Nuno Vassalo e Silva, *Colecção de ourivesaria do Museu Alberto Sampaio*, 1.ª ed., Lisboa, Instituto Português dos Museus, 1998, p. 39.

<sup>1027</sup> Na sequência do manifesto dos ourives em 1600, Filipe II reconheceu a nobreza do ofício, justificando o referido feito da seguinte forma: «os ourives da dita villa pessoas honradas e se tratavão como taes que não tinham língua de mouro nem judeu». Note-se que o referido reconhecimento não se cingiu apenas à vila de Guimarães, mas ao Reino. *Idem*, p. 40.

cabeça poisava o correspondente chapéu emplumado, e à cinta, possivelmente, pendia-lhe a espada. Os ourives tomavam adiante do estandarte municipal, junto das autoridades, resvés com a nobreza”<sup>1028</sup>.

O aglomerado de oficinas em Guimarães era de tal modo significativo que definiu uma geografia das ruas da urbe alicerçada nos “topónimos de mesteres”: “mercadores, sapateira, couros, caldeiroa, oleiros, ferraria, fornos ...”<sup>1029</sup>. Ainda hoje podemos encontrar resquícios dos antigos arruamentos dos mesteres medievais.

Para o desenvolvimento da ourivesaria popular de Guimarães contribuíram não só as lojas de ourives produtores, mas também, os ourives feirantes e ambulantes. Como salienta Manuela de Alcântara Santos, “vocacionados para a satisfação dos pequenos mercados de âmbito local ou regional, os ourives feirantes foram agentes económicos e culturais de comunicação entre mundos habitualmente fechados sobre si. Eles asseguravam o escoamento da produção local...”<sup>1030</sup>.

A lavradeira, ao mesmo tempo que levava as suas colheitas para vender, comprava o seu ouro. As feiras foram os “locais privilegiados de trocas comerciais, em que o dinheiro era abundante dando azo, dentro da tradição minhota, à compra de ouro, uma das formas principais de entesouramento dos lavradores desta região do País”<sup>1031</sup>. As feiras e os ourives feirantes foram, em suma, um “importante veículo de disseminação da ourivesaria, principalmente nas camadas sociais menos favorecidas”, principalmente, onde as lojas de ourives não existiam<sup>1032</sup>.

Como salienta Manuela de Alcântara Santos, a produção vimaranense esteve mais virada para as peças de uso comum do que para as peças de aparato; os ourives feirantes vimaranenses foram muito importantes na criação de um mercado alargado e de uma unidade económica e cultural entre regiões fechadas e díspares<sup>1033</sup>.

De igual modo, o concelho da Póvoa de Lanhoso tem uma longa tradição na arte da ourivesaria, particularmente em algumas das suas freguesias como Oliveira, Travassos e Sobradelo de Goma, especializadas na técnica da filigrana<sup>1034</sup>. As oficinas de ourivesaria da Póvoa

---

<sup>1028</sup> Padre António Caldas citado por António Lopes de Carvalho, *ob. cit.*, vol. I, 1939, p. 96.

<sup>1029</sup> *Idem*, p. 70.

<sup>1030</sup> Manuela de Alcântara Santos, *ob. cit.*, 2009, p. 23.

<sup>1031</sup> Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *A joalharia em Portugal (1750-1825)*, Porto, Civilização Editora, 1999b, p. 39.

<sup>1032</sup> Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 34.

<sup>1033</sup> Manuela de Alcântara Santos, *ob. cit.*, 2009, p. 26.

<sup>1034</sup> Filigrana - consiste na arte de torcer dois fios de espessura fina, geralmente, em ouro. Amadeu Costa, Manuel Rodrigues de Freitas, *Ouro popular português*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1992, p. 21.

de Lanhoso respondiam a um importante mercado local e regional, particularmente do Alto Minho. Em 1907, Paixão Bastos espelha claramente a memória coletiva no que concerne às filigranas de Travassos: “Vamos a Travassos, freguesia afamada pelas muitas importantes obras de filigrana que ali se fabricam e veremos que neste género de ourivesaria é uma das primeiras terras do Reino, pelo que tem reputação merecida”<sup>1035</sup>. Travassos foi a freguesia que mais preservou a arte da filigrana. A ourivesaria da Póvoa de Lanhoso foi sobretudo de uso pessoal, de natureza profana ou religiosa. Entre as peças mais populares, destacam-se as argolas batidas e as contas de colar ocas. A filigrana também se produziu em Guimarães. Contudo, tratando-se de um trabalho menos remunerado e cansativo, deixou a cidade e passou a fixar-se em freguesias do concelho como Castelões, São Torcato e Santa Maria do Souto, embora sem a pujança da Póvoa de Lanhoso<sup>1036</sup>.

Para além destes dois grandes centros de produção de ourivesaria, a região do Baixo Minho contava com Braga, mais especializada em arte sacra. No século XVIII, Braga e Guimarães, graças ao desenvolvimento agrícola que se operou na região minhota, “viram crescer o número de oficiais ligados ao universo das joias, entre ourives do ouro, lapidários e cravadores”<sup>1037</sup>. A pequena presença de ouro nos inventários orfanológicos de Barcelos e sobretudo de Guimarães e Póvoa de Lanhoso, provavelmente não estaria associada a razões de natureza económica. Na nossa perspetiva, tal como consideram outros estudiosos, as joias não foram declaradas.

A segunda parte da análise procura averiguar se as joias estavam concentradas nos inventariados do sexo feminino. Os resultados foram surpreendentes. A distribuição das joias por género foi análoga. Deste modo, foi necessário observar o estado civil dos inventariados que possuíam joias.

---

<sup>1035</sup> Paixão Bastos, “No coração do Minho – A Póvoa de Lanhoso histórica e ilustrada” citado por Maria José Costa de Carvalho e Sousa, “Museu da ourivesaria de Travassos – valorização de uma actividade artesanal”, in Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (coord.), *Actas do I Colóquio português de ourivesaria*, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 1999a, p. 249.

<sup>1036</sup> António Lopes de Carvalho, *ob. cit.*, vol. I, 1939, p. 113.

<sup>1037</sup> Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, 1999a, p. 35.



**Tabela 28** - Estado do inventariado

	<b>Barcelos</b>		<b>Guimarães</b>		<b>Póvoa de Lanhoso</b>	
Estado	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Casada(o)	16	24	25	34	22	30
Viúva(o)	8	7	7	0	6	3
Solteira(o)	1	1	2	1	4	1
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>32</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>32</b>	<b>34</b>

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

A tabela 28 fornece-nos alguns dados que importa analisar com cuidado. Em primeiro lugar devemos atender ao estado matrimonial do inventariado. Percebe-se que as joias surgem com forte predominância quando o inventariado era casado, demonstrando, assim, que eram objetos que pertenciam ao casal. Melhor dizendo, também o homem tinha propriedade sobre as joias ainda que fossem usadas pelas mulheres. Por outro lado, o número de inventários nos quais as mulheres referem joias foi, quando comparado com o dos homens, significativamente mais reduzido, nunca ultrapassando os 40%. Nestes casos, o que terá levado a que os inventários das mulheres arrolassem um menor número de joias do que os dos homens? Quando analisamos os testamentos que incluem joias (96 testamentos), redigidos nos três concelhos, verificamos que os testamentos feitos por homens legaram recorrentemente moedas de ouro (35%), ou seja, não incluíam joias. Porém, quando observamos os legados efetuados por mulheres a situação é diferente. Cerca de 65% das mulheres legaram joias e/ou moedas de ouro como se verifica nos legados masculinos. A isto acresce um dado importante que não deve ser desprezado. As joias mencionadas nos testamentos das mulheres não constam dos inventários respetivos. Este dado poderá ajudar a explicar o número tão reduzido de inventários de mulheres que referem joias (tabela 27). Neste sentido, vejamos alguns exemplos que, em parte, atestam esta hipótese:

- Ana Maria Vieira, inventariada, casada, da freguesia de S. Miguel de Taíde, termo da Póvoa de Lanhoso, fez seu testamento em Agosto de 1807, vindo a falecer a 7 de

Setembro do mesmo ano. Nos bens legados em testamento, deixa à sua filha Josefa o seu ouro constituído por um cordão, um laço e uns pelicanos<sup>1038</sup>.

- Maria Teresa da Costa, inventariada, casada, da freguesia de Fontarcada, Póvoa de Lanhoso, fez seu testamento a 26 de janeiro de 1799, data da sua morte, legando entre outras peças de ouro, uma venera à sua sogra, a qual não foi inventariada<sup>1039</sup>.

- Custódia da Silva, inventariada, casada, da freguesia de S. Cláudio do Barco, termo de Guimarães, fez seu testamento a 2 de maio de 1802, falecendo a 22 do mesmo mês. No seu testamento, a testadora lega ao seu próprio marido, Custódio da Silva, umas contas e uns brincos, tudo em ouro, “pela boa companhia que dele tem recebido e com muito amor que lhe tinha<sup>1040</sup>”.

- José Carneiro, casado com Ana Fernandes, inventariante, a qual declarou que as peças que se seguem não entram no inventário porque a dita inventariante as continua a usar: um cordão de ouro no valor de 16.000 reis, uma laça, 3.000 reis, um fio de contas, 2.400 reis e umas fivelas de prata de 2.800 reis<sup>1041</sup>.

Em conclusão, após a morte dos maridos, as viúvas continuariam a usar parte das peças de ouro adquiridas ao longo da vida. Deste modo, estes objetos, caso não tivessem sido legados em vida, só eram arrolados ao património após a morte das viúvas.

Vejamos os inventários respeitantes a viúvos/as. Nestes casos a proporção é inversa daquela que vimos no caso dos inventariados casados. São agora sobretudo as mulheres que arrolam as joias nos seus inventários. Ou seja, as mulheres viúvas detinham o uso e a propriedade destes objetos. Como referimos, as peças de ouro só passavam a fazer parte do património após a morte destas. O caso de Guimarães é significativo, já que nenhum inventário de viúvo listou joias.

Em suma, a partir da tabela 28 constata-se dois aspetos importantes relativos às joias: por um lado, a sua propriedade, isto é, quem as detinha, por outro o seu uso. Assim se entende que apenas nos casos em que o inventariado era solteiro(a) ou viúvo(a) as mulheres possuíam simultaneamente a posse e o uso das joias. No caso dos casais a situação era diferente. O homem, enquanto cabeça de casal, possuía a propriedade destes objetos, mas não o seu uso. Enquanto ambos os cônjuges eram vivos as joias eram consideradas não só como adornos

---

<sup>1038</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2671, 1807.

<sup>1039</sup> *Idem*, ct. 2848, 1799.

<sup>1040</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-135, 1802.

<sup>1041</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 2862, 1798.

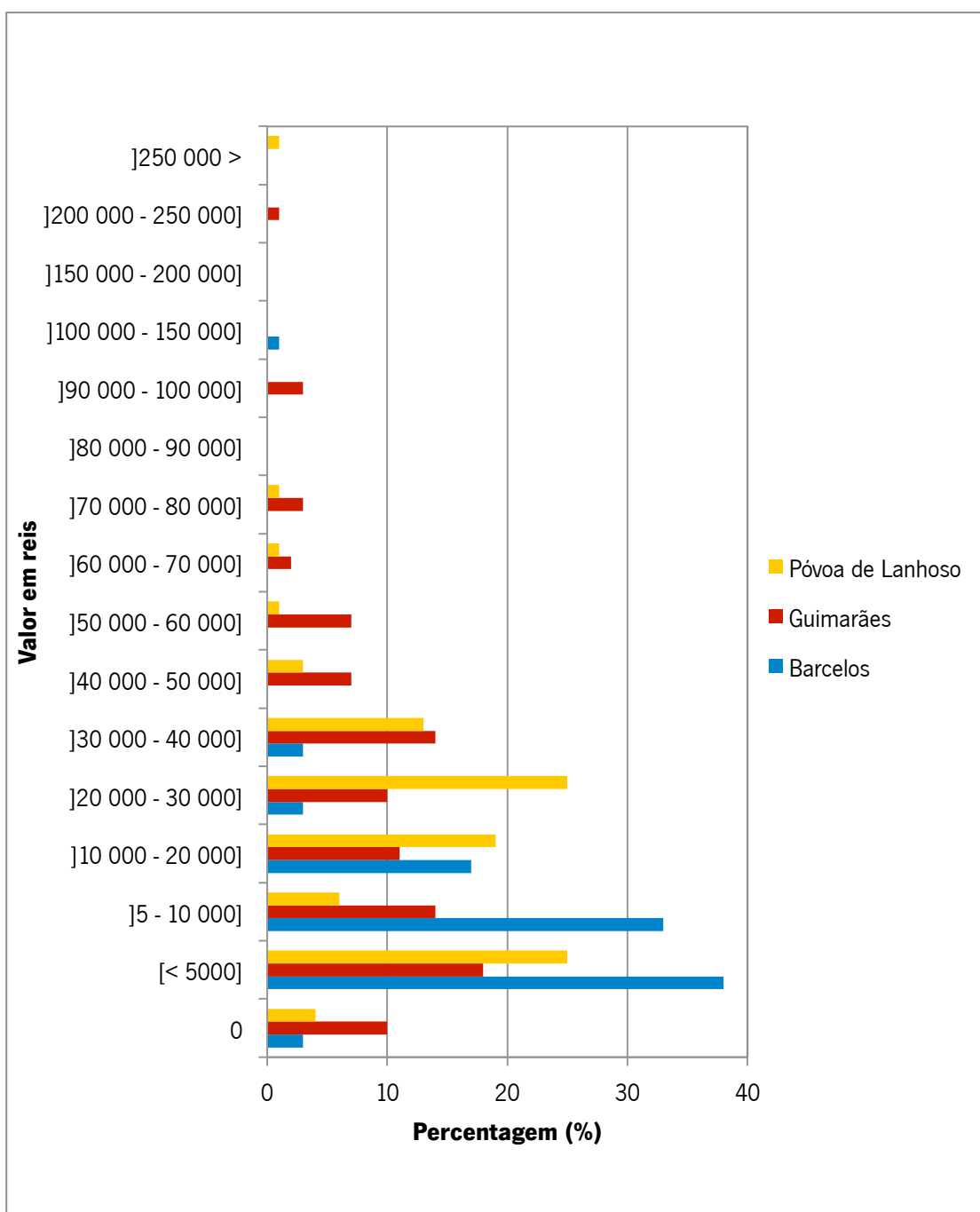
femininos mas, nomeadamente, como fonte de capital que podia ser investido ou convertido em numerário. Nestes casos, era o homem que as detinha, ainda que para dispor delas tivesse de ter a autorização da sua esposa.

As peças que abordaremos em seguida referem-se apenas às que se encontram arroladas nos nossos inventários orfanológicos e escrituras testamentárias. E, desde já podemos adiantar que, a diversidade de peças não foi muito relevante. As descrições, embora modestas, incluíam o essencial: tipologia, matéria-prima e o peso convertido no valor pecuniário. Esta última característica nem sempre foi descrita, sobretudo, quando as peças se encontravam penhoradas.

### **1.1 O valor das joias no património**

Antes de procedermos à análise da tipologia das peças observámos o valor em joias que cada inventariado possuía no seu património.

**Gráfico 28** - Valor de ourivesaria e prataria nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Amostra:** Total de casos observados: 199/600 (33%).

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

O gráfico 28 mostra que, na maioria dos casos, o valor em joias de ouro ou prata nos patrimónios dos nossos inventariados não é avultado. Contudo, antes de analisarmos os casos

com valores substanciais, convém esclarecer a situação dos inventários com bens de ouro ou prata mas sem avaliação. Estes casos prendem-se com situações em que um dos membros do agregado familiar penhorou as joias. Não obstante, outras razões foram apresentadas, de que é exemplo o inventário de Senhorinha Maria de Araújo Lopes, viúva de Fontarcada, termo da Póvoa de Lanhoso, em que o inventariante seu genro, Tadeu Luís da Silva, refere que a defunta sua sogra tinha dois fios de contas, uma laça e uma cruz de ouro. As duas últimas peças não foram avaliadas nem integraram o património porque a defunta as tinha prometido a terceiros<sup>1042</sup>.

No que concerne às joias a que se atribuíram valores, verificamos realidades distintas nos três concelhos, embora, a maior percentagem se situe geralmente nos valores inferiores a 5.000 reis. Significa, portanto, que estes inventariados tinham pouquíssimas joias – um par de brincos, um fio de contas ou uma cruz, visto serem as peças mais inventariadas – de valor não muito substancial. Urge olhar para cada concelho de forma individualizada. No concelho de Barcelos, o valor em joias de ouro e prata foi pouco expressivo. Podemos aferir que 92% dos casos não ultrapassou os 20.000 reis. Se tivermos em conta o valor de um cordão de ouro, que no máximo, segundo a nossa amostra e neste concelho em concreto, podia alcançar os 48.260 reis, trata-se de um valor bastante baixo <sup>1043</sup>. Dos restantes 8%, 3% na casa dos 20.000 a 30.000 reis, 3% entre os 30.000 e os 40.000 reis, e por último, 2% que corresponde a um único inventário com joias estimadas em 141.000 reis.

---

<sup>1042</sup> *Idem*, ct. 155/11, 1801.

<sup>1043</sup> *Idem*, Barcelos, ct. 3886, 1784. Relativamente ao valor máximo de um cordão, Manuela de Alcântara Santos refere que em Guimarães, na segunda metade do século XIX, o preço limite extraordinário era 32.000 reis. Manuela de Alcântara Santos, “Os livros de notas dos ourives feirantes vimaranenses, José Moreira de Pinto Carvalho”, in Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (coord.), *Actas do II Colóquio português de ourivesaria*, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 2009, p. 223. Todavia, encontramos inventários orfanológicos do mesmo concelho, com cordões de valor estimado em 36.000 reis.

**Tabela 29** - Joias de ouro e prata da casa do Capitão Manuel Gomes Ferreira e de sua mulher, Antónia da Costa Vilas Boas (1750-1810)

Quantidade	Tipologia	Matéria-prima	Descrição	Valor (reis)
1	Espadim	Prata		
1	Bengala	Castão de prata		9.600
1	Anel	Ouro	Liso	
1	Botões	Ouro	Liso	
1	Brincos	Ouro	Liso	
2	Fio de contas	Ouro	Liso	
1	Laça	Ouro	Liso	
1	Cruz	Ouro	Liso	11.400*
1	Cordão	Ouro		27.800
1	Anel	Ouro		
2	Botões	Ouro		
1	Brincos	Ouro		
1	Fio de contas	Ouro		
1	Laça	Ouro		
1	Cruz	Ouro		15.200*
1	Brincos	Prata	Liso	2.660
1	Cadeia	Ouro		6.400
9	Colheres	Prata		5.610
1	Cordão	Ouro		48.260
1	Cruz	Ouro	c/crucifixo	5.000
1	Cruz	Prata	de relíquias	1.130
1	Fio de contas	Ouro	Torcidas	2.000
12	Garfos	Prata		5.950

**Fonte:** ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3886, 1784<sup>1044</sup>.

<sup>1044</sup> Os valores com asterisco correspondem ao total das parcelas que se encontram na parte superior sem valor atribuído.

As peças de ourivesaria pertenciam não só ao universo feminino mas, de igual modo, ao masculino. Os botões aqui inventariados deveriam ser botões de casacos, coletes ou camisas e não “botões das orelhas”. Para além dos botões, do universo masculino faziam parte o espadim de prata<sup>1045</sup>, a bengala com castão de prata e a cadeia de ouro. Os anéis tanto podiam pertencer a um universo como a outro. No entanto, é de sublinhar que os anéis não eram muito comuns entre as lavradeiras, que os consideravam um estorvo na labuta do dia a dia. Ou seja, quem possuía anéis não estaria sujeito a trabalhos relacionados com a agricultura ou com qualquer ofício mecânico. Deste modo, consideramos que também os anéis se afirmavam como elementos de distinção social. As peças de ouro de uso feminino eram peças típicas desta região do Baixo Minho: brincos, fios de contas, cordões e cruzes.

A prataria de casa, outro indicador social e económico, fazia parte do quotidiano da família do Capitão Manuel Gomes Ferreira e de sua mulher, Antónia da Costa Vilas Boas: colheres e garfos refletiam comportamentos de sociabilidade. Devemos referir por último um pormenor: Manuel Gomes Ferreira, capitão, e sua mulher, Antónia da Costa Vilas Boas, viviam na freguesia de Silveiros, que distava cerca de 7 kms da antiga vila de Barcelos, um meio rural, mas que não constituiu um entrave à aquisição de objetos típicos do mundo urbano.

Os inventários do concelho de Guimarães distribuem-se de forma mais equilibrada, apesar de a maior percentagem (18%) se situar, de igual modo, em valores inferiores a 5.000 reis. Porém, se no concelho de Barcelos 92% dos casos não ultrapassou os 20.000 reis, aqui, a percentagem foi bem menor, 63%; entre 30.000 a 40.000 reis, 14%; e daqui para cima, até aos 100.000 reis, apenas 22%, restando 3% de valor superior a 200.000 reis. Vejamos de quem se tratava: Lourenço da Costa e sua mulher, Inês Maria, da freguesia de São Miguel de Creixomil, termo de Guimarães, ele falecido a oito de janeiro de 1794 e a sua esposa em data desconhecida. O património deste casal era bastante avultado: duas moradas de casa na rua Cruz de Pedra da mesma freguesia, o casal de Mesão Frio, vestuário, roupa de casa, etc. De todos os bens móveis arrolados destacaram-se joias de ouro e prata no total de 226.200 reis. Este casal fazia penhores e empréstimos a pessoas de categoria socioprofissional diversificada: padres, sapateiros, oleiros, marchantes, caseiros, alfaiates, lavradores, negociantes e ourives. Estes últimos tinham lojas em Guimarães (rua dos Gatos, no Campo da Feira e na rua da Tulha). Vejamos o rol das joias inventariadas:

---

<sup>1045</sup> Espadim - espécie de espada curta de aparato. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. III, 1712-1728, p. 255.

**Tabela 30** - Joias de ouro e prata de Lourenço da Costa e sua mulher, Inês Maria (Guimarães)

Quantidade	Tipologia	Matéria-prima	Descrição	Valor (reis)
1	Cordão	Ouro		28.800
1	Cordão	Ouro		33.360
1	Cordão	Ouro		24.200
1	Cordão	Ouro		30.200
1	Cordão	Ouro		11.740
1	Cordão	Ouro		9.900
1	Brincos	Aljôfar		7.600
1	Brincos	Aljôfar		3.500
1	Laça e brincos	Diamantes		44.900
2	Anel	Diamantes		2.000
1	Brincos	Diamantes		7.400
1	Laça	Diamantes		7.900
2	Diamantes			6.400
3	Fivela	Prata	Sapatos	
1	Fivela		Calções	8.300*

**Fonte:** AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-2, 1806.

Lourenço da Costa era um prestamista que possuía joias adquiridas na sequência dos seus negócios, sobretudo com ourives, a quem teria penhorado algumas peças (quatro ourives ao todo). O cordão de ouro foi sem dúvida a peça mais inventariada. O diamante foi a pedra preciosa mais usada pelas mulheres desta família: nos brincos, anel, laça, e ainda, contámos com a presença de dois diamantes soltos. O termo aljôfar, segundo Rafael Bluteau, era utilizado pelos ourives para designar pérolas<sup>1046</sup>. A prata usada nas fivelas de calções e sapatos, também

<sup>1046</sup> Aljôfar - pérolas miúdas. *Idem*, vol. I, 1712-1728, p. 260.



aqui representada, ostentava o poder económico de quem a possuía, neste caso, Lourenço da Costa.

O valor em joias de ouro e prata no concelho da Póvoa de Lanhoso foi semelhante ao que encontrámos no concelho de Guimarães: 29% dos casos com valores inferiores a 5.000 reis; 25% até aos 30.000 reis; 19% até aos 100.000 reis; e 3 % correspondente a um inventário com um património em ouro e prata no valor de 452.137 reis. Este caso, é sem dúvida, muitíssimo interessante no que respeita à diversidade de peças. Manuel José Lopes de Carvalho era natural da freguesia de São Bento de Águas Santas, termo da Póvoa de Lanhoso, tendo vivido parte da sua vida na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o seu testamento, trasladado no seu inventário, era seu desejo falecer e ser sepultado na freguesia de nascimento. Desta forma, o nosso inventariado regressou à terra natal no final da sua vida trazendo consigo, entre outras coisas, um espólio riquíssimo em ouro e prata, tanto de adorno como prataria de casa, no valor de 452.137 reis. O testador casara no Rio de Janeiro com Ana Luísa Pereira de Araújo, de origem brasileira, de quem tivera um filho chamado Francisco, o qual, segundo as imposições do inventariado, devia ser criado e educado em terras lusitanas. Caso a sua viúva tentasse levá-lo para o Brasil, determinava que fosse entregue ao tutor, Félix António de Sousa Ribeiro, da freguesia de São Bento de Águas Santas e morador na casa do Paço. Refere que tinha um livro de razão no qual estavam arrolados todos os seus devedores; seria prestamista e também negociante, tendo nomeado para seu testamenteiro um negociante da cidade de Braga, Manuel Artâncio Peixoto. O rol de dívidas ativas inventariado, cujo número ultrapassa largamente a meia centena, inclui quantidades muito elevadas.

**Tabela 31** - Joias de ouro e prata da casa de Manuel José Lopes de Carvalho (Póvoa de Lanhoso)

Quantidade	Tipologia	Matéria-prima	Descrição	Valor (reis)
4	Anel	2 ouro / 2 prata	Todos com pedras crisólitas <sup>1047</sup>	4.000
1	Argolas	Topázio <sup>1048</sup>		4.000
1	Bengala de unicórnio		Maçaneta de prata	2.400
1	Brincos	Prata	Com diamantes	6.400
1	Brincos	Ametista <sup>1049</sup> /diamantes		6.400
1	Brincos	Prata		1.200
1	Brincos		Grandes com pedras de crisólitas	12.800
3	Botões	Ouro		12.600
	Botões, meia-lua, figa	Ouro		4.200
1	Caixa	Prata		1.500
1	Caixa	Madeira	Do faqueiro	3.200
1	Caixa	Madeira	Do meio faqueiro	1.600
6	4 castiçais, terrina, prato	Prata		45.200
1	Cordão	Ouro		18.200
2	Cordão, Conceição	Ouro		18.900
2	Cordão, cruz	Ouro		4.900
1	Espora	Prata		800
1	Faqueiro	Prata		68.337
10	Fivela	Prata		3.600
1	Fivela	Prata		1.200
1	Fivela de calções	Prata	Com pedras crisólitas	6.400
1	Fivela de calções	Prata	Com pedras crisólitas	2.000
3	Fivela		2 de pescocinho, 1 de cós de calção	2.000
1	Fivela de sapatos	Ouro		33.600
2	Freio, cabeção	Prata		6.400
	Meio faqueiro	Prata		38.400
1	Pente	Topázio - círculo	De tartaruga com círculos em topázios	8.000
1	Pulseira		Com pedras crisólitas	6.400
1	Relicário	Ouro		33.600
1	Relógio de algibeira	Ouro/diamantes	Com cadeias e chave de ouro e pedras de diamantes	43.200
1	Rosário	Ouro		37.100
1	Roseta		Com topázio amarelo	3.200

<sup>1047</sup> Crisólita ou chrysolito – pedra fina e transparente da cor do ouro e verde. É a maior de todas as pedras finas e a única que se talha na própria mina. *Idem*, vol. II, 1712-1728, p. 303.

<sup>1048</sup> Topázio - pedra preciosa verde com salpicos amarelos que lança uns raios dourados. Os topázios orientais eram mais duros e mais formosos que os ocidentais, daí serem preferidos. *Idem*, vol. VIII, 1712-1728, p. 202.

<sup>1049</sup> Ametista - pedra preciosa de cor púrpura ou branca. *Idem*, vol. I, 1712-1728, p. 335.

(continuação da tabela n.º31)

Quantidade	Tipologia	Matéria-prima	Descrição	Valor (reis)
1	Taça	Prata		10.400

**Fonte:** ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 9, 1810.

Como salienta Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, o emprego de gemas na joalheria permitia ostentar riqueza com relativamente pouco dinheiro mas com “elevado efeito cénico”<sup>1050</sup>. O uso de pedras na joalheria portuguesa intensificou-se a partir da segunda metade de setecentos, provenientes, sobretudo, do Brasil. Porém, não podemos deixar de sublinhar a presença de duas peças neste inventário, bem ao gosto dos finais do século XVIII, quase únicas no total dos inventários transcritos (600): o pente de tartaruga e o relógio de algibeira. O primeiro, no valor de 8.000 reis, ornamentado com círculos de topázio, era colocado no cabelo da mulher; o relógio de algibeira – de uso masculino - com cadeias e chave de ouro e decorado com diamantes foi avaliado em 43.200 reis. O período áureo dos relógios de algibeira ou bolso foi sem dúvida o século XVIII<sup>1051</sup>. Quer o pente quer o relógio eram peças de grande aparato na primeira década do século XIX e estavam na moda não só no Brasil e em Portugal como também na Europa. Outra tipologia de joias a sublinhar neste inventário são as fivelas de sapatos e calções<sup>1052</sup>. As fivelas predominaram na segunda metade de setecentos e, como sublinha Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, “chegaram a atingir valores altíssimos”. O nosso inventariado possuía fivelas de sapatos em ouro avaliadas em 33.000 reis<sup>1053</sup>. As fivelas de calções em prata, embora ornamentadas com crisólitos que, como já referimos, possibilitavam criar um efeito vistoso com pouco dinheiro, foram avaliadas com valores inferiores.

A prataria da casa não era menos importante do que a joalheria: uma taça, quatro castiçais, uma terrina, um prato, dois faqueiros, um dos quais incompleto. Outras peças peculiares foram inventariadas neste património: a bengala de unicórnio com a maçaneta de prata; as esporas, o freio e o cabeção. Quer a prataria da casa quer a joalheria e pedraria,

<sup>1050</sup> Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, 1999b, p. 64.

<sup>1051</sup> Carlos da Silva Lopes, *Estudos de história da ourivesaria*, Porto, Gabinete de estudos de arte decorativa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 28.

<sup>1052</sup> Para além destas, existiam fivelas de liga e de chapéu. Todavia, não temos nenhum destes exemplos nos inventários das nossas amostras.

<sup>1053</sup> Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, 1999b, p. 104; Pierre Bourdieu, *La distinction. Critique social du jugement*, Paris, Editions Minit, 1979, p. 250.

ostentada pelas mulheres desta família, e ainda os objetos equestres referidos, afirmavam o estatuto económico e social de Manuel José Lopes da Costa. Muito embora não tenhamos uma descrição detalhada das peças, sobretudo da sua decoração, a sua posse e exibição constituíam marcas de distinção social.

## **1.2 As joias e a sua relação com o sagrado**

Era costume dizer-se “para a missa o que pudesdes, para a feira quando tiverdes”<sup>1054</sup>. Por um lado este adágio popular indica que muitas vezes o ouro podia não pertencer a quem o usava, mas possivelmente à família alargada (mãe ou sogra) que consentiam que as suas descendentes e futuras herdeiras o ostentassem, por outro, para a feira as mulheres só deveriam usar o ouro que era realmente delas e não em quantidades exageradas, uma vez que estariam sujeitas a furtos e perdas. O mesmo adágio considera a igreja o espaço público mais importante. Numa região de elevada religiosidade a missa de domingo era obrigatória a todo o cristão: “Não há sábado sem sol nem domingo sem missa”<sup>1055</sup>. Deste modo, a igreja seria o espaço mais indicado para mostrar as peças de ouro. A sua ostentação, ao mesmo tempo que tornava as mulheres mais vistosas, salientava a capacidade económica da família. A mulher minhota não podia aparecer na igreja sem os “enfeites oirados”, sob pena de, quer ela quer a família, serem criticados. A relação das joias com o sagrado é patente na existência de cruzes, crucifixos, relicários, veneras, Senhoras da Conceição e rosários. Outras vezes, oferecem-se peças de ouro a santas e santos por dádivas pedidas e/ou concedidas, de que foi exemplo o inventário de Constantino da Cruz, em que a inventariante, Teresa José da Silva Ferreira, declarou que o cordão de ouro avaliado em 20.000 reis não estava integrado no património porque o tinha prometido à Senhora da Abadia<sup>1056</sup>.

Observemos as características destas peças, ou como eram designadas, as “pendurezas”, por se tratar de joias de pendurar nos fios ou cordões<sup>1057</sup>. A cruz, na generalidade, era lisa ou com a imagem de Cristo crucificado. No concelho de Barcelos, no inventário de

---

<sup>1054</sup> José Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. VI, 1983, p. 465.

<sup>1055</sup> *Idem*, *Etnografia portuguesa*, vol. IX, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 509.

<sup>1056</sup> Constantino da Cruz, casado com Teresa José da Silva Ferreira, inventariante, da freguesia de São Tiago de Oliveira, termo da Póvoa de Lanhoso. ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 722, 1797.

<sup>1057</sup> “Pendurezas” - termo utilizado no Minho para designar qualquer ornamento que se dependura num fio ou colar. Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 95; da mesma autora, “O uso do ouro nas festas da Senhora da Agonia, em Viana do Castelo”, in Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (coord.), *Actas do II colóquio português de ourivesaria*, Porto, CITAR, 2009, p. 197.

Custódio Barreto, lavrador rico da freguesia de Sequeade, foi inventariada uma cruz de ouro adornada com esmeraldas, no valor de 5.000 reis<sup>1058</sup>. Ao todo, nos três concelhos, foram inventariadas 41 cruces de ouro ou filigrana (21 cruces em Barcelos, dez em Guimarães e dez na Póvoa de Lanhoso), cujo valor variou entre 500 e 5.000 reis.

Os crucifixos foram muito pouco inventariados nos três concelhos (três ocorrências nos concelhos de Barcelos e Guimarães e quatro no concelho da Póvoa de Lanhoso), sendo todos em ouro e de valor médio de 4.000 reis. A cruz, assim como o crucifixo, “são objetos sobre os quais a Igreja profere a sua oração”, e como tal, cobre de bênçãos e proteção todos os que as usavam<sup>1059</sup>.

O relicário<sup>1060</sup> denominado por “questódia” na linguagem popular, ou por “memórias”, era uma joia de suspender ao peito, geralmente muito trabalhada, na qual se colocavam relíquias ou retratos com o propósito de lembrar um ente querido ausente<sup>1061</sup>. A presença desta joia foi insignificante nos nossos inventários: dois relicários no concelho da Póvoa de Lanhoso, um de ouro no valor de 33.600 reis e outro de aljófar no valor de 5.200 reis e dois relicários no concelho de Barcelos, estes últimos sem referência à matéria-prima ou ao valor. O mesmo se observou com as veneras de ouro, as quais tinham trabalhos de relevo de imagens de santos e santas<sup>1062</sup>. Uma foi inventariada nos concelhos de Barcelos e Guimarães e nove no concelho da Póvoa de Lanhoso, de valor inferior ao relicário, sendo a mais cara, uma venera do Santo Ofício no valor de 3.600 réis<sup>1063</sup>.

As imagens da Senhora da Conceição eram muito frequentes, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX na região do Minho. No século XVIII, dispomos de um exemplar único no inventário de Manuel José Lopes da Costa, já nosso conhecido, no concelho da Póvoa de Lanhoso, tendo sido inventariada e avaliada juntamente com um cordão de ouro, pelo que não é possível destrinçar o seu valor<sup>1064</sup>.

Por último, o rosário, não era uma peça de pendurar como as anteriores, mas de orar. Muito embora houvesse rosários de diversos materiais, também os havia em ouro; disso é

---

<sup>1058</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3527, 1758.

<sup>1059</sup> Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 95.

<sup>1060</sup> Relicário - o mesmo que custódia. Joia de ourivesaria tradicional de suspender ao peito em forma de caixa onde se colocavam relíquias. Entrada “relicário” disponível em [www.portasadentro.ics.uminho.pt](http://www.portasadentro.ics.uminho.pt). Consultado a 16 de fevereiro de 2012.

<sup>1061</sup> Amadeu Costa, Manuel Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, 1992, p. 130.

<sup>1062</sup> Venera – todo o tipo de medalha de caráter religioso. Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 100.

<sup>1063</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 870, 1799.

<sup>1064</sup> *Idem*, ct. 9, 1810.

exemplo o rico rosário com contas maciças no valor de 37.100 reis referido no inventário de Manuel José Lopes da Costa<sup>1065</sup>.

Todas estas “pendurezas”, ao mesmo tempo que enfeitavam, proporcionavam a quem as usava um conforto espiritual. Partindo dos inventários e testamentos, no que toca a peças relacionadas com o sagrado, foi clara a preferência pela cruz, símbolo da Igreja de Cristo.

### **1.3 As joias e a sua relação com o profano**

Nas festas religiosas, romarias ou na festa do padroeiro, toda a rapariga minhota mostrava com orgulho, no peito e nas orelhas, o seu ouro, comprado nas lojas, nos ourives feirantes e ambulantes ou ainda herdado de mães, avós ou madrinhas.

A realidade minhota, como salienta Gonçalves de Vasconcelos e Sousa, “é indissociável de algumas manifestações culturais que lhe são muito características”<sup>1066</sup>. No Minho, a mulher, o ouro, o vestuário e a festa estavam em sintonia. Nos rituais de passagem como o batismo e o casamento, usava diferentes peças de ouro de acordo com as tradições que lhe estavam associadas.

As joias patenteavam uma carga afetiva e simbólica. Mais que um adorno, eram elementos de distinção social e económica. No entanto, para a mulher minhota, a aquisição e uso de peças de ouro constituía antes de mais uma forma de entesouramento, ou seja, uma reserva de valor para ser utilizada nos momentos de crise económica, ou como era costume dizer-se “para nos valer numa doença, numa grande aflição, temos o nosso ouro, o nosso ourinho”<sup>1067</sup>. Em suma, sempre que as suas economias o permitiam, as mulheres minhotas convertiam o seu dinheiro em “enfeites de ouro”<sup>1068</sup>. É de sublinhar que a prática de entesouramento era comum a todos os estratos da sociedade, incluindo a nobreza<sup>1069</sup>. Se para esta era um modo de acumular capital, para os menos abastados constituía uma reserva para os dias ruins<sup>1070</sup>. Deste modo, como observa Daniel Roche “nas joias dos ricos e nos modestos

---

<sup>1065</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>1066</sup> Gonçalves de Vasconcelos e Sousa, “Ourivesaria popular: arte, sociabilidade e património das gentes do Minho”. *Revista de História de Arte*, vol. III, Lisboa, Instituto de História da Arte, FCSH - UNL, 2007, p. 223.

<sup>1067</sup> Amadeu Costa, Manuel Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, 1992, p. 23.

<sup>1068</sup> Rosa Maria dos Santos Mota, Gonçalves de Vasconcelos e Sousa (coord.), *ob. cit.*, 2009, p. 195.

<sup>1069</sup> Sobre as dificuldades das grandes casas da nobreza portuguesa, veja-se Nuno Gonçalves Freitas Monteiro, “O endividamento aristocrático (1750-1832): alguns aspectos”. *Análise Social*, vol. XXVII, 1992, (116-117), pp. 263-283.

<sup>1070</sup> Segundo Rosa Maria dos Santos Mota, a aquisição de ouro como forma de entesouramento manteve-se apenas até a meados do século XX. Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 13.

tesouros dos pobres, os papéis da aparência e do investimento estavam intimamente relacionados”<sup>1071</sup>.

Desfazer-se do ouro, despoletava sentimentos de tristeza e vergonha. O ouro tinha um significado afetivo que ultrapassava a mera função de ostentação. Daí que D. António Costa escrevesse no século XIX que “não toca só em luxo esta originalidade da minhota quasi que toca em vício, pelo menos é paixão e para tudo dizer numa palavra, o seu oiro é inviolável e sagrado”<sup>1072</sup>. Por isso, só em caso de necessidade é que a mulher minhota vendia ou penhorava o seu ouro. No entanto, podemos afirmar que os inventariados das nossas amostras não tiveram muita necessidade de penhorar o seu ouro; nos concelhos de Barcelos e de Guimarães, só temos um caso, e sete na Póvoa de Lanhoso<sup>1073</sup>.

Os penhores referenciados nas nossas amostras foram feitos sobre peças variadas de ourivesaria, muito embora a mais sacrificada tivesse sido o cordão. Um cordão de ouro de elevado valor estaria mais apto a resolver problemas económicos. Em contrapartida, exteriorizava para a comunidade a fragilidade económica da família, para além de provocar um sentimento de perda na mulher que dele era obrigada a prescindir.

Nesta região do Baixo Minho, a mulher e as joias eram indissociáveis. Algumas peças eram usadas diariamente, como os brincos e o colar de contas. Deste modo, como salienta Eduarda Coquet “usar joias de ouro é para as mulheres estabelecer uma relação direta e íntima

---

<sup>1071</sup> Daniel Roche, *ob. cit.*, 2007, p. 102.

<sup>1072</sup> D. António Costa, *No Minho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, p. 259.

<sup>1073</sup> Penhores nas nossas amostras: Guimarães - Úrsula Salgada, casada, de São Tiago de Ronfe, penhorou o seu cordão de ouro no valor de 15.800 reis; Maria Teresa, viúva, da freguesia de Barcelinhos, penhorou por 4.000 reis os seus dois brincos de aljófar que valiam 6.000 reis. A avaliação dos brincos registada no inventário foi apenas de 2.000 reis, ou seja, o valor que entrou na partilha correspondeu à diferença entre o valor dos brincos e o valor penhorado. AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-1-4-31, 1794. Póvoa de Lanhoso - Mariana Rodrigues, mulher de Manuel José de Azevedo, inventariado, tinha um laço de 960 reis e um par de brincos de 400 reis, tudo em ouro, penhorado a Caetano Carvalho; Mariana de Jesus, mulher de um alfaiate de São Paio de Brunhais, tinha três garfos e três facas com cabos de prata penhorados a Jerónimo de Sousa; Francisca Teresa Vieira de Freitas, de São Martinho de Ferreiros, tinha todo o seu ouro penhorado a credores distintos: um fio de contas, um sequillé, um anel, uns pelicanos, umas fivelas, tudo em ouro, exceto o último, a Manuel Rocha (não há referência ao valor); um cordão de ouro avaliado em 14.400 reis a D. Custódia, esposa de João Rebelo; um fio de contas a Maria Teresa de Magalhães e, por último, mais um cordão de ouro do mesmo valor do cordão de D. Custódia, esposa de António de Paiva Brandão; Rosa Rodrigues, solteira, de São Miguel de Taíde tinha um laço de ouro de 960 reis penhorado a Manuel da Silva de Fontarcada e umas contas de ouro de 720 reis ao reverendo reitor da mesma freguesia; Custódia Maria, casada, de São Miguel de Vilela, tinha um cordão de ouro no valor de 14.000 reis penhorado para pagar uma dívida de 12.900 reis, pelo que finda a dita dívida, pertencia ao inventário 1.100 reis; Custódia Maria Fernandes, casada, de Santo Emilião, penhorou o seu cordão de ouro por 11.950 reis; Teresa Carvalho, viúva, de Águas Santas penhorou dois fios de conta avaliados em 2.530 reis que estão em poder de Teresa da Silva e um par de brincos de ouro no valor de 1 600 reis, os quais estavam em poder de Luísa da cidade de Braga; Antónia Maria, viúva, tinha o seu cordão penhorado no valor de 14.400 reis por meia moeda. ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso, ct. 572, 1801; ct. 34, 1800; ct. 293, 1807; ct. 1226, 1786; ct. 2694, 1787; ct. 906, 1795; ct. 106, 1798.

com este adorno. Cada joia tem a sua dona como a sua dona tem a ela; elas pertencem uma à outra e adaptam-se de tal forma, que perdem o sentido quando olhadas separadamente”<sup>1074</sup>. A grande pretensão da mulher minhota era comprar o mais que pudesse. Estes bens eram transmissíveis sobretudo aos familiares do género feminino, filhas, netas ou, ainda, afilhadas.

O ouro, para além de servir de entesouramento de património, estabelecia hierarquias, criava disputas e permitia a ostentação<sup>1075</sup>. A nobreza local e os lavradores ricos assim como os grupos medianos da comunidade rural não exteriorizavam a riqueza ou estatuto apenas através do número de semoventes que possuíam, das colheitas (quantidade de carros de milho ou pipas de vinho), ou dos caseiros que lavravam as suas terras. As mulheres exteriorizavam esse poder económico e social nas festas, romarias ou em qualquer outra reunião pública, nos momentos importantes da comunidade ou da família, em suma, nas ocasiões em que estivessem expostas à apreciação alheia<sup>1076</sup>. A este respeito, vejamos como se comportavam as mulheres minhotas perante o tabelião aquando da venda ou aquisição de um imóvel. No momento da realização do negócio procuravam ir enfeitadas com todo o seu ouro. A que vendia pretendia mostrar que não vendia por necessidade económica; a que comprava salientava que não precisava de se desfazer do seu ouro para comprar o imóvel. Outros momentos do quotidiano mostram-nos a importância de ostentar o ouro, como por exemplo, nas visitas a familiares e a amigos distantes ou quando estava em jogo um possível arranjo matrimonial, na medida em que, ostentar pesados cordões mostrava à família do potencial noivo que a rapariga pertencia a uma família rica, sendo um negócio favorável a ambas as partes<sup>1077</sup>.

Quadras populares e adágios, que permanecem ainda nos tempos de hoje na memória coletiva da população rural, reforçam bem os significados do ouro no *modus vivendi* das populações. A este respeito é de enaltecer a investigação de Eduarda Coquet, já citada, sobre o valor social e simbólico das joias de ouro nas mulheres do Baixo Minho, levado a cabo na freguesia de S. Mamede d’Este, do concelho de Braga. Este trabalho recolhe importantes testemunhos orais. Embora se reporte a um período bem mais tardio (século XX) que o nosso (1750-1810) consideramos que a realidade não sofreu mutações significativas nesta região. Por isso, entendemos que o *modus vivendi* das mulheres de São Mamede d’Este não seria muito diferente do das “nossas mulheres” e respetivos agregados.

---

<sup>1074</sup> Eduarda Coquet, *Cadeia d’ouro*, Tese de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 41.

<sup>1075</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>1076</sup> Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, 2007, p. 226.

<sup>1077</sup> Amadeu Costa, Manuel Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, 1992, p. 37.



## 1.4 As peças de ouro no quotidiano da mulher minhota

Muito embora não o possamos depreender a partir da nossa documentação, a aquisição das joias obedecia a uma hierarquia social. Os rituais de passagem da vida de uma rapariga caminhavam lado a lado com a posse de joias. Logo à nascença furavam-se as orelhas à menina para receber os seus botões<sup>1078</sup>. Este era “o primeiro ritual que a marca como membro sexuado da sua comunidade”<sup>1079</sup>. Apesar de terem sido inventariados alguns pares de botões nos três concelhos (20 pares no concelho de Barcelos, três em Guimarães e três na Póvoa de Lanhoso), não é de excluir que se tratasse de botões de punho.

Em segundo lugar, temos os brincos. Com a adolescência os botões eram trocados pelos brincos, que podiam ser grandes ou pequenos, de peso variado consoante o poder económico da família. Muito embora no século XIX e XX haja referência a diversas tipologias (arrecadas, argolas, brincos à rainha, brincos à rei, etc.), a maioria está ausente da nossa amostra<sup>1080</sup>. Este tipo de peças eram denominados apenas por brincos e em alguns casos eram designadas de pelicanos<sup>1081</sup>. Os brincos assumiam uma importância tal, que na eventualidade de não lhes serem oferecidos, as raparigas desde cedo começavam a amealhar para os comprar. Abel Salazar escreveu: “grãozinho a grãozinho, no canto da arca, ao lado da roupa perfumada de ervas rústicas” estavam “as moedas necessárias para a compra das argolas, que atormentavam os seus sonhos de moça com orelhas nuas”<sup>1082</sup>.

Os brincos e o cordão eram as joias mais importantes na vida de qualquer mulher minhota. Seria lógico esperar que todas as mulheres dos nossos inventários tivessem o seu par de brincos, mas não era o caso. Apenas 199 inventários em 600 (33%) inventariaram joias no seu património. Além disso, destes nem todos declararam brincos (Barcelos, 55%; Guimarães, 76% e Póvoa de Lanhoso, 43%). A inexistência destas peças nos inventários faz-nos voltar ao que anteriormente já foi referido: a mulher podia assumir os brincos como seus, justificando-se, deste modo, a relativa ausência de inventariação desta peça e da ourivesaria em geral. Os brincos inventariados eram, na sua maioria, de ouro, de filigrana e de aljófar. Quando a riqueza o permitia podiam ser adornados com pedrarias tais como diamantes e, em casos excecionais, ametistas. A avaliação dos brincos foi muito variada e oscilou tendo em conta características

---

<sup>1078</sup> Designação dada no Minho aos primeiros brincos das meninas. Estes seriam pequenos e em forma de botão. Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 48.

<sup>1079</sup> Eduarda Coquet, *ob. cit.*, 1990, p. 29.

<sup>1080</sup> Amadeu Costa, Manuel Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, 1992.

<sup>1081</sup> Pelicanos - brincos compridos em forma de pelicano.

<sup>1082</sup> Abel Salazar, *ob. cit.*, 2002, p. 121.

como o peso, a matéria-prima e a pedraria empregue. Por exemplo, um par de brincos de aljófar oscilou entre 1.600 reis e 8.500 reis; de ouro entre 800 a 4.000 reis; de filigrana entre 1.800 e os 4.000 reis. Os brincos com diamantes oscilaram entre os 3.000 e 7.000 reis. Todavia, houve brincos de valor excecional, de que é exemplo o inventário de José Lopes Fernandes, no qual se inventariou um par de brincos de filigrana por 23.000 reis<sup>1083</sup>. Brincos de aljófar e ouro foram os mais inventariados. Contrariamente ao que se possa pensar, a filigrana esteve presente em apenas 16 pares de brincos (13 em Barcelos, dois em Guimarães e um na Póvoa de Lanhoso, curiosamente na terra da filigrana). Relativamente aos pelicanos, de ouro e aljófar, foram inventariados apenas na Póvoa de Lanhoso, oscilando o seu valor entre 600 e 4.000 reis.

As contas e os fios de conta, como sublinha Rosa Maria dos Santos Mota, eram “o segundo ouro que se comprava”<sup>1084</sup>. Muitas contas avulsas foram inventariadas - desde 10 a 56 contas - que depois, seriam aplicadas em fios, formando assim o fio de contas. As contas seriam compradas à unidade quando as economias da mulher o permitiam. Lisas ou retorcidas, eram sempre de ouro<sup>1085</sup>. No entanto, o seu valor variava consoante o feitio. Calculámos o valor médio das contas nos três concelhos tendo em conta esta variável. Uma conta de ouro lisa poderia custar em média 75 reis e retorcida, 190 reis, o que significa que um fio de contas retorcidas ficaria bem mais caro que um fio de contas lisas. Muito terá contribuído para a compra de contas a venda das colheitas provenientes do trabalho do campo e dos galináceos a cargo da mulher. À feira, a mulher levava os géneros que ela obtinha da sua labuta e, de lá, trazia as contas que ia juntando até formar um fio de contas ou amealhava como forma de entesouramento. Para estes fios, não existia um número exato de contas, variando sobretudo em função da capacidade económica da sua proprietária<sup>1086</sup>. O valor final de um fio de contas seria determinado pelo feitio e pela quantidade de contas de ouro. Entende-se, por isso, a grande diversidade de valores encontrada: desde 300 reis – neste caso seria talvez um fio com quatro contas de ouro lisas – a 3.000 reis. Não obstante, com poucas ou muitas contas de ouro, o fio de contas tinha um peculiar significado para a mulher minhota. Tal como os brincos, nunca o

---

<sup>1083</sup> José Lopes Fernandes, inventariado, casado com Custódia Maria Alvares, da freguesia de Santa Maria de Infias, termo de Guimarães, AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-3-1-91, 1792.

<sup>1084</sup> Rosa Maria dos Santos Mota, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (coord.), *ob. cit.*, 2009, p. 197.

<sup>1085</sup> Maria Fátima Macedo apresenta cinco tipos diferenciados de contas: “quatro utilizando como base o prisma rectangular ... e uma, contas bicônicas, formadas por duas lâminas dobradas em tronco de cone, soldadas pela base maior”. Maria Fátima Macedo, *As raízes do ouro popular do noroeste português*, Porto, Instituto Português dos Museus, 1993, p. 17.

<sup>1086</sup> Maria Fátima Macedo no seu trabalho sobre as raízes da ourivesaria popular expõe várias coleções particulares de fios de contas para os séculos XVIII e XIX, os quais apresentam diferentes quantidades de contas: desde nove a 53 contas de ouro. *Idem*, pp. 19-22.

tirava do pescoço, mesmo enquanto dormia. A predileção por esta peça está bem patente nos inventários uma vez que era normal a posse de dois, três ou quatro fios de contas, tal como comprovou Rosa Maria dos Santos Mota partindo da análise de testamentos da primeira metade do século XIX<sup>1087</sup>.

Do fio de contas, passemos para o cordão, aspiração de toda a mulher minhota. Só depois de possuir dois ou três fios de contas é que a mulher minhota se podia dar ao luxo de ter o seu cordão de ouro. O cordão, ornato comum da mulher de todos os estratos sociais, era visto como “uma peça de valor, prestígio e ostentação”<sup>1088</sup>. Fino ou grosso era o terceiro ouro da rapariga, assinalando mais um ritual de passagem. Quando recebia o cordão transitava para o estatuto de “rapariga namoradeira”<sup>1089</sup>. Não obstante, o cordão expressava também a riqueza ou a pobreza da sua família como canta o poeta: “Eu não tenho cordão d’ouro/ Sou filha de gente pobre,/ Bem haja minha mãezinha,/Que me traz conforme pode”<sup>1090</sup>.

O cordão era um importante símbolo de distinção social. Toda a rapariga impossibilitada de ostentar um cordão seria olhada com desdém pelos outros, sobretudo pelos rapazes de melhor condição social que a excluía de imediato do mercado matrimonial. Para além do valor simbólico, o cordão tinha subjacente um valor económico, ou seja, constituía um investimento, uma reserva de capital e era “sinónimo de capacidade e estabilidade económica, que fica patente aos outros”<sup>1091</sup>. Guimarães foi o concelho com mais cordões inventariados (78 cordões), seguindo-se Póvoa de Lanhoso (47) e, por último, Barcelos (10). O caso de Guimarães é o que mais realça a importância do cordão. Apesar de 36% de inventários não referirem esta peça, dos restantes 64%, 46% tinham mais que um cordão. Certas famílias vimaranenses investiram em cordões de ouro, de que é exemplo o já citado inventário de Lourenço da Costa e sua mulher, Inês Maria, com cinco cordões de ouro no valor total de 138.200 reis, uns mais grossos outros mais finos, como é possível depreender mediante o valor atribuído a cada um<sup>1092</sup>. Nos restantes concelhos, para além de estarmos perante um número inferior de inventários com cordões, a maioria dispunha apenas de um cordão, à exceção de três inventários na Póvoa de Lanhoso e dois inventários em Barcelos. As descrições relativas ao cordão foram muito sucintas, limitando-se às simples expressões, “ouro” ou “ouro fino”, para além da estimativa do valor.

---

<sup>1087</sup> Rosa Maria dos Santos Mota, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (coord.), *ob. cit.*, 2009, p. 197.

<sup>1088</sup> Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 68.

<sup>1089</sup> Amadeu Costa, Manuel Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, 1992, p. 127.

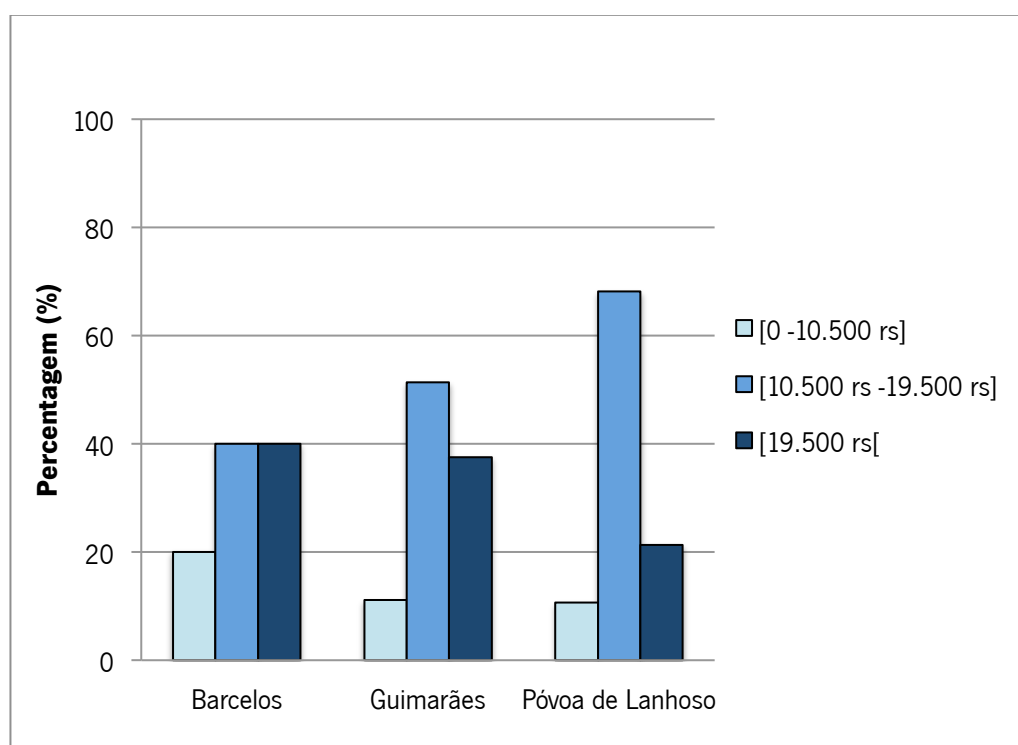
<sup>1090</sup> Fernando de Castro Pires de Lima, *ob. cit.*, vol. I, s/d, p. 226.

<sup>1091</sup> Eduarda Coquet, *ob. cit.*, 1990, p. 28.

<sup>1092</sup> AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-7-1-2, 1806.

Relativamente a este último a variabilidade foi bastante significativa. A mais valia do cordão estava no seu comprimento, que se traduzia nas voltas que podia dar ao pescoço, e no peso, embora este último fosse mais importante. Na nossa documentação não existe referência ao comprimento nem ao peso de qualquer objeto de ourivesaria, muito embora os louvados ao estimarem o valor do cordão convertessem a moeda da época (reis) em peso, como já referimos. Todavia, os valores falam por si. Um cordão de 9.000 reis não podia pesar o mesmo que um cordão de 20.000 ou 30.000 reis. Um cordão de valor inferior a 10.000 reis seria, talvez o cordão de “linha” de que nos falam Amadeu Costa e Manuel Rodrigues de Freitas<sup>1093</sup>. Estes cordões seriam ocos para além de finos, segundo Rosa Maria dos Santos Mota, pesariam cerca de 15 grs. O cordão mais grosso, denominado também de “soga”, pesava 1kg, e era maciço<sup>1094</sup>. Partindo dos valores dos cordões dos nossos inventariados tentamos agrupá-los não tendo em conta as referidas denominações - cordão de “linha” e de “soga” – mas com baixo, médio e alto valor.

**Gráfico 29** - Valor do cordão de ouro nos inventários orfanológicos (1750-1810)



**Amostra:** 129 cordões.

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

<sup>1093</sup> Amadeu Costa, Manuel Rodrigues de Freitas, *ob. cit.*, 1992, p. 35.

<sup>1094</sup> Rosa Maria dos Santos Mota, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (coord.), *ob. cit.*, 2009, p. 197.

No universo de 129 cordões (seis não integram este universo por não terem estimativas de valor), o valor mínimo estimado para esta peça foi de 1.500 reis e foi registado no concelho da Póvoa de Lanhoso. O valor mais elevado foi de 48.260 reis, registado no concelho de Barcelos, no qual, note-se, apenas 10 inventários arrolaram cordões. Por forma a tornar esta análise mais abrangente, optámos por organizar o valor dos cordões por classes de 1.500 reis. Sendo posteriormente agrupados em três categorias, como já referimos: baixo, médio e alto valor (ver gráfico 29). Verificamos que, em todos os concelhos, em especial nos de Guimarães e Póvoa de Lanhoso, houve maior incidência de cordões de valor médio. No conjunto de 47 inventários com cordões, no concelho da Póvoa de Lanhoso, 68,1% integram-se nesta categoria. O mesmo se verifica em Guimarães em mais de metade das ocorrências num universo de 72 inventários. Cordões de valor baixo ficam-se pelos 10% em ambos os concelhos – Guimarães e Póvoa de Lanhoso. Nos inventários do concelho da Póvoa de Lanhoso, o valor máximo de um cordão atingiu os 33.000 reis. Em Guimarães, existem dois inventários em que o valor do cordão foi estimado em 36.000 reis, ou seja, de valor alto. E, por último, no concelho de Barcelos, apesar de poucos inventários incluírem esta peça, 40% são de valor alto.

Os valores indicam que, mais do que ter um cordão, o importante era possuir um bom cordão. Um cordão de valor médio era já um investimento importante. Se tivermos em conta o custo da maioria dos objetos do quotidiano deste período, a venda de um cordão médio daria para colmatar muitas necessidades e até investir num pedaço de terra ou em animais. Uma percentagem significativa de leiras com vinhas e/ou com carvalhos ou ainda com castanheiros, oliveais, bouças, soutos ou devesas e ainda algumas casas térreas, foram avaliados entre os 14.000 e os 19.000 reis. O mesmo se aferiu relativamente aos animais de grande porte, principal força de trabalho dos lavradores: um boi podia custar 18.000 reis<sup>1095</sup> assim como uma junta de touros<sup>1096</sup>. Muito embora uma junta de bois tenha na maior parte dos casos um valor bastante superior, entre 30.000 e 45.000 reis, com a venda de um bom cordão não se tornava impossível adquirir semoventes desta natureza. Ainda sobre esta questão devemos acrescentar que, um cordão médio ou de alto valor seria suficiente para comprar não um mas vários ovinos ou caprinos ou ainda suínos, tão importantes para a sobrevivência das famílias, visto que, o valor médio de uma ovelha ou de uma cabra era de 200 reis, de um porco, embora com maior variabilidade, 5.000 reis e de um bácoro de criação 2.000 reis. Exemplifiquemos, o cordão de

---

<sup>1095</sup> Maria Ribeiro Machado, viúva, de São Tiago de Ronfe, Guimarães. AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães, ct. C-2-2-33, 1785.

<sup>1096</sup> *Idem*, ct. C-7-1-198, 1788.

ouro de Benta de Oliveira Costa estimado em 24.400 reis daria para comprar 2 porcos (10.000 reis), 20 cabras (4.000 reis), 10 ovelhas (2.000 reis) e 4 bácoros de criação (8.000 reis)<sup>1097</sup>. O cordão, mais que um adorno, era um investimento que podia ser utilizado para colmatar necessidades económicas ou para revitalizar e desenvolver a atividade agrícola da família.

O valor afetivo do cordão era diferenciado das demais joias uma vez que era a joia da família, transmitida de geração em geração, perpetuando o património e a memória dos defuntos. Por isso, vender, sobretudo, por necessidade, era muito doloroso.

Para além do fio de contas e cordão, a mulher minhota sonhava com um trancelim, quando as condições económicas eram favoráveis. No entanto, esta joia só seria adquirida quando possuíssem outras joias, sobretudo cordões. O trancelim não fez parte da ourivesaria das mulheres inventariadas ou inventariantes, à exceção de Maria Ribeiro Machado, que para além de um par de brincos de aljófar, uma laça cravada de diamantes, dois cordões de ouro de alto valor, tinha ainda um trancelim de ouro avaliado em 30.120 reis<sup>1098</sup>. Apesar da ausência desta peça de ourivesaria nos inventários por nós analisados, não significa, todavia, que não fizesse parte do quotidiano das mulheres do Baixo Minho. Como já fizemos notar por várias vezes, muitos objetos, entre os quais o trancelim, “escaparam” à inventariação.

A laça era uma joia feminina de suspender ao pescoço num fio de seda ou num colar. Segundo Carlos da Silva Lopes é a “velha jóia portuguesa” por se considerar genuinamente portuguesa<sup>1099</sup>. No norte de Portugal a laça ou sequillé<sup>1100</sup> (denominação encontrada nos inventários da Póvoa de Lanhoso) foi fabricada para satisfazer o gosto das mulheres dos “lavradores honrados”, expressão corrente dos séculos XVII e XVIII, ou seja, os que possuíam casas agrícolas superiores às dos pequenos proprietários locais e que, de certa forma, se aproximavam da pequena nobreza local<sup>1101</sup>. No entanto, não significa que a pequena lavradeira não tivesse a sua laça, talvez mais singela.

Os principais centros de produção de laças foram o Porto, Guimarães, Braga e Gondomar<sup>1102</sup>. Apesar da sua grande produção neste período, a quantidade de laças nos nossos

---

<sup>1097</sup> ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos, ct. 3994, 1791.

<sup>1098</sup> *Idem*, ct. C-1-4-37, 1802.

<sup>1099</sup> Carlos da Silva Lopes, *ob. cit.*, 2005, p. 30. Laça - designação utilizada na Póvoa de Lanhoso. Na restante região do Minho, a designação mais comum foi laço. Laço ou laço, geralmente de pequenas dimensões, de laçada dupla e fios enrolados. A laça usava-se ao pescoço como pendente ou ainda como alfinete e também na versão de brincos. Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, pp. 85-86.

<sup>1100</sup> Sequillé - denominação usada no norte de Portugal para definir um alfinete de peito aparentado com a laça. *Idem*, p. 98.

<sup>1101</sup> Carlos da Silva Lopes, *ob. cit.*, 2005, pp. 30-31.

<sup>1102</sup> *Idem, ibidem*.

inventários não foi muito expressiva: Barcelos, 16; Guimarães, 34 e Póvoa de Lanhoso, 30. E, sendo Guimarães um dos principais centros de produção de laças e o século XVIII o período da sua difusão, podemos pensar que, tal como outros objetos, a sua ausência dos inventários não significa que não fizessem parte do quotidiano dos nossos agregados.

A primeira laça inventariada data de 1786, aumentando progressivamente o seu número a partir de 1793, ou seja, finais do século XVIII. O que terá determinado por um lado, a reduzida inventariação de laças nestas regiões e, por outro, a sua tardia inventariação nos nossos inventários?

A laça de ouro ou filigrana, e em alguns casos com diamantes, adornava o peito das mulheres do Baixo Minho. Para além de joia de suspensão, podia assumir também a forma de alfinete ou ainda de brincos<sup>1103</sup>. O valor das laças de ouro ou filigrana sem pedraria, nos concelhos em análise, oscilou entre os 1.700 reis e os 4.800 reis; com diamantes (não temos informação quanto ao número de pedras), a média foi de 7.000 reis. Contudo, no inventário de Francisca Maria Salgada foi inventariada uma laça com diamantes no valor de 48.000 reis<sup>1104</sup>. Infelizmente as descrições são muito sucintas, impedindo-nos de ter uma ideia do seu trabalho de ourivesaria e pedraria.

Nos concelhos de Guimarães e Póvoa de Lanhoso encontramos excecionalmente alguns exemplos de laças acompanhadas por outras peças de ourivesaria: com brincos e anel (duas ocorrências); só com brincos (duas ocorrências) e com anel (uma ocorrência). Segundo Carlos da Silva Lopes estas peças compostas seriam mais requintadas<sup>1105</sup>. Em suma, as laças, singelas ou elaboradas, fizeram parte da ourivesaria da mulher do Baixo Minho. Todavia, não foram exclusivas das mulheres dos “lavradores honrados” porque simples lavradeiras também as possuíam.

O requife<sup>1106</sup>, peça de ouro ou filigrana, inventariado por vezes com diamantes cravados, era outro adorno de peito. O seu valor médio foi de 3.000 reis, mas alterava-se tendo em conta a presença ou não de pedras preciosas. O diamante foi a única pedra aplicada no requife. A presença desta peça nos inventários dos três concelhos foi muito reduzida: um em Barcelos; 16 em Guimarães e dois na Póvoa de Lanhoso.

---

<sup>1103</sup> Veja-se na mesma obra algumas imagens de laças do século XVIII e XIX. Maria Fátima Macedo, *ob. cit.*, 1993, pp. 51-54.

<sup>1104</sup> Francisca Maria Salgada, casada, da freguesia de São Paio, Guimarães. AMAP, “Judicial Antigo”, ct. C-3-5-57, 1794.

<sup>1105</sup> Carlos da Silva Lopes, *ob. cit.*, 2005, pp. 31-32.

<sup>1106</sup> Requife - fio batido, de secção reta, com torcidos. Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 97.

Para terminar, não podemos deixar de fazer referência aos anéis. Apesar de, no último quartel do século XVII e primeiro quartel do século XVIII, se assistir a uma diversificação das tipologias de anéis - ovais, retangulares, redondos, lanceolados, losangulares, pedraria, esmalte, pinturas etc. -, não os temos para o período em questão (1750-1810)<sup>1107</sup>. A lavradeira não tinha por hábito usar anéis no seu dia a dia. A labuta do campo não o permitia; sendo a agricultura a principal atividade económica, não admira que fosse quase inexistente a frequência de anéis. Apenas as mulheres de condição social mais elevada, sem necessidade de colocar as mãos na terra, os poderiam usar. Ao todo foram inventariados 21 anéis: sete em Barcelos, três em Guimarães e 14 na Póvoa de Lanhoso de valor médio de 1.500 reis, com exceção dos anéis inventariados em Guimarães, cravados com diamantes, de valor médio de 3.500 reis. Estes pertenciam a mulheres de elevado estatuto, casadas com lavradores ricos, mercadores, prestamistas e com um juiz dos órfãos. Ou seja, mulheres mais adstritas ao espaço interior da casa e suscetíveis de frequentar os círculos de sociabilidade da elite local.

## **2. OS ADORNOS DO HOMEM MINHOTO**

A maioria das joias são de uso feminino, mas o homem também dispunha de peças de ourivesaria: os botões de punho em ouro ou prata e as fivelas de pescocinho, de sapatos e de calções. Outras peças se podiam referir, como as bengalas com maçaneta de prata, o espadim também de prata e ainda o relógio de algibeira. Numa primeira instância podemos inferir que da mesma forma que o ouro está mais ligado à mulher, a prata está mais ligada ao homem. As peças que acabamos de mencionar reportam-se às que foram inventariadas. Não obstante, a frequência, no geral, foi bastante excecional, exclusiva dos homens de estatuto superior.

As fivelas de prata podiam adornar os sapatos, os calções ou o pescoço. O simples lavrador estaria supostamente mais interessado em dispor das suas economias para comprar utensílios de lavoura, do que propriamente para comprar objetos para se adornar. Além disso, é importante sublinhar que, competia à mulher exteriorizar a riqueza e o estatuto da sua família através da ostentação do seu ouro. Também o significado dos objetos não era o mesmo para todos, variava segundo o capital cultural de cada um. Estas são algumas das hipóteses que poderão explicar a ausência de fivelas nos inventários orfanológicos dos concelhos de Barcelos e

---

<sup>1107</sup> Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *ob. cit.*, 1999b, p. 103.



de Guimarães. Na Póvoa de Lanhoso, apesar de não ter sido muito significativa, temos a certeza que as fivelas constituíam um dos adornos dos homens da região. Das 16 ocorrências, três eram de pescocinho, quatro de sapatos, cinco de cóis de calções e as restantes (quatro) não têm referência à tipologia. Entre elas temos um par de fivelas de sapatos que pesavam 28 oitavas. As fivelas do cóis dos calções, adornadas com pedras crisólitas cravadas, foram avaliadas umas em 6.400 reis e outras, de valor muito inferior, em 2.000 reis. Estas foram as únicas fivelas inventariadas separadamente, as restantes formaram um conjunto de três pares de fivelas de diferente tipologia, perdendo-se, deste modo, a avaliação de cada par. Relativamente aos demais objetos – bengala, relógio, espadim – fazem parte apenas do inventário de Manuel José Lopes de Carvalho, já citado no início.

Para o período estudado e na região do Baixo Minho as joias, independentemente da sua morfologia, devem ser entendidas como um capital suscetível de ser convertido em numerário, sobretudo quando as famílias se viam a braços com dificuldades económicas. Para além disso, as joias assumem um papel importante quando se procura entender o significado de “pertença à família”. Apesar do uso do ouro ser uma constante nesta região, a verdade é que encontramos – através dos inventários orfanológicos – alguns patrimónios familiares onde as joias estavam ausentes. Isto não deverá significar que as mulheres do Baixo Minho não as envergassem. As joias e outras peças de ourivesaria eram transmitidas aos herdeiros não só através da legítima, mas também por doações *inter-vivos*. Esta última forma de transmissão fez parte do quotidiano das gentes do Baixo Minho. Não havia um momento específico para o fazer; as mulheres doavam-nas ou legavam-nas pessoalmente ou através das escrituras públicas. Consideramos que a ausência relativa de peças de ouro nos inventários orfanológicos das nossas amostras se deve sobretudo a esta forma de transmissão *inter-vivos* que servia para assinalar os momentos de passagem da rapariga minhota.

Todavia, não devemos anular a possibilidade de as joias nunca terem figurado no património de algumas famílias, pois na maioria dos casos não nos é possível saber se algum dia as possuíram. A isto acrescem outros exemplos de que demos conta, em que as joias figuram nos testamentos, mas não se encontram à data do inventário. Estas situações podem ainda levar-nos a considerar a possibilidade de a família se ter desfeito destas peças em virtude de eventuais dificuldades económicas.

Apesar de todas as incógnitas, as peças de ourivesaria parecem ter sido aquelas que assumiram maior simbolismo dentro do património móvel das famílias. A ourivesaria demarcou-

se pelo seu valor afetivo, ou seja, pelo sentido de pertença à família. Mais que um “simples objeto”, as peças de ouro guardavam memórias, sentimentos, e daí que as famílias as procurassem transmitir de geração em geração. Ao valor económico e afetivo juntava-se o valor social, já que as peças de ourivesaria estabeleciam hierarquias quer dentro da família quer na sociedade em geral.

## **CONCLUSÕES**

As fontes consultadas constituídas por inventários orfanológicos, testamentos e levantamento fotográfico forneceram-nos uma variedade de informações que nos permitiram, apesar das inevitáveis limitações, conhecer a vida material das populações rurais do Baixo Minho entre 1750 e 1810. Paralelamente, não obstante o fosso entre os estratos sociais característico das sociedades modernas, os inventários orfanológicos primaram-se pelo princípio da igualdade de direitos entre os vários herdeiros; as normas legais e as dinâmicas familiares impediram a exclusão mesmo dos herdeiros que tinham partido da sua terra e estavam ausentes aquando da partilha do património familiar.

Os objetos, os bens fundiários e a casa, transmitem significados de foro simbólico, económico e social. Por isso, através do acoplamento das características do património móvel e imóvel foi possível observar clivagens económicas, onde os mais abastados conviviam com os que lutavam para sobreviver e, destriçar costumes e comportamentos, onde a precariedade conviveu, excecionalmente, com o refinamento.

No Baixo Minho a posse de terra e de casa afirmaram-se como principal apanágio dos seus patrimónios, relegando para um plano secundário o património móvel. A pequena propriedade predominou nos patrimónios dos agregados domésticos desta região. Para além da estrutura fundiária, os inventários orfanológicos deram-nos informações de relevância no que concerne à silvicultura praticada nesta região, destacando-se nos concelhos de Guimarães e da Póvoa de Lanhoso o carvalho e a castanha e, no concelho de Barcelos, o sobreiro. A vinha foi, de facto, uma das principais culturas dos três concelhos. Nas bordas das leiras e campos não faltavam as “uveiras”. A criação de gado bovino, ovino e caprino foi fundamental enquanto complemento da atividade agrícola e no colmatar das dificuldades económicas. O gado bovino, sobretudo, está associado à agricultura de forma explícita. Pela quantidade de cabeças de gado depreende-se a qualidade do proprietário.

Não fugindo ao que se vivia no Reino, a terra no Baixo Minho, como pertencia aos grandes senhores laicos, eclesiásticos e à Coroa foi explorada ordinariamente mediante um contrato bilateral entre dois senhores: o senhor do domínio direto e o senhor do domínio útil. Avultava, como se observou, o contrato de exploração denominado por emprazamento por vidas. Mesmo não pertencendo aos inventariados, a terra continuava a ser símbolo de poder e riqueza. Por um lado, era dela que retiravam o essencial para o sustento da família, por outro lado, funcionava como aferidora do estatuto dos proprietários. Os bens de raiz fizeram parte do património da maioria dos inventários, assumindo uma proporção no total do património superior a 50%. No

entanto, nem todos os inventários possuíam um património fundiário capaz de responder às carências familiares, havendo necessidade de complementar a atividade agrícola com outros ofícios. Muito embora o património imóvel não fosse o único indicador do estatuto dos inventariados, era, sem dúvida, um dos mais importantes. A qualidade e a quantidade dos bens fundiários, assim como a estrutura e características da casa rural, constituírem um claro manifesto da condição socioeconómica dos inventariados.

A traça arquitetónica da casa rural do Baixo Minho variou consoante a riqueza dos seus proprietários. No mundo rural, a dimensão da atividade agrícola definiu a dimensão e o número de compartimentos da casa. O pequeno camponês possuía uma simples casa térrea, pouco iluminada, semelhante a um casebre ou abrigo. Outros, à medida que podiam, acrescentavam um ou dois compartimentos ao já existente, por forma a aumentar o espaço disponível. A agregação de mais uma ou duas “casas” ao núcleo inicial determinou a presença de três categorias de casas térreas (unicelular, bicelular e pluricelular). A casa térrea unicelular, constituída por um compartimento, coadunava no mesmo espaço todas as atividades do quotidiano. Na casa térrea bicelular, havia já uma esboçada separação funcional. A cozinha, centro nevrálgico da vida quotidiana, deixava de estar inserida no espaço onde supostamente se pernoitava. Quer na casa térrea unicelular como na bicelular, os edifícios ligados à atividade agrícola estavam presentes, ficando a corte do gado ou o cortelho do porco geralmente contíguos.

A existência de espaços separados para homens e animais não era acessível a todos, mas apenas ao lavrador médio e abastado. A casa de sobrado reflete uma cultura habitacional mais apurada; o piso inferior era reservado à atividade agrícola, o superior para pernoitar, visto que, a cozinha continuava geralmente térrea; a escadaria e a varanda tornavam a construção funcional.

Na paisagem, a altura das casas permitia identificar a qualidade do seu proprietário. O mesmo se pode dizer relativamente à dimensão dos muros que circuitavam todo o complexo habitacional e que rematavam no portal fronho ou portal dos carros, principal acesso à casa rural.

Não obstante a tipologia da casa enquanto elemento de identificação do estatuto dos indivíduos, importa salientar que o conforto não existia ao nível arquitetónico, quer na casa térrea como na casa de sobrado. A polivalência era a nota dominante. A planta da maioria das

casas impedia a privacidade do indivíduo, não distinguindo público do privado e facilitava a promiscuidade.

Nos inventários do concelho de Barcelos, foi maior a frequência de casas térreas, contrariamente ao que se verificou nos concelhos de Guimarães e Póvoa de Lanhoso. Nestes últimos, a casa de sobrado destacou-se na paisagem. Nota-se uma relação transversal entre o tipo de habitação e a quantidade/qualidade de terras exploradas. Deste modo, confirma-se que a casa, enquanto estrutura arquitetónica, era um potencial indicador de riqueza na paisagem rural.

O património móvel dos inventariados do Baixo Minho foi, na generalidade, relativamente pobre e arcaizante. O pauperismo deveu-se aos condicionalismos económicos, possivelmente à transmissão direta de bens aos herdeiros antes da morte de um dos cônjuges ou em momentos precedentes à feitura do inventário. Muito embora consideremos plausíveis as duas últimas premissas, não temos dúvida que mesmo assim, a pobreza seria a regra nesta região. Se por um lado as dificuldades económicas e as próprias habitações não eram propícias ao conforto e ao consumo de bens, por outro, as palavras mudança e novidade só raras vezes fizeram parte do *modus vivendi* desta população.

As gentes do Baixo Minho, presas às tradições ancestrais e à dureza do trabalho da terra, limitaram os seus interesses, sobretudo, ao que era essencial, ou seja, à sobrevivência e à posse de bens que rentabilizassem a produção agrícola. Poucos foram os inventários que não arrolaram nos seus patrimónios utensílios de ofício (alfaias agrícolas e instrumentos dos artesãos rurais). Em média, esta categoria da cultura material móvel representou entre 11 a 14% do valor total dos patrimónios nos três concelhos. Mais importante que adornar o interior das casas ou ostentar uma indumentária distinta ou uma joia, o camponês minhoto via-se obrigado a investir em primeiro lugar nos instrumentos de trabalho de forma a garantir a subsistência do agregado, e só depois, se as suas economias o permitissem, se dariam a outros consumos. Deste modo, para as gentes do Baixo Minho, os instrumentos de trabalho foram sentidos numa primeira instância como suporte para a sobrevivência do agregado, e numa segunda instância, como investimento por forma a rentabilizar e a valorizar a terra. A frequência e tipologia das alfaias agrárias assumem-se como indicadores potenciais da capacidade de produção das famílias rurais e concomitantemente, como indicadores da sua condição social. A presença de um arado, de um carro de bois, pressupõe a presença de semoventes e de terra arável de média ou grande dimensão, a que o pequeno camponês não teria acesso. Por exemplo, o arado não foi inventariado em 76% do total da amostra. Isto quererá significar alguma coisa. As terras, como

eram de pequena dimensão, não careciam de arados para a sua exploração. Desta forma, seria a produção agrícola suficiente para colmatar as necessidades do quotidiano? Outra característica desta sociedade minhota, reflexo do pouco desafogo económico de algumas famílias, foi a sazonalidade das atividades; a inventariação de instrumentos de trabalho de outros ofícios revela a multiplicidade de funções desenvolvidas pelos inventariados do Baixo Minho, de modo a obstar às dificuldades económicas da família e da exploração agrícola. Estas dificuldades eram acentuadas nos momentos em que tinham de trabalhar na terra e aquando do pagamento do foro e demais obrigações dominiais, que podiam asfixiar e endividar as famílias camponesas.

No Baixo Minho, a enfiteuse foi o tipo de exploração mais utilizada, com a ressalva que no concelho da Póvoa de Lanhoso, 49% das terras inventariadas eram bens de herdade e alodiais. Não obstante, 24% do universo dos inventariados (600) eram proprietários do domínio útil de casais enquanto outros possuíam prazos de valor significativo. Isto para dizer que, apesar das vicissitudes, nem todos os agregados viviam na pobreza. Estamos perante lavradores médios e abastados que, para além da terra, se serviam de outros indicadores para ostentar a sua riqueza e a sua posição na hierarquia social. Deste modo, entre os diversos inventários, casos houve em que a presença de determinados objetos e matérias-primas refletiram uma distinta condição social.

Entende-se, por isso, o despoletar de outras necessidades nas vivências do quotidiano das famílias minhotas e nas relações destas com a comunidade: a necessidade de evidenciar o estatuto e, de forma mais abrangente, a necessidade de perpetuar determinados objetos ao longo das gerações. Neste último contexto insere-se, sobretudo, a roupa de casa e as joias, geralmente produzidas (no caso da roupa de casa) e ostentadas (no caso das joias) pelas mulheres da família.

Se a indumentária foi manifestamente complementada pela ourivesaria, a mesa foi escassamente adornada com prataria da casa, restringindo-se apenas nas famílias abastadas com hábitos de sociabilidade mais apurados. O mesmo se poderá dizer relativamente ao recheio da casa. O mobiliário no Baixo Minho, mais que em qualquer outra área do património móvel, caracteriza-se pelo retardamento na introdução de novas peças. Nas famílias mais modestas, o principal objetivo do mobiliário não era melhorar as condições de vida mas responder às necessidades básicas do quotidiano - trabalho, repouso, sono e quando muito, preparação dos alimentos. É dentro deste contexto humilde que inserimos e classificámos o mobiliário presente na maioria dos inventários orfanológicos dos concelhos em análise. Nas famílias mais

abastadas, as que ostentavam indumentária de tecidos importados, ourivesaria e joalheria distinta, o recheio da casa fez jus à sua condição social, não só pela quantidade e qualidade do mobiliário mas pela novidade das peças. Porém, trata-se de casos excepcionais, uma vez que na generalidade o mobiliário foi austero, sóbrio, rude, pobre e alheio ao conforto e bem-estar.

Nas cozinhas dos inventariados, denegridas pelo fumo que saía pelos interstícios das telhas, paredes e aberturas, escasseavam utensílios domésticos necessários para preparar os alimentos e para comer. Porém, alguns inventários destacaram-se não pela quantidade de utensílios domésticos mas pela presença de peças que revelaram hábitos alimentares de terras de além-mar, como o chá, o chocolate e o açúcar.

No fabrico da roupa de casa, o linho de produção caseira continuava a ser a matéria-prima privilegiada na centúria de setecentos. No enxoval da rapariga pobre ou abastada só raras vezes faltou o lençol ou a toalha de linho. Lençóis, mantas, guardanapos e toalhas de mesa compunham os modestos “enxovais” da maioria dos agregados domésticos. Apesar de simples revestiam-se de um enorme significado para as mulheres do Baixo Minho: as mães teciam, bordavam e rendavam o que de melhor tinham para oferecer às suas filhas. O conforto de que estas podiam usufruir era fechado em arcas e usado apenas para ser exposto nos rituais de passagem (batismo, casamento e morte). No dia a dia, usavam-se os lençóis e toalhas de estopa, quando os havia. Porém, nem todos os inventariados possuíam enxovais pobres. Colchas e cobertas rendadas, de valor avultado, grandes toalhas de mesa rendadas, fizeram parte do património de algumas famílias mais abastadas, sobretudo do concelho da Póvoa de Lanhoso. Estes objetos adornavam o interior doméstico nos momentos mais festivos e evidenciavam o prestígio da casa. Não obstante as similitudes entre os três concelhos, os inventariados do concelho da Póvoa de Lanhoso, quando comparados sobretudo com os inventários do concelho de Barcelos, evidenciam alguma opulência, quer ao nível da quantidade como da qualidade das peças, em todas as categorias do património móvel e imóvel. A presença significativa de bens alodiais neste concelho terá determinado a sua prosperidade; livres de pesados encargos, os inventariados viviam mais desafogados e com maior predisposição para o consumo.

As preocupações relacionadas com as necessidades do parecer em público vão adquirindo cada vez mais importância. Deste modo, a roupa do corpo, mais que a roupa de casa emergiu como marca principal de distinção social, não só pela quantidade de peças no guarda-roupa como pela diversidade de tecidos empregues.



Os patrimónios do Baixo Minho caracterizaram-se pela escassez da indumentária e calçado. A roupa usava-se, remendava-se e transformava-se em panos ou farrapos, quando o seu uso já não fosse possível. O vestuário, tal como a roupa de casa, também se transmitia e legava a familiares ou aos pobres. Geralmente fechado às mudanças, o vestuário do Baixo Minho obedecia a marcações do tempo, do calendário religioso e do estado matrimonial. No entanto, se alguns guarda-roupas eram constituídos por peças velhas e elementares de tecidos e cores corriqueiros, outros não faltavam os tecidos importados, as cores garridas e as novidades que sopravam da Europa, refletindo novos consumos que traduziam poder económico e social. Apesar da ruralidade do Baixo Minho, seria inadmissível não se reconhecer a presença de alguns elementos peculiares na sua indumentária, nomeadamente a diversidade de tecidos de origem nacional e estrangeira embora, acessíveis a uma pequena parcela desta sociedade. Todavia, não deixa de ser importante notar que apesar de distantes dos principais centros urbanos, certas famílias mais abastadas não se fecharam no seu pequeno mundo rural e procuraram acompanhar os ditames da moda europeia.

“Parecer bem” em público não dependia apenas da indumentária. Sempre que a condição económica o permitia, nas festas religiosas, romarias e demais ocasiões, a mulher minhota ostentava o seu cordão e brincos de ouro. Peças simples, ordinárias, como os pelicanos, as laças e os fios de conta, foram as mais inventariadas nos três concelhos. Guimarães, berço da ourivesaria, destacou-se na inventariação de cordões, muitos dos quais de valor avultado, cuja venda daria para comprar um bom pedaço de terra arável. A ourivesaria inventariada era geralmente para uso feminino. Contudo, nos patrimónios mais abastados, a ourivesaria, por vezes, adornada de pedraria, serviu ambos os sexos (botões e fivelas de ouro e ainda outros objetos de prata e acessórios). Todavia, como se verificou nos inventários, tanto as famílias modestas como as abastadas, recorriam aos penhoristas, em momentos de agonia económica, ao vizinho ou a um simples conhecido para penhorar uma ou outra peça de ouro. A ourivesaria extravasava a simples função do “uso”. Guardava memórias e sentimentos que eram transmitidos de geração em geração. Deste modo, para além de pilar económico e de entesouramento, a ourivesaria demarcou-se pelo seu valor afetivo, ou seja, pelo sentido de pertença à família no património móvel dos inventariados do Baixo Minho.

O acesso à maioria dos bens estava limitado aos que possuíam capacidade económica, daí que os objetos se afirmassem como indicadores potenciais de distinção social.

Nesta sociedade rural tudo tinha significado e valor. Nada se perdia, tudo se transformava através da reutilização. Remendava-se porque a generalidade dos agregados domésticos não tinham condições económicas para comprar novo. Por isso, o património móvel, à exceção da ourivesaria, foi geralmente classificado de velho ou usado, ou quando muito, em bom estado. A expressão novo, só raras vezes surge, mesmo nos inventários das famílias mais abastadas. A roupa de casa, a indumentária, o mobiliário, as alfaias, eram usadas até à exaustão em todos os estratos sociais e mesmo que perdessem a sua utilidade prática, continuavam a ter valor, visto que não deixavam, por isso, de fazer parte do património das famílias e das legítimas dos herdeiros.

## **FONTES MANUSCRITAS**

### **Arquivo Distrital de Braga (ADB)**

Inventários orfanológicos, “Fundo Judicial Antigo”, Barcelos.

Inventários orfanológicos, “Fundo Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso.

### **Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP)**

Inventários orfanológicos, “Judicial Antigo”, Guimarães.

## FONTES IMPRESSAS

ALMEIDA, Alfredo de Moraes, “Da emphyteuse no moderno Direito Civil Português”. Separata do *Instituto*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1898.

BLUTEAU, Rafael, *Vocabulário português e latino*, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

BOAVENTURA, Manuel de, *Novos contos do Minho*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1953.

BRANCO, Camilo Castelo, *Novelas do Minho. Um retrato de Portugal*, Lisboa, Bertrand, 2009.

CAPELA, José Viriato, BORRALHEIRO, Rogério, *Barcelos nas memórias paroquiais de 1758*, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1998.

CAPELA, José Viriato, *As freguesias do distrito de Braga nas memórias paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, [s. n], 2003.

*Código Civil Português. Aprovado por carta de lei de Julho de 1867*, 3.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1891, art.º 499 a 504.

COELHO, Adolfo, *Contos populares portugueses*, 7.ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 2002.

*Collecção das Leys, Decretos e Alvarás que Comprehende o Feliz Reinado d’El Rei Fidelíssimo D. José I*, vol. II, Lisboa, Officina António Rodrigues Galhardo, 1770.

COSTA, D. António, *No Minho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.

COSTA, Padre António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal ...*, Tomo I, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706.

COSTA, Vicente José Ferreira Cardoso da, *Memoria sobre avaliação dos bens de prazo*, Lisboa, Officina Typografica Regia, 1802.

- FREIRE, José de Mello, “Instituições de Direito Civil Português”. *Boletim de Ministério da Justiça*, n.º 163, fevereiro, s/d.
- LEÃO, Duarte Nunes de, *Descrição do Reino de Portugal*, 3.ª ed., Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.
- LEIVA, António Joaquim Ferreira D'Eça e, *Memorias theoricas e practicas do Direito Orphanologico*, 3.ª ed., Porto, Jacintho Antonio Pinto da Silva, s/d.
- LOBÃO, Manuel de Almeida e Sousa de, *Appendice diplomático-historico ao Tractado Emphyteutico*, Lisboa, Imprensa Regia, 1814a.
- LOBÃO, Manuel de Almeida e Sousa de, *Tractado practico, e escrito de todo o Direito Emphyteutico*, Tomo I e II, Lisboa, Impressão Regia, 1814b.
- POINSARD, León, *Le Portugal inconnu*, Paris, Firmin Didot, 1910.
- QUEIRÓS, Eça de, *A cidade e as serras*, Matosinhos, QuidNovi, 2008.
- ROCHA, M. A. Coelho da, *Instituições de Direito Civil Portuguez*, 8ª. ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1917.
- ROTerdão, Erasmo de, *A Civilidade Pueril*, Fernando Guerreiro (trad.), Lisboa, Estampa, 1978.
- SALAZAR, Abel, *Recordações do Minho arcaico. Obras completas de Abel Salazar*, Luísa Garcia Fernandes (coord.), Porto, Campo de Letras, 2002.
- SILVA, António de Moraes, *Novo dicionário compacto da língua portuguesa*, Lisboa, Editorial Confluência, 1813.
- SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portugueza de 1750 a 1762*, Lisboa, Typografia Maignense, 1830.

SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e, *Esboço de hum dictionário judirico, theórico e practico, remissivo às leis compiladas, e extravagantes*, vols. I-II, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1825.

SOUSA, Frei de Luís de, *Vida do arcebispo*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, [s. n.], 1961.

TELLES, José Homem Corrêa, *Questões e varias resoluções do direito emphyteutico*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1851.

VIEIRA, José Augusto, *O Minho pitoresco*, vols. I-II, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1886-1887.

## ESTUDOS

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Cidades e vilas de Portugal. Barcelos*, Lisboa, Presença, 1990.
- ALMEIDA, Cláudia, BRITO, Joaquim Pais de, MELO, Patrícia, *Normas de inventário – Etnologia – Tecnologia Têxtil*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2007.
- ALVES, Daniel Ribeiro, *Os dizimos no final do Antigo Regime: aspectos económicos e sociais (1820-1834)*, Tese de mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2001.
- ALVES, Jorge Fernandes, *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, [s. n.], 1994.
- ALVES, Jorge Fernandes, *Fiar e tecer – uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1999.
- ALVES, Jorge Fernandes, “O trabalho do linho”, in MENDES, José Amado, FERNANDES, Isabel (coord.), *Património e indústria no Vale do Ave*, Vila Nova de Famalicão, Adrave, 2002.
- AMORIM, Norberta, *Guimarães de 1580 a 1819: (estudos demográficos)*, Braga, M.N.S.B.A., 1985.
- ARAÚJO, Ana Cristina, *A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)*, Lisboa, Notícias Editorial, 1997.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI a XVIII)*, vols. I-II, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima, 2000.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Rituais da caridade: na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia, 2003.

- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, “Casar raparigas pobres na confraria de S. Vicente de Braga (século XVIII-XIX)”, in ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, FERREIRA, Fátima Moura, ESTEVES, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2010.
- ARIÈS, Philippe, *História da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos dias*, Brizila Diana de Siqueira (trad.), Rio de Janeiro, Ediouro Publicações, 2003.
- BARRETO, Angélica Cruz, ESTEVES Lidia Macedo, *Aspectos do traje nos arredores de Braga na mudança do século (XIX-XX). Catálogo da exposição*, Braga, Museu Nogueira da Silva, 1988.
- BARTOLOMÉ BARTOLOMÉ, Juan Manuel, “Inventarios post-mortem, cultura material y consumo en León durant la Edad Moderna”, in SÁ, Isabel dos Guimarães, GARCÍA FERNÁNDEZ, Máximo (dirs.), *Portas Adentro: comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 193-215.
- BAUDILLARD, Jean, *O sistema dos objectos*, São Paulo, Perspectiva, 1973.
- BAULANT, Micheline, “Typologie des inventaires après décès”, in WOUD, A. Van der, SCHUURMAN, A., (eds.), *Probate Inventories. A New Source of the Historical Study of Wealth, Material Culture and Agriculture Development*, Utrecht, HES Publishers, 1980, pp. 33-42.
- BAULANT, Micheline, “Necessite de vivre et besoin de paraitre les inventaires et la quotidienne”, in BAULANT, M., SCHUURMAN, A. J., SERVAIS, P. (eds.), *Inventaires après-décès et ventes de meubles: apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*, Louvain-la-Neuve, Academia, 1988a, pp. 9- 17.
- BAULANT, Micheline, “Age du fer, age du chêne. Les matériaux des objets quotidiens en Brie aux XVIIe et XVIIIe siècles ”, in BAULANT, M., SCHUURMAN, A. J., SERVAIS, P. (eds.), *Inventaires après-décès et ventes de meubles: apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*, Louvain-la-Neuve, Academia, 1988b, pp. 39-57.
- BEIRANTE, Maria Ângela, “Para a história da morte em Portugal (séc. XII-XIV)”, in *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. I, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 357-383.



- BELL, Quentin, *Mode et société. Essai sur la sociologie du vêtement*, Paris, Puf, 1992.
- BERCOVICI, Rivka, “Dans L`Intimite des Parisiens avec les Inventaires après-décès (1840-1881), in BAULANT, M., SCHUURMAN, A. J., SERVAIS, P. (eds.), *Inventaires après-décès et ventes de meubles: apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*, Louvain-la-Neuve, Academia, 1988, pp. 59-68.
- BLANDIN, Bernard, *La construction du social par les objects*, Paris, PUF, 2002.
- BLOCH, Marc, *Introdução à história*, 3.ª ed., Mira-Sintra, Publicações Europa-América, 1976.
- BOAS, Franz, “Alguns problemas de metodologia nas Ciências Sociais”, in BOAS, Franz, *Race, Language and Culture*, Nova Iorque, Free Press, 1966.
- BOURDIEU, Pierre, *La distinction. Critique social du jugement*, Paris, Editions Minuit, 1979.
- BOUÇA, Rita Maria (coord.), *Como trajava o povo português. Exposição integrada no festinatel/91 – 5º festival internacional de folclore*, Lisboa, Inatel, 1991.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, “Os ataques dos franceses e os patrimónios femininos no Rio de Janeiro setecentista através dos inventários de bens”. *Revista de la Inquisición*, vol. XIII, Madrid, 2009, pp. 223-255.
- BRANDÃO, Maria de Fátima, *Terra, herança e família no noroeste de Portugal: o caso de Mosteiro no século XIX*, Porto, Afrontamento, 1994.
- BRAUDEL, Fernand, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, vol. I - *As estruturas do quotidiano: o possível e o impossível*, Telma Costa (trad.), Lisboa, Teorema, 1992.
- BRETTELL, Caroline B., *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequência da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Dom Quixote, 1991.

BUCAILLE, Richard, PESEZ, Jean-Marie, "Cultura material". *Enciclopédia Eunadi*, vol. XVI, Lisboa, IN-CM, 1989.

BURKE, Peter, *History & Social Theory*, Cambridge, Polity Press, 1999.

CACHADA, Armindo de Sá, *O linho no campo e na arca*, Guimarães, Grupo Folclórico da Corredoura, s/d.

CAPELA, José Viriato, NUNES, João A., "O concelho de Barcelos do Antigo Regime à Primeira República – fontes para o seu estudo". *Separata da «Barcellos-Revista»*, 1983, pp. 1-64.

CAPELA, José Viriato, *Entre-Douro e Minho 1750-1830. Finanças, administração e bloqueamento estruturais no Portugal Moderno*, vol. I, Tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 1987.

CARVALHO, António Lopes de, *Os mesteres de Guimarães*, vols. I-II, Barcelos, Companhia editora do Minho, 1939-1941.

CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, *Basto (St<sup>a</sup> Tecla). Uma leitura geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Tese de mestrado, Guimarães, Universidade do Minho, 1999.

CARVALHOSA, Adelino, "A Importância dos testamentos para o estudo das mentalidades. Estudo de dois testamentos, de um rol de bens e de um codicilo. Fins do séc. XVII, princípios do século XVIII". *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, vol. III, Porto, 1986, pp. 7-76.

CASTRO, Armando de, "Propriedade", in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Figueirinhas, 1992, pp. 92-96.

CASTRO, E. M. Melo e, *A qualidade dos têxteis*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1984.

CHAUNU, Pierre, *La mort à Paris (XVI<sup>e</sup>, XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles)*, Paris, Fayard, 1978.

COATES, Timothy J., *Degredados e órfãos: colonização dirigida pela Coroa no império português. 1550-1755*, Lisboa, CNCDP, 1998.

- COLLOMP, Alain “Famílias. Habitações e coabitações”, in ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (eds.), CHARTIER, Roger (dir.), *História da vida privada*, vol. III - Do Renascimento ao século das Luzes, Armando Luís de Carvalho Homem (trad.), Porto, Afrontamento, 1990, pp. 501-541.
- CONDE, Manuel Sílvio, VIEIRA, Marina Afonso, “Habitação e a arquitectura corrente do Norte Trasmontano em finais da Idade Média”, in GONÇALVES, Iria (coord.), *Paisagens Rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade de Nova de Lisboa, 2004, pp. 1-26.
- COQUET, Eduarda, *Cadeia d'ouro*, Tese de mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1990.
- CORNETTE, Joel, “La révolution des objects. Le Paris dès inventaires après-décès (XVII<sup>e</sup> XVIII<sup>e</sup> siècles)”. *Revue D'Histoire Moderne et Contemporaine*, vol. XXXVI, 1989, pp. 464-475.
- COSTA, Amadeu, FREITAS, Manuel Rodrigues de, *Ouro popular português*, Porto, Lello&Irmão – Editores, 1992.
- COSTA, Manuela Pinto da, “Glossário de termo têxteis e afins”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, vol. III, Série I, 2004, pp. 138-161.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida, “Enfiteuse”, in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Figueirinhas, 1992, pp. 379-383.
- COSTA, P<sup>o</sup>. Avelino de Jesus da, “Lutuosa”, in Joel Serrão (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. IV, Porto, Figueirinhas, 1992, p. 86.
- CUNHA, Cármen Alice Aguiar de Moraes Sarmiento, *Emigração familiar para o Brasil. Concelho de Guimarães, 1890-1914 (Uma perspectiva microanalítica)*, Tese de mestrado, Braga, Universidade do Minho, 1997.
- CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança, 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000.

DÁVILA CORONA, Rosa Maria, GARCÍA FERNÁNDEZ, Máximo, *El consumo de productos textiles en Valladolid, 1750-1850*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2001.

DÁVILA CORONA, Rosa Maria, DURAN PUJOL, Montserrat, GARCÍA FERNÁNDEZ, Máximo, *Diccionario histórico de telas y tejidos Castellano-Catalán*, Salamanca, Junta de Castilla Y León, 2004.

DÁVILA CORONA, Rosa Maria, “Cultura material y consumo entre la élite universitaria vallisoletana en el siglo XIX”, in SÁ, Isabel dos Guimarães, GARCÍA FERNÁNDEZ Máximo (dirs.), *Portas adentro: comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 217- 235.

DESCAMPS, Paul, *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, Librairie Paris, 1935.

DIAS, Jorge, “Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português”, in *Ensaaios etnológicos*, n.º 52, Lisboa, Junta de investigação do Ultramar, 1961, pp. 121-143.

DIAS, Jorge, *Os arados portugueses e as suas prováveis origens*, Lisboa, Casa da Moeda, 1982.

DURÃES, Andreia, “Luxo e vida privada: o exemplo da Pragmática de 1609”. *Boletim Informativo do Núcleo de Estudos de População e Sociedade*, Série II, n.º 1, 2007, pp. 19-40.

DURÃES, Andreia, “Penhoristas do Porto do século XVII: homens, actividade e objectos”, in SÁ, Isabel dos Guimarães, GARCÍA FERNÁNDEZ, Máximo (dirs.), *Portas adentro: comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 251-272.

DURÃES, Margarida, “A casa rural minhota: papel e significado no contexto hereditário – séculos XVIII e XIX”. *Cadernos do Noroeste, Tempos, Espaços, sociedade e cultura*, vol. I, n.º 1, Braga, Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1987a.

DURÃES, Margarida, “Necessidades económicas e práticas jurídicas: problemas de transmissão das explorações agrícolas, séculos XVIII-XIX”. *Revista Ler História*, n.º 29, 1987b, pp. 67-88.

DURÃES, Margarida, *Herança e sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga (séculos XVIII-XIX)*, 2 vols. , Tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2000.

DURÃES, Margarida, “A posse da terra na região rural de Braga no século XVIII”. *Ler História. Dossier: Terras e Homens*, n.º 43, 2002, pp. 57-83.

DURÃES, Margarida, “Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota: o papel das herdeiras (sécs. XVIII-XIX)”. *Cadernos do Noroeste*, vol. XVII (1-2), 2002, pp. 125-144.

DURÃES, Margarida, “Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (secs. XVIII-XIX)”. *Boletim de História Demográfica*, XII, n.º 35, 2005, pp. 1-24.

DURÃES, Margarida, "Com uma enxada e um fouchinho. Estruturas familiares, modelos sociais e construções identitárias numa região de tradições migratórias", in MARTINS, Moisés de Lemos (org.), *Caminhos nas ciências sociais. Memória, mudança social e razão - Estudos em homenagem a Manuel da Silva Costa*, Coimbra, Grácio Editor, 2010, pp. 161-175.

DURAND, Jean-Yves, *O olhar de três «estrangeiros» sobre um Concelho minhoto*, Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde, 2004.

FARIA, Rui, “Entre o campo e a cidade: bens móveis e de raiz nos dotes de casamento em Guimarães”, in SÁ, Isabel dos Guimarães, GARCÍA FERNÁNDEZ, Máximo (dirs.), *Portas Adentro: comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 171-190.

FEBVRE, Lucien, *El problema de la incredulidad en el siglo XVI. La religión de Rabelais*, Isabel Balsinde (trad.), Madrid, Akal, 1993.

FERREIRA João Rosa, TABORDA Maria da Piedade, SOTTOMAYOR Pedro José, “Contribuição para o estudo das atitudes perante a morte nos testamentos da região de Lisboa no século XVII”. Separata do *Boletim cultural da assembleia distrital de Lisboa*, vol. I, III Série, n.º 88, Lisboa, 1982, pp. 1-31.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, “Construção corrente em Santarém no século XV: alguns exemplos”, in RAMOS, Luís A. de Oliveira, RIBEIRO, Jorge Martins, POLÓNIA, Amélia (coord.), *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 457-473.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, “Roupas de cama e roupas do corpo nos testamentos de Guimarães (1250-1300)”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, n.º 14, 1997, pp. 33-63.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, “A casa comum em Guimarães, entre o público e o privado (finais do século XV)”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 279-296.

FERREIRA, Maria da Conceição Fernandes, *O linho na tradição*, s/l, Edições Greca, 1998.

FILIPE, Alda Maria Lourão, *Comunidades rurais do interior do distrito de Coimbra na segunda metade do século XVIII. Um itinerário económico e social*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, Governo Civil de Coimbra, 1990.

FLANDRIN, Jean-Louis, “A distinção pelo gosto”, in ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (eds.), CHARTIER, Roger (dir.), *História da vida privada*, vol. III - Do Renascimento ao século das Luzes, Armando Luís de Carvalho Homem (trad.), Porto, Afrontamento, 1990, pp. 267-309.

FLANDRIN, Jean-Louis, *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, 2.ª ed., M. F. Gonçalves de Azevedo (trad.), Lisboa, Estampa, 1995.

FONSECA, Jorge, “O Interior doméstico em Montemor-o-Novo no século XVII”. *Almansi: Revista de Cultura*, Série I, n.º 9, 1991, pp. 153-194.

FOUCAULT, Michel, *As palavras e as coisas*, Isabel Dias (trad.), Lisboa, Edições 70, 1988.

FREITAS, Paulo Alexandre Ribeiro, *Terras de Lanhoso. Monografias II. Meia Popula de Lanyoso. Forais de Lanhoso*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 1992.

- GALHANO, Fernando, *O carro de Bois em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia, 1973.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Máximo, “Percepciones de la apariencia castellana dentro de España y en Roma. Imagen, cultura material y estilos de vida comparados a finales del Antiguo Régime”. *Cuadernos Dieciochistas*, Salamanca, Ediciones Universidade de Salamanca, n.º 9, 2008, pp. 119-151.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Máximo, “La dote femenina: posibilidades de incremento del consumo al comienzo del ciclo familiar. Cultura material castellana comparada (1650-1850)”, in SÁ, Isabel dos Guimarães, GARCÍA FERNÁNDEZ, Máximo (dirs.), *Portas Adentro: comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 117-148.
- GEERTZ, Clifford, *Interpretação das culturas*, Fanny Wrobel (trad.), Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GERALDES, Alice, *Gente do minifúndio. Produção e reprodução social em mudança na freguesia da Correlhã*, Tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 1987.
- GIRÃO, A. de Amorim, *Geografia de Portugal*, 3.ª ed., Porto, Portucalense Editora, 1960.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “Noções operatórias na abordagem global das sociedades”, in *Memoriam António Jorge Dias*, vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, pp. 159-174.
- GOODMAN, Mary Ellen, *El individuo y la cultura*, Cidade do México, Pax-México, 1971.
- GRAÇA, Luís Quartin, *O linho em Portugal – subsídios para o fomento da sua cultura*, Lisboa, Ministério da Economia, 1963.
- GUEDES, Ana Isabel Marques, *Os colégios dos meninos órfãos (sécs. XVII-XIX): Évora, Porto e Braga*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- HERNÁNDEZ LÓPEZ, Carmen, “Cultura material y especialización de la casa (Campo de Montiel, 1650-1800)”, in BARTOLOMÉ BARTOLOMÉ, Juan Manuel, GARCÍA FERNÁNDEZ, Máximo

- (dir.), *Apariencias contrastadas: contraste de apariencias. Cultura material y consumo de Antiguo Régimen*, León, Universidad de León, 2012, pp. 15-39.
- HESPANHA, António Manuel, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político: Portugal séc. XVII*, vol. I, Lisboa, A.M.H., 1986.
- JONES, Ann Rosalind, STALLYBRASS, Peter, *Renaissance Clothing and the Materials of Memory*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- KROEBER, Alfred, KLUCKHOHN, Clyde, *Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions*, New York, Vintage Books, 1963.
- LA RONCIÈRE, Charles de, “A vida privada dos notáveis toscanos no limiar do Renascimento”, in ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dirs.), *História da vida privada*, vol. II – Da Europa Feudal ao Renascimento, Armando Luís Carvalho Homem (trad.), Porto, Afrontamento, 1990, pp. 164-309.
- LAMAS, Maria, FLORES, José António (coord.), *As mulheres do meu país*, Lisboa, Caminho, 2002.
- LARAIA, Roque de Barros, *Cultura: um conceito antropológico*, 3.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Zahar Editor, s/d.
- LARROQUE, Marie-Thérèse, “Le linge de maison dans le trousseaux du Pays d’Orthe au XIX<sup>e</sup> siècle”. *Ethnologie Française*, tome 16, n.º 3, Juillet-sept, 1986, pp. 261-272.
- LE GOFF, Jacques, *A Civilização do ocidente medieval*, Manuel Ruas (trad.), vol. I, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Estampa, 1995.
- LINO, António, *Monografia de Guimarães e seu termo*, Lisboa, Instituto Fontes Pereira de Melo, 1984.
- LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, “A cultura da escrita nos espaços privados”, in MATTOSO, José (dir.), MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas (coord.), *História da vida privada em Portugal*, vol. II - A Idade Moderna, s/l, Círculo de Leitores, 2011, pp. 334-394.



- LOPES, Carlos da Silva, *Estudos de história do mobiliário*, Porto, GEAD, 2004.
- LOPES, Carlos da Silva, *Estudos de história da ourivesaria*, Porto, GEAD, 2005.
- MACEDO, Maria Fátima, *As raízes do ouro popular do noroeste português*, Porto, Instituto Português dos Museus, Museu Nacional Soares dos Reis, 1993.
- MADUREIRA, Nuno Luís, *Lisboa. Luxo e distinção. 1750-1830*, Lisboa, Fragmentos, 1990.
- MADUREIRA, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidiano (Lisboa, 1740-1830)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa, “A emigração para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista”, in SOUSA, Fernando de, MARTINS, Ismênia, PEREIRA Conceição Meireles (coord.), *A emigração portuguesa para o Brasil*, Porto, Afrontamento, 2007, pp. 51-68.
- MARCHESAN, Ana Maria Moreira, *A tutela do património cultural sob o enfoque do direito ambiental: Uma abordagem transdisciplinar*, Tese de mestrado, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Introdução à história da agricultura em Portugal*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Cosmos, 1978.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. II – Do Renascimento às revoluções Liberais, Lisboa, Palas Editores, 1984.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, “Laudémio”, in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Figueirinhas, 1992b, pp. 439-440.
- MARQUES, H. de Oliveira, “Foro”, in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Figueirinhas, 1992<sup>a</sup>, pp. 58-59.

- MATHEWS, Gordon, in *Cultura global e identidade individual*, Bauru, Edusc, 2002.
- MEDEIROS, Fernando, “Grupos domésticos e habitat rural no Norte de Portugal – o contributo da escola de Le Play, 1908-34”. *Análise social*, vol. XXIII (95), 1º, 1987, pp. 97-116.
- MELEIRO, Maria Bernardete Domingues Esteves, *Imigrantes: Uma nova face da sociedade portuguesa. Um estudo de caso no concelho de Barcelos*, Tese de mestrado, Braga, Universidade do Minho, 2004.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de, “Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público”, in *Estudos Históricos*, vol. V, n.º 21, 1998, pp. 89-103.
- MESTRE, Victor, “Arquitectura popular no arquipélago da Madeira, património atlântico. Bases para a sua reabilitação enquanto património cultural”. *Separata da Revista Islenha*, n.º 23, Funchal, Jul-Dez., 1998, pp. 89-112.
- MONCADA, Luís Cabral de Oliveira, «O “Século XVIII” na legislação de Pombal», in *Estudos de História do Direito*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1948, pp. 83-126.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – uma questão em debate na segunda metade do século XIX”, in SOUSA, Fernando de, MARTINS, Ismênia, PEREIRA, Conceição Meireles (coord.), *A emigração portuguesa para o Brasil*, Porto, Afrontamento, 2007, pp. 385-400.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, “Foreiro”, in Nuno Luís Madureira (coord.), Conceição A. Martins, Nuno Gonçalo Freitas Monteiro (org.), *História do trabalho e das ocupações. A agricultura: dicionário das ocupações*, vol. III, Oeiras, Celta, 2002ª, p. 53-59.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, “Senhorio”, in Nuno Luís Madureira (coord.), Conceição A. Martins, Nuno Gonçalo Freitas Monteiro (org.), *História do trabalho e das ocupações. A agricultura: dicionário das ocupações*, vol. III, Oeiras, Celta, 2002b, pp. 115-120.

- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, “O endividamento aristocrático (1750-1832): alguns aspectos”. *Análise Social*, vol. XXVII, 1992, (116-117), pp. 263-283.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, in MADUREIRA, Nuno Luís (coord.), MARTINS, Conceição A., MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas (org.), *História do trabalho e das ocupações. A agricultura: dicionário das ocupações*, vol. III, Oeiras, Celta, 2002.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal, 1750-1832*, Lisboa, Casa da Moeda, 2003.
- MORENO CLAVERÍAS, Belén, *Pautas de consumo em el Penedés del siglo XVIII. Una propuesta metodológica a partir de inventários sin valoraciones monetárias*, Florença, [s. n.], 2001.
- MOTA, Rosa Maria dos Santos, “O uso do ouro nas festas da Senhora da Agonia, em Viana do Castelo”, in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (coord.), *Actas do II colóquio português de ourivesaria*, Porto, CITAR, 2009, pp. 195-212.
- MOTA, Rosa Maria dos Santos, *Glossário do uso do ouro no Norte de Portugal*, Porto, Universidade Católica Editora, CIONP, CITAR, 2011.
- NASCIMENTO, J. F. Da Silva, PINTO, Augusto Cardoso, *Cadeiras portuguesas*, Lisboa, A Nova Eclética, 1998.
- NETO, Margarida Sobral, *Terra e conflito. Região de Coimbra (1700-1834)*, Viseu, Palimage Editores, 1997.
- OATES, Phyllis Bennett, *História do mobiliário ocidental*, NOGUEIRA, Mário B., SEYMOUR, Mary (trad.), Lisboa, Presença, 1991.
- OLIVAL, Fernanda, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”, in MATTOSO, José (dir.), MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas (coord.), *História da vida privada em Portugal*, vol. II - A Idade Moderna, s/l, Círculo de Leitores, 2011, pp. 244-275.

- OLIVAL, Fernanda, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”, in MATTOSO, José (dir.), MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas (coord.), *História da vida privada em Portugal*, vol. II - A Idade Moderna, s/l, Círculo de Leitores, 2011, pp. 244-275.
- OLIVEIRA, Aurélio de Araújo, *A abadia de Tibães 1630/80 – 1813. Propriedade, exploração e produções agrícolas no vale do Cávado durante o Antigo Regime*, vol. I, Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979.
- OLIVEIRA, Aurélio de Araújo, “Rendas e arrendamentos da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (1684-1731)”. *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Guimarães, 1981, pp. 99-121.
- OLIVEIRA, Aurélio de Araújo, “Indústrias em Braga. A Companhia das Lãs, 1773”. *Separata Bracara Augusta*, vol. XLI, n.º 91/92, 1988-89, pp. 139-175.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, “Arquitectura”, in LIMA, Fernando de Castro Pires de (dir.), *A arte popular em Portugal*, vol. I, Lisboa, Verbo, s/d., pp. 13-137.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, “Mobiliário”, in LIMA, Fernando de Castro Pires de, (dir.), *A arte popular em Portugal*, vol. I, Lisboa, Verbo, s/d., pp. 139-171.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, PEREIRA, Benjamim, *Sistemas de atrelagem dos bois em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia, 1973.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia tradicional portuguesa – o linho*, Lisboa, INIC, 1978.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, “Casas”, in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Figueirinhas, 1992, pp. 517-519.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, PEREIRA, Benjamim, *Alfaia agrícola portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, *Arquitectura tradicional portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1998.

OVERTON, Mark, “English Probate Inventories and the Measurement of Agricultural Change”, in WOUDE, A. Van der, SHUURMAN, Anton (eds.), *Probate Inventories. A New Source for the Historical Study of Wealth, Material Culture and Agricultural Development*, Utrecht, HES Publishers, 1980, pp. 205-215.

PELLEGRIN, Nicole, “Chemises et chiffons. Le vieux et le neuf en Poitou et Limousin, XVIII<sup>e</sup> - XIX<sup>e</sup> siècles”. *Ethnologie Française*, tome 16, n.º 3, Juillet-sept, 1986, pp. 283-294.

“Tomento” e “Vessada”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vols. 32 e 34, [S. l.], Página Editora, [s.n.], pp. 27 e 808.

PEREIRA, Liliana Conceição Silva, “Quinta dos Cavaleiros - contributo para o estudo da casa-torre”. *Actas do I Congresso internacional, Casa Nobre. Um património para o futuro*, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2007, pp. 421-445.

PEREIRA, Miriam Halpern, *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, São Paulo, EDUSC, 2002.

PESEU-MASSABUAU, Jacques, *La maison, espace social*, Paris, Presses Universitaires de France, 1983.

PINA-CABRAL, João de, “A casa do Noroeste”. *Revista Análise Social*, vol. XXIII, n.º 95, 1987, pp. 151-162.

PINA-CABRAL, João de, *Filhos de Adão, filhas de Eva: a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Paulo Valverde (trad.), Lisboa, Dom Quixote, 1989.

PINTO, Clara Vaz, *et. al.*, *Artes tradicionais de Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

- PINTO, Pedro Costa, ALBUQUERQUE, Ana (coord.), *O móvel de assento português do século XVIII*, Lisboa, Mediatexto, 2005.
- PRATA, Ana, *Dicionário Jurídico*, 3.<sup>a</sup> ed., Coimbra, Almedina, 1992.
- PROENÇA, José António, *Mobiliário da Casa - Museu Dr. Anastácio Gonçalves*, Lisboa, IPM, 2002.
- RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva, *O mosteiro e a colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, vol. I, Tese de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991.
- REVEL, Jacques, “As práticas de civilidade”, in ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (eds.), CHARTIER, Roger (dir.), *História da vida privada*, vol. III - Do Renascimento ao século das Luzes, Armando Luís de Carvalho Homem (trad.), Porto, Afrontamento, 1990, pp. 169-209.
- RIBEIRO, Maria Armada, *Trabalho e quotidiano numa vila do litoral. Vila do Conde no século XVIII*, vol. I, Tese de mestrado, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2002.
- RIBEIRO, Orlando, “Povoamento e circulação”, in RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann (eds.), DAVEAU, Suzanne (org.), *Geografia de Portugal*, vol. III – O povo português, Lisboa, João Sá da Costa, 1989, pp. 857-876.
- RIBEIRO, Orlando, “As regiões geográficas”, in RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann (eds.), DAVEAU, Suzanne (org.), *Geografia de Portugal*, vol. IV - A vida económica e social, Lisboa, João Sá da Costa, 1991, pp. 1241-1267.
- RIBEIRO, Orlando, *Geografia e civilização – temas portugueses*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1992.
- ROCHA, Maria Manuela, *Propriedade e níveis de riqueza. Forma de estruturação social em Monsaraz na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1994.
- ROCHE, Daniel, *História das coisas banais*, Telma Costa (trad.), Lisboa, Teorema, 1998.

- ROCHE, Daniel, *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*, Assef Kfour (trad.), São Paulo, Senac, 2007.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A., “A propriedade rural”, in SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (dirs.), DIAS, João José Alves (coord.), *Nova história de Portugal*, vol. V - Do Renascimento à Crise Dinástica, Lisboa, Presença, 1998, pp. 82-114.
- RODRIGUES, Fernando António Matos, *Casas e diferenciação social*, Tese de mestrado, Braga, Universidade do Minho, 1999.
- RODRIGUES, Henrique, *Emigração e alfabetização. O Alto-Minho e a miragem do Brasil*, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.
- RODRIGUES, Henrique, “A emigração de elites do noroeste de Portugal no século XIX”, in SOUSA, Fernando de, MARTINS, Ismênia, PEREIRA, Conceição Meireles (coord.), *A emigração portuguesa para o Brasil*, Porto, Afrontamento, 2007, pp. 237-256.
- ROSS, Robert, *Clothing: A Global History: or, The Imperialists’ new Clothes*, Cambridge, Polity Press, 2008.
- SÁ, Alberto, *Sinais da Guimarães urbana em 1498*, Tese de mestrado, Braga, Universidade do Minho, 2002.
- SAMPAIO, Alberto, *Estudos históricos e económicos*, vols. I-II, Lisboa, Vega, 1979.
- SANDÃO, Arthur, *O móvel pintado em Portugal*, Barcelos, Livraria Civilização, 1999.
- SANTOS, Armindo dos, *Heranças: estrutura agrária e sistema de parentesco numa aldeia da Beira Baixa*, Lisboa, Dom Quixote, 1992
- SANTOS, Boaventura Sousa, “Os processos de Globalização”, in *A Globalização e as Ciências Humanas*, São Paulo, Cortez, 2002.

- SANTOS, Manuela de Alcântara, SILVA, Nuno Vassalo e, *Colecção de ourivesaria do Museu Alberto Sampaio*, Lisboa, Instituto Português dos Museus, 1998.
- SANTOS, Manuela de Alcântara, “Os livros de notas dos ourives feirantes vimaranenses, José Moreira de Pinto Carvalho”, in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (coord.), *Actas do II Colóquio português de ourivesaria*, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 2009, pp. 213-226.
- SANTOS, Manuela de Alcântara, *Ourives de Guimarães ao serviço de Deus e dos homens*, Guimarães, Instituto de Museus e da Conservação. Museu Alberto Sampaio, 2009.
- SARTI, Raffaella, *Casa e família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, Isabel Teresa Santos (trad.), Lisboa, Estampa, 2001.
- SCHWEITZ, A., “De la salle commune a la chambre a coucher”, in BAULANT, M., SCHUURMAN, A. J., SERVAIS, P. (eds.), *Inventaires Après-Décès et Ventes de Meubles. Apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*, Louvain-la-Neuve, Academia, 1988, pp. 319-332.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste português: (séculos XVIII e XIX)*, Guimarães, NEPS-Universidade do Minho, 1999, pp. 517-519.
- SEGALEN, Martine, *Sociologia da família*, Ana Santos Silva (trad.), Lisboa, Terramar, 1999.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VI - O despotismo Iluminado (1750-1807), Lisboa, Verbo, 1982.
- SERRÃO, Joel, *A emigração portuguesa*, 4.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982.
- SERRÃO, Joel (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vols I-V, Porto, Figueirinhas, 1992.
- SERVAIS, Paul, “Inventaires et ventes de meubles: apports a l`histoire economique”, in BAULANT, M., SCHUURMAN, A. J., SERVAIS, P. (eds.), *Inventaires après-décès et ventes de meubles:*



- apports à une histoire de la vie économique et quotidienne (XIVe-XIXe siècle)*, Louvain-la-Neuve, Academia, 1988, pp. 30-35.
- SILVA, Alberto Júlio, “Modelos e modas – traje da Corte em Portugal nos séculos XVII e XVIII”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Anexo V, Porto, 1993, pp. 171-185.
- SILVA, Manuel Carlos, *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*, Lisboa, Afrontamento, 1998.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, *Território e poder. Nas origens do Estado contemporâneo em Portugal*, Cascais, Patrimonia, 1997.
- SOARES, Marilda, “Semiologia da cultura material: lendo signos e representações sociais a partir dos objectos”. *Domínios da Linguagem*, IV, 2004, pp. 1-10.
- SOBRADO CORREA, Hortensio, *Las tierras de Lugo en la Edad Moderna. Economía campesina, familia y herencia, 1550-1860*, Corunha, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2001.
- SOBRADO CORREA, Hortensio, “Los Inventarios post-mortem como fuente privilegiada para el estudio de La historia de la cultura material en la Edad Moderna”. *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LXIII/3, n.º 215, Madrid, Sept-Diciembre, 2003, pp. 825-861.
- SOUSA, Fernando Alberto Pereira, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, vol. II, Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979.
- SOUSA, Fernando de, CIRNE, Teresa, “Portugueses do norte de Portugal com destino ao Brasil (1805-1832)”, in SOUSA, Fernando de, MARTINS, Ismênia, PEREIRA, Conceição Meireles (coord.), *A emigração portuguesa para o Brasil*, Porto, Afrontamento, 2007, pp. 489-556.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, “O ofício de ourives da prata no Porto setecentista”, in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (coord.), *Actas do I Colóquio português de ourivesaria*, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 1999a, pp. 29-38.

- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *A joalharia em Portugal (1750-1825)*, Porto, Civilização Editora, 1999b.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *A ourivesaria da prata em Portugal e os mesteres portuenses. História da sociabilidade (1750-1810)*, Porto, [s. n.], 2004.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, “Ourivesaria popular: arte, sociabilidade e património das gentes do Minho”. *Revista de História de Arte*, vol. III, Lisboa, Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL, 2007, pp. 222-237.
- SOUSA, Maria José Costa de Carvalho e, *A arte do ouro*, Póvoa de Lanhoso, Alfena-Ourivesaria de Travassos, 1995.
- SOUSA, Maria José Costa de Carvalho e, “Museu da ourivesaria de Travassos – valorização de uma actividade artesanal”, in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (coord.), *Actas do I Colóquio português de ourivesaria*, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 1999, pp. 249-262.
- TARDIEU, Suzanne, *Le mobilier rural traditionnel français*, Paris, Aubier-Flammarion, 1976.
- TAVEIRA, Alfredo Pereira, *Estudos históricos sobre a campanha do Marechal Soult em Portugal*, Porto, Deriva, 1898.
- TÁVORA, Fernando, PIMENTEL, Rui, MENÉRES, António, “Zona 1 - Minho”, in *Arquitectura popular em Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, A.A.P., 1980, pp. 4-111.
- TORRES, Ruy d`Abreu, “Primcias”, in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Figueirinhas, 1992, pp. 184.
- VALENTIM, Carlos Manuel, *Uma família de cristãos-novos do Entre Douro e Minho: os Paz*, Tese de mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia portuguesa*, vols. VI, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.

VERRET, Michel, “Les cycles du linge”. *Ethnologie Française*, tome 16, n.º 3, Juillet-sept, 1986, pp. 223-226.

VIDIGAL, Luís, *O municipalismo em Portugal no século XVIII. Elementos para a caracterização da sociedade e instituições locais, no fim do «Antigo Regime»*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

VIGARELLO, Georges, *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*, Isabel St. Aubyn (trad.), Lisboa, Fragmentos, 1988.

VILAÇA, Olanda Barbosa, “Podemos conhecer os patrimónios móveis através dos inventários orfanológicos? Os casos de Guimarães e Barcelos (séculos XVIII-XIX)”, in SÁ, Isabel dos Guimarães, GARCÍA FERNÁNDEZ, Máximo (dirs.), *Portas Adentro: comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 237-250.

VILAÇA, Olanda Barbosa, “Pano com que me visto, pano com que me deito. O uso dos têxteis no mundo rural (noroeste de Portugal, 1750-1810)”, in BARTOLOMÉ BARTOLOMÉ, Juan Manuel, GARCÍA FERNÁNDEZ, Máximo (dirs.), *Apariencias contrastadas: contraste de apariencias. Cultura material y consumos de Antiguo Régimen*, León, Universidad de León, 2012, pp. 99-118.

VILLARES, Ramón, *La propiedad de la tierra en Galicia, 1500-1936*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1982.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos, frases, que em Portugal antigamente se usavam...*, vols. I-II, 2.ª ed., Lisboa, A. J. Fernandes Lopes, 1965.

WALL, Karin, “Residência e sucessão na família camponesa do Baixo Minho”. *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 5, Mem-Martins, Publicações Europa-América Lda., Lisboa.

WIJSENBEECK, Thera “Delft in the eighteenth century”, in WOUDE, A. Van der, SCHUMANN A. (eds.), *Probate Inventories. A New Source of the Historical Study of Wealth, Material Culture and Agriculture Development*, Utrecht, HES Publishers, 1980, pp. 157-176.

## SITES CONSULTADOS

ALMEIDA, Joseph Cesar Ferreira de, “O testamento no âmbito da herança”, in *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Brasil, Minas Gerais, Abep, 2002, pp. 1-22. Disponível *online* em [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_His\\_PO17\\_Almeida\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_His_PO17_Almeida_texto.pdf). Consultado a 12 de setembro de 2011.

*Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, Cândido Mendes de Almeida (ed.), Rio Janeiro, Tipografia do Instituto Filomático, 1870. Disponível *online* em [http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id\\_obra=65](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=65).

DURÃES, Margarida, “Os Testamentos e a História da Família”. Conferência apresentada no âmbito do mestrado de Demografia, Campinas, Instituto de Filosofia de Ciências Humanas na Universidade Federal de Campinas, 2004, não numerado. (Disponível *online* <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3364>. Consultado a 25 de setembro de 2011.

FERREIRA, José Dia (anot.), *Código Civil Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870-1876. Disponível *online* <http://purl.pt/12145>. Consultado a 21 de novembro de 2012.

*Glossário Portas adentro: modos de habitar em Portugal dos séculos XVI a XVIII*. Disponível *online* [www.portasadentro.ics.uminho.pt](http://www.portasadentro.ics.uminho.pt). Consultado a 13 de janeiro, 2 de fevereiro, 26 de março, 6 de abril, 30 de abril, 25 de maio e 25 de agosto de 2012.

MOTA, Antonia da Silva, “Cultura material nos inventários post mortem da capitania do Maranhão”, 2005, pp. 1-4. Disponível *online* <http://anpuh.org/anais/?p=17862>

SAMPAIO, Diogo Carvalho e, *Tratado de cores*, Malta, Officina Typographica de S. A. E., 1787.

Disponível online <http://www.gutenberg.org/files/31190/31190-h/31190-h.htm>).

Consultado a 3 de janeiro de 2012.

## **GLOSSÁRIO**

**Alambique, lambique** – aparelho para destilar substâncias de várias matérias-primas, nomeadamente o vinho das uvas. Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino...*, vol. II, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, vol. II, 1712-1728, p. 27.

**Albarda** – cobertura de palha que se coloca nas bestas de carga. *Idem*, vol. I, 1712-1728, p. 211.

**Albardão** – espécie de uma sela para as bestas mulares. António de Moraes Silva, *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Editorial Confluência, 1813, p. 81.

**Almofariz** – recipiente que se utiliza para pisar vários ingredientes. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. I, 1712-1728, p. 274.

**Almofia** – vaso grande de barro vidrado ou de estanho. *Idem*, *ob. cit.*, vol. I, 1712-1728, p. 274.

**Almotolia** – recipiente para o azeite. *Idem*, *ob. cit.*, vol. I, 1712-1728, p. 276.

**Almude** – antiga medida de cereais ou líquidos que corresponde a 12 canadas ou a 48 quartilhos (288 litros atualmente). Entrada “almude”, em [www.portasadentro.ics.uminho.pt](http://www.portasadentro.ics.uminho.pt). Consultado a 25 de agosto de 2012.

**Ametista** – pedra preciosa de cor púrpura ou branca. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. I, 1712-1728, p. 335.

**Anágua** – saia curta que se usava sobre a camisa; saia interior; tecido próprio de saias interiores; saia de lenço que se coloca pela camisa; vestidura de pano de linho que as mulheres usam sobre a camisa; saio fino. *Idem*, p. 359; António de Moraes, *ob. cit.*, vol. I 1813, p. 128; José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, vol. VI, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1983, p. 470; Manuela Pinto da Costa, “Glossário de termo têxteis e afins”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, vol. III, Série I, 2004, p. 139.

**Anel** – aro de ouro ou prata para usar nos dedos. Rosa Maria dos Santos Mota, *Glossário do uso do ouro no Norte de Portugal*, Porto, Universidade Católica Editora, CIONP, CITAR, 2011, p. 39.

**Arado labrego** – tipo de arado corrente no termo de Lisboa. Entre as duas aivecas do arado há um verradouro através do qual o lavrador abre os regos na terra para plantar nova vinha. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. V, 1712-1728, p. 11.

**Arado vessadoiro** – arado grande, puxado por duas ou três juntas de bois e transportado por uma carreta com sega, que era também usada para arar. Este arado era uma espécie de sega individualizada e era utilizado sobretudo para a sementeira do milho. Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *Alfaia agrícola portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1995, pp. 28, 185.

**Arrátel** – antiga medida de peso. Entre os árabes era o peso de duas libras, para os romanos doze onças e, para os portugueses, dezasseis onças. Atualmente equivale a 459 gramas. Entrada “arrátel”, em [www.portasadentro.ics.uminho.pt](http://www.portasadentro.ics.uminho.pt). Consultado a 13 de fevereiro de 2012.

**Assento** – “Residência principal: morada perpétua, vivenda; terra onde alguém está estabelecido; lugar, sítio, onde está algum edifício, herdade, ou se vive”. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, pp. 209-210.

**Avental** – peça de vestuário de estopa que serve para cobrir e conservar os vestidos ou saias. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. I, 1712-1728, p. 654.

**Baeta** – tecido de lã ou algodão, grosseiro e felpudo. *Idem*, vol. II, 1712-1728, p. 10.

**Bajú** – vestido até aos joelhos de mangas curtas; camisa de senhora de meio corpo, geralmente de *escumilha* ou *baetilha*. *Idem*, vol. II, 1712-1728, p. 16; António de Moraes, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 253.

**Balseiro** – dorna, tonel ou vasilha. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 26.

**Banca** – uma espécie de mesa, tosca, lavrada com pouca curiosidade. *Idem*, vol. I, 1712-1728, p. 257.

**Barra** – dois bancos que sustentam duas ou três tábuas sob a qual se coloca a cama. *Idem*, vol. II, 1712-1728, p. 53.

**Barreleiro** – recipiente de madeira ou em cestaria usado no branqueamento do linho. Cláudia Almeida, Joaquim Pais de Brito, Patrícia Melo, *Normas de inventário – Etnologia – Tecnologia têxtil*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2007, p. 78.

**Baú** – caixas retangulares de tampo curvo, forrada por dentro com pano vistoso e por fora de cabelado, outras vezes de peles caríssimas. As coberturas são comprimidas e ajustadas por réguas de madeira, rijas e varas. O baú destinou-se a arrecadação de joias e outros valores maiores. É corrente ainda hoje ouvir dizer-se: “Um baú cheio de libras”. Há baús enormes, de grandes fechaduras, pregueadas a amarelo. José Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. VI, 1983, p. 339.

**Beca** – veste, túnica preta e talar, sem mangas, apertada com um cinto, usada pelos magistrados judiciais. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 273.

**Bedame** – espécie de formão usado pelos carpinteiros e marceneiros. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 82.

**Benfeitorias** – Despesas que se fazem para conservar a existência do imóvel, rústico ou urbano, ou preservá-lo da deterioração. Existem três tipos de benfeitorias: *despesa ou benfeitoria*



*necessária (necessitate jûris)*, que remete para a essência da definição anterior, preservação e/ou conservação do imóvel; a *benfeitoria útil*, quando aumenta o valor comum do imóvel e, a benfeitoria voluntária, que tem como propósito servir o gozo de quem a fez sem aumentar o valor comum do imóvel. M. A. Coelho da Rocha, *Instituições de Direito Civil Portuguez*, 8.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1917, p. 56.

**Bigorna** – ferro grosso usado pelo ferreiro para malhar o ferro ou outro metal. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 112.

**Bombazina** – pano grosseiro usado nos vestidos. *Idem*, vol. II, 1712-1728, p. 151.

**Borzeguin** – espécie de botins. Bota mourisca ou meia grossa com sola delgada de couro. *Idem*, vol. II, 1712-1728, p. 165.

**Botões** – designação dada no Minho aos primeiros brinços das meninas. Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 48.

**Bragal** – pano de linho rústico; linho tecido em casa. Cláudia Almeida, Joaquim Pais de Brito, Patrícia Melo, *Normas de inventário – Etnologia – Tecnologia têxtil*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2007, p. 140.

**Bufete, bofete** – mesa de madeira aprazível que se utilizava para escrever ou para contar o dinheiro. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 141.

**Burel** – pano de lã, grosso e áspero, utilizado pelos lavradores e criados para fazer cobertas de camas. Os nobres utilizavam o burel para colocar por entre as roupas de cama. Geralmente de cor escura, parda, castanha ou preta, muito utilizado na confeção de roupas de luto. *Idem*, vol. II, 1712-1728, p. 209.

**Cabeçalho** – vara do carro, que nasce da extremidade do leito do carro até à extremidade onde fica pendente o jugo. António da Silva Moraes, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 311.

**Cadeias** – peças de madeira que ligam os dois varais da aixêda e sustentam o estrado do carro. José Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. VI, 1983, p. 683.

**Calção** – parte do vestido do homem, que cobre desde a sua cintura aos joelhos. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 324.

**Camartelo** – martelo de Alvener, de uma ponta é agudo e de outra, redondo ou quadrado. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 329.

**Cambraia** – pano fino e transparente de linho ou algodão oriundo da cidade de Cambraia. *Idem*, vol. II, 1712-1728, p. 74.

**Camelão** – pano de pêlo de cabra com lã ou seda; tecido grosseiro de lã. *Idem*, vol. IX, p. 186; Rosa Maria Dávila Corona, Montserrat Duran Pujol, Máximo García Fernández, *Diccionario histórico de telas y tejidos Castellano-Catalán*, Salamanca, Junta de Castilla Y León, 2004, p. 53.

**Campo** – pedaço de terra larga e baixa. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 333.

**Camurça** – tecido proveniente do pêlo da cabra. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 88.

**Canapé** – assento comprido com encosto que pode ser utilizado por mais que uma pessoa. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 334.

**Caneleiro** – constituído por dois elementos principais, a base, em madeira, e a vareta em ferro. O caneleiro tem como função enrolar o fio nas canelas para serem colocadas posteriormente na lançadeira. Cláudia Almeida, Joaquim Pais de Brito, Patrícia Melo, *ob. cit.*, 2007, p. 85.

**Capa** – peça de vestuário que se coloca por cima de outras peças. No verão serve de adorno e no inverno de resguardo. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 117.

**Capote** – espécie de manto que cobre os homens desde o pescoço até ao calcanhar. No entanto, pode ser mais curto e com cabeça. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 343.

**Carmesim** – cor púrpura. *Idem*, vol. I, 1813, p. 348.

**Carrelo** – carro de mão.

**Catre** – leito pequeno de pés baixos. *Idem*, p. 203; António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 362.

**Caxemira** – tecido de lã macio, leve e muito quente, provenientes do pelo de cabra de Caxemira. Manuela Pinto da Costa, “Glossário de termo têxteis e afins”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, vol. III, Série I, vol. III, 2004, p. 141.

**Ceroulas** – vestuário interior de pano de linho em forma de calças ou calções que cobre desde a cinta aos joelhos e por vezes até mais a baixo. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 252; António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 11.

**Chedeiro** – leito do carro de bois. José Leite Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. VI, 1983, p. 686.

**Chita** – pano pintado da Índia; tecido de algodão com estampado de cores. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 293; Manuela Pinto da Costa, *ob. cit.*, vol. III, 2004, p. 143.

**Colaço** – ato de anexar ao património do defunto o que um dos herdeiros já tinha recebido em vida em dote, a fim de receber igual legítima ou proporcional. Este ato poderia determinar conferências ou reposições. O que não quer vir ou entrar em colaço, fica excluído desse direito. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 412.

**Colete** – espécie de gibão sem mangas. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 369.

**Comarosinho** – pedaço de terra mais elevado que serve para delimitar.

**Cómoda** – serve em geral para guardar roupas brancas. José Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. VI, 1983, p. 339.

**Contador** – armário de gavetas, muito utilizado para colocar papéis ou qualquer outra coisa. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 492.

**Contas** – ornatos redondos ou ovais, feitos em ouro, produzidas quase exclusivamente nas freguesias de Travassos e Sobradelo de Goma do concelho da Póvoa de Lanhoso. Rosa Maria dos Santos Mota, *Glossário do uso do ouro no Norte de Portugal*, Porto, Universidade Católica Editora, CIONP, CITAR,, 2011, p. 63.

**Cordão** – de ouro com dois metros ou dois metros e quarenta centímetros, feito de elos redondos ou em forma de pera. O cordão era uma produção típica do Minho. *Idem*, p. 65.

**Courela** – pedaço de terra comprido e estreito. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 595.

**Craveira** – buraco das ferraduras por onde entram os cravos; instrumento usado para tomar as medidas dos sapatos. *Idem*, vol. II, 1712-1728, p. 602.

**Crepe** – tecido um pouco rugoso, leve e transparente, feito de seda crua ou de lã fina, próprio para confecção de roupas femininas. *Idem*, vol. II, 1712-1728, pp. 606-607.

**Crisólito ou chrysolito** – pedra fina e transparente da cor do ouro e verde. É a maior de todas as pedras finas e a única que se talha na própria mina. *Idem*, vol. II, 1712-1728, p. 303.

**Curador ad bona** – curador nomeado a título definitivo por se considerar o órfão incapaz de salvaguardar os seus interesses pessoais e materiais. Ana Prata, *Dicionário Jurídico*, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 1992, p. 926.

**Curador ad litem** - curador nomeado a título provisório atribuído sobretudo aos ausentes que se encontram em parte incerta e não deixaram nenhum representante legal para administrar os seus bens. Rafael Bluteau, vol. II, 1712-1728, p. 304.

**Damasco** – tecido de seda produzido em Damasco com ornatos, em relevo a imitar o cetim. *Idem*, vol. III, 1712-1728, pp. 6-7.

**Damasquilho** – pano de seda à semelhança do tecido de damasco mas mais leve. *Idem*, vol. III, 1712-1728, p. 7.

**Despesa da fábrica e cultura** – despesa aplicada na sementeira.

**Devesa, deveza** – lugar cercado por árvores. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 611.

**Dízimo** – imposto que correspondia a 10 ou 12% do total da colheita que devia ser pago às instituições eclesiásticas. Para além das colheitas, o camponês tinha que partilhar com o proprietário do dízimo o valor da madeira vendida e a melhor dezena do gado e aves, ou o valor correspondente. Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito. Região de Coimbra (1700-1834)*, Viseu, Palimage Editores, 1997, p. 58.

**Dobadoura** – utilizada na elaboração de novelos a partir de meadas. Cláudia Almeida, Joaquim Pais de Brito, Patrícia Melo, *ob. cit.*, 2007, p. 80.

**Droga** – tecido leve de lã ou seda. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 920.

**Droguete** – tecido com linho e lã ou com linho e seda. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. III, 1712-1728, p. 306; Tecido de lã, seda ou ainda mesclado com riscas ou flores coloridas. Rosa Maria Dávila Corona, Montserrat Duran Pujol e Máximo García Fernández, *ob. cit.*, 2004, p. 75.

**Duqueza** – certo pano de lã. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. III, 1712-1728, p. 313.

**Durante** – tecido de lã lustroso como o cetim. António de Moraes, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 643.

**Eixo** – espécie de vara de pau ou de metal que se coloca nas rodas de todo o tipo de carruagem. *Idem*, vol. I, 1813, p. 650.

**Embude** – funil utilizado sobretudo para envasilhar o vinho. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. III, 1712-1728, p. 50.

**Entrada do dote** – quantia geralmente em dinheiro que correspondia ao dote da noiva, o qual era equivalente ao valor dos bens doados ao chamado “filho da casa”. Margarida Durães, *Herança e sucessão, Leis, práticas e costumes no termo de Braga (Séculos XVIII-XIX)*, vol. I, Tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2000, p. 74.

**Equidade Bartolina** – designação atribuída à opinião do jurisconsulto Bartholo, que segundo o mesmo os senhorios seriam obrigados a “renovar o aforamento em vidas ao herdeiro da ultima, ainda que na investidura se achasse clausula em contrário”. Alfredo de Moraes Almeida, *Da*

*emphyteuse no moderno Direito Civil Português*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1898, p. 41.

**Escano** – o mesmo que escabelo. Banco ou assento comprido com espaldar. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 736.

**Escopro** – Instrumento que os carpinteiros, entalhadores, cantoneiros entre outros, usam para cortar o ferro, o qual tem um cabo num dos extremos. *Idem*, vol. I, 1813, p. 741.

**Espadela, espadeladouro** – instrumento de pau, largo e chato, com que o cordoeiro tira ao linho cânhamo os tomentos e as arestas; lingueta de espadelar o linho. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. III, 1712-1728, p. 255.

**Espadilha** – constituída pelo corpo e pelo cabo. Tem por função a distribuição dos fios durante a preparação da urdidura. Cláudia Almeida, Joaquim Pais de Brito, Patrícia Melo, *ob. cit.*, 2007, p. 91.

**Estampador** – Ferro cilíndrico que serve para estampar.

**Estopa** – linho grosso. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. III, 1712-1728, p. 327.

**Estrado** – assento de madeira baixo e comprido, onde se assentavam as mulheres para a realizarem certas tarefas como coser e bordar. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 780.

**Filhos-família** - aquele que está sob dependência de seu pai, independentemente da idade. *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, Cândido Mendes de Almeida (ed.), Rio Janeiro, Tipografia do Instituto Filomático, 1870, Liv. IV, Tit. LXXXI, p. 909.

**Fole** – instrumento para fazer vento; pele de carneiro em forma de saco onde se coloca o grão para levar ao moinho. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IV, 1712-1728, p. 44.

**Forja** – forno grande do ferreiro, no qual se derrete o ferro proveniente da mina. *Idem*, vol. IV, 1712-1728, p. 171.

**Foro** – imposto que o foreiro paga ao senhor do domínio direto pela exploração do domínio útil, o qual podia ser em géneros, em animais (galináceos) e/ou em dinheiro. *Idem*, vol. IV, 1712-1728, p. 50.

**Fustão** – algodão oriundo da cidade de Fustat no Egito. *Idem*, vol. IV, 1712-1728, p. 242.

**Gancho de pesar** – ferro curvo, onde se pendura as medidas de capacidade ou os pratos da balança. *Idem*, vol. IV, 1712-1728, p. 24.

**Ganga** – tecido de algodão proveniente da Ásia e de lá trouxe o seu nome. Na Índia, tecido de algodão grosso amarelado ou azul de proveniência chinesa. Entrada “ganga”, em [www.portasadentro.ics.uminho.pt](http://www.portasadentro.ics.uminho.pt). Consultado a 6 de abril de 2012.

**Garlopa** – instrumento de carpinteiro e do marceneiro que serve para tirar as últimas aparas da madeira por forma a unir a madeira. *Idem*, vol. VI, 1712-1728, p. 33.

**Gibão** – veste antiga que cobria os homens desde o pescoço até a cintura; casaco de couro usado no nordeste brasileiro pelos vaqueiros; jubão, espécie de camisa, com ou sem fralda, forrado e enchumado, apertado na cintura para depois cair sobre as ancas. Entrada, “gibão”, em [www.portasadentro.ics.uminho.pt](http://www.portasadentro.ics.uminho.pt). Consultado a 13 de janeiro de 2012.

**Giga** – sela de vimes baixa e larga. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IV, 1712-1728, p. 70.

**Goiva** – instrumento de marceneiro ou de carpinteiro semelhante ao formão. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 90.

**Grade** – alfaia agrícola constituída por dois, três ou quatro barrotes de madeira, os *banzos*, ligados por *testeiras* ou *travessas*, onde se cravam os dentes, que podem ser de pau ou de ferro, com os quais se quebram os torrões, se esmiuça a terra e se cobrem as sementeiras. Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *Alfaia agrícola portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1995, p. 209; Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IV, 1712-1728, p. 114.

**Grize** – pano branco de lã muito utilizado pelos religiosos da ordem de São Jerónimo. *Idem*, vol. IV, 1712-1728, p. 133.

**Grosa** – lima grossa usada pelos carpinteiros e sapateiros para desbastar a madeira. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 102.

**Infusa** – vaso de barro com bico para conter vinho ou água. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IV, 1712-1728, p. 160.

**Jaleco** – peça de vestuário à semelhança do colete que se aperta pelas ilhargas com colchetes. *Idem*, vol. IX, 1712-1728, p. 504.

**Japona** – o mesmo que jaquetão. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 168.

**Joeira** – instrumento de junco com um círculo coberto de couro que serve para limpar o trigo. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IV, 1712-1728, p. 183.

**Juntoura** – instrumento de marceneiro usado para abrir as bordas das tábuas. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 194.

**Juntouro** – pedra que atravessa pilares ou paredes; plaina pequena. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IV, 1712-1728, p. 226.

**Justilho** – espécie de espartilho. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 196.

**Laça** – o mesmo que laço. Laça é a designação utilizada na Póvoa de Lanhoso, enquanto na restante região do Minho a designação mais comum era laço. Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 85.

**Lanceiro** – estante, onde os fidalgos colocavam as suas lanças. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. V, 1712-1728, p. 35.

**Laudémio** – pensão que o foreiro paga ao senhorio quando pretendia alienar ou escambar o prédio aforado. A. H. de Oliveira Marques, “Laudémio”, in Joel Serrão (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. III, Porto, Figueirinhas, 1992, p. 440.

**Leira** – pedaço de terra estreito e comprido. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. V, 1712-1728, p. 71.

**Leito** – catre com quatro colunas ou pilares altos com base em madeira sobre a qual se coloca a cama de roupa. *Idem*, vol. V, 1712-1728, p. 74.

**Lemiste** – pano de lã muito fino oriundo da Inglaterra. *Idem*, vol. V, 1712-1728, p. 77.

**Linhaça** – semente do linho. *Idem*, vol. V, 1712-1728, p. 147.

**Linho** – planta de folha triangular, das suas fibras se obtém tecidos de diversas qualidades. *Idem*, vol. V, 1712-1728, p. 148; Manuela Pinto da Costa, *ob. cit.*, vol. III, 2004, p. 151.

**Machadinha** – machado pequeno de trazer à cinta. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 244.

**Malho** – martelo de ferreiro. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. V, 1712-1728, p. 270.

**Mangual, mangol** – duas varas de pau pendentes com que se malha o trigo. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 25; Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. V, 1712-1728, p. 295.

**Manteses** – de acordo com a descrição observada na fonte, tecido de lã grosseiro.

**Mantilha** – tipo de manto que cobre as mulheres desde a cabeça até abaixo da cintura. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. II, 1712-1728, p. 55.

**Matizes** – seda de várias cores. Rosa Maria Dávila Corona, Montserrat Duran Pujol, Máximo García Fernández, *ob. cit.*, 2004, p. 127.

**Medalha da Senhora da Conceição** – pequenos pendentes executados em chapa de ouro com a imagem da Senhora da Conceição. Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 89.

**Mesa de abas** – espécie de mesa extensiva.

**Mesa dobradiça** – mesas amovíveis, que facilmente se transportam de um lado para outro.

**Mocho, Moxo** – banquinho de quatro pernas, que pode abrir-se em forma de caixa, para colocar coisas de costura. José Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. VI, 1983, p. 323.

**Moscóvia** – couro curtido de cor roxa oriundo da Moscóvia ou do Principado de Moscovo. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IV, 1712-1728, p. 321.

**Mostrador** – tipo de banco utilizado pelos mercadores para mostrar os panos aos compradores. *Idem*, vol. V, 1712-1728, p. 602.

**Noveleiros** – caixa em forma de paralelepípedo destinados à colocação dos novelos dos fios, que serão empregues na urdidura da teia. Cláudia Almeida, Joaquim Pais de Brito, Patrícia Melo, *ob. cit.*, 2007, p. 90.

**Novidades** - o mesmo que frutos. Designação dada também aos escravos durante o Antigo Regime. *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, Cândido Mendes de Almeida (ed.), Rio Janeiro, Tipografia do Instituto Filomático, 1870, Liv. I, Tít. LXXXVIII, p. 209.

**Oratório** – espécie de capela pequena que com licença do pontífice se pode celebrar a eucaristia. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VI, 1712-1728, p. 99.

**Ouro popular** – designação adotada na primeira metade do século XIX para o conjunto de peças em ouro tradicionalmente consumido pelos lavradores e estratos inferiores da sociedade. Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 91.

**Padiola** – instrumento de quatro braços que serve para carregar pedras ou qualquer outro material. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VI, 1712-1728, p. 175.

**Painel** – pintura a óleo ou a tempera de vários materiais. *Idem*, vol. VI, 1712-1728, p. 186.

**Pano da Holanda** – pano da Holanda, que virou sinónimo de tecido de linho, desde o fino ao da roupa de cama. *Idem*, vol. IV, 1712-1728, p. 41.

**Paul** – terra encharcada em águas, pântano. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 403.

**Pendureza** – No Minho, qualquer ornamento que se pendura num fio ou colar. Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 95



**Pente de restelo** – pente de ferro de restelar o linho. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 617.

**Perpianho** – pedra aparelhada nas quatro faces.

**Pinhoela** – pano de seda, com dois buracos que formam uma espécie de olhos. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VI, 1712-1728, p. 515.

**Podão** – ferro arqueado do meio para cima. *Idem*, vol. VI, 1712-1728, p. 561.

**Polaina** – peça geralmente de pano ou de coiro que se veste por cima das meias e dos sapatos que cobre a parte da perna entre o joelho e o pé, abotoando-se ou afivelando-se do lado de fora; espécie de lenço para a cabeça usado pelas mulheres que tivessem sido condenadas por alcovite, quando estivessem fora de casa. Entrada “polaina”, em [www.portasadentro.ics.uminho.pt](http://www.portasadentro.ics.uminho.pt). Consultado a 15 de janeiro de 2012.

**Ponteiro** – instrumento delgado e agudo de ferro ou de outro metal utilizado para diversos fins. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VI, 1712-1728, p. 598.

**Portal fronho** – portal grande constituído por duas portas pelas quais passava o gado. Orlando Ribeiro, ““Povoamento e circulação”, in Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach (eds.), Suzanne Daveau (org.), *Geografia de Portugal*, vol. III – *O povo português*, Lisboa, João Sá da Costa, 1989, p. 857. O mesmo que “portal de carros” no concelho da Póvoa de Lanhoso.

**Prateleira** – estante de pôr os pratos. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 483.

**Preguiceiro** – banco corrido de quatro pés ligados por réguas, com costas e descanso para os braços. Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, “O mobiliário”, in Fernando de Castro Pires de Lima (dir.), *A arte popular*, vol. I, Lisboa, Verbo, s/d, p. 158.

**Primícia** – renda que a Igreja arrecadava sobre a produção cerealífera bruta. A primícia era muito semelhante ao dízimo. Ruy d’Abreu Torres, “Primícia”, in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Figueirinhas, 1992, p. 184.

**Púcaro** - vaso em forma de taça pelo qual se bebe. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VI, 1712-1728, p. 818.

**Rabiça** – o rabo do arado, no qual o lavrador amarra para lavrar a terra. *Idem*, vol. VII, 1712-1728, p. 82.

**Redingote** – sobrecasaca ou casacão largo que se veste sobre a casaca ou fraque para proteger da chuva e do frio, muito utilizado na equitação. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 573.

**Relicário** – o mesmo que custódia; caixa ou outra coisa onde se guardam relíquias. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VII, 1712-1728, p. 220.

**Restelar** – tirar a estopa através do restelo. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 617.

**Rexio, rocio** – designação corrente em Guimarães e Barcelos para designar pátio fechado, anexo à casa, onde andam as galinhas. José Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. VI, 1983, p. 167.

**Riço** – pano de seda aveludado e curto. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IX, 1712-1728, p. 182.

**Rodeiro** – instrumento de pau utilizado pelos carpinteiros dos coches e dos carros para ajustarem as rodas; rodas metidas nos eixos sem leito. *Idem*, vol. VII, 1712-1728, p. 358.

**Safra** – instrumento de ferreiro. O mesmo que bigorna. *Idem*, vol. VII, 1712-1728, p. 428.

**Saio**, sayen – “antiga veste masculina curta, quadrada, larga com abas ou quartos e fraldão, feita geralmente de pano grosseiro e usada pelos guerreiros; casaca militar; peça da armadura que descia da cintura até aos joelhos; o saio feminino era um pano enrolado à volta da cintura e preso por um fio grosso, botões ou colchetes; no Minho véstia”. Entrada “saio”, [www.portasadentro.ics.uminho.pt](http://www.portasadentro.ics.uminho.pt). Consultado a 13 de janeiro de 2012.

**Saiote** – O mesmo que saio; tipo de saia que vestem as mulheres por baixo de outras saias. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 657.

**Santuário** – lugar onde se guardam as relíquias. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VII, 1712-1728, p. 475.

**Saragoça** – tecido grosso de lã escuro fabricado em Saragoça. Manuela Pinto da Costa, *ob. cit.*, vol. III, 2004, p. 156.

**Sarilho, serilho** – pau comprido com dois pequenos atravessados em forma de cruz, entre as quais se coloca os fios da maçaroca para se fazer as meadas. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VII, 1712-1728, p. 694.

**Sarja de seda** – tecido de seda lisa cuja base era em ponto de tafetá. Fabricado em várias cores mas com predominio de branco e preto. Este tipo de tecido foi muito usado na Idade Média na confecção de vestidos, forros e entretelas. Rosa Maria Dávila Corona, Montserrat Duran Pujol, Máximo García Fernández, *ob. cit.*, 2004, p. 174.

**Seda** – tecido extraído dos casulos e feito a partir da substância filamentosa produzida pela larva de um inseto designado de bicho-da-seda. Manuela Pinto da Costa, *ob. cit.*, vol. III, 2004, p. 157.

**Sedeiro** – tábua com bicos ou dentes de ferro em fila, entre os quais se coloca o linho para separar a estopa do linho. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VII, 1712-1728, p. 544.

**Sega** – instrumento em ferro em forma de faca utilizado nos trabalhos da ceifa. *Idem*, vol. VII, 1712-1728, p. 543.

**Segóvia** – pano proveniente da cidade episcopal da velha Castela. *Idem*, vol. VII, 1712-1728, p. 547.

**Seitoura** – espécie de foice de serrilha comum nos concelhos de Barcelos e de Guimarães. Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *ob. cit.*, 1995, p. 208.

**Semovente** – palavra referida nos inventários orfanológicos e testamentos para designar todo o tipo de animais.

**Sequeiro** – anexo à casa de lavoura, onde se guardam e expõe ao sol os produtos da terra – milho, feijão, etc. Fernando Távora, Rui Pimentel, António Menéres, “Zona 1 - Minho”, in *Arquitectura popular em Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980, p. 39.

**Sequillé**: – termo tradicional no norte de Portugal de um alfinete de peito aparentado com a laça. Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 98.

**Serafina** – pano. Chamam-lhe também “perpetuada apicotada, porque picote he burel fino”. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. IX, 1712-1728, p. 197.

**Serguilha** – pano de lã fechado. Também há serguilha de algodão e seda de Itália. *Idem*, vol. VII, 1712-1728, p. 603.

**Sertã** – frigideira de ferro que se utiliza para fritar o peixe. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 670.

**Soga** – termo utilizado no Minho e na Beira para designar corda; tira de couro que se coloca na cabeça dos bois, nas raízes dos galhos, para os guiar. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VII, 1712-1728, p. 691; José Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. VI, 1983, p. 674.

**Talhadeira** – cunha de ferro com gume. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 751.

**Tamborete** – cadeira rasa sem espaldar em forma de tambor. J. F. Da Silva Nascimento, Augusto Cardoso Pinto, *Cadeiras portuguesas*, Lisboa, A Nova Eclética, 1998, p. 28.

**Tamoeiro** – pedaços de couro que colocados em cima das cangas e presos às chavelhas, puxam o carro de bois ou o arado. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VIII, 1712-1728, p. 35.

**Teiró** – peça da rabiça do arado. *Idem*, vol. VIII, 1712-1728, p. 67.

**Temão, timão** – uma das peças que unido ao arado amarra a canga, na qual os bois estão presos. *Idem*, vol. VIII, 1712-1728, p. 69.

**Tomentos** – fibra mais áspera do linho, mais grosseira que a estopa. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 32, [S. I.], Página Editora, s/d., p. 27.

**Topázio** – pedra preciosa verde com salpicos amarelos que lança uns raios dourados. O topázio oriental era mais duro e mais formoso que o ocidental, daí ser preferido. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VIII, 1712-1728, p. 202.

**Torno** – engenho de torneiro. *Idem*, vol. VIII, 1712-1728, p. 213.

**Torquês, torquèz** – espécie de tenaz que usam os sapateiros. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 728.

**Trado** – verruma grossa que os carpinteiros e marceneiros utilizam para fazer buracos. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VIII, 1712-1728, p. 233.

**Trancelim** – fio de cerca de 2 metros de comprimento feito com elos de filigrana ou folha de ouro interligados com diversos motivos. Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 99. No dicionário de Rafael Bluteau, o trancelim surge como joia de uso masculino, e durante o século XIX executaram-se correntes de relógio com malhas semelhantes às usadas para os trancelins de senhora, mas de elos mais largos e compridas. *Idem*, vol. VIII, 1712-1728, p. 240.

**Treituras** – quatro peças de madeira, duas para cada roda, recurvadas na extremidade ligam a aixêda ao eixo facilitando os movimentos de rotação e transladação. José Leite de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. VI, 1983, p. 682.

**Tripe** – tecido de lã fina proveniente da França e da Holanda. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. I, 1813, p. 198.

**Tufo** – pedra muito porosa semelhante a uma esponja. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VIII, 1712-1728, p. 322.

**Tulha** – recipiente de tijolo, de vime ou de esparto, que se coloca separadamente vários frutos da terra, entre outros, as azeitonas, a castanha, o arroz, etc. *Idem*, vol. VIII, 1712-1728, p. 323.

**Tutor *infactum* ou *interino*** – tutor que desempenha a função apenas para efeito de partilhas enquanto o tutor nomeado (tutor legítimo) não realiza o ritual de juramento. ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

**Tutor legítimo ou dativo** – tutor nomeado pelo inventariante, que assume a tutela até que os órfãos atinjam a idade adulta ou até à sua emancipação. ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

**Tutor testamentário** – tutor nomeado em testamento. ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

**Urdideira** – instrumento utilizado para colocar os fios em ordem; trama.

**Vasilha** – vaso usado na serventia da casa. António de Moraes Silva, *ob. cit.*, vol. II, 1813, p. 834.

**Velador** – pau comprido e redondo de madeira com pés e uns buracos onde se coloca a candeia. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VIII, 1712-1728, p. 384.

**Veludo** – tecido de lã, seda ou algodão. De um lado é liso ouro, de outro lado é felpudo. Manuela Pinto da Costa, *ob. cit.*, vol. III, 2004, p. 160.

**Venera** – todo o tipo de medalha de carácter religioso. Rosa Maria dos Santos Mota, *ob. cit.*, 2011, p. 100.

**Verruma** – instrumento para fazer furos na madeira. Rafael Bluteau, *ob. cit.*, vol. VIII, 1712-1728, p. 447.

**Véstia** – vestidura de homem com mangas até aos joelhos. *Idem*, vol. VIII, 1712-1728, p. 456.

**Vinhático** – madeira proveniente da América do Sul, sobretudo do Brasil. De cor amarelo alaranjado, raiado em banda mais escuro ou claro. Esta madeira, junto com o pau-santo, foi uma das madeiras mais utilizadas em Portugal como madeira maciça, freixeados, folheados, interiores de mobiliário e suporte policromático. Pedro Costa Pinto, Ana Albuquerque (coord.), *O móvel de assento português do século XVIII*, Lisboa, Mediatexto, 2005, p. 132.

**Vintena** – salário anual do tutor que correspondia a 20% do rendimento dos bens que se encontravam sob sua tutela. Porém, este valor anual não podia exceder os 50\$000. António Joaquim Ferreira D’Eça e Leiva, *ob. cit.*, s/d., p. 99.

## **APÊNDICE**

**Tabela 1**

<b>Louvados - Póvoa de Lanhoso, 1750 - 1810</b>				
<b>Nome</b>	<b>Profissão</b>	<b>Freguesia</b>	<b>Nomeado por:</b>	<b>Frequência</b>
Agostinho Francisco	—	São Miguel de Taide	Inventariante	1
Alexandre da Silva	—	São Martinho de Mortulho	Inventariante	1
Alexandre Vieira	Lavrador	Rendufinho	Inventariante/Herdeiros	3
André de Araújo	Lavrador	Fontarcada	Herdeiros/juiz dos órfãos	4
Anónio José Fernandes	—	São Bartolomeu da Esperança	Inventariante	1
António Alves	—		Inventariante	1
António Carvalho	—	Santo Estevão de Geraz	Inventariante	1
António da Cruz	—	Fontarcada	Inventariante	1
António da Silva	—	Travassos	Inventariante	1
António da Silva	—	São Miguel de Taide	Inventariante	1
António de Almeida	—	Fontarcada	Inventariante	1
António de Castro	Lavrador	São Miguel de Taide	Inventariante	1
António Gonçalves	—		Inventariante	1
António José Antunes	—	Rendufinho	Inventariante	2
António José da Costa	Lavrador	Fontarcada	Inventariante	1
António José da Silva Ferreira	Lavrador	Fontarcada	Inventariante	1
António José de Afonseca	Lavrador	São Miguel de Vilela	Inventariante	1
António José de Matos	Lavrador	Fontarcada	Herdeiros/juiz dos órfãos	4
António José Francisco	—	São Lourenço de Golães	Inventariante	2
António José Martins	—		Herdeiros	1
António José Rebelo	Lavrador	São Miguel de Vilela	Herdeiros	1

Louvados - Póvoa de Lanhoso, 1750 – 1810 (cont. tabela 1)				
Nome	Profissão	Freguesia	Nomeado por:	Frequência
António José Ribeiro	Louvado	São Miguel de Vilela	Inventariante	1
António Manuel Alves	—	Rendufinho	Herdeiros/escrivão dos órfãos	1
António Oliveira	Cobrador	Galegos	Inventariante	1
António Rodrigues	Lavrador	São Miguel de Vilela	Juiz dos órfãos	1
<b>António Vaz Carneiro</b>	<b>Louvado</b>	<b>São Paio de Brunhais</b>	<b>Juiz dos órfãos - Louvado deste juízo</b>	<b>93</b>
Baptista Vieira	—	Oliveira	Inventariante	1
Bento Alves	Lavrador	São Miguel de Vilela	Inventariante	3
Bento José	—	São Tiago de Oliveira	Inventariante	5
Bento José Ribeiro	Lavrador	São Martinho de Galegos	Inventariante/escrivão dos órfãos	1
Bernardo Ribeiro Correia	Lavrador	São Tiago de Lanhoso	Herdeiros	3
Bernardo Ribeiro Teixeira	Lavrador	Vila de Lanhoso	Juiz dos órfãos - <i>Louvado deste juízo</i>	1
Braz Rodrigues	—		Inventariante	1
Carlos António Vieira de Carvalho	Lavrador	São Miguel de Taide	Escrivão dos órfãos - <i>Louvado deste juízo</i>	1
Clemente da Cunha	—	Covelas	Herdeiros	1
Custódio Alves	—	Geraz	Inventariante	2
Custódio de Araújo	—		Inventariante	2
Custódio de Fraia	—	São Martinho de Mortulho	Inventariante	1
Custódio Gonçalves	—		Inventariante	1
Custódio José Barbosa	Lavrador	Fontarcada	Juiz dos órfãos	1
Custódio José de Araújo	—	Rendufinho	Inventariante	2
Custódio José de Castro	—	São Miguel de Vilela	Inventariante	1



Louvados - Póvoa de Lanhoso, 1750 – 1810 (cont. tabela 1)				
Nome	Profissão	Freguesia	Nomeado por:	Frequência
Custódio Manuel de Matos	—		Inventariante	1
Custódio Manuel Gomes	—	São Martinho do Campo	Inventariante	1
Custódio Manuel Rodrigues	Lavrador	Fontarcada	Inventariante	4
Custódio Pereira	Lavrador	São Miguel de Vilela	Inventariante	1
Custódio Ribeiro	Lavrador	Rendufinho	Inventariante	1
Custódio Vaz Vieira	—	Fontarcada	Juiz dos órfãos	1
Damião Lopes	carpinteiro	São Miguel de Vilela	Inventariante	1
Domingos Araújo de Melo	—	São Gens	Inventariante	1
Domingos António de Castro	—	Fontarcada	Inventariante	3
Domingos António Luís	Lavrador	Fontarcada	Inventariante	3
Domingos Carvalho			Inventariante	1
Domingos da Fonseca e Sousa	—		Inventariante	4
Domingos Fernandes	—	Fontarcada	Inventariante	2
Domingos Francisco da Silva	—	São Miguel de Taide	Inventariante	1
Domingos José de Araújo	Lavrador	São Miguel de Taide	Inventariante	1
Domingos José Martins	Lavrador	São Miguel de Taide	Inventariante	1
Domingos Romavalde de Faria	—	São Martinho de Águas Santas	Inventariante	1
Félix da Silva	—	Fontarcada	Inventariante	1
Félix Manuel de Castro	—	São Tiago de Lanhoso	Inventariante	1
Félix Vieira da Silva	—	—	Inventariante	1
Fernando de Almeida	Lavrador	Geraz	Inventariante	1

<b>Louvados - Póvoa de Lanhoso, 1750 – 1810 (cont. tabela 1)</b>				
<b>Nome</b>	<b>Profissão</b>	<b>Freguesia</b>	<b>Nomeado por:</b>	<b>Frequência</b>
Francisco Alvares da Silva	—	—	Inventariante	1
Francisco António	—	São Miguel de Taide	Herdeiros	1
Francisco da Silva	Lavrador	São Tiago de Oliveira	Herdeiros	1
Francisco de Araújo	—	—	Herdeiros	1
Francisco Fernandes	Lavrador	São Bartolomeu da Esperança	Inventariante	1
Francisco José Antunes	Lavrador	Fontarcada	Inventariante	2
Francisco José da Cruz Vieira	Lavrador	São Tiago de Oliveira	Inventariante	2
Francisco José de Matos de Goães	Lavrador	São Tiago de Taide	Inventariante	1
Francisco José Gonçalves de Azevedo	Lavrador	São Miguel de Taide	Inventariante	1
Francisco José Pereira	—	Rendufinho	Inventariante	1
Francisco José Vieira	Lavrador	—	Juiz dos órfãos	1
Francisco Manuel da Silva	Lavrador	Travassos	Inventariante	1
Francisco Martins	—	São Miguel de Taide	Inventariante	1
Francisco Rodrigues	—	Fontarcada	Juiz dos órfãos	1
Francisco Xavier de Lima	—	Rendufinho	Inventariante	4
Francisco Martins de Matos	—	São Miguel de Taide	Juiz dos órfãos	1
Gabriel José Rodrigues do Vale	Lavrador	Gondomar	Herdeiros	2
Gregório de Matos	Lavrador	São Bartolomeu da Esperança	Inventariante	1
Inácio José Carqueira	Lavrador	São Miguel de Vilela	Inventariante/ juiz dos órfãos	1
Jerónimo Alves	—	São Miguel de Taide	Herdeiros	4
Jerónimo Antunes de Macedo	Lavrador	São Martinho do Campo	Inventariante	1

Louvados - Póvoa de Lanhoso, 1750 – 1810 (cont. tabela 1)				
Nome	Profissão	Freguesia	Nomeado por:	Frequência
Jerónimo Carlos Mendes	—	Covelas	Inventariante	1
Jerónimo Rodrigues	—	Galegos	Herdeiros	1
João de Almeida	—	São João de Reis	Inventariante	1
João Alves de Sousa	Lavrador	São Miguel de Taide	Inventariante	3
João António de Almeida	Lavrador	Fontarcada	Louvado nomeado pelos Herdeiros	4
João António Veloso	—	Pedralva	Inventariante	1
João Antunes	—	—	Inventariante	1
João Araújo	—	Rendufinho	Inventariante	1
João Batista Antunes	Lavrador	São Martinho do Campo	Inventariante	1
João Batista de Castro	Lavrador	Fontarcada	Curador	6
João batista de Castro	Lavrador	São Gens	Inventariante	1
João Correia	doutor		Repartidor	1
João da Cunha Rebelo	—	Santo Estevão de Geraz	Inventariante	1
João da Silva	Lavrador	Oliveira	Inventariante	2
João de Araújo	—	Santo Estevão de Geraz	Inventariante	1
João de Almeida	—	São Gens	Juiz dos órfãos	8
João de Araújo	Lavrador	Fontarcada	Juiz dos órfãos	3
João de Oliveira	—	São Miguel de Vilela	Inventariante	1
João Félix Dantas	—	São Martinho de Ferreiros	Inventariante	1
João Fernandes	Lavrador	Santo Estevão de Geraz	Inventariante	1
João Gonçalves de Sá	Lavrador	São Miguel de Taide	Escrivão dos órfãos	3

<b>Louvados - Póvoa de Lanhoso, 1750 – 1810 (cont. tabela 1)</b>				
<b>Nome</b>	<b>Profissão</b>	<b>Freguesia</b>	<b>Nomeado por:</b>	<b>Frequência</b>
João Manuel Lopes	Lavrador	São Gens	Inventariante	1
João Pereira	Lavrador	Travassos	Inventariante	1
João Ribeiro de Matos	Lavrador	São Martinho de Ferreiros	Inventariante	3
João Rodrigues	—	Fontarcada	Inventariante/ juiz dos órfãos	6
João Soares	Lavrador	Fontarcada	Inventariante	1
João Veloso	—	Fontarcada	Inventariante	1
João Vieira Barbosa	—	Fontarcada	Escrivão dos órfãos	2
João Vieira de Vasconcelos	—	São Miguel de Taide	Escrivão dos órfãos	1
João Vieira Ramalho	—	Soutelo	Inventariante	1
Joaquim Manuel Alves	—	Santo Estevão de Geraz	Inventariante	1
José Alves	—	Galegos	Inventariante	1
José António da Cunha	—	São Miguel de Taide	Inventariante	1
José António de Castro	—	Vila de Lanhoso	Juiz dos órfãos	1
José António de Freitas	carpinteiro	São Miguel de Vilela	Inventariante	1
José António de Silva	—	—	Juiz ordinário	1
José Antunes Rego	—	Santa Tecla	Inventariante	1
José Antunes Veloso	Lavrador	Santa Tecla	Herdeiros	1
José da Silva Ferreira	Lavrador	Fontarcada	Inventariante/ juiz dos órfãos	3
José de Afonseca	Lavrador	Fontarcada	Inventariante	2
José de Afonseca	Lavrador	São Bartolomeu da Esperança	Inventariante	1
José de Araújo	Lavrador	Fontarcada	Inventariante	3

Louvados - Póvoa de Lanhoso, 1750 – 1810 (cont. tabela 1)				
Nome	Profissão	Freguesia	Nomeado por:	Frequência
José de Magalhães	Lavrador	Frades	Juiz dos órfãos	1
José de Oliveira	Lavrador	São Martinho de Ferreiros	Inventariante	1
José de Sousa	Lavrador	São Tiago de Lanhoso	Herdeiros	6
José do Vale	Lavrador	São Miguel de Vilela	Inventariante	3
José Ferreira	Lavrador	São Martinho do Campo	Inventariante	7
José Francisco Martins	—	Fontarcada	Inventariante	2
José Gonçalves	—	Lages de Toural	Inventariante	1
José Lourenço	—	Fontarcada	Inventariante	1
José Ribeiro	Lavrador	São Martinho de Galegos	Inventariante	2
José Rodrigues	—	Fontarcada	Inventariante	1
José Rodrigues da Rocha	Lavrador	São Martinho de Galegos	Tutor/Inventariante/escrivão dos órfãos	1
José Tinoco	—	Fontarcada	Inventariante	1
José Vieira	Lavrador	Fontarcada	Inventariante	1
Joseph Araújo	—	—	Inventariante	1
Lúcio António de Almeida	—	—	Inventariante	1
Luís de Araújo	Lavrador	Fontarcada	Inventariante	2
Luís José Francisco	—	São Martinho de Monsul	juiz dos órfãos	1
Manuel Gonçalves	—		Inventariante	1
Manuel Alves	Lavrador	Santo Emilião	Inventariante	1
Manuel Alves	Lavrador	Rendufinho	Inventariante	1
Manuel António	—	—	Juiz ordinário	1

Louvados - Póvoa de Lanhoso, 1750 – 1810 (cont. tabela 1)				
Nome	Profissão	Freguesia	Nomeado por:	Frequência
Manuel António Alves	—	São Martinho de Monsul	Inventariante	1
Manuel António Alves	—	São Martinho de Monsul	Inventariante	1
Manuel António Rodrigues	Lavrador	Fonte Arcada	Inventariante	4
Manuel Antunes	Lavrador	Travassos	Inventariante	3
Manuel Antunes	Lavrador	São Miguel de Vilela	Escrivão dos órfãos	1
Manuel Antunes Ferreira	Lavrador	São martinho do Campo	Inventariante	1
Manuel Antunes Veloso	Lavrador	São Miguel de Vilela	Inventariante	2
Manuel da Silva	Lavrador	Travassos	Inventariante	1
Manuel da Silva	Lavrador	Fontarcada	Juiz dos órfãos	6
Manuel de Araújo Alves	—	Rendufinho	Juiz dos órfãos	2
Manuel de Oliveira	Lavrador	São Martinho de Monsul	Juiz dos órfãos	3
Manuel Ferreira	—	São Martinho do Campo	Inventariante	1
Manuel Francisco	Lavrador	Fontarcada	Inventariante	10
Manuel Gonçalves	—	Rendufinho	Inventariante	2
Manuel Gonçalves	—	Fonte Arcada	Inventariante	1
Manuel José Alves	—	—	Herdeiros/juiz dos órfãos	1
Manuel José da Costa	—	São Miguel de Taide	Herdeiros	2
Manuel José Dantas	—	São Martinho de Ferreiros	Inventariante	1
Manuel Luís	—	São Martinho de Galegos	Inventariante	2
Manuel Luís de Sousa	—	Póvoa de Lanhoso	Inventariante	1
Manuel Novais	—	São Martinho do Campo	Inventariante	1

<b>Louvados - Póvoa de Lanhoso, 1750 – 1810 (cont. tabela 1)</b>				
<b>Nome</b>	<b>Profissão</b>	<b>Freguesia</b>	<b>Nomeado por:</b>	<b>Frequência</b>
Manuel Pereira	—	Vila da Póvoa de Lanhoso	Juiz dos órfãos	1
Manuel Vaz	Lavrador	Rendufinho	Inventariante	1
Manuel Vaz Carneiro	Louvado	Brunhais	Juiz dos órfãos	2
Manuel Veloso	—	Portela	Inventariante	1
Manuel Veloso	—	São Martinho de Monsul	Juiz dos órfãos	2
Manuel Veloso	—	Santo Estevão de Geraz	Juiz dos órfãos	2
Marcelino Gonçalves	—	—	Inventariante	1
Miguel Gomes de abreu	—	São Tiago de Lanhoso	Inventariante	2
Miguel Gonçalves	—	—	Inventariante	1
Pedro Fernandes de Castro	—	São Tiago de Lanhoso	Tutor	2
Sebastião Gomes	—	—	Inventariante	1
Sebastião Martins Barbosa	—	Brunhais	Inventariante	2
Serafim José de Azevedo	—	Fontarcada	Inventariante	1
Silvestre Fernandes	Lavrador	Travassos	Inventariante	2
Simão Vieira	—	Fontarcada	Herdeiros/juiz dos órfãos	1
Tomas António Vieira de Sá	Lavrador	Vila da Póvoa de Lanhoso	Inventariante	1
Veríssimo Martins	—	—	Inventariante	1

**Fonte:** ADB, “Judicial Antigo”, Póvoa de Lanhoso.

**Tabela 2**

<b>Louvados – Guimarães, 1770 - 1810</b>				
<b>Nome</b>	<b>Profissão</b>	<b>Freguesia</b>	<b>Nomeado por:</b>	<b>Frequência</b>
António de Castro	—	São Lourenço de Golães	Inventariante	1
António de Sousa Alvares	—	—	Inventariante	1
António Fernandes Coutinho	—	—	Inventariante	1
António Francisco	—	Santa Maria de Silvares	Inventariante	1
António João Francisco	—	Guimarães	Inventariante	1
António José de Almeida	—	São Pedro de Azúrem	Inventariante	2
António José de Castro	—	São Lourenço de Golães	Inventariante	3
<b>António José Francisco</b>	<b>Lavrador</b>	<b>São Lourenço de Golães</b>	<b>Juiz dos órfãos</b>	<b>53</b>
António José Gonçalves	—	Guimarães	Inventariante/herdeiros	15
Bento de Abreu	Tecelão	São Cristóvão de Cima de Selho	Juiz dos órfãos/herdeiros	1
Bento de Almeida	—	—	Juiz dos órfãos	2
Caetano José Ferreira	—	Guimarães	Inventariante	1
Custódio da Silva	—	Santa Cristina da Agrela	Inventariante	1
Custódio de Castro	—	Santa Cristina da Agrela	Inventariante	1
Custódio José Alves	—	São Miguel de Creixomil	Inventariante	1
<b>Custódio José de Araújo</b>	<b>Louvado</b>	<b>São Cosme Damião de Garfe</b>	<b>Juiz dos órfãos/Inventariante</b>	<b>118</b>
Custódio José de Sousa	Louvado	Guimarães	Juiz dos órfãos	2
Custódio José Fernandes	Louvado	Guimarães	Juiz dos órfãos/Inventariante	1
Custódio José Machado	Louvado	Guimarães	Juiz dos órfãos	1
Custódio José Moreira	Pedreiro	Guimarães	Inventariante	1
Domingos de Araújo	—	São João de Castelões	Escrivão dos órfãos	1



Louvados – Guimarães, 1770 – 1810 (cont. tabela 2)				
Nome	Profissão	Freguesia	Nomeado por:	Frequência
Domingos Fernandes	—	—	Inventariante	1
Domingos José de Oliveira	—	São Miguel de Creixomil	Inventariante	1
Domingos Machado	—	São João de Pencelo	Inventariante	1
Domingos Monteiro	—	Sobradelo	Inventariante	1
Domingos Ribeiro de Abreu	—	Moreira de Cónegos	Inventariante	1
Francisco de Afonseca	Louvado	—	Juiz dos órfãos	1
Francisco de Macedo	Carpinteiro	Santa Maria de Corvite	Inventariante	1
Francisco Ferreira Leite	—	Santo Emilião	Inventariante	1
Francisco Gomes da Silva	—	Santo Estevão de Briteiros	Juiz dos órfãos/Inventariante/herdeiros	1
<b>Francisco Machado</b>	<b>—</b>	<b>São Miguel das Caldas</b>	<b>Juiz dos órfãos/Inventariante</b>	<b>28</b>
Francisco Matias Salgado	—	Guimarães	Juiz dos órfãos/Inventariante	1
Francisco Rodrigues	—	São Mamede de Vermil	Inventariante/herdeiros	3
Gabriel de Matos	—	São Tomé de Caldelas	Juiz dos órfãos/Inventariante	1
Gervágio Fernandes	Lavrador	Santa Maria de Souto de Sobradelo	Juiz dos órfãos/Inventariante	1
Inácio José	—	São Martinho de Espinho	Inventariante	1
Jerónimo Ferreira Mendes	—	Santa Maria de Vila Nova de Sande	Juiz dos órfãos/herdeiros	9
Jerónimo Francisco	—	São João de Castelões	Inventariante	1
Jerónimo José de Almeida Coutinho	Lavrador	São Miguel de Vilarinho	Inventariante	8
João Antunes de Matos	Lavrador	São Cláudio de Barco	Juiz dos órfãos/Inventariante	1
João da Silva	—	Santa Eulália	Inventariante	1
João da Silva Calçada	—	Guimarães	Inventariante	1
João de Oliveira Mendes	Lavrador	São Tiago de Ronfe	Inventariante	1

**Louvados – Guimarães, 1770 – 1810 (cont. tabela 2)**

<b>Nome</b>	<b>Profissão</b>	<b>Freguesia</b>	<b>Nomeado por:</b>	<b>Frequência</b>
João Francisco	—	São Cosme Damião de Garfe	Inventariante	1
José Almeida Coutinho	—	—	Inventariante	2
José André	Louvado	—	Juiz dos órfãos	1
José António de Sousa	—	—	Inventariante	1
José António de Sousa Almeida	—	Santa Eulália de Fermentões	Herdeiros	1
José António de Sousa Almeida	—	Santa Maria de Corvite	Inventariante	3
José António de Sousa Almeida	—	São João da Ponte	Inventariante	6
José António Francisco	—	Guimarães	Juiz dos órfãos	6
José António Francisco de Carvalho	Alfaiate	Rua do gado, Guimarães	Juiz dos órfãos/Inventariante	1
José António Gomes	—	Guimarães	Inventariante	1
José Baptista	Boticário	Guimarães	Inventariante	1
José Fernandes	—	São Cosme do Vale	Inventariante	1
José Teixeira Leite	—	Barcelos	Inventariante	1
José Vieira de Sousa	—	Guimarães	Inventariante/herdeiros	1
Manuel Martins Coelho	Fazendeiro	Nine	Inventariante/herdeiros	1
Manuel Coutinho	—	Castelões	Juiz dos órfãos/Inventariante	1
Manuel da Costa	—	São João da Ponte	Juiz dos órfãos	1
Manuel Dias Carvalho	—	Barcelos	Juiz dos órfãos	1
Manuel Ferreira Petis	—	—	Juiz dos órfãos	1
Manuel José da Costa Faria	Fazendeiro	São Cosme do Vale	Juiz dos órfãos	1
Manuel José da Silva	—	São Cláudio de Barco	Inventariante	1
Manuel José de Araújo	—	São Cosme Damião de Garfe	Inventariante	8
Manuel José de Faria	—	Guimarães	Inventariante	1

Louvados – Guimarães, 1770 – 1810 (cont. tabela 2)				
Nome	Profissão	Freguesia	Nomeado por:	Frequência
Manuel Pacheco	—	São Miguel de Vilarinho	Herdeiros	1
Pedro Fernandes	—	São Lourenço de Cima de Selho	Juiz dos órfãos	1
Pedro Fernandes Martins da Costa	—	São Cosme do Garfe	Inventariante	2
Pedro Pereira	Carpinteiro	Guimarães	Juiz dos órfãos	7
Rodrigo José de Matos	—	Guimarães	Inventariante	1
Salvador Vieira	—	—	Juiz dos órfãos	2

**Fonte:** AMAP, “Judicial Antigo”, Guimarães

**Tabela 3**

<b>Louvados – Barcelos, 1750 - 1810</b>				
<b>Nome</b>	<b>Profissão</b>	<b>Freguesia</b>	<b>Nomeado por:</b>	<b>Frequência</b>
Aleixo Gomes Ferreira	—	Barcelinhos	Juiz dos órfãos	8
<b>Antônio Carvalho</b>	—	<b>Barcelos - Junto ao Sr. da Cruz</b>	<b>Louvado deste juízo - juiz dos órfãos</b>	<b>13</b>
Antônio Carvalho	Louvado	Barcelinhos	Inventariante	7
Antônio Francisco	—	—	Herdeiros	1
<b>Antonio José de Vilas Boas</b>	—	<b>Barcelos</b>	<b>Inventariante</b>	<b>11</b>
Bento de Lima	—	São João dos Arcos	Inventariante	3
Bento Lima	—	Moure	Inventariante	1
Caetano José Ferreira	—	Barcelos	Inventariante	10
Custódio Francisco	—	Sequeade	Inventariante	1
Dâmaso Pereira da Costa Cunha	—	Barcelos	Juiz dos órfãos	11
Diogo José da Costa	—	Barcelos	Juiz dos órfãos	1
Domingos Ribeiro Freire	—	São Julião do Freixo	Juiz dos órfãos	2
Eusébio de Sousa Moreira	—	Barcelos	Juiz dos órfãos	11
Francisco da Silva	—	Moure	Inventariante	3
Francisco José Bria	—	Santa Maria de Abade Neiva	Juiz dos órfãos	1
<b>Francisco Pinheiro</b>	—	<b>Barcelinhos</b>	<b>Juiz dos órfãos/inventariante</b>	<b>17</b>
Inácio de Faria Oliveira	Louvado	Barcelos	Juiz dos órfãos	2
João da Costa Mendonça	—	Martim	Inventariante	4
<b>João Gomes Ferrreira</b>	<b>Ferreiro</b>	<b>Barcelinhos</b>	<b>Juiz dos órfãos/inventariante</b>	<b>20</b>
João José Fiuza	—	Barcelos	Juiz dos órfãos	1
João Pereira	—	Santa Maria de Abade Neiva	Juiz dos órfãos	4

Louvados – Barcelos, 1750 - 1810 (cont. tabela 3)				
Nome	Profissão	Freguesia	Nomeado por:	Frequência
João Rodrigues Gomes	—	Barcelos	Inventariante	1
José Custódio de Faria Loureiro	—	São Tiago de Vila Seca	Inventariante	1
José da Costa	—	Martim	Inventariante	2
José Fiuza Silva	—	Nine	Inventariante	2
José Francisco da Costa	—	Viatodos	Inventariante	1
José Gomes Ferreira	—	Barcelinhos	Inventariante	3
<b>José Luis Fernandes</b>	<b>—</b>	<b>Barcelos</b>	<b>Juiz dos órfãos</b>	<b>19</b>
José teixeira Leite	—	Barcelos	Juiz dos órfãos	1
<b>Manuel de Faria</b>	<b>—</b>	<b>Barcelinhos</b>	<b>Juiz dos órfãos</b>	<b>14</b>
Manuel de Faria	—	Gamil	Juiz dos órfãos	4
Manuel Fernandes	—	Barcelinhos	Juiz dos órfãos	1
Manuel Fiuza Silva	—	Arcozelo	Inventariante	1
Manuel José da Costa	—	Vila Cova	Inventariante	2
<b>Manuel José da Silva</b>	<b>—</b>	<b>Barcelos</b>	<b>Juiz dos órfãos</b>	<b>20</b>
Manuel José de Fiuza Silva	—	Cristelo	Juiz dos órfãos	2
Manuel José de Fiuza Silva	—	Arcozelo	Juiz dos órfãos	9
Manuel José Pereira e Silva	—	Arcozelo	Inventariante	1
Manuel José Silva	—	Arcozelo	Inventariante	1
Manuel José Sousa Silva	—	Arcozelo	Inventariante	1
<b>Manuel Martins Coelho</b>	<b>—</b>	<b>Nine</b>	<b>Juiz dos órfãos</b>	<b>19</b>
Manuel Sousa e Silva	—	Barcelos	Inventariante	1
Miguel Fernandes	—	Barcelinhos	Juiz dos órfãos	4
Romário Pereira	—	Barcelos	Juiz dos órfãos	1
Sebastião José Santos Veloso	—	Barcelos	Inventariante	1

**Fonte:** ADB, “Judicial Antigo”, Barcelos.

**Tabela 4**

<b>Frequência das peças de roupa de casa nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810)</b>																								
	1750-1760			1761-1770			1771-1780			1781-1790			1791-1800			1801-1810			Total/%					
	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	%	G	%	PL	%
Almofadinhas			1						1						6		4				4	0,3	8	0,3
Aremeseiro	1																		1	0,07				
Cabeceira				2															2	0,1				
Capeira										1									1	0,07				
Coberta	1								2						3		2		1	0,07	2	0,2	5	0,2
Cobertor	14		2	6		2	8		12	12		3	8	13	12	2	17	7	50	3,7	30	2,1	38	1,6
Colcha	4		1	1			2		8	2			3	3	8		12	8	12	0,9	15	1,4	25	1
Colchão	1							1				1	1		3		1	1	2	0,1	2	0,1	5	0,2
Cortina	1			2			6										2		9	0,7	2	0,1		
Enxergão	26		4	5		9	8		12	7		6	12	10	12	1	17	20	59	4,5	27	1,9	63	2,6
Fronha	10			3	2		3		1	2		8	5		24		5	34	23	1,6	7	0,5	67	2,7
Guardanapo	62		22	14	6	38	59	10	101	26	17	163	32	164	221		106	165	193	14,7	303	21,6	710	29,7
Guarda-pé													1	3				1	1	0,07	3	0,2	1	0,04
Lençol	92		19	34	10	31	73	8	150	69	1	104	81	196	192	10	281	220	359	27	496	35,2	716	30
Lenços														8			16				8	0,6	16	0,6
Manta	61		4	14	2	10	51	4	18	62	7	6	32	58	19	7	42	16	227	16,8	113	8	73	3
Mantel										3									3	0,2				

**Frequência das peças de roupa de casa nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso  
1750-1810 (cont. tabela 4)**

	1750-1760			1761-1770			1771-1780			1781-1790			1791-1800			1801-1810			Total/%					
	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	%	G	%	PL	%
Pano de mãos	8									2	1	8	4	17		2	3		16	1,2	21	1,6	8	0,3
Peça de guardanapos											5						1				6	0,4		
Retalho de pano																	4	2			4	0,3	2	0,08
Saco	2			1															3	0,2				
Tapete									1														1	0,04
Toalha	57		14	16	5	21	33	6	76	72	7	98	34	106	152	9	101	131	240	17,7	233	16,5	501	21
Toalha de água às mãos	17		4	1			1		9	1		5	3	1	15			8	23	1,7	1	0,07	41	1,6
Conj. De toalhas c/ guard.	19			10		7	5	1	9	2	3	1	3	17	4	1	36	13	20	1,5	49	3,4	22	0,8
Toalha de Batismo	2																		2	0,5				
Toalha Fúnebre												1			1			1						
Toalhete														8	3		10				18	1,3	3	0,1
Travesseiro	23		3	13	2	2	18	1	37	17		14	12	23	23	5	39	6	88	6,5	65	4,6	85	3,4
<b>Total</b>	400	0	74	122	27	117	264	30	437	278	41	418	234	627	698	37	698	633	1353	99,98	1408	100	2390	100

**Legenda:** B – Barcelos; G- Guimarães; P – Póvoa de Lanhoso

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Tabela 5

Distribuição dos tecidos da roupa de casa nos concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810)																					
Tipologia	Alentejana			Algodão			Baeta			Bordéus			Burel			Burel Pardo			Cabelo e raspa		
Concelhos	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL
<b>1750-1760</b>							*						*		*						
<b>1761-1770</b>													*		*						
<b>1771-1780</b>													*	*	*						
<b>1781-1790</b>				*	*				*			*	*	*	*	*					
<b>1791-1800</b>	*					*	*						*	*	*	*					
<b>1801-1810</b>						*	*						*	*	*						*
	Castelhano			Camelão			Chita			Chita Adamascado			Droga			Droguete			Cordão		
	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL
<b>1750-1760</b>	*																				
<b>1761-1770</b>	*																	*			
<b>1771-1780</b>	*		*	*									*								
<b>1781-1790</b>	*																				
<b>1791-1800</b>	*								*	*											
<b>1801-1810</b>	*				*			*	*		*	*									



**Distribuição dos tecidos da roupa de casa nos concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso, 1750-1810  
(cont. tabela 5)**

	Esguião			Estopa			Failé			Felpo			Fustão			Guimarães			Lã		
	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL
<b>1750-1760</b>				*	*	*										*					
<b>1761-1770</b>				*	*	*				*						*				*	
<b>1771-1780</b>				*	*	*	*			*						*					*
<b>1781-1790</b>				*	*	*				*						*			*		*
<b>1791-1800</b>				*	*	*				*			*	*		*	*		*	*	*
<b>1801-1810</b>				*	*	*				*		*	*			*				*	
	Lã castelhana			Linhaça			Linho			Manteses			Palmilha			Pano			Papa		
	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL
<b>1750-1760</b>	*						*		*	*		*									
<b>1761-1770</b>							*		*	*		*				*					
<b>1771-1780</b>							*	*	*	*		*				*					
<b>1781-1790</b>							*	*	*	*		*	*			*	*				
<b>1791-1800</b>							*	*	*	*	*	*				*	*				
<b>1801-1810</b>					*	*	*	*	*	*	*	*					*				*

**Distribuição dos tecidos da roupa de casa nos concelhos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso, 1750-1810  
(cont. tabela 5)**

	Serafina			Seda			Segóvia			Serguilha			Tomentos			Veneza			Serapilheira		
	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL
<b>1750-1760</b>	*						*			*								*			
<b>1761-1770</b>										*			*					*			
<b>1771-1780</b>																		*			
<b>1781-1790</b>																		*		*	
<b>1791-1800</b>							*						*					*			
<b>1801-1810</b>													*					*		*	*
	Saragoça			Seda da Índia			Chita da Índia														
	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL												
<b>1750-1760</b>																					
<b>1761-1770</b>																					
<b>1771-1780</b>																					
<b>1781-1790</b>																					
<b>1791-1800</b>		*						*													
					*																

**Legenda:** B – Barcelos; G- Guimarães; PL – Póvoa de Lanhoso

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo.

Tabela 6

Estado de conservação da roupa de casa nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810)															
Estado de conservação	Velho			Usado			Bom estado			Novo			S/referência		
<b>Concelhos</b>	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL
Almofadinhas			1												2
Aremeseiro	1														
Cabeceira													2		
Capeira	1														
Capelo															
Coberta				1											5
Cobertor	19		8	21		22	7		1	1		1	2		14
Colcha	2		1	7		4	2		1			1	1		29
Colchão				1		2			2				1		1
Corte													1		
Cortina				9											
Enxergão	24		25	27		14	6		5			1	6		14
Fronha	4		15	9		2	1					3	10		48
Guardanapo	24		33	85		20 1	4		83	9			70		400
Guarda-pé							1								1
Lençol	61		65	18 1		23 0	72		86	6		10	58		86
Lenços															1
Manta	71		31	93		15	52		4			3	23		32
Manteo															
Pano de mãos						8								1	1
Peça de Guardanapos														26	
Retalho de pano														4	
Tapete															1
Toalha de mesa		19	39		61	77		3	25			14		159	334
Toalha de água às mãos						16						1		5	25
Conj. De toalhas c/ guard.		6	5		13	3								44	14
Toalha de Batismo									3						
Toalhete														13	
Travesseiro		8	4		8	10		2	1			4		49	61
<b>Total</b>	<b>207</b>	<b>33</b>	<b>223</b>	<b>434</b>	<b>82</b>	<b>604</b>	<b>145</b>	<b>5</b>	<b>210</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>34</b>	<b>174</b>	<b>301</b>	<b>1069</b>

**Legenda:** B – Barcelos; G- Guimarães; PL – Póvoa de Lanhoso

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo.

**Tabela 7**

<b>Frequência das peças de roupa do corpo, acessórios e calçado nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810)</b>																								
Cronologia	1750-1760			1761-1770			1771-1780			1781-1790			1791-1800			1801-1810			Total/%					
Concelhos	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	%	G	%	PL	%
Anágoa													1					1	1	0,1			1	0,1
Avental									2			1			3		3	1		0,0	3	0,5	7	0,6
Baju									1			8	2		10			8	2	0,3		0,0	27	2,4
Batina									1											0,0		0,0	1	0,1
Beca			1																	0,0		0,0	1	0,1
Bode								1												0,0	1	0,2		0,0
Borzeguins	2																		2	0,3		0,0		0,0
Botas	1						1						1	1			1	4	3	0,4	2	0,3	4	0,4
Botinas																		1		0,0		0,0	1	0,1
Cabeleira	1																	1	1	0,1		0,0	1	0,1
Caiperete	1																		1	0,1		0,0		0,0
Calças								1						5			2	4		0,0	8	1,3	4	0,4
Calções	15		2	3		4	10	1	16	14	1	10	12	30	22	1	25	18	55	7,8	57	9,2	72	6,5
Camisa	4		4			3	3	1	36	2		10		11	26		18	23	9	1,3	30	4,8	102	9,2
Capa	1		3	2			2		2	12		1	6				2	1	23	3,3	2	0,3	7	0,6
Capelo									1											0,0		0,0	1	0,1
Capinha				1			2	1		8			1			2			14	2,0	1	0,2		0,0
Capotão				1					2			16		3	4	1	5		2	0,3	8	1,3	22	2,0
Capote	21		2			6	15	5	26	21	7		14	50	40	3	44	23	74	10,5	106	17,1	97	8,7

**Frequência das peças de roupa do corpo, acessórios e calçado nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso, 1750-1810 (cont. tabela 7)**

<b>Cronologia</b>	1750-1760			1761-1770			1771-1780			1781-1790			1791-1800			1801-1810			Total/%					
<b>Concelhos</b>	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	%	G	%	PL	%
Capotilho(a)			2	1		1											1		1	0,1	1	0,2	3	0,3
Capotinho	3			2			1												6	0,9		0,0		0,0
Capucinha																	1			0,0	1	0,2		0,0
Castelhana			2																	0,0		0,0	2	0,2
Casaca	12		2	4		1	3	2	15	11	2	9	8	19	26		15	5	38	5,4	38	6,1	58	5,2
Ceroulas	1						2		2										3	0,4		0,0	2	0,2
Certum	1								2						5				1	0,1		0,0	7	0,6
Chapéu	6		2			2		1	11	2		8		4	11		1	8	8	1,1	6	1,0	42	3,8
Chambre				1			1		3						2			1	2	0,3		0,0	6	0,5
Colete	6		1	3		2	3	1	6	19	1	6	12	6	12	2	6	32	45	6,4	14	2,3	59	5,3
Espartilho			1																	0,0		0,0	1	0,1
Farda												1		3	2		2			0,0	5	0,8	3	0,3
Forro														2						0,0	2	0,3		0,0
Gabinardo?								1												0,0	1	0,2		0,0
Galega								1	4			2						2		0,0	1	0,2	8	0,7
Gibão	2		1					1		2			3						7	1,0	1	0,2	1	0,1
Gorro														1						0,0	1	0,2		0,0
Gravata																		1		0,0		0,0	1	0,1
Jaleque														12	2		14	1		0,0	26	4,2	3	0,3
Japona	1					1			1						1			2	1	0,1		0,0	5	0,4

**Frequência das peças de roupa do corpo, acessórios e calçado nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso, 1750-1810 (cont. tabela 7)**

<b>Cronologia</b>	1750-1760			1761-1770			1771-1780			1781-1790			1791-1800			1801-1810			Total/%					
<b>Concelhos</b>	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	%	G	%	PL	%
Justilho									6		1	3		4	10			4		0,0	5	0,8	23	2,1
Lenço				1			4		12			1			12			7	5	0,7		0,0	32	2,9
Lenço da cabeça							3									1		6	4	0,6		0,0	6	0,5
Luvas									3											0,0		0,0	3	0,3
Manguitos									17									1		0,0		0,0	18	1,6
Manteo	20			6			15		1	25		1	6			1			73	10,4		0,0	2	0,2
Mantilha	13			9			19	1	7	23		6	21	12	14	4	19	14	89	12,6	32	5,2	41	3,7
Meias	1					1	5	1	99			3		1	4		15	15	6	0,9	17	2,7	122	11,0
Mortalha						1														0,0		0,0	1	0,1
Opa															1					0,0		0,0	1	0,1
Polaina	1		1			1	1		1						1				2	0,3		0,0	4	0,4
Punhos									2						2			1		0,0		0,0	5	0,4
Redingote									1										0	0,0		0,0	1	0,1
Roupinha				8			2		5	7	1		1	9	13	1	23	6	19	2,7	33	5,3	24	2,2
Saia	25		7	8		4	20	7	33	37	8	39	33	76	57	5	64	47	128	18,2	155	25,0	187	16,8
Saio												1						2		0,0		0,0	3	0,3
Sapatos	1		2			1		1	2	1		3		2	3		1	4	2	0,3	4	0,6	15	1,3
Socos														1				1		0,0	1	0,2	1	0,1
Sobrecasaca									1								1			0,0	1	0,2	1	0,1

**Frequência das peças de roupa do corpo, acessórios e calçado nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso, 1750-1810 (cont. tabela 7)**

<b>Cronologia</b>	1750-1760			1761-1770			1771-1780			1781-1790			1791-1800			1801-1810			Total/%					
<b>Concelhos</b>	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	G	PL	B	%	G	%	PL	%
Touca									1		20				1					0,0	20	3,2	2	0,2
Véstia	20		2	5		3	18		22	12	1	10	14	21	21	4	12	4	73	10,4	34	5,5	62	5,6
Vestido	3		2					1	3				1	1	1			4	4	0,6	2	0,3	10	0,9
Xaile																		2		0,0		0,0	2	0,2
<b>Total</b>	163		37	55		31	130	28	346	196	42	139	136	274	306	25	276	255	705	100,0	620	100,0	1112	100,0

**Legenda:** B – Barcelos; G- Guimarães; PL – Póvoa de Lanhos

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

Tabela 8

Distribuição dos tecidos do vestuário nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso (1750-1810)																					
	Algodão			Baeta			Bélbute			Bombazina			Burel			Cambraia			Camelão		
	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P
<b>1750-1760</b>				*		*							*						*		
<b>1761-1770</b>				*	*	*													*		*
<b>1771-1780</b>				*	*	*							*					*	*	*	*
<b>1781-1790</b>				*	*	*							*						*	*	*
<b>1791-1800</b>			*	*	*	*	*	*	*		*	*						*	*	*	*
<b>1801-1810</b>		*	*	*	*	*		*	*		*	*						*	*	*	*
	Camurça			Cetim			Chita			Crepe			Droga			Droguete			Damasco		
	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P
<b>1750-1760</b>																			*		
<b>1761-1770</b>							*			*									*		
<b>1771-1780</b>			*		*		*		*						*	*		*	*		
<b>1781-1790</b>										*			*	*		*		*			
<b>1791-1800</b>				*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*		
<b>1801-1810</b>					*	*		*	*		*			*	*		*				



**Distribuição dos tecidos do vestuário nos inventários orfanológicos de Barcelos,  
Guimarães e Póvoa de Lanhoso, 1750-1810 (cont. tabela 8)**

	Damasquilho de lã			Duqueza			Durante			Estopa			Fustão			Ganga			Grise		
	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P
<b>1750-1760</b>										*											
<b>1761-1770</b>	*																				
<b>1771-1780</b>									*			*	*								
<b>1781-1790</b>					*					*		*							*		
<b>1791-1800</b>	*			*		*			*	*	*	*					*	*			
<b>1801-1810</b>									*		*	*		*	*		*	*			
	Lã			Lemiste			Lindesa			Linho			Manteses			Melania			Pano		
	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P. L.	B	G	P	B	G	P
<b>1750-1760</b>				*						*									*		*
<b>1761-1770</b>				*						*		*							*		*
<b>1771-1780</b>		*	*			*			*	*		*	*		*				*	*	*
<b>1781-1790</b>			*				*		*			*	*					*	*	*	*
<b>1791-1800</b>	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				*	*	*	*	*	*
<b>1801-1810</b>	*	*				*		*	*		*	*		*		*	*	*	*	*	*

**Distribuição dos tecidos do vestuário nos inventários orfanológicos de Barcelos, Guimarães e Póvoa de Lanhoso, 1750-1810 (cont. tabela 8)**

	Pano da Holanda			Pano do Reino			Pano verne			Pinhoela			Riço			Saragoça			Seda		
	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P
<b>1750-1760</b>										*						*			*		*
<b>1761-1770</b>													*			*		*			*
<b>1771-1780</b>			*						*					*	*	*	*	*	*		*
<b>1781-1790</b>						*							*	*	*	*	*	*	*		*
<b>1791-1800</b>								*	*				*		*	*	*	*		*	*
<b>1801-1810</b>									*				*			*	*	*	*	*	*
	Segóvia			Serafina			Serguilha			Tripe			Veludo								
	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P	B	G	P						
<b>1750-1760</b>				*											*						
<b>1761-1770</b>				*			*								*						
<b>1771-1780</b>		*		*			*					*		*	*						
<b>1781-1790</b>			*				*							*	*						
<b>1791-1800</b>		*	*		*		*			*				*	*						
<b>1801-1810</b>			*				*		*					*	*						

**Legenda:** B – Barcelos; G- Guimarães; P – Póvoa de Lanhoso

**Fontes:** ADB, AMAP, “Judicial Antigo”.

## Património total de Barcelos

Cota	Benz raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e joias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Somoventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
3454	32460	77,9%		0,0%		0,0%		0,0%	240	0,6%		0,0%		0,0%	840	2,0%		0,0%	170	0,4%	7980	19,1%	41690	18710	44,9%
3492	5040	8,8%	2000	3,5%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1020	1,8%	4800	8,4%	36000	62,7%	800	1,4%	7720	13,5%	57380		0,0%
3495	31500	31,6%	6050	6,1%		0,0%		0,0%	680	0,7%	4500	4,5%	1870	1,9%	9080	9,1%	33000	33,1%	480	0,5%	12400	12,5%	99560	66200	66,5%
3496	37500	63,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	22000	37,0%		0,0%		0,0%	59500		0,0%
3499	39300	36,1%	6210	5,7%		0,0%		0,0%	10400	9,6%		0,0%	550	0,5%	2400	2,2%	38800	35,7%	120	0,1%	10940	10,1%	108720		0,0%
3500	37750	37,7%	20810	20,8%		0,0%		0,0%	2100	2,1%		0,0%	1460	1,5%	1500	1,5%	23500	23,5%	1700	1,7%	11190	11,2%	100010		0,0%
3503	86200	83,3%	5600	5,4%		0,0%		0,0%	1500	1,4%		0,0%		0,0%	2800	2,7%	2200	2,1%	200	0,2%	4950	4,8%	103450	19400	18,8%
3504		0,0%	14320	36,0%		0,0%		0,0%	640	1,6%		0,0%	1280	3,2%	1100	2,8%	4400	11,0%	750	1,9%	17340	43,5%	39830	1936	4,9%
3505		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	720	1,4%		0,0%	2260	4,5%		0,0%	39200	77,9%	300	0,6%	7840	15,6%	50320	147740	293,6%
3506	13500	48,7%		0,0%		0,0%		0,0%	2120	7,7%		0,0%	2540	9,2%	2000	7,2%		0,0%	760	2,7%	6780	24,5%	27700	46920	169,4%
3507	28200	32,5%	17000	19,6%		0,0%		0,0%	1700	2,0%	1800	2,1%	1340	1,5%	4500	5,2%	24000	27,6%	300	0,3%	8000	9,2%	86840	59500	68,5%
3512	185800	92,4%	2200	1,1%		0,0%		0,0%	1870	0,9%		0,0%	250	0,1%	500	0,2%	3200	1,6%	120	0,1%	7080	3,5%	201020	156340	77,8%
3513	52200	43,9%	3756	3,2%		0,0%		0,0%	320	0,3%		0,0%		0,0%		0,0%	59300	49,9%		0,0%	3200	2,7%	118776	5000	4,2%
3515	213000	65,4%	62800	19,3%		0,0%		0,0%	5110	1,6%	8800	2,7%	7180	2,2%	12000	3,7%		0,0%	200	0,1%	16560	5,1%	325650		0,0%
3516	65000	79,2%	7350	9,0%		0,0%		0,0%	1080	1,3%		0,0%	800	1,0%	3200	3,9%		0,0%	150	0,2%	4490	5,5%	82070	46220	56,3%
3526	30000	33,7%	1440	1,6%		0,0%		0,0%	2500	2,8%		0,0%	3100	3,5%		0,0%	43100	48,3%	350	0,4%	8660	9,7%	89150		0,0%
3527	888300	67,5%	26740	2,0%		0,0%	265000	20,1%	4500	0,3%	17200	1,3%	11320	0,9%	22000	1,7%	56600	4,3%	1000	0,1%	23770	1,8%	1316430	14400	1,1%
3528	318500	35,3%	241240	26,8%	177870	19,7%	111400	12,4%	5660	0,6%		0,0%	6255	0,7%	4130	0,5%	24850	2,8%	1630	0,2%	9720	1,1%	901255		0,0%
3529	838100	95,8%		0,0%		0,0%		0,0%	9980	1,1%		0,0%	4720	0,5%	2400	0,3%	9000	1,0%	400	0,0%	9850	1,1%	874450		0,0%
3532		0,0%	43420	11,6%		0,0%	182300	48,6%	19860	5,3%		0,0%	13900	3,7%	5500	1,5%	86600	23,1%	1160	0,3%	22100	5,9%	374840		0,0%
3534		0,0%	3830	21,0%		0,0%	4120	22,6%	800	4,4%		0,0%	1600	8,8%	3500	19,2%	700	3,8%	600	3,3%	3060	16,8%	18210	680	3,7%
3535	229200	84,8%	8500	3,1%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1540	0,6%		0,0%	22000	8,1%		0,0%	9090	3,4%	270330	3090	1,1%
3536	363700	95,7%	3340	0,9%		0,0%		0,0%	3415	0,9%		0,0%	2220	0,6%		0,0%	2700	0,7%	610	0,2%	4220	1,1%	380205	29200	7,7%
3537	575490	61,2%	107890	11,5%	41160	4,4%	95600	10,2%	2280	0,2%		0,0%	10290	1,1%	11250	1,2%	47200	5,0%	1830	0,2%	47860	5,1%	940850	16000	1,7%
3539	161002	86,2%	2400	1,3%		0,0%		0,0%	800	0,4%		0,0%	1120	0,6%	4260	2,3%	10280	5,5%	560	0,3%	6380	3,4%	186802	40960	21,9%
3540	294000	84,4%	4240	1,2%		0,0%		0,0%	480	0,1%		0,0%	2350	0,7%	6100	1,8%	32000	9,2%	1420	0,4%	7640	2,2%	348230	54800	15,7%
3549	642500	69,3%	35740	3,9%		0,0%	156800	16,9%	17320	1,9%		0,0%	11620	1,3%	48800	5,3%		0,0%	3040	0,3%	11680	1,3%	927500	72000	7,8%
3550	103475	41,4%	37300	14,9%		0,0%		0,0%	8810	3,5%	10800	4,3%	6500	2,6%	13400	5,4%	48400	19,4%	1000	0,4%	20230	8,1%	249915	20130	8,1%
3551	20000	55,7%	2100	5,9%		0,0%		0,0%	200	0,6%	11500	32,0%	750	2,1%		0,0%		0,0%	220	0,6%	1120	3,1%	35890		0,0%

## Património total de Barcelos

Cota	Benz raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e jóias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Somoventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
3552	208000	80,6%	27180	10,5%		0,0%		0,0%	480	0,2%		0,0%	3780	1,5%	4000	1,6%	5000	1,9%	450	0,2%	9070	3,5%	257960		0,0%
3553	34500	27,8%	10300	8,3%		0,0%		0,0%	6380	5,1%	6700	5,4%	2300	1,9%	3600	2,9%	40000	32,2%		0,0%	20520	16,5%	124300	175000	140,8%
3554	12400	48,9%	8800	34,7%		0,0%		0,0%	640	2,5%		0,0%	1360	5,4%	720	2,8%		0,0%		0,0%	1420	5,6%	25340		0,0%
3556	42695	97,4%		0,0%		0,0%		0,0%	30	0,1%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	60	0,1%	1040	2,4%	43825	40780	93,1%
3557	142700	98,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	100	0,1%	150	0,1%		0,0%		0,0%	2220	1,5%	145170		0,0%
3559		0,0%	53500	43,3%		0,0%		0,0%	2520	2,0%	5400	4,4%	2580	2,1%	17000	13,8%	29200	23,7%	315	0,3%	12920	10,5%	123435	171825	139,2%
3571	306500	79,1%	16620	4,3%		0,0%		0,0%	1200	0,3%	3400	0,9%	8040	2,1%		0,0%	40800	10,5%	200	0,1%	10860	2,8%	387620		0,0%
3572	60400	78,7%	5780	7,5%		0,0%		0,0%	400	0,5%		0,0%	1020	1,3%		0,0%	2640	3,4%	410	0,5%	6140	8,0%	76790	18000	23,4%
3574	332050	91,3%	9500	2,6%		0,0%		0,0%	1000	0,3%		0,0%	3340	0,9%	2500	0,7%	8000	2,2%		0,0%	7450	2,0%	363840	168400	46,3%
3576	157800	94,5%	3020	1,8%		0,0%		0,0%	35	0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	600	0,4%	5615	3,4%	167070	225200	134,8%
3578	40000	66,7%		0,0%		0,0%		0,0%	3040	5,1%	2800	4,7%	4530	7,6%	7200	12,0%		0,0%	200	0,3%	2180	3,6%	59950	15720	26,2%
3579	364000	73,1%	16726	3,4%		0,0%	19200	3,9%	6100	1,2%		0,0%	7180	1,4%	4270	0,9%	46000	9,2%	1120	0,2%	33270	6,7%	497866		0,0%
3580	555200	84,4%	13940	2,1%		0,0%		0,0%	6190	0,9%	20620	3,1%	5900	0,9%	7500	1,1%	29700	4,5%	720	0,1%	17800	2,7%	657570	209480	31,9%
3582		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	320	0,7%	8960	19,0%	4000	8,5%	3350	7,1%	24000	50,8%	400	0,8%	6250	13,2%	47280	12000	25,4%
3583	227333	96,3%	1270	0,5%		0,0%		0,0%	1540	0,7%		0,0%	1020	0,4%	460	0,2%	900	0,4%	100	0,0%	3460	1,5%	236083	85586	36,3%
3585	105180	68,9%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	41100	26,9%	150	0,1%	6140	4,0%	152570	19000	12,5%
3586	217800	71,1%	20680	6,8%		0,0%		0,0%	10900	3,6%	12380	4,0%	6620	2,2%	19100	6,2%		0,0%	800	0,3%	17920	5,9%	306200	14400	4,7%
3588		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	500	100,0%	500	22000	4400,0%
3589	163200	62,2%	16700	6,4%		0,0%	40050	15,3%		0,0%		0,0%	720	0,3%	14600	5,6%	22700	8,6%		0,0%	4590	1,7%	262560	28530	10,9%
3591	150000	89,4%	7800	4,7%		0,0%		0,0%	60	0,0%		0,0%	600	0,4%		0,0%	3600	2,1%	580	0,3%	5100	3,0%	167740	4200	2,5%
3594	26350	83,4%		0,0%		0,0%		0,0%	60	0,2%		0,0%	400	1,3%	3400	10,8%		0,0%	150	0,5%	1240	3,9%	31600	2400	7,6%
3595	200140	89,3%	10180	4,5%		0,0%		0,0%	500	0,2%		0,0%	2890	1,3%		0,0%	3520	1,6%	500	0,2%	6350	2,8%	224080	60600	27,0%
3631	60000	61,5%		0,0%		0,0%		0,0%	11480	11,8%	2000	2,0%	9280	9,5%	7500	7,7%		0,0%	680	0,7%	6700	6,9%	97640	99120	101,5%
3632	144200	94,6%	2750	1,8%		0,0%		0,0%	120	0,1%		0,0%		0,0%		0,0%	120	0,1%	500	0,3%	4780	3,1%	152470		0,0%
3633	90540	45,5%	10950	5,5%	9800	4,9%	49800	25,0%	2080	1,0%		0,0%	4040	2,0%		0,0%	20600	10,3%	770	0,4%	10620	5,3%	199200		0,0%
3634	70700	34,0%	44600	21,5%		0,0%		0,0%	2120	1,0%	4800	2,3%	5980	2,9%	3280	1,6%	56500	27,2%	350	0,2%	19320	9,3%	207650		0,0%
3659		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	28300	100,0%		0,0%		0,0%	28300		0,0%
3661	110450	68,6%	6210	3,9%		0,0%		0,0%	9850	6,1%		0,0%	9870	6,1%	900	0,6%		0,0%	2410	1,5%	21330	13,2%	161020		0,0%
3663	82300	95,1%		0,0%		0,0%		0,0%	40	0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	50	0,1%	4140	4,8%	86530		0,0%

## Património total de Barcelos

Cota	Benz raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e joias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Somóventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
3664		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	12100	23,4%		0,0%	9600	18,6%		0,0%		0,0%	2700	5,2%	27250	52,8%	51650		0,0%
3665	40000	39,6%	27600	27,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	950	0,9%	3300	3,3%	13700	13,6%	500	0,5%	14910	14,8%	100960		0,0%
3666		0,0%	17280	65,7%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1300	4,9%	2280	8,7%		0,0%	480	1,8%	4980	18,9%	26320		0,0%
3667	146600	69,1%	14700	6,9%		0,0%		0,0%	4810	2,3%	8800	4,1%	1540	0,7%	6600	3,1%	20000	9,4%	200	0,1%	9040	4,3%	212290		0,0%
3670	227000	98,4%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	500	0,2%	3220	1,4%	230720		0,0%
3682	192040	92,4%	2400	1,2%		0,0%		0,0%	1260	0,6%		0,0%	2920	1,4%		0,0%		0,0%	880	0,4%	8320	4,0%	207820		0,0%
3685	27000	96,9%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	350	1,3%		0,0%		0,0%	120	0,4%	400	1,4%	27870		0,0%
3686	910000	83,8%	37660	3,5%		0,0%		0,0%	32900	3,0%	5760	0,5%	9600	0,9%	11100	1,0%	48000	4,4%		0,0%	31120	2,9%	1086140		0,0%
3691	84200	96,6%	2200	2,5%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	800	0,9%		0,0%		0,0%		0,0%	87200		0,0%
3692	53000	56,5%		0,0%		0,0%		0,0%	240	0,3%	5500	5,9%		0,0%	1400	1,5%	28600	30,5%	220	0,2%	4770	5,1%	93730		0,0%
3693		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	540	9,4%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	300	5,2%	4900	85,4%	5740		0,0%
3694	165600	74,9%	20960	9,5%		0,0%		0,0%	1100	0,5%		0,0%	440	0,2%		0,0%	24000	10,9%	300	0,1%	8750	4,0%	221150		0,0%
3696	168400	92,3%	12000	6,6%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	240	0,1%	1880	1,0%	182520		0,0%
3701		0,0%	9950	35,8%		0,0%		0,0%	2300	8,3%		0,0%	1000	3,6%	2900	10,4%	7000	25,2%	570	2,0%	4110	14,8%	27830		0,0%
3711		0,0%	10300	20,1%		0,0%		0,0%		0,0%	19800	38,7%	1540	3,0%	7170	14,0%		0,0%	1280	2,5%	11090	21,7%	51180		0,0%
3712	63700	56,7%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	2700	2,4%	2620	2,3%	40000	35,6%	400	0,4%	2980	2,7%	112400		0,0%
3713	155400	74,3%	8550	4,1%		0,0%		0,0%	600	0,3%		0,0%	2660	1,3%		0,0%	28500	13,6%	420	0,2%	13100	6,3%	209230		0,0%
3714	94000	88,7%	3100	2,9%		0,0%		0,0%	360	0,3%		0,0%	1160	1,1%		0,0%	1940	1,8%	200	0,2%	5200	4,9%	105960		0,0%
3716	804800	81,1%	22320	2,2%		0,0%		0,0%	10880	1,1%		0,0%	11020	1,1%	13700	1,4%	92540	9,3%	8850	0,9%	27960	2,8%	992070		0,0%
3731	65000	35,2%	21820	11,8%		0,0%		0,0%	8600	4,7%	4800	2,6%	15750	8,5%	3000	1,6%	40800	22,1%	4880	2,6%	19900	10,8%	184550		0,0%
3734	42400	93,3%	600	1,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1600	3,5%	150	0,3%	700	1,5%	45450		0,0%
3735	413800	86,1%	15640	3,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	26500	5,5%	1640	0,3%	22790	4,7%	480370		0,0%
3737		0,0%	5040	16,7%		0,0%		0,0%	400	1,3%	7600	25,2%	2180	7,2%	2400	8,0%	7000	23,2%	1450	4,8%	4040	13,4%	30110		0,0%
3738	153301	77,4%	480	0,2%		0,0%		0,0%	1400	0,7%		0,0%	2950	1,5%	4000	2,0%	28000	14,1%	340	0,2%	7535	3,8%	198006		0,0%
3746		0,0%	11300	70,4%		0,0%		0,0%	1710	10,7%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	520	3,2%	2520	15,7%	16050		0,0%
3748		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	480	40,0%		0,0%	120	10,0%	400	33,3%		0,0%		0,0%	200	16,7%	1200		0,0%
3749	115000	47,8%	22790	9,5%		0,0%		0,0%	1800	0,7%	25200	10,5%	11200	4,7%	22500	9,3%		0,0%	1860	0,8%	40330	16,8%	240680		0,0%
3750	20000	97,1%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	600	2,9%	20600		0,0%
3756	178100	98,8%	400	0,2%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	960	0,5%		0,0%		0,0%	800	0,4%	180260		0,0%

## Património total de Barcelos

Cota	Benz raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e joias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Somóventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
3757	310100	72,8%	70	0,0%	77205	18,1%		0,0%	5210	1,2%	4800	1,1%	15200	3,6%	6880	1,6%		0,0%	240	0,1%	6422	1,5%	426127		0,0%
3759		0,0%	3000	22,4%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	10400	77,6%	13400		0,0%
3761	210600	73,6%	12400	4,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	2500	0,9%	5400	1,9%	38800	13,6%	500	0,2%	15820	5,5%	286020		0,0%
3764		0,0%	1200	23,1%		0,0%		0,0%	300	5,8%		0,0%	840	16,2%		0,0%		0,0%	160	3,1%	2700	51,9%	5200		0,0%
3769	113000	71,5%	500	0,3%		0,0%		0,0%	400	0,3%		0,0%		0,0%		0,0%	33000	20,9%	200	0,1%	11050	7,0%	158150		0,0%
3776	1399260	92,3%	13380	0,9%		0,0%		0,0%	1100	0,1%	13160	0,9%	3970	0,3%	2200	0,1%	59200	3,9%	500	0,0%	22560	1,5%	1515330		0,0%
3778	130550	88,0%	8760	5,9%		0,0%		0,0%	1680	1,1%		0,0%	1200	0,8%	1600	1,1%		0,0%	600	0,4%	3960	2,7%	148350		0,0%
3780	82500	60,7%	29190	21,5%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	4160	3,1%	3400	2,5%	4100	3,0%	1070	0,8%	11570	8,5%	135990		0,0%
3784	135750	87,2%	7400	4,8%		0,0%		0,0%	200	0,1%		0,0%	1500	1,0%		0,0%		0,0%	800	0,5%	10080	6,5%	155730		0,0%
3792	380000	99,5%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1600	0,4%		0,0%		0,0%	360	0,1%	381960		0,0%
3793		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	2290	36,7%	2200	35,3%		0,0%	450	7,2%	1300	20,8%	6240		0,0%
3794	324000	84,8%	40680	10,7%		0,0%		0,0%	3000	0,8%		0,0%	2140	0,6%		0,0%		0,0%	240	0,1%	11900	3,1%	381960		0,0%
3814		0,0%	9800	61,1%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	860	5,4%	2980	18,6%		0,0%		0,0%	2400	15,0%	16040		0,0%
3815	630000	96,1%		0,0%		0,0%		0,0%	1500	0,2%	4600	0,7%	4480	0,7%	9440	1,4%		0,0%	160	0,0%	5310	0,8%	655490		0,0%
3817	215000	92,6%	11200	4,8%		0,0%		0,0%	600	0,3%		0,0%		0,0%	400	0,2%		0,0%		0,0%	4860	2,1%	232060		0,0%
3818	40000	42,4%	3500	3,7%		0,0%		0,0%	5220	5,5%		0,0%	2140	2,3%	4000	4,2%	31000	32,9%	850	0,9%	7620	8,1%	94330		0,0%
3819	388000	90,3%		0,0%		0,0%		0,0%	1140	0,3%		0,0%	2300	0,5%	1600	0,4%	26000	6,0%	240	0,1%	10540	2,5%	429820		0,0%
3820		0,0%	180	4,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	500	12,1%		0,0%		0,0%	400	9,7%	3060	73,9%	4140		0,0%
3822	131600	64,8%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	71020	35,0%	200	0,1%	240	0,1%	203060		0,0%
3824		0,0%	65120	53,0%		0,0%		0,0%	3700	3,0%		0,0%	9850	8,0%	14600	11,9%		0,0%	5360	4,4%	24250	19,7%	122880		0,0%
3826	279970	95,1%	240	0,1%		0,0%		0,0%	1600	0,5%		0,0%		0,0%	3200	1,1%		0,0%	1400	0,5%	8060	2,7%	294470		0,0%
3829		0,0%	9000	52,5%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	960	5,6%	7190	41,9%	17150		0,0%
3840	179100	64,2%	34230	12,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1500	0,5%	4980	1,8%	48800	17,5%	560	0,2%	9780	3,5%	278950		0,0%
3857	79600	98,9%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	400	0,5%	460	0,6%	80460		0,0%
3860	243860	78,3%	29220	9,4%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	740	0,2%		0,0%	26000	8,3%	400	0,1%	11380	3,7%	311600		0,0%
3861	93500	88,6%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	6280	6,0%	600	0,6%	500	0,5%		0,0%	600	0,6%	4010	3,8%	105490		0,0%
3862	153305	93,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1433	0,9%		0,0%	2320	1,4%	3390	2,1%		0,0%		0,0%	4440	2,7%	164888		0,0%
3878		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	650	10,4%	5600	89,6%	6250		0,0%
3879		0,0%	18220	26,9%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1810	2,7%	6400	9,5%	34700	51,3%	150	0,2%	6390	9,4%	67670		0,0%

## Património total de Barcelos

Cota	Benz raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e joias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Somoventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
3880	592385	92,9%	4400	0,7%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	13390	2,1%	4800	0,8%		0,0%	2720	0,4%	19900	3,1%	637595		0,0%
3883		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	400	7,6%		0,0%		0,0%	500	9,5%	4340	82,8%	5240		0,0%
3884		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	200	23,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	660	76,7%	860		0,0%
3885		0,0%	20170	39,8%		0,0%		0,0%	3780	7,5%		0,0%	8720	17,2%	5200	10,3%		0,0%	2200	4,3%	10580	20,9%	50650		0,0%
3886		0,0%	110220	11,9%	480239	52,1%		0,0%	48520	5,3%	141010	15,3%	4200	0,5%		0,0%	82500	8,9%	9840	1,1%	46070	5,0%	922599		0,0%
3887	118000	72,6%		0,0%		0,0%		0,0%	1160	0,7%	4440	2,7%	2740	1,7%	4000	2,5%		0,0%	350	0,2%	31900	19,6%	162590		0,0%
3888	14200	17,5%	6000	7,4%		0,0%		0,0%	1300	1,6%		0,0%	2400	3,0%	7600	9,4%	28000	34,5%	480	0,6%	21080	26,0%	81060		0,0%
3889	145817	79,7%	20010	10,9%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	2560	1,4%		0,0%	4320	2,4%	200	0,1%	9950	5,4%	182857	38000	20,8%
3890	26000	25,1%	5680	5,5%		0,0%	5333	5,1%		0,0%	10340	10,0%	3240	3,1%	12400	12,0%	32400	31,2%		0,0%	8320	8,0%	103713		0,0%
3891	96500	90,9%	2200	2,1%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	220	0,2%		0,0%		0,0%	1090	1,0%	6120	5,8%	106130		0,0%
3892	114400	63,2%	11920	6,6%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	4440	2,5%	7700	4,3%	27000	14,9%	280	0,2%	15230	8,4%	180970		0,0%
3893	242300	84,8%		0,0%		0,0%		0,0%	900	0,3%		0,0%	200	0,1%		0,0%	35000	12,3%	600	0,2%	6600	2,3%	285600		0,0%
3896		0,0%	17620	45,9%		0,0%		0,0%		0,0%	6480	16,9%	4200	10,9%	3500	9,1%		0,0%		0,0%	6600	17,2%	38400		0,0%
3897	6000	14,2%	3370	7,9%		0,0%		0,0%		0,0%	4840	11,4%	970	2,3%	22980	54,2%		0,0%	300	0,7%	3940	9,3%	42400		0,0%
3898		0,0%	8900	84,8%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1600	15,2%		0,0%		0,0%		0,0%	10500		0,0%
3900	86000	61,7%	19960	14,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1980	1,4%		0,0%	12900	9,3%	400	0,3%	18180	13,0%	139420		0,0%
3919		0,0%	3640	5,4%		0,0%		0,0%		0,0%	2000	3,0%	4020	6,0%		0,0%	46000	68,4%	800	1,2%	10760	16,0%	67220		0,0%
3933		0,0%	2800	13,4%		0,0%		0,0%	720	3,4%	3620	17,3%	1600	7,6%	8790	42,0%		0,0%		0,0%	3420	16,3%	20950		0,0%
3936	117375	35,1%	33985	10,1%		0,0%	105740	31,6%	780	0,2%	33050	9,9%	4460	1,3%	4000	1,2%	19000	5,7%	1950	0,6%	14500	4,3%	334840		0,0%
3941	205250	95,0%	360	0,2%		0,0%		0,0%	550	0,3%		0,0%	1800	0,8%	1200	0,6%	500	0,2%	500	0,2%	5895	2,7%	216055		0,0%
3942	197230	53,0%	51200	13,8%		0,0%	40000	10,8%	1240	0,3%	8500	2,3%	8040	2,2%	2500	0,7%	41520	11,2%	2220	0,6%	19640	5,3%	372090		0,0%
3943	50700	90,1%		0,0%		0,0%		0,0%	240	0,4%		0,0%	400	0,7%		0,0%		0,0%	380	0,7%	4530	8,1%	56250		0,0%
3944	331160	80,1%	5020	1,2%		0,0%		0,0%	1490	0,4%		0,0%	4280	1,0%	8000	1,9%	50000	12,1%	800	0,2%	12730	3,1%	413480		0,0%
3947	22000	88,7%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	400	1,6%		0,0%	260	1,0%	2140	8,6%	24800	157000	633,1%
3948	25840	14,4%	44480	24,8%		0,0%		0,0%	8260	4,6%		0,0%		0,0%		0,0%	67160	37,5%	4240	2,4%	29160	16,3%	179140	49600	27,7%
3949	22400	28,5%	18440	23,5%		0,0%	5500	7,0%	380	0,5%		0,0%	1600	2,0%	9600	12,2%	9000	11,4%	880	1,1%	10820	13,8%	78620	80390	102,3%
3950		0,0%	6300	15,7%		0,0%	6000	14,9%	800	2,0%	8320	20,7%	2200	5,5%	8100	20,1%	7900	19,6%		0,0%	600	1,5%	40220		0,0%
3951	118992	61,2%	20000	10,3%		0,0%		0,0%	3680	1,9%	3960	2,0%	5700	2,9%	4800	2,5%	6000	3,1%	2990	1,5%	28190	14,5%	194312	21120	10,9%
3952	4000	3,3%	35400	29,1%		0,0%		0,0%	2400	2,0%	5800	4,8%	4700	3,9%	7700	6,3%	42500	34,9%	900	0,7%	18350	15,1%	121750		0,0%

## Património total de Barcelos

Cota	Benz raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e jóias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Somoventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
3956	114000	77,7%	1600	1,1%		0,0%		0,0%	830	0,6%	5200	3,5%	9040	6,2%	5700	3,9%		0,0%	1200	0,8%	9070	6,2%	146640	6100	4,2%
3966		0,0%	1440	47,1%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1620	52,9%	3060	4800	156,9%
3967	162335	42,2%	88660	23,0%		0,0%		0,0%	2300	0,6%	8500	2,2%	5000	1,3%	24600	6,4%	72000	18,7%	1750	0,5%	19540	5,1%	384685		0,0%
3970	154600	98,7%		0,0%		0,0%		0,0%	200	0,1%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1900	1,2%	156700		0,0%
3972	6000	7,7%	6730	8,6%		0,0%		0,0%	400	0,5%		0,0%	700	0,9%	4700	6,0%	44800	57,2%	2520	3,2%	12530	16,0%	78380		0,0%
3973	93000	89,1%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	2000	1,9%	1120	1,1%	6340	6,1%		0,0%	400	0,4%	1500	1,4%	104360	3600	3,4%
3974		0,0%	61900	30,1%		0,0%		0,0%	10650	5,2%	14670	7,1%	7750	3,8%	9520	4,6%	82700	40,3%	5100	2,5%	13160	6,4%	205450	18200	8,9%
3976		0,0%	2600	19,6%		0,0%	800	6,0%		0,0%	2300	17,4%	1140	8,6%	3000	22,7%		0,0%	660	5,0%	2740	20,7%	13240		0,0%
3990		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1060	22,3%		0,0%		0,0%	200	4,2%		0,0%	60	1,3%	3440	72,3%	4760		0,0%
3994	88000	48,1%		0,0%		0,0%		0,0%	16710	9,1%	34700	19,0%	16840	9,2%	18900	10,3%		0,0%	1520	0,8%	6430	3,5%	183100	50802	27,7%
3995	50000	66,9%	8900	11,9%		0,0%		0,0%	400	0,5%		0,0%	1200	1,6%	1800	2,4%	7800	10,4%	740	1,0%	3900	5,2%	74740	31800	42,5%
3996	76000	53,5%	17650	12,4%		0,0%		0,0%	240	0,2%		0,0%		0,0%		0,0%	39600	27,9%		0,0%	8600	6,1%	142090		0,0%
3997	36000	92,5%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1000	2,6%		0,0%		0,0%	100	0,3%	1800	4,6%	38900	10840	27,9%
4009	29200	60,1%	4660	9,6%		0,0%		0,0%	750	1,5%		0,0%	300	0,6%	3500	7,2%	4400	9,0%	400	0,8%	5410	11,1%	48620	20200	41,5%
4022	38000	49,1%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	860	1,1%	38000	49,1%		0,0%	600	0,8%	77460	16600	21,4%
4024	41600	91,4%	2800	6,2%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	100	0,2%	1000	2,2%	45500		0,0%
4025	766400	89,7%	4560	0,5%		0,0%		0,0%	800	0,1%		0,0%	3400	0,4%		0,0%	61400	7,2%	200	0,0%	17300	2,0%	854060		0,0%
4026	30400	16,6%	35480	19,4%		0,0%	2200	1,2%	120	0,1%	2900	1,6%	6100	3,3%	2800	1,5%	76000	41,6%	1700	0,9%	25200	13,8%	182900		0,0%
4029	58000	46,9%	5750	4,7%		0,0%		0,0%	100	0,1%		0,0%	200	0,2%	480	0,4%	51200	41,4%	600	0,5%	7250	5,9%	123580	14425	11,7%
4031		0,0%		0,0%		0,0%	162600	99,0%	500	0,3%		0,0%	700	0,4%		0,0%		0,0%		0,0%	500	0,3%	164300	3800	2,3%
4036		0,0%	10680	10,0%		0,0%	81040	75,5%	2700	2,5%		0,0%	3710	3,5%	1560	1,5%		0,0%	1900	1,8%	5680	5,3%	107270		0,0%
4038	60000	47,4%	18760	14,8%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1600	1,3%	700	0,6%	38000	30,0%		0,0%	7520	5,9%	126580	77580	61,3%
4040	91700	84,4%	4500	4,1%		0,0%		0,0%	720	0,7%		0,0%	500	0,5%		0,0%	3000	2,8%	520	0,5%	7670	7,1%	108610	105000	96,7%
4042	82000	92,5%		0,0%		0,0%		0,0%	600	0,7%		0,0%	980	1,1%	1700	1,9%	1250	1,4%	120	0,1%	2000	2,3%	88650		0,0%
4044	16020	4,2%	84105	22,3%		0,0%	103950	27,5%	3360	0,9%	3980	1,1%	6280	1,7%	10100	2,7%	92500	24,5%	4440	1,2%	53110	14,1%	377845		0,0%
4045	47400	69,7%	13900	20,4%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1000	1,5%	5700	8,4%	68000		0,0%
4046	90000	49,9%	13600	7,5%		0,0%	16900	9,4%	80	0,0%	3800	2,1%		0,0%		0,0%	39600	22,0%		0,0%	16400	9,1%	180380		0,0%
4051	200000	83,9%		0,0%		0,0%		0,0%	15470	6,5%		0,0%	13700	5,7%		0,0%		0,0%	2580	1,1%	6570	2,8%	238320		0,0%
4059	32000	93,6%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1000	2,9%	80	0,2%	1100	3,2%	34180		0,0%



Património total de Barcelos																									
Cota	Benz raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e joias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Somóventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
4060	52000	57,4%	11600	12,8%		0,0%		0,0%	1150	1,3%	1500	1,7%	4410	4,9%	1500	1,7%	12000	13,2%	300	0,3%	6190	6,8%	90650	29200	32,2%
4061		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	200	0,7%		0,0%	2250	8,1%	13000	46,7%		0,0%	2400	8,6%	10000	35,9%	27850	67000	240,6%
4062	550000	88,3%	10400	1,7%		0,0%	28800	4,6%	600	0,1%	2700	0,4%	2780	0,4%	10600	1,7%	1140	0,2%	600	0,1%	15580	2,5%	623200		0,0%
4063	500000	78,5%	44400	7,0%		0,0%		0,0%	4380	0,7%	5200	0,8%	3500	0,5%	8000	1,3%	52400	8,2%	350	0,1%	18880	3,0%	637110	98600	15,5%
4066	128300	44,1%	41600	14,3%		0,0%		0,0%	800	0,3%		0,0%	3960	1,4%	8500	2,9%	85400	29,4%	1900	0,7%	20400	7,0%	290860		0,0%
4070	413000	76,4%	26420	4,9%		0,0%		0,0%	5280	1,0%		0,0%	3960	0,7%	7300	1,4%	58400	10,8%	3500	0,6%	22740	4,2%	540600	43200	8,0%
4071	17000	90,1%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1150	6,1%		0,0%		0,0%	720	3,8%	18870		0,0%
4072	445200	98,5%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	6600	1,5%	451800		0,0%
4073		0,0%	20000	19,8%		0,0%		0,0%		0,0%	6420	6,3%	3100	3,1%	9000	8,9%	47400	46,8%	540	0,5%	14800	14,6%	101260		0,0%
4074	350000	82,0%	17100	4,0%		0,0%		0,0%	1440	0,3%		0,0%	1200	0,3%	3000	0,7%	45100	10,6%	1260	0,3%	7540	1,8%	426640	57700	13,5%
4075		0,0%	14200	34,0%	4800	11,5%	14940	35,8%	400	1,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	7400	17,7%	41740		0,0%
4076	91000	50,9%	21360	11,9%		0,0%		0,0%		0,0%	1600	0,9%		0,0%		0,0%	54900	30,7%		0,0%	10050	5,6%	178910		0,0%
4077	60000	69,1%	14075	16,2%		0,0%		0,0%	610	0,7%		0,0%	2810	3,2%	2420	2,8%		0,0%	1740	2,0%	5160	5,9%	86815		0,0%
4091	75000	46,8%	43660	27,3%		0,0%		0,0%	6100	3,8%		0,0%	7440	4,6%	6880	4,3%		0,0%	1000	0,6%	20090	12,5%	160170	13180	8,2%
4126	134003	94,6%	3140	2,2%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	300	0,2%		0,0%		0,0%	4200	3,0%	141643		0,0%
4132		0,0%	5290	5,6%	7200	7,6%	54880	58,2%	1790	1,9%	14200	15,1%	6010	6,4%	2700	2,9%		0,0%	300	0,3%	1930	2,0%	94300		0,0%
4137	50000	27,2%	36200	19,7%		0,0%		0,0%	5600	3,0%	5360	2,9%	5600	3,0%	6000	3,3%	60000	32,7%	400	0,2%	14600	7,9%	183760	118400	64,4%
4138		0,0%	20160	12,7%		0,0%	57125	36,0%	27240	17,2%	9740	6,1%	8340	5,3%	9300	5,9%	19000	12,0%	4500	2,8%	3220	2,0%	158625		0,0%
4929		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	51200	100,0%		0,0%		0,0%	51200		0,0%
C-20		0,0%	16000	62,8%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	600	2,4%	3800	14,9%		0,0%	400	1,6%	4680	18,4%	25480		0,0%
C-24		0,0%	12000	53,5%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	2940	13,1%		0,0%		0,0%	400	1,8%	7070	31,5%	22410		0,0%
C-48		0,0%	120	3,5%		0,0%		0,0%	140	4,1%		0,0%	440	12,9%	2000	58,5%		0,0%	420	12,3%	300	8,8%	3420		0,0%
Médias (%)		51,9%		10,2%		0,6%		3,0%		1,9%		2,0%		2,5%		4,1%		11,3%		1,0%		11,3%	39.627.977		39,9%

## Patrimônio total de Guimarães

Cota	Bens de raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e jóias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Somoventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
C-1-139		0,0%	12800	23,4%		0,0%		0,0%	3350	6,1%		0,0%	4900	9,0%	10780	19,7%	8000	14,7%	950	1,7%	13820	25,3%	54600		0,0%
C-1-261		0,0%	35220	9,7%		0,0%		0,0%	5100	1,4%		0,0%	27200	7,5%	11800	3,3%	217400	60,1%	2070	0,6%	63180	17,5%	361970		0,0%
C-1-269		0,0%		0,0%		0,0%	84040	82,9%	3800	3,7%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	800	0,8%	12750	12,6%	101390		0,0%
C-1-4-16	150000	54,2%	15850	5,7%		0,0%		0,0%	2100	0,8%	49880	18,0%	10430	3,8%	4500	1,6%		0,0%	540	0,2%	9280	3,4%	276940	34360	12,4%
C-1-4-17		0,0%	7650	20,4%		0,0%		0,0%	1200	3,2%		0,0%		0,0%	2000	5,3%		0,0%	920	2,5%	25710	68,6%	37480		0,0%
C-1-4-18		0,0%	6120	9,8%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	2000	3,2%		0,0%	18820	30,3%	62140	35200	56,6%
C-1-4-27	81900	31,3%		0,0%		0,0%	16000	6,1%	3380	1,3%	68780	26,3%	9020	3,5%	1200	0,5%	59600	22,8%		0,0%	21560	8,2%	261440		0,0%
C-1-4-28	851167	89,7%		0,0%	18600	2,0%		0,0%	8170	0,9%	50460	5,3%	2560	0,3%	2000	0,2%		0,0%	600	0,1%	15250	1,6%	948807		0,0%
C-1-4-29	154800	38,0%	50000	12,3%		0,0%	40000	9,8%	21780	5,3%	77900	19,1%	14570	3,6%	30600	7,5%	7200	1,8%	730	0,2%	10190	2,5%	407770		0,0%
C-1-4-30	40000	29,2%	39600	28,9%		0,0%		0,0%	2520	1,8%	36700	26,8%	3650	2,7%	6300	4,6%	2000	1,5%	280	0,2%	5840	4,3%	136890		0,0%
C-1-4-31	192170	84,7%		0,0%		0,0%		0,0%	800	0,4%	15800	7,0%	1820	0,8%		0,0%	7200	3,2%	600	0,3%	8620	3,8%	227010		0,0%
C-1-4-32	204280	78,0%	4500	1,7%		0,0%		0,0%	270	0,1%		0,0%	1520	0,6%		0,0%		0,0%	650	0,2%	6930	2,6%	261940	43790	16,7%
C-1-4-33		0,0%	74770	47,3%		0,0%		0,0%	820	0,5%		0,0%	8850	5,6%	1800	1,1%	46700	29,6%	640	0,4%	24330	15,4%	157910		0,0%
C-1-4-35		0,0%	21120	53,6%		0,0%		0,0%	1350	3,4%		0,0%	3750	9,5%	1600	4,1%		0,0%	380	1,0%	11200	28,4%	39400		0,0%
C-1-4-36	177000	56,9%		0,0%		0,0%		0,0%	500	0,2%		0,0%		0,0%	200	0,1%		0,0%	150	0,0%	2600	0,8%	311250	130800	42,0%
C-1-4-37	650000	68,3%	51400	5,4%		0,0%		0,0%	8300	0,9%	74220	7,8%	15100	1,6%	1100	0,1%	127000	13,3%	1800	0,2%	22700	2,4%	951620		0,0%
C-1-4-38		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	3000	15,7%	2660	13,9%	6400	33,6%		0,0%	150	0,8%	6860	36,0%	19070		0,0%
C-1-4-40	6000	4,1%	49760	33,6%		0,0%		0,0%		0,0%	57880	39,1%	8600	5,8%		0,0%	6000	4,1%	550	0,4%	19300	13,0%	148090		0,0%
C-1-4-41		0,0%	63640	5,6%		0,0%	1001850	88,4%	1680	0,1%	41200	3,6%	4380	0,4%	1800	0,2%		0,0%	700	0,1%	17780	1,6%	1133030		0,0%
C-1-4-42	300000	81,1%		0,0%		0,0%		0,0%	2000	0,5%	6360	1,7%	3600	1,0%		0,0%		0,0%		0,0%	9800	2,7%	369760	48000	13,0%
C-1-4-68		0,0%	18600	16,6%		0,0%		0,0%	1720	1,5%		0,0%	2100	1,9%	5700	5,1%	5000	4,5%	400	0,4%	16980	15,1%	112275	61775	55,0%
C-1-4-69		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1910	1,7%	91060	80,2%	12020	10,6%	6000	5,3%		0,0%	500	0,4%	2040	1,8%	113530		0,0%
C-1-4-70	120000	8,5%	3360	0,2%	1241800	87,9%	11280	0,8%	1190	0,1%		0,0%	3700	0,3%	1200	0,1%		0,0%	1000	0,1%	28640	2,0%	1412170		0,0%
C-1-4-71		0,0%	4350	10,9%		0,0%		0,0%	2870	7,2%		0,0%	7400	18,6%	15020	37,7%	320	0,8%	3290	8,3%	6570	16,5%	39820		0,0%
C-1-4-72		0,0%	4500	3,9%		0,0%		0,0%	2740	2,4%	32160	28,0%	11320	9,8%	8800	7,7%		0,0%	5110	4,4%	2400	2,1%	115030	48000	41,7%
C-1-4-74	100000	30,5%		0,0%		0,0%		0,0%	400	0,1%		0,0%		0,0%	3200	1,0%		0,0%	820	0,3%	17870	5,5%	327389	205099	62,6%
C-1-4-75		0,0%	8500	0,4%		0,0%	1756280	87,9%	10200	0,5%	56100	2,8%	14500	0,7%		0,0%	120000	6,0%	500	0,0%	31500	1,6%	1997580		0,0%
C-1-4-93	2178140	80,1%	150860	5,5%		0,0%	125000	4,6%	1860	0,1%	94660	3,5%	9000	0,3%	8200	0,3%	107700	4,0%	1900	0,1%	42500	1,6%	2719820		0,0%
C-1-5-118		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	540	3,6%		0,0%	2600	17,5%	1200	8,1%		0,0%	800	5,4%	9740	65,5%	14880		0,0%

## Patrimônio total de Guimarães

Cota	Bens de raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e joias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Somoventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
C-1-5-119		0,0%	41740	16,6%		0,0%		0,0%	1030	0,4%	19240	7,7%	6100	2,4%		0,0%	83200	33,1%	400	0,2%	23200	9,2%	251390	76480	30,4%
C-1-5-120	40000	39,8%	22600	22,5%		0,0%		0,0%		0,0%	16200	16,1%	2100	2,1%	3800	3,8%	4600	4,6%	550	0,5%	10600	10,6%	100450		0,0%
C-1-5-121	48000	15,7%	54600	17,9%		0,0%		0,0%	1000	0,3%		0,0%	4900	1,6%	4200	1,4%	109600	35,9%	2500	0,8%	25250	8,3%	305050	55000	18,0%
C-1-5-122		0,0%	4000	21,0%		0,0%		0,0%	260	1,4%		0,0%	600	3,1%	2800	14,7%	6000	31,4%	480	2,5%	4950	25,9%	19090		0,0%
C-1-5-123	95000	26,6%	144350	40,5%		0,0%		0,0%	14140	4,0%		0,0%	9200	2,6%	29000	8,1%	4000	1,1%	1450	0,4%	59710	16,7%	356850		0,0%
C-1-5-138	692500	98,4%		0,0%		0,0%		0,0%	150	0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	11060	1,6%	703710		0,0%
C-1-5-139		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	300	3,6%	8060	96,4%	8360		0,0%
C-1-5-140		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	2400	38,2%	3880	61,8%	6280		0,0%
C-1-5-142	2101000	80,4%	117400	4,5%		0,0%		0,0%	4900	0,2%		0,0%	6400	0,2%	11000	0,4%	82000	3,1%		0,0%	40340	1,5%	2613040	250000	9,6%
C-1-5-143	2366600	99,5%		0,0%		0,0%		0,0%	1240	0,1%		0,0%	720	0,0%	200	0,0%		0,0%	420	0,0%	8360	0,4%	2377540		0,0%
C-1-5-144	335000	88,8%		0,0%		0,0%	31400	8,3%	2260	0,6%		0,0%	3530	0,9%		0,0%		0,0%	300	0,1%	4850	1,3%	377340		0,0%
C-1-5-38		0,0%	240	0,6%		0,0%		0,0%		0,0%	9730	25,4%		0,0%	13200	34,5%	5200	13,6%	480	1,3%	9420	24,6%	38270		0,0%
C-1-5-44	20000	44,3%		0,0%		0,0%		0,0%	420	0,9%		0,0%	1980	4,4%	1520	3,4%	6500	14,4%	200	0,4%	4280	9,5%	45100	10200	22,6%
C-1-5-45		0,0%	3500	48,9%		0,0%		0,0%		0,0%	2400	33,5%		0,0%	400	5,6%		0,0%		0,0%	860	12,0%	7160		0,0%
C-1-5-57		0,0%	29080	55,5%		0,0%		0,0%		0,0%	4480	8,6%	18200	34,8%		0,0%		0,0%		0,0%	600	1,1%	52360		0,0%
C-1-5-58		0,0%	6800	8,8%		0,0%		0,0%	520	0,7%	32080	41,6%	4400	5,7%	10000	13,0%	3600	4,7%	300	0,4%	19480	25,2%	77180		0,0%
C-1-5-59	375000	22,7%	35300	2,1%		0,0%	808484	49,0%	5930	0,4%		0,0%	11180	0,7%	1680	0,1%		0,0%	1280	0,1%	11640	0,7%	1649589	399095	24,2%
C-1-5-60		0,0%	39120	2,6%		0,0%		0,0%	400	0,0%	19380	1,3%	5600	0,4%		0,0%		0,0%		0,0%	35500	2,3%	1534005	1434005	93,5%
C-2-2-23		0,0%	10700	10,7%		0,0%		0,0%	1300	1,3%		0,0%	2400	2,4%	1000	1,0%	64800	64,9%	650	0,7%	19000	19,0%	99850		0,0%
C-2-2-24	278700	90,2%		0,0%		0,0%		0,0%	8400	2,7%		0,0%	4300	1,4%	3700	1,2%		0,0%		0,0%	14000	4,5%	309100		0,0%
C-2-2-25	1075730	82,5%	88380	6,8%		0,0%		0,0%	1500	0,1%		0,0%		0,0%	4400	0,3%	107200	8,2%	1500	0,1%	25080	1,9%	1303790		0,0%
C-2-2-27	220000	70,8%		0,0%		0,0%	10460	3,4%	1530	0,5%		0,0%	3260	1,0%	2000	0,6%	6600	2,1%	200	0,1%	7950	2,6%	310895	58895	18,9%
C-2-2-29		0,0%	22250	13,5%		0,0%		0,0%	720	0,4%		0,0%	1680	1,0%		0,0%		0,0%	680	0,4%	18940	11,5%	165190	120920	73,2%
C-2-2-32	111700	75,0%		0,0%		0,0%		0,0%	2060	1,4%	20220	13,6%	2320	1,6%	4940	3,3%	2400	1,6%	320	0,2%	4880	3,3%	148840		0,0%
C-2-2-33	1854600	97,4%	20000	1,1%		0,0%		0,0%	780	0,0%		0,0%	160	0,0%		0,0%	20000	1,1%	120	0,0%	8140	0,4%	1903800		0,0%
C-2-2-35	12000	6,9%	46500	26,7%		0,0%		0,0%	4970	2,9%		0,0%	1790	1,0%	4100	2,4%	80000	45,9%	800	0,5%	24150	13,9%	174310		0,0%
C-2-2-36	30000	65,1%	7980	17,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	400	0,9%	1600	3,5%	2500	5,4%	30	0,1%	3550	7,7%	46060		0,0%
C-2-2-37	116000	83,4%		0,0%		0,0%		0,0%	8600	6,2%		0,0%		0,0%	2900	2,1%	200	0,1%	440	0,3%	10940	7,9%	139080		0,0%
C-2-2-39	732000	89,9%	31100	3,8%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	800	0,1%		0,0%	34000	4,2%	760	0,1%	15200	1,9%	813860		0,0%

## Patrimônio total de Guimarães

Cota	Bens de raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e jóias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Somoventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
C-2-2-40	21000	17,2%	13220	10,8%		0,0%		0,0%	650	0,5%	2600	2,1%	1900	1,6%	9280	7,6%	40660	33,2%	570	0,5%	19540	16,0%	122365	12945	10,6%
C-2-2-42	221310	55,7%		0,0%		0,0%	106320	26,8%	2240	0,6%	26020	6,5%	1500	0,4%	11600	2,9%	1800	0,5%	250	0,1%	6520	1,6%	397280	19720	5,0%
C-2-2-45	628100	88,2%	12600	1,8%		0,0%		0,0%	1300	0,2%		0,0%	2600	0,4%		0,0%	54400	7,6%	300	0,0%	12520	1,8%	711820		0,0%
C-2-2-46	24000	81,1%		0,0%		0,0%		0,0%	250	0,8%		0,0%	850	2,9%	1200	4,1%		0,0%	240	0,8%	3050	10,3%	29590		0,0%
C-2-2-47	69700	67,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1740	1,7%		0,0%	400	0,4%	600	0,6%		0,0%	300	0,3%	3680	3,5%	104020	27600	26,5%
C-2-2-48	260000	58,6%	7700	1,7%		0,0%		0,0%	200	0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	2000	0,5%	550	0,1%	6700	1,5%	443487	166337	37,5%
C-2-2-49	10000	12,0%	35580	42,5%		0,0%	3775	4,5%	480	0,6%	5860	7,0%	1600	1,9%	14960	17,9%		0,0%	400	0,5%	8600	10,3%	83655	2400	2,9%
C-2-2-50		0,0%	13680	5,8%		0,0%	170200	72,0%	600	0,3%		0,0%	480	0,2%		0,0%	41600	17,6%	240	0,1%	9510	4,0%	236310		0,0%
C-2-5-20	1073000	99,5%		0,0%		0,0%		0,0%	240	0,0%		0,0%		0,0%	4220	0,4%		0,0%	300	0,0%	600	0,1%	1078360		0,0%
C-2-5-22	20000	8,3%	9120	3,8%	162760	67,2%		0,0%	4160	1,7%		0,0%	9030	3,7%	2760	1,1%	6000	2,5%	1100	0,5%	27210	11,2%	242140		0,0%
C-3-1-159		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1800	6,5%		0,0%	17000	61,8%	920	3,3%	7800	28,3%	27520		0,0%
C-3-1-166	151000	92,8%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1260	0,8%	2300	1,4%	600	0,4%	250	0,2%	7250	4,5%	162660		0,0%
C-3-1-47		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1100	11,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	2100	21,6%	6510	67,0%	9710		0,0%
C-3-1-91	736500	54,1%	55200	4,1%	312125	22,9%		0,0%	7270	0,5%	49980	3,7%	13800	1,0%	17700	1,3%	116400	8,6%	620	0,0%	51240	3,8%	1360835		0,0%
C-3-1-92	121700	42,1%	5330	1,8%		0,0%	39155	13,5%	4050	1,4%	46480	16,1%	6060	2,1%	18710	6,5%	3000	1,0%	6020	2,1%	38660	13,4%	289165		0,0%
C-3-2-11	218000	86,6%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	32000	12,7%		0,0%	1600	0,6%	251600		0,0%
C-3-2-21	80000	96,4%		0,0%		0,0%		0,0%	150	0,2%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	200	0,2%	2670	3,2%	83020		0,0%
C-3-2-23	675000	87,6%	76000	9,9%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	9600	1,2%		0,0%	9630	1,3%	770230		0,0%
C-3-2-31		0,0%	61800	5,1%		0,0%		0,0%	8010	0,7%	33580	2,8%	10700	0,9%	1200	0,1%		0,0%	2230	0,2%	40260	3,3%	1217950	1060170	87,0%
C-3-2-32	653800	74,0%	60800	6,9%		0,0%		0,0%	3440	0,4%		0,0%	6880	0,8%	3600	0,4%	110800	12,5%	2320	0,3%	42360	4,8%	884000		0,0%
C-3-2-33	172000	80,9%		0,0%		0,0%		0,0%	2400	1,1%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1200	0,6%	37120	17,5%	212720		0,0%
C-3-2-38		0,0%	13150	6,3%		0,0%	112800	54,4%	630	0,3%		0,0%		0,0%	3550	1,7%	67560	32,6%	300	0,1%	9490	4,6%	207480		0,0%
C-3-2-39		0,0%	35500	13,8%		0,0%		0,0%	200	0,1%	32560	12,7%	5600	2,2%	13560	5,3%	136800	53,2%	800	0,3%	31920	12,4%	256940		0,0%
C-3-2-40		0,0%	39980	21,1%		0,0%		0,0%	380	0,2%	26040	13,8%	5100	2,7%	5000	2,6%	76800	40,6%	1400	0,7%	34480	18,2%	189180		0,0%
C-3-2-41		0,0%	67050	23,1%		0,0%		0,0%	4590	1,6%	71600	24,7%	4200	1,4%	1200	0,4%	112000	38,6%	1950	0,7%	27490	9,5%	290080		0,0%
C-3-2-42	264800	61,1%		0,0%		0,0%		0,0%	1200	0,3%		0,0%	7000	1,6%		0,0%	139600	32,2%	240	0,1%	20200	4,7%	433040		0,0%
C-3-2-44		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1080	0,6%		0,0%	7000	4,1%		0,0%	139600	81,0%	240	0,1%	24320	14,1%	172240		0,0%
C-3-4-15	20000	66,7%	3600	12,0%		0,0%		0,0%	100	0,3%		0,0%		0,0%	1900	6,3%	800	2,7%		0,0%	3600	12,0%	30000		0,0%
C-3-4-16	368500	88,3%	7940	1,9%		0,0%		0,0%	500	0,1%		0,0%		0,0%		0,0%	30600	7,3%	540	0,1%	9070	2,2%	417150		0,0%

## Patrimônio total de Guimarães

Cota	Bens de raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e jóias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Somoventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
C-3-5-131	1625500	95,4%	35900	2,1%		0,0%		0,0%	2150	0,1%	6400	0,4%	10460	0,6%	4400	0,3%	10000	0,6%	400	0,0%	8240	0,5%	1703450		0,0%
C-3-5-132	506600	97,2%		0,0%		0,0%		0,0%	600	0,1%		0,0%		0,0%	3140	0,6%		0,0%	240	0,0%	10600	2,0%	521180		0,0%
C-3-5-133	1192500	92,8%	39810	3,1%		0,0%		0,0%	1980	0,2%	3800	0,3%	7590	0,6%	15600	1,2%		0,0%	2440	0,2%	21050	1,6%	1284770		0,0%
C-3-5-134	646400	96,7%	2940	0,4%		0,0%		0,0%	3060	0,5%		0,0%	950	0,1%	1600	0,2%		0,0%	720	0,1%	12800	1,9%	668470		0,0%
C-3-5-168		0,0%	5170	3,1%		0,0%		0,0%	1800	1,1%	5100	3,1%	2500	1,5%	900	0,5%		0,0%	840	0,5%	11220	6,8%	166130	138600	83,4%
C-3-5-52	114000	73,4%		0,0%		0,0%		0,0%	1780	1,1%		0,0%	3650	2,3%		0,0%		0,0%	300	0,2%	3460	2,2%	155385	32195	20,7%
C-3-5-53	509900	88,8%		0,0%		0,0%		0,0%	1660	0,3%	55740	9,7%		0,0%		0,0%	1200	0,2%	480	0,1%	5250	0,9%	574230		0,0%
C-3-5-54		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	600	15,5%	3280	84,5%	3880		0,0%
C-3-5-56		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	6400	56,2%		0,0%	240	2,1%		0,0%		0,0%	520	4,6%	4220	37,1%	11380		0,0%
C-3-5-57	925800	49,5%	23300	1,2%		0,0%		0,0%	31430	1,7%	51300	2,7%	39750	2,1%	38600	2,1%		0,0%	2380	0,1%	258650	13,8%	1871210	500000	26,7%
C-3-5-58	319000	86,6%		0,0%		0,0%		0,0%	4150	1,1%		0,0%	1300	0,4%	3150	0,9%		0,0%		0,0%	2400	0,7%	368500	38500	10,4%
C-3-5-59		0,0%		0,0%		0,0%	8239729	68,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	12115472	3875743	32,0%
C-3-5-62		0,0%		0,0%		0,0%	57600	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	57600		0,0%
C-3-5-63		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	6440	5,6%		0,0%		0,0%	2000	1,7%		0,0%	2400	2,1%	5270	4,6%	114570	98460	85,9%
C-3-5-83	157800	30,6%		0,0%		0,0%		0,0%	2810	0,5%		0,0%	2050	0,4%	5200	1,0%		0,0%	2110	0,4%	8510	1,7%	515590	337110	65,4%
C-4-2-79	335000	39,5%		0,0%		0,0%		0,0%	2500	0,3%		0,0%	4420	0,5%	600	0,1%	455600	53,8%	400	0,0%	48800	5,8%	847320		0,0%
C-4-3-109	682300	85,9%	4200	0,5%		0,0%		0,0%	5300	0,7%		0,0%	4400	0,6%		0,0%	37200	4,7%	600	0,1%	60100	7,6%	794100		0,0%
C-4-3-112	1829000	92,1%	7960	0,4%		0,0%	76660	3,9%	1900	0,1%		0,0%	5600	0,3%		0,0%	36200	1,8%	1200	0,1%	27200	1,4%	1985720		0,0%
C-4-3-15		0,0%	135930	25,7%		0,0%	25600	4,8%	4300	0,8%	33300	6,3%	10990	2,1%	2800	0,5%	67200	12,7%	480	0,1%	45300	8,6%	529700	203800	38,5%
C-4-3-23	734900	80,5%	12000	1,3%		0,0%		0,0%	150	0,0%		0,0%	4960	0,5%		0,0%	9400	1,0%	680	0,1%	20170	2,2%	913260	131000	14,3%
C-4-4-11		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	300	0,5%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1120	1,9%	7100	12,1%	58720	50200	85,5%
C-4-4-116	50000	73,7%		0,0%		0,0%		0,0%	100	0,1%		0,0%		0,0%	10000	14,7%		0,0%	240	0,4%	7500	11,1%	67840		0,0%
C-4-4-144	30000	69,7%		0,0%		0,0%		0,0%	700	1,6%		0,0%		0,0%	1000	2,3%	6000	13,9%	240	0,6%	5090	11,8%	43030		0,0%
C-5-1-98		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	4600	4,9%	6100	6,5%	3550	3,8%		0,0%	64200	68,5%	200	0,2%	15070	16,1%	93720		0,0%
C-5-1-99		0,0%	10480	4,7%		0,0%		0,0%	920	0,4%	22120	10,0%	2800	1,3%	7020	3,2%	3200	1,4%		0,0%	56490	25,5%	221930	118900	53,6%
C-5-3-131	199000	97,7%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	4590	2,3%	203590		0,0%
C-5-4-10		0,0%	8000	6,7%		0,0%	94941	79,8%		0,0%	3700	3,1%		0,0%	800	0,7%	1600	1,3%	400	0,3%	9600	8,1%	119041		0,0%
C-5-4-13	161000	15,2%	156230	14,7%		0,0%	382880	36,1%	4170	0,4%		0,0%	10400	1,0%	18200	1,7%	255800	24,1%	1400	0,1%	45080	4,2%	1060940	25780	2,4%
C-5-4-14	260500	72,5%	19020	5,3%		0,0%		0,0%	1180	0,3%	18680	5,2%		0,0%		0,0%	40000	11,1%	550	0,2%	19550	5,4%	359480		0,0%

## Patrimônio total de Guimarães

Cota	Bens de raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e joias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Somóventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
C-5-4-20	72000	80,7%		0,0%		0,0%		0,0%	1790	2,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	700	0,8%	14750	16,5%	89240		0,0%
C-5-4-22	273780	86,1%		0,0%		0,0%		0,0%	100	0,0%	9800	3,1%		0,0%		0,0%	29200	9,2%	500	0,2%	4700	1,5%	318080		0,0%
C-5-4-28	835500	96,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1200	0,1%		0,0%	1800	0,2%	13000	1,5%		0,0%		0,0%	18900	2,2%	870400		0,0%
C-5-4-29	185000	62,2%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	500	0,2%	1300	0,4%		0,0%		0,0%	1300	0,4%	297410	109310	36,8%
C-5-4-30	12000	38,4%	5900	18,9%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1600	5,1%	4900	15,7%	2000	6,4%		0,0%	4850	15,5%	31250		0,0%
C-5-4-33		0,0%	17800	10,8%	10000	6,1%		0,0%	2000	1,2%	27220	16,5%	2600	1,6%		0,0%	94000	57,1%	380	0,2%	10600	6,4%	164600		0,0%
C-5-4-34		0,0%	240	0,9%		0,0%		0,0%	2140	7,9%	2300	8,5%		0,0%	4000	14,8%	10400	38,6%	600	2,2%	7260	26,9%	26940		0,0%
C-5-4-39		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	2050	11,9%		0,0%	2800	16,3%	1200	7,0%		0,0%	780	4,5%	10350	60,2%	17180		0,0%
C-5-4-7	100000	91,9%		0,0%		0,0%		0,0%	1000	0,9%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	600	0,6%	7180	6,6%	108780		0,0%
C-6-1-165	80000	83,1%		0,0%		0,0%		0,0%	2270	2,4%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1780	1,8%	12200	12,7%	96250		0,0%
C-6-1-178	54500	24,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	2200	1,0%		0,0%	150	0,1%	2569	1,1%	227519	168100	73,9%
C-6-1-24	291000	71,0%		0,0%		0,0%		0,0%	300	0,1%		0,0%	3720	0,9%		0,0%	5400	1,3%	400	0,1%	7180	1,8%	409680	101680	24,8%
C-6-2-25		0,0%	13120	24,6%		0,0%		0,0%	250	0,5%	31520	59,2%		0,0%	1200	2,3%	2800	5,3%		0,0%	4380	8,2%	53270		0,0%
C-6-3-11		0,0%	20400	19,0%		0,0%		0,0%	100	0,1%		0,0%	2400	2,2%	4400	4,1%	69000	64,4%	300	0,3%	10500	9,8%	107100		0,0%
C-6-3-123	791000	96,1%	9800	1,2%		0,0%		0,0%	700	0,1%		0,0%	5760	0,7%		0,0%		0,0%	580	0,1%	15670	1,9%	823510		0,0%
C-6-3-127	138513	55,9%	7800	3,1%		0,0%		0,0%	1050	0,4%	59460	24,0%	8850	3,6%	5570	2,2%	16000	6,5%		0,0%	10750	4,3%	247993		0,0%
C-6-3-19	275600	85,4%		0,0%		0,0%		0,0%	2040	0,6%		0,0%		0,0%		0,0%	38400	11,9%		0,0%	6690	2,1%	322730		0,0%
C-6-3-327	76509	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	76509		0,0%
C-6-3-33	1171600	93,9%	13000	1,0%		0,0%		0,0%	150	0,0%	38400	3,1%		0,0%		0,0%	16000	1,3%	630	0,1%	7600	0,6%	1247380		0,0%
C-6-3-35	172700	83,3%		0,0%	34462	16,6%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	50	0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	207212		0,0%
C-6-3-36	132000	93,7%		0,0%		0,0%		0,0%	120	0,1%		0,0%		0,0%	2800	2,0%		0,0%		0,0%	1500	1,1%	140840	4420	3,1%
C-6-3-38		0,0%	60220	16,1%		0,0%		0,0%	38310	10,2%		0,0%	13940	3,7%	9600	2,6%	175200	46,7%	9520	2,5%	68370	18,2%	375160		0,0%
C-6-3-39		0,0%	17600	3,9%	43826	9,8%		0,0%	1800	0,4%		0,0%	5800	1,3%		0,0%		0,0%	1280	0,3%	14860	3,3%	447366	362200	81,0%
C-6-3-40	130000	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	130000		0,0%
C-6-3-41		0,0%		0,0%		0,0%	67000	59,2%		0,0%		0,0%		0,0%	6000	5,3%	30000	26,5%	400	0,4%	9700	8,6%	113100		0,0%
C-6-3-56		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	3200	100,0%	3200		0,0%
C-6-3-61	140000	77,4%	38400	21,2%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	500	0,3%		0,0%		0,0%	2000	1,1%	180900		0,0%
C-6-3-62	1342000	94,6%	12800	0,9%		0,0%		0,0%	500	0,0%		0,0%	2200	0,2%	800	0,1%	44600	3,1%	320	0,0%	15650	1,1%	1418870		0,0%
C-6-3-63		0,0%		0,0%		0,0%	89400	29,9%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	209100	70,1%		0,0%		0,0%	298500		0,0%

## Património total de Guimarães

Cota	Bens de raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e joias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Somóventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
C-6-3-73		0,0%	19720	7,7%		0,0%		0,0%	1600	0,6%	46460	18,1%	2100	0,8%	11900	4,6%	73320	28,6%	650	0,3%	16460	6,4%	256025	83815	32,7%
C-6-3-8	22000	23,3%		0,0%		0,0%	71050	75,1%	300	0,3%	480	0,5%		0,0%		0,0%		0,0%	120	0,1%	670	0,7%	94620		0,0%
C-7-1-100		0,0%	51120	28,2%		0,0%		0,0%	720	0,4%		0,0%	9150	5,1%	4700	2,6%		0,0%	720	0,4%	24340	13,4%	181160	90410	49,9%
C-7-1-105	40000	60,0%		0,0%		0,0%		0,0%	200	0,3%		0,0%	400	0,6%	2760	4,1%		0,0%	280	0,4%	2060	3,1%	66630	20930	31,4%
C-7-1-107	94000	81,9%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	20780	18,1%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	114780		0,0%
C-7-1-113	168000	98,4%		0,0%		0,0%		0,0%	560	0,3%		0,0%	1100	0,6%	400	0,2%		0,0%		0,0%	680	0,4%	170740		0,0%
C-7-1-114	1470950	89,4%	28260	1,7%		0,0%		0,0%	1200	0,1%	31340	1,9%	5770	0,4%	1280	0,1%	56400	3,4%	1040	0,1%	49050	3,0%	1645290		0,0%
C-7-1-115		0,0%	14000	1,5%		0,0%	907250	96,7%	1530	0,2%		0,0%	1400	0,1%	7680	0,8%		0,0%		0,0%	6000	0,6%	937860		0,0%
C-7-1-116	368400	45,9%	7920	1,0%		0,0%		0,0%	2400	0,3%		0,0%	3800	0,5%	7500	0,9%		0,0%	550	0,1%	6350	0,8%	801920	405000	50,5%
C-7-1-117	60000	22,2%	60270	22,3%		0,0%		0,0%	800	0,3%	19260	7,1%	5000	1,8%		0,0%	96000	35,5%	1440	0,5%	27960	10,3%	270730		0,0%
C-7-1-118	283000	69,1%	44000	10,7%		0,0%		0,0%	4200	1,0%		0,0%		0,0%	6920	1,7%	48000	11,7%	800	0,2%	22530	5,5%	409450		0,0%
C-7-1-119		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	3000	100,0%	3000		0,0%
C-7-1-120	60000	86,0%	1000	1,4%		0,0%		0,0%	580	0,8%		0,0%		0,0%	5600	8,0%		0,0%	180	0,3%	2410	3,5%	69770		0,0%
C-7-1-130	38200	34,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1940	1,7%	11000	9,8%	400	0,4%	5200	4,6%	36000	32,1%		0,0%	1340	1,2%	112240	18160	16,2%
C-7-1-132	106600	62,1%	2240	1,3%		0,0%		0,0%	80	0,0%		0,0%	2200	1,3%	4800	2,8%	1900	1,1%	250	0,1%	7000	4,1%	171540	46470	27,1%
C-7-1-133	448000	84,6%	14500	2,7%		0,0%		0,0%	1200	0,2%		0,0%		0,0%		0,0%	51400	9,7%		0,0%	14200	2,7%	529300		0,0%
C-7-1-134		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	200	20,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	500	50,0%	300	30,0%	1000		0,0%
C-7-1-135	80000	51,7%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1600	1,0%	2400	1,6%		0,0%	4420	2,9%	154820	66400	42,9%
C-7-1-138	985730	93,0%	10800	1,0%		0,0%		0,0%	3360	0,3%		0,0%	7200	0,7%		0,0%	25400	2,4%	3300	0,3%	23580	2,2%	1059370		0,0%
C-7-1-139	247400	79,3%	6400	2,1%		0,0%		0,0%	300	0,1%	2400	0,8%	3600	1,2%	600	0,2%	33120	10,6%	500	0,2%	17700	5,7%	312020		0,0%
C-7-1-140	1035900	81,3%	67400	5,3%	80000	6,3%		0,0%	5840	0,5%		0,0%	7000	0,5%		0,0%	47000	3,7%	700	0,1%	30550	2,4%	1274390		0,0%
C-7-1-148	104500	72,6%	28800	20,0%		0,0%		0,0%	300	0,2%		0,0%	1600	1,1%	1900	1,3%	3000	2,1%	200	0,1%	3720	2,6%	144020		0,0%
C-7-1-160		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	160000	160000	100,0%
C-7-1-165		0,0%	18560	55,2%		0,0%		0,0%	400	1,2%		0,0%	1400	4,2%	840	2,5%		0,0%	440	1,3%	11990	35,7%	33630		0,0%
C-7-1-166	764500	90,1%	20200	2,4%		0,0%		0,0%	1400	0,2%	4200	0,5%	1700	0,2%		0,0%	35000	4,1%	480	0,1%	20850	2,5%	848330		0,0%
C-7-1-168	96250	50,7%		0,0%		0,0%		0,0%	360	0,2%		0,0%	100	0,1%	4320	2,3%	4000	2,1%	200	0,1%	5060	2,7%	189745	79455	41,9%
C-7-1-169	176230	11,1%	111500	7,0%		0,0%	989080	62,5%	8120	0,5%	14970	0,9%	22520	1,4%	12700	0,8%	191100	12,1%	4020	0,3%	52630	3,3%	1582870		0,0%
C-7-1-183	230500	95,3%		0,0%		0,0%		0,0%	1000	0,4%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	400	0,2%	10050	4,2%	241950		0,0%
C-7-1-185	79000	37,9%	4360	2,1%		0,0%	105690	50,7%	970	0,5%		0,0%	2160	1,0%	6000	2,9%	6000	2,9%	560	0,3%	3630	1,7%	208370		0,0%

Patrimônio total de Guimarães																									
Cota	Bens de raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e joias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Somóventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
C-7-1-189		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	80	0,1%		0,0%	3600	5,1%		0,0%	34900	49,9%	1400	2,0%	29940	42,8%	69920		0,0%
C-7-1-190	1015900	76,5%	105030	7,9%		0,0%		0,0%	7560	0,6%		0,0%	15120	1,1%	41260	3,1%	67200	5,1%	1260	0,1%	55420	4,2%	1328750	20000	1,5%
C-7-1-192	684500	88,4%	46900	6,1%		0,0%		0,0%	1170	0,2%	6120	0,8%	10400	1,3%	1800	0,2%		0,0%	1730	0,2%	21600	2,8%	774220		0,0%
C-7-1-195	373000	68,6%	10200	1,9%		0,0%		0,0%	600	0,1%		0,0%	2000	0,4%	5000	0,9%	22500	4,1%	640	0,1%	6250	1,1%	543530	123340	22,7%
C-7-1-198	531000	84,5%	9600	1,5%		0,0%		0,0%	3560	0,6%		0,0%	5710	0,9%	1130	0,2%	49900	7,9%	680	0,1%	26680	4,2%	628260		0,0%
C-7-1-2	1638200	34,0%	99215	2,1%	344800	7,2%	2384223	49,5%	26280	0,5%	226200	4,7%		0,0%	24840	0,5%	30000	0,6%	3220	0,1%	37100	0,8%	4814078		0,0%
C-7-1-202	354000	52,8%		0,0%		0,0%		0,0%	7600	1,1%	5460	0,8%	12180	1,8%	8100	1,2%		0,0%	2090	0,3%	8510	1,3%	670010	272070	40,6%
C-7-1-206	962900	70,6%	28020	2,1%		0,0%		0,0%	300	0,0%	17500	1,3%	3700	0,3%	9200	0,7%	32000	2,3%	800	0,1%	23420	1,7%	1364450	286610	21,0%
C-7-1-211	170000	97,4%		0,0%		0,0%		0,0%	3920	2,2%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	600	0,3%		0,0%	174520		0,0%
C-7-1-214	264500	68,0%	4500	1,2%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	21710	5,6%	10590	2,7%	25600	6,6%		0,0%	33950	8,7%	389166	28316	7,3%
C-7-1-215	314380	63,6%	3650	0,7%		0,0%	40000	8,1%	3470	0,7%		0,0%	8900	1,8%	1200	0,2%	23200	4,7%	1040	0,2%	16140	3,3%	494180	82200	16,6%
C-7-1-218	63000	33,1%		0,0%		0,0%	79000	41,4%	240	0,1%		0,0%	400	0,2%	7800	4,1%		0,0%		0,0%	2350	1,2%	190610	37820	19,8%
C-7-1-37	110000	47,8%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	200	0,1%		0,0%		0,0%	270	0,1%	2100	0,9%	229970	117400	51,1%
C-7-1-46	900000	54,4%	81280	4,9%		0,0%	315505	19,1%	4840	0,3%	33380	2,0%	15810	1,0%	5300	0,3%	144000	8,7%	1700	0,1%	31890	1,9%	1654265	120560	7,3%
C-7-1-57	777900	89,5%	28300	3,3%		0,0%		0,0%	250	0,0%		0,0%	3800	0,4%		0,0%	41800	4,8%	480	0,1%	16500	1,9%	869030		0,0%
C-7-1-59	134720	89,4%	6960	4,6%		0,0%		0,0%	400	0,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	360	0,2%	8190	5,4%	150630		0,0%
C-7-1-60		0,0%	31600	52,4%		0,0%		0,0%	500	0,8%	5000	8,3%	600	1,0%	5360	8,9%	6000	9,9%		0,0%	11250	18,7%	60310		0,0%
C-7-1-69		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	3060	7,2%	22840	53,8%		0,0%	10000	23,6%		0,0%		0,0%	6520	15,4%	42420		0,0%
C-7-1-78	41800	28,9%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	2500	1,7%	5800	4,0%		0,0%	800	0,6%	8930	6,2%	144580	84750	58,6%
C-7-1-92		0,0%	20680	15,6%		0,0%		0,0%	400	0,3%	4000	3,0%	600	0,5%	900	0,7%	82000	61,8%	920	0,7%	23110	17,4%	132610		0,0%
C-7-2-117		0,0%	5000	15,1%		0,0%		0,0%	2780	8,4%	3600	10,9%		0,0%	6800	20,5%		0,0%	520	1,6%	14460	43,6%	33160		0,0%
C-7-2-127	140000	55,0%	27560	10,8%		0,0%		0,0%	2260	0,9%		0,0%	2360	0,9%	18200	7,1%	41400	16,3%	240	0,1%	22550	8,9%	254570		0,0%
Médias (%)		43,9%		6,6%		1,2%		6,6%		1,4%		4,2%		1,7%		2,6%		9,1%		1,1%		10,7%	103.113.073		10,9%



## Património total de Póvoa de Lanhoso

Cota	Bens de raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e joias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Semoventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
9	4000000	29,1%	96000	0,7%	134400	1,0%	8665556	63,1%	69400	0,5%	452137	3,3%	47130	0,3%	21740	0,2%	233900	1,7%	11420	0,1%	480	0,0%	13732163	12770	0,1%
16	1334304	75,3%	15320	0,9%		0,0%	38128	2,2%	26520	1,5%	33880	1,9%	21780	1,2%	6400	0,4%	287400	16,2%	5640	0,3%	3280	0,2%	1772652	250829	14,1%
22	63600	84,9%		0,0%		0,0%		0,0%	3260	4,4%		0,0%	580	0,8%	300	0,4%		0,0%		0,0%	7180	9,6%	74920	55540	74,1%
27	1621800	74,2%	24300	1,1%		0,0%	394465	18,0%	6090	0,3%	30200	1,4%	23170	1,1%	2750	0,1%	76000	3,5%	4200	0,2%	3460	0,2%	2186435		0,0%
28	394350	58,7%	5700	0,8%		0,0%	180981	26,9%	4760	0,7%	18200	2,7%	10670	1,6%	5010	0,7%	37970	5,6%	2100	0,3%	12520	1,9%	672261		0,0%
34	228540	44,8%	3360	0,7%		0,0%	203365	39,9%	3760	0,7%	25900	5,1%	2220	0,4%	9220	1,8%	6400	1,3%	1470	0,3%	25710	5,0%	509945		0,0%
54	1067900	86,1%	84000	6,8%		0,0%	40800	3,3%	4740	0,4%		0,0%		0,0%		0,0%	37900	3,1%	700	0,1%	3720	0,3%	1239760	133570	10,8%
55	850500	96,7%		0,0%		0,0%		0,0%	1980	0,2%		0,0%	800	0,1%	1500	0,2%		0,0%	260	0,0%	24530	2,8%	879570	522400	59,4%
63	284000	92,4%	340	0,1%		0,0%		0,0%	2080	0,7%		0,0%	4160	1,4%	6490	2,1%		0,0%	440	0,1%	9700	3,2%	307210	82370	26,8%
103	80000	73,0%	5800	5,3%		0,0%		0,0%	800	0,7%		0,0%	2600	2,4%		0,0%	2400	2,2%	240	0,2%	17700	16,2%	109540	77000	70,3%
106		0,0%	4480	11,0%		0,0%		0,0%	2300	5,7%	14400	35,5%		0,0%	5600	13,8%	3900	9,6%	980	2,4%	8930	22,0%	40590		0,0%
113	144500	93,6%		0,0%		0,0%		0,0%	3340	2,2%		0,0%	4160	2,7%		0,0%		0,0%	750	0,5%	1600	1,0%	154350		0,0%
115	180600	72,4%	1440	0,6%		0,0%		0,0%	3420	1,4%		0,0%	5720	2,3%		0,0%	55600	22,3%	600	0,2%	2040	0,8%	249420		0,0%
120	93600	21,7%	460	0,1%		0,0%	314790	72,9%	2200	0,5%	1750	0,4%	2720	0,6%	5920	1,4%		0,0%	200	0,0%	10190	2,4%	431830		0,0%
121	123620	79,4%	5250	3,4%		0,0%		0,0%	2520	1,6%		0,0%	11370	7,3%		0,0%	9980	6,4%	1560	1,0%	1340	0,9%	155640		0,0%
122		0,0%	50350	4,6%		0,0%	991520	89,8%	7440	0,7%	14700	1,3%	24260	2,2%	14420	1,3%		0,0%		0,0%	1500	0,1%	1104190		0,0%
123	142200	88,6%		0,0%		0,0%		0,0%	2710	1,7%		0,0%	3270	2,0%	1400	0,9%	1400	0,9%	1450	0,9%	8140	5,1%	160570		0,0%
124		0,0%	96070	7,8%	96000	7,8%	879060	71,5%	8680	0,7%	5100	0,4%	33240	2,7%	46660	3,8%	64000	5,2%		0,0%	400	0,0%	1229210	15760	1,3%
130	40000	41,7%	480	0,5%		0,0%	50000	52,1%	170	0,2%		0,0%	120	0,1%	240	0,3%		0,0%		0,0%	4880	5,1%	95890		0,0%
139	518200	77,2%	25600	3,8%		0,0%	26040	3,9%	2440	0,4%		0,0%	10350	1,5%	5400	0,8%	74800	11,1%	1880	0,3%	6930	1,0%	671640	21800	3,2%
140	24000	9,5%	6780	2,7%		0,0%	159390	63,0%	4350	1,7%		0,0%		0,0%	4320	1,7%	15000	5,9%	910	0,4%	38340	15,1%	253090	121380	48,0%
141	200000	75,2%		0,0%		0,0%		0,0%	760	0,3%	30000	11,3%		0,0%		0,0%	30000	11,3%	1000	0,4%	4220	1,6%	265980		0,0%
142	157500	85,9%		0,0%		0,0%		0,0%	640	0,3%	3200	1,7%		0,0%		0,0%		0,0%	1000	0,5%	21050	11,5%	183390		0,0%
143	102800	37,5%	24000	8,7%	68600	25,0%	56200	20,5%	2000	0,7%		0,0%	5820	2,1%		0,0%	4800	1,7%	1160	0,4%	9070	3,3%	274450	4000	1,5%
145		0,0%	32900	30,9%		0,0%		0,0%	3920	3,7%	31300	29,4%	5880	5,5%	9840	9,2%		0,0%	1100	1,0%	21560	20,2%	106500	138000	129,6%
150	100000	90,4%		0,0%		0,0%		0,0%	600	0,5%		0,0%		0,0%		0,0%	3200	2,9%	600	0,5%	6250	5,6%	110650	84365	76,2%
151	1138200	81,3%		0,0%		0,0%	184400	13,2%	8480	0,6%	5000	0,4%		0,0%		0,0%	24600	1,8%	2400	0,2%	37120	2,7%	1400200		0,0%
154	46360	61,7%		0,0%		0,0%		0,0%	390	0,5%		0,0%	25	0,0%	110	0,1%		0,0%	240	0,3%	27960	37,2%	75085	8390	11,2%
157		0,0%		0,0%		0,0%	37200	51,9%	4160	5,8%		0,0%	1930	2,7%	4200	5,9%	1500	2,1%	210	0,3%	22530	31,4%	71730	9020	12,6%

## Património total de Póvoa de Lanhoso

Cota	Bens de raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e jóias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Semoventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
158	55000	47,3%		0,0%		0,0%		0,0%	2000	1,7%		0,0%	1600	1,4%	1200	1,0%		0,0%	950	0,8%	55420	47,7%	116170	52000	44,8%
169		0,0%		0,0%		0,0%	47470	64,8%	2980	4,1%		0,0%	1320	1,8%	12769	17,4%	169	0,2%		0,0%	8510	11,6%	73218	1600	2,2%
247	606360	69,0%	7600	0,9%		0,0%		0,0%	550	0,1%		0,0%	600	0,1%	1300	0,1%	4080	0,5%	180	0,0%	258650	29,4%	879320	47300	5,4%
259	297600	76,9%	9400	2,4%		0,0%		0,0%	4880	1,3%	3000	0,8%	1320	0,3%	10800	2,8%	38200	9,9%	1750	0,5%	20170	5,2%	387120	202750	52,4%
260		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	34000	82,9%		0,0%	7000	17,1%	41000		0,0%
279		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	7500	100,0%	7500	12200	162,7%
283	54200	67,1%		0,0%		0,0%		0,0%	4000	5,0%	5400	6,7%	3680	4,6%	8220	10,2%		0,0%	700	0,9%	4590	5,7%	80790	56205	69,6%
284	58000	29,4%		0,0%		0,0%		0,0%	120	0,1%	11400	5,8%	6880	3,5%	3500	1,8%	116000	58,8%		0,0%	1300	0,7%	197200	25200	12,8%
287	6350500	93,9%		0,0%		0,0%	69845	1,0%	48470	0,7%	56600	0,8%	35000	0,5%	12000	0,2%	140800	2,1%	19120	0,3%	30550	0,5%	6762885	30400	0,4%
293	2102400	81,2%		0,0%		0,0%	333400	12,9%	6460	0,2%	28800	1,1%	5700	0,2%	10800	0,4%	95300	3,7%	1000	0,0%	6510	0,3%	2590370	351820	13,6%
294	107800	67,9%	4000	2,5%		0,0%	2900	1,8%	2720	1,7%		0,0%	1680	1,1%	24000	15,1%		0,0%	700	0,4%	14860	9,4%	158660	10980	6,9%
318		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	26680	100,0%	26680		0,0%
330		0,0%		0,0%	12000	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	12000		0,0%
357		0,0%	4100	11,1%		0,0%	12960	35,2%		0,0%		0,0%	2520	6,8%	6000	16,3%		0,0%		0,0%	11220	30,5%	36800	3360	9,1%
358	95000	89,0%		0,0%		0,0%	3000	2,8%	2800	2,6%		0,0%	1640	1,5%	1920	1,8%		0,0%		0,0%	2410	2,3%	106770	7630	7,1%
360		0,0%	7380	5,4%		0,0%		0,0%	11480	8,4%	21500	15,7%	17460	12,7%	28800	21,0%	31200	22,7%		0,0%	19550	14,2%	137370	46200	33,6%
366	3240000	98,9%	17880	0,5%		0,0%		0,0%	4930	0,2%	800	0,0%	5300	0,2%	2200	0,1%		0,0%	600	0,0%	4850	0,1%	3276560	1426603	43,5%
367	269000	78,5%	13020	3,8%		0,0%		0,0%	1360	0,4%		0,0%	9030	2,6%	2800	0,8%	22000	6,4%	1500	0,4%	24150	7,0%	342860	419390	122,3%
380		0,0%	2600	7,3%		0,0%	3600	10,1%	7490	21,1%		0,0%	1800	5,1%	3370	9,5%		0,0%	210	0,6%	16460	46,3%	35530		0,0%
383		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	38660	100,0%	38660		0,0%
503	30000	89,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	150	0,4%	3550	10,5%	33700		0,0%
508	358000	72,0%	3120	0,6%		0,0%		0,0%	3970	0,8%	4000	0,8%	15980	3,2%	4000	0,8%	98800	19,9%	1580	0,3%	7800	1,6%	497250	481000	96,7%
509	1500000	89,5%	37740	2,3%		0,0%		0,0%	4960	0,3%	17400	1,0%	1560	0,1%	11200	0,7%	98600	5,9%	740	0,0%	3050	0,2%	1675250	9215	0,6%
514	32000	55,2%		0,0%		0,0%		0,0%	1220	2,1%	4130	7,1%	3630	6,3%		0,0%		0,0%	60	0,1%	16980	29,3%	58020	22060	38,0%
516	1214986	86,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1400	0,1%		0,0%	3790	0,3%	1300	0,1%	187200	13,2%		0,0%	4380	0,3%	1413056	755975	53,5%
517	100900	56,6%	7220	4,0%		0,0%	38600	21,6%	790	0,4%		0,0%	2800	1,6%	300	0,2%	25200	14,1%	1680	0,9%	860	0,5%	178350	261600	146,7%
518		0,0%	25500	15,1%		0,0%		0,0%	13960	8,3%	4000	2,4%	6600	3,9%	3600	2,1%	109200	64,8%	1300	0,8%	4280	2,5%	168440	96400	57,2%
542		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	440	4,8%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	150	1,6%	8620	93,6%	9210	194000	2106,4%
569	990800	95,8%		0,0%		0,0%		0,0%	1000	0,1%		0,0%	240	0,0%		0,0%	32200	3,1%		0,0%	9800	0,9%	1034040	31200	3,0%

## Património total de Póvoa de Lanhoso

Cota	Bens de raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e joias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Semoventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
571	444400	54,1%	27560	3,4%		0,0%	178527	21,7%	6690	0,8%	68160	8,3%	36720	4,5%	20600	2,5%	24800	3,0%	5170	0,6%	8300	1,0%	820927		0,0%
572	58000	44,9%		0,0%		0,0%		0,0%	2360	1,8%	2960	2,3%	2600	2,0%		0,0%		0,0%	120	0,1%	63180	48,9%	129220	41430	32,1%
573	172500	80,9%	1070	0,5%		0,0%		0,0%	1530	0,7%		0,0%	240	0,1%	2000	0,9%		0,0%	310	0,1%	35500	16,7%	213150	69715	32,7%
620	50800	63,0%		0,0%		0,0%		0,0%	600	0,7%		0,0%		0,0%		0,0%	2000	2,5%	60	0,1%	27200	33,7%	80660		0,0%
622		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	670	100,0%	670		0,0%
624	20000	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	20000		0,0%
624		0,0%	2740	20,6%		0,0%		0,0%	1160	8,7%	1200	9,0%		0,0%	1480	11,1%		0,0%	60	0,5%	6690	50,2%	13330	37405	280,6%
637	40000	43,4%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1000	1,1%		0,0%		0,0%	51240	55,6%	92240		0,0%
639	389410	94,9%	13200	3,2%		0,0%		0,0%	240	0,1%		0,0%	3760	0,9%	3600	0,9%		0,0%		0,0%		0,0%	410210		0,0%
640	158640	80,4%	1680	0,9%		0,0%		0,0%	840	0,4%		0,0%	2440	1,2%		0,0%	18400	9,3%	320	0,2%	15070	7,6%	197390	173190	87,7%
648	111000	80,6%	2000	1,5%		0,0%		0,0%	260	0,2%		0,0%	1460	1,1%	5680	4,1%	7700	5,6%	60	0,0%	9490	6,9%	137650		0,0%
703	36800	37,9%	10380	10,7%		0,0%	33740	34,7%	340	0,3%		0,0%	240	0,2%		0,0%		0,0%	450	0,5%	15250	15,7%	97200		0,0%
704	967223	92,4%	14220	1,4%		0,0%		0,0%	4040	0,4%	3500	0,3%	5670	0,5%	2340	0,2%	39100	3,7%	1400	0,1%	9600	0,9%	1047093		0,0%
705	103000	34,3%	49260	16,4%		0,0%		0,0%	2180	0,7%	24160	8,0%	10020	3,3%	16220	5,4%	94600	31,5%	400	0,1%	300	0,1%	300140		0,0%
706	85000	90,3%		0,0%		0,0%		0,0%	60	0,1%		0,0%	200	0,2%		0,0%		0,0%	480	0,5%	8360	8,9%	94100	31940	33,9%
711	116000	80,6%	13600	9,5%		0,0%		0,0%	1240	0,9%		0,0%	1800	1,3%	1480	1,0%		0,0%		0,0%	9740	6,8%	143860	510000	354,5%
715	39830	86,4%		0,0%		0,0%		0,0%	240	0,5%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	200	0,4%	5840	12,7%	46110	13400	29,1%
717	848400	84,5%	8000	0,8%		0,0%		0,0%	1120	0,1%	25000	2,5%	22180	2,2%	3600	0,4%	71000	7,1%	2000	0,2%	23200	2,3%	1004500	37390	3,7%
722	979400	75,3%	15900	1,2%		0,0%	138300	10,6%	7450	0,6%	31540	2,4%	16360	1,3%	11590	0,9%	85200	6,5%	2740	0,2%	12800	1,0%	1301280	104140	8,0%
724	161600	82,4%		0,0%		0,0%		0,0%	400	0,2%		0,0%	3790	1,9%	4800	2,4%	20400	10,4%	1500	0,8%	3600	1,8%	196090	70400	35,9%
725	76000	42,5%	3280	1,8%	1920	1,1%	58700	32,8%	3790	2,1%		0,0%	2420	1,4%	12050	6,7%	240	0,1%	990	0,6%	19540	10,9%	178930	52500	29,3%
726	234400	87,9%		0,0%		0,0%		0,0%	2500	0,9%	13200	5,0%	3200	1,2%	2660	1,0%		0,0%	3520	1,3%	7100	2,7%	266580	19200	7,2%
750	1648000	85,7%	49820	2,6%		0,0%		0,0%	6480	0,3%	1000	0,1%	20260	1,1%	11200	0,6%	137400	7,1%	240	0,0%	49380	2,6%	1923780	146400	7,6%
764	64200	52,1%		0,0%		0,0%	39200	31,8%	3590	2,9%	5200	4,2%	4380	3,6%	3750	3,0%		0,0%	460	0,4%	2350	1,9%	123130		0,0%
765	828360	89,2%	6485	0,7%	8000	0,9%	15560	1,7%	2660	0,3%		0,0%	900	0,1%	720	0,1%	46140	5,0%	1980	0,2%	17780	1,9%	928585	140225	15,1%
767	225200	81,7%		0,0%		0,0%	24500	8,9%	3880	1,4%		0,0%	2390	0,9%	5340	1,9%	6700	2,4%	400	0,1%	7260	2,6%	275670	71405	25,9%
769	314400	63,9%		0,0%	116149	23,6%		0,0%	1490	0,3%		0,0%		0,0%		0,0%	48800	9,9%	420	0,1%	10940	2,2%	492199		0,0%
770	80000	83,7%		0,0%		0,0%		0,0%	1300	1,4%	2100	2,2%	3770	3,9%	4850	5,1%		0,0%	380	0,4%	3200	3,3%	95600	97640	102,1%
771	1270000	90,2%	2980	0,2%	62542	4,4%		0,0%	7220	0,5%		0,0%	5690	0,4%	3700	0,3%	44500	3,2%	730	0,1%	10600	0,8%	1407962	216100	15,3%

## Património total de Póvoa de Lanhoso

Cota	Bens de raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e joias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Semoventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
777	43000	29,8%		0,0%		0,0%		0,0%	4430	3,1%		0,0%	3700	2,6%	480	0,3%	81000	56,2%	1010	0,7%	10600	7,3%	144220		0,0%
790	52200	37,7%	4400	3,2%		0,0%		0,0%	8100	5,8%		0,0%	2400	1,7%		0,0%	48800	35,2%	180	0,1%	22550	16,3%	138630	21000	15,1%
811	78600	61,0%	3125	2,4%		0,0%		0,0%	800	0,6%	29120	22,6%		0,0%	9700	7,5%	1000	0,8%		0,0%	6520	5,1%	128865		0,0%
812	1016500	93,5%		0,0%		0,0%		0,0%	5100	0,5%		0,0%	1500	0,1%	4000	0,4%		0,0%		0,0%	59710	5,5%	1086810	72562	6,7%
817	181200	41,4%	8820	2,0%	64400	14,7%	10000	2,3%	7530	1,7%		0,0%	3660	0,8%	2400	0,5%	101800	23,3%	1060	0,2%	56490	12,9%	437360		0,0%
818	275200	99,1%		0,0%		0,0%		0,0%	200	0,1%		0,0%		0,0%		0,0%	2400	0,9%		0,0%		0,0%	277800		0,0%
864	295000	72,1%	35550	8,7%		0,0%		0,0%	2260	0,6%		0,0%	7800	1,9%		0,0%	63000	15,4%	480	0,1%	5270	1,3%	409360	245590	60,0%
866	430000	90,6%	9900	2,1%		0,0%		0,0%	2920	0,6%		0,0%		0,0%		0,0%	1800	0,4%		0,0%	29940	6,3%	474560		0,0%
870	126000	21,5%	22680	3,9%		0,0%	322686	55,2%	1960	0,3%	24200	4,1%	7720	1,3%	4360	0,7%	73280	12,5%	2220	0,4%		0,0%	585106	126600	21,6%
872	70000	50,6%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	68370	49,4%	138370		0,0%
906	1418000	85,4%		0,0%		0,0%	159600	9,6%	1900	0,1%	15500	0,9%	2840	0,2%	2600	0,2%		0,0%		0,0%	60100	3,6%	1660540	342600	20,6%
907	573900	85,4%		0,0%		0,0%	82800	12,3%	1480	0,2%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	14200	2,1%	672380	870860	129,5%
913	926200	83,7%	53200	4,8%		0,0%		0,0%	3260	0,3%		0,0%	4000	0,4%	41660	3,8%	76800	6,9%	990	0,1%		0,0%	1106110	301285	27,2%
914	60000	70,7%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	2480	2,9%	6800	8,0%		0,0%	400	0,5%	15200	17,9%	84880	75600	89,1%
915	104000	46,5%	6410	2,9%		0,0%	49285	22,0%	5350	2,4%	31800	14,2%	3600	1,6%	4920	2,2%	18000	8,0%	480	0,2%		0,0%	223845		0,0%
922	53200	54,8%		0,0%		0,0%		0,0%	3500	3,6%		0,0%		0,0%		0,0%	10900	11,2%		0,0%	29480	30,4%	97080	145950	150,3%
1218	24160	7,3%	36000	10,9%		0,0%		0,0%	16940	5,1%	50000	15,1%	10000	3,0%	29560	8,9%	122200	36,9%	1540	0,5%	40340	12,2%	330740		0,0%
1220		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	49600	36,0%		0,0%	34400	24,9%	32260	23,4%		0,0%	2800	2,0%	18900	13,7%	137960		0,0%
1222		0,0%	5410	7,6%		0,0%		0,0%	4460	6,3%		0,0%	11600	16,3%	30120	42,4%		0,0%	210	0,3%	19300	27,1%	71100		0,0%
1224	210000	83,1%		0,0%		0,0%		0,0%	400	0,2%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	42360	16,8%	252760	116420	46,1%
1226	16000	33,0%	220	0,5%		0,0%		0,0%	760	1,6%	1680	3,5%	60	0,1%	5460	11,3%		0,0%		0,0%	24320	50,1%	48500		0,0%
1231	52000	72,4%		0,0%		0,0%	15000	20,9%	1420	2,0%		0,0%		0,0%	1260	1,8%		0,0%	120	0,2%	2000	2,8%	71800	37030	51,6%
1232	200500	96,5%		0,0%		0,0%		0,0%	660	0,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	6520	3,1%	207680	83150	40,0%
1233	510700	97,8%		0,0%		0,0%		0,0%	1340	0,3%		0,0%	1780	0,3%		0,0%	1000	0,2%	300	0,1%	7180	1,4%	522300	73280	14,0%
2565		0,0%	500	1,4%		0,0%		0,0%	1140	3,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1390	4,0%	31920	91,3%	34950	8400	24,0%
2584	662400	97,5%		0,0%		0,0%		0,0%	5860	0,9%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	11250	1,7%	679510	129400	19,0%
2586		0,0%	4675	3,7%	3680	2,9%	53800	42,8%	875	0,7%	37040	29,5%	10070	8,0%	9170	7,3%		0,0%	1470	1,2%	4780	3,8%	125560		0,0%
2612	235000	83,4%	18800	6,7%		0,0%		0,0%	1780	0,6%		0,0%	2770	1,0%	1150	0,4%		0,0%	649	0,2%	21600	7,7%	281749		0,0%
2613		0,0%	7000	34,3%		0,0%		0,0%	380	1,9%		0,0%	1440	7,1%		0,0%		0,0%	400	2,0%	11200	54,8%	20420		0,0%

## Património total de Póvoa de Lanhoso

Cota	Bens de raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e joias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Semoventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
2614	59340	50,8%	1720	1,5%		0,0%		0,0%	320	0,3%	2400	2,1%	480	0,4%	19220	16,4%	10000	8,6%		0,0%	23420	20,0%	116900	21140	18,1%
2615	733000	55,7%	55350	4,2%		0,0%	421003	32,0%	9540	0,7%		0,0%	9480	0,7%	1200	0,1%	76600	5,8%	2220	0,2%	8600	0,7%	1316993	282820	21,5%
2616	82300	7,8%	88280	8,3%	714000	67,5%	35400	3,3%	4360	0,4%		0,0%	13740	1,3%	6100	0,6%	94600	8,9%	14820	1,4%	3680	0,3%	1057280		0,0%
2619	93800	77,9%		0,0%		0,0%		0,0%	200	0,2%		0,0%		0,0%	4100	3,4%	6000	5,0%	100	0,1%	16140	13,4%	120340	9760	8,1%
2620	745200	91,5%	3600	0,4%		0,0%	40000	4,9%		0,0%		0,0%	2600	0,3%	3000	0,4%	17700	2,2%		0,0%	2569	0,3%	814669	90560	11,1%
2621	480000	47,8%	68900	6,9%		0,0%	428475	42,6%	3740	0,4%		0,0%	6850	0,7%	4160	0,4%		0,0%	2100	0,2%	10500	1,0%	1004725	60000	6,0%
2631	321226	83,6%	18200	4,7%		0,0%		0,0%	14840	3,9%		0,0%	19230	5,0%	4600	1,2%		0,0%	1520	0,4%	4700	1,2%	384316	419480	109,1%
2632	131920	85,1%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	23110	14,9%	155030		0,0%
2641		0,0%		0,0%		0,0%	44400	38,8%	1180	1,0%		0,0%	500	0,4%	200	0,2%	40400	35,3%	460	0,4%	27210	23,8%	114350	430300	376,3%
2643	112400	38,4%	30450	10,4%		0,0%		0,0%	1600	0,5%	24020	8,2%	10050	3,4%	10660	3,6%	101600	34,7%	200	0,1%	2060	0,7%	293040	111200	37,9%
2644		0,0%	1530	0,7%		0,0%	105600	50,9%	9060	4,4%	19200	9,3%	14880	7,2%	18000	8,7%	33400	16,1%	4940	2,4%	680	0,3%	207290	137170	66,2%
2647	121200	91,4%		0,0%		0,0%		0,0%	1180	0,9%		0,0%	7570	5,7%		0,0%		0,0%	500	0,4%	2100	1,6%	132550	148200	111,8%
2648	983580	91,9%	65440	6,1%		0,0%		0,0%	1770	0,2%		0,0%	10080	0,9%	3050	0,3%		0,0%	900	0,1%	6000	0,6%	1070820	363178	33,9%
2649	40000	66,9%	6440	10,8%		0,0%		0,0%	70	0,1%		0,0%	1460	2,4%	1400	2,3%		0,0%	360	0,6%	10050	16,8%	59780	2300	3,8%
2650	143600	86,3%	2000	1,2%		0,0%		0,0%	50	0,0%		0,0%		0,0%	1060	0,6%		0,0%	120	0,1%	19480	11,7%	166310	13880	8,3%
2652		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	14460	100,0%	14460		0,0%
2653	100000	37,1%		0,0%		0,0%	159990	59,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	9630	3,6%	269620	48660	18,0%
2662	10700	71,4%	4280	28,6%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	14980		0,0%
2663	38400	40,0%		0,0%		0,0%	48800	50,8%	620	0,6%		0,0%	4710	4,9%	960	1,0%		0,0%	220	0,2%	2400	2,5%	96110	4000	4,2%
2664	22000	80,3%		0,0%		0,0%		0,0%	30	0,1%		0,0%		0,0%	300	1,1%		0,0%		0,0%	5060	18,5%	27390	41370	151,0%
2667	38200	28,8%	2000	1,5%		0,0%		0,0%	1400	1,1%	19700	14,8%	4320	3,3%	14390	10,8%	36000	27,1%	300	0,2%	16500	12,4%	132810		0,0%
2668	1501300	87,2%	24009	1,4%	1440	0,1%	13760	0,8%	41320	2,4%	20480	1,2%	39120	2,3%	12080	0,7%	51200	3,0%	7050	0,4%	9280	0,5%	1721039	11840	0,7%
2669	30000	34,1%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	33600	38,2%	800	0,9%	23580	26,8%	87980	53600	60,9%
2671	251000	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	251000		0,0%
2693	852000	36,3%	5400	0,2%		0,0%	1228320	52,3%	15360	0,7%	23600	1,0%	3300	0,1%	55800	2,4%	153100	6,5%	5060	0,2%	6860	0,3%	2348800		0,0%
2694	24600	28,0%	15900	18,1%		0,0%		0,0%	500	0,6%	18200	20,8%	6020	6,9%	4540	5,2%	9100	10,4%	340	0,4%	8510	9,7%	87710	102200	116,5%
2695	16000	28,6%		0,0%		0,0%		0,0%	1850	3,3%	1440	2,6%	500	0,9%	8600	15,4%		0,0%	100	0,2%	27490	49,1%	55980		0,0%
2696	860000	89,4%	8800	0,9%		0,0%		0,0%	600	0,1%	18000	1,9%	10040	1,0%	6560	0,7%	8800	0,9%	830	0,1%	48800	5,1%	962430	89400	9,3%
2699	154300	72,2%		0,0%		0,0%		0,0%	580	0,3%		0,0%		0,0%	1100	0,5%	4000	1,9%	1040	0,5%	52630	24,6%	213650		0,0%

## Património total de Póvoa de Lanhoso

Cota	Bens de raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e joias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Semoventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
2700	148200	86,5%	4800	2,8%		0,0%		0,0%	1020	0,6%		0,0%	1560	0,9%	4180	2,4%	6400	3,7%	120	0,1%	5090	3,0%	171370	20080	11,7%
2707	1320500	97,3%	10500	0,8%		0,0%		0,0%	180	0,0%		0,0%		0,0%	4000	0,3%		0,0%	1400	0,1%	20200	1,5%	1356780	430280	31,7%
2708	2296400	73,0%	19940	0,6%		0,0%	745606	23,7%	20940	0,7%		0,0%	8420	0,3%		0,0%	37400	1,2%	12760	0,4%	4950	0,2%	3146416	321255	10,2%
2711	184600	81,6%	3450	1,5%		0,0%		0,0%	1920	0,8%		0,0%		0,0%	7100	3,1%	29200	12,9%		0,0%		0,0%	226270	24470	10,8%
2713		0,0%	7340	16,4%		0,0%		0,0%	1080	2,4%		0,0%	1400	3,1%	6800	15,2%	6800	15,2%	580	1,3%	20850	46,5%	44850	75040	167,3%
2829	262770	84,3%	12400	4,0%		0,0%		0,0%		0,0%	3900	1,3%	2280	0,7%	1800	0,6%		0,0%		0,0%	28640	9,2%	311790		0,0%
2831	335480	97,2%	9730	2,8%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	345210		0,0%
2832		0,0%	1400	4,2%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	100	0,3%	31890	95,5%	33390	1600	4,8%
2835	40000	4,2%	36940	3,9%	672400	71,0%		0,0%	600	0,1%	34000	3,6%	19400	2,0%	12300	1,3%	132000	13,9%		0,0%		0,0%	947640		0,0%
2838	100000	63,0%	5520	3,5%		0,0%		0,0%	400	0,3%		0,0%	3080	1,9%	400	0,3%	3900	2,5%	320	0,2%	45080	28,4%	158700	23400	14,7%
2839	105000	65,2%	13830	8,6%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	18890	11,7%	16800	10,4%	80	0,0%	6350	3,9%	160950		0,0%
2840	396600	67,0%	20410	3,4%		0,0%		0,0%	10240	1,7%	960	0,2%	28360	4,8%	8960	1,5%	110960	18,8%	3560	0,6%	11640	2,0%	591690		0,0%
2841	867000	91,8%		0,0%		0,0%		0,0%	3620	0,4%	2200	0,2%	6700	0,7%	2920	0,3%	36000	3,8%	600	0,1%	25080	2,7%	944120		0,0%
2842	48000	73,4%		0,0%		0,0%		0,0%	2150	3,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1240	1,9%	14000	21,4%	65390		0,0%
2844	12000	24,7%	400	0,8%	400	0,8%		0,0%	80	0,2%		0,0%	100	0,2%	1560	3,2%		0,0%	80	0,2%	33950	69,9%	48570	22660	46,7%
2845	16000	42,2%	2390	6,3%		0,0%		0,0%	1185	3,1%		0,0%	710	1,9%	1180	3,1%		0,0%	815	2,1%	15650	41,3%	37930	24260	64,0%
2846	105300	62,9%	8340	5,0%		0,0%		0,0%	590	0,4%		0,0%	580	0,3%	2440	1,5%	4500	2,7%	400	0,2%	45300	27,1%	167450	25500	15,2%
2847	47200	71,5%		0,0%		0,0%		0,0%	860	1,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	100	0,2%	17870	27,1%	66030	46800	70,9%
2848		0,0%	73300	33,9%		0,0%		0,0%	4000	1,9%	21000	9,7%	2260	1,0%	40680	18,8%	70800	32,8%		0,0%	3880	1,8%	215920	85205	39,5%
2849	451000	85,9%	4000	0,8%		0,0%		0,0%	11510	2,2%	48000	9,1%		0,0%		0,0%		0,0%	1040	0,2%	9420	1,8%	524970	30555	5,8%
2851		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	600	8,9%		0,0%	60	0,9%	2420	36,1%		0,0%		0,0%	3630	54,1%	6710		0,0%
2852	24000	91,3%		0,0%		0,0%		0,0%	60	0,2%		0,0%	120	0,5%		0,0%		0,0%	570	2,2%	1540	5,9%	26290		0,0%
2853		0,0%	13270	20,1%		0,0%	700	1,1%	1180	1,8%		0,0%	7120	10,8%	12140	18,4%		0,0%	180	0,3%	31500	47,7%	66090	45630	69,0%
2855	82000	70,9%		0,0%		0,0%	14400	12,5%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	240	0,2%	19000	16,4%	115640	7720	6,7%
2858	598000	92,6%	12400	1,9%		0,0%		0,0%	5410	0,8%		0,0%	13060	2,0%	2000	0,3%	4000	0,6%	120	0,0%	10750	1,7%	645740	120000	18,6%
2860	42000	16,1%	46280	17,8%		0,0%		0,0%	3380	1,3%	28900	11,1%	20550	7,9%	8280	3,2%	66980	25,7%	1500	0,6%	42500	16,3%	260370		0,0%
2861		0,0%	4640	12,0%		0,0%		0,0%	3230	8,3%		0,0%	5020	13,0%	1200	3,1%	23600	61,0%	1000	2,6%		0,0%	38690	28000	72,4%
2862	791488	54,7%	103530	7,2%	132490	9,2%	319690	22,1%	10100	0,7%	24200	1,7%	10920	0,8%	36360	2,5%		0,0%	4400	0,3%	13820	1,0%	1446998	200000	13,8%
2863	50600	62,6%	7780	9,6%	2400	3,0%		0,0%		0,0%		0,0%	120	0,1%	1120	1,4%	8000	9,9%	1430	1,8%	9320	11,5%	80770		0,0%

## Património total de Póvoa de Lanhoso

Cota	Bens de raiz	%	Colheitas	%	Dinheiro	%	Dívida ativa	%	Mobiliário	%	Pratas e jóias	%	Roupa da casa	%	Roupa de vestir	%	Semoventes	%	Utensílios de cozinha	%	Utensílios de ofício	%	Total (rs)	Dívida passiva	%
2864	104000	83,1%	1500	1,2%		0,0%		0,0%	10250	8,2%		0,0%	400	0,3%		0,0%		0,0%	1000	0,8%	7950	6,4%	125100	43555	34,8%
2866	122400	94,7%		0,0%		0,0%		0,0%	1110	0,9%		0,0%	1440	1,1%	340	0,3%		0,0%	1000	0,8%	3000	2,3%	129290		0,0%
3103	1029460	93,6%	21840	2,0%		0,0%		0,0%	1520	0,1%	31600	2,9%	2990	0,3%	8180	0,7%		0,0%	1020	0,1%	2670	0,2%	1099280		0,0%
3104		0,0%	76800	45,5%		0,0%		0,0%	4660	2,8%		0,0%	8850	5,2%	44020	26,1%		0,0%	10000	5,9%	24340	14,4%	168670		0,0%
3106	402400	76,1%	34750	6,6%		0,0%		0,0%	2800	0,5%	32600	6,2%	8540	1,6%	15840	3,0%	14600	2,8%	1600	0,3%	15670	3,0%	528800	78895	14,9%
3118	180000	93,2%		0,0%		0,0%		0,0%	940	0,5%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	300	0,2%	11990	6,2%	193230	165640	85,7%
3119	268475	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	268475		0,0%
3120	175600	40,5%	14000	3,2%		0,0%	35310	8,1%	9640	2,2%	25200	5,8%	32080	7,4%	1500	0,3%	133900	30,9%	2300	0,5%	4420	1,0%	433950		0,0%
3121	884800	93,6%	3080	0,3%		0,0%		0,0%	1830	0,2%		0,0%	270	0,0%	2540	0,3%	3360	0,4%	450	0,0%	49050	5,2%	945380		0,0%
3122	1255400	95,6%		0,0%		0,0%		0,0%	29690	2,3%		0,0%	1250	0,1%	1600	0,1%		0,0%	3060	0,2%	22700	1,7%	1313700		0,0%
3123	382000	69,2%		0,0%	101670	18,4%		0,0%	30520	5,5%	3000	0,5%	8460	1,5%	17500	3,2%	4000	0,7%	2120	0,4%	3000	0,5%	552270		0,0%
3125	165820	92,1%		0,0%		0,0%		0,0%	1680	0,9%		0,0%	2500	1,4%	2120	1,2%		0,0%	400	0,2%	7600	4,2%	180120	76980	42,7%
3127	24200	13,5%		0,0%	119055	66,6%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	900	0,5%		0,0%		0,0%	34480	19,3%	178635		0,0%
141/1	397200	72,9%	33000	6,1%		0,0%	36000	6,6%	7600	1,4%	1000	0,2%		0,0%		0,0%	59100	10,8%	2900	0,5%	8190	1,5%	544990		0,0%
141/2	466000	30,6%	544650	35,8%		0,0%	336855	22,1%	15520	1,0%	72700	4,8%	12840	0,8%	29340	1,9%	30200	2,0%	5540	0,4%	9510	0,6%	1523155	511145	33,6%
143/10	490800	91,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	41800	7,8%		0,0%	6700	1,2%	539300		0,0%
143/11	536000	90,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	59400	10,0%		0,0%		0,0%	595400		0,0%
143/16	72000	35,0%	17770	8,6%		0,0%	49920	24,3%	1240	0,6%		0,0%	11130	5,4%	5220	2,5%	40400	19,6%	1690	0,8%	6350	3,1%	205720		0,0%
143/17	20000	4,0%	10980	2,2%	330000	66,0%	66070	13,2%	2140	0,4%	24500	4,9%	9870	2,0%	16320	3,3%		0,0%		0,0%	19760	4,0%	499640		0,0%
143/2	473400	82,3%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	101600	17,7%		0,0%		0,0%	575000		0,0%
144/13	40000	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	40000		0,0%
144/15	344200	95,8%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	15200	4,2%		0,0%		0,0%	359400		0,0%
144/2	127200	99,1%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1200	0,9%		0,0%		0,0%	128400		0,0%
146/21	52000	26,9%		0,0%	119760	62,1%		0,0%	880	0,5%		0,0%	120	0,1%	480	0,2%	5000	2,6%		0,0%	14750	7,6%	192990	62000	32,1%
155/5	320000	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	320000		0,0%
178/11	84800	22,1%		0,0%	31800	8,3%		0,0%	8020	2,1%	27000	7,0%	19280	5,0%		0,0%	199600	52,0%	1480	0,4%	12200	3,2%	384180		0,0%
178/13	231000	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	231000		0,0%
3119	268475	89,5%		0,0%		0,0%		0,0%	200	0,1%	16570	5,5%	740	0,2%	5330	1,8%		0,0%	360	0,1%	8240	2,7%	299915		0,0%
Médias (%)		57,5%		3,6%		3,0%		6,5%		1,5%		1,9%		1,7%		2,9%		6,7%		0,4%		14,2%	109.489.917		39,3%

# Semoventes nos inventários de Barcelos

	aves		caprinos			suínos						bovinos							cavalar			apicultura		Totais												
cota	galináceo		perú	carneiro		cabra	ovelha		porca	porco		seva	sevado		bácoro	bois de jugo		junta de bois		junta de touros		touro	vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua	mula		jumenta	cortiços de abelhas		por inventário	
	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	nº absolutos	valor dos somoventes (rs)		
3632						1	120																									1	120			
3634						2	400					2	8400	2	1200	2	28000						3	17300							2	1200	13	56500		
3633														1	600	2	20000																3	20600		
3496								1	2000							2	20000																3	22000		
3495										1	2000					2	25000						1	6000									4	33000		
3492													8400			2	18000						2	9600									4	36000		
3499														1	1000	1	27000				1	1500	2	7300							6	2000	11	38800		
3500														1	1500	2	22000																3	23500		
3503						11	2200																										11	2200		
3507										1	2400					2	18000				1	3600											4	24000		
3505								1	4000							2	28000						1	7200									4	39200		
3504						6	1200							1	1200																9	2000	16	4400		
3515						30	6000							2	1500	2	30000						1	9000							28	12800	63	59300		
3512						6	1200							1	2000																		7	3200		
3559								1	3600							2	22000														1	3600		4	29200	
3532						48	9600			2	12000					2	36000				1	8000			2	19800						2	1200	57	86600	
3529						20	3000																1	6000									21	9000		
3528						7	700			2	5500					2	12000						2	5650							4	1000	17	24850		
3527												2	1600			2	32000												1	23000			5	56600		
3526						7	2100							1	1800	2	26000						2	13200									12	43100		
3552										1	5000																							1	5000	
3550														2	2400	1	26000								2	20000								5	48400	
3553						16	3200	1	4800							2	28000															5	4000	24	40000	
3540																2	24000				1	4000										8	4000	11	32000	



# Semoventes nos inventários de Barcelos

	aves		caprinos			suínos					bovinos							cavalar			apicultura		Totais																				
cota	galináceo		perú	carneiro		cabra		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		junta de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas		por inventário	
	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	nº absolutos	valor dos somoventes (rs)					
3539								1	5000																													2	10280				
3535																				2	22000																	2	22000				
3536																		1	1300																			8	2700				
3537																				1	15000																	6	47200				
3534																			1	700																		1	700				
3574																			1	2000																		2	8000				
3579																			2	4000	2	30000																6	46000				
3580																			2	3600	2	18000																12	29700				
3582																			1	2000	2	22000																3	24000				
3572																			1	1200																		7	2640				
3571																																							48	40800			
3586																																							29	41100			
3589																																							35	22700			
3591																																							18	3600			
3595																																							16	3520			
3583																																							3	900			
3974																																								102	82700		
4929																																							4	51200			
4009																																							2	4400			
4046																																							2	39600			
3888																																							1	28000			
4062																																							1	1140			
4137																																							27	60000			
4138																																							1	19000			

# Semoventes nos inventários de Barcelos

	aves		caprinos		suínos						bovinos								cavalar				apicultura		Totais																			
cota	galináceo		perú		camello		cabra		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		junta de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas		por inventário	
	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	nº absolutos	valor dos somoventes (rs)				
3665											1	1500															1	5000			1	7200									3	13700		
3667																					2	20000																			2	20000		
3686																	4	14000																							6	48000		
3692																											2	22000														15	28600	
3694																																										2	24000	
3701																1	7000																									1	7000	
3712																																											3	33200
3714																																											1	6700
3716																																											3	33300
3712																																											1	6700
3731																																											2	22000
3738																																											2	28000
3737																																											12	2400
3734																																											8	1600
3735																																											1	26500
3761																																											2	4000
3659																																											2	28800
3659																																											1	1500
3780																																											1	24000
3780																																											2	2700
3776																																											1	3000
3776																																											2	26000
3769																																											1	3000
3769																																											2	30000
3819																																											2	20000
3819																																											1	6000
3818																																											2	27000
3824																																											2	4000
3824																																											2	33600
3824																																											1	5500
3824																																											2	17500
3824																																												

## Semoventes nos inventários de Barcelos

[illegible]

# Semoventes nos inventários de Barcelos

	aves				caprinos				suínos						bovinos								cavalar				apicultura		Totais																	
cota	galináceo		perú		carneiro		cabra		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		junta de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas		por inventário			
	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	nº absolutos	valor dos somoventes (rs)				
4029																						1	50000																	2	1200	3	51200			
4025							7	1400					1	10000								2	44000										1	6000									11	61400		
4022							10	2000														1	21000							1	15000													12	38000	
4042										1	1250																																	1	1250	
4040														1	3000																													1	3000	
4038																						2	38000																					2	38000	
4044														1	18000							2	42500				1	7000		2	18000							1	7000				7	92500		
4059							5	1000																																				5	1000	
4066													3	17000								2	50400				1	8000				1	10000											7	85400	
4060																						1	9000							1	3000													2	12000	
4063									20	11000												2	35000				2	6400																	24	52400
4076																			2	5500			1	38400						1	11000														4	54900
4074																			1	1440		2	25000				1	7200				1	8000						1	2500		2	960		8	45100
4073											1	9000										2	38400																						3	47400
4070																				2	8000		2	50400																					4	58400
	aves				caprinos				suínos						bovinos								cavalar				apicultura		1113		3.544.300															
	galináceo		perú		carneiro		cabra		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		juntas de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas					
cotas	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor				
111	0	0	0	0	2	1800	157	####	400	91920	19	81850	22	96000	7	54500	11	47400	50	87380	135	2050200	10	187400	0	0	25	181680	32	204650	25	224500	1	1800	3	34000	4	57000	7	22700	208	91460				
Média	0		0		900		179		230		4308		4364		7786		4309		1748		15187		18740		0		7267		6395		8980		1800		11333		14250		3243		440					
%	0,0%		0,0%		0,2%		14,1%		35,9%		1,7%		2,0%		0,6%		1,0%		4,5%		12,1%		0,9%		0,0%		2,2%		2,9%		2,2%		0,1%		0,3%		0,4%		0,6%		18,7%					

# Semoventes nos inventários de Guimarães

cota	Aves				Caprinos				Suínos								Bovinos								Cavalar				Apicultura		Totais														
	galináceo		perú		carneiro		cabras		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		junta de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas		por inventário		
	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	nº absoluto	valor (rs)					
C-7-1-214							7	1400																1	14200				1	10000										9	25600				
C-7-1-139							18	1920							6	7200							1	24000																	25	33120			
C-1-5-44							15	3000	1	3500																															16	6500			
C-6-3-63																		3	9000	8	153600			3	46500																	14	209100		
C-5-4-14																		6	10000				1	30000																	7	40000			
C-7-2-127										2	4400												1	32000								1	5000									4	41400		
C-7-1-130										1	2400														1	33600																2	36000		
C-5-4-34										1	10400																															1	10400		
C-2-2-33												1	2000							1	18000																					2	20000		
C-7-1-198						20	400	20	2000								3	4500						1	18000			2	25000													46	49900		
C-7-1-132							9	1900																																		9	1900		
C-4-3-23							12	2400				2	7000																														14	9400	
C-7-1-118																							1	40000				1	8000														2	48000	
C-3-1-91												3	14400										3	102000																			6	116400	
C-1-4-29												3	7200																														3	7200	
C-1-4-27																	3	6400					1	43200				2	10000														6	59600	
C-5-4-10																	1	1600																								1	1600		
C-6-3-73	8	920																					1	45400	1	27000																	10	73320	
C-1-4-31										1	7200																																1	7200	
C-1-4-30																		1	2000																								1	2000	
C-2-2-32																		1	2400																								1	2400	
C- 5-1-98																							1	45000	1	19200																	2	64200	
C-1-5-119																	1	4000					1	48000				2	21200				1	10000									5	83200	
C-6-2-25							14	2800				10					10																											34	2800
C-1-4-68										1	5000																																1	5000	

# Semoventes nos inventários de Guimarães

	Aves				Caprinos				Suínos						Bovinos										Cavalar				Apicultura		Totais													
cota	galináceo		perú		carneiro		cabras		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		junta de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas		por inventário	
	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	nº absoluto	valor (rs)				
C-7-1-190																		1	2400									3	64800											4	67200			
C-7-1-117																		4	8000	2	20000	1	48000					1	12000				1	8000							9	96000		
C-2-2-36																		1	2500																						1	2500		
C-3-2-38																5	9960					1	38400	1	19200																7	67560		
C-1-5-120							8	1600										1	3000																						9	4600		
C-2-2-35									1	8000												2	72000																			3	80000	
C-3-1-92																		1	3000																						1	3000		
C-3-4-15																		1	800																						1	800		
C-2-2-39													1	6000										1	28000																	2	34000	
C-6-3-19																		2	4800	1	33600																					3	38400	
C-2-2-37							2	200																																		2	200	
C-2-2-40							20	4000	1	4800														1	2400	3	26000											3	3460	28	40660			
C-4-3-112							12	2400										1	2000									2	28800								1	3000				16	36200	
C-7-1-195							8	800	9	900	1	1600												1	19200																		19	22500
C-3-5-132										1								1																								2	0	
C-7-1-140							15	3000										2	2000			1	42000																				18	47000
C-5-1-99																		2	3200																							2	3200	
C-4-3-109							6	1200										2	4000						3	32000																	11	37200
C-1-4-33																		2	5700								2	41000														4	46700	
C-2-2-45									1	6000												1	38400			2	10000																4	54400
C-2-2-42							9	1800																																		9	1800	
C-3-4-16							14	2800	19	3800														1	24000																		34	30600
C-7-1-215										1	4000														2	19200																	3	23200
C-7-1-206													2	10000							2	22000																					4	32000

# Semoventes nos inventários de Guimarães

	Aves				Caprinos				Suínos						Bovinos										Cavalar				Apicultura		Totais														
cota	galináceo		perú		carneiro		cabras		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		junta de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas		por inventário		
	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	nº absolutos	valor (rs)					
C-2-2-48																			1	2000																					1	2000			
C-5-4-33											1	7000							1	1000			2	86000																	4	94000			
C-6-3-11											1	7200										1	42000	1	18000													3	1800	6	69000				
C-3-5-53																			2	1200																				2	1200				
C-5-4-22							16	3200																		2	26000														18	29200			
C-7-1-92														1	10000							1	72000																		2	82000			
C-7-1-92																						1	48000																		1	48000			
C-2-5-22																			1	6000																					1	6000			
C-7-1-46													2	9200	1	10000						2	105600				2	19200														7	144000		
C-5-4-30																			1	2000																						1	2000		
C-7-1-60																			1	6000																						1	6000		
C-2-2-50													1	8000								1	33600																			2	41600		
C-3-2-39																			2	12000			2	76800	1	48000																5	136800		
C-3-1-166																			1	600																						1	600		
C-1-4-71	2	320																																									2	320	
C-3-2-40																							2	76800																			2	76800	
C-1-4-37																			3	3000			2	100000	2	12000							1	12000								8	127000		
C-7-1-135																			1	2400																						1	2400		
C-3-5-131															1	10000																										1	10000		
C-7-1-114							10	2000											4	6400					1	48000																15	56400		
C-6-3-33																			1	1600													1	14400									2	16000	
C-7-1-166											1	5000											1	30000																			2	35000	
C-1-5-121																			2	12000			1	60000				3	32800								1	4800					7	109600	
C-3-2-42													3	10000									2	115200										2	14400									7	139600
C-4-4-144																												2	6000															2	6000

# Semoventes nos inventários de Guimarães

	Aves				Caprinos				Suínos						Bovinos								Cavalar				Apicultura		Totais															
cota	galináceo		perú		carneiro		cabras		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		junta de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas		por inventário	
	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	nº absoluto	valor (rs)				
C-7-1-169												1	8500										2	173000					1	9600										4	191100			
C-4-2-79							20	4000															1	440000				1	8000							4	3600	26	455600					
C-3-2-41																							1	57600	1	38400				3	16000									5	112000			
																							2	134000															2	134000				
C-1-5-122																																				1	6000			1	6000			
C-3-2-23													1	9600																											1	9600		
C-1-5-58																		1	3600																						1	3600		
C-7-1-168																																				1	4000			1	4000			
C-7-1-57						5	1000	12	2400	1	6400															2	32000													20	41800			
C-1-1-39													1	8000																											1	8000		
C-7-1-138						1	400																					2	25000											3	25400			
C-1-5-38										1	4200							1	1000																						2	5200		
C-2-2-25							40	8000	1	2400													1	56000											1	40800					43	107200		
C-2-2-23																							1	38400	1	20000				1	6400										3	64800		
C-1-4-93							15	3000										3	12000				1	62700			3	30000														22	107700	
C-2-2-27																																							8	6600	8	6600		
C-1-4-18																		1	2000																						1	2000		
C-6-3-127													1	16000																											1	16000		
C-5-4-13						50	5000	9	1600	2	21000												2	115000	2	78400								1	28800			9	6000	75	255800			
C-4-3-15										1	9600												1	57600																		2	67200	
C-6-3-62																		2	6000				1	29000												2	9600				5	44600		
C-1-4-40																		2	6000																						2	6000		
C-7-1-185										1	6000																														1	6000		
C-7-1-2																1	30000																								1	30000		
C-1-4-75																2	16000						1	80000											1	24000					4	120000		



Semoventes nos inventários de Guimarães

	Aves				Caprinos				Suínos						Bovinos								Cavalar						Apicultura	Totais														
cota	galináceo		perú		carneiro		cabras		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		junta de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas		por inventário	
	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	nº absolutos	valor (rs)				
C-1-5-142									5	20000												1	62000																	6	82000			
C-6-1-24																2	5400																						2	5400				
C-3-2-44													3	10000									2	115200									1	14400						6	139600			
C-3-2-32																						1	76800	1	34000														2	110800				
C-7-1-133							9	1800								1	1600										2	48000											12	51400				
C-3-1-159							5	1000																1	16000														6	17000				
C-6-3-41																								1	30000														1	30000				
C-3-2-11																						1	32000																1	32000				
C-1-5-123							9	3600					1	400																								10	4000					
C-7-1-148																1	3000																						1	3000				
C-7-1-189							15	3000	7	1400						1	2000										2	24500								1	4000			26	34900			
C-6-3-38																1	14400						2	124800				2	24000					1	12000					6	175200			
C-1-2-61													4	25000									2	148200	1	19200								1	25000					8	217400			
	aves				caprinos				suínos						bovinos								cavalar						apicultura	807	5.641.660													
	galináceo		perú		carneiro		cabra		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		juntas de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas			
cotas	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor				
118	10	1240	0	0	0	0	139	####	321	61120	28	146100	32	86700	11	94600	15	77560	86	180100	14	247200	116	3296700	50	610900	11	93600	39	491900	1	10000	3	16000	11	121600	3	93600	7	31400	27	21460		
Média	124		0		0		134		190		5218		2709		8600		5171		2094		17657		28420		12218		8509		12613		10000		5333		11055		31200		4486		795			
%	1,2%		0,0%		0,0%		17,2%		39,8%		3,5%		4,0%		1,4%		1,9%		10,7%		1,7%		14,4%		6,2%		1,4%		4,8%		0,1%		0,4%		1,4%		0,4%		0,9%		3,3%			

# Semoventes nos inventários de Póvoa de Lanhoso

	Aves		Caprinos			Suínos						Bovinos								Cavalar			Apicultura		Totais																						
cota	galináceo		perú		carneiro		cabras		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		junta de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas		por inventário				
	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	nº absolutos	valor (rs)							
169	1	169																																							1	169					
518							7	2800									4	14400					1	64000	1	28000															13	109200					
124																																										3	64000				
360							15	4000					5	12000																													24	31200			
278													3	6000																													7	34000			
103																			2	2400																							2	2400			
517							5	1600	1	4000									2	1600			1	18000																			9	25200			
790							20	4000															1	34000																				24	48800		
121							8	1980	3	8000																																		11	9980		
767							19	3600	1	1600									3	1500																								23	6700		
140																																												2	15000		
123							7	1400																																			7	1400			
818							12	2400																																					12	2400	
259							14	2800			1	4000							1	2400	2	18000																							20	38200	
141																																													2	30000	
157										1	1500																																		1	1500	
704																																													4	39100	
247							18	3600											1	480																								19	4080		
922										1	6400																																		15	4500	
640																																														4	18400
717																																														4	71000
516																																														8	187200
139																																														3	74800
648																																														2	7700

# Semoventes nos inventários de Póvoa de Lanhoso

	Aves				Caprinos			Suínos					Bovinos							Cavalar				Apicultura		Totais																				
cota	galináceo		perú		carneiro		cabras		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		junta de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas		por inventário			
	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	nº absolutos	valor (rs)						
777			3	###																		1	44000																	5	81000					
367												3	11000						5	3000																		13	8000	21	22000					
115																						1	40000			2	9000											11	6600	14	55600					
724							12	2400																	3	18000														15	20400					
27									1	4000												1	38400	1	14400															4	76000					
769						12	2400															1	33600				2	12800													15	48800				
725	1	240																																							1	240				
620																															1	2000									1	2000				
150						10	2400																																	1	800	11	3200			
771						6	1500					1	5000									1	38000																			8	44500			
509							13	2600				9	20000									1	52000	1	24000																	24	98600			
287																3	3600					2	91000	1	27000																1	19200			7	140800
817						7	3000									5	13000					1	48800	1	30000																	1	7000	15	101800	
920																		1	1600			1	40000										1	7000									3	48600		
28																						1	37970																			1	37970			
811																			1	1000																						1	1000			
143																			2	4800																						2	4800			
143/16						38	7600												3	9600								3	16000					1	7200								45	40400		
2619							10	2000																				1	4000														11	6000		
2616													4	10000								1	39000	1	24000				1	9600						1	12000						8	94600		
2615									1	1600												1	43000	1	18000				2	12000									1	2000				6	76600	
2614																			1	10000																						1	10000			
143/12						30	####															1	25000	1	13000																		38	61000		
143/11												1	2400									1	33000					4	24000														6	59400		
143/10						15	3000												4	3200			1	24000					4	9600									1	2000				25	41800	

# Semoventes nos inventários de Póvoa de Lanhoso

	Aves		Caprinos				Suínos						Bovinos								Cavalar				Apicultura		Totais																						
cota	galináceo		perú		carneiro		cabras		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		junta de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas		por inventário						
	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	nº absolutos	valor (rs)									
143/7												1	4900													1	7000														2	11900							
143/2						35	7000	50	10000									4	3600							4	26000	6	33000									10	6000	111	101600								
2620										1	1700								4	2000					1	14000																6	17700						
144/2																			1	1200																						1	1200						
144/12						38	7600	9	1800			8	12000									1	33000	2	27600																		58	82000					
144/15															3	8000																											4	15200					
2641								11	2200	1	700												1	30000			1	6300															1	1200	15	40400			
2643																		3	7200	1	20000	1	60000			2	14400																	7	101600				
2644										2	4800										1	16600							2	12000														5	33400				
2831								16	3200								2	4000			1	24000			1	8000																8	5600	28	44800				
2835										4	12000												2	88000	1	14000																	1	18000	8	132000			
141/20																			2	7000																							1	20000	1	3200	4	30200	
141/1								35	14000	5	11500										1	9600																						1	24000	42	59100		
178/13								8	1600	3	8000												2	44000																						1	14400	14	68000
3106																					7	9600																							1	5000	8	14600	
178/11								17	4000														2	95000	3	100600																				22	199600		
146/20										1	1600																																		1	1600			
146/21																				4	5000																								4	5000			
146/16																				2	8000		1	33600																					3	41600			
146/17																				3	7200																								1	26000	4	33200	
3123																																													4	4000	4	4000	
3120												3	9000										1	69900	2	55000																				6	133900		
3121										1	2400									2	960																									3	3360		
2713																				2	4400																								1	2400	3	6800	
2712																				1	1600																								1	1600			

# Semoventes nos inventários de Póvoa de Lanhoso

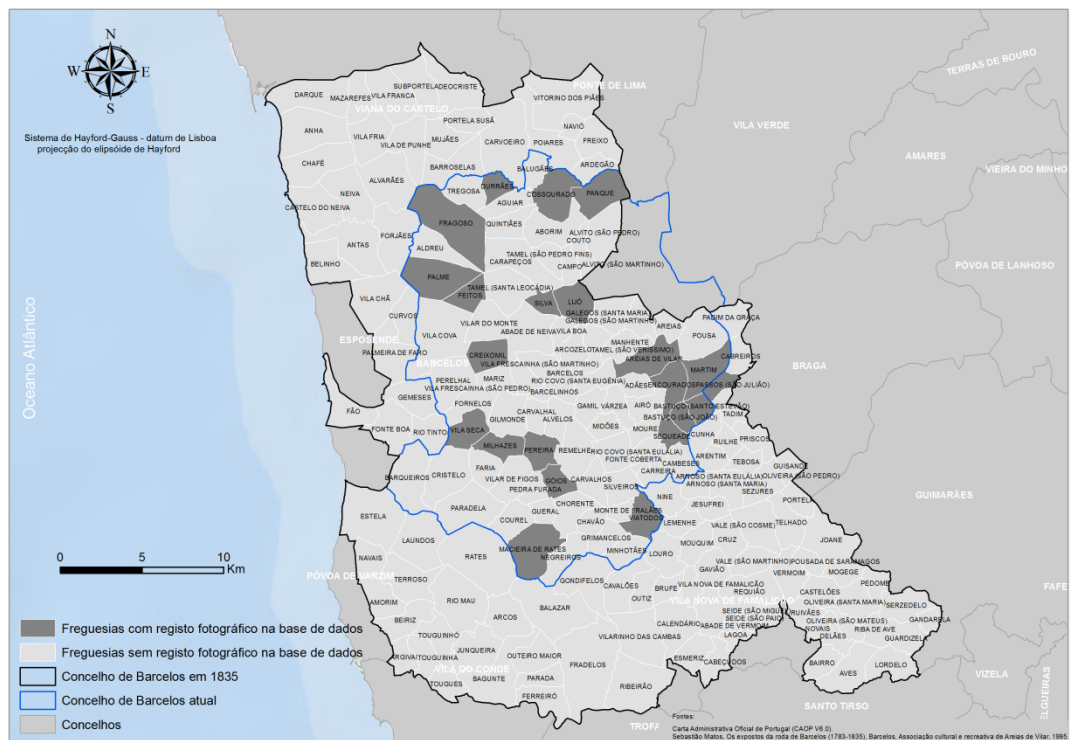
	Aves				Caprinos				Suínos						Bovinos										Cavalar				Apicultura		Totais																			
cota	galináceo		perú		carneiro		cabras		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		junta de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas		por inventário							
	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	nº absoluto	valor (rs)										
2711																					2	29200																			2	29200								
2709													3	12000									1	48000						2	20000										6	80000								
2700																																							12	6400	12	6400								
2699											1	4000																													1	4000								
2696											1	4000																													2	8800								
2694											2	6400																													3	2700	5	9100						
2693							36	7200	22	4400	3	7200									2	24300	2	65000	2	38000															10	7000	77	153100						
2708											1	3000	1	3200						2	1200			1	30000																	5	37400							
2662																				1	1200						2	6000														3	7200							
2667											1	2400											1	33600																			2	36000						
2668											1	3000								4	4200			1	32000			1	3200													3	4800	5	4000	15	51200			
2671																									1	33600																		1	33600					
2841																					2	36000																						2	36000					
2839													1	4800																														2	16800					
2860								12	2180	2	4000												1	33000	2	27800																			17	66980				
2861											1	2000											2	21600																					3	23600				
2863																																													1	8000				
2858											1	4000																																	1	4000				
2838								5	1200									1	2700																										6	3900				
2840																							1	57600	1	38000																		1	2400	7	3360	13	110960	
2846																				4	4500																								4	4500				
2848																							1	52800	1	18000																			2	70800				
1218													5	12800									1	38000	1	28000																			1	38400	2	5000	10	122200
1233								2	400											2	600																									4	1000			
765								18	5400	26	6240									1	3000																									9	2700	54	46140	
913																							1	48000	1	19200																				6	76800			

Semoventes nos inventários de Póvoa de Lanhoso

	Aves				Caprinos				Suínos						Bovinos								Cavalar				Apicultura		Totais																	
cota	galináceo		perú		carneiro		cabras		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		junta de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas		por inventário			
	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	quant.	valor	nº absolutos	valor (rs)						
864							20	7200			1	3000											1	52800																	22	63000				
293													1	3300						2	20000			1	48000	1	20000													5	4000	10	95300			
284															1	12000								1	72000	1	26000															33	116000			
151																									1	19800																13	24600			
571																	2	8000																	1	16800						3	24800			
16																							2	148200	2	139200																4	287400			
54																							1	33200													1	4700				2	37900			
9											1	4800										2	36000	2	117000	1	46000										1	26100	1	4000				8	233900	
106											1	3900																														1	3900			
866																																										3	1800	3	1800	
34																																											1	6400		
705																							1	55000	1	30000																	7	94600		
915																																											1	6000	2	18000
870								17	4080			3	14400									2	2000			1	52800																	23	73280	
	aves				caprinos				suínos						bovinos								cavalar				apicultura		1202		5.057.190															
	galináceo		perú		carneiro		cabra		ovelha		porca		porco		seva		sevado		bácoro		bois de jugo		juntas de bois		junta de touros		touro		vaca		vaca c/ cria		bezerro		égua		mula		jumenta		cortiços de abelhas					
cotas	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor	quant	valor				
122	2	409	3	###	0	0	335	####	362	86700	48	139900	52	152400	2	14400	32	81700	89	157640	23	374800	108	2342270	74	965200	33	182700	27	153000	0	0	1	2000	11	104600	16	352700	21	61300	113	64760				
Média	205	2000			0		241		240		2915		2931		7200		2553		1771		16296		21688		13043		5536		5667		0		2000		9509		22044		2919		573					
%	0,2%		0,2%		0,0%		27,9%		30,1%		4,0%		4,3%		0,2%		2,7%		7,4%		1,9%		9,0%		6,2%		2,7%		2,2%		0,0%		0,1%		0,9%		1,3%		1,7%		9,4%					

## LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

CONCELHO DE BARCELOS





## Bastuço São João

---

### Casa de Real



**Cronologia:** Sem referência

#### Tipologia

- ✓ Sobrado

#### Descrição:

- ✓ Rés-do-chão: duas lojas
- ✓ Piso superior: três compartimentos
- ✓ Cozinha térrea com forno e lareira
- ✓ Varandão com 3 cortes por baixo e eira
- ✓ Quinteiro e portal fronho.

## Bastuço Santo Estevão

---

### Casa do Paço



**Cronologia:** Sem referência

#### Tipologia

- ✓ Sobrado.

#### Descrição

- ✓ Só se mantém o varandão, eira, cortes e portões, o resto foi completamente destruído.

## Bastuço Santo Estevão

---

### Casa do Pinheiro



**Cronologia:** Sem referência

#### Tipologia

- ✓ Sobrado.

#### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: três cortes
- ✓ Cozinha térrea com lareira e forno
- ✓ Piso superior: Sem referência
- ✓ Escada interior e exterior em pedra.

## Bastuço Santo Estevão

---

### Casa do Pombaleiro



**Cronologia:** Sem referência

#### Tipologia

- ✓ Sobrado.

#### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: corte e loja
- ✓ Piso superior: um compartimento
- ✓ Coberto um pouco distanciado da casa.



## Bastuço Santo Estevão

---

Casa s/designação



**Cronologia:** Sem referência

**Tipologia**

- ✓ Térrea pluricelular

**Descrição**

- ✓ Cozinha e dois compartimentos.

# Cossourado

---

## Casa do Doce



**Cronologia:** Primeiro quartel do século XIX

### Tipologia

- ✓ Sobrado

### Descrição:

- ✓ Rés-do-chão: três cortes e loja
- ✓ Piso superior: sala e quarto
- ✓ Cozinha térrea
- ✓ Varanda com um quarto.

## Creixomil

---

Casa que pertencia à casa de Sezures



**Cronologia:** 1851

**Tipologia**

✓ Térrea unicelular

**Descrição:**

✓ Forno e lareira na cozinha.

# Cunha

---

## Casa da Quinta



**Cronologia:** Sem referência

### Tipologia

- ✓ Sobrado

### Descrição:

- ✓ Rés-do-chão: três cortes e uma loja
- ✓ Piso superior: sala e um quarto
- ✓ Cozinha térrea
- ✓ Quinteiro e varandão em madeira com ligação ao sobrado
- ✓ Varandão com três cortes por baixo e eira
- ✓ Coberto com um cortelho.



# Cunha

---

## Casa das Lages



**Cronologia:** Segunda metade do século XVIII

### Tipologia

✓ Sobrado

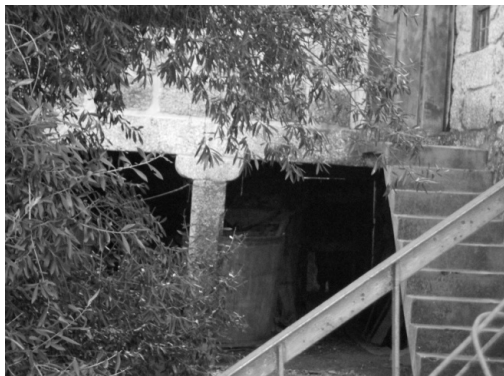
### Descrição:

- ✓ Rés-do-chão: uma loja e corte
- ✓ Piso superior: dois compartimentos
- ✓ Cozinha térrea.

# Cunha

---

## Casa da Vessada



**Cronologia:** Segunda metade do século XVIII

### Tipologia

- ✓ Sobrado

### Descrição:

- ✓ Rés-do-chão: duas cortes
- ✓ Piso superior: cozinha, sala e três quartos
- ✓ Varandão, eira e coberto
- ✓ Quinteiro
- ✓ Portal fronho.

## Cunha

---

### Casa das Goelas de pau



**Cronologia:** Segunda metade do século XVIII

**Tipologia:**

- ✓ Sobrado

**Descrição:**

- ✓ Rés-do-chão: duas lojas
- ✓ Piso superior: sala e quarto
- ✓ Cozinha térrea
- ✓ Varanda e escadaria em pedra

**Curiosidades:** A casa albergava os doentes com tuberculose, daí o nome de “Goelas de Pau”.

## Durrães

---

### Casa s/designação



**Cronologia:** Sem referência

#### Tipologia

- ✓ Térrea pluricelular

#### Descrição

- ✓ Três compartimentos
- ✓ Cozinha com forno e lareira
- ✓ Coberto na parte lateral.



## Feitos

---

### Casa das Pereiras



**Cronologia:** Finais do séc. XVIII

#### Tipologia

- ✓ Sobrado

#### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: duas cortes
- ✓ Cozinha térrea
- ✓ Piso superior: sala e dois compartimentos de pequena dimensão nas partes laterais
- ✓ Loja em frente ao sobrado
- ✓ Eira e coberto.

## Feitos

---

### Casa dos Novais



**Cronologia:** Finais do séc. XVIII

#### Tipologia

- ✓ Sobrado

#### Dimensão:

- ✓ Rés-do-chão: uma corte
- ✓ Piso Superior: sala grande e o quarto do tear
- ✓ A cozinha não era térrea mas também não se encontrava ao mesmo nível da sala
- ✓ Escadaria exterior na parte da frente da casa que termina num pátio com acesso direto ao quarto do tear.

# Fragoso

---

## Casa das Clementas



**Cronologia:** Finais do séc. XVIII

**Tipologia**

- ✓ Sobrado

**Descrição:**

- ✓ Rés-do-chão: corte e loja
- ✓ Piso superior: cozinha, sala e quarto.

## Góios

---

### Casa do Norte



**Cronologia:** Segunda metade do séc. XIX

#### Tipologia

- ✓ Sobrado

#### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: duas cortes
- ✓ Cozinha térrea
- ✓ Piso superior: sala e dois quartos
- ✓ Quinteiro e cortelho, tudo circuitado
- ✓ Barra por cima dos quartos.



### Casa da Estrada



**Cronologia:** Segunda metade do séc. XIX

#### Tipologia

- ✓ Sobrado

#### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: loja
- ✓ Cozinha térrea
- ✓ Piso superior: dois quartos
- ✓ Junto ao sobrado, uma adega, duas cortes, um coberto e uma eira
- ✓ Tudo circuitado com muros de pedra. No outro extremo da propriedade, um coberto e uma eira para a serventia dos reдеiros.

## Macieira de Rates

---

Casa s/designação.



**Cronologia:** Sem referência

**Tipologia**

✓ Térrea bicelular.

# Milhazes

---

## Casa dos Carapuços



**Cronologia:** Primeiro quartel do séc. XIX

### Tipologia

- ✓ Térrea pluricelular

### Descrição

- ✓ Cozinha e dois compartimentos de pequena dimensão
- ✓ As divisões interiores em tabuado
- ✓ Corte de ovelhas contígua à cozinha
- ✓ Coberto em frente à casa.

# Palme

---

## Casa das Cordas



**Cronologia:** 1800

### Tipologia

- ✓ Sobrado

### Descrição

- ✓ Varanda e escadaria em pedra
- ✓ Não foi possível proceder à sua descrição devido à degradação e à vegetação que se apoderou do edifício. Contudo, salientar que a casa estava ladeada de muros e numa das laterais existe umas alminhas, por cima destas, uma inscrição, “1800”.

## Palme

---

### Casa dos Bernardos



**Cronologia:** Primeira metade do séc. XIX

#### Tipologia

- ✓ Sobrado.

#### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: corte e loja
- ✓ Piso superior: cozinha, sala e dois quartos.

# Panque

---

## Casa do Eido do Pijeiro



**Cronologia:** Primeira metade do séc. XIX

### Tipologia

- ✓ Sobrado.

### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: três cortes
- ✓ Piso superior: cozinha, sala e um quarto.



# Panque

---

## Casa dos Portelos



**Cronologia:** Primeira metade do séc. XIX

### Tipologia

- ✓ Sobrado.

### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: duas cortes
- ✓ Piso superior: cozinha e sala.

## Pereira

---

Casa s/designação.



**Cronologia:** Sem referência

### Tipologia

✓ Sobrado

### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: duas cortes e um cortelho
- ✓ Piso superior: cozinha, sala e dois quartos de pequena dimensão.



## São Julião de Passos

---

### Casa da Landoeira



**Cronologia:** Sem referência

#### Tipologia

✓ Sobrado

## São Julião de Passos

---

### Casa da Tomada



**Cronologia:** Placa de seguro data 1879, no entanto parece ser de um período precedente (início do séc. XIX)

#### Tipologia

- ✓ Sobrado

#### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: três cortes
- ✓ Piso superior: cozinha, sala e dois quartos.

## São Julião de Passos

---

### Casa da Torre



**Cronologia:** 1814

#### **Tipologia**

- ✓ Sobrado

#### **Descrição**

- ✓ Rés-do-chão: duas cortes
- ✓ Piso superior: cozinha, sala e quarto
- ✓ Eira e varandão, no qual foram edificados três quartos de dimensão muito reduzida.



## Sequeade

Casa da Nogueira



**Cronologia:** 1778

**Tipologia**

✓ Sobrado

**Descrição:** Sem referência

# Sequeade

---

## Casa das Fontainhas



Cronologia: 1828

### Tipologia

- ✓ Sobrado

### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: loja que servia de adega e cortes
- ✓ Piso superior: sala, três quartos de dimensão muito reduzida e varanda
- ✓ Tetos forrados
- ✓ Cozinha térrea contígua à sala
- ✓ Quinteiro
- ✓ Varandão e eira
- ✓ Portal fronho com inscrição.

# Sequeade

---

## Casa de Sá



**Cronologia:** 1784

### Tipologia

- ✓ Sobrado

### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: adega com dois compartimentos e três cortes
- ✓ Piso superior: cozinha com forno, lareira e defumadouro, três salas, cinco quartos pequenos, uma varandinha e uma varanda
- ✓ Varandão, eira e espigueiro.

## Sequeade

---

### Casa do Rio



**Cronologia:** Finais do séc. XVIII

#### Tipologia

- ✓ Sobrado

#### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: três cortes
- ✓ Cozinha térrea
- ✓ Piso superior: sala e dois quartos.



## Casa das Machadas



**Cronologia:** Início do séc. XIX

### Tipologia

- ✓ Sobrado

### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: duas cortes e cortelho
- ✓ Cozinha térrea
- ✓ Piso superior: sala e quarto
- ✓ Varanda
- ✓ Escadaria em pedra.



# Viatodos

---

## Casa s/designação



**Cronologia:** Primeiro quartel do séc. XIX

### Tipologia

- ✓ Térrea pluricelular

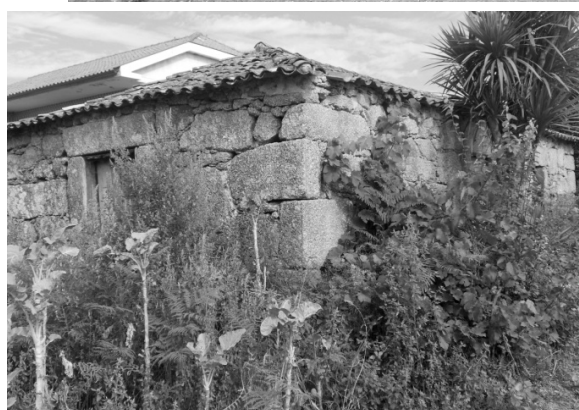
### Descrição

- ✓ Cozinha e dois compartimentos
- ✓ Telhado de três águas
- ✓ Divisões em tabuado
- ✓ Barra no compartimento do meio
- ✓ Cortelho anexo à porta da cozinha.

## Vila Seca

---

### Casa dos Roxos



**Cronologia:** Primeiro quartel do séc. XIX

#### Tipologia

- ✓ Térrea bicelular

#### Descrição

- ✓ Cozinha e sala
- ✓ Telhado de três águas.

## Areias de Vilar

---

### Casa do Eirigo



**Cronologia:** Segunda metade do séc. XVIII

#### Tipologia

- ✓ Sobrado

#### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: duas cortes e cortelho
- ✓ Piso superior: cozinha e sala
- ✓ Varanda tapada em todo o comprimento da casa
- ✓ Escada exterior em pedra.



## Martim

---

### Casa da Salgada



**Cronologia:** Segunda metade do séc. XVIII

#### Tipologia

Térrea bicelular

#### Descrição

- ✓ Cozinha e sala
- ✓ Um rochedo foi usado como parede lateral da cozinha. As estruturas naturais eram aproveitadas na edificação das casas.

# Encourados

---

## Casa dos Encourados



**Cronologia:** Segunda metade do séc. XVIII

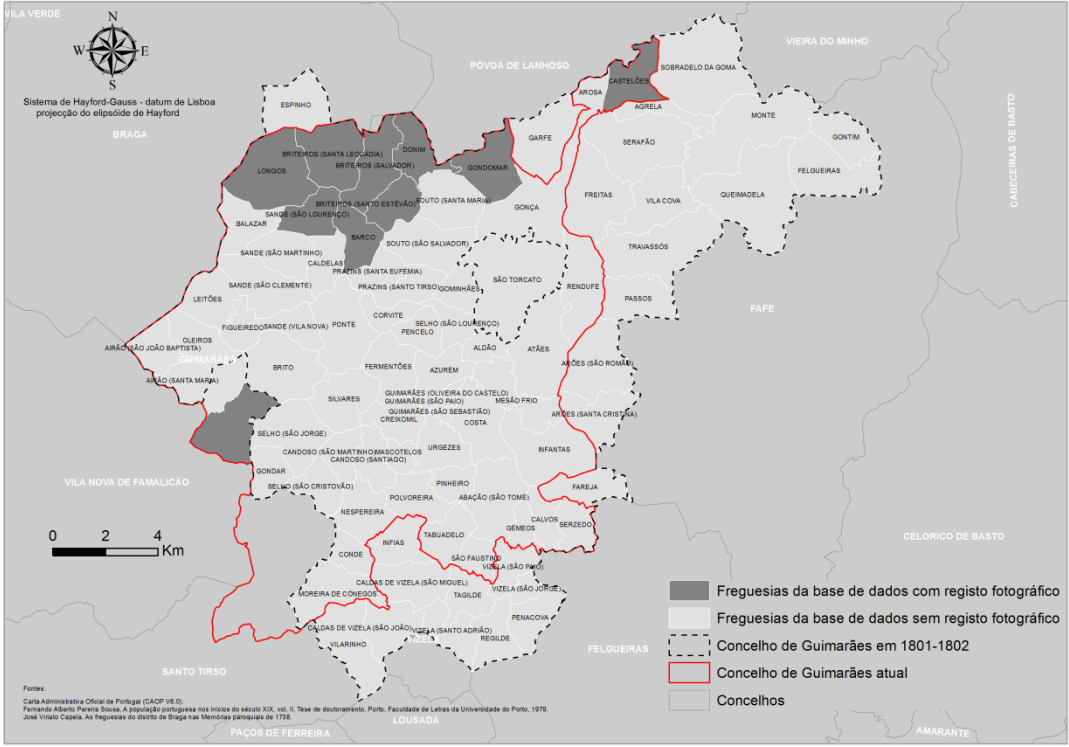
### Tipologia

Sobrado

### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: duas cortes e loja
- ✓ Piso superior: dois compartimentos
- ✓ Cozinha térrea
- ✓ Escada exterior em pedra
- ✓ Varanda, portal, coberto e quinteiro.

# CONCELHO DE GUIMARÃES



## Castelões

---

### Casa s/designação



**Cronologia:** Sem referência

#### **Tipologia**

- ✓ Sobrado

#### **Descrição**

- ✓ Rés-do-chão: loja e cortelho
- ✓ Piso superior: quarto
- ✓ Cozinha térrea ao mesmo nível do sobrado
- ✓ Varanda por cima do cortelho até à cozinha.



# Gondomar

---

## Casa do Souto



**Cronologia:** Finais do século XVIII

### Tipologia

✓ Sobrado

### Descrição;

- ✓ Rés-do-chão: duas cortes
- ✓ Piso superior: cozinha com forno e um quarto
- ✓ Varanda em tabuado.



## Donim

---

### Casa dos Bufas



**Cronologia:** Segunda metade do séc. XIX

#### Tipologia

- ✓ Térrea bicelular

#### Descrição

- ✓ Quarto e cozinha
- ✓ Algumas pedras da casa contêm inscrições, nota-se que foram reaproveitadas de outras construções.

## São Cláudio de Barco

---

### Casa da Mariquinha das penas



**Cronologia:** Sem referência

#### **Tipologia**

✓ Sobrado

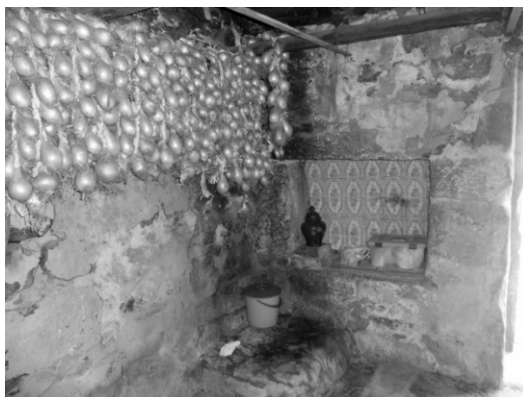
#### **Descrição**

- ✓ Rés-do-chão: loja, corte e cortelho
- ✓ Piso superior: cozinha, quarto e sala.

## Sande (São Lourenço)

---

### Casa das Reguengas



**Cronologia:** Finais do século XVIII

#### Tipologia

- ✓ Térrea pluricelular

#### Descrição

- ✓ Cozinha de terra batida, quarto e loja
- ✓ Divisões em tabuado.

## Santa Cristina de Longos

---

Casa s/designação.



**Cronologia:** 1796

### Tipologia

✓ Sobrado

### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: loja
- ✓ Piso superior: cozinha e quarto/sala
- ✓ Nesta casa a multifuncionalidade dos espaços continua a prevalecer.



## Santo Estevão de Briteiros

---

### Casa s/designação



**Cronologia:** Primeira metade do séc. XIX

### Tipologia

- ✓ Têrrea bicelular

### Descrição:

- ✓ Cozinha de terra batida
- ✓ Sala assoalhada
- ✓ Coberto contíguo à casa.

## Ronfe

---

Casa s/designação.



**Cronologia:** 1729

**Tipologia**

- ✓ Sobrado

**Descrição:**

- ✓ Rés-do-chão: loja
- ✓ Piso superior: Sem referência
- ✓ As quatro cortes não estão no edifício principal, são estruturas independentes.

## Santa Leocádia de Briteiros

---

### Casa do Vinho de Baixo



**Cronologia:** 1788

#### **Tipologia**

- ✓ Térrea bicelular

#### **Descrição:**

- ✓ Cozinha e sala
- ✓ Padieira da porta da cozinha com inscrição da data.



## São Salvador de Briteiros

---

Casa s/designação.



**Cronologia:** Séc. XIX.

### **Tipologia**

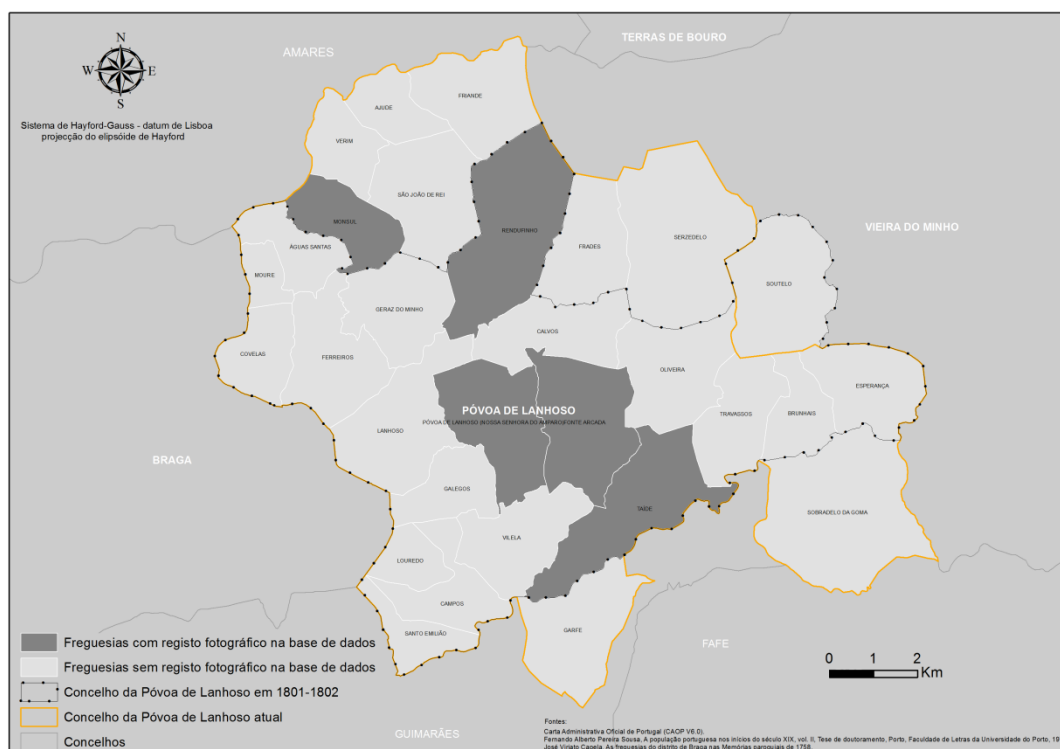
- ✓ Térrea pluricelular

### **Descrição:**

- ✓ Cozinha e sala
- ✓ Inicialmente era bicelular. Verifica-se que procederam a um aumento do edifício.



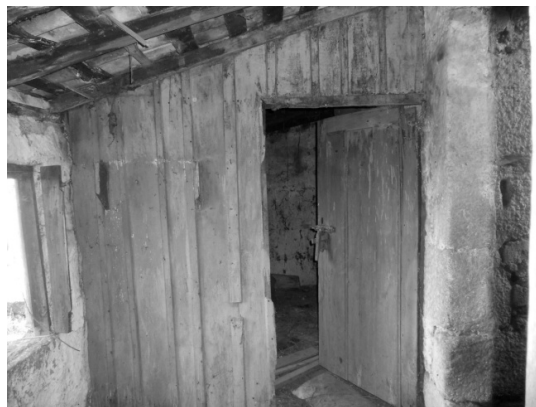
## PÓVOA DE LANHOSO



## Fontarcada

---

Casa s/designação.



**Cronologia:** Finais do século XVIII

### Tipologia

✓ Sobrado.

### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: corte e loja
- ✓ Piso superior: sala e dois quartos
- ✓ Cozinha térrea com forno e lareira.

# Fontarcada

---

## Casa do Matinho



**Cronologia:** Finais do século XVIII

### Tipologia

- ✓ Sobrado

### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: corte grande com escadas para a sala, cortelho e lagar
- ✓ Piso superior: sala e três quartos
- ✓ Cozinha térrea com forno e lareira
- ✓ Quinteiro e três portões de “carros”.

# Fontarcada

---

## Casa do Souto



**Cronologia:** Primeira metade do século XIX

### Tipologia

- ✓ Sobrado.

### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: adega e cinco cortes
- ✓ Cozinha térrea
- ✓ Piso superior: cinco compartimentos
- ✓ Escadaria central em pedra
- ✓ Varanda em pedra.



# Monsul

---

Casa s/designação.



**Cronologia:** Primeira metade do séc. XIX

## Tipologia

- ✓ Sobrado

## Descrição

- ✓ Rés-do-chão: loja
- ✓ Cozinha térrea
- ✓ Piso superior: dois compartimentos
- ✓ Uma varanda com um quarto
- ✓ Escadaria em pedra.

# Monsul

---

Casa s/designação.



**Cronologia:** Finais do século XVIII

## Tipologia

- ✓ Sobrado

## Descrição

- ✓ Rés-do-chão: corte e loja
- ✓ Piso superior: cozinha com lareira e forno, sala e dois quartos
- ✓ Escadaria em pedra.

## Monsul

---

Casa s/designação.



**Cronologia:** Finais do século XVIII

**Tipologia**

- ✓ Sobrado ou torre

**Descrição**

- ✓ Rés-do-chão: loja
- ✓ Piso superior: dois compartimentos
- ✓ Cozinha térrea com forno e lareira e escadas em madeira com acesso ao piso superior
- ✓ Junto à casa principal, uma casa térrea com um compartimento e uma cozinha térrea com lareira e forno
- ✓ Varandão e eira.

## N<sup>a</sup> Senhora do Amparo

---

### Casa da Lama de Cima



**Cronologia:** Finais do Séc. XVIII

#### Tipologia

- ✓ Sobrado

#### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: duas lojas, duas cortes e duas adegas
- ✓ Piso superior: dois salões, sala, cozinha e dois quartos
- ✓ Varandão e eira.



## N<sup>a</sup> Senhora do Amparo

---

Casa s/designação



**Cronologia:** Finais do século XVIII

### Tipologia

- ✓ Sobrado

### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: duas cortes, loja e cortelho
- ✓ Piso superior: cozinha com forno, lareira e defumadouro e três compartimentos
- ✓ Varanda fechada em madeira
- ✓ Escadaria em pedra.

## Rendufinho

---

### Casa do Forno



**Cronologia:** Finais do século XVIII

#### Tipologia

- ✓ Sobrado.

#### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: duas cortes de gado, dois cortelhos e uma loja
- ✓ Piso superior: dois quartos e sala
- ✓ Cozinha térrea
- ✓ Varanda
- ✓ Eira, varandão e dois espigueiros.

# Rendufinho

---

## Casa dos Cardoso

**Cronologia:** Finais do século XVIII



### Tipologia

- ✓ Sobrado

### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: duas cortes e dois cortelhos
- ✓ Cozinha térrea
- ✓ Piso superior: sala e dois quartos
- ✓ Alpendre, coberto e eira.



## Taíde

---

Casa s/designação.



**Cronologia:** Primeira metade do século XIX

### Tipologia

- ✓ Sobrado

### Descrição

- ✓ Rés-do-chão: Loja e duas cortes
- ✓ Piso Superior: cozinha com forno ...
- ✓ Varanda de madeira.